

RESULTADO DA PESQUISA
Fonte: Banco de Discursos da Câmara dos Deputados

Critérios de Pesquisa:

Período: 05/12/2016 a 18/04/2017

Indexação: "PEC 287/2016"

Ordenamento: Decrescente pela data do discurso

Total de discursos em Plenário: 257

Documento 1/257

073.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/04/2017-09:06
Publ.: DCD 13/04/2017 -	- ANGELIM-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de retirada de pauta da proposta de reforma da Previdência, tendo em vista a necessidade de garantia dos direitos sociais dos trabalhadores rurais.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na Semana Santa nós nos lembramos de todos os cristãos, mas quero destacar os homens e mulheres de mão calejada que são os pequenos produtores rurais, porque 70% dos alimento que vão à mesa são oriundos da produção familiar.

No Brasil, 80% das propriedades são familiares, em um universo de 4,5 milhões de estabelecimentos. No entanto, apesar de as propriedades familiares predominarem em quantidade, elas ocupam menos de 25% do território nacional. Além disso, da força de trabalho empregada no meio rural, 80% está na agricultura familiar, que responde, portanto, por 7 a cada 10 empregos no campo.

Contudo, Sr. Presidente, segundo estimativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, 80% dos trabalhadores rurais ficarão fora da Previdência, por não conseguirem pagar o INSS por 49 anos de forma ininterrupta, como está previsto na reforma da Previdência. É para essas pessoas que eu peço o apoio de todos os pares, para que nós possamos retirar de pauta essa medida

contra os trabalhadores.

Documento 2/257

073.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/04/2017-09:24
Publ.: DCD 13/04/2017 -	- JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Participação do orador em audiência pública na Câmara Municipal de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe, para debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social. Conclamação ao povo brasileiro para manifestação contra a reforma da Previdência Social.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que, na última quinta-feira, tivemos a oportunidade de estar na Câmara Municipal de Nossa Senhora da Glória, em um grande debate público.

Parabenizo pela iniciativa o Vereador Flávio e saúdo a Vereadora Vaneide, Presidenta da Câmara Municipal, na pessoa de quem cumprimento os demais Vereadores. Parabenizo ainda o Prefeito, o Vice-Prefeito e a sociedade de Nossa Senhora da Glória, a qual se posiciona contrária à reforma da Previdência, porque sabe o que esta reforma, se aprovada, causará ao Alto Sertão, em especial àquela cidade de Nossa Senhora da Glória.

Peço que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Parabéns, Nossa Senhora da Glória, pelo grande debate da última quinta-feira!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que na última quinta-feira (6/4) participamos de uma audiência pública contra a reforma da Previdência na Câmara Municipal de Nossa Senhora da Glória.

Queremos parabenizar a iniciativa do Vereador Flávio, do PT, que propôs a realização da audiência. Saudamos o Prefeito do Município, Chico do Correio, que participou; a Presidenta da Câmara Municipal, Vaneide de Nivaldo da Feirinha; as Vereadoras Maraysa de Ancelmo e Ivone das Aningas Arielle; e os Vereadores Junior Gazeta, Dudu, Astrogildo da Saúde, Professora Nininha, do PT, Tita, Tatiu de Humberto Ribeiro, Gaguinho e Icinho Taxista.

O evento contou com uma participação expressiva da sociedade civil: do Seu Humberto, representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); também de sindicatos rurais; da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e de estudantes. Eles puderam aprofundar o debate sobre essa nefasta Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016.

Sr. Presidente, esse tema está sendo debatido na maioria das Câmaras de Vereadores de Sergipe e em todo o Brasil, e a preocupação geral é a perda de direitos que essa proposta, se aprovada, irá levar ao povo brasileiro.

O Ministro da Fazenda do Governo golpista afirmou recentemente à imprensa que a reforma da Previdência precisa ser aprovada para "*acalmar o mercado, para recuperar a confiança do mercado*", deixando claro que há interesses das empresas de previdência privada na matéria, até pelo fato de essas empresas terem financiado a campanha do Relator da proposta e de o Ministro do Planejamento ter se reunido com bancos, fundos de pensão, fundos de investimento e organizações patronais antes do envio da proposta ao Congresso.

Mas a maioria do nosso povo não sabe disso. Porém, nessas atividades que temos participado no último período, explicamos à população que essa reforma quer acabar com a aposentadoria rural, quer igualar a idade mínima de aposentadoria entre mulheres e homens para 65 anos, quer que o trabalhador contribua para a Previdência por 49 anos para conseguir receber o valor integral da

aposentadoria.

Essa proposta faz parte do pacote de maldades, que é complementado pela emenda do teto de gastos e a reforma trabalhista. Este Governo se cala sobre os R\$ 426 bilhões que não são repassados pelas empresas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O valor dessa dívida equivale a três vezes o chamado déficit da Previdência em 2016, valor que foi levantado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Então, Sr. Presidente, nosso mandato conversa com a população, informa, explica o que realmente pode acontecer caso essa proposta seja aprovada, assim como chamamos o povo a ir às ruas lutar e a pressionar o Congresso a rejeitar essa proposta.

Muito obrigado.

Documento 3/257

073.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/04/2017-09:42
Publ.: DCD 13/04/2017 -	ZENAIDE MAIA-PR -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Nota dos Bispos da Província Eclesiástica de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Congratulações à Igreja Católica pelo apoio ao trabalhador rural e à população menos favorecida do Brasil.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PR-RN. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Eu quero cumprimentar o Presidente e dizer o seguinte: quero só dar como lida uma nota dos Bispos da Província Eclesiástica de Natal sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, a reforma da Previdência, que é condenada por eles.

Eu queria agradecer este espaço e parabenizar a Igreja por ver o trabalhador rural e os menos favorecidos deste País.

Eu quero que conste o meu discurso nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputada.

Nós vamos divulgá-lo no programa *A Voz do Brasil*.

V.Exa. será atendida.

NOTA A QUE SE REFERE A ORADORA

Nota dos Bispos da Província Eclesiástica de Natal sobre a PEC 287/2016 - Reforma da Previdência.

"Eu vi, eu vi a aflição de meu povo (...), e ouvi os seus clamores por causa de seus opressores. Sim, eu conheço seus sofrimentos."

Êxodo 3,7

Nós, Bispos da Província Eclesiástica de Natal, em comunhão com o clero da Arquidiocese de Natal e das Dioceses de Mossoró e Caicó, fiéis ao Evangelho e à missão da Igreja, e em solidariedade para com o povo potiguar e todos os brasileiros e brasileiras, neste momento de tantas incertezas ante as propostas de reformas que tramitam no Congresso Nacional, recordamos à classe política potiguar que

Um parlamentar eleito pelo povo não vota contra seus interesses!

Desde a antiga Grécia, o conceito de democracia sempre esteve associado à participação popular. Das reuniões nas praças - *Ágora*, onde o povo debatia sobre o que era melhor para a cidade - *pólis*, evoluímos para um modelo de democracia representativa, no qual a sociedade delega a um representante o direito de falar em seu nome. O povo do Rio Grande do Norte, em 2014, elegeu oito Deputados Federais e um Senador para falarem dignamente em seu nome.

Estando às vésperas da votação, no Congresso Nacional, de uma ampla e inusitada Reforma da Previdência, instrumentalizada por uma



alteração à nossa soberana Constituição Brasileira (PEC nº 287/2016), sentimo-nos obrigados, na condição de sacerdotes e membros de uma Igreja que tem por missão defender a vida e o bem-estar do povo em plenitude, a cobrar dos nossos parlamentares a posição que deles se espera: a de reprovar essa proposta que atenta contra os interesses do povo, repudiando toda e qualquer tentativa de retrocesso social.

Ultimamente, sob o falso fundamento de déficit, crise econômica e outros episódios cíclicos, o Governo tem investido fortemente na alteração de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas que foram incorporados à sociedade por dura luta popular. Sabemos conscientemente que a Reforma da Previdência atingirá de forma desigual e mais ostensiva os mais humildes, os descamisados, especialmente os trabalhadores rurais e as mulheres, numa inequívoca violação aos direitos humanos.

Vemos, com apreensão e repúdio, o silêncio perturbador de boa parcela da classe política brasileira, que aderna a essa mudança de forma passiva e adesista. Esperamos, com redobrada atenção, que os nossos mandatários, legatários principais da confiança do nosso povo, não traiam os interesses daqueles eleitores que no 1º domingo do mês de outubro de 2014, saíram de suas casas, em sua maioria habitações simples e desguarnecidas de tudo, para votarem em candidatos em quem depositaram a esperança num porvir venturoso e de maior justiça social. Afinal, Cristo deixou como lembrança: "A quem muito foi dado, muito será cobrado (pedido)". (Lc 12,48)

Convocamos, pois, os cristãos e cristãs, bem como todas as pessoas de boa vontade, particularmente de nossas comunidades, a se mobilizarem contrárias à proposta de Reforma da Previdência, ora em tramitação, para defender os direitos básicos conquistados a duras penas pelo povo brasileiro, visando preservar, principalmente, aqueles direitos assegurados para os mais pobres e socialmente vulneráveis.

Permanecemos atentos e de olhos abertos no acompanhamento do voto dos nossos representantes, Senadores e Deputados Federais do Rio Grande do Norte!

Natal, 05 de abril de 2017.

Dom Jaime Vieira Rocha

Arcebispo Metropolitano de Natal

Dom Mariano Manzana

Bispo de Mossoró

Dom Antônio Carlos Cruz Santos, MSC

Bispo de Caicó

Documento 4/257

073.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 12/04/2017-11:30
Publ.: DCD 13/04/2017 -	- ANDRES SANCHEZ-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre mudança nas regras da seguridade social.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, A Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que dispõe sobre a reforma da Previdência, em tramitação nesta Casa desde dezembro de 2016, é um verdadeiro desmonte da previdência pública, além de desumana, pois não leva em conta a questão da proteção social.

O texto da PEC está recheado de injustiças contra o trabalhador brasileiro. Adoção da idade mínima de 65 anos para aposentadoria integral para homens e mulheres, 49 anos de tempo de contribuição para um benefício integral, regras de transição arbitrárias e sem fundamentação, inclusão dos professores e dos trabalhadores rurais na regra comum são apenas alguns dos pontos da proposta que retira direitos consagrados na Constituição de 1988.

E o que dizer das modificações que o Governo quer impor às regras do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez. Está última deixará de ser integral e

passará a ser proporcional ao tempo de contribuição. Um verdadeiro absurdo!

Façamos uma conta bem simples, por exemplo, quanto à idade mínima proposta. Aprovado o texto da proposta como se encontra - o que não ocorrerá, pois continuaremos nesta luta em prol dos direitos dos brasileiros - e considerando a estimativa de que a aposentadoria com vencimentos integrais ocorrerá após 49 anos de contribuição. Para usufruir o direito de se aposentar aos 6 anos, o trabalhador deverá não apenas ter começado a trabalhar aos 16 anos, como também deverá ter recolhido a contribuição ao longo de todo o período, sem interrupção. Quem em sã consciência pode considerar tal perspectiva, dada a instabilidade econômica que o Brasil vive hoje, cujo resultado imediato é o número de milhões e milhões de desempregados?

Mais uma desumanidade é cometida nesta proposta de reforma da previdência. Trata-se dos trabalhadores rurais, que terão que contribuir por mais 10 anos, além de cumprir com o requisito da idade mínima de 65 anos. Quem conhece as diferenças regionais de um país continental como o Brasil sabe muito bem que uma proposta como esta não tem a menor condição de seguir em frente.

Na verdade, Sras. e Srs. Deputados, parece que a temática da Previdência não faz parte da própria vida dos cidadãos, constituindo mero projeto no contexto de um ajuste fiscal, a todo e qualquer custo.

Outra mudança grave é a desvinculação dos benefícios assistenciais e das pensões do salário mínimo, fazendo com isso que tanto os benefícios quanto às pensões passem a ter um valor inferior a um salário mínimo.

É um verdadeiro retrocesso esta proposta do Governo. Ela atropela direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo dos anos, e não pode prosperar, uma vez que não contribuirá nem para a eliminação das desigualdades nem para o desenvolvimento econômico do País.

Entendo que o Congresso Nacional, juntamente com toda a sociedade brasileira, deve debater uma proposta para reformar a previdência social, mas de maneira abrangente, não desta forma como está a proposta enviada pelo Governo Federal, que joga toda a responsabilidade nas costas dos trabalhadores e trabalhadoras, extinguindo direitos conquistados com muita luta.

Levantamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional deixa claro que empresas públicas e privadas, fundações, Governos Estaduais e Municipais somam um déficit com a Previdência de mais de 426 bilhões de reais. Esse valor simplesmente representa quase três vezes o suposto déficit do setor.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma verdadeira reforma da Previdência Social requer considerar a complexidade de todo o sistema, extremamente ramificado e, por isso mesmo, intensificado em sua

vulnerabilidade. Não há que simples e irresponsavelmente apenar os milhões de trabalhadores brasileiros, sacrificando o próprio futuro desta Nação.

Solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 5/257

068.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/04/2017- CD	15:48
Publ.: DCD - 11/04/2017 - LUIZ COUTO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Moção de repúdio da Câmara Municipal de Coremas, Estado da Paraíba, à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Anúncio de obstrução da votação do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, sobre a instituição do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Carta aberta dos candidatos aprovados em concurso do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em defesa de sua nomeação. Apoio ao fortalecimento do serviço público.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em primeiro lugar, peço o registro nos Anais de Moção de Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, aprovada pela Câmara Municipal de Coremas, na Paraíba. Nela, são apresentadas razões para o pedido de retirada da PEC da ordem do dia de forma definitiva, porque não se pode votar uma proposta que tira direitos dos trabalhadores, ou sua rejeição.

Em segundo lugar, informo que vamos fazer obstrução, sim, ao Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017. Enquanto não se tirarem aquelas condicionantes, nós não aceitaremos a sua aprovação.

Por fim, Sr. Presidente, quero registrara a Carta Aberta dos Candidatos Aprovados no Concurso para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, realizado em 2016.

Reafirmo, aqui, o nosso posicionamento em relação ao fortalecimento do serviço público, o que só acontece com estímulo das carreiras e

com a contratação de servidores.

A Presidenta Dilma, em 2012, fortaleceu a instituição com a criação de 182 novas agências. A intenção dos Governos do Partido dos Trabalhadores foi pautada em diminuir as distâncias entre os segurados e os postos do INSS.

O INSS tem hoje 13 mil servidores que já estão para se aposentar. E para fazer a expansão da rede, foram realizados concursos públicos nos Estados onde há maior carência de servidores. Nesse sentido, é claro que a contratação de servidores concursados para o INSS é primordial para o sucesso da expansão da rede de assistência social.

Gostaria de informar também que estivemos reunidos com um dos líderes da Comissão dos Aprovados no Concurso do INSS de 2016, o companheiro Bruno Rodrigo, que nos trouxe a informação de que existe um quantitativo de 20 mil cargos vagos no âmbito do INSS, contemplando, assim, o pleito dos 2.721 aprovados no concurso do INSS de 2016.

Essa é uma luta do nosso mandato, e buscaremos o encaminhamento junto ao Ministério do Planejamento para garantir que os concursados para o Instituto Nacional do Seguro Social tomem posse.

Nesse sentido, requeiro que a carta da Comissão dos Aprovados no Concurso do INSS 2016 seja registrada nos Anais e que seja dada publicidade ao nosso pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 6/257

068.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/04/2017- CD	16:02
Publ.: DCD - 11/04/2017 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Mobilização do povo brasileiro contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Recuo do Governo Federal em pontos da reforma proposta. Expectativa de rejeição da

matéria pela Câmara dos Deputados.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para falar sobre a reforma da previdência.

Nós sabemos que o Governo ilegítimo de Michel Temer apresentou à Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, com um festival de maldades imensurável. Dentre elas, estão a desvinculação dos benefícios de prestação continuada do salário mínimo; a alteração da idade mínima para o acesso ao benefício por idosos, elevando-a de 65 para 70 anos; a modificação das aposentadorias especiais de professores e policiais civis; a alteração da aposentadoria dos trabalhadores rurais, literalmente acabando com esse tipo de aposentadoria; e a vedação ao acúmulo de pensões. Porém, no último final de semana, o Governo reconheceu, na verdade, a sua derrota.

Vimos uma grande mobilização de toda a sociedade. Aconteceu isso no dia 8 de março, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher; no dia 15 de março, com a manifestação gigantesca promovida pela paralisação dos trabalhadores; e no dia 31 de março, com mais uma paralisação. E se anuncia para o dia 28 de abril uma greve geral, assim como aconteceu na semana passada na Argentina. Por isso, o Governo literalmente anuncia um recuo que, na verdade, é uma derrota.

Nós estamos trabalhando para que nenhum direito seja tirado dos aposentados e dos trabalhadores. E lutamos contra esse processo de terceirização geral e irrestrita.

Esta semana está prevista votação na Comissão Especial da Reforma Trabalhista. E agora há essa notícia.

O Governo já está derrotado. Hoje temos a maioria absoluta da população contra essa reforma. Há Parlamentares da base que dizem que o Governo vai sofrer uma derrota acachapante aqui, e os placares das votações dão conta de que o voto "não" à reforma está crescendo. Hoje 271 Deputados estão votando "não" a essa proposta de reforma da previdência.

Então, a conta que Michel Temer queria pagar aos planos de previdência privada e aos bancos com a reforma da previdência não será paga.

E aí eu vejo nos Deputados uma consciência em relação a isso, até

porque os Deputados sabem do desmonte que está sendo feito na previdência pública, sabem o quanto isso está afetando a população.

Por onde nós andamos, conversamos com jovens, fazemos debates nos vários Municípios do nosso Estado, nas ruas, conscientizando a população.

Os Deputados sabem que Michel Temer provavelmente não vai ser candidato nem a síndico do seu prédio. Mas nós que estamos aqui temos que ter consciência de que ano que vem haverá eleição, e o povo vai cobrar de cada um que está aqui o posicionamento a favor da população.

A reforma já está em via de ser derrotada. Não vamos aceitar nenhum tipo de retrocesso. Nós do Partido dos Trabalhadores vamos lutar até o fim pela retirada dessa reforma, porque ela já está derrotada.

Peço o registro deste meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ságua Moraes) - O seu pronunciamento será registrado no programa *A Voz do Brasil*, Deputado Leo de Brito.

Documento 7/257

068.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	10/04/2017-16:20
Publ.: DCD 11/04/2017 -	SÁGUAS MORAES-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância do respeito à cultura de povos indígenas e quilombolas. Moção de repúdio contra a reforma da Previdência aprovada em audiência pública na Câmara de Vereadores do Município de Juína, Estado de Mato Grosso. Abaixo-assinado, realizado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juína, em protesto à reforma da Previdência.



O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu assunto é outro, mas, já que surgiu essa questão indígena e quilombola, eu não poderia deixar de falar sobre ela.

Quando dizem que os povos indígenas têm terras demais, eu posso dizer que há muitas famílias de produtores neste País que, sozinhas, têm 100 mil, 200 mil, 300 mil hectares.

Na verdade, a demarcação das terras indígenas tem outro viés. Não dá para dividir a quantidade de hectares pelo número de indígenas porque eles carregam a questão da cultura, do culto religioso, da caça, da pesca. Enfim, é outra lógica. Querer que o povo indígena vá para a cidade e tenha as mesmas condições do povo não índio é o mesmo que querer que todos sejam evangélicos, católicos ou de um mesmo partido. Nós temos que respeitar a diversidade, respeitar a cultura de cada povo.

Com relação aos quilombolas é a mesma coisa. Os quilombos existiram porque negros escravizados fugiram e criaram colônias. Depois, quando acabou a escravidão, eles perderam o direito a essas terras porque elas não tinham registro. E muitos quilombos até hoje não têm registro da terra.

Portanto, esses povos merecem respeito não só por causa da sua cultura e da sua origem, mas porque são cidadãos brasileiros.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que na sexta-feira passada estive em Juína, minha cidade, que tem uma população de 45 mil habitantes e fica na região noroeste de Mato Grosso, onde fui Prefeito pela primeira vez em 1997 e onde resido ainda.

Nós tivemos na Câmara de Vereadores uma audiência pública para discutir a reforma da Previdência, que, na verdade, é o desmonte da previdência pública. Nós não podemos chamar isso de reforma. Foi dito por Deputados aqui que o PT faria a reforma da Previdência, mas agora não a quer. Reforma é uma coisa, destruição, desmonte da previdência pública é outra.

Da audiência pública na Câmara de Vereadores participaram mais de 300 pessoas e de lá saiu uma moção de repúdio contra a dita reforma da Previdência que na verdade é um repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016.

A audiência contou com a presença do Prefeito, Altir Peruzzo, do Vice-Prefeito, Luis Bráz, e foi coordenada pelos Vereadores Carlito, Sandro, Tuna, Eduardo da Verdum, Ivo Pedro e vários outros que estiveram

presentes.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juína coletou a assinatura de 542 pessoas em poucos dias, na Prefeitura, por onde andou, em praça pública, em repúdio também a esta Proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência.

Deixo para ser arquivado nos Anais da Casa este abaixo-assinado do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juína contra a PEC 287/16.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sandro Alex) - Muito obrigado, Deputado Sâguas.

Documento 8/257

068.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/04/2017- CD	16:44
Publ.: DCD - 11/04/2017 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Manifestações de entidades de classe e Câmaras Municipais do Estado de Minas Gerais em protesto contra a reforma da Previdência. Produção, pelo orador, de material informativo para esclarecimento sobre medidas do Governo Federal com vistas à supressão de direitos sociais.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho percorrido diversos Municípios de Minas Gerais, constatando dois aspectos muito importantes.

O primeiro é a união das entidades de classe para barrar o desmonte da Previdência. O segundo são as iniciativas nas Câmaras Municipais, como na da minha terra natal, Urucânia, e também na de Ouro Preto, onde estive ontem, nesse 9 de abril.

Todos os Vereadores de todos os partidos estavam fazendo moção de

repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, e já articulando recolher declaração dos Deputados votados naqueles Municípios, para fazerem também uma moção de *persona non grata*.

Então, com certeza, essas ações articuladas têm um resultado bem melhor do que colocar 80 ou 100 mil pessoas aqui para não terem acesso a esta Casa, não terem acesso a nenhum Parlamentar e ainda serem recebidas com *spray* de pimenta e com gás lacrimogêneo.

Quero parabenizar a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo e da cidade para barrar esse desmonte da Previdência, muito bem articulado também com a já consolidada terceirização e com o desmonte da CLT na tal reforma trabalhista.

Por isso, estou apoiando também as campanhas, produzindo material, informando às trabalhadoras e aos trabalhadores deste País que há uma quadrilha no poder para retirar direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, que começou com o pré-sal, depois, veio o congelamento de gastos por 20 anos, e, agora, querem mudar a Lei de Terras, a Lei de Sementes e Cultivares, o ECA.

Trata-se de uma série de mudanças na legislação que, na verdade, negam o Parlamento. Se votarem a tal reforma trabalhista, o Parlamento será negado, uma vez que passa a prevalecer o negociado sobre o legislado. Então, toda a legislação anterior não vale nada, não vale nada!

Isso é negar o Parlamento, é negar as atividades de todos os Parlamentares. Isso é uma aberração, além de ser uma grande injustiça com os mais pobres deste nosso País.

Então, vamos à luta, juventude e mulheres! As mulheres são as grandes injustiçadas nessa tal reforma e desmonte da Previdência: as professoras e as mulheres rurais.

Obrigado.

Sumário

Congratulação com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB por divulgação de nota contrária à proposta de reforma da Previdência Social apresentada pelo Governo Federal. Críticas ao Governo Michel Temer pelo encerramento do Programa Ciência sem Fronteiras, pelo fechamento de unidades do Programa Farmácia Popular e pela reforma previdenciária. .

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero me congratular com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, que publicou nota muito alinhada com o sentimento da população brasileira, contrário à reforma da Previdência Social. Ela se colocou ao lado dos mais pobres, ao lado dos excluídos, na luta para que não percam os direitos adquiridos, fruto de anos de luta do povo brasileiro.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero dizer que nós precisamos de uma definição sobre esta sessão. Nós temos um projeto importante para ser apreciado, o da renegociação das dívidas dos Estados. Necessitaremos, para a sua aprovação, de 257 votos. Há na Casa apenas 170 Deputados, um quórum baixíssimo, mas precisamos de uma definição.

Eu lamento porque a situação do Estado do Rio de Janeiro, Estado que represento aqui, não é de pré-falência, é uma situação de pré-intervenção. A situação do Rio de Janeiro é caótica. Do ponto de vista financeiro, é ingovernável. Eu acho que o tempo já passou, que é quase impossível a recuperação com essa lógica da renegociação que querem apreciar nesta Casa.

Concluo, Sr. Presidente. Eu estou aqui desde que a sessão foi aberta e ouvi muitos Parlamentares que usaram da palavra. Achei até engraçada a sessão, porque os Parlamentares que apoiam o Governo atual vieram aqui para criticar o PT, para criticar Lula, para criticar Dilma Rousseff. E já tem 1 ano o Governo de Michel Temer. Meu Deus do céu, será que não há uma coisa boa de Temer sobre a qual os Parlamentares venham aqui falar?

Até os compreendo, porque este Governo, como um exterminador de futuro, eliminou o Programa Ciência sem Fronteiras, quer acabar com a aposentadoria dos trabalhadores, aumentou, num momento de crise e de desemprego, a taxa para aqueles que querem reivindicar o PROUNI, está acabando com o Programa Farmácia Popular. Eles

estão envergonhados porque não têm o que defender, não têm o que elogiar, não têm a que se referir e vêm à tribuna com a velha ladainha de só criticar, criticar, criticar.

É preciso que a base do Governo lembre que é Governo. Está com vergonha de defender o indefensável, que é o extermínio do futuro dos jovens brasileiros com o fim do Ciência sem Fronteiras, que é o extermínio dos mais pobres com o fechamento do Farmácia Popular, que é o extermínio da esperança de muitos com a liquidação da Previdência Social?

Então, em boa hora, a população está reagindo. Precisamos derrotar essa violência praticada contra as trabalhadoras brasileiras e os trabalhadores brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 10/257

068.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/04/2017- CD 18:28	
Publ.: DCD - 11/04/2017 - NELSON PELLEGRINO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Governador Rui Costa pelo início das obras de recuperação de trecho da BR-101 no Estado da Bahia. Contrariedade à proposta de reforma da Previdência Social apresentada pelo Governo Federal.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, eu queria comemorar e parabenizar o nosso Governador Rui Costa, porque na última sexta-feira se iniciou o processo de recuperação de trecho de estrada que vai da BR-101 até o Município de Dom Macedo Costa.

Estive com o Secretário de Infraestrutura e com o Governador e acolhi esse pleito. A recuperação se deu e é fundamental para a cidade de Dom Macedo Costa, que, na semana passada, aniversariou.

Sr. Presidente, chamou a minha atenção matéria divulgada hoje



no site 247 em que se reproduzem passagens do livro *Diários da Presidência*, do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Ele relata que, quando o atual Presidente golpista Michel Temer foi Relator da reforma da Previdência Social, combinou tudo com o Governo e não cumpriu, que simplesmente não cumpriu nada do que acertou com o Governo, segundo Fernando Henrique Cardoso.

Agora, o Presidente Michel Temer, diante da derrota certa no plenário - porque esta Casa não vai aprovar essa proposta de reforma da Previdência, essa indecência, esse saco de maldades que foi encaminhado ao Congresso Nacional -, disse que vai mudar a proposta, que vai dourar a pílula.

Quaisquer que sejam as mudanças, dentro da lógica deste Governo, será impossível apresentar a este Plenário uma proposta que seja aceitável, que seja razoável. Não vamos aceitar nenhuma proposta que venha a jogar sobre as costas do trabalhador o ônus, o custo do ajuste previdenciário.

A verdade é esta: o Governo encaminhou a esta Casa uma proposta com a qual ele quer que apenas o trabalhador pague o ajuste. Ele não mexe com os devedores da Previdência, não mexe com os devedores de impostos. Todos nós sabemos que as contas da Previdência não têm problema, que as contas do Governo é que têm problema. O Governo, sistematicamente, vem tirando da Previdência e agora quer tirar da Assistência Social para cobrir o rombo de suas contas.

Alguém pode perguntar: "*As contas são do Governo, e o Governo recolhe impostos. O Governo é de quem?*" O Governo esconde a discussão. Primeiro, falta transparência em relação às suas contas; segundo, na hora de fazer os ajustes em suas contas, nega-se a taxar o andar de cima, nega-se a taxar as grandes fortunas, nega-se a implantar a CPMF, nega-se a taxar os rentistas, o capital financeiro. E a conta do Governo tem que ser paga só pela população, só pelo povo.

Então, não aceitamos essa proposta de reforma da Previdência. Não adianta o Presidente Michel Temer dizer que está mudando a proposta, na tentativa de pressionar os Deputados, de criar um fato novo, porque as mobilizações crescem no Brasil, e o povo brasileiro já disse que não quer, que não aceita essa reforma da Previdência. E vamos derrotá-la neste plenário.

068.3.55.O Sessão Deliberativa 10/04/2017-18:34
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - PEPE VARGAS-PT -RS
11/04/2017 -

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária. Improcedência dos argumentos em defesa da aprovação da matéria.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Governo Temer encaminhou uma proposta de reforma da Previdência que arrocha o valor das aposentadorias. Ninguém mais vai se aposentar ganhando o que ganharia pelas regras atuais. Inclusive, aqueles que estariam na chamada regra de transição vão ter redução no valor das suas aposentadorias. E eu estou falando de pessoas que têm aposentadorias que variam de 937 reais a 5.531 reais. Portanto, nós não estamos falando de ninguém que é marajá ou coisa do gênero.

Este Governo encaminhou essa proposta que desmonta a Seguridade Social, que desvincula as pensões e o Benefício de Prestação Continuada - BPC do salário mínimo, que arrocha os salários, que posterga o tempo em que as pessoas podem se aposentar. Esse Governo, sentindo que não tem voto suficiente para aprovar a proposta aqui no plenário, diz que vai proceder a alterações na proposta que encaminhou, mas também começou, novamente, um esforço concentrado na mídia e também com os seus aliados, passando novamente inverdades à população.

O Relator da proposta da reforma tributária, o Deputado Arthur Maia, numa entrevista ao RBS, no Rio Grande do Sul, disse que a proposta vai acabar com as altas aposentadorias existentes no serviço público. Só faltou usar o termo "marajá".

Aliás, o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, hoje, ao atacar a CNBB - porque a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil disse que vai fazer pregação contra essa proposta desumana -, também diz que a proposta do Governo ataca os altos salários. Isso não é verdade. Essa proposta arrocha os baixos salários do Regime Geral de Previdência. Parece que esse Governo desconhece que em 1998 houve a Emenda

Constitucional nº 20, que em 2003 houve a Emenda Constitucional nº 41, que em 2005 houve a Emenda Constitucional nº 47, e que as Leis nºs 10.887 e 12.608 resolveram o problema das altas aposentadorias do serviço público.

Inclusive, os novos servidores que ingressam no serviço público só poderão se aposentar ganhando pelo teto do Regime Geral, 5.531 reais, e podem fazer uma complementação através de um fundo. Portanto, está resolvido o problema das altas aposentadorias no serviço público.

Portanto, o Governo mente novamente e tenta enganar a população, dizendo que vai cortar os altos salários, quando, na prática, está penalizando os trabalhadores mais pobres do nosso País.

Documento 12/257

068.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 10/04/2017-17:32
Publ.: DCD 11/04/2017 -	- NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade da população dos Municípios de Sátiro Dias e Biritinga, Estado da Bahia, e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB à proposta de reforma previdenciária.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última sexta-feira eu estive nos Municípios de Sátiro Dias e de Biritinga, na Câmara Municipal e na casa paroquial, para fazer uma palestra sobre a reforma da Previdência. Dos dois Municípios, trouxe uma missão, um recado dos munícipes a esta Casa: esses dois Municípios são contrários à reforma da Previdência. É unânime hoje no interior do Brasil essa repulsa, essa rejeição a essa proposta que eu espero que esta Casa não aprove.

Registro também que a CNBB, mais uma vez, está exortando nas missas e nas homilias os católicos e os cristãos a votar contra a

reforma da Previdência. Padres e bispos estão pregando abertamente contra a reforma da Previdência, porque essa reforma atinge o povo mais pobre e mais humilde e os trabalhadores.

Parabéns à CNBB por mais essa sintonia com o sentimento da maioria da população!

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Solicito que os pronunciamentos dos Deputados Nelson Pellegrino, Capitão Augusto e Jô Moraes constem dos Anais da Casa e sejam divulgados em o programa *A Voz do Brasil*.

Documento 13/257

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa	de	06/04/2017-14:00
	Debates - CD		
Publ.: DCD	SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG		
07/04/2017 -			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, relativa à alteração das regras da seguridade social.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto à tribuna para mais uma vez reforçar nossa posição de condenar na sua totalidade a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, a PEC da Reforma da Previdência

Nós precisamos manter uma grande mobilização. Reforçamos aqui o chamamento ao conjunto dos trabalhadores urbanos e rurais, professores, policiais, militares para uma grande cruzada contra esta reforma da Previdência, contra o texto da PEC 287/16. Que nós possamos derrotá-la na sua totalidade. Não há espaço para consertá-la.

Da mesma forma, condenamos também o Projeto de Lei

Complementar nº 343, de 2017, que é mais uma proposição que o Governo Federal tenta colocar como única alternativa para salvar os Estados, mas, de um lado, acaba com o seu patrimônio e, do outro, sangra os servidores públicos de todo o Brasil.

O Estado de Minas Gerais têm sido colocado no olho desse furacão. Na verdade, quem quebrou o Estado não foram os servidores. Não é justo, não é razoável, neste momento em que o Governo Federal quer impor essas condições, que nós possamos permitir isso neste plenário.

Precisamos ter coerência. Que o conjunto dos Deputados tenha coerência com aquilo que decidiu em dezembro do ano passado, ou, cada vez que for derrotado, o Governo vai reeditar a proposta e criar esse constrangimento para a Câmara dos Deputados. Nós tomamos a decisão soberana de como entendíamos que os Estados deveriam fazer a recuperação fiscal, ou seja, sem sangrar os servidores, sem vender seu patrimônio.

Que esta Casa possa ter a coerência e rejeitar o PLP 343/17.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado.

Documento 14/257

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/04/2017- CD	14:57
Publ.: DCD - 07/04/2017	LUIZ COUTO-PT -PB	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Encaminhamento, pela Câmara Municipal de Taperoá, Estado da Paraíba, e pela Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - PROIFES de notas de repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Câmara Municipal de Taperoá, na Paraíba, encaminhou à bancada paraibana na Câmara dos Deputados, nota de repúdio,

aprovada por unanimidade, à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, solicitando aos Srs. Deputados que votem contra a referida PEC. Disseram ainda que vão acompanhar a votação, e aqueles que votarem a favor dessa PEC não terão o apoio deles nas eleições de 2018.

A Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - PROIFES, também encaminha a esta Casa nota de repúdio, demonstrando que é inaceitável a aprovação da PEC 287.

Sr. Presidente, solicito que os dois documentos sejam registrados nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Deputado Luiz Couto, defiro o seu requerimento e determino que seja dada divulgação ao seu pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Câmara Municipal de Taperoá - PB

Casa Corsino de Farias Souza

Taperoá-PB, 17 de março de 2017

Aos Excelentíssimos senhores Deputados Federais do Estado da Paraíba:

Pedro Cunha Lima,

Veneziano Vital do Rêgo,

Aguinaldo Ribeiro,

Hugo Mota,

Manoel Júnior,

Wellington Roberto,

Efraim Filho,

Wilson Filho,

Rômulo Gouveia,

Luiz Couto,

Damião Feliciano e

Benjamin Maranhão.

Nota de Repúdio

Considerando os deveres institucionais dos ocupantes de cargo de Vereador no legislativo mirim de Taperoá-PB;

Considerando a realização de várias manifestações populares no município de Taperoá-PB;

Considerando a deliberação do Plenário da Câmara Municipal de Taperoá-PB na Sessão Ordinária do dia 17/03/2017.

Encaminhamos a Vossas Excelências, na condição de representantes do povo taperoaense, compreendido por homens e mulheres de bem, formados em sua grande maioria por agricultores, professores, comerciantes, servidores públicos, entre outros, e dos jovens, que participam ativamente do nosso cotidiano, que, após discussão em Plenário, de forma unânime, nota de repúdio a PEC 287/2016, que foi encaminhada pela Presidência da República do Brasil, ora em tramitação no Congresso Nacional, requerendo a posição contrária de Vossas Excelências, de modo a não retirar direitos e garantias dos trabalhadores brasileiros.

Por fim, cumpre-nos, ainda, informar que adotaremos igualmente posição política de não acompanharmos nas eleições que se avizinham os parlamentares que por ventura venham a posicionar-se em favor da referida PEC.

O presente vai encaminhado de forma individual para cada Gabinete Parlamentar, pelos correios e por e-mail institucional.

Do que para constar, lavrou-se o presente termo, que segue assinado por todos os vereadores.

Respeitosamente,

Severino José de Brito

Presidente da Câmara - PMDB

Antônio Vieira de Queiroz

Vice-Presidente - DEM

Maria Sileide Barreto Pinto

1º Secretário - PSDB

George Pereira de Souza

2º Secretário - PSDB

José Macilon Alves Melquíades

Vereador - PROS

Ailton Paulo de Souza

Vereador - PMDB

Geovânio Gonzaga de Araújo

Vereador - PTB

Demilro Júnior Domingos Alves

Vereador - PTB

Gerônimo Hilário de Gouveia

Vereador -PHS

Francisco Ronaldo Bezerra Victor

Vereador - PSD

Fábio Mota Sobral

Vereador - PMDB

O PROIFES-Federação vem por meio desta ressaltar que considera inaceitáveis na Reforma da Previdência os pontos abaixo:

1. Mudança na forma de cálculo da aposentadoria para os atuais servidores.

A Emenda Complementar (EC) 41, de 19/12/2003, extinguiu a aposentadoria integral e paritária para os servidores ingressantes após essa data. Para os que entraram no serviço público antes disso, contudo, foi criada regra de transição que, em determinadas condições, permitiu-lhes a preservação da aposentadoria integral e paritária. A proposta atual, de forma abrupta, acaba com esse direito para os que tiverem menos de 45 anos (se mulheres) e 50 anos (se homens).

2. Utilização da idade como base para a aplicação de regras de transição

O corte proposto pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 se baseia apenas na idade e não no tempo de contribuição que as pessoas já têm. Essa é uma lógica perversa e injusta, pois pessoas que contribuíram muito mais que outras podem ter prejuízos maiores. Exemplo: a) homem ingressante em 1995, com 27 anos, terá, caso a PEC seja promulgada em 2017, 49 anos e perderá a integralidade e paridade dos proventos ao se aposentar, mesmo que trabalhe até os 75 anos, quando receberá 99% de sua média contributiva; b) já outro servidor, ingressante em 1998, com 32 anos, não perderá a integralidade e paridade, desde que trabalhe até os 75 anos (cumprimento o pedágio requerido pela PEC). Assim, no primeiro exemplo, uma contribuição de 48 anos resulta em aposentadoria de 99% da média das remunerações, enquanto no segundo exemplo, uma contribuição de 43 anos resulta em aposentadoria integral e paritária.

3. Pedágio excessivo e penalizador

O pedágio previsto no Art. 2º da PEC é extremamente elevado, pois exigirá que os servidores se aposentem com muito mais idade do que a própria nova regra proposta, que é de 65 anos, o que é inaceitável, tornando, inclusive, desiguais os tempos de contribuição. A Emenda Constitucional 47, por exemplo, ao considerar de forma conjunta idade e contribuição, estabeleceu critérios menos injustos.

4. Fim da aposentadoria com 100% da média para quem cumpriu os requisitos

A regra trazida pela EC41, que é a mesma para os filiados ao RGPS, permite alcançar a aposentadoria pela média das 80% melhores

contribuições remuneratórias, desde que cumpridos todos os requisitos da aposentadoria voluntária. Ou seja, é garantida a totalidade da média. A regra proposta pela PEC 287, ao contrário, define que o servidor que cumprir todos os requisitos ainda será penalizado com a aplicação de um redutor de 76%. Para chegar à totalidade da média precisa, portanto, contribuir por 49 anos, o que é absurdo.

5. Igualdade de idade e tempo de contribuição para homens e mulheres

É absolutamente inaceitável que se ignore o papel social das mulheres em nossa cultura: a dupla jornada de trabalho das mulheres, em casa e no trabalho e o papel estruturador das mães. Nesse contexto, enquanto essa situação permanecer, não é justo acabar com a diferença de 5 anos de idade mínima e de tempo de contribuição entre os gêneros.

6. Fim da aposentadoria especial para professores

A profissão de professor de educação infantil, fundamental e média, é essencial. É na escola básica que se alfabetiza, que se ensina os números, a ciência e a vida em sociedade. Hoje esses profissionais já são pouco valorizados: não ganham, na maioria dos estados e municípios, nem sequer o piso nacional, muitas vezes sendo obrigados a trabalhar em várias escolas, com grande número de alunos em sala de aula. Retirar-lhes a aposentadoria especial significará um desestímulo a mais, extremamente negativo para o País.

7. Redução do valor das pensões

Os valores e o acesso às pensões já têm sido objeto de sucessivas leis, nos últimos anos. A mudança na forma de cálculo do valor das pensões, conforme proposta pela PEC 287, trará nova redução drástica, com o estabelecimento de uma 'cota familiar' de apenas 50%, o que pode tornar o valor a ser recebido menor do que um salário mínimo. Tendo-se em conta que 65% dos aposentados recebem apenas 1 salário mínimo, a diminuição da renda dos pensionistas desestruturará as famílias mais pobres e levará milhões de pessoas à miséria, reduzindo recursos que hoje respondem por parcela fundamental da economia dos pequenos municípios das regiões mais pobres do País.

8. Prejuízo às aposentadorias por moléstia profissional e doenças graves, incuráveis ou contagiosas

Esse prejuízo se dá em duas vertentes. Em primeiro lugar, com a mudança do conceito de invalidez para 'incapacidade permanente' para

o trabalho, Assim, será muito mais difícil que pessoas portadoras de moléstias profissionais, doenças graves, incuráveis ou contagiosas possam se aposentar, porque terão que provar, antes disso, estar 'permanentemente incapacitadas' para o trabalho, ou seja, não passíveis de qualquer tipo de 'readaptação'. Em segundo lugar, só os que sofrerem acidentes de trabalho terão direito aos 100% da média contributiva. Os demais, ou seja, os acometidos de moléstia profissional, doenças graves, incuráveis ou contagiosas, terão seu proventos diminuídos com a aplicação de um redutor (51% mais 1% por ano de contribuição).

9. Impossibilidade de acúmulo da pensão

Esta medida afetará de maneira cruel uma parcela muito significativa da população, 65%, que recebe aposentadoria de um salário mínimo. Assim, com o falecimento de um dos cônjuges, no casal de idosos, reduzirá drasticamente a renda familiar do pensionista, que terá imensa dificuldade para fazer frente às suas necessidades básicas.

10. Fim do direito ao abono permanência para todos

O abono de permanência é uma forma de incentivo para que as pessoas mais experientes e qualificadas permaneçam na ativa, contribuindo para a qualificação do serviço público. A PEC 287, entretanto, em seu Art.2º §6º, só garante esse direito a homens com mais de 50 anos ou mulheres com mais de 45 anos na data da eventual promulgação da respectiva Emenda.

Documento 15/257

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates -06/04/2017- CD	17:42
Publ.: DCD - 07/04/2017	JULIÃO AMIN-PDT -MA	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com o anúncio de revisão do texto da proposta de reforma da Previdência Social pelo Governo Federal. Solidariedade a trabalhadores brasileiros em mobilização pelo País contra a proposição.



O SR. JULIÃO AMIN (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores, nós usamos a tribuna desta Casa para comemorar a vitória da classe trabalhadora.

Hoje assisti a jornais anunciarem o propósito do Governo Federal de recuar em fazer a reforma da Previdência Social. Isso se dá, Sr. Presidente, em razão da organização da classe trabalhadora, que se mobiliza neste País, preocupada com o seu futuro. Ela sabe que essa proposta de reforma condena o cidadão, condena o trabalhador, condena a família da classe trabalhadora a um futuro incerto.

Quero me congratular com esses bravos companheiros, com os dirigentes do movimento sindical, por essa vitória. A classe trabalhadora começa a despertar.

Tenha certeza, Sr. Presidente, de que essa seria a maior injustiça que se iria fazer contra a classe trabalhadora.

O Governo precisa dar outras explicações, Sr. Presidente. Por exemplo, eu tenho recebido - e V.Exa. talvez tenha recebido também - mensagens que mostram uma lista de devedores da Previdência Social. Essa lista contém grandes conglomerados de empresas que apresentam lucros imensos.

Eu tive a oportunidade de dizer, ontem, numa audiência pública, que estabelecimentos bancários apresentam, de 3 em 3 meses, nos seus balanços financeiros, lucros imensos. E esses estabelecimentos são apontados como devedores da Previdência Social.

O trabalhador brasileiro não pode pagar, de maneira nenhuma, pelo conforto daqueles que usufruem do seu trabalho, do seu suor, do seu esforço, do seu sacrifício no dia a dia.

Isso precisa ser esclarecido. A população brasileira, que contribui, que paga mensalmente os seus tributos, precisa ter informações. Isso não pode ficar engavetado, no anonimato.

Isso é muito grave. Eu gostaria de fazer essa denúncia ao próprio Ministério Público, que muitas vezes procura detalhes e esquece os grandes problemas.

Sr. Presidente, isso é crime de apropriação indébita. Alguém precisa tomar uma providência. E quem tem que tomar providência? Aqueles que têm competência para isso, àqueles que, institucionalmente, foi delegado tomar estas providências: mandar apurar, denunciar e

processar. Nós esperamos isso, e tenho certeza de que a classe trabalhadora está atenta para isso. Ela não pode, de maneira nenhuma, pagar por aquilo que não consumiu, que não usufruiu.

Então, eu envio daqui o meu abraço e acima de tudo a minha solidariedade à classe trabalhadora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Deputado Julião Amin, eu aproveito esta oportunidade para registrar que a Vereadora Luciene de Fofinho, da Câmara Municipal da cidade de Bayeux, lembrou hoje o transcurso dos 25 anos do falecimento do grande líder Lourival Caetano.

Os grandes líderes jamais morrem. Tornam-se poeira estelar, que ilumina o nosso dia a dia.

Documento 16/257

065.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2017- CD	13:04
Publ.: DCD - 07/04/2017 - LUIZ COUTO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos de suspensão da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Contrariedade ao Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, sobre a instituição do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria, primeiro dar como lida e apresentar a Recomendação nº 3, de 10 de março de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que pede que seja suspensa a tramitação da PEC 287 desta Casa.

Segundo, Sr. Presidente, o PLP 257 é o projeto da morte dos Estados, do serviço público. Ele impede a criação de cargos, a realização de

concursos, a alteração da estrutura de carreira e também vantagens aos servidores. Depois proíbe despesas obrigatórias de caráter continuado. Com essa série de proibições, nós sabemos que este projeto veio para afundar o Brasil. Querem salvar alguns Estados, mas o Brasil está afundando.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Ministério dos Direitos Humanos

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Recomendação nº 03, de 10 de março de 2017.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, e tendo em vista especialmente o disposto no artigo 4º, inciso IV, que lhe confere competência para expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, e dando cumprimento à deliberação tomada em sua 25ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 09 e 10 de março de 2017;

CONSIDERANDO a finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos do CNDH, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos e a proteção aos direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal, nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que a Seguridade Social é um dos direitos humanos consolidado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu Artigo 25;

CONSIDERANDO o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu Artigo 9º prevê o reconhecimento do direito de toda pessoa à previdência social, inclusive ao seguro social e Artigo 10º inciso dois o reconhecimento de conceder proteção especial às mães por um período de tempo razoável antes e depois do parto. Durante esse período, deve-se conceder às mães que trabalham licença remunerada ou licença acompanhada de benefícios previdenciários adequados.

CONSIDERANDO o Protocolo de São Salvador em seu Artigo 9º

igualmente faz referência ao direito à previdência social.

CONSIDERANDO a Convenção nº 102 da OIT - Normas Mínimas da Seguridade Social, aprovada na 35ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra - 1952), entrou em vigor no plano internacional em 27/04/55 e aprovado no Brasil no Decreto Legislativo nº 269, de 19/09/08, do Congresso Nacional e ratificado em 15 de junho de 2009;

CONSIDERANDO a Convenção nº 102 da OIT - Normas Mínimas da Seguridade Social, aprovada na 35ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra - 1952, entrou em vigor no plano internacional em 27/04/55 e aprovado no Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 269, de 19/09/08, do Congresso Nacional e ratificado em 15 de junho de 2009, que em seu Artigo 26 inciso 2 estipula como idade máxima 65 anos.

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, em especial o Capítulo VIII, em especial o Artigo 34 que garante ao idoso, a partir de 65 anos, sem condição de prover subsistência, nem tampouco que sua família possa fazê-la, o recebimento de um salário mínimo mensal, nos termos da LOAS;

CONSIDERANDO os Artigos 194 e 195 da Constituição Federal, que garante as fontes de financiamento da Seguridade Social;

REAFIRMANDO a posição deste Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH no sentido de que a PEC 287/2016 impede e/ou dificulta o acesso e o pleno exercício da seguridade social pelos brasileiros e pelas brasileiras, do campo e da cidade, direito humano previsto em nossa Carta Magna e em diversos Tratados e Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário, estabelecendo tais situações de retrocesso social:

- Exigência de idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres;
- 49 (quarenta e nove) anos de tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria integral;
- Redução do valor geral das aposentadorias;
- Precarização da aposentadoria do trabalhador rural;
- Pensão por morte e benefícios assistenciais em valor abaixo de um

salário mínimo;

- Elevação da idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS) para 70 anos de idade;
- Exclui as regras de transição vigentes;
- Impede a cumulação de aposentadoria e pensão por morte;
- Regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;
- Fim das condições especiais para a aposentadoria dos professores;
- Exigência de contribuição mínima de 25 anos para ter acesso a previdência.

RECOMENDA:

I - Ao Presidente da República Federativa do Brasil

Que retire a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, tendo em vista a falta de transparência dos dados integrais relativos à Seguridade Social, sem estudos econômicos, atuariais e demográficos completos, e o amplo e legítimo clamor da sociedade contra a proposta legislativa, percebido em manifestações, especialmente, nos atos protagonizados pelas mulheres de todo o Brasil, no último dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher).

II - Ao Presidente da Câmara dos Deputados

Que seja suspensa a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 no Congresso Nacional até que haja uma escuta ampla e democrática da sociedade, tendo em vista seu legítimo clamor contra a proposta legislativa, percebido em manifestações, especialmente, nos atos protagonizados pelas mulheres de todo o Brasil, no último dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher); e que, de imediato, sejam instituídas as presidências das Comissões da Câmara dos Deputados para a realização de audiências e consultas públicas nas Comissões de Trabalho, de Seguridade Social, da Mulher, do Idoso, dos Direitos Humanos e Minorias, de Legislação Participativa e de Constituição e Justiça, no intuito de garantir a análise de estudos econômicos, atuariais e demográficos completos e a devida transparência a todos os dados da Seguridade Social.

Darci Frigo

Presidente

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Documento 17/257

065.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2017-09:10
Publ.: DCD 07/04/2017 -	- CHICO LOPES-PCDOB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Expectativa de rejeição pela Câmara dos Deputados de proposta de reforma previdenciária.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o grande encontro sobre a Previdência do Brasil está se aproximando.

Nós sabemos que Meirelles não tem compromisso com o povo brasileiro, mas tem com o povo americano, ele é o administrador dessa imoralidade que é a Previdência que nós temos.

Primeiro, a Previdência não é uma dádiva; foi uma conquista. O grande Getúlio Vargas criou as leis trabalhistas e também a proteção do trabalhador. E agora o mercado que quer ficar com essa fatia?

Sr. Presidente, esta Casa deve ser bem-vista quando aprova coisas de interesse do povo, mas quando peita o povo com certas leis nesta Casa, aí o bicho pega. Muitos de nós - não sei os outros - perguntam: "*Você vai votar na Previdência? Você está interessado em votar na Previdência? Você sabe que eu dei voto a você para votar e agora você quer votar contra mim?*".

Portanto, Sr. Presidente, acho que o Governo vai perder não porque a bancada dele seja falsa a ele, mas porque a pressão da massa está

sendo grande.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 18/257

065.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2017-10:32
Publ.: DCD 07/04/2017 -	- CARMEN ZANOTTO-PPS -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação na 251ª edição da Procissão do Nosso Senhor dos Passos, em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina. Reprodução de trecho de Sermão do Encontro, de autoria do Pe. Voney Nandi, sobre a proposta do Governo Federal de reforma previdenciária. Defesa de texto alternativo à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social, em defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, nobre Presidente, Deputado Carlos Manato. Sras. e Srs. Deputados, peço para ser dado como lido e divulgado pelos veículos de comunicação o meu pronunciamento a respeito da procissão do Nosso Senhor dos Passos.

Essa procissão, que já acontece há 251 anos, sendo uma das mais antigas do País, ocorreu no último sábado e domingo na capital do meu Estado, no Município de Florianópolis.

Essa procissão traz um rito religioso. Mas, muito mais do que isso, destaca, além de toda a nossa parte religiosa, os trabalhos que são realizados pelo Hospital de Caridade em Florianópolis.

Esse hospital histórico atende à demanda da nossa população no Sistema Único de Saúde e não está em situação muito diferente da dos demais hospitais filantrópicos do nosso Estado e de todo o País que são mantidos, com dificuldade, pelos baixos valores que o nosso

Sistema Único de Saúde ainda remunera.

Mas essa procissão, que já teve reconhecimento como patrimônio histórico imaterial pelo Município de Florianópolis e pelo Estado de Santa Catarina, agora precisa, sim, do reconhecimento como patrimônio imaterial pelo IPHAN e como patrimônio imaterial nacional.

Sr. Presidente, essa procissão, em 2 dias, sábado e domingo, reuniu em torno de 60 mil fiéis.

Quero aqui destacar a homilia que aconteceu no momento do encontro das imagens de Nossa Senhora das Dores e de Nosso Senhor Jesus dos Passos, propícia para o momento que nós estamos vivendo, um momento em que se discute a reforma da previdência, a conhecida PEC 287. E eu trago, no meu pronunciamento, parte dessa homilia.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós estamos em dois grupos nesta Casa mais distintos: o grupo do "ser contra por ser contra a reforma da previdência" e o grupo do "ser absolutamente a favor por ser absolutamente a favor". Um pequeno conjunto ainda tenta buscar alternativas para que tenhamos um texto adequado.

Sr. Presidente, digo "buscar alternativas" porque não dá para enfrentarmos a reforma da forma com que o Governo encaminhou. Ela é absolutamente dura ao comparar idade de homens e mulheres. Ela é absolutamente dura quando não respeita as mulheres do campo, no que toca a uma comparação com as mulheres da cidade. Ela é dura quando retira o benefício de prestação continuada como base de cálculo.

Precisamos lembrar as lutas que temos com as pessoas com deficiência e com os nossos idosos carentes. Ela é dura quanto não respeita as aposentadorias especiais dos professores, dos profissionais da área da saúde e de outros que já têm esse direito adquirido. Ela é dura quando não levamos em consideração questões éticas e sociais e de direitos adquiridos.

Sr. Presidente, precisamos buscar o melhor caminho. Não dá para ser simplesmente contra por ser contra e a favor por ser a favor. Precisamos de um texto adequado, um texto que não coloque em risco aqueles que já estão aposentados e os que irão se aposentar - cito o caso do salário dos trabalhadores no Rio de Janeiro.

Por outro lado, não precisamos e não podemos olhar apenas para a parte econômica. Precisamos agregar as questões sociais, éticas, morais e os direitos adquiridos com as dificuldades econômicas pelas

quais o País passa.

Eu ainda continuo aguardando e acreditando que vamos ter um bom texto. Se nós tivermos um bom texto, dá para votar. Se nós não tivermos um bom texto, que contemple todos esses tópicos, muito duros, pesados, cobrando do trabalhador, não dá para votar essa reforma da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Exmos. Srs. Parlamentares, no último final de semana, participamos da edição número 251 da Procissão do Nosso Senhor dos Passos, em Florianópolis, capital de Santa Catarina.

A Procissão do Nosso Senhor dos Passos é realizada pela Irmandade Senhor Jesus dos Passos, entidade mantenedora do Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis. É a manifestação religiosa mais antiga do nosso Estado e a terceira maior procissão do Brasil, atrás apenas do Círio de Nossa Senhora de Nazaré e das homenagens ao Padre Cícero.

A imagem do Nosso Senhor dos Passos chegou à capital catarinense em 1764, por engano ou obra divina. Ela saiu da Bahia com destino ao Rio Grande do Sul, mas os ventos desviaram a embarcação para Santa Catarina.

No ano seguinte, a Irmandade do Senhor dos Passos foi fundada para cultuar a imagem. Em 1766, a Procissão do Nosso Senhor dos Passos aconteceu pela primeira vez.

A imagem do Nosso Senhor dos Passos retrata a primeira queda de Jesus Cristo no caminho do calvário. Essa imagem, esculpida em tamanho natural, reproduz fidedignamente a Paixão: Cristo veste uma túnica, carrega a cruz sobre os ombros e sua sangue. A imagem de Nossa Senhora das Dores, por sua vez, retrata o sofrimento da Virgem Maria nos momentos da Paixão de Cristo.

Tradicionalmente, as imagens do Senhor Jesus dos Passos e de Nossa Senhora das Dores são transladadas da Capela Menino Deus para a Catedral Metropolitana. O encontro das imagens é um dos momentos mais emocionantes da procissão. Ele representa a celebração do Sermão do Encontro, enfatizando a dor de Nossa

Senhora ao ver o filho caminhar para a crucificação.

Como Parlamentar e católica tive a oportunidade de participar de toda programação que, conforme dados da Polícia Militar divulgados pela imprensa, reuniu em torno de 60 mil pessoas.

Neste momento de debate sobre a reforma da previdência, tomo a liberdade de trazer a esta Casa Legislativa um trecho do Sermão do Encontro, ministrado pelo orador da procissão, o Padre Volney Nandi. Ele citou a nota emitida pelos bispos do Brasil sobre a reforma da previdência:

O Calvário nos ensina que a fé em Deus não é verdadeira quando se centra em Deus e se esquece do outro. A fé em Deus não é verdadeira se não existir um comprometimento com a dor humana. O amor a Deus passa pelo amor aos irmãos.

O cristão verdadeiro vive a paixão pelos sofredores. E a característica da Igreja de todos os tempos é o amor preferencial pelos pobres e sofredores. Nesse momento difícil e tão triste por que passa o povo brasileiro, por conta da falta de ética, a Igreja se mantém fiel em sua missão profética.

Nesse sentido, é justo repercutir aqui a nota dos bispos do Brasil sobre a reforma da previdência. Os bispos concordam que o sistema da previdência precisa ser avaliado e, se necessário, posteriormente adequado à Seguridade Social. E lembram:

Ao propor uma idade única de 65 anos para homens e mulheres, do campo ou da cidade; ao acabar com a aposentadoria especial para trabalhadores rurais; ao comprometer a assistência aos segurados especiais (indígenas, quilombolas, pescadores...); ao reduzir o valor da pensão para viúvas ou viúvos; ao desvincular o salário mínimo como referência para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada, escolhe o caminho da exclusão social.

Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores éticos-sociais e solidários. Na justificativa da PEC 287 não existe nenhuma referência a esses valores, reduzindo a previdência a uma questão econômica.

Convocamos os cristãos e pessoas de boa vontade, particularmente nossas comunidades, a se mobilizarem ao redor da atual reforma da previdência, a fim de buscar o melhor para o nosso povo, principalmente os mais fragilizados.

Que cada Parlamentar, a partir dos debates nas audiências públicas, das reuniões nos nossos Estados e Municípios, possamos, ouvindo a sociedade, reafirmar nossa responsabilidade com a retomada do crescimento, ajudando a construir o melhor texto, garantindo a manutenção nos direitos adquiridos, fazendo assim uma política responsável, compatibilizando os propósitos sociais com os recursos disponíveis. E que o diálogo seja o caminho para busca de soluções.

Voltando a falar de nossa procissão, ressaltamos que estamos na luta pelo reconhecimento da Procissão do Nosso Senhor dos Passos como Patrimônio Imaterial Nacional. Esse pedido teve seu início há 11 anos junto aos órgãos competentes. Algumas reuniões já foram realizadas em Santa Catarina e aqui em Brasília, e vamos continuar na luta por esta conquista, juntamente com outros representantes do Parlamento catarinense.

Pensamos que é importante garantir a valorização e o reconhecimento de uma manifestação que estimula uma das práticas mais presentes no cotidiano do povo brasileiro, que é a fé, e que movimenta uma atividade econômica fundamental para Santa Catarina, que é o turismo.

A Procissão do Nosso Senhor dos Passos já é reconhecida como Patrimônio Imaterial de Santa Catarina e de Florianópolis, e pedimos o apoio deste Plenário para assegurar o reconhecimento nacional.

Fazemos referências ao provedor, Luiz Mário Machado; ao coordenador geral da procissão, Rogério João Laureano; ao capelão e assistente espiritual da Irmandade do Nosso Senhor Jesus dos Passos, Padre José Koehler; ao Arcebispo de Florianópolis, Dom Wilson Jonck; e ao reitor e pároco da Catedral Metropolitana de Florianópolis, Padre David Antônio Coelho.

Obrigada!

Documento 19/257

063.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/04/2017-15:38
Publ.: DCD 06/04/2017 -	- PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	



Sumário

Nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da Seguridade Social. Críticas à reforma da Previdência Social. Importância da Previdência para as economias municipais.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, subo a esta tribuna para dar publicidade à nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB referente à reforma da Previdência.

A CNBB tem posição clara e pública contra a reforma da Previdência, porque esta proposta produz exclusão social. Ela diz literalmente que é um caminho para a exclusão social, impedindo milhões de brasileiros de se aposentarem, levando outros milhões de brasileiros a se aposentarem com menos do que recebem hoje e outros milhões de brasileiros a se aposentarem com 10 anos, 15 anos ou 20 anos a mais do que estava previsto na atual regra da Previdência.

Portanto, mais uma entidade com a importância e a força que tem, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, está se manifestando contra o desmonte da Previdência pública, dos direitos do povo brasileiro e das mulheres principalmente. De forma violenta e criminosa, querem estabelecer a aposentadoria aos 65 anos no mínimo, desrespeitando as agricultoras, as trabalhadoras, as professoras, desrespeitando seu direito fundamental quando têm dupla ou tripla jornada de trabalho. Com 7 a 9 anos a mais do que os homens, elas têm direito à aposentadoria diferenciada.

A aposentadoria dos agricultores e agricultoras hoje é aos 55 anos para as mulheres e aos 60 para os homens. Esta regra deve ser mantida na proposta, porque mudar isso é uma violência com os agricultores brasileiros. Isto é mais exclusão, mais impedimento à aposentadoria.

Nossos professores, se fazem uma faculdade até os 20 anos e concurso aos 21, não se aposentam aos 70 anos, se conseguirem contribuir ininterruptamente por 49 anos.

Parabéns à CNBB! Parabéns à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que se manifesta publicamente contra a reforma da Previdência,

porque ela é o caminho da exclusão social.

É isso que nós estamos discutindo aqui. É sobre isso que queremos dialogar com este Plenário, para não produzir um crime contra a sociedade brasileira, principalmente contra os mais pobres, contra os deficientes, contra aqueles que têm necessidade fundamental de distribuição de renda neste País. E a Previdência é o melhor instrumento para distribuir renda no País.

No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, Deputado gaúcho, nosso colega, 911 Municípios recebem mais da Previdência do que do FPM - Fundo de Participação dos Municípios.

Portanto os empresários locais deveriam ser contra a reforma da Previdência. Na minha cidade natal, Descanso, no extremo oeste, onde a Coluna Prestes descansou por 3 dias, em 2016 a economia contou com 29 milhões de reais da Previdência. Ela movimenta a economia local, geral emprego local. Portanto é uma questão estratégica de distribuir renda e oportunidade neste País.

Não ao crime da reforma da Previdência! Nós vamos derrotar essa proposta de um Governo ilegítimo que quer golpear o direito do povo brasileiro.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero entregar, para que conste nos Anais desta Casa, a nota da CNBB sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que trata da reforma da Previdência. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se manifestou contra a reforma da Previdência, que tramita na Câmara dos Deputados. Quero deixar claro que compartilho do ponto de vista veiculado nesta nota e endosso a opinião da entidade.

No manifesto, a CNBB se refere à proposta como uma escolha do *"caminho de exclusão social"* e destaca que a aposentadoria *"não é uma concessão governamental ou um privilégio"*. A entidade destaca ainda, em nota, que *"nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores ético-sociais e solidários. Na justificativa da PEC 287/16, não existe nenhuma referência a esses valores, reduzindo a Previdência a uma questão econômica"*.

Mais uma vez, a CNBB, reunida, faz uma análise lúcida e oportuna dessa questão que aflige neste momento a sociedade, que é a

iminência da perda de direitos e garantias, sobretudo da classe trabalhadora, das mulheres, dos trabalhadores rurais.

Peço, portanto, que essa nota da CNBB faça parte dos Anais da Câmara dos Deputados, como um documento de suma relevância para a Igreja e a sociedade. O SINDILEGIS, que compartilha do mesmo posicionamento, endossa a opinião da entidade.

A nota inicia com uma importante passagem do profeta Amós (5.7) a respeito dos que *"fazem do direito uma amargura e a justiça jogam no chão"*. Esse trecho do Antigo Testamento nos recorda também o Salmo 93.20, que adverte sobre aqueles que *"forjam o mal tendo por pretexto uma lei"*.

Estamos todos de olhos bem abertos para trabalhar em prol das reformas realmente necessárias para o Brasil, mas não deixaremos passar nada que venha a suprimir os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, dos idosos, do homem e da mulher do campo neste País, no mesmo teor da nota da CNBB, porque *"o art. 6º da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a Previdência seja um Direito Social dos brasileiros e brasileiras. Não é uma concessão governamental ou um privilégio. Os Direitos Sociais no Brasil foram conquistados com intensa participação democrática; qualquer ameaça a eles merece imediato repúdio"*.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota da CNBB sobre a PEC 287/16 - "REFORMA DA PREVIDÊNCIA"

"Ai dos que fazem do direito uma amargura e a justiça jogam no chão"

(Amós 5,7)

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília-DF, dos dias 21 a 23 de março de 2017, em comunhão e solidariedade pastoral com o povo brasileiro, manifesta apreensão com relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, de iniciativa do Poder Executivo, que tramita no Congresso Nacional.

O Art. 6º. da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a Previdência seja um Direito Social dos brasileiros e brasileiras. Não é uma concessão governamental ou um privilégio. Os Direitos Sociais no

Brasil foram conquistados com intensa participação democrática; qualquer ameaça a eles merece imediato repúdio.

Abrangendo atualmente mais de 2/3 da população economicamente ativa, diante de um aumento da sua faixa etária e da diminuição do ingresso no mercado de trabalho, pode-se dizer que o sistema da Previdência precisa ser avaliado e, se necessário, posteriormente adequado à Seguridade Social.

Os números do Governo Federal que apresentam um déficit previdenciário são diversos dos números apresentados por outras instituições, inclusive ligadas ao próprio governo. Não é possível encaminhar solução de assunto tão complexo com informações inseguras, desconstruídas e contraditórias. É preciso conhecer a real situação da Previdência Social no Brasil. Iniciativas que visem ao conhecimento dessa realidade devem ser valorizadas e adotadas, particularmente pelo Congresso Nacional, com o total envolvimento da sociedade.

O sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade...), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores éticos-sociais e solidários. Na justificativa da PEC 287/2016 não existe nenhuma referência a esses valores, reduzindo a Previdência a uma questão econômica.

Buscando diminuir gastos previdenciários, a PEC 287/2016 "soluciona o problema", excluindo da proteção social os que têm direito a benefícios. Ao propor uma idade única de 65 anos para homens e mulheres, do campo ou da cidade; ao acabar com a aposentadoria especial para trabalhadores rurais; ao comprometer a assistência aos segurados especiais (indígenas, quilombolas, pescadores...); ao reduzir o valor da pensão para viúvas ou viúvos; ao desvincular o salário mínimo como referência para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a PEC 287/2016 escolhe o caminho da exclusão social.

A opção inclusiva que preserva direitos não é considerada na PEC. Faz-se necessário auditar a dívida pública, taxar rendimentos das instituições financeiras, rever a desoneração de exportação de commodities, identificar e cobrar os devedores da Previdência. Essas opções ajudariam a tornar realidade o Fundo de Reserva do Regime da Previdência Social - Emenda Constitucional 20/1998, que poderia

provisionar recursos exclusivos para a Previdência.

O debate sobre a Previdência não pode ficar restrito a uma disputa ideológico-partidária, sujeito a influências de grupos dos mais diversos interesses. Quando isso acontece, quem perde sempre é a verdade. O diálogo sincero e fundamentado entre governo e sociedade deve ser buscado até à exaustão.

Às senhoras e aos senhores parlamentares, fazemos nossas as palavras do Papa Francisco: "A vossa difícil tarefa é contribuir a fim de que não falem as subvenções indispensáveis para a subsistência dos trabalhadores desempregados e das suas famílias. Não falte entre as vossas prioridades uma atenção privilegiada para com o trabalho feminino, assim como a assistência à maternidade que sempre deve tutelar a vida que nasce e quem a serve quotidianamente. Tutelai as mulheres, o trabalho das mulheres! Nunca falte a garantia para a velhice, a enfermidade, os acidentes relacionados com o trabalho. Não falte o direito à aposentadoria, e sublinho: o direito - a aposentadoria é um direito! - porque disto é que se trata."

Convocamos os cristãos e pessoas de boa vontade, particularmente nossas comunidades, a se mobilizarem ao redor da atual Reforma da Previdência, a fim de buscar o melhor para o nosso povo, principalmente os mais fragilizados.

Na celebração do Ano Mariano Nacional, confiamos o povo brasileiro à intercessão de Nossa Senhora Aparecida. Deus nos abençoe!

Brasília, 23 de março de 2017.

Cardeal Sergio da Rocha
Arcebispo de Brasília
Presidente da CNBB
Dom Murilo S. R. Krieger, SCJ
Arcebispo de São Salvador da Bahia
Vice-Presidente da CNBB
Dom Leonardo Ulrich Steiner, OFM
Bispo Auxiliar de Brasília
Secretário-Geral da CNBB

Documento 20/257

063.3.55.O

Publ.: DCD
06/04/2017 -

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 05/04/2017-17:50

- GIVALDO VIEIRA-PT -ES

Sumário

Moção de repúdio aprovada na Câmara Municipal de Ibirapu, Estado do Espírito Santo, à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da Seguridade Social.

O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mauro Pereira.

Eu faço aqui a comunicação à Casa e ao Brasil de uma moção de repúdio assinada e aprovada por todos os Vereadores da Câmara Municipal da cidade de Ibirapu, no Espírito Santo, contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que trata da reforma da Previdência.

Os Vereadores que assinaram essa moção dizem que, na verdade, a reforma promove o desmonte da Seguridade Social, especialmente do regime de previdência pública, que passará a não garantir condições de aposentadoria à maioria da classe trabalhadora.

Eu cumprimento então o Vereador Otávio Maioli, assim como os demais Vereadores que assinaram a moção: o Vereador Jose Geraldo Rossi, o Vereador Maxsuel, o Vereador Vanderlei, o Vereador Paulo Rodrigues Quaresma, o Vereador Cleber, o Vereador José Hervan, o Vereador Weverton e o Vereador Aloir. São todos da Câmara Municipal de Ibirapu, no Espírito Santo.

Parabéns a esses Vereadores, pois eles estão em defesa do povo!

Documento 21/257

063.3.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 05/04/2017-18:02

Publ.: DCD
06/04/2017 -

LUIZ COUTO-PT -PB

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

Registro de manifestação de repúdio de entidades à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, relativa a mudanças nas regras da Seguridade Social.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar a manifestação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova, bem como o abaixo-assinado de vários agricultores, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Pilões e do Prefeito Municipal daquela cidade, do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de São Paulo, e também da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais. Todos repudiam a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, e nos pedem que a derrotemos.

Muito obrigado.

Documento 22/257

061.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 05/04/2017-09:22
Publ.: DCD 06/04/2017 -	- AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Comunicado da Convenção Batista Brasileira - CBB sobre a preocupação do órgão com a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social, e outros projetos em tramitação na Casa. Apoio ao posicionamento das lideranças batistas.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Quero fazer o registro de um pronunciamento e dá-lo como lido.

Em nota assinada pelo Presidente Vanderlei Batista Marins e o Diretor-Executivo Pastor Sócrates Oliveira, a Convenção Batista Brasileira -

CBB apresentou suas preocupações com a proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo Governo.

Esclareço que se trata da minha denominação por profissão de fé e que, portanto, me identifico plenamente com as preocupações tornadas públicas no comunicado batista, cujo texto peço que seja registrado na Casa.

Segue, então, o comunicado. Peço que seja dada divulgação pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

COMUNICADO ENCAMINHADO PELO ORADOR

A Convenção Batista Brasileira, por meio de sua Diretoria, está atenta a essa possível reforma previdenciária - PEC 287/2016, seus desdobramentos e às demais propostas que estão em tramitação ou em iminência de entrar na pauta do Congresso Nacional. A Convenção Batista Brasileira vem tomando todas as providências possíveis, dentro das definições de sua Missão e Visão na forma dos seus documentos constitutivos, para defender os anseios do povo Batista Brasileiro, obviamente respeitando o princípio da nossa tradição democrática. Não obstante o princípio da separação entre a Igreja e o Estado, sustentado pelos batistas, a Convenção busca relacionar-se com os poderes públicos para oferecer-lhes sua cooperação e influência, de forma a contribuir para que a ação governamental seja eficaz, seja justa e digna, não promovendo medidas que de alguma forma possam levar nosso povo ao sofrimento e à miséria.

Nesta direção temos nos pronunciado, e o Conselho Geral, na sua última reunião, nomeou um grupo de batistas, notadamente capaz e com acesso às esferas do poder na Capital Federal, para acompanhar junto ao Congresso Nacional todo o processo que envolve não somente a reforma previdenciária, mas outros temas em pauta que atinge a vida e dignidade do nosso povo. De igual modo, seguindo os valores previstos em nossa filosofia de reconhecermos e nos unirmos a outras igrejas, para cooperação do bem comum do povo, estamos trabalhando com uma equipe de líderes que representam as Igrejas Evangélicas Históricas do Brasil na elaboração de um documento público, fazendo gestão para não permitir que o governo promova

qualquer medida maléfica ao nosso povo.

Enquanto a Convenção toma estas medidas, conclamamos as nossas Igrejas e suas lideranças para oramos pelo bem de nossa nação, e que Deus nos dê a graça de vermos construído um país em que a justiça social e o cuidado com todo o povo integrem, de forma permanente, a pauta de políticas públicas. Pastor Vanderlei Batista Marins - Presidente, Pastor Sócrates Oliveira de Souza - Diretor-Executivo.

Documento 23/257

061.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 05/04/2017-12:02
Publ.: DCD 06/04/2017 -	- JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudação a participantes de ato público realizado no Município de Cristinápolis, Estado de Sergipe, destinado ao debate acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Aprovação pela Câmara Municipal de Cristinápolis de moção de repúdio à matéria.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que, no último sábado, houve um ato público em Cristinápolis. Por isso, quero saudar todos os Vereadores, na pessoa da Presidenta da Câmara, Betânia; todos os partidos, na pessoa do Presidente do Partido dos Trabalhadores de Cristinápolis, Marquinhos; as lideranças rurais, na pessoa do Gilberto do MST e na pessoa da Luzinete do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, assim como saúdo todas as mulheres e os religiosos que participaram desse grande ato em defesa da previdência pública, contra esta reforma da previdência. Estivemos lá ouvindo e debatendo com a sociedade de Cristinápolis, com a população que estava na feira e com pessoas de Municípios vizinhos. E todos nós percebemos a indignação com este Governo, neste momento, por propor um projeto nefasto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre

Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que, no último sábado, dia 1º de abril, participamos de um grande ato público, na praça da feira, em Cristinápolis, contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que trata da reforma da previdência.

Queremos mandar um abraço e fazer uma saudação a todo o povo de Cristinápolis que compareceu e participou daquele grande evento de luta contra essa PEC que retirar direitos adquiridos e garantidos em nossa Constituição.

Participaram também do ato a Câmara de Vereadores, representada pela Presidenta Betânia e por vários Parlamentares; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST; o Partido dos Trabalhadores, representado por seu Presidente Municipal, Marquinhos; pastores e a sociedade, que foi ouvir e debater sobre essa proposta.

A Câmara de Vereadores de Cristinápolis aprovou uma Moção de Repúdio à reforma previdenciária. E é o que as Câmaras Municipais de diversos Municípios estão fazendo.

Fica mais um posicionamento nosso contra essa proposta e nosso compromisso de lutar para que ela não seja aprovada nesta Casa. Temos certeza de que, com a realização de atos dessa natureza e com o povo na rua, essa PEC não prosperará.

Muito obrigado.

Documento 24/257

061.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/04/2017-
CD 12:02

Publ.: DCD - 06/04/2017 - MAURO PEREIRA-PMDB -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

Congratulações ao Presidente da República, Michel Temer, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, pela escolha dos Deputados Carlos Marun e Arthur Oliveira Maia, respectivamente, para Presidente e Relator da Comissão Especial da Reforma da Previdência Social. Importância de reunião do Relator da matéria com a bancada do PMDB. Necessidade de realização da reforma previdenciária para a recuperação da credibilidade do Brasil junto a investidores nacionais e internacionais e para a geração de empregos. Expectativa de aprovação da matéria pela Casa.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, colegas Deputados e Deputadas, primeiramente, eu quero parabenizar o Presidente da República, Michel Temer, e o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pela escolha do Deputado Carlos Marun para presidir a Comissão que trata da reforma da previdência e do Deputado Arthur Maia para a relatoria da matéria.

Ontem, liderados pelo Deputado Baleia Rossi, tivemos importante reunião da bancada do PMDB, na qual o Relator Arthur Maia ouviu, durante 4 horas, as ponderações dos Deputados Federais da bancada do PMDB.

Essas ponderações são as sugestões e a revelação sobre o que nós estamos pensando da reforma da previdência, o que estamos achando que está exagerado e precisa ser mudado. Diversos pontos foram passados para o Relator Arthur Maia, que, juntamente com o Presidente Michel Temer, verá o que pode ser feito para melhorar o texto.

Essa é uma atitude democrática, sobre a qual eu sempre falei para o povo da minha cidade, Caxias do Sul, e da minha região. Eu sempre disse que nós estamos ouvindo e vendo o que há de excesso na proposta para negociar.

A reforma da previdência é de extrema importância. Ela é necessária para que o Brasil recupere de vez a credibilidade junto aos investidores nacionais e internacionais e para que nós possamos gerar os empregos de que o Brasil precisa para dar dignidade a essas mais de 13 milhões de pessoas desempregadas, herança do Governo da petista Dilma Rousseff e da sua maneira horrível de administrar.

Fiquei contente, ontem, com esta reunião com o Relator da reforma da previdência, o Deputado Arthur Maia, porque, pelo menos, pudemos

dizer aquilo que ouvimos na base, caminhando nas ruas, participando das audiências públicas. E todas essas demandas, juntamente com as minhas, levei para que eles analisem e vejam o que pode ser feito.

Nós precisamos, sim, dar essa tranquilidade para o nosso País, para que os aposentados todos possam dizer que vão receber o seu salário no dia certo. É para isso que nós estamos trabalhando. E é assim que o homem público tem que agir: tem que ser humilde, tem que ouvir e tem que tomar decisão.

Então, Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, eu quero dizer com toda a tranquilidade que o trabalho que nós fazemos aqui recebe críticas na base. Eu mesmo recebi muitas críticas, mas eu as recebo olhando no olho das pessoas. Aqui eu chego e tenho para quem falar sobre a minha dificuldade.

O Presidente Michel Temer, o Ministro Henrique Meirelles, o Ministro Dyogo, o Líder da nossa bancada, o Deputado Baleia Rossi, e os colegas Deputados aqui presentes no dia a dia estamos repercutindo aquilo que estamos ouvindo.

Se Deus quiser, nós vamos fazer com que o Brasil cresça e que nós aprovemos, sim, a reforma da previdência, mas dentro da normalidade, sem excessos, para que o Brasil realmente possa crescer.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 25/257

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/04/2017- CD 12:52	
Publ.: DCD - 06/04/2017 - AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Leitura de pronunciamento dos presidentes e representantes das igrejas



evangélicas históricas do Brasil contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o assunto que me traz á tribuna é *light*. Eu vou ignorar o pronunciamento feito pelo Deputado João Gualberto. Não vou falar sobre a PETROBRAS e sobre a hecatombe em que o PT deixou não só o País, mas em particular a PETROBRAS. Farei isso em respeito a esta tribuna da esquerda.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu já fiz na tribuna o registro da preocupação dos batistas do Brasil com a reforma da Previdência. No mesmo sentido, quero registrar a posição das igrejas tradicionais do Brasil - os batistas estão incluídos - pública e expressamente contrária à proposta de reforma encaminhada pelo Governo, nos termos do pronunciamento coletivo que segue:

"Os Presidentes e representantes das Igrejas evangélicas históricas do Brasil, em virtude das propostas de mudanças no regime previdenciário brasileiro contidas na Proposta de Emenda à Constituição - PEC 287/2016, no cumprimento de seu dever profético e no exercício da fé cristã, fazem o seguinte:

PRONUNCIAMENTO (...)"

O pronunciamento vem alinhado em vários itens. Peço que ele seja registrado. No último item, consta o seguinte:

"É preciso que haja uma investigação profunda da aplicação dos recursos arrecadados para sustentar a previdência e a seguridade social, que os números reais da previdência sejam tornados públicos e que o Governo construa mecanismos eficazes de cobrança dos altos valores devidos à Previdência Social e reduza as desonerações fiscais concedidas aos segmentos privados, em detrimento da saúde financeira do Estado.

Conclamamos os membros que se reúnem em nossas Igrejas a orar pelo bem de nossa nação e que Deus nos permita construir um país em que justiça social e cuidado com os mais necessitados sejam pauta permanente de nossas políticas públicas."

Esse é o pronunciamento das igrejas tradicionais do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Os Presidentes e representantes das Igrejas evangélicas históricas do Brasil, em virtude das propostas de mudanças no regime previdenciário brasileiro contidas na Proposta de Emenda à Constituição - PEC 287/2016, no cumprimento de seu dever profético e no exercício da fé cristã, fazem o seguinte

PRONUNCIAMENTO:

1 - O atual sistema previdenciário brasileiro cumpre fundamental papel redistributivo e realocativo de renda, sendo instrumento eficaz de combate à desigualdade social e de segurança alimentar a uma parcela significativa de brasileiros;

2 - Não obstante sua importância no combate às desigualdades sociais, o atual sistema previdenciário apresenta assimetrias e inequidades entre diversas categorias laborais, o que requer revisão e ajustes para seu aperfeiçoamento;

3 - A exigência de idade mínima de 65 anos para aposentadoria tanto de homens quanto de mulheres e de um tempo mínimo de contribuição de 25 anos que, na prática, requer 49 anos para aposentar-se com 100% dos proventos, é injusta e não condiz com a realidade brasileira, porque:

3.1. As mulheres, sabidamente, em nossa sociedade, exercem dupla jornada laboral, trabalham cerca de 7,5 horas a mais que os homens, de acordo com levantamento do IPEA, e não se podem ignorar as diferenças de gênero;

3.2. Os trabalhadores mais pobres e sem qualificação, em vista da economia informal (falta de registro em carteira), do subemprego e do desemprego, jamais alcançarão 49 anos de contribuição para fazer jus aos proventos de aposentadoria integrais;

3.3. Não leva em consideração nossos graves desequilíbrios regionais

e as diferenças de expectativa de vida entre as populações das regiões mais pobres em contraponto com as mais ricas.

4 - É injusta a sistemática proposta de cálculos dos proventos e dos cálculos de pensão, havendo a possibilidade de esses valores serem inferiores ao salário mínimo;

5 - A elevação de idade para 70 anos para o Benefício de Prestação Continuada afetará as camadas mais pobres da sociedade, impedindo que os que mais precisam tenham acesso ao benefício;

6 - É preciso que haja uma investigação profunda da aplicação dos recursos arrecadados para sustentar a previdência e a seguridade social, que os números reais da previdência sejam tornados públicos e que o Governo construa mecanismos eficazes de cobrança dos altos valores devidos à Previdência Social e reduza as desonerações fiscais concedidas aos segmentos privados, em detrimento da saúde financeira do Estado.

Conclamamos os membros que se reúnem em nossas Igrejas a orar pelo bem de nossa nação e que Deus nos permita construir um país em que justiça social e cuidado com os mais necessitados sejam pauta permanente de nossas políticas públicas.

Documento 26/257

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	- 05/04/2017- 12:54
Publ.: DCD - 06/04/2017 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de continuidade de mobilizações no Brasil contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Expectativa de rejeição da matéria pela Câmara dos Deputados.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos fazendo um debate na sociedade brasileira e aqui no Congresso Nacional sobre

a reforma da Previdência.

Eu estou convencido de que, com as mobilizações em todo o Brasil - greve geral marcada, atos em todas as Câmaras de Vereadores -, com toda essa movimentação, essa reforma da Previdência está derrotada. Ela não passará nesta Casa porque existe um sentimento na sociedade de que não se pode de forma nenhuma tirar direito da população.

Ainda mais porque Michel Temer, golpista, encaminha um projeto para cá que exclui da reforma da Previdência as Forças Armadas - o argumento do Relator é que as Forças Armadas não contribuem para a Previdência.

Entretanto, ele não exclui os trabalhadores rurais, que trabalham de sol a sol, com uma dificuldade grande para produzir a riqueza deste País, produzir alimentos, nem exclui os profissionais da educação.

Todos nós sabemos da dificuldade do professor de dar aula nos Municípios de todo o País; sabemos da dificuldade do processo de educação e de como os professores muitas vezes são maltratados pelos gestores municipais; sabemos que eles precisam muitas vezes se organizar para enfrentar o descaso dos Prefeitos ou dos governos de modo geral; sabemos que cada vez mais eles trabalham para que a educação seja prioridade na sociedade, fazendo com que os pais participem da educação, cumprindo um papel determinante na sociedade brasileira. Porém, este Governo golpista ignora isso.

Estou dizendo sempre, em todos os lugares, Sr. Presidente, que os trabalhadores rurais e os trabalhadores da educação têm que ir para rua pressionar este Governo. Não é possível que o trabalhador rural, o professor e o trabalhador em educação tenham que contribuir 49 anos para obter o direito à aposentadoria. Isso é um absurdo! Acredito que é a luta e a pressão do povo brasileiro que vai mudar essa situação.

Estou convencido, pela quantidade de atividade que há neste Brasil, nas Câmaras de Vereadores, em todas as praças, em diversos Municípios, nos Estados, de que se criou uma massa crítica contra essa reforma da Previdência. Duvido que os Deputados tenham coragem de votar a favor dessa reforma da Previdência enviada pelo Governo golpista Michel Temer.

Mas acredito que é preciso continuar essa mobilização, cada vez mais crescente, de toda a sociedade para impedir, de uma vez por todas, esse projeto do Michel Temer, que é acabar com a previdência pública e transformá-la literalmente em previdência privada. Nós não podemos

aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a reforma da Previdência já está inserida no debate da população como um grande retrocesso. Não tenho dúvidas que não é o desejo de ninguém a perda completa dos direitos previdenciários. Esse o objetivo concreto do Governo golpista, ao mudar o tempo necessário à contribuição e as idades mínimas de aposentadoria, sem considerar as peculiaridades profissionais entre homens e mulheres, agricultores familiares, etc.

Mas nesta fala quero focar nos professores. Essa categoria importantíssima para o povo brasileiro terá impactos fortíssimos, caso a reforma seja aprovada.

O art. 23, inciso I, alínea "c", da PEC 287 revoga o art. 201, §8º da Constituição Federal. Pelo atual regime, os professores que comprovem o tempo de exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, podem ter o tempo mínimo de contribuição exigido para aposentadoria reduzido em 5 anos. Assim, tal classe de profissionais pode se aposentar com 30 anos de contribuição, no caso de homens, e 25 anos de contribuição, no caso de mulheres.

A redução de tempo é justificada diante da própria especificidade do trabalho de professor, cuja jornada não pode ser contada apenas pelo tempo em sala de aula. No entanto, o Governo golpista quer extinguir essa diferença. Se aprovada, a reforma da Previdência iguala o professor e a professora em um mesmo grande bolo, sendo que estes profissionais terão que ter os mesmos requisitos para a concessão da aposentadoria em geral, 65 anos de idade, para qualquer sexo, e 25 anos de contribuição. O Governo Temer ainda traz, de forma impositiva, idade de corte de 50 anos para homens e de 45 anos para mulheres, para permitir alguma transição.

Àquele professor que já tiver 49 anos de idade, muitos deles tendo trabalhado em mais de uma escola, além do tempo de dedicação em casa, em vez de trabalhar um ano a mais para se aposentar, terá que trabalhar no mesmo ritmo por mais 15 anos. Já as professoras de 44 anos, numa situação igual, terão que trabalhar por mais 20 anos. Ou

seja, para as mulheres, a reforma é ainda mais cruel.

Eu e outros deputados petistas colocamos emendas à reforma da Previdência, de forma a excluir os professores e os trabalhadores rurais deste processo. Mas não tenho dúvidas que a rejeição deve ser feita à integralidade da Proposta de Emenda Constitucional nº 287, de 2016.

Inclusive, para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, esta PEC torna as regras para a aposentadoria tão difíceis de serem alcançadas que os trabalhadores se sentirão obrigados a contratar planos privados de Previdência, caso tenham condições financeiras para isso.

A CNTE ainda alerta que, com a expectativa média de vida no País girando em torno de 75 anos, as pessoas vão trabalhar quase até a morte. Em alguns Estados, como Maranhão e Alagoas, por exemplo, a expectativa de vida chega a ser menor do que a idade mínima que o Governo está propondo para a aposentadoria.

Heleno Araújo, Presidente da CNTE, ainda lembra que mais de um terço da categoria dos professores já sofre com doenças do trabalho. Ou seja, a reforma da Previdência destina os professores e professoras do Brasil a um cenário de exploração máxima de crueldade.

Obviamente, esta PEC não atinge os seus formuladores. Tanto Temer, quanto Padilha - da Casa Civil - são aposentados desde os 55 e 53 anos, respectivamente. Certamente, não foi pelo trabalho desenvolvido, mas por privilégios adquiridos e "direitos" - entre aspas -: o primeiro por ser ex-Procurador do Estado de São Paulo e o segundo na condição de ex-Deputado Federal.

O pacote de maldades ainda se estende aos idosos e as pessoas com deficiência. Ao desvincular o Benefício de Prestação Continuada - BPC do salário mínimo, ao elevar a idade exigida ao acesso a este benefício para 70 anos, Temer que impor as pessoas ao trabalho por mais tempo ainda. O BPC garante o pagamento mensal de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência com renda familiar inferior a 25% do salário mínimo.

Pelo visto, a boa tirada das redes sociais, de que será necessária a certidão de óbito para a aposentadoria, não será apenas uma piada, mas realidade. O nosso trabalho de denúncia e pressão contra o trator que Temer quer passar por cima de direitos fundamentais será permanente. Já disse e reafirmo a necessidade da pressão popular contra este projeto e outras reformas, tais como a trabalhista que

tramita aqui no Congresso. Também reafirmo: Temer, mais uma vez, joga nas costas do povo a manutenção de privilégios de setores elitistas do País.

Sr. Presidente, gostaria que este discurso fosse registrado no programa *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 27/257

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/04/2017- CD 14:46	
Publ.: DCD - 06/04/2017 - CAETANO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Enfraquecimento da base aliada do Governo Michel Temer no Congresso Nacional. Iniciativas do Governo Federal contrárias à sociedade brasileira e à soberania nacional. Conclamação da população brasileira para continuidade de manifestações contra a proposta de reforma previdenciária. Expectativa de rejeição da matéria pela Câmara dos Deputados.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, gostaria de falar especialmente com quem mora em cada cidade do Brasil, em cada território, na roça, na periferia, com o trabalhador rural, com o trabalhador urbano, enfim, com toda a sociedade.

Estou sentindo, Sr. Presidente, uma diferença nesta Casa nos últimos dias. O meu sentimento é o de que a base do Governo aqui não é tão sólida como era e que a cada instante o Governo perde Deputado e Senador da sua base.

Ontem à noite, por exemplo, o Senador Renan Calheiros fez uma profunda crítica ao ilegítimo Governo Temer. O sentimento que paira nesta Casa, no Congresso Nacional, é o de que ou se afasta e tira Temer ou, então, o Temer acaba com o Brasil. Nada tem melhorado neste Governo Temer. Parece que este Governo foi encomendado por alguma força estranha e alguma força inimiga, adversária do povo, que

dizem por aí que é o tal do mercado. Esta é a força estranha: o capital financeiro que está por trás desse Governo. Toda a medida adotada por este Governo é contra a sociedade brasileira, contra a soberania nacional, contra o conteúdo nacional em nosso País.

Acabo de saber, por meio da imprensa, que vai haver novo leilão do pré-sal. Nós sabemos que hoje 50% da produção do petróleo brasileiro é produção do pré-sal. Não esqueçam que o pré-sal foi descoberto no Governo do Presidente Lula!

Por isso, o PSOL diz primeiramente: *"Fora, Temer!"*; depois: *"Venha Lula para perto daqui. Lula ali, perto de nós, para se retomar o crescimento econômico deste País"*. Com esse Temer nada mudou, aliás, melhorou para a classe empresarial, para os grandes latifúndios, especialmente para o capital financeiro, Sr. Presidente, senhoras e senhores que estão me ouvindo em todo este País.

Antes de finalizar o meu discurso, quero dizer para você, que mora em cada canto deste Brasil, que, quando há uma mobilização em cada cidade, em cada Estado, em cada território, ela se repercute nesta Casa, que tem boa acústica, que sabe ouvir o que a sociedade está clamando.

Continue a mobilização contra a reforma da Previdência, porque está dando certo. Não vai passar aqui a reforma da Previdência - não vai passar! Eles querem aumentar o tempo de aposentadoria para o policial civil, militar e federal.

Não vão conseguir aprovar essa reforma! A reforma da Previdência não vai passar, como não vão conseguir acabar com a aposentadoria rural com essa modificação que eles estão querendo fazer! Essa reforma não vai passar, porque esta Casa está mudando em face da mobilização social que está havendo em todo o Brasil.

Documento 28/257

061.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 05/04/2017-15:02
Publ.: DCD 06/04/2017 -	ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Federal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero apenas registrar que hoje também não teremos reunião na Comissão da Reforma da Previdência, como não tivemos ontem. Certamente, estão tentando arrumar alguma desculpa para apresentar o relatório, que será apresentado na próxima quarta-feira, dia 12 de abril. Logicamente, com o pedido de vista, vai para a semana subsequente. Diante das dificuldades que nós estamos encontrando no sentido de melhorar as maldades dessa reforma, ganhamos duas semanas.

Deputada Jô Moraes, de semana em semana, a galinha vai enchendo o papo; de grão em grão, nós vamos conquistando essas situações.

Lembro que o episódio do Paraguai em que colocaram fogo no Senado e o episódio da Venezuela que obrigou o Maduro a voltar atrás e pedir para o Judiciário deixar de intervir no Parlamento são sinais que têm que ser atendidos por todos.

Não a essa reforma!

Documento 29/257

063.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/04/2017- CD	18:04
Publ.: DCD - 06/04/2017 - NELSON PELLEGRINO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inexistência de maioria na Câmara dos Deputados para a aprovação da proposta de reforma da Previdência, conforme levantamento do jornal O Estado de S.Paulo.



O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho uma notícia importante para o Brasil, mas péssima para o Governo.

Acaba de ser divulgada uma pesquisa do jornal *O Estado de S. Paulo* em que 425 Deputados Federais foram consultados, 83% desta Casa. Desses 425 Deputados, 240 declararam que são contra a reforma da Previdência. Portanto, o Governo não tem número para aprovar a reforma da Previdência, e talvez, se fossem consultados na sua inteireza, faltam 88 Parlamentares, esse número seria muito maior.

Estou feliz em saber que esta Casa começa a ouvir e a responder à voz das ruas, porque esta proposta de reforma da Previdência é inaceitável. O povo brasileiro não a aceita, os trabalhadores não a aceitam. Eu tenho certeza de que vamos derrotá-la neste plenário.

Documento 30/257

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/04/2017-14:12
Publ.: DCD - 05/04/2017	LUIZ COUTO-PT -PB	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da Seguridade Social. Necessidade de mobilização da sociedade contra a aprovação da matéria no Congresso Nacional. Repúdio à extinção do Programa Ciência sem Fronteiras, pelo Governo Michel Temer.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que considere como lidos dois pronunciamentos.

O primeiro pronunciamento é sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, a PEC da maldade, da crueldade, da perversidade, que reduz direitos conquistados pelos brasileiros, que prejudica a maioria dos brasileiros. Vamos derrotá-la, para que o prejuízo que o Governo Federal tem causado não aumente mais.

No segundo pronunciamento, Sr. Presidente, denuncio o desmonte da educação. Agora o Presidente golpista destrói o exemplar Programa Ciência sem Fronteiras. Ou seja, pobre não pode mais estudar em universidades estrangeiras.

Sr. Presidente, gostaria que os dois pronunciamentos fossem "publicizados" nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Seu pedido será atendido, Deputado Luiz Couto.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, elaborada pelo Governo de Michel Temer e atualmente em discussão na Câmara dos Deputados, vai reduzir drasticamente direitos conquistados há décadas pelo povo brasileiro, principalmente da parcela mais pobre. O projeto visa desmontar a Previdência Social no País, condenando trabalhadores de ambos os sexos a um novo modelo escravocrata em que os contribuintes serão escravos do capital até a morte.

A reforma do Governo interino de Michel Temer vai prejudicar todos os brasileiros, mas quem vai sofrer mais são as mulheres, os trabalhadores rurais, as viúvas, os idosos de baixa renda, os trabalhadores do campo, os trabalhadores em situação de risco social e mental e as pessoas com deficiência em situação de pobreza.

De acordo com a proposta, a idade mínima para aposentadoria dos homens passará de 60 anos para 65 anos e a das mulheres, de 55 anos para 65 anos. O tempo mínimo de contribuição vai passar de 15 anos para 25 anos. Para a obtenção da aposentadoria integral, o contribuinte terá que trabalhar 49 anos. Nesse cálculo, não se leva em conta que a maior parte da população trabalha na informalidade, sem carteira assinada. As mulheres têm tripla jornada e trabalham 4 horas diárias a mais que os homens, em média, quando somadas ao trabalho doméstico. Segundo estudos do DIEESE, 47% das atuais contribuintes não conseguirão se aposentar com 65 anos de idade. Além disso, a proposta atinge as atuais aposentadorias e pensões, os idosos e as pessoas com deficiência de baixa renda, mudando as regras de acesso ao benefício da assistência social e desvinculando o benefício do valor do salário mínimo.

No caso dos trabalhadores rurais, a exclusão pode ser ainda maior. A reforma representará um desestímulo à permanência no campo, principalmente para os trabalhadores mais jovens: mais de 70% dos camponeses dificilmente alcançarão a aposentadoria. Isso afeta a economia dos Municípios e a produção de alimentos.

A PEC 287 representa a redução do Estado na proteção social, na contramão da maioria dos países, que atualmente têm na contribuição estatal sua maior fonte de contribuição para a Previdência Social. O Governo Temer dá uma pedalada na Constituição Federal e faz uma contabilidade criativa. Para combater a PEC, será preciso muita unidade e capacidade de articulação, de mobilização, de organização, de pressão, de resistência e luta, diante de um Congresso Nacional alinhado ao Governo e às reformas, incluindo a trabalhista. Os trabalhadores e a sociedade em geral devem unir-se, a fim de evitar um dos maiores desmontes institucionais e sociais da história brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez venho a esta tribuna denunciar o desmonte promovido pelo Governo golpista e usurpador de Michel Temer. Desta vez, senhoras e senhores, Temer completou o desmonte na educação e destruiu de vez o exemplar Programa Ciência sem Fronteiras.

É nojento e desumano o que vem sendo feito neste País pelos golpistas e usurpadores da República. Ao congelar o gasto federal, desestruturar o financiamento da política social brasileira e eliminar a vinculação de receitas destinadas à educação e ao orçamento da Seguridade Social, que compreende as políticas de saúde, previdência e assistência social, Temer vem tratorando as conquistas sociais que foram garantidas na Constituição de 1988, com a desculpa mentirosa de estabelecer prioridades e preservar o gasto público nessas áreas sociais.

Com o advento do golpe de 2016, que arrancou à força uma Presidenta eleita legitimamente, Dilma Rousseff, em nosso País, Temer já vendeu ativos da PETROBRAS, vai vender os Correios, intenta retirar direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, esmiúça o estudante e quebra os caixas do País. E mais: de todos os Presidentes do País, ele é o mais citado em delações premiadas sobre corrupção.

Pergunto: cadê o valor dos *royalties* de petróleo que eram investidos na saúde e na educação?

Após vender o maior bem nacional a preço de banana, alega que não tem dinheiro para enviar os alunos que esperam por uma oportunidade para ampliar seus conhecimentos e trazer para o País uma estrutura e a ampliação da tecnologia e da inovação.

Chegamos aos tempos da escravatura branca. Pobre não pode ter mais uma oportunidade de estudar em universidades estrangeiras por meio de bolsa ofertada pelo governo.

É inaceitável que a conta da ineficiência, da ganância e da irresponsabilidade da elite patronal recaia sobre os ombros dos estudantes. É inaceitável a falta de propostas e ações do Governo para o crescimento educacional.

Todavia, tenho algo a dizer: nós do Partido dos Trabalhadores, junto com os estudantes brasileiros, resistiremos, Sr. Presidente. Do desespero brotará o ânimo de lutar pela preservação dos direitos assegurados, conquistados há anos, e pelo retorno da normalidade democrática ao nosso País. Voltaremos às ruas e exigiremos nossos direitos.

Nem um direito a menos! Fora, Temer!

Era o que tinha a dizer.

Documento 31/257

059.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - 04/04/2017-14:18
CD

Publ.: DCD - 05/04/2017 POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

-

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Reiteração de posicionamento contrário do PDT à proposta de reforma previdenciária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero só reafirmar o compromisso que tenho, que o meu partido tem contra essa proposta de reforma da Previdência.

Sr. Presidente, o agricultor é a nossa galinha dos ovos de ouro, é quem produz alimento neste País. A indústria está crescendo para baixo, que nem cola de burro; os serviços estão parados; o comércio está estagnado. Quem está salvando a lavoura na economia do País é a mão cascuda do agricultor. E é contra ele que essa reforma se levanta, com pretensão de impedir que se aposente, que a mulher agricultora se aposente. Isso nos entristece; isso nos envergonha.

Eu espero que esta Casa, este Poder, os Deputados... A proposta foi enviada a esta Casa pelo Presidente Michel Temer, mas quem vai votá-la são os Deputados, que são de carne e osso, têm nome e endereço, têm telefone e *e-mail*. A população, o cidadão deve cobrar deles, deve marcar na paleta. A questão é: se eles não votam pelo povo aqui, o povo não votará neles lá nunca mais.

Documento 32/257

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/04/2017-14:32
Publ.: DCD - 05/04/2017	HEITOR SCHUCH-PSB -RS	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Presença, na Câmara dos Deputados, de sindicalistas e representantes de trabalhadores na agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, em luta contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado JHC, que preside esta sessão.

Sr. Presidente, quero dizer da alegria de estar aqui ao lado de dois



Diretores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG-RS, a Sra. Lérida Pavanelo e o Sr. Pedrinho Signori, e também de dois Presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais: o de Cachoeira do Sul, Sr. Diego Kiefer, e o de Santa Maria, Sr. Célio Fontana.

Todos estão preocupados com as reformas: a trabalhista e, em especial, a previdenciária. Vêm aqui fazer um apelo aos Parlamentares do Rio Grande do Sul e do Brasil para que votem contra a PEC 287, que penaliza os agricultores familiares, os que começam a trabalhar cedo e se aposentam tarde, e indistintamente recebem um salário mínimo de aposentadoria. Esta é a grande causa que move a FETAG e os nossos sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, juntamente com a CONTAG.

Queremos dar as boas-vindas aos companheiros que estão presentes! Que os Parlamentares dialoguem com a nossa representação, até para que possamos melhorar, e muito, esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradecemos ao Deputado Heitor Schuch.

Documento 33/257

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/04/2017-14:34
Publ.: DCD - 05/04/2017	DÉCIO LIMA-PT -SC	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Exaltação da união de centrais sindicais contra as propostas do Governo Federal de reformas previdenciária e trabalhista. Pesar pelo fechamento de unidades do Programa Farmácia Popular e de agências do Banco do Brasil, e pelo anúncio de extinção do Programa Ciência Sem Fronteiras.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Deputado Pedro Uczai, ontem realmente testemunhamos a unidade da luta dos trabalhadores do campo e da cidade em Santa Catarina. Eu não poderia ficar silente e não fazer este registro, na tribuna da Câmara dos

Deputados.

Quero ressaltar a unidade das centrais sindicais dos trabalhadores - todas presentes, participando -, das federações que representam os trabalhadores do campo e da cidade, e da bancada de Deputados Estaduais, cujos nomes ressalto: Ana Paula Lima, Luciane Carminatti, Neodi Saretta, Padre Pedro e Dirceu Dresch.

É importante que essa resistência esteja atenta aos acontecimentos. Novamente, a agenda do subdesenvolvimento, da recessão, do desemprego e do abismo social continua de forma desenfreada, não só com a reforma da Previdência, mas também com o processo de terceirização, já sancionado.

Hoje tivemos a notícia, Deputado Bohn Gass, do fechamento de 393 unidades do Programa Farmácia Popular. As agências do Banco do Brasil também estão sendo literalmente fechadas. E essa agressão à cultura do povo brasileiro, com o fim do Programa Ciência Sem Fronteiras?

Estamos aqui, os trabalhadores do campo e da cidade, e vamos resistir para barrar essa agenda do subdesenvolvimento.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, somente neste último final de semana, o Governo ilegítimo e golpista do PMDB/PSDB sancionou a lei que terceiriza todas as categorias de trabalho, precarizando as relações trabalhistas e rasgando a CLT. Anunciou também que irá fechar 393 unidades próprias do Programa Farmácia Popular (criado pelo Lula, em 2004), que distribui medicamentos gratuitos ou com até 90% de desconto no País; e que irá acabar com o Programa Ciência Sem Fronteiras (criado pela Dilma, em 2011), que levou 100 mil jovens brasileiros, filhos de trabalhadores, para estudar nas melhores universidades do mundo.

Eu rogo a V.Exa., portanto, que receba como lido este pronunciamento e dê divulgação ao discurso nos meios de comunicação desta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sanção da Lei da



Terceirização pelo Governo ilegítimo Michel Temer incentivará as empresas a demitirem trabalhadores que estão sob o regime da CLT, para contratarem terceirizados, com remuneração menor. Um levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, em 2015, mostrou que os terceirizados recebiam em média 30% a menos que os contratados diretos. De cada cinco mortes no trabalho, quatro são de terceirizados.

O Governo ilegítimo ainda anunciou que não vai mais garantir recursos para manter as estruturas do Programa Farmácia Popular. O fim da contrapartida federal de 12 mil reais para cada unidade foi aprovado nesta quinta-feira. Em todo o País, há 516 unidades próprias da Farmácia Popular. Temer anunciou que 393 unidades próprias do Programa Farmácia Popular serão fechadas. É o desmonte da saúde pública, em curso no nosso País.

Criado por Lula em 2004, o Programa Aqui Tem Farmácia Popular visa a atingir aquela parcela da população que não busca assistência no SUS, mas tem dificuldade para manter tratamento medicamentoso devido ao alto preço dos medicamentos. Neste sentido, uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria, criado em 2011, com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população, rompendo barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais, consiste na distribuição de medicamentos para hipertensos e diabéticos, por meio do Programa Farmácia Popular do Brasil.

No mesmo fim de semana, o Governo ilegítimo PMDB/PSDB pôs fim ao programa que garantia o intercâmbio cultural dos filhos dos trabalhadores em outros países. O Ciência Sem Fronteiras é um programa criado no Governo da Presidenta legítima Dilma Rousseff, que buscava promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

O projeto previa a utilização de até 101 mil bolsas, em 4 anos, para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação fizessem estágio no exterior, com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e à inovação. Além disso, buscava atrair pesquisadores do exterior que quisessem se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebessem treinamento especializado no exterior.

O fim do Programa é mais uma etapa do desmonte da educação

pública e para todos em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 34/257

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/04/2017-15:18
Publ.: DCD - 05/04/2017	LEO DE BRITO-PT -AC	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Êxito de paralisação nacional promovida pela Frente Povo Sem Medo contra as propostas de reformas previdenciária e trabalhista e contra a terceirização da mão de obra. Insensibilidade social do Presidente da República, Michel Temer.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 31, houve uma paralisação promovida pela Frente Povo Sem Medo que foi mais um sucesso no Brasil. Nós estamos vendo os trabalhadores cada vez mais mobilizados contra a reforma da Previdência, contra a reforma trabalhista e contra as terceirizações.

O que é mais incrível nessa história toda é que o Presidente da República, Michel Temer, sancionou as terceirizações gerais e irrestritas no mesmo dia. Trata-se de um Presidente que não tem sensibilidade nenhuma. O Presidente Temer está sendo conhecido no Brasil inteiro como o Presidente inimigo dos trabalhadores, porque está promovendo o desmonte em todos os setores: na educação, na saúde, na economia e porque não tem sensibilidade nenhuma.

Sr. Presidente, solicito que meu discurso seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa como também no programa *A Voz do Brasil*.

Vamos à luta para barrar esse desmonte do Estado brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Defiro o pedido de V.Exa.

Documento 35/257

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/04/2017-15:24
Publ.: DCD - 05/04/2017	VICENTINHO JÚNIOR-PR -TO	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Retrospecto do exercício do mandato parlamentar do orador em prol do povo do Estado do Tocantins, mediante destinação de recursos orçamentários oriundos de emendas parlamentares de autoria do orador e da bancada federal tocantinense. Expectativa de liberação de recursos para início das obras de construção da ponte sobre o Rio Araguaia, entre os Municípios de Xambioá, Estado do Tocantins, e São Geraldo, Estado do Pará. Pedido ao Governador Marcelo Miranda de agilização das obras de construção de ponte sobre o Rio Tocantins, no Município tocantinense de Porto Nacional. Importância de união da bancada tocantinense na Câmara dos Deputados para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Tocantins. Defesa de preservação do trabalhador brasileiro, no âmbito da proposta do Governo Federal de reforma previdenciária. Inspiração no trabalho do Senador Vicentinho Alves, pai do orador, em prol do povo tocantinense para o exercício do mandato.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aguardar o Deputado Valdir Colatto falar, para mim, seria muito prazeroso.

Venho aqui hoje, usando o tempo do Grande Expediente que nos foi disponibilizado pelo Partido da República - reservado para o dia 24 -, para prestar um esclarecimento e fazer um resumo do que tem sido este nosso mandato.

Desde o início, em 2015, quando começamos aqui na Câmara Federal na condição de Deputado, sempre que posso, gosto de prestar os devidos esclarecimentos a quem de direito é dono deste nosso mandato, que é o povo do Estado do Tocantins.



Então, Sr. Presidente, Deputadas colegas, Deputados amigos, hoje venho a esta tribuna para falar de uma boa parte do nosso mandato aqui em Brasília, desde 2015, de recursos alocados via emendas parlamentares e propostas voluntárias. Graças a Deus, à nossa disciplina, ao nosso Partido da República, ao Governo Federal, sensíveis às causas do meu Estado do Tocantins, já nos permitiram atender 89 dos 139 Municípios.

Eu dizia isto na campanha de 2014: se Deus e o povo aqui me trouxessem, eu iria me esforçar muito para ser um Deputado municipalista, um Deputado que faria um mandato ouvindo as causas dos Municípios, indo aonde realmente se devem fazer as ações de governo, que é no meio do nosso povo, nos nossos Municípios.

E muito feliz venho sendo. Conseguimos já quase 27 milhões de reais colocados via emendas parlamentares. Somando-se as propostas voluntárias, já estamos quase na casa dos 57 milhões de reais contemplando o Estado do Tocantins, os nossos Municípios.

No ano passado, o Partido da República nos deu a missão honrosa de representá-lo na Comissão Mista de Orçamento, na CMO, na qual pude ocupar a função de coordenador do comitê que admitia as emendas parlamentares apresentadas naquela Comissão.

E ali, junto com o Presidente Arthur Lira, naquele momento, o Relator-Geral do Orçamento, Senador Eduardo Braga - o Tocantins tem que saber dos seus serviços prestados ao nosso Estado - nos permitiu dar segurança orçamentária a obras importantíssimas que traçam o eixo norte-sul do meu Estado. Aqui falo da Belém-Brasília, da BR-153, da BR-010. S.Exa. me permitiu colocar 15 milhões de reais de Orçamento suplementar para que aquela importantíssima obra, que entra no sudeste do meu Estado e vai até o Município de Itacajá, subindo para o Maranhão, não fosse paralisada; permitiu-me destinar mais 20 milhões de reais à BR-242, que vem desde a Bahia, no Município de Ilhéus, passando pelo nosso Tocantins, entrando em Mato Grosso.

Veja bem, Sr. Presidente, o Rio Araguaia, em vez de unir o Estado do Tocantins ao Estado de Mato Grosso, até hoje os separa, uma vez que são os dois últimos Estados da Federação que ainda não conseguiram ser ligados por uma rodovia federal. Na Comissão de Viação e Transportes - CVT, junto com a bancada do Estado do Tocantins, Deputado Carlos Henrique Gaguim, junto com a bancada do Estado de Mato Grosso, constituímos uma Subcomissão para tratar especificamente da BR-242, que atravessa a Ilha do Bananal, e da BR-235. Também na CMO, o Senador Eduardo Braga permitiu-nos um Orçamento suplementar de 25 milhões de reais. No mês de fevereiro



deste ano, junto com o Prefeito de Pedro Afonso, Jairo Mariano; com o Prefeito de Bom Jesus, Paulo Hernandez; com o Prefeito de Rio Sono, Dr. João; com o empresariado, com os agricultores daquela região tão rica no Estado do Tocantins e com o Dr. Eduardo Suassuna, que hoje está à frente do DNIT no Estado do Tocantins, anunciamos o lançamento do processo licitatório para dar início ao trecho de implantação de Bom Jesus com a divisa do Estado do Maranhão.

Sr. Presidente, fico feliz com o fato de nosso partido ocupar esses espaços na Casa. Mais feliz fico quando vejo esses espaços renderem bons frutos ao Estado do Tocantins.

Mais cedo, junto com o Senador Vicentinho Alves e com a bancada federal, a Deputada Josi Nunes, a Deputada Dulce Miranda, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, o Deputado Lázaro Botelho - o Deputado César Halum só não estava presente porque estava em viagem ao exterior -, tivemos uma reunião importantíssima, no Ministério da Justiça, com o nosso querido colega Ministro Osmar Serraglio.

No ano passado, a bancada do Tocantins destinou 84 milhões de reais para a segurança pública do Estado, por meio das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros. Trata-se de um projeto completo que, com certeza, vai chegar aos Municípios do Estado e vai dar mais tranquilidade ao Tocantins, que sofre por ser um Estado tão jovem, no centro do País, no coração do Brasil.

Tocantins tem seus benefícios pela logística maravilhosa e abençoada, mas tem sofrido muito com as ondas de criminalidade, com essa tal bandidagem do cangaço, que, quando a coisa aperta em outros Estados, vai para o Tocantins.

Com esses recursos conquistados pela bancada federal, a polícia militar e a polícia civil, muito honradas, vão dar o devido recado: "*No Tocantins, bandido passa baixo. No Tocantins, bandido tem vida curta. No Tocantins, se quer ter serviço, cace coisas dignas!*" O Governo do Estado, com o apoio da bancada federal, tomará medidas drásticas e estruturantes para combater a criminalidade, que tem assustado o tocantinense.

Aqui nesta tribuna, vou falar mais à frente sobre o Governador Marcelo Miranda. Quantas vezes eu vim aqui cobrar ações do Governo do Estado! Quantas vezes, aqui desta tribuna, chamei a atenção do Governo do meu Estado, o Tocantins! Naquele momento, o Governo precisava dar respostas rápidas e práticas ao meu povo do Estado do Tocantins. Mas eu aprendi em casa, Sr. Presidente, que temos que

saber cobrar, temos que saber pedir e, acima de tudo, temos que saber reconhecer quando a realidade vem aos olhos.

Aqui, no ano passado, cheguei ao ponto de mandar criar vergonha na cara. Naquele momento eu estava indignado com algumas questões como o acesso ao meu querido Jalapão, que precisa ser discutido, a questão da saúde, a minha ponte do Rio Tocantins sobre o Município de Porto Nacional, de onde venho, onde fica a minha casa e outras gestões de Governo de Estado.

No ano passado, como um pai fala a um filho quando o filho comete seus erros, cheguei ao ponto de mandar criar vergonha na cara, porque eu entendia que, quando se quer bem a um filho, assim um pai o faz, e, quando se quer o bem de um Estado, assim todo político digno faz no seu mandato: chama a atenção. Eu falei, puxei a orelha, como uma mãe faz a um filho quando erra.

Mas também sei dar o afago e o respeito, como uma mãe também faz, quando o filho corrige, ao Governo do Estado do Tocantins, que, de 1 ano para cá, entendeu que havia necessidade da sintonia de uma bancada federal brilhante. Aqui há oito Deputados Federais e Deputadas Federais e três Senadores que trabalham diuturnamente pelo povo do nosso Estado de Tocantins.

Quando o Governador entendeu isso, teve a grandeza - e aqui reconheço de pronto - de vir a Brasília e reunir-se com o Senador Vicentinho Alves, com a bancada federal e pedir essa união, assim que passaram as eleições municipais do nosso Estado, em prol da causa do Tocantins. Ele procurou também a mim, que sou um filho nativo, nascido e criado nas barrancas do Rio Tocantins, no meu Porto Nacional. O sentimento que me move aqui é de sempre muito dever com meu povo. Eu não poderia fazer de forma diferente e não reconhecer a grandeza do Governador de nos procurar, de pedir essa união e dizer ao nosso Estado que de lá para cá muitas vitórias já tivemos.

Esta semana, por exemplo, foi pedido um empenho do DNIT de Tocantins e do DNIT de Brasília para a tão sonhada ponte de Xambioá, sobre a qual dias atrás fiz um pronunciamento aqui do microfone de baixo. Eu disse que o processo estava por ser finalizado. Esse empenho, assim dito pelo Dr. Valter Casimiro, deve sair ainda hoje à noite, para que tenha início a tão sonhada ponte de Xambioá. Os recursos, como disse aqui, no passado, foram colocados no Orçamento por toda a bancada do Estado de Tocantins.

Essa obra, Sr. Presidente, é sonhada pelo meu Tocantins, pelo nosso

vizinho Pará e necessária para o Brasil, porque ligará dois Estados importantíssimos da Federação.

Digo e repito: trabalho, dedicação, prestígio político e a atenção da bancada do meu Estado do Tocantins foram importantes para essa demanda.

Deputada Josi Nunes, falo aqui também da BR-235; da BR-242, que passa pelo coração do seu Município de Gurupi; falei da BR-010; falo da BR-230 e de tantas outras obras.

Com essa união do Governo do Estado do Tocantins e da bancada federal, aqui em Brasília, com o carinho e a atenção do Governo Federal, que também se faz necessário, eu tenho certeza de que outras obras importantes acontecerão.

Venho a esta tribuna pedir, agora com o coração um pouco mais aberto, mais tranquilo e mais sereno, que o Governo do Estado dê a agilidade necessária à obra da ponte de Porto Nacional, que também é importantíssima para o Estado do Tocantins.

Porto Nacional é uma cidade histórica, cultural, berço de líderes importantes do meu Estado. A Deputada Josi Nunes, que aqui se encontra, nasceu em Porto Nacional e se emprestou ao Município de Gurupi, cidades coirmãs.

Deputada Josi Nunes, Porto Nacional merece de nós aqui em Brasília e do Governo do Estado do Tocantins receber esse presente para sua comunidade, que vem sofrendo há algum tempo. Esta herança não foi herdada deste Governo nem do Governo passado. Porém, o problema está aos olhos do tocantinense, no dia a dia, nos Municípios de Brejinho de Nazaré, de Fátima e na região metropolitana de Porto Nacional, que sofre muito sem poder escoar sua produção.

Hoje, os produtores rurais do Município de Porto vêm do outro lado do rio - da Bunge, da modal da ferrovia - sem poder transportar pela ponte de Porto Nacional. Nós não podemos dar esse prejuízo a Porto Nacional, ao Estado e ao Brasil, porque é um eixo de progresso do nosso Estado que tenho certeza de que, conforme dito pelo Governo do Estado, o processo de empréstimo junto ao banco italiano já foi aprovado pela Assembleia Legislativa e está agora aqui em Brasília na Secretaria do Tesouro Nacional, para que se encaminhe a mensagem à Casa Civil e da Casa Civil ao Senado Federal, onde a Comissão de Assuntos Econômicos recebe essas mensagens, delibera e manda para o Plenário.



Tenho certeza de que neste mandato daremos esse presente ao Município de Porto Nacional, como eu disse. E também precisamos dar um presente à região do Jalapão. Tenho dito isto ao Governador Marcelo Miranda. Quando vou lá nos fins de semana de lazer ou nos fins de semana de trabalho, como todos nós vamos, seja de carro, seja de avião, esbarramos com pessoas de todo o Brasil e do mundo. Estive lá dias atrás e encontrei turistas de Minas Gerais, do Piauí, da Europa. A Rede Globo está em São Félix, no Jalapão, para gravar uma novela.

Temos que levar o turista para lá, sim, mas temos que dar tranquilidade aos jalapoeiros. Eles precisam ter certo conforto e segurança para levar um filho para ver uma questão de saúde na capital Palmas; em Porto Nacional, para que o empresariado local possa trazer as suas mercadorias a um preço financeiramente mais compatível com a situação do povo jalapoeiro.

Eu tenho certeza de que dessa sintonia, como disse aqui, da bancada federal com o Governo Federal e o Governo do Estado do Tocantins, também surgirão frutos para os Municípios de São Félix, Ponte Alta, Mateiros, Lagoa do Tocantins e para o nosso Jalapão.

Tenho sempre prazer - e muita gratidão -, Deputada Josi, de dizer que fui o Deputado majoritário destes três Municípios: São Félix, Mateiros e Ponte Alta. Isso é o que me força aqui em Brasília, cada vez mais, sempre que posso, a levar os recursos através de emendas parlamentares, propostas voluntárias. Mas agora chegou a hora de falar de uma coisa mais macro, esse acesso da bancada unida. Tenho certeza de que já colhemos bons frutos: a ponte de Xambioá, a segurança pública e a saúde do Estado do Tocantins.

E digo: vir a Brasília exercer mandato apenas para criticar, mostrar os problemas que não precisamos aqui de Brasília ficar mostrando - eles estão aos olhos, aos ouvidos, no dia a dia dos tocantinenses -, fazer isso é subaproveitar os nossos mandatos.

Nós temos que vir aqui para reconhecer os problemas, levantar as demandas e soluções em conjunto, para que, ao final de cada mandato nosso, possamos juntos ter prestado ao Estado do Tocantins e aos seus Municípios os nossos serviços e dizer: valeu a pena estar em Brasília, valeu a pena exercer 4 anos de mandato e valeu a pena representar aqui este nosso povo tão honrado do Tocantins.

A Sra. Josi Nunes - Queria fazer um aparte, Deputado, e participar um pouco dessa discussão.



O SR. VICENTINHO JÚNIOR - Permite.

A Sra. Josi Nunes - Eu quero aqui parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz nesta tarde e reafirmar o que V.Exa. está acabando de colocar em seu pronunciamento: que apenas poucos Parlamentares do Tocantins acabam não ficando juntos, unidos, para fortalecer o nosso Estado e para colaborar com o nosso Governador Marcelo Miranda. A partir do momento em que passa uma eleição, nós temos que nos unir pelo Estado. Nós não temos que fazer oposição por oposição. Infelizmente, vimos isso acontecer no nosso Estado, em alguns outros lugares. Aqui mesmo, no Congresso, muitas vezes o que importa não é o Brasil, é fazer oposição por oposição. O que importa não é o Estado de Tocantins, é fazer oposição a qualquer custo ao Governo Marcelo Miranda. Como V.Exa. disse, isso não é positivo, isso não é eficiente. E nós, a maioria da bancada do Tocantins, estamos unidos. Eu tenho acompanhado junto com V.Exa. as audiências do Governador, as audiências com os Parlamentares, que lutam por infraestrutura, que lutam para que recursos de emenda impositiva de bancada sejam viabilizados para o custeio. O Brasil está enfrentando tantos e tantos problemas! Sabemos dos problemas que o Governo está enfrentando, mas não é simplesmente jogando para a plateia, criticando, pedindo renúncia de Governador que nós vamos resolver essa situação. Então, eu quero aqui parabenizá-lo pelo pronunciamento. Vamos dar as mãos! Estivemos em palanques opostos na campanha, mas o que importa agora não é a eleição do ano que vem, é nós nos somarmos para contribuir e resolver verdadeiramente os problemas do nosso Tocantins e do Brasil. É com união que vamos resolver esses problemas.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR - Deputada Josi Nunes, começamos o mandato aqui em Brasília debatendo desta tribuna. Ter lado, ter posição é uma das maiores virtudes de um político. Bandeiras partidárias, políticas, se levantam em época de eleição. Passadas as eleições, deixemos de lado o partidarismo e trabalhemos pelos nossos eleitores, pelos nossos Municípios, pelo nosso Estado do Tocantins.

Como aqui disse, venho de Porto Nacional. Lá eu e o atual Prefeito, Joaquim Maia, não dividimos o mesmo palanque, mas hoje fico feliz em vê-lo inaugurar escolas em Luzimangues, graças a um trabalho nosso em Brasília, com recursos para lá alocados e, com certeza, muito bem aplicados.

Aqui ouvimos falar, na sexta-feira, o Ministro de Minas e Energia, Fernando Filho, a quem eu agradeço eternamente. Como disse dias atrás, ele é um amigo que virou Líder de bancada; um amigo que virou Ministro de Minas e Energia; hoje um amigo do Estado do Tocantins.



O Ministro Fernando Filho, sexta-feira, em Brasília, presenteou-nos com um orçamento de 103 milhões de reais para atender à retomada do Programa Luz para Todos, um programa importantíssimo do Governo Federal que leva energia elétrica ao homem e à mulher do campo.

Só quem é do campo sabe o que é colocar o dedo no interruptor e ligar a energia; sabe o que é colocar uma geladeira e tirar o sal em excesso dos seus alimentos, que anteriormente eram preservados dessa forma. Achei bacana ver o depoimento de um produtor rural no Palácio Araguaia semana passada, quando recebemos o Ministro para ele dar ao Tocantins esse presente.

Na viagem de Palmas a Porto Nacional, conversamos na *van* - Deputada Josi Nunes, Prefeito Joaquim Maia, Deputado Carlos Henrique Gaguim, nós e a Vice-Governadora Cláudia Lelis - a respeito disto: ao exercer mandato, deixa-se a bandeira de lado, continua-se com as posições claras, mas se trabalha com política de resultados.

É esse o sentimento, de um tempo para cá, da bancada do Estado do Tocantins, na sua maioria. Nem os dedos da mão são iguais, Sr. Presidente, então não somos nós, meros seres humanos, que temos a obrigação de pensar por igual. Há quem pense diferente.

Mas o que importa ao Estado de Tocantins é que a maioria da bancada do seu Estado hoje entendeu que essa união de pessoas, de mandatos, de partidos, com seus Ministérios representados, vai colher os seus merecidos resultados, aqui de Brasília.

E eu fico muito feliz, Deputada Josi Nunes, de nós termos levado esse recurso e de irmos à tarde ao Ministério da Saúde despachar com o Ministro Ricardo Barros, novamente com a bancada reunida, para tratar do recurso de 146 milhões de reais, que também foi colocado pela bancada federal.

Sr. Presidente, eu tenho falado aqui de diversos números, de emendas, de recursos, de destinações. Às vezes, quem não tem história em uma casa, em uma família, no nosso Estado do Tocantins, na sua boa política - porque foi a política do Estado de Tocantins, foram os políticos que estão lá há muito tempo... Eu não falo dos velhos políticos. Eu falo dos políticos que sonharam, edificaram, realizaram e constroem o nosso Estado do Tocantins.

Só quem vive lá, Deputada Josi Nunes, desde o seu começo, que pegou a poeira, que pegou o acendimento das primeiras luzes na capital, Palmas, sabe a luta de cada um na Constituinte aqui em

Brasília e lá no Estado do Tocantins, depois de criado, dando a sua parcela de contribuição. Eu vejo alguns líderes políticos - não sei se alguns, talvez um, por sinal - que não têm história alguma no meu Estado do Tocantins.

Deputada Josi Nunes, eu sei de onde venho: de Porto Nacional, da Rua Luiz Leite Ribeiro. Quem quiser buscar meus defeitos e minhas qualidades vá a Porto Nacional. Eu sei de onde vem S.Exa., filha do saudoso Jacinto, de Gurupi. Estão lá os defeitos, as qualidades. Não é preciso ir muito longe.

Quem hoje vai às emissoras de rádio e televisão do Estado dizer que o Tocantins tem oito Deputados e Deputadas Federais e três Senadores que vivem aqui por causa do salário que recebem, que só consomem o seu salário e esperam o mandato acabar, porque não produzem nada para o Estado do Tocantins, é porque não tem o que falar da história do Estado, é porque não quer mostrar ao Estado o que esse cidadão tem feito ao nosso Tocantins.

Ora, companheiro, tenha mais respeito com a história de um homem, tenha mais respeito com a história de mulheres honradas e respeitadas que, em Brasília, exercem o seu mandato! Como diz o ditado de Gonzaga: "*Luiz, respeita Januário*".

Quer viver um mandato no Tocantins? Vá conviver com os tocantinenses, vá entender de perto, pessoalmente, sem enviar procuradores, porque prefere ficar no conforto do seu gabinete em Palmas cometendo inúmeras ilicitudes com a gestão pública no momento em que contrata 34 Secretarias Municipais na Capital, Palmas, para colocar articuladores políticos no Bico, no Sudeste, no Jalapão, no Vale do Araguaia. Que história é essa?

Em vez de ficar criticando, esculhambando, denegrindo a imagem das pessoas que aqui vivem a história do Estado, vá primeiro conhecer a história! Eu não vou perder o meu tempo citando nomes, mas o tocantinense está vendo essa política baixa, que diz ser nova por não ter o que mostrar do passado, a não ser de poucos dias para cá, que veio sei lá de onde.

Um Deputado colega nosso apresenta no Congresso Nacional uma PEC mais brasileira do que se possa imaginar, cujo texto - um Deputado do Maranhão, eu me esqueci do seu nome - diz que brasileiros natos, nascidos e reconhecidos no Brasil é que devem exercer os mandatos de Vereador, Deputado e Senador. Chegam ao ponto de dizer que é uma PEC contrária a ele na capital, Palmas. Que história é essa? Esse Prefeito de Palmas é do PSB. Se fosse contrária



a ele, a bancada do PSB na Câmara, honrada, nem sequer a teria assinado. Aliás, se fosse para prejudicar esse cidadão em Palmas, a Deputada Josi Nunes teria assinado, eu teria assinado, porque não tenho medo das minhas posições claras tomadas aqui no Congresso Nacional, na Câmara Federal, até porque onde está um Vicentinho Alves, Senador, um Vicentinho Júnior, Deputado, todo mundo sabe, é no abrir de uma porteira, é no largar de uma corrida, e eu não tenho posições a esconder aqui em Brasília. Tomei neste mandato, desde o começo, posições claras, cristalinas e respeitadas ao meu Estado, o Tocantins.

E falando em respeito, Sr. Presidente, disse aqui dias atrás que o trabalhador brasileiro tem que ser preservado. Está na hora de o Congresso Nacional, de o Governo Federal dar um pouco mais de carinho, um respeito um pouco maior e preservar a imagem do trabalhador brasileiro.

Peço que o Governo Federal, que o Ministro Henrique Meirelles, que este nosso Congresso, que a Comissão Especial que está tratando da reforma da Previdência, tragam a este Plenário um texto mais carinhoso, porque, pelo que eu tenho visto, com a forma inicial como foi colocada nem os próprios Líderes dos partidos estão se sentindo confortáveis, porque entendem que está muito áspera e ácida e que pode ser melhor concebida.

Entendemos que as contas públicas têm que ser equilibradas, entendemos que temos que dar uma satisfação, que tomar decisões que atendam à República, em certos momentos até nem compreendidas, mas eu tenho certeza de que se for muito bem trabalhado, muito bem discutido com a sociedade organizada, com as pessoas dos Municípios, talvez essa reforma que foi apresentada venha com um texto melhor.

Assim feito, contem com este Deputado. De forma diferente, eu tenho dificuldade de voltar ao meu Estado dizendo que votei esse texto original da reforma da Previdência, machucando os meus tocantinenses lá no meu Tocantins. Não foi para isso que vim exercer o mandato.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que estou aqui hoje da mesma forma como comecei este meu primeiro mandato em 2015 e como quero terminá-lo em 2018: com muita honradez e muito respeito às pessoas do meu Estado.

Digo sempre que querer denegrir a imagem de quem exerce um mandato em Brasília é não respeitar a história de quem está no

Tocantins. Estamos lá desde o começo. Como disse aqui, sou nascido e criado em Porto Nacional. Sou filho, herdeiro honrado e honroso, do Senador Vicentinho Alves, um homem que já foi Prefeito de Porto Nacional, Deputado Estadual por dois mandatos, Deputado Federal - colega de V.Exa., Sr. Presidente -, e hoje cumpridor da função honrosa de Senador da República. Já são quase 27 anos de história.

Durante esse tempo em que ele exerceu essas funções, eu aprendi a nunca desonrar um voto de um tocantinense. Com esse ensinamento e sentimento, eu quero todos os dias, aqui em Brasília, poder viver este mandato, junto com essa bancada maravilhosa, e levar ao meu Tocantins os resultados esperados e merecidos na área da saúde, da infraestrutura, da educação, de maneira que possamos juntos, com toda essa bancada, com o Governo do Estado e o Governo Federal, trazer dias melhores aos nossos tocantinenses.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Vicentinho Júnior.

Parabéns! Eu o cumprimento pelo seu pronunciamento engajado em defesa do nosso querido Estado do Tocantins.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna da Câmara Federal nesta tarde para falar à população brasileira e, em especial, à população do Estado do Tocantins, que me conferiu a honra de representá-la, sobre a nossa atuação nesse último ano de 2016.

Entre tantos acontecimentos marcantes para a história política do País, conseguimos, com muito trabalho e contando sempre com o apoio do nosso partido e dos nossos pares, conquistas importantes para o nosso Estado.

Em recursos orçamentários, conseguimos liberar R\$15.318.538,00 em emendas individuais, beneficiando 76 Municípios tocantinenses.

Liberamos, ainda, outros R\$33 milhões para 27 Municípios em propostas voluntárias, perfazendo um total de mais de R\$48 milhões em recursos para os nossos Municípios.

A nossa atuação como membro titular da Comissão Mista de



Orçamento e como Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas nos permitiu, de forma republicana, a condição de levar mais recursos para os Municípios do nosso Estado, especialmente para aplicação em assentamentos do INCRA para obras de perfuração de poços artesianos e estradas vicinais.

Na área de infraestrutura de transportes, essencial para a retomada do crescimento econômico do País, garantimos recursos para a conclusão da BR-242, trecho Peixe-Paraná-Taguatinga, rodovia que contempla toda a região sul e sudeste do Estado e que integra importante corredor rodoviário do País no sentido leste-oeste.

Viabilizamos o processo de federalização da BR-010, o que nos permitiu corrigir uma enorme falha: por intermédio de emenda de nossa iniciativa à MP 708, incluímos a cidade de Porto Nacional e a capital Palmas no traçado da BR-010. Não podíamos conceber que Palmas fosse a única capital do País sem ligação por rodovia federal.

Conseguimos retomar o projeto de construção da BR-235, a partir de compromisso assumido em reunião com Prefeitos, lideranças políticas e produtores rurais de Pedro Afonso, região que vem se destacando nacionalmente na produção de grãos.

Ainda na área de transportes, viabilizamos a execução do projeto de construção da ponte sobre o Rio Tocantins, ligando Xambioá a São Geraldo, no Pará. A obra, de integração nacional, encontra-se com o seu processo licitatório em fase final. Por intermédio de emenda impositiva da bancada do Tocantins, destinamos R\$100 milhões para o projeto.

Posteriormente, a nossa atuação na Comissão de Orçamento e junto ao Relator da Lei Orçamentária de 2017 permitiu complementarmos em mais R\$30 milhões os recursos para a obra, perfazendo o valor necessário para garantir o cronograma de desembolso financeiro.

Em nossa atuação legislativa no Congresso Nacional, nunca nos furtamos a assumir posições claras, sempre em defesa dos interesses da população e respeitando os compromissos assumidos com os eleitores.

Votamos favoravelmente ao projeto de repatriação, após obtermos a garantia de que a receita extra auferida com os recursos repatriados seria compartilhada com Estados e Municípios. Foi em grande parte essa receita que permitiu aos Governos cumprirem os seus compromissos com o pagamento da folha de servidores e com os

fornecedores.

Apoiamos e votamos favoravelmente à legalização da Vaquejada, atividade econômica geradora de emprego e renda e fortemente vinculada à cultura e à tradição do nosso País. O projeto aprovado avança também nos bons tratos aos animais.

No que diz respeito às reformas, especialmente à da Previdência, assumimos posição clara ao reconhecer que é preciso buscar o equilíbrio financeiro do sistema, mas sempre respeitando direitos adquiridos. Os próprios Líderes desta Casa reconhecem a necessidade de aprimoramento do texto em análise na Comissão Especial. Trabalharemos por um texto de consenso, que garanta à Previdência Social saúde financeira para honrar o pagamento de aposentadorias e pensões dos atuais segurados, mas que não imponha ainda mais sacrifícios aos trabalhadores brasileiros. O Parlamento é a caixa de ressonância dos anseios da população e tem a responsabilidade de agir com bastante equilíbrio nessa matéria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é assim que queremos conduzir o nosso mandato, respeitando compromissos assumidos com a população e buscando melhorias para o nosso Estado. Temos procurado ajudar o Governo Estadual, assim como fazemos em relação aos Municípios, deixando a bandeira partidária de lado e atuando para conseguir cada vez mais recursos. A teoria do "quanto pior melhor" não é boa para ninguém, principalmente para a população mais pobre, que sofre mais os efeitos da crise.

Vimos, sim, a esta tribuna cobrar o Governo do Estado e exigir "que tomasse vergonha na cara". Fizemos essa cobrança de forma muito tranquila, como um pai faz a um filho com a intenção de corrigir rumos. Apesar da cobrança, nos dispusemos a ajudar a gestão estadual. Hoje reconhecemos que alguns avanços foram conseguidos, mas que ainda há muito por fazer para melhorar a qualidade de vida de nossa gente e reafirmamos a disposição de continuar ajudando o Governo do Estado para alcançarmos esse objetivo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa fonte de inspiração para desempenhar de forma honrosa o mandato confiado pela população do Tocantins nesta Casa são os mais de 26 anos de tradição política do Senador Vicentinho Alves, nosso pai.

Ao longo de sua trajetória, ocupou os mais relevantes cargos no Estado, desde Prefeito da nossa querida cidade de Porto Nacional, passando pelos mandatos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República. Nessa jornada, jamais produziu qualquer ato

que viesse a desapontar a confiança da população tocantinense.

É por isso que afirmo, com toda segurança, à população do nosso amado Tocantins:

Vocês jamais viram e jamais verão o nome de um dos "Vicentinhos", seja do Senador Vicentinho Alves, seja do Deputado Federal Vicentinho Júnior, desonrando o voto e a confiança depositados em nós. Muito ao contrário, vocês verão sempre muita disposição e luta da nossa parte em prol de melhorias para o nosso povo!

Documento 36/257

060.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/04/2017- CD	20:12
Publ.: DCD - 05/04/2017 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Manifesto Mexeu com uma, mexeu com todas, pelo fim do assédio sexual. Protesto contra a extinção dos Programas Ciência sem Fronteiras e Farmácia Popular pelo Governo Federal. Convocação do PCdoB a greve geral contra a proposta de reforma previdenciária. Defesa de antecipação das eleições diretas para Presidente da República.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, trabalhadores do sistema de transporte de táxi do Brasil, que nos visitam neste dia importante para esta discussão, que precisa ser cada vez mais amadurecida, nós mulheres somos muito poucas neste plenário.

Deputada Soraya Santos, saúdo V.Exa. pela assunção da Coordenadoria da Secretaria da Mulher na Casa!

Ouvimos aqui os Parlamentares aplaudirem efusivamente as Deputadas dos países de língua portuguesa, mulheres da África, do Timor Leste, de maioria negra. E nós aqui, com apenas 55 mulheres, alternando para 54, neste Parlamento, temos a obrigação de colocar com toda a altivez: estamos lutando no cotidiano para garantir que os



projetos do interesse das mulheres brasileiras sejam votados neste plenário. Mas a luta é grande, porque o nosso reconhecimento não tem o eco dos aplausos que demos às nossas colegas Parlamentares.

Quero aqui, em nome do PCdoB, trazer a nossa manifestação do "*Mexeu com uma, mexeu com todas*", em relação à figurinista Susllem Tonani, da Rede Globo de Televisão. Ela teve a coragem de demonstrar que, infelizmente, ainda são utilizadas neste Brasil práticas de assédio, de invasão do corpo da mulher, algo que precisa ser banido dos lares e das ruas.

Mas, Sr. Presidente, quero aproveitar este tempo para dizer que tomamos todos um grande susto quando vimos o grande corte de investimentos que foi orientado pelo Governo do Sr. Michel Temer, usurpador da República. Na sexta-feira, vimos que, lamentavelmente, teremos restrições orçamentárias que levarão o País à depressão.

Depois, recebemos a notícia de que está acabado o Programa Ciência sem Fronteiras. Em qualquer universidade brasileira, podemos encontrar filhos de taxistas, meninos oriundos da escola pública, em razão da expansão universitária feita através de um Presidente que não alisou banco de faculdade, o Presidente Lula, que teve a grandiloquência de entender que educação é para todos. Lamentavelmente, o Governo golpista acaba com o Ciência sem Fronteiras.

Acaba também, a partir de hoje, a Farmácia Popular, que atendeu 29 milhões de brasileiros com os programas da cesta básica de medicamentos.

É fundamental que, a cada ponto que se discuta, nós voltemos a este tema: o Brasil precisa retomar a valorização do voto popular. O Brasil precisa erguer-se no dia 28 e garantir a greve geral contra essa famigerada reforma da Previdência, que iguala homens e mulheres na aposentadoria aos 65 anos e quer nos levar para a sepultura, antes da aposentadoria.

Por isso, a convocação foi reforçada por uma grande reunião da Direção Nacional do PCdoB, neste último fim de semana. Na ocasião, dissemos que vamos lutar pelo protagonismo nas lutas políticas, que vamos lutar contra a perseguição inominável que sofre o Presidente Lula e as organizações sociais e que vamos inclusive analisar, no curso dos acontecimentos, a possibilidade de o PCdoB vir a lançar uma pré-candidatura à Presidência da República.

O PCdoB está antenado com este momento, lutando pela defesa dos

interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras e pela garantia de que tenhamos eleições diretas já, acabando com esse processo de golpe que infelicita a Nação brasileira.

Muito obrigada.

Documento 37/257

060.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -04/04/2017- CD	20:12
Publ.: DCD - 05/04/2017 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Cabimento do direito de defesa ao Senador Aécio Neves contra denúncia de envolvimento de seu nome em esquema de corrupção. Atuação do Senador tucano para a desestabilização do Governo Dilma Rousseff após derrota para a petista nas eleições presidenciais de 2014. Responsabilidade do PSDB pela crise política e econômica no Brasil.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um Deputado atual, Líder de um dos partidos da Oposição, veio à tribuna falar sobre uma matéria da revista *Veja* deste final de semana, que dizia que o Senador Aécio Neves recebeu um depósito, fruto de propina, numa conta em Nova Iorque, em nome da sua irmã, Andrea Neves. E o Deputado foi à tribuna em defesa do Senador Aécio Neves, dizendo que o Senador Aécio Neves deve se defender e deve dizer que aquela matéria não é uma matéria verídica, que a acusação seria uma acusação caluniosa.

Cabe o direito de defesa ao Senador Aécio Neves. Porém, não é a primeira vez que ele é objeto de uma denúncia de corrupção. Outros delatores já disseram que, na obra da Cidade Administrativa de Minas Gerais, um percentual da obra ia para um caixa do Sr. Senador Aécio Neves.

Mas eu acho importante falar sobre Aécio Neves, porque, quando a Presidenta Dilma Rousseff foi eleita, ela se elegeu com um percentual de votos bem maior, em relação aos de Aécio Neves. O que fez esse cidadão? Ele não aceitou a vitória de Dilma Rousseff. E o que ele fez?

Ele impugnou a chapa vencedora de Dilma Rousseff - é essa ação que tramita no TSE, cujo julgamento deveria começar hoje.

Depois disso, Aécio Neves, além de impugnar a candidatura de Dilma Rousseff, liderou o seu partido, o PSDB, para ajudar a impedi-la de governar, votando aqui matérias contrárias ao interesse público, dizendo ao País: "*Quanto pior, melhor!*" Foi essa a atitude de Aécio Neves.

Mas, não contente com essa atitude, Aécio Neves compareceu àquelas manifestações do *impeachment*, pela moralidade, defendendo a bandeira da moralidade, ele que posteriormente foi citado por diversos delatores como tendo participado do processo de corrupção.

Outro dia, o Deputado Paulo Pimenta dizia que, talvez, até na Carta de Pero Vaz de Caminha, Aécio Neves tenha sido citado como partícipe de processos de corrupção no Brasil.

Agora, quem tem a prática que atribuem a ele, não poderia ter querido se apresentar como arauto da moralidade, como alguém honesto. Mas o que fez Aécio Neves? Aécio Neves feriu de morte a democracia, porque uma das regras da democracia, Deputado Chico Alencar, é que o derrotado aceite o resultado e vá para a oposição. Mas ele não aceitou o resultado. Ele impediu Dilma Rousseff, liderou uma grande coalizão de forças para impedir Dilma Rousseff de governar e levou o País a esse grande impasse que nós estamos vivendo: desemprego, falta de crescimento econômico e paralisação do País.

Quero dizer que Aécio Neves e o seu partido, o PSDB, participam deste Governo, o Governo Michel Temer, cuja popularidade cada dia diminui, até o dia em que a própria esposa do Presidente disser: "*Fora, Temer!*" Aécio Neves participa, com o PSDB, deste Governo, que ampliou o desemprego e a recessão, porque congelou os gastos públicos.

E este Governo é o autor dessa malfadada destruição da Previdência - porque eu não chamo isso de reforma -, que foi uma das mais cruéis políticas públicas contra os pobres. É cruel para com a trabalhadora rural, porque amplia a idade de aposentadoria da trabalhadora rural, que trabalha, desde 10 anos de idade, debaixo de sol: amplia de 55 anos para 65 anos. É cruel para com todos os trabalhadores rurais. É cruel para com as mulheres deste Brasil. Estabelece idade para receber o Benefício de Prestação Continuada, que é destinado aos idosos e deficientes pobres: a idade de 70 anos, enquanto a idade mínima é 65 anos para a aposentadoria de todos os trabalhadores. Não distingue o trabalhador braçal do trabalhador intelectual. Propõe o

aumento de tempo de contribuição para a aposentadoria por idade, que hoje é de 15 anos, e é ampliado para 25 anos.

Este PSDB que impugnou a chapa, que inviabilizou e interditou o Governo, que liderou o *impeachment* - nós não podemos nos esquecer de que o Relator do *impeachment* no Senado Federal foi o Senador Antonio Anastasia, de Minas Gerais -, é este mesmo PSDB que hoje traz esta agenda da destruição da Previdência Social, da terceirização violenta e selvagem, que propõe a terceirização como pessoa jurídica, o que vai eliminar férias, décimo terceiro, licença-maternidade, FGTS; que amplia o serviço temporário, a contratação temporária de 3 meses para 6 meses, podendo ser prorrogada para 9 meses.

Este PSDB é aquele que foi denunciado em diversas denúncias - e não só Aécio Neves, mas também José Serra, este como destinatário de um depósito de 23 milhões de reais no exterior, e outras lideranças do PSDB, partido que nesse final de semana recebeu uma nova delação. Telhado de vidro. Esses que falam em defesa da moralidade são os que estão sendo hoje denunciados por vários delatores.

Eu defendo o exercício do amplo direito de defesa; defendo, no sistema democrático, o contraditório; defendo a responsabilidade da imprensa. Não foi essa a postura do Sr. Aécio Neves e do PSDB no período anterior! E defendo que os senhores possam se defender das acusações contra os senhores.

Mas esse partido irresponsável, esse líder irresponsável ajudou a liderar esse impasse que nós estamos vivendo no Brasil: desemprego, falta de crescimento, um impasse econômico que só uma nova eleição haverá de resolver.

Mas não venham aqui posar de vítimas! Os senhores são algozes da democracia no Brasil, grandes responsáveis por aquilo que o Brasil está vivendo neste momento. Hoje venho a esta tribuna defender o direito de defesa, mas também dizer que V.Exas. são responsáveis pelo caos que o Brasil está vivendo.



Sumário

Participação do orador em audiência pública na Câmara Municipal de Tomar do Geru, Estado de Sergipe, destinada a debate sobre Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, relativa a alterações nas regras da seguridade social. Posse da Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Feira Nova, Estado de Sergipe, Luciana dos Reis Santos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar a felicidade de ter podido participar, no último sábado, na cidade de Tomar do Geru, em Sergipe, de um grande debate público com o Prefeito e todos os Vereadores da cidade, com representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe - FETASE, da Central Única dos Trabalhadores - CUT e de outros movimentos e com a população local.

Por unanimidade, o Prefeito, todos os Vereadores e toda a população da cidade foram contrários à aprovação da PEC da Reforma da Previdência.

Parabéns, Tomar do Geru.

Quero também registrar e dar como lido, Sr. Presidente, discurso sobre um grande ato realizado no domingo, em Feira Nova, onde três centrais sindicais - UGT, CTB e CUT - e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Feira Nova fizeram um grande debate, além de dar posse à Presidenta Luciana dos Reis Santos, que substituiu a ex-Presidenta Silvana.

Parabéns, Feira Nova!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que no último sábado, dia 25, participamos de importante audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores de Tomar do Geru, com apoio de todos os Vereadores e do Prefeito Pedrinho

Balbino, na praça principal do Município, para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, e seus efeitos para toda a população.

Com o tema *Reforma da Previdência é injustiça contra o trabalhador*, a audiência pública reuniu movimentos sociais, lideranças sindicais e possibilitou diálogo direto com a população sobre as consequências da possível aprovação da proposta de reforma da previdência enviada por este Governo golpista para a Câmara.

Parabenizamos a Câmara de Vereadores por essa importante iniciativa e todos os seus Vereadores por entenderem a importância de se mobilizarem e debaterem esse tema que tem reflexo tão direto na nossa população.

Saudamos a CUT, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a FETASE, os movimentos sociais, os artistas populares e toda a população pela participação nesse grande ato.

Esse é um tema que precisa ser muito debatido, para que a sociedade tenha conhecimento real do que é essa proposta do Governo.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para parabenizar o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Feira Nova, em Sergipe, pela posse de sua nova Presidenta, a companheira Luciana dos Reis Santos, ocorrida no último domingo, dia 26 de março de 2017.

A solenidade, realizada no Clube Comunitário de Feira Nova, teve também a presença de representantes das três grandes centrais sindicais: a Central Única dos Trabalhadores - CUT, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB e a União Geral dos Trabalhadores - UGT, à qual o sindicato de Feira Nova é filiado.

A Presidenta Luciana substitui a ex-Presidenta Silvana, eleita Vereadora e atual Presidenta da Câmara de Vereadores de Feira Nova.

Deixamos aqui os nossos parabéns, na certeza de que a nova Presidenta realizará uma grande gestão, sempre em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Município de Feira Nova.

A posse também foi prestigiada por diversos Vereadores e sindicatos de toda a região, incluindo o Polo Sindical do Alto Sertão e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe - FETASE.

Muito obrigado.

Documento 39/257

056.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	30/03/2017-14:03
	Debates - CD	
Publ.: DCD	LUIZ COUTO-PT -PB	
31/03/2017 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Regozijo pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 395, de 2014, sobre a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Recebimento pelo orador de manifestações das Câmaras Municipais de Pilões e de Pedras do Fogo, Estado da Paraíba, em repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Solicitação dos vereadores paraibanos aos representantes do Estado no Congresso Nacional de rejeição da matéria.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem tivemos uma grande vitória aqui, derrotando a Proposta de Emenda à Constituição nº 395, de 2014, que queria abrir as portas para a privatização das universidades e dos institutos federais de educação tecnológica.

Hoje, recebi documentos de duas Câmaras Municipais da Paraíba. O primeiro é da Câmara Municipal de Pilões, assinado pelo seu Presidente, o Vereador Francisco Flor de Souza. Trata-se de cópia de requerimento aprovado por aquela Casa Legislativa sobre moção de repúdio em desfavor do Ministro da Previdência Social e do Presidente Michel Temer e sobre envio de correspondência os Parlamentares representes da Paraíba no Congresso, solicitando que votem contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016.

O outro documento é da Câmara Municipal de Pedras de Fogo, também na Paraíba. Trata-se de ofício assinado pelo Presidente da Câmara Municipal, o Vereador José Itamar Monteiro da Silva, manifestando o descontentamento daquela Casa com a PEC 287 e pedindo que cada Parlamentar da Paraíba no Congresso vote contra a proposta.

Solicito o registro nos Anais desses dois documentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Estado da Paraíba

Câmara Municipal de Pilões

Casa de "Carlos Hermógenes da Costa Lyra".

Requerimento Nº 001/2017

Pilões 24 de Fevereiro de 2017

Requerimento

Sr. Presidente.

Aprovado

Os Vereadores que este subscreve requer moção de repúdio.

Os vereadores que este subscreve requer de V.ex.^a após apreciação e votação seja encaminhada moção de repúdio em desfavor do Ministro da Previdência Social e do Presidente Michel Temer.

Requer ainda que seja aprovado requerimento solicitando aos Deputados Federais e Senadores da Paraíba que se posicionem contrários as mudanças da Previdência mantendo as regras atuais de aposentadorias.

João Antônio S. da Silva

Antônio dos Santos

Diógenes da Costa Rodrigues

Sebastião Antônio de Medeiros

Edilson Mendes da Silva

Antônio Mateus da Silva

Marivaldo Guedes da Silva

Agamenon Freire Fernandes

Francisco Flor de Souza - Presidente

Câmara Municipal de Pedras de Fogo

Casa Antônio Pereira Gomes Filho

Ofício/GAPRE/nº 066/2017

Em, 23 de março de 2017.

Senhores Deputados Federais e Senadores,

Servimo-nos do presente para informa a Vossa Excelência, que foi aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes a Sessão Ordinária, realizada no dia 22/03/2017, o requerimento verbal do Vereador Fabiano da Silva Albuquerque, acostado por todos os Edis presentes à Sessão, onde foi solicitado ao Presidente que encaminhe correspondência à todos os Deputados Federais e Senadores representantes da Paraíba, informando o posicionamento contrário de todos o Edis desta Casa Legislativa, em relação ao atual Projeto de Reforma da Previdenciária em análise no Congresso Nacional.

Justificativa:

Somos abordados por vários setores de trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos do município, questionando sobre os principais pontos da Reforma Previdenciária em análise no Congresso Nacional, no tocante ao tempo de contribuição e idade mínima.

No nosso entendimento, a proposta tal como foi apresentada fere a nossa Constituição e a Legislação Trabalhista.

O vereador é político mais próximo da população, e todos os setores de trabalhadores do nosso município clamam que sejam efetuadas alterações no atual projeto, notadamente no que se refere ao tempo de contribuição de 49 anos e 65 anos de idade mínima para aposentadoria.

Na qualidade de representantes da população Pedrafoguense, devemos expor o clamor dos trabalhadores de todas as categorias e com elas estamos solidários.

Como sendo Vossa Excelências os nossos representantes no Congresso Nacional solicitamos encarecidamente que os nobres Deputados Federais e Senadores/PB, não aprovem Projeto de Lei com a atual redação.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de estima por Vossas Excelências e encaminhamos os pleitos para as devidas providências.

Atenciosamente,

Vereader José Itamar Monteiro da Silva

Presidente

Aos

Exm^{os}. Srs.

DD. Deputados Federais e Senadores da Paraíba

Documento 40/257

056.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	30/03/2017-15:12
Publ.: DCD	-	SABINO CASTELO BRANCO-PTB -AM
31/03/2017 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Importância da reforma previdenciária. Compromisso do orador com a defesa



dos trabalhadores brasileiros na apreciação da matéria. Apresentação à Presidência da Casa de proposta de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação de facções criminosas. Indignação com o poder de presidiários no Brasil. Indignação com a falta de providência das autoridades competentes diante da denúncia de ameaça de morte sofrida pelo orador. Compromisso de exercício do mandato parlamentar em prol da população carente do Estado do Amazonas. Preocupação com o baixo índice de domicílios com rede de saneamento básico no Estado do Amazonas.

O SR. SABINO CASTELO BRANCO (PTB-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, no Grande Expediente, tratar de algumas questões relacionadas ao meu Estado e ao povo brasileiro.

Eu gostaria de começar falando um pouco da reforma da Previdência. Nós sabemos da responsabilidade que temos com o povo brasileiro, no que diz respeito à reforma da Previdência. Hoje o Brasil inteiro está assustado e não aceita uma reforma do jeito que está.

Nós queremos, sim, uma reforma. Nós não queremos que a Previdência quebre e que de repente chegue um dia e não se tenha como pagar os aposentados, as pensionistas. Isso seria pior, mas nós queremos uma reforma justa, para que não prejudique o trabalhador brasileiro, que já é tão prejudicado com tantos desvios de dinheiro público. O milhão já ficou humilhado neste País, porque agora só se fala em bilhão; não se fala mais em milhões de reais, fala-se em bilhões.

O povo brasileiro, o menos favorecido, o pobre tem que pagar essa conta? No final o povo que ganha um salário mínimo, que ganha dois salários mínimos é que vai pagar esta conta? É esse povo que tem que passar pela mudança da idade mínima da mulher de 60 anos para 65 anos? É esse povo que precisará de 49 anos de contribuição para poder se aposentar? A pessoa vai morrer e não vai se aposentar.

Então eu quero deixar minha posição bem clara aqui. Mesmo apoiando o Governo Temer e acreditando nele - ele é o Presidente do nosso País, e nós temos que acreditar neste momento -, nós não podemos fugir da responsabilidade e temos que saber que ele é o Presidente da República, mas não devemos aceitar tudo que venha para prejudicar o povo ou o trabalhador brasileiro. Isso eu jamais faria aqui, porque quem me trouxe a esta Casa, abaixo de Deus, foi o povo do meu Estado. Eu jamais faria algo para prejudicar o trabalhador humilde, o povo menos favorecido, que já sofre com o problema da saúde, com o problema da

educação, da segurança.

No meu Estado, há crianças a essa hora que não tiveram o direito de tomar o café, há crianças a essa hora que não tiveram o direito de ter o almoço na sua mesa. Há pais de família que estão desesperados, porque não têm emprego, queriam ganhar pelo menos um salário mínimo, e, de repente, vem agora uma reforma que pode achatá-los ainda o salário do trabalhador brasileiro.

Jamais votarei pela emoção, jamais votarei em troca de alguma coisa. Não posso fazer isso, porque essa reforma vai ser para o resto da vida do nosso povo, e não há mais volta. Mas eu creio que nós vamos discutir isso até o último instante para que possamos mudar. Não pode ser da forma que está. Queremos, sim, uma reforma, mas uma reforma que não venha para prejudicar os trabalhadores, principalmente, os menos favorecidos.

Eu também gostaria de falar aqui, Sr. Presidente, de um tema que eu trouxe a esta Casa e pelo qual tenho sido alvo de ameaça de morte todos os dias. Hoje eu vejo os bandidos soltos, o crime organizado comandando de dentro dos presídios federais todo tipo de crime neste País. E eu tenho que andar escondido ou andar escoltado, devido à coragem que tive de propor uma CPI nesta Casa, para que possamos combater as facções criminosas deste País, facções criminosas que comandam de dentro de um presídio federal a pena de morte.

No meu Estado, o Amazonas, três homens comandam três facções. Um é conhecido no submundo do crime, um criminoso que não deveria mais estar neste País, e se chama Marcola, o líder do PCC, que comanda o crime de dentro de um presídio federal, mandando matar e decidindo quem tem que morrer neste País. No meu Estado, eles decidiram que tinham que matar 60 pessoas.

Eu ouvi aqui um dia desses uma Deputada falar que durante tantos meses mataram 10 pessoas em um presídio no Maranhão. No meu Estado eles condenaram, de uma vez só, e mataram, em um dia, 60 pessoas. Não interessa se eram criminosos. No meu País, não há pena de morte.

Hoje há um estado paralelo, há governos paralelos que se chamam Primeiro Comando da Capital - PCC, Comando Vermelho e Família do Norte - FDN. Eles têm uma constituição do crime, Sr. Presidente, e decidem quem é condenado e quem não é condenado.

Eu propus esta CPI - e espero que o Presidente desta Casa possa instalá-la - para podermos investigar as facções criminosas que estão

em todos os segmentos da sociedade. Eles estão mais organizados, Deputado, do que o próprio Governo.

O cronograma do PCC é como o de uma multinacional: eles têm recursos para assessoria de imprensa; eles têm recursos para pagar bolsas de estudo e formar vários advogados que comandem juntamente com eles. Como pode sair um comando de dentro de um presídio federal, se não há convivência de advogados ou de autoridades? Não há como isso acontecer, pois eles não são mágicos.

Não contentes, foram para o Estado de Roraima: mataram mais 30. Não contentes, foram para o Rio Grande do Norte: se não me falha a memória, mataram mais 28. E o pior: foram mortes cruéis, em que eles condenaram à morte e ainda disseram como tinha que ocorrer. Nem o Estado Islâmico age dessa forma e nem na Síria aconteceu isso. Eles não mataram com um tiro na cabeça. Eles decapitaram suas vítimas, jogaram as cabeças no chão e jogaram bola com cabeças de seres humanos. Eles tiraram braço, tiraram perna, tiraram o corpo para um lado e jogaram no meio da prisão. Depois, amontoaram tudo em cima de um carro e jogaram na mídia social, desafiando a todos e mandando um recado para o Governo, para o Poder Judiciário e para a polícia do meu País: eles estão comandando a segurança.

Hoje eu sou vítima de três - desculpem-me a expressão - vagabundos, criminosos. Eu não arredo o meu pé, não retiro uma vírgula e só sossego quando esta CPI for instalada e pudermos investigar as facções criminosas para saber como essas armas entram neste País, saber como entra tanta droga neste País. Menores de 13, 14, 15 anos são recrutados para serem os verdadeiros policiais das favelas e dos bairros carentes do meu Estado e de todo o País. São três homens: um se chama Fernandinho Beira-Mar, outro se chama Marcola e outro se chama Zé Roberto, da Família do Norte.

Eu gostaria de dar alguns dados aqui. Em apenas 15 dias, 133 pessoas foram mortas nos presídios. O PCC tem 40 mil homens e domina 200 mil homens no Brasil - um exército. A arrecadação do PCC com o crime organizado, no ano que passou, foi de 300 milhões de reais. Eles estão infiltrados em todo tipo de crime, até nas torcidas organizadas. Quando um preso entra na cadeia, ele já tem que decidir de qual facção criminosa vai participar. Uma das três facções - PCC, Comando Vermelho e Família do Norte - ele têm que escolher, senão morre. Lá, ele já é recrutado e está condenado a ser um criminoso profissional.

O Comando Vermelho conta com 25 mil homens e tem arrecadação de

mais de 50 milhões de reais.

A Família do Norte, que domina o Norte todo, conta com 200 mil homens. O meu Estado faz fronteira com a Colômbia, o Peru e o Brasil - a tríplice fronteira. No dia em que se instalar esta CPI, nós vamos até lá, para ver como é guardada as nossas fronteiras. Onde está o Exército Brasileiro, que não se apresenta? Esses homens todos estão nos quartéis. Por que não vão para as fronteiras? A Polícia Federal não vai dar conta, pois não tem contingente.

Eu estive há pouco tempo na cidade de Tabatinga, e lá são vistas mais de mil lanchas pequenas saindo do Brasil e entrando nele, fazendo o querem, e a fiscalização é zero. Esses homens comandam o País como se fossem um Presidente da República, e o são, só que do crime organizado. Eles dão ordem de dentro do presídio.

Nós perdemos muito, quando o Governo fez acordo com o conhecido bandido Marcola, para que houvesse paz na cadeia. Polícia e Justiça não podem fazer acordo com bandido, com criminoso. Esse Marcola tinha que ficar trancado dentro de um cofre. Eles não têm alma. Eles não têm sentimento. Quando fizeram essa verdadeira chacina no meu Estado, eles arrancaram o coração das pessoas, colocaram na mão e tiraram fotos para postar nas redes sociais. Eles arrancavam as vísceras das pessoas. Aparecia eles arrancando. Tiraram os olhos. Um homem desses não pode ser um ser humano. E estão continuando.

Eu estava na minha residência, numa chácara minha, quando eles invadiram, Deputado que também faz parte da polícia...

O Sr. Alberto Fraga - Depois eu queria pedir um aparte a V.Exa.

O SR. SABINO CASTELO BRANCO - Vou conceder-lhe. Nós somos da Comissão de Segurança. Eu também sou policial.

Invadiram a minha chácara. Houve uma troca de tiros. A polícia chegou na hora. Eu tive que ficar numa casa, em outra casa, voltar para outro lugar, andando escoltado, e esses três bandidos, dentro de um presídio federal, comandando tudo neste País. E ninguém tem coragem de levantar a voz e trazer esse bando de bandidos, criminosos aqui para a CPI, que, se Deus quiser, será instalada. Nós vamos trazê-lo mesmo que ele fique aqui 14, 15, 20 horas sentado e ouvindo o que nós temos que falar para ele.

Nós temos que correr o Brasil para colher as informações. O povo brasileiro não aguenta mais, Deputado Fraga. O povo está pedindo o socorro desta Casa. Às vezes me entristece passar o dia todinho aqui e

ver um brigando com o outro por um assunto que não vai chegar a lugar nenhum. Não resolvem nada para o Brasil. Discutem apenas para aparecer na *TV Câmara*.

Isso me entristece. Nós viemos aqui como Deputados Federais. Somos 513. E o povo lá fora está esperando uma resposta. O crime, cada dia, vai aumentando. A cada dia há mais criminosos. E nós não vemos esta Casa discutir realmente o problema da segurança neste País.

Hoje a droga não escolhe onde entra. Hoje a droga entra na casa dos miseráveis, dos pobres, dos ricos, dos milionários. Ela não bate na porta. Quando se vê, já está dentro de casa. Quando há um viciado, adoeceu toda a família. Um pai ver um filho viciado apanhando na rua, roubando, matando para manter o seu vício é triste.

Agora há uma nova droga que entrou no Brasil, que a maioria da população e, eu tenho certeza, os meus colegas aqui não conhecem. É uma droga chamada krokodil. É dez vezes pior do que o *crack* - avassaladora, destruidora. Quando ele fuma, a sensação e o desejo que ele tem é de comer a carne humana. Veja só.

E o que nós estamos fazendo? Conversando com esse bandido, um tal de Marcola, dando a confiança de conversar com ele, para que no presídio não haja alteração. Não há alteração quando a polícia age como deve agir. Entre o bandido e o cidadão de bem, que o bandido leve a pior. Entre o pai de família e um bandido desses, que este vá embora.

Gostaria muito que acontecesse neste País o que aconteceu na Colômbia. O Cartel de Medellin só sossegou quando houve a extradição. Os bandidos morriam de medo de serem mandados para os Estados Unidos. Gostaria que o meu País pudesse - eu pudesse, nós pudéssemos - aprovar aqui uma lei que tivesse a extradição para mandá-los para os Estados Unidos, porque eles têm pavor disso. Mas o brasileiro não pode ser extraditado.

Sr. Fernandinho Beira-mar; o Sr. Marcola e o Sr. Zé Roberto estão dentro do presídio federal e continuam comandando tudo. Estamos assistindo a isso todos os dias e milhares de pessoas estão morrendo. Eles estão sentenciando a pena de morte em nosso País: decretam a morte de pessoas e dizem que elas vão ter que ser recrutadas para o crime. O pior é que, quando a pessoa sai da cadeia, paga a sua pena, não sai livre, porque se torna soldado deles aqui fora: tem que levar informações, drogas, matar quem eles querem. A pessoa não se vê livre. Às vezes, a pessoa quer se recuperar, mas não tem como.

Concedo um aparte ao Deputado Alberto Fraga.

O Sr. Alberto Fraga - Deputado Sabino, tenho muito prazer em apartear-lo, primeiro porque o discurso de V.Exa. está totalmente em consonância com o meu e com os de muitos outros Parlamentares desta Casa. Até compreendo essa angústia de V.Exa., porque é a mesma que a minha. Não consigo entender isso, porque nem eu nem V.Exa. estamos descobrindo a pólvora. Todos os problemas citados por V.Exa. já são por demais conhecidos. O País está vivendo várias crises, mas a maior delas é a crise da falta de autoridade. O Governo Federal não tem coragem de adotar uma medida para resolver o problema carcerário. Se não tem coragem, se os juízes não têm coragem de manter encarcerados os líderes de facções, então, vamos criar aqui o juiz sem rosto. Mas o que não pode é um Poder Judiciário, um Governo Federal e um País ficarem de cócoras para bandidos, para marginais. Essa sua angústia é a mesma que a minha. Canso de ocupar esta tribuna e pedir. Fui Presidente da CPI do Sistema Carcerário Brasileiro. Apontei os problemas todos, viajamos o País inteiro e apontamos as dificuldades. E aí o Ministro da Justiça, quando anunciou algumas medidas do sistema prisional, depois que mataram não sei quantos, sequer conhecia o parecer da CPI do Sistema Carcerário Brasileiro. E olhem que já houve duas CPIs nesta Casa sobre o sistema prisional! No entanto, nada foi levado a sério. Jeito há, mas o que está faltando é homem neste País, é coragem. E quem não tem coragem para tomar decisão não pode assumir um cargo público. Parabênizo o discurso de V.Exa. pela coragem e transparência na transmissão dos dados que enojam qualquer brasileiro de bem neste País. Muito obrigado.

O SR. SABINO CASTELO BRANCO - Obrigado, Deputado Alberto Fraga.

Eu queria deixar bem claro aqui, Sr. Presidente, que hoje eu sou um homem ameaçado no meu Estado e neste País. Eu quero deixar registrado aqui que, se algo acontecer comigo, eu já fui pela terceira vez ao Sr. Ministro da Justiça, e até agora não foi tomada nenhuma providência. Já estive com o Diretor da Polícia Federal, o Ministro da Justiça determinou que se tomassem as providências e até hoje nada foi feito.

Já comunicamos o meu Líder, e a nossa bancada comunicou o Presidente desta Casa e, agora, o Presidente da República. Vejam só, um Parlamentar não poder denunciar o crime organizado, porque eles o ameaçam e ele tem que recuar. Eu não vou recuar uma vírgula, porque eu tenho um ditado que diz que quem morre de véspera é peru,

não ser humano.

Eu vou até o fim dessa briga e não quero saber o que vai me custar. Eu quero ver um dia o povo brasileiro ter paz. Que história é essa de dizer que a polícia não entra em um local porque é área vermelha? Área vermelha? Onde está a polícia deste País? Que história é essa de bandido dizer que tem que negociar com a polícia e com a Justiça, senão vai fazer de novo tudo o que fez no presídio?

Deputada Erika Kokay, V.Exa. foi Presidente de uma CPI muito importante e foi ao meu Estado várias vezes. Agora, trata-se de uma coisa muito mais grave. Eu estou falando aqui de facções criminosas, organizadas, aliás, mais organizadas do que o Governo. Elas têm cronograma, têm um planejamento para o ano todo.

O que esses homens fazem dentro do presídio federal? Eles comandam tudo de lá! Que presídio de segurança máxima é esse? Não existe nada de segurança máxima! De onde partiu a ordem para matar 130 pessoas de uma vez? De onde parte a ordem para matar um Deputado Federal?

Eu vou ter que retirar a CPI com medo de Marcola, de Fernandinho Beira-Mar, de três bandidos que não passam de vermes, covardes, que só agem na covardia?

Marcola é dono de uma rede de postos de gasolina na Colômbia. Rouba a gasolina da PETROBRAS aqui, leva para a refinaria na Colômbia e abastece lá. Eles estão envolvidos em tudo! E parece que não está acontecendo nada, ninguém quer assumir a responsabilidade. Nós vamos discutir aqui, por dias e dias, às vezes, um assunto que não vai levar a lugar nenhum.

No dia em que houver prisão perpétua no meu País, esses traficantes vão pensar dez, cem vezes antes de cometer um crime, porque a certeza da impunidade é a pior coisa que pode existir em um país - eles sabem que estarão em liberdade em tantos dias.

Faltam presídios? Construam presídios! Faltam mais presídios? O povo brasileiro está disposto a pagar o preço que for necessário para ter segurança - não querem pagar mais impostos sem ver resultados - e para colocar esses bandidos na cadeia sem direito a visitas, sem direito a nada.

Só há direitos humanos para esses marginais! Para um pai de família que morre, para um jovem que está na desgraça das drogas, os direitos humanos não aparecem, não chegam lá. Se bandidos morrem

num confronto com a polícia, aparecem os direitos humanos, aparece a OAB, aparece tudo.

Nós não podemos mais aceitar isso. Eu tenho certeza de que o Presidente Rodrigo Maia tomará as devidas providências. Esta CPI é muito importante para o nosso País neste momento de crise tão difícil que nós atravessamos.

Quanto maior for a crise, melhor será para eles, porque os jovens desempregados têm que roubar para comprar drogas, não existe outra coisa a ser feita. E o exército deles vai aumentando mais cada dia mais.

Fica o meu apelo: peço a esta Casa e peço ao Presidente Rodrigo Maia que instalem essa CPI para que possamos realmente investigar o crime organizado e as facções criminosas neste País.

O povo brasileiro está clamando por isso. Este é o meu terceiro mandato como Deputado Federal. Eu jamais vou me curvar para esse bandido. Hoje, o povo clama por alguém que possa levantar a sua voz. Se eu tiver que pagar esse preço, eu estou disposto a fazê-lo. Eu estou disposto a pagar o preço que for.

Todos os dias eles vão ser denunciados aqui por mim. Todos os dias que subir à tribuna, eu vou denunciá-los. Eu estou investigando tudo enquanto não sai a CPI. Eu me debrucei dia e noite. Eu não quero saber o que irei passar.

Eu deixo aqui o meu apelo para os meus colegas, porque as assinaturas já foram recolhidas. Agora, a CPI só depende do Presidente Rodrigo Maia. Pode haver várias CPIs, mas eu acredito que nenhuma é mais importante do que a CPI do crime organizado e das facções criminosas, que estão acabando com os nossos jovens, com as famílias brasileiras, com a segurança neste País.

Hoje, nós não vivemos numa segurança, nós vivemos numa insegurança. Dentro dos presídios, nem os agentes penitenciários têm coragem de dizer nada para um homem desses, porque sabem que morrem. Os policiais não são culpados. A própria polícia, às vezes, não tem como combater o crime organizado. Sem uma estrutura, não tem como combater o crime organizado, porque ele está mais organizado do que as nossas polícias.

Eu tenho certeza de que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, à qual eu pertenço, e a Frente Parlamentar da Segurança Pública, conhecida como Frente Parlamentar da Bala, vão

estar juntas. Nós vamos conseguir essa CPI, Deputado Alberto Fraga, para que possamos investigar o crime organizado neste País.

Sr. Presidente, eu gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Adérmis Marini) - Obrigado, Deputado Sabino Castelo Branco.

Eu quero agradecer ao Deputado Luiz Couto por me dar esta oportunidade. Eu venho da Câmara Municipal da minha cidade de Franca. Estou aqui há 90 dias e presidi uma sessão da Câmara dos Deputados com um quórum de 409 Deputados. Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Deputado Sabino Castelo Branco, nós vamos da forma regimental pedir a publicação do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*. Eu não fui procurado para assinar essa CPI, mas sou solidário a essa causa. Eu acho que nós estamos vivendo uma inversão valores no Brasil. Nós temos que conter essa onda de crime organizado. Se nós nos acovardarmos, vamos mostrar um retrocesso. Então, nós temos que ter nossa postura, nossa posição de mostrar que o Brasil tem ordem e rumo.

Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o que me traz a esta tribuna são assuntos de grande relevância para o Brasil e para o meu Estado, o Amazonas.

Primeiro, quero falar sobre um assunto de extrema urgência que está sendo muito debatido por todo o Parlamento: a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que dispõe sobre a reforma da Previdência. Eu suponho que até precisamos, de alguma forma, fazer uma reforma da Previdência. Todavia, é necessário um estudo minucioso para saber se realmente, de fato, há um déficit, pois alguns especialistas já afirmam que esse déficit não é real.

A questão é: não podemos prejudicar os trabalhadores brasileiros, os deficientes, os idosos de baixa renda, os professores, as mulheres, os trabalhadores rurais e as viúvas. A proposta original encaminhada pelo Governo é estarrecedora e extremamente nociva para todos os



trabalhadores. Os cidadãos brasileiros vão trabalhar a vida toda para no final não ter direito a uma aposentadoria digna? Eu estou ao lado do trabalhador, de forma alguma vou votar para restringir direitos do cidadão que já sofre tanto no dia-a-dia, trabalhando de sol a sol, contribuindo com dificuldades para a Previdência, para depois morrer sem ter o direito de se aposentar. Pior ainda é querer congelar a aposentadoria dos idosos de baixa renda. Essas pessoas mal conseguem sobreviver com um salário mínimo, e agora o Governo ainda quer congelar esse salário? É inadmissível o que ele quer fazer com essa categoria, e também com os deficientes, que já sofrem constantemente por enfrentar uma batalha diária na sua vida.

Portanto, os principais pontos de que eu discordo são estes: a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres; a alteração de 15 para 25 anos de contribuição; a exclusão da aposentadoria apenas por tempo de contribuição, que atualmente é de 30 anos para a mulher e de 35 anos para o homem; a revogação da aposentadoria especial para professores; as alterações para os produtores rurais, que hoje se aposentam apenas por idade, 60 anos homens e 55 mulheres, bastando apenas comprovação da atividade no campo - o Governo quer alterar a idade de ambos para 65 anos, e ainda quer exigir uma contribuição com alíquota semelhante à do MEI (Microempreendedor individual), de 5%; a alteração do cálculo para pressionar o trabalhador a contribuir mais tempo para melhorar o valor a receber (49 anos de contribuição para se aposentar com 100% do benefício); a alteração da idade de 65 anos para 70 anos para idosos de baixa renda e a desvinculação do salário mínimo para eles e para os deficientes.

E ainda há outros pontos que precisam de muita discussão, como a suposta regra de transição para não prejudicar quem está perto da aposentadoria. Ela determina que quem tiver 50 anos ou mais (homens) e 45 anos ou mais (mulheres) poderá se aposentar pelas regras atuais, pagando pedágio de 50% sobre o tempo que faltava para a aposentadoria (se for um ano, por exemplo, terá de trabalhar um ano e meio). Ou seja, essas pessoas serão prejudicadas sim, uma vez que, terão que trabalhar 50% a mais do tempo que necessitavam para se aposentar. A população está aterrorizada com a possibilidade de essa proposta ser aprovada pelo Congresso Nacional. Quero aqui refazer o meu compromisso com o povo do meu Estado, o Amazonas, que me concedeu esta oportunidade de estar aqui hoje: o meu voto em relação a esta PEC, da forma que está hoje, é não! Eu vou lutar sempre pelos direitos de vocês e defendê-los, como representante do povo na Câmara dos Deputados.

Crime Organizado.



Sras. e Srs. Deputados, todos aqui assistiram ao terrível início do ano de 2017, que o Brasil vivenciou com a situação gravíssima de violência no Amazonas e em outros Estados do País. Em apenas 15 dias, 133 pessoas foram mortas em presídios. Em Manaus, ocorreu a drástica chacina que vitimou 56 pessoas, a rebelião de Boa Vista, em Roraima, deixou mais 33 mortos, seguida pela rebelião do Rio Grande do Norte, com 26 mortes, além de outras execuções de números menores, que ocorreram em outros Estados.

O fato é que a violência está dominando o nosso País, e nós sabemos quem são os grandes chefes do crime organizado no Brasil. São eles: Marcos Willians Herbas Camacho, conhecido como Marcola, líder do Primeiro Comando da Capital - PCC, Luiz Fernando da Costa, conhecido como Fernandinho Beira-Mar, líder do Comando Vermelho - CV, José Roberto Fernandes Barbosa, conhecido como Zé Roberto da Compensa, líder da Família do Norte - FDN.

Os chefes das facções criminosas no Brasil estão espalhando o terror nas penitenciárias do País, e esse é o principal motivo que me traz a esta tribuna e que me levou a tomar sérias providências para evitar que esses mafiosos dominem o nosso País.

Sras. e Srs. Deputados, quero comunicar que durante esses três primeiros meses de 2017 eu colhi pessoalmente 171 assinaturas, com o intuito de instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, na Câmara dos Deputados, para investigar o crime organizado no Brasil. Peço a colaboração dos nobres Parlamentares e do Sr. Presidente Rodrigo Maia, para que possamos instalar essa CPI na Casa.

Aqui todos são conhecedores do clima de guerra que esses criminosos estão gerando no Brasil e principalmente o poder que eles vêm conquistando a cada dia. Para se ter uma ideia, de acordo com a revista *IstoÉ*, nem o mais pessimista especialista em segurança pública poderia prever tamanha expansão desse tipo de organização criminosa, que só tende a continuar crescendo, porque o Estado está sendo omisso.

É notório que se não tomarmos uma providência drástica, urgentemente, esses mafiosos vão dominar o País, como indiretamente já estão fazendo! Não podemos aceitar, não podemos ficar de braços cruzados assistindo ao crime tomar conta do nosso País.

Só o PCC hoje tem hoje cerca de 30 mil membros espalhados por praticamente todos os Estados do País e domínio sobre mais de 200 mil presidiários. O Marcola comanda com mão de ferro a estrutura fortemente hierarquizada que é essa facção. Ela possui times de

futebol na Zona Leste de São Paulo, é proprietária de companhias de ônibus, de uma refinaria clandestina em Boituva, no interior de São Paulo, que, durante anos, desviou óleo da PETROBRAS, refinou e o revendeu em uma rede de postos de gasolina. O PCC forma até advogados e, segundo informações, elegeu um Prefeito na cidade de São Paulo. Essa facção também ajuda a operacionalizar a ocupação de terras na Região Metropolitana de São Paulo para depois exigir 25% das habitações construídas nos terrenos invadidos. E esses imóveis são entregues às famílias de detentos que estão desamparados.

Segundo dados, o PCC tem atualmente uma receita anual bruta de cerca de R\$ 300 milhões.

O Comando Vermelho tem cerca de 20 mil membros e arrecada mais de R\$ 50 milhões por ano.

A Família do Norte tem 200 mil membros e está em grande expansão. Eles dominaram quase toda a rota Solimões, na região da fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia e passou a escoar grandes quantidades de cocaína para vender em Manaus, distribuir pelo Brasil e exportar até para a Europa e arrecada anualmente de 6 a 12 milhões de reais, segundo a revista *IstoÉ*.

Ou seja, meus caros colegas, com todas essas informações, fica evidente a necessidade que temos de investigar o crime organizado no Brasil. O poder público precisa tomar providências, urgentemente. É nítido o poder que essas facções têm hoje em nosso País e o quanto eles evoluem constantemente. Não vamos aceitar que o Brasil seja refém desses marginais! Precisamos lutar, precisamos ter coragem.

E eu tenho coragem, Sras. e Srs. Deputados. E espero que V.Exas. também tenham e lutem comigo, lutem pelo Brasil, e pelos brasileiros.

Eu quero criar essa CPI e convocar esses três criminosos, donos do crime no Brasil, para ficarem frente a frente com o Legislativo e prestarem esclarecimentos para a sociedade brasileira. Conto com o apoio de todos.

Problemas do Amazonas.

Por fim, quero falar sobre os diversos problemas que o meu Estado, o Amazonas, está enfrentando, principalmente com essa grave crise que assolou todo o País.

Desemprego.

O Amazonas tem se destacado no *ranking* do desemprego. Os últimos dados, do final do ano passado, revelam que o desemprego atingiu 238 mil pessoas no Estado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Infelizmente, essa é uma triste realidade. Precisamos nos unir à bancada do Amazonas, na Câmara e no Senado Federal, para reivindicar o apoio do Governo Federal para socorrer o nosso Estado dos diversos problemas que ele vivencia neste momento.

Temos conhecimento de que mais de 1 milhão de pessoas no Amazonas vivem em situação de extrema pobreza. Ou seja, essas pessoas mal conseguem comprar o pão de cada dia para o seu sustento e da sua família. Imagina agora sem emprego. Como que fica a situação delas?

Hoje, nesta tribuna, reafirmo o meu compromisso de continuar trabalhando, nesta Casa, pelas pessoas mais humildes do meu Estado e também de todo o Brasil. Já estou trabalhando arduamente por mais segurança pública para todos os brasileiros, porque considero essencial que possamos ter paz, que os nossos filhos possam ter paz, pois a violência e a criminalidade estão dominando o nosso País. Não podemos permitir que essa situação se agrave ainda mais. Vamos lutar bravamente contra o crime no Brasil. Contudo, voltemos ao assunto, visto que, muitas são as causas que necessitam de soluções para proporcionar melhores condições de vida para os amazonenses.

Saneamento Básico.

Outro grande problema do Amazonas é a falta de saneamento básico. Recentemente, um estudo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES revelou que 64,8% da população do Estado não têm acesso à rede de esgoto. Essa é uma situação extremamente preocupante. Sabemos das drásticas consequências que a falta de saneamento básico pode causar, como doenças graves e até mortes. Centenas de pessoas e principalmente crianças morrem todos os anos atingidos por doenças associadas à falta de saneamento básico. Essa é uma questão que interfere diretamente na qualidade e expectativa de vida de toda a população. Não é justo que o nosso povo continue vivendo dessa forma. Precisamos encontrar soluções, e rápido. Não podemos ficar estagnados diante dessa situação.

Sabemos ainda que o nosso Estado enfrenta muitos outros impasses, como a falta de recursos para a saúde, educação, transporte público e moradia.

Infelizmente nós não conseguimos resolver todos os problemas imediatamente, mas pelo menos nós precisamos lutar, verdadeiramente, por dias melhores para o nosso povo.

V.Exas. me conhecem, conhecem a minha história, a minha trajetória política. Eu não sou melhor do que ninguém, eu sou apenas um lutador que busca a ajuda e a benção de Deus, todos os dias, para tentar, com muito trabalho, melhorar a vida de cada pessoa do meu Estado, o Amazonas.

Aproveito a oportunidade para agradecer a cada um pela confiança depositada em mim, por terem me concedido essa oportunidade de estar aqui, mais uma vez, representando-lhes! Muito obrigado e estamos juntos! Na luta, contra o crime organizado e por dias melhores para o meu povo!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 41/257

056.3.55.O	Sessão Não Deliberativa	de	30/03/2017-15:51
	Debates - CD		
Publ.: DCD	IZAQUE SILVA-PSDB -SP		
31/03/2017 -			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Dados sobre a carreira pública do orador. Apoio às reivindicações da União das Entidades de Presidente Prudente e Região - UEPP, Estado de São Paulo, pela reativação de trecho da malha ferroviária paulista e de ampliação de recursos federais e estaduais para o Aeroporto Estadual de Presidente Prudente, Adhemar de Barros. Cobrança ao Ministério da Saúde de celeridade no credenciamento do Hospital do Câncer de Presidente Prudente. Necessidade de aumento de repasses de recursos públicos para as Santas Casas de São Paulo. Recebimento de requerimentos de Vereadores e Prefeitos Municipais paulistas para liberação de recursos pelo Governo Federal. Contrariedade à proposta de reforma da Previdência Social.



O SR. IZAQUE SILVA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Adérmis Marini, primeiramente, é uma honra tê-lo presidindo esta sessão. Fico muito feliz de usar a tribuna desta Casa com o colega presidindo a sessão.

Eu quero agradecer a Deus pela minha vida e pela vida de todos. Agradeço ainda a Deus por este momento especial de poder fazer parte desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero, inicialmente, como disse o Presidente desta sessão, Deputado Adérmis Marini, fazer uma apresentação do meu trabalho e da minha história. Sou Vereador em Presidente Prudente, na Câmara Municipal, há 7 mandatos. Estou nesta Casa ocupando o cargo de Deputado suplente pelo PSDB de São Paulo.

Agradeço a forma respeitosa com que fui recebido pelo Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, Deputado ao qual agradeço todo o apoio que recebi quando assumi na condição de suplente, no início deste ano. Agradeço também aos demais que compõe esta Casa.

Agradeço ainda ao povo paulista. Ao meu Líder Deputado Ricardo Tripoli, pela oportunidade a mim concedida de estar hoje nesta tribuna, registro os meus cumprimentos e agradecimentos.

Eu quero ainda saudar os componentes da Mesa Diretora, mais uma vez, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados Federais, os telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, os internautas dos portais e demais redes de comunicação social.

Quero aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, elencar alguns pontos como uma prestação de contas do meu trabalho nesta Casa, nesses 2 meses, à minha base política. Devo adiantar que são muitos os problemas enfrentados pelos Municípios da região oeste do Estado de São Paulo, considerada a segunda mais pobre do Estado - em especial, de Presidente Prudente e das cidades que cresceram em torno da linha férrea.

Essa linha, no século passado, nos anos 20, 30 e 40, trouxe desenvolvimento para todas aquelas cidades que nasceram ali no pontal. Hoje, ela traz transtornos e ao mesmo tempo um problema social, um problema de abandono causado há anos pela América Logística e a Rumo.



Em Presidente Prudente, organizou-se uma entidade, a União das Entidades de Presidente Prudente e Região - UEPP, que há anos vem lutando contra o abandono provocado pela Rumo, detentora, juntamente com a América Latina Logística, da concessão da malha ferroviária paulista. Essa luta é para que seja colocado o ramal a que pertence Presidente Prudente em plena atividade, sobretudo o de cargas, entre Presidente Epitácio e Rubião Júnior (Botucatu), recuperando esses troncos, facilitando o escoamento de produtos e mercadorias e ainda realizando o transporte interestadual em determinados trechos por trem.

Sr. Presidente, essa luta inglória é travada há anos, diante da malfadada administração dessa concessionária, que não deu importância ao trecho aqui mencionado, e agora a ALL/Rumo postula junto à ANTT a renovação de sua concessão. Nós estamos cobrando que, em caso de conceder a renovação, ela aplique o valor das multas acumuladas pela desativação da ferrovia. A soma das multas hoje atinge o valor de 70 milhões de reais. O trecho foi totalmente abandonado por mais de 20 anos.

Conforme matéria veiculada no jornal de maior circulação de Presidente Prudente, *O Imparcial*, no dia 28 de março, na página 08/A, outra empresa está prestes a participar e já está pleiteando junto à ALL a possibilidade de que haja nova concorrência pública. O que a região cobra é que, caso seja determinada nova licitação, os valores dessas multas sejam aplicados nesse trecho e que a mesma rodovia seja reativada de forma urgente.

A mesma UEPP também encaminhou ofício de pedido para intermediar o convênio firmado entre a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e o Estado de São Paulo, referente à ampliação de recursos no Aeroporto de Presidente Prudente. O ex-Presidente da UEPP, Sérgio Turuta, e o atual Presidente, Luiz Eduardo Kuhn Minucci, também enviaram ofício ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, pedindo prorrogação de vigência desse convênio, pois o pedido está formalizado e estamos aguardando a prestação de contas.

O aeroporto, situado em Presidente Prudente, é o terceiro maior em movimento do Estado de São Paulo. Conhecido na aviação civil pela sigla PPB, o terminal, que passou por reformas entre os anos 2009 e 2011, conta atualmente com área superior a 1.700 metros quadrados.

Com grande número de companhias aéreas operando, o aeroporto hoje apresenta crescimento gradual do fluxo de usuários. No ano de 2012, esse fluxo cresceu 11% em relação ao do ano anterior; 289 mil



passageiros foram transportados. Estimativa do Estado revela que até 2035, o número de passageiros/ano será em torno de 1 milhão e 100 mil. O aeroporto de Presidente Prudente necessita de investimentos que hoje estão na casa dos 25 milhões de reais para que possa atender, como já dito, à demanda crescente de embarque e desembarque e possua uma pista que permita que aeronaves maiores façam pouso e decolagem.

É imperioso que tanto a aviação civil quanto o Governo do Estado reafirmem esse convênio, bem como garantam a ampliação do aeroporto de Presidente Prudente, hoje ainda tímido em acomodações e infraestrutura para receber a quantidade de pessoas que embarcam e desembarcam nesse espaço.

Faço aqui um apelo para os integrantes da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República: que deem atenção especial a esse pedido e celeridade na formulação do convênio.

Com relação à carga aérea, no ano de 2014, o aeroporto transportou 166 toneladas de carga doméstica, o que representa um aumento de 62,8% em relação ao ano de 2009. Destaca-se que em 2010 foi registado o maior volume de carga aérea doméstica, que chegou a 506 mil toneladas. Cinquenta e três por cento desse volume foram cargas de desembarque.

Nesse aeroporto, considerando o período de 2009 a 2014, todo o registro de aeronaves correspondeu a aeronaves domésticas. Em 2011, registrou-se o maior número, totalizando 5.096 movimentações - 32,3% maior que em 2009.

Sr. Presidente, para facilitar, nós estamos considerando a projeção de demanda de passageiros para o aeroporto delineada pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e é identificada uma tendência de crescimento para as próximas décadas.

Para facilitar a análise da gestão aeroportuária, foi elaborada uma categorização de aeroportos regionais no Brasil, que teve como critério principal a movimentação. Essa caracterização está disponível no relatório de metodologia, desenvolvido pelo Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina e entregue à SAC/PR no ano de 2015. De acordo com essa categorização, o Aeroporto de Presidente Prudente está inserido na Categoria IV.

Presidente Prudente, Sr. Presidente, está distante 558 quilômetros da capital estadual, São Paulo. Ocupa uma área de 562,107 quilômetros quadrados, sendo 16,56 quilômetros quadrados de área urbana. E sua



população, no ano de 2014, era de 220.599 habitantes, sendo o 36º mais populoso de São Paulo e primeiro de sua microrregião. Está a 979 quilômetros de Brasília, capital federal.

Presidente Prudente conta hoje com um Hospital do Câncer, obra essa construída em sua maior parte com recursos oriundos de doações da população e da sociedade organizada, além de apoio do Governo do Estado de São Paulo. O Hospital do Câncer de Presidente Prudente vem buscando junto ao Ministério da Saúde o seu credenciamento. O Hospital é gerido por uma associação sem fins lucrativos, vinculada à Santa Casa de Presidente Prudente.

Aproveito esta oportunidade para cobrar do Ministério da Saúde que analise com celeridade o credenciamento do Hospital do Câncer de Presidente Prudente, para que ele possa, de fato, atender os mais necessitados, tarefa para o qual foi criado. A instituição já possui toda a documentação para o seu credenciamento, além de equipamento de última geração para o diagnóstico e o tratamento desses males.

Sr. Presidente, ainda quanto ao tema relativo à saúde, não posso deixar de registrar que as Santas Casas estão cada vez mais necessitadas de recursos públicos. Recebem baixíssimos repasses de procedimentos realizados por meio do SUS, com cotas por tipo de atendimento que, sabemos, são infinitamente menores do que aquilo que realmente realizam.

A Tabela SUS tem que ser reajustada urgentemente. Os Governos dos Estados e o Ministério da Saúde têm que contribuir não apenas com recursos, mas permitindo a realização de programas para que as Santas Casas possam, de fato, melhorar os equipamentos e a infraestrutura, para melhorar o atendimento dos pacientes do SUS e seus dependentes.

Cito, Sr. Presidente, pedidos recebidos por diversas Santas Casas do Estado de São Paulo, como a Santa Casa de São Paulo, por meio do Presidente da ASCMO da cidade de Ourinhos, Celso Zanuto, solicitando a proposição de emenda parlamentar para incremento de MAC - média e alta complexidade, investimentos ou reforma.

Também acuso o recebimento de ofício do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis, Edilberto Sartin, pleiteando indicação de emenda parlamentar ao Orçamento da União de 2017, no valor de 500 mil reais, para suportar investimentos naquela unidade de saúde.

Da mesma forma, houve o recebimento de documento da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos, por meio do provedor

Ariovaldo Feliciano, que também solicita o recebimento de recursos de emendas parlamentares no Orçamento Federal para custeio de investimentos para manter os serviços existentes no atendimento daquela instituição.

Também recebi um ofício, Sr. Presidente, da Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais, da provedora Lair Moura Sala Malavila Jusevicius, solicitando indicação de emenda parlamentar para que investimentos (aquisição de equipamentos) ou custeio da assistência e/ou reforma nas unidades do hospital possam ser realizados.

Recebi também correspondência da Associação de Prevenção, Atendimento Especializado e Inclusão da Pessoa com Deficiência de Ribeirão dos Pires, do Presidente Sr. José Feliciano, solicitando inclusão da associação com uma verba no valor de 3 milhões de reais para o ano de 2017.

São diversos os ofícios solicitando ajuda do Governo Estadual e do Governo Federal para as Santas Casas.

Sr. Presidente, nobres Deputados, no campo da educação, não posso deixar de registrar o requerimento recebido pela Câmara Municipal de Presidente Prudente, onde exerci sete mandatos consecutivos de Vereador, em que solicita o Vereador e amigo José Geraldo de Souza, o Geraldo da Padaria, ajuda para a instalação e implantação de uma unidade do Instituto Federal em Presidente Prudente, com cursos nas áreas de Ciências Biomédicas, Humanas, Exatas, entre outras áreas de conhecimento.

Lembro que, em 2015, foi anunciada a parceria para a construção de uma unidade do Instituto Federal em Presidente Prudente. O prédio foi reformado totalmente com recursos públicos federais e, no ano seguinte, o Instituto Federal devolveu o prédio ao Município, alegando que não tinha recursos para tocar a instituição na nossa cidade. Foi um dinheiro público federal mal gasto, desperdiçado, e um grande prejuízo a Presidente Prudente, a toda a região e à Nação.

Outro ponto refere-se à criação de uma Faculdade de Medicina em Presidente Prudente, como *campi* da universidade federal. Precisamos formar mais médicos que desejem atuar na área pública, para bem atender nossa população carente.

Sr. Presidente, encaminhei ofício à CEAGESP referente ao pedido de providências para manutenção de secador de grãos em Presidente Prudente. Esse pedido teve origem em ofício que recebi nesse sentido

do Prefeito de Taciba, Alair Antonio Batista. É uma importante providência da CEAGESP a ser adotada, pois nossa região tem uma produção considerável, e os produtores, infelizmente, não têm tido, por parte dos poderes federados, a devida atenção e investimentos.

Na condição de Parlamentar, também encaminhei ofício à Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, requerendo a construção de uma passarela na Rodovia Raposo Tavares, na altura do quilômetro 571. São vários os acidentes envolvendo pedestres naquele local. A CART, em resposta, assegurou que o órgão diz que já está sendo fabricada a passarela e fará o possível para que fique pronta e instalada até setembro de 2017, mês do centenário da nossa querida Presidente Prudente.

Caros colegas Deputados, recebi vários ofícios nestas poucas semanas em que estou Deputado Federal, dentre eles, do Prefeito da cidade de Pirapozinho, o Sr. Orlando Padovan, sobre a implantação do sistema de esgoto sanitário por parte da SABESP. Esse pedido é parte integrante do contrato de programa firmado entre a SABESP e o Município, não só para a implantação de esgoto, mas o tratamento, no Distrito de Itororó do Paranapanema.

A SABESP, através do Superintendente, o Dr. Antero Moreira França Junior, em resposta, diz que está a desenvolver projetos para a execução de 5 mil metros de rede coletora de esgotos, que beneficiará 310 imóveis, e ampliação para os próximos 20 anos, 30 anos.

Sr. Presidente, a SABESP tem por obrigação estender a rede de esgoto, tratá-lo e dar a destinação final. A renovação desse contrato foi feita, aprovada pela Câmara, e desde 2014 até a presente data o Distrito de Itororó do Paranapanema permanecem sem o sistema de esgoto, uma vergonha! A SABESP é remunerada para expandir sua rede - aliás, muito bem remunerada com tarifas cobradas de seus usuários. Não pode a direção da SABESP simplesmente ignorar aquele distrito que possui 310 famílias sem esgoto. Registro que esse distrito existe há mais de 40 anos.

Como a Direção da SABESP não toma providências para cumprir o que o contrato reza, solicito aqui do nosso querido Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin, homem público que admiro, que determine à SABESP que realize os investimentos solicitados pelo Prefeito de Pirapozinho, Orlando Padovan. Pirapozinho também é conhecida como Cidade Joia da Alta Sorocabana e possui, segundo dados oficiais, 24.718 habitantes. Quero aqui cumprimentar todos em nome do Prefeito Orlando Padovan.

Eu quero, Sr. Presidente, antes de finalizar, fazer aqui ainda a citação de dezenas e dezenas de requerimentos de Prefeitos da região oeste pedindo apoio para o Governo Federal para liberação de verbas junto aos Ministérios em todos os sentidos. Devido ao tempo, quero dizer aos senhores que todas as respostas serão encaminhadas aos Srs. Prefeitos.

Acuso o recebimento de ofício da Prefeitura de Alfredo Marcondes, do Prefeito e amigo Edmilson José Correia, do PSD, que solicita emenda parlamentar para compra de veículos, no valor de 50 mil reais, para o setor de assistência social do Município, além de emenda parlamentar para compra de duas ambulâncias, no valor de 280 mil reais.

Alfredo Marcondes é uma pequena e pujante cidade. Sua população estimada no ano de 2016 era de 4.118 habitantes.

Registro aqui, da mesma forma, o recebimento de ofício da Prefeitura de Emilianópolis, do amigo e Prefeito José Batista Amaral, do PTB, solicitando emenda parlamentar de 250 mil reais para infraestrutura (recapamento, asfalto), uma vez que não dispõe de recursos próprios para recuperação das vias públicas do Município, e também para aquisição de um caminhão compactador para coleta de resíduos sólidos urbanos.

Já da Prefeitura de Estrela do Norte, recebi ofício do amigo e Prefeito Cícero Cirino da Silva, do PSDB, pedindo ajuda para agendar uma reunião com o Ministro da Previdência Social para renegociação de dívidas em valor próximo a 13,5 milhões de reais, para pagamento nos próximos 20 anos, ao invés dos 5 anos atuais. Estrela do Norte possui cerca de 2.600 habitantes.

Destaco ainda ofício recebido por este Deputado, Sr. Presidente, da Prefeitura de Caiuá, através da Prefeita e amiga Rute Almeida dos Santos Lima, do PTB, para que eu interceda no Ministério da Previdência Social sobre a autorização do parcelamento e reparcelamento da dívida existente entre os Municípios e os fundos previdenciários e que esta Casa de Leis possa elaborar uma nova norma legal sobre a questão.

É certo, Sr. Presidente, que algo tem que ser feito quanto aos fundos previdenciários municipais, um tema que tem sido uma preocupação de todos os Prefeitos e servidores municipais e dirigentes de autarquias previdenciárias com os quais mantive audiências. A grande maioria não suporta sobrevida, e os futuros aposentados e pensionistas, em várias cidades e em tempo mais curto do que imaginamos, não terão o recebimento de seus benefícios. Realmente precisamos de uma norma

urgente para criar mecanismos mais claros, socorro da União e Estados a esses fundos previdenciários municipais, para garantir segurança aos que já são beneficiários e aos que vão adiante ser.

Quero aqui cumprimentar a população de Caiuá e dizer que vou agendar audiência no Ministério da Previdência na busca de informações que permitam um estudo aprofundado para apresentar projeto de lei que possa minorar a situação de hoje das Previdências dos Municípios.

O querido Município de Caiuá teve origem no início de 1922. O povoado recebeu este nome pelo fato de a região ter sido habitada pelos índios pertencentes à tribo Caiuá, que em tupi-guarani significa Mato Ralo. Inicialmente, porém, era indicado como Água do Pavão.

O Prefeito José Roque da Silva Lira, do PSD, do Município de Tarabai, além do Diretor de Divisão daquela cidade, Sr. Antônio Marcos Gonçalves, me enviarem ofícios com solicitação de recursos financeiros no valor de 100 mil reais para aquisição de dois carros tipo passeio que serão destinados aos pacientes da Unidade Básica de Saúde II e ESFs daquela importante cidade. Tarabai contava com 6.607 habitantes no último censo.

Já a Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha Paulista, através do amigo e Prefeito Christian Fuziki Ikeda, do PSD, enviou ofício acerca da possibilidade de uma emenda parlamentar para pavimentação asfáltica e recapeamento de ruas no Município, enquanto que a Câmara Municipal também aprovou requerimento a este Deputado com o mesmo pleito. A população estimada de Euclides da Cunha Paulista em 2016 era de 9.600 habitantes.

O Município de Ourinhos, através do Prefeito Lucas Pocay Alves da Silva, do PSD, enviou ofício pedindo para interceder junto ao Governo Federal para a liberação de recursos financeiros através de emenda parlamentar no valor de 500 mil reais para a realização de projetos voltados à infraestrutura urbana, esportiva ou turística do Município. Ourinhos possui mais de 111 mil habitantes, segundo o IBGE de 2016.

De Paulicéia, através ofício do Prefeito Ermes da Silva, do PPS, e da Prefeitura Municipal de Panorama, do amigo e Presidente da Câmara Edemir Vermelho, do PSDB, pedido de recursos financeiros para serem investidos em obras de infraestrutura, especialmente para realizar a pavimentação asfáltica de aproximadamente 3 mil metros, na vicinal PNR-010, que liga o Município de Paulicéia a Panorama.

Ainda do Presidente da Câmara de Panorama, Edemir, ofícios

solicitando recursos financeiros para aquisição de um trator e de um ônibus para o Município, com o objetivo de transportar os pacientes aos centros médicos.

Já de Itapevi, do Prefeito Igor Soares, do PTN, ofício solicitando emenda parlamentar para investimentos em as áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura ou saneamento básico. O Município está repleto de dívidas deixadas pela administração anterior, no valor de aproximadamente 50 milhões de reais, segundo diz o ofício do Prefeito Igor Soares.

Sr. Presidente, acuso ainda o recebimento de ofício da querida cidade de Martinópolis, do amigo e Prefeito Cristiano Macedo Engel, do PV, solicitando emenda parlamentar para aquisição de equipamentos (micro-ônibus) destinado ao transporte de pacientes.

Da Prefeitura de Patrocínio Paulista, o Prefeito José Mauro Barcellos, do PSDB, solicita liberação de recursos no valor de 250 mil reais para a construção da Casa Lar.

Já da Prefeita de Presidente Epitácio, a amiga e competente Cássia Regina Zaffani Furlan, do PRB, recebi ofício solicitando a aquisição de duas ambulâncias, sendo uma delas para UTI Móvel. Epitácio tinha, em 2016, segundo o IBGE, 43.718 habitantes.

Do Prefeito de Presidente Prudente, cidade-sede da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, recebemos de Nelson Roberto Bugalho pedidos de emendas parlamentares para recursos financeiros para áreas diversas, em especial educação, saúde e infraestrutura, além de ofício solicitando apoio junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para liberação do desembolso da primeira parcela de recursos para a construção da obra de creche no Conjunto Habitacional João Domingos Netto.

Quanto a esta creche, Sr. Presidente, informo que este Deputado Federal, em contato pessoal mantido no FNDE, conseguiu a liberação dos recursos da primeira parcela para a construção da creche, que teve o lançamento do início das obras autorizado pelo Prefeito Nelson Bugalho, na última segunda-feira (27 de março), no conjunto habitacional que possui 2.268 casas do Minha Casa, Minha Vida.

Recebi ainda ofício da Prefeitura Municipal de Araçatuba, através do Prefeito Dilador Borges, do PSDB, solicitando recursos da ordem de 1 milhão de reais, referentes a apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.



Centenas de pedidos chegam ao nosso gabinete parlamentar, e a cada um buscamos dar atenção, dentro de nossas limitações políticas. Cito aqui, como valor que dou ao Legislativo Municipal, ofícios das seguintes Câmaras Municipais:

Câmara de Santo Anastácio, ofício do Presidente Jair Montanheri Marques, do PPS, que busca a liberação de recursos financeiros para a aquisição de uma ambulância para o Município.

Da Câmara de Iepê, da Vereadora Caroline Fugulin Pedrão de Almeida Pereira, do PSDB, solicitando recursos financeiros no valor de 250 mil reais, para infraestrutura urbana do Município e ajuda na reivindicação junto ao Ministério da Saúde de 250 mil reais para investimento de benfeitorias e aquisição de equipamento para a Secretaria da Saúde Municipal.

Da Câmara de Adamantina, do Vereador Acácio Rocha Perez Guerrero, do DEM, solicitando recursos da ordem de 500 mil reais para obras de infraestrutura urbana (recapeamento asfáltico).

Da Câmara de Teodoro Sampaio, dos Vereadores Presidente da Câmara, Edimar Batista de Oliveira, do PSB, e Wilson Alves de Carvalho (Véio do Requeijão), do PSB, solicitando a destinação de dois tratores de grande porte (110 cavalos) para compor a Patrulha Agrícola do Município, visando atender os Assentamentos Padre Josimo, com 96 famílias, e Água Sumida, com 121 famílias.

Da Câmara de Presidente Prudente, solicitando intercessão junto ao Governador Geraldo Alckmin para pavimentação da estrada vicinal Raimundo Maiolini, que liga o Município prudentino à cidade de Flórida Paulista e aos Distritos de Montalvão, Floresta do Sul, Eneida, Ameliópolis e segue até o Rio do Peixe, com 10 quilômetros de estrada sem pavimento, trazendo desenvolvimento aos nossos distritos e encurtando distâncias para aqueles que trabalham nos presídios da região paulista.

Ainda da Câmara de Presidente Prudente, do Vereador Natanael Gonzaga, do PSDB, ofício solicitando a doação de duas ambulâncias para o Município, uma delas destinada ao Hospital Regional do Câncer de Presidente Prudente e a outra para o Serviço de Transporte Social, da Secretaria Municipal de Saúde.

Do mesmo Vereador Natanael, ofício solicitando providências objetivando a destinação de recursos financeiros, através de emenda parlamentar, no valor de 500 mil reais ao Hospital Regional do Câncer de Presidente Prudente e ofício solicitando providências ao Ministério

da saúde, destinadas à construção de dois postos de saúde no Município.

Sr. Presidente, como aqui demonstrado, os Municípios, principalmente neste delicado momento de crise econômica, passam por sérias e extremas dificuldades. É certo que todos os entes da Federação enfrentam a crise, mas os mais fracos são os Municípios, principalmente os pequenos, cuja receita praticamente é composta pelo repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

Coloquei meu mandato, como já aqui dito, à disposição de todos os Municípios do Estado, fundamentalmente os das regiões da Sorocabana, Paulista e Nova Alta Paulista.

Sr. Presidente, sobre a invasiva divulgação da Operação Carne Fraca e as irregularidades apontadas pela Polícia Federal, dentre elas a adulteração de embalagens, venda de carne vencida, adição de produtos em desacordo com as normas estabelecidas, que interferem diretamente o consumidor brasileiro e, principalmente, as exportações e o mercado econômico internacional - o que para nosso País é um impacto direto na cadeia produtiva - e mesmo com a revogação dos impedimentos da importação pelos países para a carne brasileira, precisamos esclarecer a toda a população brasileira e ao mercado exterior sobre as atividades executadas pelo Governo Federal, com a punição de todos os envolvidos com relação a esse escândalo.

Sr. Presidente, sabemos que o Governo Federal, através do Ministro da Agricultura e Pecuária, Blairo Maggi, assumiu pessoalmente a condução desse processo, e quero aqui cumprimentá-lo pelo magnífico trabalho, que resgata a credibilidade junto aos consumidores do mercado nacional e internacional.

Por ser um Deputado suplente este ano, a situação aqui é um tanto incerta, mas eu quero finalizar, Sr. Presidente, falando um pouquinho da situação do momento.

O que mais preocupa este Parlamentar neste momento são as reformas estruturantes. Eu fiz aqui uma série de considerações, principalmente sobre as três principais reformas: a previdenciária, a trabalhista e a tributária e, a meu ver a quarta, que é a reforma política. No momento adequado, eu farei um pronunciamento sobre a minha posição quanto à aprovação da reforma previdenciária.

Antes mesmo de romper com a ainda Presidente da República Dilma Rousseff, do PT, o PMDB, por meio da Fundação Ulysses Guimarães, apresentou, no dia 29 de novembro de 2015, o documento *Uma ponte*

para o futuro.

Esse texto incluía diversas reformas chamadas de estruturais, que tratavam de questões tidas como de longo prazo e que deveriam ser encaradas por políticos que deveriam deixar de lado divergências e interesse próprio. Esse documento justificava a tentativa de recuperação econômica do País, que seria atingida para corrigir a profunda recessão causada por excessos cometidos pelo Governo Federal.

Entre as propostas nas 19 páginas desse documento, está a de reforma da Previdência, que, já com o presidente Michel Temer, do PMDB, no cargo, foi enviada a esta Casa no dia 5 de dezembro, por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. Uma das soluções "simples do ponto de vista puramente técnico" apresentadas na carta *Uma ponte para o futuro* era aumentar a idade mínima para que uma pessoa no Brasil pudesse se aposentar.

O Governo Temer seguiu a agenda contida no *Uma ponte para o futuro* e aprovou neste Congresso a PEC do teto de gastos, a medida provisória da reforma do ensino médio e caminha para, adiante, travarmos aqui o debate quanto à reforma trabalhista, que está dentro do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, que já possui 850 emendas parlamentares.

Mas apareceu um problema no meio desse percurso de boa relação entre a maioria dos Congressistas e o Executivo nacional, que é a PEC da reforma da Previdência.

Apesar de tratar algumas mudanças da PEC 287/16 como inalteráveis, como o aumento da idade mínima para aposentadoria para 65 anos a homens e mulheres com tempo de contribuição de ao menos 25 anos, até mesmo o Presidente da República classifica nos bastidores o projeto como "espinhoso".

Só que, desde o início dos trabalhos da Comissão Especial da Reforma, as dificuldades têm sido maiores. Não há quem acredite que haja qualquer possibilidade de se aprovar como está a PEC 287/16 em plenário com o mínimo necessário de três quintos dos Parlamentares, ou seja, 308 votos favoráveis, em dois turnos. Já se somam 164 emendas ao projeto.

Minha maior preocupação é que essa PEC atinge de forma muito pesada os trabalhadores. Creio que muita coisa deva ser, de fato, extraída deste texto ou substancialmente alterada, para que possamos

manter certos direitos assegurados atualmente.

Defendo que muitas mudanças devem ser feitas se o Governo quiser mesmo aprovar essa PEC 287. Ela traz em seu bojo flagrante inconstitucionalidade, por violação aos princípios da segurança jurídica, do direito adquirido, da vedação ao retrocesso social, entre outros pontos.

A proposta ignora até mesmo as diferenças biológicas, e a dupla, por vezes, tripla jornada da mulher que é recorrente no nosso País de Terceiro Mundo, ao estabelecer a mesma regra de aposentadoria para os homens e mulheres, utilizando como paradigma realidades completamente diversas das dos países desenvolvidos do continente europeu.

O que fazer com quem contribuiu no sistema por 18, 19, 20, 24 ou 25 anos sobre o total da remuneração, com menos de 50 anos se homem e menos de 45 anos se mulher e que, a partir da promulgação dessa PEC, perderia o direito ao recebimento de proventos sobre o que excedesse o teto do Regime Geral da Previdência Social?

Acho que a União não está apta para devolver todo esse excedente corrigido para o segurado, ou promoveria o calote institucionalizado para centenas de milhares sob o manto da prescrição, com a alegação de que só poderiam reclamar os últimos 5 anos?

O trabalhador está sendo obrigado a trabalhar por 49 anos para receber os 100% da média remuneratória desde julho de 1994 e perde o direito de se lembrar da Previdência tão somente ao iniciar a perda de seu vigor físico, pois não se aposentará, ainda que tenha vertido ao sistema contribuições por 24 anos e 11 meses. Fácil presumir que, em inúmeros Estados, principalmente do Norte e Nordeste, inúmeros trabalhadores vão falecer antes de completar os longos 25 anos de contribuição ao regime.

Que todos nós reflitamos e nos posicionemos questionando e combatendo tudo aquilo que violar os princípios constitucionais consagrados pela Constituição de 1988.

O limite de idade tem trazido insatisfação muito grande, a regra de transição vai ter que ser negociada e também o tempo de serviço. Esse é o pensamento que tenho.

Temos que enxergar outras possibilidades que possam realmente reaquecer a economia e os cofres públicos, e não medidas tão duras de mudança na Previdência. Busquemos taxar os bancos e as grandes

fortunas. Não podemos, toda vez que os governantes atribuem que o País está quebrado, fazer com que só a classe trabalhadora tenha que pagar a conta. O Presidente Temer e sua equipe precisam ceder, dar exemplos e cortar na própria carne para fazer essa reforma acontecer.

As mudanças são tão expressivas que o próprio Relator da PEC na Comissão Especial, Deputado Arthur Maia, do PPS da Bahia, já mudou várias vezes a data de apresentação do seu parecer sobre a proposta. Antes previsto para o início de março, ficou para o meio do mês, depois o fim dele, e agora caminha para abril.

A quantidade de emendas apresentadas à PEC da Previdência na Comissão Especial é enorme. Trazem essas emendas pedidos de alterações significativas no projeto, como a redução do pedágio de transição de 50% para 30% nos casos de contribuintes com idade acima de 50 anos para homens e 45 para mulheres, redução da idade mínima de aposentadoria de 65 para 60 anos, homens, e 58, mulheres, entre outras.

Registro aqui, Sr. Presidente, meu desconforto em dar respaldo à PEC 287/16 tal qual encaminhada pelo Executivo.

Tenho convicção de que aqui a maioria dos Deputados e Deputadas que compõem a base vem recebendo pedidos para se colocar contra a PEC 287/16. Essa pressão vem das ruas, das redes sociais, de nossas visitas às nossas bases, quanto à insatisfação social da PEC 287/16 em seu texto original. A sociedade hoje em dia está mais atenta, acompanhando os movimentos desta Casa.

É preciso, Sr. Presidente, buscar um entendimento na Comissão Especial para que a discussão chegue ao Plenário com algumas soluções já dadas.

Não posso e não vou - repito, não posso e não vou -, caso vários pontos dessa reforma da Previdência não sejam retirados do texto original e outros alterados, votar contra o trabalhador.

Meu voto será contrário à reforma da Previdência!

O esforço do Ministro da Fazenda Henrique Meirelles de ir às bancadas dos partidos para detalhar e explicar a importância dessa reforma tem olhar econômico e numérico para os cofres públicos.

Mas os Deputados e Deputadas também têm seu olhar e sensibilidade para quem contribuiu ao longo de vários anos e, dessa forma, vamos para esse debate com olhar humano e social. O povo trabalhador está

cansado de, a todo momento, com alegações de Previdência quebrada, feita por todos os ex-Presidentes, querer mudar no meio do jogo as regras - agora, então, de maneira radical.

Sr. Presidente, 49 anos de contribuição para conseguir a aposentadoria integral é querer dizer aos trabalhadores que eles passaram a vida toda contribuindo para pagar a conta e o suposto rombo da Previdência desde que este instituto foi criado, mas que eles vão pouco aproveitar dela.

Defendo um meio-termo. Que o Governo esteja atento e permita, de fato, flexibilizar essa reforma, para que a mesma atinja seus objetivos e, ao mesmo tempo, não seja tão dura com os trabalhadores e trabalhadoras.

Vencida a reforma previdenciária, outras, como a política, a trabalhista e tributária devem ser objeto de debate nesta Casa, aos quais adiante me manifestarei.

Reafirmo que gostaria de deixar registrado nesta Casa e, ao mesmo tempo, alertar aos trabalhadores sobre a minha posição em relação principalmente à situação da reforma da Previdência. Este Deputado não concorda com vários pontos do texto e, da forma que está - poderia citar ponto a ponto - quero registrar que o voto deste Deputado é contrário à reforma previdenciária. Quero que fique registrada a posição deste Deputado, do PSDB do Estado de São Paulo, em relação à reforma da Previdência. Para que se faça uma reforma, é necessário que haja exemplos e que se corte na carne. Jamais a minha posição será votar contra direitos dos trabalhadores. Então já deixo aqui registrado o meu voto contrário à reforma da Previdência.

Sr. Presidente, gostaria de pedir a V.Exa. que fosse dado como lido todo o meu discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adérmis Marini) - Obrigado, nobre colega Deputado Federal e também colega Vereador Izaque Silva. Parabéns pelo posicionamento, inclusive em relação à reforma da Previdência!

Extraordinária - CD

Publ.: DCD
30/03/2017 -

ELIZEU DIONIZIO-PSDB -MS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

O SR. ELIZEU DIONIZIO (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para deixar clara a nossa posição quanto à matéria da Previdência a todos aqueles que querem desconstruir a nossa imagem no Estado.

Somos contra o texto que foi apresentado pelo Governo. Desde o começo estamos fazendo essa discussão com todas as classes. Não é exequível que ao pessoal da segurança pública sejam exigidos 49 anos de recolhimento mais 65 anos de idade. Eu tenho certeza de que ninguém da segurança pública, em sã consciência, entende que isso possa ser exequível.

Há outras áreas da administração sobre as quais já conversamos. Há os regimes especiais e o período de transição, que não ficou claro. Não há como a pessoa adquirir o benefício pela idade, tem que ser pelo tempo de recolhimento. A idade não dá benefício a ninguém, quem dá é o tempo de recolhimento.

Então, estou me posicionando aqui de forma clara, transparente, para que não pare mais dúvida.

Sou contra esse projeto e espero que possamos fazer o debate de maneira mais tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Documento 43/257

051.3.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 29/03/2017-12:54

Publ.: DCD

-MARCON-PT -RS

30/03/2017 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Congratulações à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB por nota contrária à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alterações nas regras da seguridade social.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer o anúncio da nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB contra a reforma da previdência. A entidade, que se coloca contra a iniciativa do Governo Federal, diz que a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, provoca exclusão social. Ela quer que seja feita auditoria na previdência e afirma que o Presidente da República, Michel Temer, escolheu o caminho da exclusão social.

Meus parabéns à CNBB! Meus parabéns à Igreja Católica!

Espero que esse debate sobre a reforma da previdência seja feito em todas as nossas comunidades, nas nossas paróquias, nas nossas dioceses.

Gostaria que este pronunciamento sobre a nota da CNBB fosse divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais servidores desta Casa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB é contrária à reforma da previdência proposta por Temer.

Quero, primeiramente, parabenizar, o Conselho Permanente da CNBB, que se reuniu em Brasília, nos últimos dias 21 a 23 de março, e em comunhão e solidariedade pastoral ao povo brasileiro, emitiu nota na qual manifesta sua apreensão em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que trata da reforma da previdência, proposta por Temer.

Segundo a entidade, os números do déficit apresentados pelo Governo para justificar tal reforma estão em desacordo, inclusive, com instituições ligadas ao próprio Governo. A CNBB ressalta ainda que a justificativa da proposta se atrela apenas a questões econômicas e deixa de lado os princípios e valores éticos, sociais e solidários. Ela critica também a idade mínima única de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres e o fim da aposentadoria especial do trabalhador rural, o que, segundo a entidade, vai comprometer a assistência de indígenas, quilombolas e pescadores, por exemplo. E rechaça a redução de pensão por morte de um dos cônjuges e a desvinculação do salário mínimo como referência para o pagamento do benefício, entre outras coisas.

Segundo a CNBB, o Governo Temer escolhe o caminho da exclusão social. A instituição sugere auditar a dívida pública, taxar rendimentos das instituições financeiras, rever desonerações de exportação de *commodities*, bem como identificar e cobrar os grandes devedores da previdência.

Além disso, a CNBB manifesta seu desacordo com a proposta de se eliminar a isenção previdenciária das instituições filantrópicas, outra aberração prevista na PEC 287/16.

Por fim, a CNBB se coloca na defesa dos pobres e excluídos.

Parabéns à CNBB pela coragem que mostra e por retratar tudo aquilo que estamos dizendo desde o início desse debate, expondo para a sociedade brasileira os verdadeiros interesses que estão em jogo para o Governo Temer, o apoio apenas ao capital e aos ricos do País.

Documento 44/257

051.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/03/2017-13:18
Publ.: DCD 30/03/2017 -	LUIZ COUTO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Nota da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em repúdio da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alterações nas

regras da Seguridade Social.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo registrar nota da CNBB, divulgada no último dia 23 de março, assinada pelos Cardeal Sergio da Rocha, Arcebispo de Brasília e Presidente da CNBB, D. Murilo S. R. Krieger, SCJ, Arcebispo de São Salvador da Bahia e Vice-Presidente da CNBB, D. Leonardo Ulrich Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB, que manifestam suas ideias e repúdios com muita sabedoria sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, de iniciativa do Poder Executivo, que tramita no Congresso Nacional.

Segundo a CNBB, a proposta de emenda à Constituição fere os direitos sociais apontando que ela trilha o caminho da exclusão social e se restringe a questão previdenciária sob a ótica estritamente econômica. Ao mesmo tempo que faz esse alerta, a CNBB chama a comunidade cristã e todas as pessoas de boa vontade a se mobilizarem na busca de melhorias para o povo brasileiro, sobretudo para os mais fragilizados.

Contudo, sabemos o mal que esta PEC trará ao pobre, às mulheres e à sociedade em geral e para isso precisamos nos manifestar em todos os setores da sociedade brasileira, de forma que o povo entenda o perigo que seus direitos sociais estão correndo nas mãos dos golpistas e usurpadores deste País.

Sr. Presidente, gostaria que esta nota fosse divulgada na íntegra nos meios de comunicação da Casa, no programa de rádio *A Voz do Brasil* e registrada nos Anais desta Casa.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota da CNBB sobre a PEC 287/16 - "Reforma da Previdência"

"Ai dos que fazem do direito uma amargura e a justiça jogam no chão"
(Amós 5,7)

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília-DF, dos dias 21 a 23 de março de

2017, em comunhão e solidariedade pastoral com o povo brasileiro, manifesta apreensão com relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, de iniciativa do Poder Executivo, que tramita no Congresso Nacional.

O art. 6º da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a Previdência seja um Direito Social dos brasileiros e brasileiras. Não é uma concessão governamental ou um privilégio. Os Direitos Sociais no Brasil foram conquistados com intensa participação democrática; qualquer ameaça a eles merece imediato repúdio.

Abrangendo atualmente mais de 2/3 da população economicamente ativa, diante de um aumento da sua faixa etária e da diminuição do ingresso no mercado de trabalho, pode-se dizer que o sistema da Previdência precisa ser avaliado e, se necessário, posteriormente adequado à Seguridade Social.

Os números do Governo Federal que apresentam um déficit previdenciário são diversos dos números apresentados por outras instituições, inclusive ligadas ao próprio governo. Não é possível encaminhar solução de assunto tão complexo com informações inseguras, desencontradas e contraditórias. É preciso conhecer a real situação da Previdência Social no Brasil. Iniciativas que visem ao conhecimento dessa realidade devem ser valorizadas e adotadas, particularmente pelo Congresso Nacional, com o total envolvimento da sociedade.

O sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade...), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores éticos-sociais e solidários. Na justificativa da PEC 287/2016 não existe nenhuma referência a esses valores, reduzindo a Previdência a uma questão econômica.

Buscando diminuir gastos previdenciários, a PEC 287/2016 "soluciona o problema", excluindo da proteção social os que têm direito a benefícios. Ao propor uma idade única de 65 anos para homens e mulheres, do campo ou da cidade; ao acabar com a aposentadoria especial para trabalhadores rurais; ao comprometer a assistência aos segurados especiais (indígenas, quilombolas, pescadores...); ao reduzir o valor da pensão para viúvas ou viúvos; ao desvincular o salário mínimo como referência para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a PEC 287/2016 escolhe o caminho da exclusão

social.

A opção inclusiva que preserva direitos não é considerada na PEC. Faz-se necessário auditar a dívida pública, taxar rendimentos das instituições financeiras, rever a desoneração de exportação de commodities, identificar e cobrar os devedores da Previdência. Essas opções ajudariam a tornar realidade o Fundo de Reserva do Regime da Previdência Social - Emenda Constitucional 20/1998, que poderia provisionar recursos exclusivos para a Previdência.

O debate sobre a Previdência não pode ficar restrito a uma disputa ideológico-partidária, sujeito a influências de grupos dos mais diversos interesses. Quando isso acontece, quem perde sempre é a verdade. O diálogo sincero e fundamentado entre governo e sociedade deve ser buscado até à exaustão.

Às senhoras e aos senhores parlamentares, fazemos nossas as palavras do Papa Francisco: "A vossa difícil tarefa é contribuir a fim de que não faltem as subvenções indispensáveis para a subsistência dos trabalhadores desempregados e das suas famílias. Não falte entre as vossas prioridades uma atenção privilegiada para com o trabalho feminino, assim como a assistência à maternidade que sempre deve tutelar a vida que nasce e quem a serve quotidianamente. Tutelai as mulheres, o trabalho das mulheres! Nunca falte a garantia para a velhice, a enfermidade, os acidentes relacionados com o trabalho. Não falte o direito à aposentadoria, e sublinho: o direito - a aposentadoria é um direito! - porque disto é que se trata."

Convocamos os cristãos e pessoas de boa vontade, particularmente nossas comunidades, a se mobilizarem ao redor da atual Reforma da Previdência, a fim de buscar o melhor para o nosso povo, principalmente os mais fragilizados.

Na celebração do Ano Mariano Nacional, confiamos o povo brasileiro à intercessão de Nossa Senhora Aparecida. Deus nos abençoe!

Brasília, 23 de março de 2017.

Cardeal Sérgio da Rocha, Arcebispo de Brasília
Presidente da CNBB.

Dom Murilo S. R. Krieger, SCJ, Arcebispo de São Salvador da Bahia
Vice-Presidente da CNBB.

Dom Leonardo Ulrich Steiner, OFM, Bispo Auxiliar de Brasília
Secretário-Geral da CNBB.



051.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/03/2017-14:08
Publ.: DCD 30/03/2017 -	HEITOR SCHUCH-PSB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Recebimento pelo gabinete parlamentar do orador de manifestações de entidades religiosas contrárias à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alterações nas regras da seguridade social.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero compartilhar com V.Exas. o teor de algumas correspondências recebidas em meu gabinete.

A primeira delas é de autoria da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. É uma manifestação muito ponderada contra a reforma da Previdência, contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. Nela é feita a defesa muito contundente de quem trabalha, de quem produz e de quem põe a comida na mesa do povo brasileiro.

Agregando a isso, recebi uma carta dos bispos da Província Eclesiástica de Belo Horizonte. Em um trecho, temos a seguinte frase: "*É indispensável que a sociedade seja ouvida e que se criem mecanismos de participação dos cidadãos nesse processo de reforma previdenciária. (...) É inaceitável uma reforma que se assenta na redução de direitos dos mais pobres*", cortando benefícios. Não é justo.

Também recebi uma carta da Direção da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, assinada pelo seu Presidente, o Pastor Nestor Paulo Friedrich, pela sua diretoria e por 20 pastores e pastoras dos Sínodos regionais - de Rondônia, do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Espírito Santo, de Mato Grosso, do Paraná e do Estado de São Paulo.

Há, ainda, um manifesto enviado pelas Mulheres Luteranas, reunidas em Foz do Iguaçu, no Paraná. Mais de 2 mil mulheres, vindas de todas as regiões do Brasil, reuniram-se para o Encontro Nacional de Mulheres da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com o tema *Mulheres Luteranas Celebrando os 500 Anos da Reforma*.

O documento é datado de 19 de março deste ano e diz em seu início: *"Somos contra a reforma da Previdência Social. (...) Viemos a público manifestar-nos contra a política brasileira de retirada de direitos"*. Diz ainda: *"A grande maioria das mulheres exerce uma dupla ou tripla jornada de trabalho, portanto os critérios para a Aposentadoria devem ser diferenciados para homens e mulheres. Exigimos uma auditoria transparente da Previdência Social e que os recursos advindos desta contribuição sejam distribuídos com justiça"*. E, por último, leio um pensamento bíblico ali destacado: *"Pelo que o direito se retirou, e a justiça se pôs de longe; porque a verdade anda tropeçando pelas praças, e a retidão não pode entrar"*.

Não estamos sozinhos nessa grande luta. A união faz a força, e a luta trará a vitória de quem produz, de quem trabalha neste País.

Muito obrigado.

Documento 46/257

051.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/03/2017-14:12
Publ.: DCD 30/03/2017 -	- WALDENOR PEREIRA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à manobra do Governo Michel Temer de exclusão dos Estados e Municípios da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma da Previdência Social, com a finalidade de desmobilização da população brasileira na luta contra a aprovação da matéria.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, após as fortes mobilizações populares contra a reforma da Previdência que aconteceram no Brasil em praticamente em todos os Municípios - mobilizações essas que foram escondidas pela *TV Globo* e pela grande mídia brasileira -, o Presidente ilegítimo, golpista, Michel Temer utiliza-se da manobra de anunciar ao povo brasileiro a retirada dos Estados e Municípios da reforma da Previdência. Trata-se de clara tentativa de desmobilização

da população contra essa reforma que fere de morte os trabalhadores brasileiros.

O Sr. Michel Temer anuncia que vai retirar os Estados e Municípios, mas não diz como vai fazê-lo, não fala na possibilidade de apresentação de outra PEC, enfim, não apresenta alternativas procedimentais que possam permitir essa retirada. E o mais grave: S.Exa., que se diz constitucionalista, comete erro crasso ao fazer isso, porque a Constituição brasileira, no seu art. 40, é muito clara ao assegurar o regime de previdência para os titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e traçar regras igualitárias para todos os servidores públicos das diferentes esferas da Federação brasileira. Esse mesmo artigo contempla a questão da isonomia e da simetria do regime previdenciário dos servidores do Brasil.

Portanto, trata-se, na verdade, de um engodo, de uma mentira, de uma iniciativa que tem por objetivo claro desmobilizar o povo brasileiro que, de forma crescente, vem se apresentando contrário a essa reforma da Previdência Social que acaba com a aposentadoria dos trabalhadores do Brasil.

O nosso repúdio, o nosso protesto a mais essa manobra do Presidente golpista e ilegítimo Michel Temer, que tenta desmobilizar a população brasileira que, de forma crescente, diz não à reforma da Previdência, diz não à reforma trabalhista, diz não a todas as iniciativas maldosas, perversas e nocivas que atingem de morte a classe trabalhadora do Brasil.

Muito obrigado.

Documento 47/257

051.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/03/2017-14:14
Publ.: DCD 30/03/2017 -	- DANILO CABRAL-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ameaça aos direitos dos trabalhadores e à cidadania pela proposta de reforma



da Previdência Social. Inexistência de déficit na seguridade social. Contrariedade à inclusão do fim de isenções concedidas às entidades filantrópicas no bojo da proposta de reforma previdenciária. Defesa de rejeição da matéria.

O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a reforma da Previdência significa uma ameaça aos direitos dos trabalhadores e um ataque à cidadania.

Diversas vezes já ocupei a tribuna desta Casa para manifestar minha indignação com a proposta enviada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, de forma apressada, com carência e confusão de informações.

O Governo afirma haver um déficit no financiamento da Previdência da ordem de 85 bilhões de reais. Entretanto, quando analisamos os resultados da seguridade social - esse é um dado já falado várias vezes aqui na forma como determina a Constituição de 1988 -, percebemos que esse déficit, na verdade, é um superávit de 11 bilhões de reais.

Hoje venho à tribuna desta Casa para externar nossa preocupação com o que representa uma ameaça às entidades filantrópicas. Agora querem colocar no pacote da reforma o fim das isenções de contribuições concedidas às entidades filantrópicas.

Ora, Sr. Presidente, trata-se de mais uma traição à nossa Constituição Cidadã de 1988. A Constituição Federal afirma o papel das instituições filantrópicas e estabelece a renúncia tributária devido à relevância dessas entidades para o País. Elas estão onde o Estado não está. Elas conseguem atender quem o próprio Estado não enxerga, nem alcança. Para cada real fruto de isenção, muitos mais recursos são ofertados em termos de serviços e benefícios à sociedade.

Pesquisa do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF, que reúne mais de 9 mil entidades filantrópicas do País, aponta que a cada real dado em isenções fiscais, essas entidades retornam quase 6 reais em serviços de saúde, educação e assistência social. São mais de 160 milhões de atendimentos nessas três áreas.

Atentemos ainda para o fato de que essas entidades são responsáveis por 53% dos atendimentos pelo SUS e 62,7% dos relativos à assistência social no Brasil, além dos relevantes serviços prestados na

área da educação brasileira.

Desse modo, o ataque às entidades certificadas beneficentes de assistência social, que pretende fazer a reforma da Previdência, poderá atingir, prejudicar e agravar o já vulnerável sistema estatal de amparo social e assistencial. O Brasil tem muitas entidades filantrópicas sérias, corretas, idôneas, que cumprem um papel social imprescindível ao nosso País. São essas entidades que, com suas respectivas competências, habilitações e conhecimentos, desempenham com louvor feitos nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, dentre outras. Não são essas entidades que merecem os ataques e as ameaças da reforma da Previdência.

As entidades são certificadas e fiscalizadas pelo poder público, por meio de auditorias, de forma periódica e rígida. Além dos milhões de atendimentos e beneficiários, essas entidades geram empregos em todo o nosso País.

Repito, Sr. Presidente, não são elas merecedoras de ataques e ameaças.

A reforma da Previdência mais parece um desmonte do que uma reforma. O projeto do Governo Federal é recheado de retrocessos, de retirada de direitos sociais. Trata-se de uma proposta injusta, que faz pesar sobre os mais fracos, sobre os trabalhadores e sobre os cidadãos mais necessitados o peso conservador de uma política econômica autoritária e, sobretudo, desumana. A lógica não pode perpetuar os privilégios de uma minoria e relegar o povo à miséria, à ignorância e ao abandono.

Nosso apoio, solidariedade e reconhecimento às entidades filantrópicas deste País. "Não" à reforma da Previdência!

Sr. Presidente, peço que o nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch) - Muito obrigado, Deputado Danilo Cabral.

Publ.: DCD
30/03/2017 -

IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Anúncio de realização de ato público de profissionais de educação contra as propostas do Governo Federal de reformas previdenciária, trabalhista e do ensino médio. Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria dar como lido o nosso pronunciamento sobre a educação na luta contra as reformas do Governo Temer e, em particular, ressaltar a ação das educadoras e educadores brasileiros, que estão nas ruas desde o dia 8, em greve, em 18 Estados da Federação. Este tem sido o setor mais mobilizado por entender que há um ataque frontal ao direito à educação na questão da aposentadoria, na reforma trabalhista, nas terceirizações.

Nós entendemos que a professora e o professor que hoje formam 85% do mercado de trabalho, o magistério, não vão suportar esse tipo de coisa. Eles vão perder a vocação, vão protestar, já que uma professora só poderá se aposentar aos 73 anos de idade. Isso é uma violência contra as crianças e contra os idosos.

Estamos na rua com os professores.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima sexta-feira, mais um importante ato nacional contra as reformas propostas pelo Governo ilegítimo de Michel Temer deve encher as ruas de todo o País. É importante ressaltar que a categoria dos professores tem comparecido em massa aos atos e, desde o dia 8, tem demonstrado combatividade e coragem.

Em todo o País, a jornada de lutas da educação neste mês de março desencadeou fortes greves em que a pauta principal é a luta contra a reforma da Previdência. Não à toa: a categoria do magistério, composta por 80% de mulheres, é uma das mais atingidas na proposta em tramitação, Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016,

uma vez que ela penaliza as mulheres e acaba com a aposentadoria especial, atingindo duplamente as professoras e significando, na prática, no mínimo 15 anos a mais de trabalho. Além disso, para requererem a aposentadoria nas mesmas condições estabelecidas, de valores integrais à média das contribuições, deverão contribuir por 49 anos. Isso significa em média 24 anos a mais de trabalho! Ou seja, é o fim do direito à Previdência, é a dilaceração por completo deste direito.

Cientes disso, professoras e professores têm realizado grandes movimentos. Greves se espalharam pelo País e já atingiram 18 Estados. De norte a sul, educadores têm feito aulas públicas, atos regionais, passeatas, conversas com as comunidades e composto, junto com outras categorias, o enfrentamento a essa perversidade que é a PEC 287/16.

Esta movimentação surtiu efeito e induziu Temer a fazer um recuo, em pronunciamento em rede nacional, quando anunciou a exclusão dos servidores públicos estaduais e municipais da reforma previdenciária. Porém, ainda que apontemos a suscetibilidade do Governo aos movimentos e que isso sirva de impulso para mais mobilizações e força até a derrubada geral da reforma, é importante destacar também que a posição de Temer é insuficiente e até mesmo perigosa.

É insuficiente porque Estados e Municípios estão sob forte pressão de também realizarem reformas no sistema previdenciário, induzidos pelas políticas do Governo Federal, que as coloca como condicionantes, como o Projeto de Lei nº 257, por exemplo.

Desde o ano passado várias medidas drásticas têm sido tomadas por legislativos estaduais, com o argumento de sanar crise fiscal estadual, mas essas medidas são insuficientes, pois cerca de 3.500 Municípios do País não possuem regime próprio de previdência e, portanto, seus servidores estão sujeitos às regras do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

Ao remeter a decisão para os governos estaduais e municipais - para os que possuem regime próprio previdenciário -, Temer diminui a pressão sobre sua proposta, dividindo o ônus com governadores e prefeitos, mas coloca em risco nossos direitos.

A posição do Presidente é também perigosa, pois o direito à aposentadoria foi conquistado com luta e seu registro na Constituição Federal, tal como ocorre hoje, é importante para que este direito não seja fragilizado pelas dificuldades locais. Retirar os servidores públicos estaduais e municipais da reforma não pode implicar numa desconstitucionalização desse direito para estes setores, permitindo

tratamentos diferenciados por cada ente administrativo. Ou seja, a retirada somente significa uma vitória se ela se consolidar na manutenção das regras à aposentadoria tais quais os servidores estão sujeitos hoje, com os requisitos mantidos e dentro da esfera do direito garantido nacionalmente.

Por fim, vale destacar que a luta dos professores é também contra a reforma trabalhista, contra a reforma do ensino médio e pela valorização do magistério.

A pauta da educação nacional toma a cena para apontar as diversas dificuldades que a área apresenta no cotidiano e a falta de condições de trabalho de seus profissionais, e se soma à classe trabalhadora que reconhece que o Projeto de Lei da Terceirização retira de forma atroz direitos dos trabalhadores.

Por uma educação pública gratuita, laica, estatal e de qualidade, todo apoio às lutas dos profissionais de educação por todo o País!

Documento 49/257

051.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/03/2017- CD	14:34
Publ.: DCD - 30/03/2017 - EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protesto contra tentativa de destruição dos direitos indígenas e quilombolas e da política agrária para o pequeno produtor familiar. Repúdio ao corte de recursos orçamentários destinados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme matéria da jornalista Mônica Bergamo, do jornal Folha de S.Paulo. Cumprimentos à Frente Brasil Popular e à Frente Povo Sem Medo pela convocação de mobilização nacional contra as propostas do Governo Federal de reformas trabalhista e previdenciária. Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Artigo intitulado Reforma da Previdência: a morte como horizonte da aposentadoria, de autoria do orador, publicado pela revista Carta Capital.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar o meu veemente

protesto contra a tentativa de destruição dos direitos indígenas e quilombolas e contra a destruição de qualquer resquício de política agrária voltada à pequena produção, à produção familiar.

Quero também manifestar a minha preocupação - e, ao mesmo tempo, o meu repúdio - com os cada vez mais poucos recursos destinados ao IBGE. Ontem, no jornal *Folha de S.Paulo*, a jornalista Mônica Bergamo publicou, com as fontes devidas, que o recenseamento agropecuário previsto para 2015 somente agora será feito. O instituto perdeu recursos e reduziu de 80 mil para apenas 26 mil os recenseadores. O mais grave é que retirou da pesquisa as questões inerentes à agricultura familiar, ao uso de agrotóxicos, à raça das pessoas, entre outros itens importantes.

Isso é realmente impor um prejuízo inestimável ao esforço de compreensão deste Brasil tão complexo, tão plural, tão diferenciado, que necessita do fortalecimento de um órgão da estatura do IBGE, ao qual jamais poderia ser imposta essa verdadeira seca de recursos que inviabiliza os avanços e até impõe retrocessos àquilo que o instituto já conquistou.

Sr. Presidente, quero parabenizar a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, que convocaram para o próximo dia 31, sexta-feira, um grande ato de mobilização nacional. No dia 15, nós trabalhadores já demonstramos nossa força; no dia 31, vamos parar o Brasil, porque somos solidários, somos todos trabalhadores do campo, da cidade. Neste momento, a minha categoria, em quase todo o Brasil, está em greve lutando contra a reforma trabalhista e, particularmente, contra essa reforma criminosa que quer tirar os direitos previdenciários, colocando como o horizonte da aposentadoria a data da morte do trabalhador.

Parabéns à Frente Brasil Popular! Parabéns à Frente Povo Sem Medo!

O ato do dia 31 tem um grande objetivo: conclamar as classes trabalhadoras e mobilizá-las para a grande greve geral. Essa greve estava indicada para o início de abril, mas, em razão dos feriados, houve consenso entre várias Centrais Sindicais sobre nova data: no dia 28 de abril o Brasil vai parar.

Este Congresso, como Casa do Povo que é, não tem o direito de trair o voto soberano que o povo nos deu. No entanto, quando a chamada Casa do Povo trai a soberania popular, somente o povo, nas ruas, pode dar um basta a essa tentativa criminosa de um Governo golpista de destruir o direito à dignidade do nosso povo com reformas trabalhista e previdenciária e com essa criminosa terceirização aqui

aprovada.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja dado como lido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna parabenizar a Frente Brasil Popular e a Frente do Povo Sem Medo pela convocação de um dia nacional de mobilização, o dia 31 de março, com vistas a uma data para chamarem greve geral, provavelmente na primeira quinzena de abril. Não apenas parabenizo, como convido todos os brasileiros e brasileiras para se juntarem a esse grande dia.

Por esta Casa, é verdade, passam as principais decisões do País. Mas, quando a maioria dos representantes não representam os interesses do povo brasileiro, é preciso que o povo resista e demonstre seu poder. Para barrar a reforma da Previdência, a reforma Trabalhista e o projeto da terceirização (que, apesar de aprovado aqui, ainda não foi sancionado), apenas a força do povo nas ruas.

Força essa, inclusive, que já foi sentida aqui pelos Deputados e pelo Governo Temer depois dos dias 8 e 15 de março, quando as ruas estiveram cheias de brasileiros e brasileiras contrários aos retrocessos.

Como resposta, o Governo fez uma manobra que simulava poupar os servidores municipais e estaduais da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, na esperança de tirar das ruas os milhares de professores que foram a vanguarda dos dias 8 e 15. Em jogada ensaiada, Rodrigo Maia desenterrou a PL da Terceirização, o Projeto de Lei nº 4302, de 1998, da época de FHC, e o Congresso aprovou, na última quarta-feira, dia 22, esse ataque que rasga a CLT.

Não há dúvidas de que o que pretendem é sacrificar, até as últimas consequências, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, retirando seus direitos e sua vida para que os que sempre lucraram neste País sigam lucrando cada vez mais.

Por isso, é fundamental que cada piquete em porta de fábrica, que cada assembleia de professores em greve, que cada plenária ou comitê regional se transforme em instrumento para a construção da greve geral pela base.

O povo resistirá! Todos e todas às ruas dia 31 de março!



Sr. Presidente, ainda a respeito desse tema, gostaria de fazer agora a leitura de artigo de minha autoria publicado hoje na revista *Carta Capital* e intitulado *Reforma da Previdência: a morte como horizonte da aposentadoria*.

*Reforma da Previdência:
a morte como horizonte da aposentadoria*

Quando, há um ano exatamente, alertávamos que um golpe estava em curso, nos referíamos ao desrespeito à Constituição. Era ela que estava em jogo. Ao rasgar-se uma página dela, autorizaríamos queimar todo o resto. O governo Temer assumiu há menos de um ano e, provando ter ocupado a cadeira de forma ilegítima, imoral e impopular, tentamos salvar uma página desta Magna Carta que este governo ignora. Ocorre que, desta vez, ele tenta colocar na fogueira aquele direito que atinge a todos os brasileiros e brasileiras diretamente e indistintamente: o direito a se aposentar.

A contribuição que o trabalhador vê mensalmente ser descontada de seu contracheque pode nunca chegar a seus bolsos. A proposta de Reforma da Previdência não pretende outra coisa senão acabar com o direito à previdência pública e, desse modo, viabilizar o fortalecimento das empresas privadas do setor, subsidiárias dos grandes bancos. Trata-se de um roubo institucionalizado do fundo previdenciário público.

A proposta do texto é nada menos que cruel. Propõe como ponto principal o estabelecimento da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, para homens e mulheres, sem distinção, o que representa um retrocesso histórico. Além do mais, a cada ano adicional na média brasileira de expectativa de sobrevida será acrescentado um ano à idade mínima de 65 anos.

Haverá também a exigência de 25 anos de contribuição, o que representa também grande dano, dado que hoje o mínimo é de 15 anos para a aposentadoria por idade no INSS. Um requisito que colocaria à margem milhares de brasileiros, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela informalidade e pela rotatividade nos postos de trabalho.

Como observa Denise Gentil (UFRJ), 60% das aposentadorias por idade concedidas em 2015 foram para trabalhadores que não chegaram sequer aos 20 anos de contribuição e 79% não alcançaram os 25 anos propostos. Na verdade, a aposentadoria, hoje, para grande



maioria da população é justamente a idade. No Pará, por exemplo, esse percentual ultrapassa 90%, o que ressalta a perversidade da proposta de idade mínima de 65 associada à exigência de, no mínimo, 25 anos de contribuição.

Está claro que essa nova regra atingirá sobretudo a população mais pobre, que contribui por menos tempo por ser mais sujeita ao trabalho informal e ao desemprego. Sabe-se que o sonho de qualquer cidadão é ter um emprego com carteira assinada. Ter a possibilidade de contribuir sem interrupção ainda é, contudo, privilégio de poucos trabalhadores brasileiros.

Mesmo para os que tiverem a oportunidade de contribuir será quase impossível se aposentar com a integralidade do salário, haja vista que, para isso, a proposta exige 49 anos comprovados de contribuição. As mudanças propostas dão razão ao temor que levou milhares de brasileiros e brasileiras às ruas no último dia 15: o de ter que trabalhar até a morte.

No caso das pensões, ela será reduzida para 50%, acrescentando-se 10% por dependente (até o limite de 100%). Desta forma, com a morte de seu cônjuge, uma pessoa pode perder até 40% de seu benefício. A Reforma ainda eleva de 65 para 70 anos a idade mínima para se fazer jus ao benefício de Assistência Social, e permite o aumento automático dessa idade sempre que a expectativa de sobrevida aumentar. Além disso, estabelece que o valor do benefício será fixado em lei, em substituição à atual previsão de um salário mínimo.

Haverá apenas uma regra de transição para as pessoas que já estiverem no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do INSS, e que na data de publicação da Reforma já tenham 50 anos ou mais (se homem) ou 45 anos (se mulher), que poderão se aposentar em condições menos piores, mas ainda com regras bem severas.

Além do mais, a proposta revoga o direito de aposentadoria diferenciada para policiais, professores e trabalhadores rurais, representando um retrocesso histórico e no reconhecimento das diferenças no mundo do trabalho que devem ser consideradas pela legislação.

Todo o diagnóstico oficial, de que no futuro a relação entre aposentados e trabalhadores ativos irá se multiplicar, se torna irrelevante quando consideramos quem são os verdadeiros privilegiados no orçamento público: os grandes bancos, investidores e empresas. Isto sem mencionar que a arrecadação (inclusive do INSS) tem sido prejudicada pelas constantes desonerações tributárias, e pela



recessão econômica (desemprego), resultante das altíssimas taxas de juros, que privilegiam os beneficiários da dívida pública.

A reforma da Previdência tem sido anunciada como uma grande necessidade, supostamente porque haveria um déficit no setor, e que no futuro não haveria dinheiro para pagar os benefícios. Porém, na realidade, o verdadeiro problema das contas públicas não é a Previdência, mas outros fatores que buscam blindar esses que sempre são privilegiados para colocar a conta nas costas do trabalhador. E, desta vez, a conta é a própria vida.

Indico aqui, por exemplo, a questionável dívida pública, que beneficia principalmente grandes investidores e bancos, que são exatamente os que mais vão ganhar com a precarização da Previdência Pública. Em 2017, o Governo Federal, conforme a Lei Orçamentária, planeja gastar 1,722 trilhão de reais com juros e amortizações da dívida, que jamais foi auditada, e que representa 50,66% do orçamento. Este valor é quase o triplo de todos os gastos previstos com a seguridade social, incluindo a Previdência Social (INSS e Regime Próprio dos Servidores Públicos), previstos em 650 bilhões de reais.

Nos dois últimos anos consegui que o Congresso Nacional aprovasse emenda de minha autoria à Lei de Diretrizes Orçamentárias prevendo uma auditoria sobre esta dívida obscura, com a participação de entidades da sociedade civil. Porém, Dilma e Temer a vetaram. O governo prefere manter este gasto absurdo com a dívida pública, às custas da perda de direitos dos trabalhadores e aposentados.

Por que as empresas devedoras ao INSS não são cobradas? De acordo com dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), R\$ 426 bilhões é o montante dessa dívida, o que equivale a três vezes o alegado déficit da Previdência em 2016. A maior parte dessa dívida está concentrada na mão de poucas empresas ativas, como a JBS e Bradesco.

Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária. A procuradoria classificou 32.224 empresas devedoras e constatou que apenas 18% delas estão extintas. Ora, se a grande maioria, ou 82%, são ativas, somente um conluio entre o governo e empresas pode explicar a falácia do déficit para a privatização da previdência pública.

As justificativas usadas pelo governo para defender essa reforma são absurdas. É preciso desmentir o suposto "déficit" na previdência dos servidores públicos e no Regime Geral (INSS). No caso do INSS, o governo anuncia "déficit" de R\$ 181,2 bilhões em 2017. Porém, omite



que a Previdência Social está inserida no Sistema de Seguridade Social (que abrange as áreas de Saúde, Assistência e Previdência), e conta com expressivas receitas, como a COFINS e a CSLL. Mesmo em 2015, quando a recessão econômica e o desemprego já eram expressivos houve um Superávit de R\$ 11,17 bilhões. A Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil mostra que nas últimas três décadas o sistema sempre foi superavitário.

Já no Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), o governo federal anuncia "déficit" em 2017 de R\$ 35,12 bilhões na Previdência dos Servidores Civis, e R\$ 52,16 bilhões no total (incluindo-se os militares). Porém, fabrica-se esse déficit por meio do desmonte do Estado.

De 1991 a 2015 (em 24 anos), o número de servidores civis ativos do Poder Executivo cresceu apenas 8% (de 662 mil para 717 mil). No mesmo período, a população brasileira cresceu 39%. Desta forma, é lógico que as contribuições dos ativos não irão cobrir as aposentadorias.

Além do mais, não é verdade que o gasto com previdência dos servidores está explodindo. O gasto com pessoal (incluindo-se aposentados e pensionistas, de todos os Poderes) caiu de 54,5% da Receita Corrente Líquida em 1995 para 38% em 2015. Investindo em mais em pessoal, inclusive ampliando o número de fiscais, haveria uma melhora na fiscalização e no combatendo a sonegação, além da melhoria da qualidade do serviço público.

Por fim, é necessário acabar com as desonerações sobre a folha de pagamento das empresas, revisar as isenções previdenciárias e acabar com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre o orçamento incidente sobre a seguridade social, que retiram bilhões de reais e fragilizam o sistema de proteção social. Somente em 2016 a DRU desviou mais de 100 bilhões de reais do setor.

A reforma da Previdência não é uma saída para corrigir um anunciado déficit, que é falacioso. Trata-se de uma escolha política que pretende retirar mais direitos, retroceder em direitos trabalhistas e sociais para atender a quem sempre lucrou neste país. Caso se desejasse buscar saídas para esse problema, a Comissão Especial da Reforma da Previdência na Câmara, seguramente, teria mais tempo de existência e chamaria a todos os interessados para um amplo debate democrático e plural. Exatamente o contrário do que temos vivido nesse espaço. A saída não é outra: essa reforma cairá pelas mãos da pressão popular.

Documento 50/257

049.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - 28/03/2017-14:14
CD
Publ.: DCD - 29/03/2017 DAVIDSON MAGALHÃES-PCDOB -BA
-
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Participação do orador em debate, na Câmara Municipal de Coaraci, Estado da Bahia, sobre a proposta do Governo Federal de reforma previdenciária. Recebimento pelo orador de abaixo-assinado de servidores, professores e alunos do Colégio Estadual Almakazir Gally Galvão contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, estive ontem na Câmara Municipal do Município de Coaraci para discutir a reforma da Previdência. Participaram também Vereadores de Almadina, Jussari, Ibicaraí e Itapitanga. Foi unânime o protesto contra a reforma da Previdência e também contra a aprovação do projeto da terceirização.

Nesse sentido, eu gostaria de agradecer aos dos Vereadores de oposição Macedônio, Luciano, Roberto, Nabson e Graça, bem como do Presidente do PCdoB local, Lourival Júnior, a iniciativa desse grande debate.

Nós também recebemos um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas de funcionários, professores e estudantes do Colégio Estadual Almakazir Gally Galvão, protestando contra a reforma da Previdência.

Estamos na luta!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. dê a este pronunciamento ampla divulgação nos meios de comunicação da Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu subo hoje a esta tribuna para proferir pronunciamento sobre o debate acerca da reforma de Previdência que realizamos ontem, dia 27 de março, na Câmara Municipal de Coaraci.

O evento foi muito representativo. Contamos com a presença massiva da comunidade local, com representantes de estudantes e professores. Estiveram presentes Secretários Municipais da região, o Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde - SindiACS, o Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas - SITRAN, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Coaraci, representantes do APLB-Sindicato e diretores de escolas públicas e particulares.

Contamos ainda com a presença do Presidente do PCdoB de Coaraci, Lourival Júnior, e dos Vereadores Antônio Macedônio, Luciano Lessa, Roberto Brito (PCdoB), Nabson Góes (PCdoB) e da Vereadora Graça, todos de Coaraci, bem como de diversos vereadores de Almadina, Itapitanga, Ibicaraí e Jussari.

Todas as manifestações e questionamentos dos cidadãos e cidadãs presentes ao debate foram pela não aprovação da PEC que vai acabar com a aposentadoria de toda a população. Por isso, votarei contra a reforma da Previdência, reafirmando cada vez mais o meu compromisso com o povo baiano e com a população brasileira.

Espero que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas Federais possam rejeitar essa malfadada PEC 287/16, que prejudicará todos os brasileiros.

Documento 51/257

049.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 28/03/2017-14:16
CD

Publ.: DCD - 29/03/2017

WALDENOR PEREIRA-PT -BA

-

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE

Sumário

Denúncia de tentativa do Governo Federal de desmobilização dos movimentos sociais contrários à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, numa clara intenção de desmobilizar a enorme resistência contra a reforma da Previdência, o ilegítimo e golpista Presidente Michel Temer anunciou a exclusão de servidores estaduais e municipais da PEC 287/2016. Trata-se de um engodo, trata-se de uma mentira, até porque tal medida exigiria a quebra da isonomia e da assimetria prescritas na Constituição brasileira. O Presidente Michel Temer precisa explicar o inexplicável! Por isso, nós queremos denunciar essa tentativa de desmobilização da população brasileira, que em todos os cantos do Brasil está dizendo "não" à reforma da Previdência Social.

Documento 52/257

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-14:34
Publ.: DCD - 29/03/2017	LEO DE BRITO-PT -AC	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Críticas ao Governo Michel Temer pela condução da reforma da Previdência.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Michel Temer, realmente, está brincando com fogo.

Depois de lançar a sua reforma da Previdência, verificou que aqui, majoritariamente, os Deputados são contra essa reforma. A votação da terceirização demonstrou que o Governo não tem votos para aprovar a PEC 287/16. As manifestações mostram que o povo está se

mobilizando: houve manifestações no dia 8 de março e também no dia 15 deste mês; agora, no dia 31, haverá outra, e no dia 28 de abril haverá uma greve geral.

Em seguida, o Governo decidiu retirar os servidores dos Estados e Municípios da reforma da Previdência e depois voltou atrás na sua decisão, obrigando os Estados a aprovarem uma reforma, de modo que para aqueles que não a aprovarem, vai valer a regra federal.

Isso é realmente brincar com o fogo e com a inteligência do povo.

Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Documento 53/257

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-16:56
Publ.: DCD - 29/03/2017 -	HEULER CRUVINEL-PSD -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, ocupo este espaço para poder me posicionar sobre a reforma da Previdência, que está sendo analisada numa Comissão que foi criada para discutir o tema.

Embora essa seja uma reforma de importância para o nosso País, eu quero me posicionar contrariamente a ela neste momento, pois, da maneira como foi colocada, da forma como a proposta foi apresentada pelo Governo, não tenho como votar a favor dela. Mesmo sendo da base do Governo, vou votar contra a reforma da Previdência, principalmente no que diz respeito às regras de transição, ao período de contribuição para que os trabalhadores possam se aposentar e também ao trabalhador rural, que tem que ter uma maneira

diferenciada para poder se aposentar.

Eu nunca irei votar contra os trabalhadores brasileiros, contra os direitos que foram adquiridos por eles ao longo dos anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 54/257

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-17:16
Publ.: DCD - 29/03/2017 -	JÚLIO DELGADO-PSB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Manifestação de segmentos da sociedade civil organizada contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 751, de 2016, que cria o Programa Cartão Reforma.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero ressaltar que importantes segmentos da sociedade civil organizada se manifestam a cada dia sobre a proposta de reforma da Previdência. Hoje também tivemos a manifestação da OAB. Além dela, como foi ressaltado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, a CNBB também se manifesta nesse sentido.

Então, vão se juntando segmentos que têm responsabilidade com este País pela rejeição dessa proposta esdrúxula que foi encaminhada. Ela pode mudar para lá, tirar Estado, colocar Município, colocar Estado. Essa reforma aqui não passará.

Quero dizer que, nesta matéria, nós concordamos com o que foi dito pelo Major Olímpio e orientamos o voto "não".

Documento 55/257

049.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 28/03/2017-17:16
Publ.: DCD - 29/03/2017 - WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 751, de 2016, que cria o Programa Cartão Reforma. Participação do orador em audiência pública no Município de Monlevade, Estado de Minas Gerais, sobre A reforma da Previdência. Expectativa de rejeição da proposta na Câmara dos Deputados.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vai votar "não". Nós não vamos polemizar este assunto.

Gostaríamos de deixar claro mais uma vez que estamos percorrendo todo o Estado de Minas Gerais. Ontem participamos de audiência pública na cidade de João Monlevade contra a reforma da Previdência. Eu queria parabenizar o Vereador Adriano Alvarenga. Foi uma reunião muito representativa, à qual estiveram presentes também o Deputado Federal Leonardo Monteiro e o Deputado Estadual Celinho do Sinttrocel. A população mineira está revoltadíssima, muito mobilizada, inclusive nos pequenos Municípios.

Parabenizo a iniciativa do Vereador Adriano Alvarenga. Tenho certeza de que o conjunto dos Deputados vai refletir muito e dizer "não" à reforma da Previdência. A população está indignada também com a votação nesta Casa da proposta da terceirização.

Documento 56/257

049.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária 28/03/2017-17:16
- CD
Publ.: DCD - WELITON PRADO-PMB -MG
29/03/2017 -
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO



Sumário

Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Assinatura pelo orador do requerimento de autoria do Senador Paulo Paim de criação de CPI destinada à investigação da situação financeira da Previdência Social. Nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB sobre o posicionamento do órgão diante da proposta de reforma previdenciária.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o envio da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, à Câmara dos Deputados pelo Governo Federal, tenho divulgado amplamente, em discursos no plenário, em entrevistas à imprensa, em reuniões, seminários, atos públicos e em mídias sociais, meu posicionamento totalmente contrário à reforma da Previdência, que, tenho repetido, é o fim da Previdência Social!

Para citar um exemplo, destaco entrevista ao jornal *Correio de Uberlândia*, publicada em 7 de dezembro de 2016:

O deputado federal Weliton Prado (PMB) disse que irá votar contra a proposta e afirmou acreditar que o Governo Federal terá dificuldades de apoio em relação à PEC. "O trabalhador que foi obrigado a começar trabalhar muito cedo, agora, mais uma vez, vai ter que pagar a conta da crise sozinho, como vem acontecendo desde 2015 com os ajustes fiscais enviados ao Congresso Nacional", disse. Prado ainda citou que não há comprovação de déficit na Seguridade Social ao afirmar que, em 2015, houve um superávit de R\$ 22 bilhões e citou a DRU como prova de saldos positivos.

Mantenho a coerência na minha atuação parlamentar e, com compromisso registrado em cartório desde a primeira vez em que saí candidato a Deputado Federal, reafirmo que não voto favoravelmente a propostas que retiram direitos dos trabalhadores, servidores públicos e aposentados nem a projetos que criam ou amentam impostos para a população mais pobre.

Desde 2015, medidas e projetos que retiram direitos conquistados pelos trabalhadores têm sido apresentados pelos governos. Votei contra antes e continuarei votando contra agora!

Também assinei requerimento de autoria do Senador Paulo Paim para criação da CPI da Previdência, visto que o déficit da Previdência é uma falácia e

precisa ser investigado. Ademais, assinei com vários sindicatos e outros três partidos mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal - STF para suspender a tramitação da PEC por ser inconstitucional e ilegal!

Quero parabenizar a sociedade pela mobilização contra essa PEC. Estivemos em audiência pública na Assembleia Legislativa com mais de 30 representantes de sindicatos e centrais sindicais. Eu me reuni com Vereadores de várias cidades, com o SINDIFISCO, o SINFFAZFISCO, a FEBRAFISCO, o SITRAEMG, a ANFIP, a AMMP, que é a Associação Mineira do Ministério Público, e com a AMAGIS, a Associação dos Magistrados Mineiros. Somos totalmente contrários a essa PEC da maldade.

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB se reuniu em Brasília, representado pelo Cardeal D. Sergio da Rocha, Arcebispo de Brasília e Presidente da CNBB; por D. Murilo Krieger, Arcebispo de São Salvador da Bahia e Vice-Presidente da CNBB; e por D. Leonardo Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB, e também se posicionou, defendendo o que igualmente defendemos: *"Não falte o direito à aposentadoria, e sublinho: o direito - a aposentadoria é um direito! - porque disto é que se trata"*.

Quero ler esta nota, que é de muita importância para a nossa sociedade e em defesa da nossa sociedade:

Nota da CNBB sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016 - "Reforma da Previdência"

"Ai dos que fazem do direito uma amargura e a justiça jogam no chão"
(Amós 5,7)

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília-DF, dos dias 21 a 23 de março de 2017, em comunhão e solidariedade pastoral com o povo brasileiro, manifesta apreensão com relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, de iniciativa do Poder Executivo, que tramita no Congresso Nacional.

O Art. 6º da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a Previdência seja um Direito Social dos brasileiros e brasileiras. Não é uma concessão governamental ou um privilégio. Os Direitos Sociais no Brasil foram conquistados com intensa participação democrática; qualquer ameaça a eles



merece imediato repúdio.

Abrangendo atualmente mais de 2/3 da população economicamente ativa, diante de um aumento da sua faixa etária e da diminuição do ingresso no mercado de trabalho, pode-se dizer que o sistema da Previdência precisa ser avaliado e, se necessário, posteriormente adequado à Seguridade Social.

Os números do Governo Federal que apresentam um déficit previdenciário são diversos dos números apresentados por outras instituições, inclusive ligadas ao próprio governo. Não é possível encaminhar solução de assunto tão complexo com informações inseguras, desconstruídas e contraditórias. É preciso conhecer a real situação da Previdência Social no Brasil. Iniciativas que visem ao conhecimento dessa realidade devem ser valorizadas e adotadas, particularmente pelo Congresso Nacional, com o total envolvimento da sociedade.

O sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade...), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores éticos-sociais e solidários. Na justificativa da PEC 287/2016 não existe nenhuma referência a esses valores, reduzindo a Previdência a uma questão econômica.

Buscando diminuir gastos previdenciários, a PEC 287/2016 "soluciona o problema", excluindo da proteção social os que têm direito a benefícios. Ao propor uma idade única de 65 anos para homens e mulheres, do campo ou da cidade; ao acabar com a aposentadoria especial para trabalhadores rurais; ao comprometer a assistência aos segurados especiais (indígenas, quilombolas, pescadores...); ao reduzir o valor da pensão para viúvas ou viúvos; ao desvincular o salário mínimo como referência para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a PEC 287/2016 escolhe o caminho da exclusão social.

A opção inclusiva que preserva direitos não é considerada na PEC. Faz-se necessário auditar a dívida pública, taxar rendimentos das instituições financeiras, rever a desoneração de exportação de commodities, identificar e cobrar os devedores da Previdência. Essas opções ajudariam a tornar realidade o Fundo de Reserva do Regime da Previdência Social - Emenda Constitucional 20/1998, que poderia provisionar recursos exclusivos para a Previdência.

O debate sobre a Previdência não pode ficar restrito a uma disputa ideológico-partidária, sujeito a influências de grupos dos mais diversos interesses. Quando isso acontece, quem perde sempre é a verdade. O diálogo sincero e fundamentado entre governo e sociedade deve ser buscado até a

exaustão.

Às senhoras e aos senhores parlamentares, fazemos nossas as palavras do Papa Francisco: "A vossa difícil tarefa é contribuir a fim de que não faltem as subvenções indispensáveis para a subsistência dos trabalhadores desempregados e das suas famílias. Não falte entre as vossas prioridades uma atenção privilegiada para com o trabalho feminino, assim como a assistência à maternidade que sempre deve tutelar a vida que nasce e quem a serve quotidianamente. Tutelai as mulheres, o trabalho das mulheres! Nunca falte a garantia para a velhice, a enfermidade, os acidentes relacionados com o trabalho. Não falte o direito à aposentadoria, e sublinho: o direito - a aposentadoria é um direito! - Porque disto é que se trata".

Convocamos os cristãos e pessoas de boa vontade, particularmente nossas comunidades, a se mobilizarem ao redor da atual Reforma da Previdência, a fim de buscar o melhor para o nosso povo, principalmente os mais fragilizados.

Na celebração do Ano Mariano Nacional, confiamos o povo brasileiro à intercessão de Nossa Senhora Aparecida. Deus nos abençoe!

Brasília, 23 de março de 2017

Cardeal Sergio da Rocha, Arcebispo de Brasília Presidente da CNBB

Dom Murilo S. R. Krieger, SCJ Arcebispo de São Salvador da Bahia, Vice-Presidente da CNBB

Dom Leonardo Ulrich Steiner, OFM Bispo Auxiliar de Brasília, Secretário-Geral da CNBB

Somos totalmente contrários à PEC do fim da Previdência e não aceitaremos nenhum direito a menos!

Documento 57/257

050.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária	-28/03/2017-
	CD	20:36
Publ.: DCD - 29/03/2017 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário



Importância da aprovação de dispositivo sobre a destinação de percentual do Programa Cartão Reforma para a área rural. Defesa de aumento dos investimentos do Governo Federal no Programa Minha Casa, Minha Vida. Críticas à proposta de reforma previdenciária. Confiança na rejeição da matéria. Elogios à atuação do Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello no julgamento de ação para anulação da votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre a terceirização do trabalho.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu digo o mesmo, Sr. Presidente Carlos Manato. É importante que todos possam se manifestar.

Primeiro, quero agradecer à Liderança do PT por ter me permitido fazer este importante comunicado. Nós votamos agora a destinação de um percentual do Cartão Reforma para a área rural, não conforme veio o projeto do Governo, que não previa nenhum percentual para a área rural. A Relatora incorporou 10%; a proposta do PT era de 20%.

Eu quero registrar a importância dessa votação. Com larga vantagem, derrubamos a orientação do Governo, que era contra destinarmos 20% do Cartão Reforma para a área rural.

Nós temos um programa exitoso do Governo do Presidente Lula, do Governo da Presidenta Dilma, o Programa Minha Casa Minha Vida. Queremos que o Governo coloque mais recursos para manter esse programa.

Segundo, quero falar da Previdência. A pergunta que eu quero fazer é: quem no Brasil é a favor da reforma da Previdência? Na verdade, não é uma reforma, porque, se nós reformamos a casa, melhoramos a casa; se nós reformamos o carro, melhoramos o carro.

Trata-se não de uma reforma da Previdência, mas de um desmonte da Previdência. A OAB é contra, a CNBB fez uma nota duríssima contrária, a grande maioria dos Prefeitos é contra, porque os Municípios perdem com isso. Se não têm o recurso dos aposentados e pensionistas, o comércio vende menos e se desaquece a economia dos Municípios.

Estive em atividade em várias Câmaras de Vereadores neste final de semana. No País inteiro, Vereadores de todos os partidos estão fazendo moções de repúdio: do PMDB, do PP, do PSDB, do PTB, do PT, do PDT, do PSOL, do PCdoB. Estão todos pedindo para não aprovar a reforma da Previdência.



Eu pergunto: quem é a favor? Só há um setor a favor, que é a previdência privada. É claro, foi com o setor da previdência privada, com os banqueiros que o Temer se sentou. Mas quero dizer, vinculando esse tema ao das terceirizações, que nesta Casa não vai passar essa reforma. Na terceirização, houve mais pressão dos empresários para pagar a conta do golpe, houve dinheiro. Os empresários sempre investem forte no financiamento empresarial de campanha.

Aqui dentro esse tema poderia ter mais votos, inclusive na terceirização, o que precariza a questão dos trabalhadores, que fez com que a ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e outras entidades se manifestassem e dissessem se haverá menos salário (o DIEESE disse isso) ou se haverá mais assistência do trabalho (a ANAMATRA disse isso).

Naquela votação da terceirização, a bancada do Governo obteve 231 votos e não 308, que são necessários para a PEC da Previdência. Estou dizendo que se Vereadores, Prefeitos, sindicatos e centrais sindicais continuarem se manifestando sobre a Previdência, nós podemos derrubar essa proposta cruel do desmonte.

Quanto à terceirização, há boas notícias hoje. Na ação impetrada no STF para que o Temer não sancione o Projeto de Lei nº 4.302, que trata da terceirização, o Ministro Celso de Mello pediu esclarecimentos e informações à Câmara dos Deputados. Ele agiu imediatamente, ele não sentou em cima da ação, ele não negou. Junto a esse fato, há a própria rebeldia dos Senadores do PMDB, lá no Senado, que estão dizendo: "*Temer, "não" ao PL 4.302! Nós queremos o PL 4.330!*" Não quero nem ao PL 4.330, porque sou contra a terceirização.

Sr. Presidente Carlos Manato, nesta Casa estamos chegando à situação de que realmente pode não passar o maldito desmonte da Previdência. Uma votação já aconteceu hoje.

Quero dizer às centrais sindicais que os movimentos de domingo dos "coxinhas" foram muito fracos. Foram um desastre! Eles cumpriram o seu papel, conseguiram o que queriam, iludiram muita gente, mas o golpe foi realizado, o Temer está lá. Precisamos continuar mobilizados, porque isso alimenta uma esperança de efetivamente não passar o desmonte da Previdência.

Vamos continuar debatendo sobre a terceirização, porque ainda temos que recuperar a derrota dela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre

Deputado.

Documento 58/257

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	23/03/2017-14:27
	Debates - CD	
Publ.: DCD	SÁGUAS MORAES-PT -MT	
24/03/2017 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Moções do Prefeito do Município de Novo Horizonte do Norte, Silvano Pereira Neves, da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Poconé, Estado de Mato Grosso, de repúdio à proposta de reforma previdenciária.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, quero dar como lidas moções de repúdio à reforma da Previdência.

Há uma moção de repúdio do Prefeito do Município de Novo Horizonte do Norte, Silvano Pereira Neves; e uma moção de repúdio da Câmara de Vereadores de Porto dos Gaúchos, encaminhada pelo seu Presidente, Nolar Soares de Almeida, mas assinada por todos os Vereadores do Município: Claudeir Cândido de Oliveira, Moacir Sebastião de Castro, Kelly Cristina Duarte Bundchen, Paulo Manoel Antoniassi, Paulo Celso Ortega, Marisane Waldow, Oscar de Almeida Costa e Enos dos Reis Maria.

A Câmara de Vereadores do Município de Poconé, igualmente em Mato Grosso, encaminha um documento do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Poconé também em repúdio à reforma da Previdência.

Hoje nós sabemos, Sr. Presidente, que aproximadamente 3.800 Municípios têm uma receita maior com o recebimento dos valores da Previdência Social do que com o do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Então, quando o Governo coloca uma proposta de reforma da Previdência como a que está aí - na nossa opinião, pelas

condições que são colocadas nesta reforma, é um desmonte da Previdência, porque vai reduzir o número de contribuições -, vai prejudicar não só os trabalhadores, mas o Brasil como um todo, principalmente os Municípios menores.

Estes 3.800 Municípios, que possuem menos de 50 mil habitantes, têm na sua receita municipal a importante contribuição da Previdência Social. É ela que garante a cidadania da maioria dos brasileiros destas localidades.

Por isso, fica também aqui o nosso repúdio.

Gostaria de dar como lidas estas manifestações de Prefeitos e Vereadores de vários Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - V.Exa. será atendido, Deputado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Ofício STTR nº 006/2017

Poconé - MT, 08 de fevereiro de 2017.

Exmo Sr. Ademir zulli

DD. Presidente da Câmara Municipal de Poconé -MT.

Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Em Dezembro de 2.016, a Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional- PEC nº 287/2016, que trata da reforma da Previdência Social, alegando a existência de déficit no sistema, com medidas que vão dificultar ou impedir o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros aos benefícios previdenciários.

Entre outras medidas, a proposta apresentada pelo governo acaba com a diferença de idade para aposentadoria hoje existente, igualando urbanos e rurais, homens e mulheres, em 65 anos; amplia de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição (carência) para acesso à aposentadoria; estabelece a obrigatoriedade de contribuição direta e individualizada dos agricultores e agricultoras familiares/segurados



especiais para terem acesso aos benefícios previdenciários; propõe desvincular do valor do salário mínimo os benefícios de pensão por morte e os benefícios assistenciais de prestação continuada.

Se tais propostas forem aprovadas, serão enormes os prejuízos para os trabalhadores e trabalhadoras rurais e para a economia de milhares de municípios brasileiros.

A previdência rural, além de atender aos ditames da justiça social, recompensando aqueles que trabalharam duro no campo ao longo de décadas para a produção de alimentos para o País, tem um papel fundamental para a sustentação dos municípios do interior do País, constituindo-se no principal programa de interiorização de recursos públicos no Brasil. Em mais de 70% dos municípios brasileiros, os recursos da previdência rural, especialmente das aposentadorias, que circulam na economia local superam os recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). São estes recursos que movimentam diretamente o comércio local e sustentam e favorecem o desenvolvimento dos pequenos e médios municípios.

A redução rápida e violenta destes recursos implicaria em grave crise para economia local e para as receitas do município, atingindo a todos os moradores e não somente aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Não é difícil prever as consequências nocivas que proposta de reforma previdenciária do governo causaria a este município e aos seus moradores. A virtual supressão dos direitos previdenciários rurais provocará, em curto prazo, a volta da antiga tendência da migração das pessoas dos municípios menores para as grandes cidades.

E preciso esclarecer que a situação concreta de vida e detramento dos rurais não justificam as propostas de reforma que foram apresentadas. Os habitantes da área rural continuam a ter expectativa de vida menor dos que os moradores das cidades, além de que as condições de trabalho rural são extremamente penosas e esgotam precocemente as forças de trabalho, não permitindo o seu exercício a longo prazo.

Os dados do Censo Agrícola de 2006 deixam claro que, caso seja estabelecida a contribuição individual para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, a maioria da categoria estará permanentemente excluída da previdência social, já que 49% dos grupos familiares auferem, em média, renda líquida anual de R\$ 255,00. Além disso, o caráter sazonal da produção agrícola e pecuária, além das condições climáticas adversas que corriqueiramente o agricultor/a enfrenta (secas, enchentes, etc) implica em tornar inviável a contribuição mensal e individualizada para a previdência, ainda mais pelo prazo de

49 anos como prescreve os termos da reforma proposta.

É importante observar que a alegação da existência de déficit na previdência social é contestada pela maioria dos especialistas em previdência no país, incluindo professores de renomadas universidades brasileiras, técnicos da ANFIP, do DIEESE e do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, visto que o governo federal desconsidera as demais contribuições destinadas à seguridade social (que engloba a previdência social, a saúde e a assistência social), como por exemplo a Confins e receitas oriundas do lucro das empresas, de concursos e prognósticos, etc. Além disso, existe a DRU (desvinculação de receitas da união) que tem permitido ao governo destinar até 30% das receitas da Seguridade Social para aplicação em outras áreas.

É evidente, portanto, a importância da manutenção das condições atuais para acesso aos benefícios por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, já que as medidas propostas neste tocante implicariam em um agravamento na situação do campo e em um claro prejuízo para a esmagadora maioria dos municípios que terão a sua arrecadação e o seu desenvolvimento comprometido no médio e longo prazo.

Assim, pedimos que Vossa Excelência atue junto aos parlamentares no Congresso Nacional (deputados e senadores) no sentido de retirar da PEC 287/2016 os pontos que prejudicam os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Atenciosamente,

Fátima de Aquino - Presidente

Maria de Fátima de Araújo Bastos - Secretária de Finanças

Ofício nº 047/CM/2017

Ao Deputado Federal

Ságuas Moraes

Senhor Deputado Federal,

Cumprimentando-o cordialmente, a Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representada por todos os vereadores desta

casa de leis, vem através do presente para requerer conforme segue:

Considerando a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, cuja qualidade e preço justo são essenciais para sustento de toda a população brasileira, assegurando a soberania alimentar nutricional do país;

Considerando as condições diferenciadas do trabalho rural, que é extremamente penoso e extenuante, com jornadas de trabalho superior a 14 (catorze) horas diárias, ficando os produtores sujeitos às condições climáticas adversas (seca, inundações, sazonalidade das chuvas, etc.), com reflexos diretos sobre a sua renda anual;

Considerando a situação das mulheres trabalhadoras rurais, sujeitas à dupla e as vezes tripla jornada de trabalho, contribuindo para a produção da unidade familiar e assumindo as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças, os doentes e as pessoas da terceira idade;

Considerando a importância das aposentadorias rurais pagas pela Previdência Social para a economia do município, contribuindo para o desenvolvimento do comércio e o dinamismo da economia local, e que serve de grande incentivo para a permanência das famílias no campo;

Requer de Vossa Excelência, como representante eleito de nosso município e de nosso Estado na Câmara Federal, que se posicione firmemente em defesa da previdência social rural e urbana, no sentindo que seja favorável a manutenção das atuais regras de acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos aos benefícios previdenciários e assistenciais, dentre os quais se destacam:

- 1 - A diferença de idade para a aposentadoria por idade, aos 55 anos para mulheres, e 60 anos para os homens;
- 2 - Carência de 15 anos no exercício da atividade para acesso a aposentadoria;
- 3 - Contribuição dos agricultores e agricultoras familiares para a previdência social tendo por base a incidência de uma alíquota sobre a venda da produção;
- 4 - Possibilidade de acumulação de aposentadoria e pensão por morte, e vinculação dos benefícios previdenciários e assistencial (BPC/LOAS) ao valor do salário mínimo.

Certos de vosso empenho e dedicação na defesa dos trabalhadores rurais e urbanos, de nosso país, na oportunidade reiteramos votos de

estima e consideração.

Porto dos Gaúchos/MT, 06 de março de 2017

Nolar Soares de Almeida

Presidente da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos/MT

Claudeir Cândido de Oliveira - Vice-Presidente

Paulo Celso Ortega - 1º Secretário

Moacir Sebastião de Castro - 2º Secretário

Marisane Waldow

Kelly Cristina Duarte Bundchen

Oscar de Almeida Costa

Paulo Manoel Antoniassi

Enos dos Reis Maria

Novo Horizonte do Norte/MT, 08 de março de 2017.

Ofício Circular nº 001/GP/2017.

Assunto: Encaminhamento (FAZ)

Senhor Deputado,

Em dezembro de 2016, a Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional - PEC no 287/2016, que trata de reforma da Previdência Social, alegando a existência de déficit no sistema, com medidas que vão dificultar ou impedir o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros (as) aos benefícios previdenciários

Entre outras medidas, a proposta apresentada pelo governo acaba com a diferença de idade para aposentadoria hoje existente, igualando urbanos e rurais, homens e mulheres, em 65 anos; amplia de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição (carência) para acesso à aposentadoria; estabelece a obrigatoriedade de contribuição



direta e individualizada dos agricultores e agricultoras familiares/segurados especiais para terem acesso aos benefícios previdenciários; propõem desvincular do valor do salário mínimo os benefícios de pensão por morte e os benefícios assistenciais de prestação continuada.

Se tais propostas forem aprovadas, serão enormes os prejuízos para os trabalhadores e trabalhadoras rurais e para a economia de milhares de municípios brasileiros.

A previdência rural, além de atender aos ditames da justiça social, recompensando aqueles que trabalharam duro no campo ao longo de décadas para a produção de alimentos para o País, tem um papel fundamental para a sustentação dos municípios do interior do País, constituindo-se no principal programa de interiorização de recursos públicos no Brasil. Em mais de 70% dos municípios brasileiros, os recursos da previdência rural, especialmente das aposentadorias, que circulam na economia local superam os recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). São estes recursos que movimentam diretamente o comércio local e sustentam e favorecem o desenvolvimento dos pequenos e médios municípios.

A redução rápida e violenta destes recursos implicaria em grave crise para economia local e para as receitas do município, atingindo a todos os moradores e não somente aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Não é difícil prever as conseqüências nocivas que proposta de reforma previdenciária do governo causaria a este município e aos seus moradores. A virtual supressão dos direitos previdenciários rurais provocará, em curto prazo, a volta da antiga tendência da migração das pessoas dos municípios menores para as grandes cidades.

É preciso esclarecer que as situações concretas de vida e de trabalho dos rurais não justificam as propostas de reforma que foram apresentadas. Os habitantes da área rural continuam a ter expectativa de vida menor dos que os moradores das cidades, além de que as condições de trabalho rural são extremamente penosas e esgotam precocemente as forças se trabalho, não permitindo o seu exercício a longo prazo.

Os dados do Censo Agrícola de 2006 deixam claro que, caso seja estabelecida a contribuição individual para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, a maioria da categoria estará permanentemente excluída da previdência social, já que 49% dos grupos familiares auferem, em média, renda líquida anual de R\$ 255,00. Além disso, o caráter sazonal da produção agrícola e pecuária, além das condições

climáticas adversas que corriqueiramente o agricultor/a enfrenta (secas, enchentes, etc) implica em tornar inviável a contribuição mensal e individualizada para a previdência, ainda mais pelo prazo de 49 anos como prescreve os termos da reforma proposta.

É importante observar que a alegação da existência de déficit na previdência social é contestada pela maioria dos especialistas em previdência no país, incluindo professores de renomadas universidades brasileiras, técnicos da ANFIP, do DIEESE e do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, visto que o governo federal desconsidera as demais contribuições destinadas à seguridade social (que engloba a previdência social, a saúde e a assistência social) , como por exemplo a Confins e receitas oriundas do lucro das empresas, de concursos e prognósticos, etc. Além disso, existe a DRU (desvinculação de receitas da união) que tem permitido ao governo destinar até 30% das receitas da Seguridade Social para aplicação em outras áreas.

É evidente, portanto, a importância da manutenção das condições atuais para acesso aos benefícios por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, já que as medidas propostas neste tocante implicariam em um agravamento na situação do campo e em um claro prejuízo para a esmagadora maioria dos municípios que terão a sua arrecadação e o seu desenvolvimento comprometido no médio e longo prazo.

Assim, pedimos que Vossa Excelência atue junto aos parlamentares no Congresso Nacional (deputados e senadores) no sentido de retirar da PEC 287/2016 os pontos que prejudicam os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Silvano Pereira Neves - Prefeito Municipal

Documento 59/257

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 23/03/2017- CD	18:09
Publ.: DCD - 24/03/2017	JOÃO DANIEL-PT -SE	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



Nota do Conselho Permanente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB de apreensão quanto a possível aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alterações nas regras da seguridade social. Contestação a discursos sobre a responsabilização da ex-Presidente da República Dilma Rousseff pela crise econômica e pelo desemprego no Brasil. Iniciativas do Governo Federal de retirada de direitos dos trabalhadores. Sugestão ao Presidente da República de renúncia e de convocação de eleições diretas para o cargo. Repúdio a pronunciamentos com ofensas ao ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria que fosse registrada uma nota muito importante do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, que se reuniu em Brasília entre os dias 21 e 23 de março de 2017.

A CNBB manifestou apreensão com relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que tramita aqui no Congresso Nacional. A CNBB se mostra preocupada com a perda de direitos e de conquistas e traz uma frase bíblica que está em Amós 5:7: *"Ai dos que fazem do direito uma amargura e a justiça jogam no chão"*.

Eu queria dar como lida e solicitar, Sr. Presidente, que fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil* essa nota da CNBB.

Sr. Presidente, eu confesso que fico impressionado. Em abril do ano passado, quando queriam tirar a Presidenta Dilma do poder, os então líderes da Oposição e do golpe vinham a este plenário e diziam que a Presidenta havia deixado 11 milhões de pessoas desempregadas no Brasil. Precisavam tirar a Presidenta Dilma do poder porque havia 11 milhões de desempregados no Brasil, porque havia corrupção, porque havia isso, aquilo e aquilo mais.

Hoje, vêm à tribuna e dizem: *"A Presidenta Dilma e o PT são responsáveis por 13 milhões de desempregados"*. Em menos de 1 ano, aumentou em mais de 2 milhões o número de desempregados. Não há uma medida deste Governo que não aumente o desemprego e a miséria, que não desestruture as políticas sociais.

Parte dos Deputados que faziam oposição ao Governo da Presidenta Dilma vem a este microfone e não tem mais argumento nenhum. Este Governo acabou. Este Governo já nasceu acabado. Este Governo não tem respeito pelo povo brasileiro. Este é um Governo que não respeita

os direitos da classe trabalhadora. Está aí a lei que trata da terceirização, que o Governo vai sancionar. Está aí a reforma trabalhista, que vai retirar, sim, direitos. Está aí a reforma da Previdência, que vai retirar direitos.

Este Governo está fadado ao fracasso e, se tivesse moral e dignidade, faria uma grande contribuição à Nação: renunciaria e convocaria eleições diretas.

Ai daqueles que aqui sujam a boca e a língua denunciando o Presidente Lula e falando mal dele. Ele é a liderança mais respeitada da história do Brasil. É o único líder, hoje, capaz de reunir as forças produtivas, as forças nacionais para debater um projeto e recolocar este País nos trilhos, com geração de empregos, distribuição de renda e respeito ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) - Muito bem, Deputado João Daniel.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar a *Nota da CNBB sobre a PEC 287/16 - Reforma da Previdência*, cuja divulgação peço que seja feita no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Nota da CNBB sobre a PEC 287/16 - Reforma da Previdência

Ai dos que fazem do direito uma amargura e a justiça jogam no chão." - (Amós 5,7)

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília-DF, dos dias 21 a 23 de março de 2017, em comunhão e solidariedade pastoral com o povo brasileiro, manifesta apreensão com relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, de iniciativa do Poder Executivo, que tramita no Congresso Nacional.

O Art. 6º. da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a Previdência seja um Direito Social dos brasileiros e brasileiras. Não é



uma concessão governamental ou um privilégio. Os Direitos Sociais no Brasil foram conquistados com intensa participação democrática; qualquer ameaça a eles merece imediato repúdio.

Abrangendo atualmente mais de 2/3 da população economicamente ativa, diante de um aumento da sua faixa etária e da diminuição do ingresso no mercado de trabalho, pode-se dizer que o sistema da Previdência precisa ser avaliado e, se necessário, posteriormente adequado à Seguridade Social.

Os números do Governo Federal que apresentam um déficit previdenciário são diversos dos números apresentados por outras instituições, inclusive ligadas ao próprio governo. Não é possível encaminhar solução de assunto tão complexo com informações inseguras, desencontradas e contraditórias. É preciso conhecer a real situação da Previdência Social no Brasil. Iniciativas que visem ao conhecimento dessa realidade devem ser valorizadas e adotadas, particularmente pelo Congresso Nacional, com o total envolvimento da sociedade.

O sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade...), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores éticos-sociais e solidários. Na justificativa da PEC 287/2016 não existe nenhuma referência a esses valores, reduzindo a Previdência a uma questão econômica.

Buscando diminuir gastos previdenciários, a PEC 287/2016 "soluciona o problema", excluindo da proteção social os que têm direito a benefícios. Ao propor uma idade única de 65 anos para homens e mulheres, do campo ou da cidade; ao acabar com a aposentadoria especial para trabalhadores rurais; ao comprometer a assistência aos segurados especiais (indígenas, quilombolas, pescadores...); ao reduzir o valor da pensão para viúvas ou viúvos; ao desvincular o salário mínimo como referência para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a PEC 287/2016 escolhe o caminho da exclusão social.

A opção inclusiva que preserva direitos não é considerada na PEC. Faz-se necessário auditar a dívida pública, taxar rendimentos das instituições financeiras, rever a desoneração de exportação de commodities, identificar e cobrar os devedores da Previdência. Essas opções ajudariam a tornar realidade o Fundo de Reserva do Regime da Previdência Social - Emenda Constitucional 20/1998, que poderia

provisionar recursos exclusivos para a Previdência.

O debate sobre a Previdência não pode ficar restrito a uma disputa ideológico-partidária, sujeito a influências de grupos dos mais diversos interesses. Quando isso acontece, quem perde sempre é a verdade. O diálogo sincero e fundamentado entre governo e sociedade deve ser buscado até à exaustão.

Às senhoras e aos senhores parlamentares, fazemos nossas as palavras do Papa Francisco: "A vossa difícil tarefa é contribuir a fim de que não falem as subvenções indispensáveis para a subsistência dos trabalhadores desempregados e das suas famílias. Não falte entre as vossas prioridades uma atenção privilegiada para com o trabalho feminino, assim como a assistência à maternidade que sempre deve tutelar a vida que nasce e quem a serve quotidianamente. Tutelai as mulheres, o trabalho das mulheres! Nunca falte a garantia para a velhice, a enfermidade, os acidentes relacionados com o trabalho. Não falte o direito à aposentadoria, e sublinho: o direito - a aposentadoria é um direito! - porque disto é que se trata."

Convocamos os cristãos e pessoas de boa vontade, particularmente nossas comunidades, a se mobilizarem ao redor da atual Reforma da Previdência, a fim de buscar o melhor para o nosso povo, principalmente os mais fragilizados.

Na celebração do Ano Mariano Nacional, confiamos o povo brasileiro à intercessão de Nossa Senhora Aparecida. Deus nos abençoe!

Brasília, 23 de março de 2017.

Documento 60/257

041.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	22/03/2017-09:52
Publ.: DCD 23/03/2017 -	MAJOR OLIMPIO-SD -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vitória decorrente do anúncio, pelo Governo Federal, da retirada dos servidores públicos dos Estados e Municípios da proposta de reforma da



Previdência Social. Alerta para os termos do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, sobre a instituição do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Apresentação, na Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social, de requerimento de realização de audiências públicas para o debate da situação de instituições filantrópicas. Conclamação do povo brasileiro para mobilização contra a proposta de reforma previdenciária.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem o povo brasileiro obteve uma vitória, no momento em que o Presidente Michel Temer anunciou um recuo, o que significou a derrota desta Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, a PEC da farsa da Previdência.

Ao retirar ontem os servidores públicos dos Estados e dos Municípios da reforma previdenciária, ficou claro que o Governo não consegue dizer se há passivo na Previdência, de quanto é e de onde é. Nós temos que ficar vigilantes, porque o próprio Governo encaminhou o Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que é uma continuação do PLC 257/16, justamente para a rolagem da dívida dos Estados. Vai se impor aos Estados a obrigatoriedade de aumento de contribuição para, no mínimo, 14%, mudança no tempo de serviço. Então, os servidores estaduais devem ficar mobilizados.

Sr. Presidente, está havendo agora uma reunião extraordinária na Comissão Especial da Reforma da Previdência justamente para votar um requerimento de minha autoria, a fim de que tenhamos audiências públicas em relação às entidades filantrópicas. Não se pode dizer que é tudo "pilantrópico". Não podemos fechar associações, como a APAEs, as Santas Casas e mesmo as entidades de ensino que realizam a sua finalidade de atender a população como um todo e a população mais carente.

Pedimos a mobilização de toda a população! O Governo está realmente assustado! No domingo milhões de pessoas vão estar nas ruas dizendo: "*Não queremos pagar duas vezes as contas!*" É necessário se auditar de fato e responsabilizar aqueles que desviam e desviaram dinheiro público da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

041.3.55.O Sessão Deliberativa 22/03/2017-12:50
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - BACELAR-PTN -BA
23/03/2017 -

CÂMARA DOS BREVES
DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à aprovação da reforma da Previdência proposta pelo Governo Michel Temer, em face de insustentabilidade das medidas ante diferenciação de normas de acordo com categorias profissionais.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que é feito de forma açodada, o que é feito sem a devida legitimidade, desmancha-se no ar. É o caso da reforma da Previdência.

O anúncio ontem do Sr. Presidente da República, retirando servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência, primeiro, vai de encontro ao grande discurso de S.Exa. de que a reforma da Previdência afetaria toda sociedade brasileira. Não é verdade. Já retirou as Forças Armadas, os policiais militares, os bombeiros, e, agora, retira os servidores estaduais e municipais, numa simples manobra divisionista. Dizem os comentaristas políticos que o Sr. Presidente, que é o mestre na politicagem, faz isso para que os Deputados Federais não sejam pressionados pelos servidores quando chegam aos seus Estados. A que ponto chega a politicagem brasileira: submeter interesses da reforma a interesses políticos de Deputados.

Pois bem, quero dizer ao Sr. Presidente que os professores da educação básica no Brasil não serão enganados por essa medida divisionista de S.Exa.. A categoria dos professores, Presidente, é uma só. E os professores vão continuar mobilizados. Por quê? Com essa medida, 40% dos professores ainda continuam sujeitos às atuais regras constantes da PEC.

Sr. Presidente, 3.600 Municípios brasileiros não têm sistemas próprios de previdência. E você, professor, e você, professora, terá que se submeter a essas regras temerosas.

Mesmo nos Governos estaduais, nós ainda temos um percentual pequeno, cerca de 5% ou 6% de professores celetistas. O Presidente

Temer quer dividir a carreira, mas os professores estão conscientes disso. Os professores brasileiros sabem que, com esse tipo de aposentadoria, morrerão e não terão acesso ao benefício.

Por isso, estamos aqui denunciando isso mais uma vez. Somos contra a reforma como um todo e não nos contentaremos com medidas para atender à categoria A, B ou C. Professores brasileiros, a categoria é uma só. Vamos dizer "não" à reforma do Presidente Temer.

Muito obrigado.

Documento 62/257

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 - VICTOR MENDES-PSD -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Presidente da República, Michel Temer, de retirada dos trabalhadores rurais da proposta de reforma previdenciária e de revisão da regra de transição. Orientação da respectiva bancada do requerimento para votação em separado do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

O SR. VICTOR MENDES (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de orientar a bancada, eu queria apenas fazer um apelo ao Presidente Michel Temer. Assim como ele tirou da proposta de reforma da previdência os policiais civis e os professores estaduais, que ele faça isso também com os trabalhadores rurais, que ele mantenha no texto os direitos desses trabalhadores como estão hoje, para que nós, Deputados, possamos votar a reforma da previdência com mais tranquilidade.

Eu faço esse apelo por reconhecer que, no meu Estado a expectativa de vida é de 70 anos, a menor da Federação. Assim, um trabalhador, ao se aposentar aos 65 anos, receberá por apenas 5 anos benefícios de aposentadoria.

Então, como o Presidente está revendo ponto a ponto a proposta, peço que ele tenha um olhar diferenciado para com essa categoria tão importante para o nosso Estado.

Apelo para o Presidente Michel Temer também, a fim de que reveja a regra de transição.

Neste caso em votação, o PSD vota "sim", Sr. Presidente.

Documento 63/257

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/03/2017- CD 19:16
Publ.: DCD - 22/03/2017 - LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Manifestação contrária de Câmaras Municipais do Estado da Paraíba à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da Seguridade Social. Alegação de existência de reações diferenciadas no caso de operações da Polícia Federal referentes a integrantes do Partido dos Trabalhadores e no caso de operações dessa instituição policial relacionadas ao agronegócio no Brasil. Contrariedade a proposta sobre terceirização de mão de obra.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os dias tenho recebido de Câmaras Municipais do meu Estado resoluções, decisões contrárias à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. Recebemos pedidos de São Sebastião de Lagoa de Roça e também de Bananeiras. Esses Municípios da Paraíba demonstram que não aceitam a PEC da morte, da destruição da nossa previdência pública.

Sr. Presidente, quando a Polícia Federal fazia uma missão para investigar alguém do PT, havia elogios à Polícia Federal. Mas, quando pega o agronegócio... E essa não foi iniciativa da Polícia Federal. Alguém determinou que aquilo fosse feito. Agora começam a falar mal da Polícia Federal. São dois pesos e duas medidas. Ela tem que investigar mesmo. Cabe ao Judiciário julgar se, de fato, aquilo tem

consistência ou não.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que nós não podemos aceitar esse projeto de lei com que querem terceirizar o serviço público em nosso País. É a instauração do bico no Brasil, porque o trabalhador não vai mais poder ter carteira assinada, não vai poder se aposentar. Já fizeram misérias com a PEC da Previdência, e agora vêm com essa terceirização, que nós não podemos aceitar.

Vamos tentar derrotá-la. Não dá para aprovarmos esse projeto, que é de 1998! O então Presidente Lula pediu que fosse retirado. Agora ressuscitam essa miséria desse projeto, que objetiva terceirizar o trabalho. O trabalhador já é prejudicado. Agora querem fazer a instauração do bico. O bico agora passa a ser uma forma de trabalho, que não vai ter consistência nenhuma, porque as pessoas não vão ter férias, não vão ter FGTS, não vão ter nada, vão ter apenas miséria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 64/257

039.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/03/2017-14:10
Publ.: DCD 22/03/2017 -	CHICO LOPES-PCDOB -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização de debate na Câmara Municipal de Sobral, Estado do Ceará, sobre a proposta de emenda à Constituição relativa à reforma previdenciária. Expectativa de rejeição da matéria pela Câmara dos Deputados.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar encontro que ocorreu na Câmara Municipal de Sobral, em que foi discutida a PEC da reforma da

previdência com os Srs. Vereadores e lideranças locais. Foi feito um trabalho com os 22 Deputados do Ceará, no sentido de fecharem questão para votar contra essa PEC que tira direitos do trabalhador. De acordo com a PEC, o cidadão vai se aposentar quando estiver com 250 anos, já virando cobra.

Alguns Deputados que estavam se propondo votar com o Governo assumiram compromisso com o povo de Sobral e do Ceará de que não vão votar a favor da PEC da reforma da previdência.

Eu tenho quase certeza de que essa PEC não será aprovada, porque não é interessante para o povo, não é interessante para o País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado.

Documento 65/257

039.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/03/2017-17:00
Publ.: DCD 22/03/2017 -	BETO FARO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta do Governo Michel Temer de reforma previdenciária.

O SR. BETO FARO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido e pedir que seja divulgado nos meios de comunicação da Casa pronunciamento em que faço uma avaliação da reforma da Previdência.

O povo brasileiro já rejeitou essa reforma, que só retira direito dos

trabalhadores e não lhes aponta um futuro. Todas as categorias de trabalhadores estão prejudicadas. Milhões de pessoas já foram às ruas na última manifestação e, em cada Município que chegamos hoje, vemos as pessoas debatendo e cobrando um posicionamento dos Parlamentares contrário a essa reforma.

Portanto, é um pronunciamento em que me posiciono de forma contrária à reforma da Previdência.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, colegas Parlamentares, no dia 15 passado, 1 milhão de pessoas em todo o Brasil foram às ruas em manifestações contra a perda de direitos e os retrocessos promovidos pelo Governo Temer. O principal foco das manifestações foi a reforma da Previdência, por meio da qual o Governo Temer e seus aliados pretendem confiscar uma das principais conquistas, especialmente da população pobre do País, consagradas na Constituição Federal. Foi o primeiro ato do ano realizado em conjunto pela Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo e o Fórum das Centrais Sindicais.

Em particular, parablenizo a CONTAG pela adesão às manifestações, com a participação de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros. Sem dúvida, um destaque simbólico da luta foi a ocupação, por mais de 1.500 trabalhadores, da sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, de onde é disseminada para a grande mídia a propaganda enganosa sobre essa reforma, cuja veiculação foi proibida ontem pela Justiça.

De plano, diga-se que não se trata apenas de reforma da Previdência. O Governo incluiu o sistema de assistência social, vinculado às aposentadorias por idade e por todas as formas de invalidez, condicionado à extrema pobreza, ou seja, famílias com até um quarto de renda *per capita* familiar.

A propósito, é esse grupo de cerca de 4,2 milhões de idosos e inválidos em extrema pobreza um dos mais punidos pela reforma, pois foi eleito para perder o piso do salário mínimo como valor de direito assistencial assegurado pela Constituição Federal, assim como a idade de concessão fica elevada para os 70 anos de idade. E essa massa de vítimas ficaria a depender do novo piso assistencial, a ser fixado administrativamente pela autoridade de plantão do Ministério da Fazenda, que, com toda a certeza, o fixaria com valor abaixo do salário



mínimo.

Na realidade, conforme estudo feito pelo economista Guilherme Delgado, do IPEA, de onde extraio informações para este pronunciamento, os grupos sociais escolhidos para o sacrifício numa ordem hierárquica são: os idosos e inválidos em extrema pobreza, agricultores familiares e Previdência Rural, mulheres, pensionistas de classe média baixa, idosos e inválidos em geral e jovens trabalhadores.

Com relação ao agricultor familiar, que atualmente contribui financeiramente sobre o excedente comercializado - quando houver -, pela PEC inverte-se a situação, impondo-lhe contribuição financeira individual, de forma regular. E na hipótese de isso não ocorrer, o segurado especial ficaria fora do acesso aos benefícios. Imagine-se a situação do agricultor familiar do Semiárido nordestino às voltas com 5 anos de seca contínua e que lá permanece!

Para a Previdência Rural são reservadas ainda várias restrições, revertendo diferenciações criadas pelo Constituinte de 1988: idade única de aposentadoria, sem distinção entre homem e mulher, rural e urbano, de 65 anos, na contramão das expectativas de vida regionais e dos direitos vigentes desde 1988. Além disso, seriam exigidos 25 anos de prova de trabalho, aí incluindo o tempo de contribuição depois de aprovada a PEC, contra a regra atual, que é apenas de prova de trabalho por 15 anos. Acrescente-se que o critério atual já é tão oneroso em termos de comprovação burocrática que a própria Exposição de Motivos da PEC reconhece serem os benefícios rurais, em cerca de 30%, concedidos por decisão judicial.

Para as mulheres em geral e as mulheres rurais em particular são reservadas as cargas mais pesadas de onerações, sob a argumentação de que estaríamos na era e sob a cultura da igualdade de gênero. São ignoradas as diferentes jornadas reais de trabalho e remunerações, impondo-se a idade única de aposentadoria. Agrava-se ainda a situação feminina de maior longevidade comprovada de duas formas: a) pela proibição de acúmulo de aposentadoria e pensão na hipótese do falecimento do cônjuge; b) pela redução a 50% do valor do benefício atual às novas pensões a serem concedidas depois de aprovada a PEC.

Os idosos e inválidos em geral são onerados com duas cargas novas de sacrifício - os primeiros, como já registrado, com a idade única de 65 anos de aposentadoria, indo até 67 anos quando houver determinada mudança. Mas além desse ônus se introduziu outro, tanto para idosos, quanto para inválidos: a redução significativa do valor das aposentadorias, visto que se introduziria na Constituição uma regra de

carência, que praticamente exigiria 49 anos de contribuição para se ter direito a 100% do valor médio do salário de contribuição. E isso vale para todos, mesmo para as pessoas com 50 anos ou mais, no caso dos homens, e 45 anos ou mais, no caso das mulheres, que aparentemente entrariam numa regra de transição razoável - trabalhar 50% a mais do tempo que falta para a aposentaria.

Tudo isso tem sido vendido sob o manto nada sagrado do sacrifício necessário, da urgência, da irreversibilidade do caos se não atendidas as exigências de um novo deus da história - os mercados financeiros.

Uma reforma da Previdência séria é necessária, para garantir direitos básicos, ajustar-se equilibradamente às tendências demográficas de longo prazo, corrigir alguns privilégios corporativos, provisionar o sistema de recursos mediante taxaço de setores classicamente desonerados e, principalmente, cumprir o objetivo de universalização, trazendo para dentro do sistema um pouco mais de um terço da força de trabalho que dele ainda não participa. Mas a Reforma Temer nada disso cogita, porque pensa apenas na restrição de direitos básicos, sob o pretexto de se ajustar às tendências demográficas.

Documento 66/257

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/03/2017- CD 17:04
Publ.: DCD - 22/03/2017 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Descontentamento do povo brasileiro com as ações do Governo Michel Temer. Aprovação, pela Câmara Municipal de Correntina, Estado da Bahia, de moção de repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer o registro de uma situação

impressionante. Antes de dar o golpe, Deputado Bohn Gass, boa parte dos Deputados diziam que a Presidente Dilma não podia governar com 12% de aprovação.

Só há um lugar no Brasil em que Michel Temer tem maioria. Esse lugar é aqui, na Câmara. Não sei por que razão, eu só imagino. O único lugar em que Michel Temer tem maioria é aqui na Câmara. Isso está acontecendo justamente por causa das medidas que ele vem adotando. A população está se afastando cada vez mais.

Nesse sentido, quero registrar que a Câmara de Vereadores de uma cidade da Bahia chamada Correntina, por unanimidade, fez uma moção de repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, que trata da reforma da Previdência.

Essa rejeição às medidas do Governo e, sobretudo, ao golpista Michel Temer ocorre em Correntina e em todo lugar do País.

Documento 67/257

034.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/03/2017-09:32
Publ.: DCD 17/03/2017 -	MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO-DEM -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à retirada de direitos dos trabalhadores constante da proposta de reforma previdenciária.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna nesta manhã para falar um pouco a respeito da importante proposta que veio para esta Casa, a reforma da Previdência.

Quero dizer que assinamos todas as emendas encaminhadas, pois sabemos da importância de ser debatida essa matéria. Mas, da forma como está essa reforma, tenho certeza de que não será fácil ela passar nesta Casa.

Quero, com muita clareza e muita transparência, dizer àquelas pessoas que têm pagado a contribuição previdenciária ao longo de sua vida e que têm nos questionado, porque se preocupam, que podem ficar tranquilas. Este Deputado jamais vai votar uma lei que possa prejudicar os contribuintes, aqueles que estão lá na roça e aqueles que têm direito a aposentadoria especial. Então, quero dizer que, se for para prejudicar alguém, vamos votar contra essa reforma.

Queremos que as emendas que já assinamos sejam debatidas aqui no plenário. A votação dessa matéria não será agora. No momento certo, vamos dar o nosso voto, que será em benefício da população.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa e divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Documento 68/257

034.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/03/2017-10:44
Publ.: DCD 17/03/2017 -	JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



Realização, pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Sergipe, de audiência pública para debate da privatização da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, como imposição do Governo Federal para renegociação da dívida do Estado de Sergipe com a União. Divulgação de Nota dos Bispos da Bahia e Sergipe sobre o momento nacional. Divulgação de carta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe - SINTESE sobre a Emenda Constitucional nº 287, de 2016, que trata da reforma da Previdência.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido meu pronunciamento em que divulgo uma grande audiência pública promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Sergipe, na última segunda-feira, para tratar da privatização da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO. O Governo Federal impôs aos Estados uma política que os obriga a privatizar as empresas de água e saneamento.

Ao mesmo tempo, queria dar como lido o pronunciamento em que divulgo a nota dos bispos de Sergipe e da Bahia produzida na assembleia que terminou ontem, em que fazem uma reflexão sobre as reformas que aí estão, assim como uma carta em que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Sergipe - SINTESE faz uma recomendação à bancada federal,.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgá-los no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que participamos, no dia 13, a convite da Ordem dos Advogados Brasil - OAB/SE, de uma audiência pública para discutir as consequências políticas, sociais e econômicas, bem como a viabilidade técnica e jurídica, da privatização da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO.

A atividade contou com uma palestra de Abelardo de Oliveira Filho, que, entre outros pontos, enfatizou o descompasso do Governo diante das tendências mundiais, tendo em vista que há um processo mundial contra a desestatização dos serviços de saneamento básico.

Pedro Romildo dos Santos, por sua vez, abordou, entre outros assuntos, as falsas promessas das privatizações, que levaram ao baixo

desempenho das empresas, ao aumento das tarifas, ao desemprego etc., chamando atenção para o caráter nefasto da privatização para a população sergipana.

Manifestamos todo o nosso apoio à luta contra a privatização, por entendermos que a água é um bem fundamental para a humanidade e não pode ser tratada como uma mercadoria.

Outro aspecto que ressaltamos é nossa preocupação em perder uma empresa como a DESO, por sua importância social para o povo sergipano.

Parabenizamos a OAB, em nome do Presidente da OAB - Seccional Sergipe, Henry Clay, que defendeu a água e o saneamento básico como bens fundamentais da sociedade e questionou a constitucionalidade dessa iniciativa, uma vez que os Estados e Municípios têm autonomia jurídica, política, administrativa e econômica.

Na ocasião, foi lançado um manifesto contrário à privatização, com o início da coleta de assinaturas.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para pedir a divulgação no programa *A Voz do Brasil* da *Nota dos Bispos da Bahia e Sergipe Sobre o Momento Nacional*:

Não nos deixamos abater (2 Cor 4,16).

Nós, bispos da Bahia e Sergipe, Regional Nordeste 3 (NE 3) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunidos em Assembleia, de 13 a 15 de março de 2017, em Salvador, refletimos e rezamos sobre o momento nacional.

Na convivência de pastores com o nosso povo, percebemos a sua imensa angústia e apreensão diante do que está acontecendo no país: caos na saúde, milhões de desempregados, violência, criminalização dos movimentos sociais, corrupção em vários segmentos, pessoas de duvidosa reputação em postos de comando. Para culminar, as propostas de reformas do Governo Federal, especialmente a previdenciária, ameaçam os direitos sociais adquiridos pela Constituição Cidadã de 1988, penalizando, sobretudo, os mais pobres e vulneráveis.



Compreendemos a necessidade de diversas reformas para aprimorar o Estado Brasileiro, entretanto elas não devem violar direitos adquiridos e os deveres em relação ao bem comum. Conscientes de que somos chamados a ouvir os clamores dos mais necessitados, manifestamos nosso apoio e solidariedade ao povo, às suas organizações e a todas as entidades que lutam em defesa dos mais pobres.

Exortamos os parlamentares a serem sensíveis aos clamores do povo brasileiro. "Ninguém pode se sentir exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social" (Papa Francisco, Evangelii Gaudium, 202). Conclamamos nossas comunidades cristãs que se unam e não se deixem abater.

Na comemoração dos 300 anos do encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida, Rainha e Padroeira do Brasil, confiantes em sua materna intercessão, pedimos que ela alimente nossos sonhos e sustente nossa esperança.

Salvador (BA), 15 de março de 2017.

Em nome dos bispos do Regional Nordeste 3 da CNBB

Dom João Carlos Petrini

Presidente do NE3 da CNBB

Dom João José Costa

Vice-presidente do NE3 da CNBB

Dom Gilson Andrade da Silva

Secretário do NE3 da CNBB

Fonte: Arquidiocese de Salvador.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Aracaju (SE), 10 de março de 2017.

Ofício Circular nº 011/2017

Senhor Deputado,



O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe - SINTESE, entidade representativa de mais de 26 mil trabalhadores(as) que atuam nas escolas públicas de Sergipe, vem requerer a Vossa Excelência o VOTO CONTRÁRIO à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, que trata da Reforma da Previdência, pelas razões que seguem, dentre outras:

1. A reforma penaliza os trabalhadores em geral, em especial as mulheres que terão igualada a idade para a aposentadoria à dos homens. No magistério sergipano, por exemplo, a categoria é, predominantemente, feminina, sendo, portanto, o impacto da Reforma muito prejudicial aos (às) profissionais e, por decorrência, à qualidade da educação;

2. A base de cálculo de todos os benefícios previdenciários é rebaixada por critérios que não se justificam diante do percentual de contribuição efetiva dos (as) trabalhadores (as). Os (as) trabalhadores em educação, além de terem salários aviltados durante a vida laborar, agora terão rebaixadas também suas aposentadorias.

3. Os tempos de contribuição mínimo (25 anos) e máximo (49 anos) inviabilizam aposentadoria dos (as) trabalhadores (as), seja pelo percentual mínimo (76%) e o máximo (100%) dos proventos. No caso da professora da educação básica, os 25 anos de contribuição mínimos exigidos pela reforma corresponderão a 76% dos proventos - perda de 24%, se comparada à regra atual em que a aposentadoria se dá com 100% dos proventos aos 25 anos de contribuição.

4. A idade mínimo para a aposentadoria aos 65 anos está em dissonância com a média de vida da população humilde, que mais precisa da Previdência Social, e também dos(as) professores(as) de educação básica, em razão das doenças profissionais inerentes à profissão.

5. A proposta de extinção da "aposentadoria especial" para o magistério da educação básica, para quem estiver abaixo das idades de corte (50 anos homens e 45 anos mulheres), além de penalizar os que ingressaram na carreira de professor(a) com essa expectativa de direito, desconsidera o trabalho penoso e as graves doenças da profissão.

Diante dessas e outras considerações que estão sendo debatidas na Comissão Especial da PEC 287, em especial a necessidade de se respeitar a correta destinação do Orçamento da Seguridade Social e de se implementar medidas para estancar os desvios de verbas previdenciárias - com destaque para o combate à sonegação e para o

fim das desonerações e Desvinculações de Receitas da União (DRU), que somam juntas cerca de R\$ 500 bilhões ao ano - o SINTESE reitera a Vossa Excelência o pedido de rejeição integral à Reforma da Previdência.

Ao concluir, informamos que este Sindicato aprovou, em Assembleia Geral, a adesão à Greve Geral Nacional da Educação, convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com início no dia 15 de março do corrente ano, a fim de combater a PEC 287, através da interlocução com a sociedade - sobretudo nas bases eleitorais de cada um dos deputados e senadores eleitos por Sergipe - trabalho este que será feito a partir de mapeamento dos votos apurados, por município, pelo Tribunal Eleitoral deste Estado.

Atenciosamente,

Ivonete Alves Cruz Almeida

Presidenta do SINTESE

Documento 69/257

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2017- CD	10:52
Publ.: DCD - 17/03/2017 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Cumprimento aos trabalhadores participantes de manifestações contra a proposta do Governo Federal de reforma previdenciária. Contrariedade à proposição.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho parabenizar os trabalhadores e trabalhadoras do



campo e da cidade pela indignação que externaram neste dia 15 de março de 2017.

Em muitas cidades pelo interior de Minas - são dezenas e dezenas de cidades do interior de Minas -, eles foram às ruas dizer a este Presidente golpista que não aceitam esta grande injustiça; não aceitarão este ataque às trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, sobretudo às mulheres. Contra elas, e injustiça ainda é maior.

Mas o recado também foi muito claro para os meus colegas Deputados. Esse desmonte da Previdência, a PEC 287/16, é a grande oportunidade de muitos se redimirem com o povo em relação ao golpe. Apoiaram o golpe, mas agora é o momento de se redimirem, votando contra a PEC 287/16.

Por isso, colegas Deputados e Deputadas que se equivocaram aqui, no dia 17 de abril do ano passado, entregando nossa soberania, nossas terras, as sementes, a um modelo único de agricultura do agrotóxico para atender à Monsanto, à Bayer, à Bunge, essas multinacionais que estão matando o nosso povo - sobretudo a Bayer -, este é o momento de se redimirem.

Esse foi o recado também aos Vereadores, aos Prefeitos. Esse desmonte que está na PEC 287/16 é um ataque aos Municípios, porque as mulheres não vão ter simplesmente que trabalhar mais 10 anos, não; vão ter que contribuir, pagar o boleto. Vão ter que pagar! Uma família de quatro, cinco pessoas da agricultura familiar, que hoje contribui sobre a comercialização da produção, vai ter que desembolsar uns 300 reais para pagar a Previdência. Então, as mulheres vão deixar de pagar, porque não vão ter como fazê-lo; os jovens não vão ter como pagar.

Então, é uma grande injustiça. Temos que barrar o todo.

Eu até peço perdão a alguns que vêm pedindo para eu assinar as emendas, mas a minha indignação é tanta que dá vontade de não assinar nenhuma emenda, porque a proposta no todo não presta, é injusta, é indecorosa, é um absurdo, é uma agressão, é uma afronta! Acabei assinando, Sr. Presidente, as emendas, a fim de garantir o debate, mas sou contra toda a PEC 287/16, na íntegra.

Obrigado.

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2017- CD	10:52
Publ.: DCD - 17/03/2017 - DÉCIO LIMA-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de protestos populares no dia 15 de março contra a proposta do Governo Federal de reforma da Previdência.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil ontem deu uma verdadeira demonstração ao sair às ruas, mandando o recado democrático do povo brasileiro com relação à essa pauta do subdesenvolvimento que nesta Casa estamos tratando e vamos ter a responsabilidade da decisão.

Ontem as expressões, o sentimento popular, os sindicatos dos trabalhadores do campo e da cidade e as organizações que defendem os processos de inclusão manifestaram-se com força, com expressão, dizendo não a essa famigerada reforma da Previdência Social, que quer, na verdade, pôr fim a um conjunto de legados conquistados ao longo dos anos pelo povo brasileiro. Ela faz parte, na verdade, da pauta de subdesenvolvimento que foi trazida por este Governo ilegítimo, que não tem a representação universal do voto do povo brasileiro.

A pauta começou no ano passado com a PEC da maldade, que agrediu com violência a Carta Cidadã, colocando ali o dispositivo de que não haverá, nos próximos 20 anos, no nosso País, investimentos na saúde e na educação.

Agora, como aqui já dito e afirmado, esta PEC nº 287 é a PEC da morte, porque vai trazer processos de exclusão social, vai agredir o maior instituto de distribuição de riqueza e de acesso do povo trabalhador a uma garantia protegida pelo Estado brasileiro, que, ao longo dos anos, assim sempre o foi.

Portanto, Sr. Presidente, está dado o recado: nós vamos aqui resistir a todos os momentos, na defesa dos trabalhadores, na defesa intransigente da aposentadoria pública, esse instituto que tem origem lá nos idos de Getúlio Vargas.

Nós haveremos de barrar este golpe, que não é apenas agressor à democracia, mas um golpe que atinge o coração e a alma do povo brasileiro.

Portanto, deixo aqui essa expressão de luta dos acontecimentos de ontem, dia 15 de março, para que nós todos, Deputados, tenhamos esse recado no voto da decisão contra esta famigerada reforma da Previdência.

Documento 71/257

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	16/03/2017-14:00
	Debates - CD	
Publ.: DCD	GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE	
17/03/2017 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre o instituto da desaposentação. Anúncio de voto contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou apresentando uma proposta de emenda à Constituição referente à desaposentadoria. Eu acho que um país democrático não pode obrigar alguém, mesmo que tenha direitos, a se aposentar e deixar de contribuir, como vinha contribuindo, numa universidade, como professor, ou como trabalhador, ou como motorista. Estou colhendo aqui as assinaturas, e eu espero poder não apenas apresentar essa proposta, mas também aprová-la.

Está aí essa reforma da Previdência, que, da maneira como foi elaborada, é muito ruim para o País. Eu vou votar contra ela, porque não dá para se aprovar algo que retira direitos adquiridos, principalmente dos mais humildes. Mas eu quero também aprovar, se Deus quiser, essa minha emenda.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

Documento 72/257

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	16/03/2017-14:12
Publ.: DCD	- ANGELIM-PT -AC	
17/03/2017 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Subscrição, pelo orador, de emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social, relativas à aposentadoria dos professores e de servidores públicos.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido dois pronunciamentos.

O primeiro se refere à emenda que apresentei à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, cujo objetivo é restabelecer os direitos dos professores da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio à aposentadoria integral aos 55 anos de idade e 30 anos de contribuição para os homens e aos 50 anos de idade e 25 anos de contribuição para as mulheres. Subscrovo a emenda a essa PEC que está em tramitação nesta Casa.

O segundo discurso se refere a todos os servidores públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal que se enquadrarem na faixa de idade prevista na regra de transição e cumulativamente já tiverem cumprido o quesito tempo de contribuição - 35 anos para homens e 30 anos para mulheres -, para que permaneçam integralmente regidos pelas regras anteriores ao início da vigência dessa proposta de emenda constitucional.

São emendas, Sr. Presidente, que subscrevemos para alterar essa PEC que penaliza tanto os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Angelim.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham neste momento das galerias do plenário ou pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados, volto a esta tribuna para informar que subscrevi emenda à PEC da Reforma da Previdência com vistas a garantir a manutenção do regime especial de previdência para as professoras e os professores brasileiros.

Não preciso lembrar aos senhores a importância dessa categoria profissional para o presente e para o futuro do nosso País. Sem estímulos concretos ao desenvolvimento da carreira dos professores, sejam eles do sistema público ou privado, teremos comprometido definitivamente o nosso crescimento econômico nas próximas décadas.

Por essa razão assinei emenda que restabelece o direito dos professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio à aposentadoria integral aos 55 anos de idade e 30 de contribuição para os homens e aos 50 anos de idade e 25 de contribuição para as mulheres.

Quero conclamar todos os meus colegas professores da rede pública e privada do Estado e dos Municípios do Acre a que se mobilizem e pressionem os demais Deputados do nosso Estado a fim de evitar mais este crime que o Governo Temer e seus aliados querem impor aos trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos assistem nas galerias do plenário ou pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados, volto a esta tribuna para informar que subscrevi emenda à PEC da Reforma da Previdência estabelecendo que os servidores públicos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal que se enquadrarem na faixa de idade prevista na regra de transição e, cumulativamente, já tiverem cumprido o quesito

de tempo de contribuição - 35 anos, homem, e 30 anos, mulher - permaneçam integralmente regidos pelas regras anteriores ao início da vigência dessa proposta de emenda constitucional, ressalvada opção mais benéfica.

Com isso, queremos garantir os direitos dos servidores que já tenham o tempo mínimo de contribuição mencionado acima e ainda não tenham completado os 60 anos de idade, no caso dos homens, e 55 anos de idade, no caso das mulheres, bem como o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Quero conclamar todos os meus colegas professores da rede pública e privada do Estado e dos Municípios do Acre a que se mobilizem e pressionem os demais Deputados do nosso Estado a fim de evitar mais este crime que o Governo Temer e seus aliados querem impor aos trabalhadores brasileiros.

Obrigado.

Documento 73/257

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	16/03/2017-14:54
Publ.: DCD	ZÉ SILVA-SD -MG	
17/03/2017 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Cumprimentos a autoridades políticas de Municípios do Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, presentes a Brasília, Distrito Federal, para apresentação de demandas das respectivas comunidades. Compromisso de exercício do mandato parlamentar em prol da agricultura familiar mineira. Apresentação de emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social, com vista à manutenção das idades mínimas de homens e mulheres para obtenção da aposentadoria.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar 18 cidades do Vale do Jequitinhonha, do Vale de Mucuri, de Alto Rio Pardo, do norte de Minas, que estiveram aqui em Brasília representadas trazendo demandas das comunidades rurais, da agricultura familiar pelos Vereadores Fabinho de França, Selminha, Patrícia e Junior, assessorados por Adriana.

Quero cumprimentar todos os Municípios que estiveram aqui representados e reforço, Presidente Luiz Couto, nosso compromisso com a agricultura familiar. O Município, que é o maior produtor de doce de marmelo de Minas Gerais, um dos maiores do Brasil, acredito, tem uma agricultura familiar forte. Uma das demandas importantes que eles nos trouxeram foi exatamente apoiada numa emenda que apresentei à reforma da Previdência de manter 55 anos para a mulher e 60 anos para o homem se aposentarem.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado.

Documento 74/257

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa	de	16/03/2017-15:03
	Debates - CD		
Publ.: DCD	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
17/03/2017 -			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Panorama das possíveis consequências da aprovação da proposta do Governo Federal de reforma previdenciária para a população pobre do Brasil. Repúdio à

proposição.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Penso que muito se quer esconder do sentido da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. Ela não é uma reforma da Previdência, é a destruição da Previdência Social. Ela é o processo mais contundente de exclusão daqueles que menos ganham neste País. É a perpetuação de uma desigualdade que marca as entranhas deste País chamado Brasil, que ainda nem fez o luto dos seus períodos traumáticos, seja o colonialismo, seja a ditadura, seja a escravidão.

Digo isso por quê? Porque nós vamos ter um contingente imenso de brasileiros e de brasileiras que não vai se aposentar porque não tem condição de viver até 65 anos, nem vai ter a permanência no mercado de trabalho que lhe assegure os 25 anos necessários para sua aposentadoria. Esse é o processo mais profundo de exclusão. Está-se excluindo as viúvas e os viúvos, porque vão receber uma pensão correspondente a 50% e desvinculada do salário mínimo. Não vai haver mais salário mínimo para as pensões, cada dependente receberá 10%, e na medida em que atingir 21 anos, ou 24 anos, se estudante for, acabará perdendo este percentual. Então, é uma das mais profundas exclusões que este País já vivenciou. E digo isso sem medo de errar.

Mexe-se no Benefício de Prestação Continuada, o BPC, ampliando-se a idade de 70 anos para as pessoas terem direito a este benefício, que também estará desvinculado do salário mínimo, e que atinge quem ganha um quarto de salário mínimo *per capita* como renda familiar. O benefício é destinado às pessoas com deficiência e em extrema pobreza e, ao mesmo tempo, às pessoas idosas, que não terão mais 65 anos para ter direito ao benefício, mas 70 anos.

Nós temos um dos mais profundos processos de proteção social: 98% dos idosos deste País são protegidos. Se passar essa destruição da Previdência, vamos ter mais de 25% dos idosos deste País absolutamente à margem de qualquer proteção social. E aqui me vêm dizer que é preciso fazer um ajuste. Vão ajustar a aposentadoria, impedindo milhões de brasileiros de se aposentarem?

Cinquenta e sete por cento dos Municípios têm expectativa de vida menor que 65 anos; e 70% dos Municípios têm como principal renda a própria aposentadoria, particularmente a aposentadoria rural, que está destruída. Caso se mude o processo de contribuição e, ao mesmo tempo, se considere que a população entra mais cedo no mercado de

trabalho, essa população vai ter dificuldade de se aposentar.

Nós estamos vivenciando uma proposta de emenda à Constituição em que há o recrudescimento das desigualdades, inclusive das desigualdades entre homens e mulheres. As mulheres trabalham mais do que os homens. Se passar a reforma com 65 anos, se passar essa proposta, as mulheres vão trabalhar quase 10 anos a mais do que os homens. As mulheres têm dupla e tripla jornada, com paredes e tetos de vidro que são invisibilizados pelo Presidente da Casa. Não ouse o machismo e o sexismo se apropriar da fala das mulheres e dizer que elas querem idade igual para a aposentadoria porque querem igualdade.

Todas e todos nós sabemos que a diferença de tratamento se dá no reconhecimento da desigualdade. É preciso reconhecer que há paredes e tetos de vidro, a dupla e a tripla jornada, que fazem as mulheres trabalharem mais.

A sociedade que faz com que milhões de mulheres tenham medo de voltar para casa porque serão vítimas de violência doméstica é a mesma que submete a mulher aos empregos mais precários, ao maior número de demissões e, ao mesmo tempo, aos menores salários.

Esta não é uma reforma da Previdência, mas a destruição da Previdência Social. Aqueles que têm condição irão fazer fila e serão clientes da previdência privada. Aliás, o maior articulador da proposta de eliminação da Previdência, que está na PEC 287, o Sr. Marcelo Caetano, é Presidente do Conselho de Administração de uma das maiores empresas de previdência privada do Brasil. Aqueles que têm condições irão para o mundo da previdência privada, e os que não têm serão jogados na vala da pobreza, da miséria.

Um país que avançou nos últimos 13 anos, de forma contundente, para eliminar as desigualdades agora está com uma proposição que aumenta a desigualdade e exclui, exclui e exclui. Por isso nós estamos dizendo "não", "não" e "não"!



035.3.55.O Sessão Não Deliberativa de 16/03/2017-16:00
Debates - CD
Publ.: DCD LINCOLN PORTELA-PRB -MG
17/03/2017 -
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Inconformismo com o encaminhamento pelo Governo Federal da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social, sem debate prévio com a sociedade civil organizada e com as entidades públicas e privadas interessadas na matéria. Denúncia de má gestão dos recursos da Previdência pelos sucessivos Governos do País. Preocupação com a situação de abandono do sistema prisional brasileiro. Repúdio à concessão de benefícios assistenciais com valor inferior ao do salário mínimo. Reprodução de excerto de matéria da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP sobre desvinculação de receitas da União com prejuízos à Previdência Social. Importância de reação da sociedade brasileira contra a proposta de reforma previdenciária.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Deputado José Fogaça, Sras. e Srs. Parlamentares, Brasil que assiste à sessão, eu quero falar hoje sobre a incompetência e a falência do Governo passado e o descalabro do Governo presente. Eu não sei o que é pior.

Enviar uma reforma da Previdência sem que a sociedade civil organizada, as entidades, os sindicatos, as associações, as federações, a confederações, a Magistratura, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os trabalhadores brasileiros tivessem sido ouvidos antes é um descalabro.

É preciso que uma reforma comece de dentro para fora. Vamos rever a questão da DRU - Desvinculação das Receitas da União. Vamos rever os gargalos da Previdência, vamos atacar pontos importantíssimos que o Brasil tem como, por exemplo, a própria violência. Nós temos hoje 650 mil apenados, nós temos hoje no Brasil uma média de 60 mil homicídios por ano, e 50 mil, 55 mil pessoas morrem de acidentes automobilísticos nas estradas brasileiras, fora os com sequelas. Há alguns anos o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada disse que nós temos 300 mil internações por ano nos hospitais brasileiros

com pessoas vitimadas por acidentes nas estradas.

No que isso fere a Previdência? Quais os fatores para que a Previdência brasileira tenha problema? E a corrupção interna da Previdência? Onde estão os rombos da Previdência? Alguma auditoria já foi feita nesse sentido? Nada foi feito, nem pela ineficácia do Governo passado e nem pelo descalabro do Governo de hoje.

Ora, nada pessoal contra o Presidente da República, mas eu quero ter um Presidente da República, nós já tivemos uma Presidenta, e não quero faltar ao respeito, e agora eu não quero ter um "Presidente". Eu preciso ter um Presidente da República e não um "Presidente", que envia goela abaixo matérias do nível da reforma da Previdência. Nós precisamos ter um Governo, sim, de transição, um Governo que venha a pacificar, apaziguar e colocar o Brasil nos trilhos, não da noite para o dia, porque isso não se consegue.

Há um ditado que diz que paciência e tempo dão mais resultado do que força e raiva. E não adianta mandar uma reforma da Previdência para o Brasil dessa maneira. Já começo a dizer que sou radicalmente contra a reforma da Previdência, sem que haja antes uma consulta à sociedade civil organizada, sem que converse com o Parlamento antes de enviar uma PEC para esta Casa, para ser aprovada de maneira açodada, tirando Parlamentares da CCJ, de outros partidos que estariam votando contra, para, depois, apresentar a proposta aqui, para ferir trabalhadores brasileiros, para ferir os operadores de segurança pública do Brasil.

Os operadores de segurança pública do Brasil estão apavorados. Eles não podem ser tratados da mesma maneira que o cidadão comum. Da mesma forma, os trabalhadores rurais não podem ter o mesmo tratamento, as mulheres não podem ter o mesmo tratamento, e eu vou falar sobre isso.

Mas já que eu comecei a falar também sobre a questão da segurança pública e no que isso incide na Previdência, em rombos para a Previdência, em crises para a Previdência, eu quero falar também sobre a questão do sistema prisional brasileiro, porque os agentes penitenciários estão apavorados. São 110 mil agentes penitenciários no Brasil que não estão incluídos no art. 144 da Constituição brasileira, enquanto temos uma PEC que tramita há 13 anos nesta Casa, que é a PEC 308, e não se resolve.

Diga-se de passagem, Presidente José Fogaça, quando aconteceu a crise prisional - aconteceu não, nós já estamos em crise prisional há muitos anos no Brasil -, quando eclodiu o problema, eu nunca vi tanto

engenheiro de obra pronta ir para a imprensa falar tanta bobagem sobre o sistema prisional. Quem conhece o sistema prisional é o agente penitenciário, que está de fora da Constituição, passando problemas com a reforma da Previdência.

Temos aí a PEC 534, das guardas municipais. Pelo menos 130 mil guardas municipais no Brasil estão extremamente preocupados. Os guardas municipais estão preocupados com a reforma da Previdência. As Polícias Civis, os Corpos de Bombeiros, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, como nós estamos?

A Polícia Federal teve agora um adicional de fronteiras, há 3 ou 4 anos, que até hoje não foi pago. E os policiais federais estão nas fronteiras tendo os problemas que têm. E nós com uma reforma da Previdência da maneira que nós temos aqui hoje.

Quero dizer que sou contra essa reforma. Já assinei mais de 200 emendas. E fiz também várias emendas. E fiz essas emendas a pedido de instituições, de entidades. E as assinei a pedido de todos os Parlamentares, porque eu quero que embolemos o meio de campo lá na Comissão.

Eu quero que a Comissão tenha muito trabalho e que tenhamos o tempo adequado para que essa reforma volte para onde ela nunca deveria ter saído da maneira que saiu: que ela volte para o Planalto Central, que ela volte para a Presidência da República. Que o Presidente puxe essa reforma de volta e comece da maneira que deveria começar, não a impondo goela abaixo!

Chega de imposição goela abaixo nesta Casa! Já tivemos o PLP 257, já tivemos a PEC 241, já tivemos outras coisas goela abaixo, e agora temos uma reforma da Previdência, com uma insatisfação popular como há muito tempo não é vista. Não podemos viver dessa maneira.

Quero dizer que os trabalhadores não podem continuar sendo feridos dessa maneira, pois perdem a esperança da tão sonhada aposentadoria.

A proposta de emenda à Constituição contém justificativas errôneas e abusos contra direitos sociais. Os direitos trabalhistas conquistados ao longo dos anos estão sendo desconstituídos, desconstruídos nesta proposição. A alteração desta proposta desfigura o sistema atual da Previdência Social.

Tenho recebido, em meu gabinete, várias visitas de associações e e-mails de todo o Brasil. O povo brasileiro está completamente

desesperado.

Já é sabido que um trabalhador começa a contribuir aos 18 anos vai se aposentar aos 67 anos. Sabendo que a expectativa de vida do povo brasileiro é de 75 anos, o cidadão vai trabalhar - como já é sabido e foi amplamente divulgado - 49 anos para usufruir 8 anos, se é que vai chegar a atingir essa média. As propostas são completamente vergonhosas!

Outro absurdo que também já foi amplamente divulgado foi a fixação da mesma idade de aposentadoria para homens e mulheres. Isso não é razoável, foge da razoabilidade. As mulheres, com a jornada de trabalho que muitas vezes têm, não podem ter o mesmo tratamento que os homens.

O trabalhador ter que contribuir 49 anos para ter acesso ao benefício integral é completamente desrespeitoso, Deputado José Fogaça.

Ora, o trabalhador rural também está sendo prejudicado com a presente proposta. Existem vários estudos que comprovam que a expectativa de vida do trabalhador rural é inferior à do trabalhador urbano. O grupo não pode ser equiparado aos demais, pois as condições de trabalho são notadamente diferentes.

Outra categoria que está sendo igualada é a dos professores, que são submetidos a uma carga elevada de estresse, ao excesso de responsabilidades e a maior violência, presente cada vez nas escolas. Além disso, cumprem uma extensa jornada em função da baixa remuneração. Muitos desenvolvem problemas ortopédicos, devido às horas em que ficam em pé, alergias ao pó de giz, problemas vocais e outras inúmeras intervenções na saúde em função da atividade laboral.

E por falar em risco, não posso deixar de fora deste pronunciamento os operadores de segurança pública, como eu já coloquei.

Ademais, o Governo propõe o fim da acumulação dos benefícios da pensão com a aposentadoria. Trata-se de benefícios distintos. Portanto, um não deve anular o outro. Só falta querer limitar o cidadão a possuir apenas um imóvel, um carro, um filho. Nem a China mais está limitando isso. Já abriram para que outros filhos as famílias tenham. Não demora muito para isso acontecer no Brasil. Essa proposta não deve prosperar.

Isso tudo sem falar nos trabalhadores expostos a agentes insalubres. Passa a ser exigida a comprovação do exercício de atividades que



efetivamente prejudicam a saúde, ou seja, tem que estar comprovado o dano à saúde do trabalhador para que venha a ter direito à aposentadoria especial. Como assim? Não haverá mais a proteção pela diminuição da exposição das situações que são potencialmente prejudiciais à saúde? Não basta estar exposto ao dano? A perda das condições de saúde deve ocorrer de fato? O que é isso?

Falência do passado e irresponsabilidade do presente. O Estado deveria agir com políticas de prevenção, não com políticas paliativas. O Estado vai jogar com a vida do trabalhador ao invés de protegê-lo devidamente?

E mais: a PEC propõe que, independentemente da insalubridade, sob nenhuma condição, a lei não poderá conceder aposentadoria ao contribuinte com idade inferior a 55 anos, fora que o valor do benefício será diminuído proporcionalmente. A insalubridade e a presença de condições prejudiciais, a integridade física ou deficiência exigem para a proteção da saúde um menor tempo de contribuição do trabalhador para diminuir a sua exposição aos agentes nocivos. Com a reforma, esse menor tempo de contribuição significará sempre uma aposentadoria menor, pois o benefício será sempre proporcional.

Quero também registrar aqui o meu repúdio aos benefícios assistenciais abaixo de um salário mínimo. Se um salário mínimo já não é suficiente para cobrir despesas básicas, quem dirá em relação a esse caso aqui dito!

O salário tem como finalidade propiciar habitação, higiene, vestimenta, transporte, educação, saúde, lazer e alimentação ao empregado e à sua família. E o salário mínimo representa o menor valor que o trabalhador deve perceber para prestar as mais básicas necessidades. Não é justo o valor do benefício ser inferior ao do salário mínimo! O trabalhador contribuinte faz jus, pelo menos, ao salário mínimo. Receber menos que isso é inconstitucional!

Quanto ao aumento da idade mínima exigida para recebimento do benefício assistencial de prestação continuada, o BPC, também não pode vingar. Majorar a idade de 65 para 70 anos é uma perversidade. Se para um idoso de 65 anos receber o benefício já é uma penúria, imaginem aumentar o requisito de idade para 70 anos. Serão 5 anos a mais de privações, e abaixo do salário mínimo!

O que também poderá ocorrer com o benefício assistencial para as pessoas com deficiência: receber o benefício abaixo do mínimo. A PEC dispõe que o grau de deficiência definirá o acesso ao benefício e o seu

valor.

Com efeito, o benefício no valor de um salário mínimo é um direito social fundamental da pessoa com deficiência e da pessoa idosa. A inovação legislativa proposta é anacrônica e atinge o princípio da vedação do retrocesso social. É inaceitável a redução de um direito social garantido constitucionalmente, mesmo que parcialmente.

A presente proposta não leva em consideração os custos indispensáveis aos cuidados da pessoa com deficiência, que, segundo a ONU, aumenta-se em torno de 33% em relação a uma família sem pessoas com deficiência.

Em referência aos idosos, é de conhecimento de todos que os custos são consideravelmente majorados. São colocados mensalmente no rol de gastos: remédios, fraldas geriátricas, cuidadores, consultas médicas, dentre outros.

A Constituição brasileira garante a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos. Vamos respeitar a nossa Carta Magna, nosso Presidente da República e não "Presidento" da República!

Se o Governo Federal entende que é preciso discutir eventuais ajustes em benefícios assistenciais, que o faça em momento distinto, após amplo e profícuo diálogo com os movimentos sociais e representantes dos segmentos sociais que necessitam exercer seu direito à assistência social. Falência do Governo passado, irresponsabilidade do Governo presente.

Outro fator importante a se pontuar são as justificativas que o Governo expõe em seus discursos e propagandas para motivar a aprovação das severas medidas apresentadas.

A tal crise financeira e o déficit nas contas públicas não estão bem explicados. Fatos obscuros estão sendo utilizados para embasar a PEC. A OAB publicou carta referente ao tema.

"Para a OAB, o tão divulgado rombo da Previdência não existe. Usar esse argumento evidenciaria "grave descumprimento" à Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social - sistema que, de acordo com a carta, tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais."

Afora esses dados, temos o mecanismo de Desvinculação de Receitas da União - DRU, que permite que 30% dos recursos da Seguridade



Social sejam destinados para outros fins, inclusive para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição.

A ANFIP publicou matéria sobre a desvinculação de receitas da DRU:

"(...) a CRFB/88 concedeu aos cidadãos direitos inéditos, tais como saúde para todos (independente do trabalho), assistência aos necessitados e um rol de benefícios àqueles que estivessem filiados ao sistema previdenciário de causar inveja em qualquer país desenvolvido.

Findo o prazo do art. 3ª do ADCT, a primeira Emenda Constitucional de Revisão (ECR), aprovada em 1994, instituiu para os exercícios financeiros de 1994 e 1995 o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de custear as 'ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada.

Temos visto aqui agora um plenário vazio, mas um Brasil atento pela TV Câmara ao que está acontecendo nesta Casa.

Aqui começou o problema da desvinculação das receitas federais, pois o novo Fundo era integrado com tributos vinculados a despesas específicas, tais como Previdência Social e Programa de Integração Social (PIS) que passariam a ser utilizados em "outros programas de relevante interesse econômico e social".

O período inicialmente estimado, 1994 e 1995, foi dilatado pela Emenda Constitucional nº 10, em 1996, por mais 2 anos, isto é, até 1997. Agora, sob o nome de Fundo de Estabilização Fiscal, recursos arrecadados para a Seguridade Social poderiam ser utilizados pelo Governo em "despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico e social".

Novamente, entendeu-se ainda ser necessário prorrogar por mais 2 anos a existência do Fundo, e assim o fizeram, mantendo seu funcionamento até 31/12/1999, por meio da Emenda Constitucional nº 17, de 1997.

Terminado o prazo da Emenda nº 17, de 1997, outra fora a proposta: a Emenda Constitucional nº 27, de 2000. O novo diploma sacramentou o instituto da Desvinculação das Receitas da União.

A sistemática também sofreu alterações: ao invés de colocar parte da arrecadação vinculada em um Fundo, o Governo agora poderia gastar



livremente 20% da arrecadação."

O Governo passou a empregar esses 20% da receita da forma como melhor entendesse, mesmo sabendo que eram arrecadados para a Saúde, Previdência e Assistência Social. Não foi cumprida a sua finalidade.

Se considerarmos que em tudo - ou em quase tudo - que se compra ou se vende, que se paga ou se recebe, incide contribuição social, seria desnecessário utilizar esse recurso para cobrir outras despesas que não aquelas para os fins a que foram instituídas.

Desde então, a medida temporária vem sendo prorrogada a cada término de prazo. Essa desvinculação permite que o valor arrecadado para a saúde não seja a ela aplicado. O que foi cobrado dos contribuintes para ser usado exclusivamente no pagamento dos benefícios previdenciários não serve mais apenas para esse fim.

Em 2015, uma emenda constitucional aumentou o percentual para 30%. Há quase 30 anos, a Constituição em vigor legitima que uma medida provisória e paliativa cause tamanho transtorno para a Previdência e para o trabalhador contribuinte.

As receitas da DRU deveriam ser integralmente revertidas em custeio da Previdência Social, já que sua existência tem caráter passageiro. Era previsível que, a longo prazo, essa manobra haveria de encerrar-se.

Diante disso, nota-se que não há rombo na Previdência. O que existe é má gestão dos recursos advindos da Previdência tanto de Governos passados, tanto do Governo falido, quanto do Governo atual, que deveria cuidar daquilo que era necessário e primordial para o nosso povo.

Vale registrar que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF vigeu junto à DRU. Enquanto os recursos da DRU eram utilizados para outros fins, a CPMF cobria a perda da Previdência.

Com o fim da CPMF, ocorreu o efeito bola de neve. Não basta utilizar 30%, e quem vai pagar a conta é o trabalhador, é o contribuinte.

Portanto, o discurso do déficit da Seguridade Social está sendo utilizado para amparar a PEC ora apresentada.

O fato é que a bola de neve continuará crescendo, vez que os 30% da

desvinculação continuarão sendo utilizados para outros fins que não a Previdência. Aquilo que foi proposto como solução tornou-se um grande problema.

As contas públicas devem ser transparentes, expondo a origem de cada receita, de cada financiamento, conforme previsão do art. 195 da Constituição Federal.

Além disso, o Governo deve demonstrar o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados.

A transparência é a principal ferramenta da confiabilidade do povo no Estado e em seus governantes.

Num primeiro momento, é preciso divulgar todos os dados que estão sendo utilizados para fundamentar a PEC e, então, só então, chamar a população, suas entidades de classe, federações, sindicatos, para que desta forma especialistas tanto da área quanto do próprio Governo possam, assim, sugerir uma nova proposta, uma proposta justa e mais adequada do que aquela está sendo apresentada.

Fui procurado por inúmeras entidades, como disse, para podermos trabalhar para defender aqueles que estão vivendo um momento difícil.

E reitero o que disse: assinei mais de 200 proposições e apresentei emendas à PEC com o objetivo de obstar a aprovação da atual proposta de emenda à Constituição.

O cidadão tem o direito de tomar conhecimento do que está ocorrendo, das decisões que estão sendo tomadas, dos verdadeiros motivos dessas decisões e de suas proposituras: fracasso versus descalabro. É o fracasso do Governo passado. E o Governo atual não pode viver esse descalabro.

O povo brasileiro não pode ser vitimado da maneira como está sendo por uma proposta absurda, escabrosa. Ora, é preciso que tenhamos o cuidado necessário com o nosso povo. É preciso que todos sejam ouvidos. Talvez, o Governo diga: *"Não, para isso as emendas aí estão. Para isso a Comissão está constituída"*.

Com cartas praticamente marcadas, o Governo joga uma proposta com uma gordura imensa, manda uma carne gordurosa para que se tire um pouco dessa gordura, para que possa dizer: *"Negociamos, cedemos"*.

Não, essa proposta tinha de vir sem gordura nenhuma, tinha de vir enxuta. E só poderia ter vindo enxuta com a sociedade civil organizada, com as entidades, com as federações, com as confederações. Deveria passar por audiências públicas, claras e nítidas, neste Congresso, antes que a própria Comissão fosse instituída.

É preciso que a população brasileira reaja, não com faca, não com bala, não com tiro, mas com o seu protesto. É preciso que a população converse com os seus Parlamentares, que os chame à responsabilidade, que os chame para explicar melhor o que é reforma da Constituição. Talvez alguns nem saibam fazê-lo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Presidente José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) - Eu o cumprimento, Deputado Lincoln Portela. V.Exa. ocupou o tempo na sua exata e precisa dimensão.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana nos deparamos com o fim do prazo para apresentar emendas à PEC 287, da Reforma Previdenciária, e eu pude perceber o desespero das entidades, sindicatos, associações, fundações, e do próprio povo brasileiro em relação a esta proposta, que visa dificultar a concessão do benefício da aposentadoria aos trabalhadores.

Logo os trabalhadores, os que contribuem a maior parte da vida para manter a Previdência Social, agora perdem a esperança da tão sonhada aposentadoria. E o pior: não podem sequer optar por não contribuir, já que muitos não gozarão do direito que lhes assiste, até hoje.

A proposta de emenda à Constituição contém justificativas erradas e abusos contra os direitos sociais. Os direitos trabalhistas conquistados ao longo dos anos está sendo desconstituído nesta proposição.

Alteração proposta desfigura o sistema atual da Previdência Social. Tenho recebido em meu gabinete um número exorbitante de e-mails por dia, não apenas de trabalhadores contribuintes, mas também de estudantes que ainda nem entraram no mercado de trabalho e já se

preocupam com a PEC 287.

Ora, se um trabalhador começar a contribuir aos 18 anos, ele se aposentará aos 67 anos. Sabendo que a expectativa de vida do brasileiro é de 75 anos, o cidadão vai trabalhar 49 anos para usufruir 8, se é que vai chegar a atingir essa média.

As mudanças propostas são vergonhosas! Fixar a mesma idade de aposentadoria para homens e mulheres não é razoável. As mulheres muitas vezes tem dupla jornada e ainda têm salários inferiores aos dos homens.

O trabalhador ter que contribuir 49 anos para ter acesso ao benefício integral é desrespeitoso, até porque na fase da vida em que mais se precisa comprar remédios, cuidar da saúde e, muitas vezes, de um cuidador, é evidente que o cidadão precisa ter recursos para atender suas necessidades.

O trabalhador rural também está sendo prejudicado com a presente proposta. Existem vários estudos que comprovam que a expectativa de vida do trabalhador rural é inferior ao trabalhador urbano. O grupo não pode ser equiparado aos demais. As condições de trabalho são notadamente diferentes.

Outra categoria que está sendo igualada é a dos professores, que são submetidos a uma carga elevada de estresse, ao excesso de responsabilidades e a cada vez maior violência presente nas escolas. Além disso, cumprem uma extensa jornada em função da baixa remuneração. Muitos desenvolvem problemas ortopédicos devido às horas em pé, alergias ao pó de giz, problemas vocais e outras inúmeras intervenções na saúde em função da atividade laboral.

E por falar em risco, não tem como deixar de fora os operadores da segurança pública, que expõem a vida ao risco a cada vez que saem de casa para o trabalho. São policiais, guardas municipais, agentes penitenciários. Estamos lutando desde 2002 pela aprovação da PEC 534, que inclui as guardas municipais no rol do art. 144 da Constituição.

Tenho que abrir um parêntese sobre os engenheiros de plantão da crise prisional. Os agentes penitenciários trabalham expostos ao perigo dia a dia. Após os lastimáveis e previsíveis acontecimentos nos presídios, é extremamente urgente a aprovação da PEC 308, tramitando desde 2004, resguardando o agente penitenciário como polícia penal.



Ademais, o Governo propõe o fim da cumulação dos benefícios da pensão com a aposentadoria. Trata-se de benefícios distintos. Portanto, um não deve anular o outro. Só falta querer limitar o cidadão a possuir apenas um imóvel, um carro, um filho. Não! Essa proposta não deve prosperar.

Isso sem falar dos trabalhadores expostos a agentes insalubres. Passa a ser exigido o exercício de atividades que efetivamente prejudiquem a saúde. Ou seja, tem que estar comprovado o dano à saúde do trabalhador para que este venha a ter direito à aposentadoria especial. Como assim? Não haverá mais a proteção, pela diminuição da exposição, das situações que são potencialmente prejudiciais à saúde. Não basta estar exposto ao dano? A perda das condições de saúde deve ocorrer de fato? O que é isso?

O Estado deveria agir com políticas de prevenção, não com políticas paliativas. O Estado vai jogar com a vida do trabalhador, em vez de protegê-lo?

E mais: a PEC propõe que, independentemente da insalubridade, sob nenhuma condição, a lei poderá conceder aposentadoria ao contribuinte com idade inferior a 55 anos, fora que o valor do benefício será diminuído proporcionalmente.

A insalubridade e presença de condições prejudiciais à integridade física ou deficiência exigem, para proteção da saúde, um menor tempo de contribuição do trabalhador para diminuir a sua exposição aos agentes nocivos. Com a reforma, esse menor tempo de contribuição significará sempre um menor valor de aposentadoria, pois o benefício será sempre proporcional.

Quero também registrar meu repúdio à concessão de pensão por morte e benefícios assistenciais abaixo de um salário mínimo. Se um salário mínimo já não é suficiente para cobrir despesas básicas, quem dirá menos que isso!

O salário tem como finalidade propiciar habitação, higiene, vestimenta, transporte, educação, saúde, lazer e alimentação ao empregado e à sua família. E o salário mínimo representa o menor valor que o trabalhador deve perceber para prestar as mais básicas necessidades. Não é justo o valor do benefício ser inferior ao salário mínimo! O trabalhador contribuinte faz jus, pelo menos, ao salário mínimo. Receber menos que isso é inconstitucional!

Quanto ao aumento da idade mínima exigida para recebimento do benefício assistencial de prestação continuada, o BPC, também não

pode vingar. Majorar a idade de 65 para 70 anos é uma perversidade. Pensem que, se para um idoso de 65 anos receber o benefício já é uma penúria, imaginem aumentar o requisito de idade para 70 anos? Serão mais 5 anos a mais de privações, e abaixo do salário mínimo!

O que também poderá ocorrer com o benefício assistencial para as pessoas com deficiência é receber o benefício abaixo do mínimo. A PEC dispõe que o grau de deficiência definirá o acesso ao benefício e o seu valor.

Com efeito, o benefício no valor de um salário mínimo é um direito social fundamental da pessoa com deficiência e da pessoa idosa. A inovação legislativa proposta é anacrônica e atinge o princípio da vedação do retrocesso social. É inaceitável a redução de um direito social garantido constitucionalmente, mesmo que parcialmente.

A presente proposta não leva em consideração os custos indispensáveis aos cuidados da pessoa com deficiência, que, segundo a ONU, aumenta-se em torno de 33% em relação a uma família sem pessoas com deficiência.

Em referência aos idosos, é de conhecimento de todos que os custos são consideravelmente majorados. São colocados mensalmente no rol de gastos: remédios, fraldas geriátricas, cuidadores, consultas médicas, dentre outros.

A Constituição garante a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos. Vamos respeitar a nossa Carta Magna.

Se o Governo Federal entende que é preciso discutir eventuais ajustes em benefícios assistenciais, que o faça em momento distinto, após amplo e profícuo diálogo com os movimentos sociais e representantes dos segmentos sociais que necessitam exercer seu direito à assistência social.

Outro fator importante a se pontuar são as justificativas que o Governo expõe em seus discursos e propagandas para motivar a aprovação das severas medidas apresentadas.

A tal crise financeira e o déficit nas contas públicas não estão bem explicados. Fatos obscuros estão sendo utilizados para embasar a PEC. A OAB publicou carta referente ao tema.

"Para a OAB, o tão divulgado rombo da Previdência não existe. Usar esse argumento evidenciaria "grave descumprimento" à Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social,



juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social - sistema que, de acordo com a carta, "tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais".

Afora esses dados, temos o mecanismo de Desvinculação de Receitas da União - DRU, que permite que 30% dos recursos da Seguridade Social sejam destinados para outros fins, inclusive para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição.

A ANFIP publicou matéria sobre a desvinculação de receitas da DRU:

"(...) a CRFB/88 concedeu aos cidadãos direitos inéditos, tais como saúde para todos (independente do trabalho), assistência aos necessitados e um rol de benefícios àqueles que estivessem filiados ao sistema previdenciário de causar inveja em qualquer país desenvolvido.

Findo o prazo do art. 3º do ADCT, a primeira Emenda Constitucional de Revisão (ECR), aprovada em 1994, instituiu para os exercícios financeiros de 1994 e 1995 o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de custear as "ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e outros programas de relevante interesse econômico e social". (Emenda Constitucional de Revisão nº 01, 1994, art. 1º). Aqui começou o problema da desvinculação das receitas federais, pois o novo Fundo era integrado com tributos vinculados a despesas específicas, tais como Previdência Social e Programa de Integração Social (PIS) que passariam a ser utilizados em "outros programas de relevante interesse econômico e social".

O período inicialmente estimado, 1994 e 1995, foi dilatado pela Emenda Constitucional 10, em 1996 por mais dois anos, isto é, até 1997. Agora, sob o nome de Fundo de Estabilização Fiscal, recursos arrecadados para a Seguridade Social poderiam ser utilizados pelo Governo em "despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico e social".

Novamente, entendeu-se ainda ser necessário prorrogar por mais dois anos a existência do Fundo e assim o fizeram, mantendo seu funcionamento até 31/12/1999, por meio da Emenda Constitucional 17, de 1997.

Terminado o prazo da Emenda 17/1997, outra fora proposta: a Emenda Constitucional 27/2000. O novo diploma sacramentou o instituto da



Desvinculação das Receitas da União. A sistemática também sofreu alterações: ao invés de colocar parte da arrecadação vinculada em um Fundo, o governo agora poderia gastar livremente 20% da arrecadação."

O Governo passou a empregar esses 20% de receita com o que entendesse ser melhor, mesmo sabendo que era arrecadado para a Saúde, Previdência e Assistência Social.

Se considerarmos que tudo, ou quase tudo, o que se compra ou vende, que se paga ou recebe, incide contribuição social, seria desnecessário utilizar esse recurso para cobrir outras despesas que não aquelas para os fins a que foram instituídas.

Desde então, a medida temporária vem sendo prorrogada a cada término de prazo. Essa desvinculação permite que o valor arrecadado para a saúde possa não ser aplicado a ela.

O que foi cobrado dos contribuintes para ser usado exclusivamente no pagamento dos benefícios previdenciários não serve mais apenas a esse fim.

Em 2015, uma emenda constitucional aumentou o percentual de desvinculação de 20% para 30%. Ou seja, aquilo que já era prejudicial ficou ainda pior.

Há quase 30 anos a Constituição em vigor legitima que uma medida provisória e paliativa cause tamanho transtorno para a Previdência e para o trabalhador contribuinte.

As receitas da DRU deveriam ser integralmente revertidas em custeio da Previdência Social, já que sua existência tem caráter passageiro. Era previsível que a longo prazo essa manobra explodiria.

Diante disso, nota-se que a Previdência não tem rombo. O que existe é má gestão dos recursos advindos da Previdência.

Vale registrar que a CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira vigeu junto à DRU. Enquanto os recursos da DRU eram utilizados para outros fins, a CPMF cobria a perda da Previdência.

Com o fim da CPMF, ocorreu o efeito bola de neve. Não basta utilizar 30%, e quem vai pagar a conta é o trabalhador, o contribuinte.

Portanto, o discurso do déficit da Seguridade Social está sendo

utilizado para amparar a PEC ora apresentada.

O fato é que a bola de neve continuará crescendo, vez que os 30% de desvinculação continuarão sendo utilizados para outros fins que não a Previdência. Aquilo que foi proposto como solução é o problema.

As contas públicas devem ser transparentes, expondo a origem de cada receita, de cada financiamento, conforme previsão do art. 195 da Constituição Federal.

Além disso, o Governo deve demonstrar o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados.

A transparência é a principal ferramenta de confiabilidade do povo no Estado e em seus governantes.

Num primeiro momento, é preciso divulgar todos os dados que estão sendo utilizados para fundamentar a PEC e então chamar a população, suas entidades de classe, federações, sindicatos, associações, especialistas na área e o próprio Governo para sugerir uma nova proposta, uma proposta justa e mais adequada do que a que está sendo apresentada.

Fui procurado por inúmeras entidades para tomar providências, entidades representativas das mulheres, dos professores, pessoas com deficiência, idosos, pensionistas, policiais, defensores públicos e seus assistidos mais humildes.

Assinei mais de 200 proposições e apresentei emendas à PEC com o objetivo de obstar a aprovação da atual proposta de emenda à Constituição.

O cidadão tem o direito de tomar conhecimento do que está ocorrendo, das decisões que estão sendo tomadas, os verdadeiros motivos dessas decisões e de suas proposituras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 76/257

035.3.55.O Sessão Não Deliberativa de 16/03/2017-17:45
Debates - CD

Publ.: DCD - ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP
17/03/2017 -

CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES DISCURSO
DEPUTADOS PARLAMENTARES ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Solicitação de inserção de manifesto da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP nos Anais da Câmara dos Deputados.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, requiro que sejam inseridos nos Anais desta Casa manifesto da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP, razão pela qual solicito sua ampla divulgação nos meios de comunicação da Casa.

Era esse nosso registro.

MANIFESTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota de Repúdio

Senador Paulo Paim, Deputado Federal Vicentinho, Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social e a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora apresentam esta Moção de Repúdio ao lamentável episódio ocorrido durante Audiência Pública da Comissão Especial que discute o texto da Proposta de Emenda à



Constituição - PEC 287/16, a chamada Reforma da Previdência, realizada no último dia 7 de março no Plenário 1 da Câmara dos Deputados.

Convidado pela Comissão para debater a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 287/16, o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Sinait, o Auditor-Fiscal do Trabalho Carlos Silva, foi vítima de ataques desferidos pelo Excelentíssimo deputado Júlio Lopes (PP/RJ).

É lamentável que o nobre colega, ao se deparar com dados verídicos e irrefutáveis que demonstram o equívoco que representa a referida PEC, desmontando todos os argumentos apresentados por seus autores e defensores, ataque um convidado da Comissão que foi debater o tema com muita propriedade e respeito.

Posturas como essa mostram claramente que a intenção do governo não é ouvir as opiniões e considerar os dados estatísticos apresentados nas audiências públicas, mas aprovar a PEC a qualquer preço, mesmo que para isso, precise usar de medidas descabidas, como foi a situação em que o parlamentar colocou o presidente do Sinait, ao apresentar informações equivocadas e manipuladas.

Em seu discurso, Carlos Silva afirmou que a Reforma Previdenciária é ilegítima e inconstitucional, destacando a deliberada omissão do governo em não combater rombos bilionários decorrentes de sonegação das contribuições previdenciárias, com apropriação indébita de mais de 90 bilhões nos últimos 4 anos.

Ele informou que o Sinait vem denunciando há mais de três anos que a fiscalização previdenciária das contribuições dos segurados empregados deixou de ser realizada pelo governo. Carlos Silva destacou que somente nos anos de 2012 a 2015, o governo deixou de fiscalizar e cobrar um total aproximado de R\$135 bi de contribuições ligados aos segurados do Regime Geral de Previdência Social que são empregados.

Foram R\$ 91 bi de contribuição previdenciária dos empregados - valores descontados dos trabalhadores, 8 a 11%, e apropriados indevidamente pelos empresários; R\$ 22 bi de Seguro Acidente de Trabalho, combinados com uma contumaz fraude ao Fator Acidentário Previdenciário - FAP, que o governo não fiscaliza; R\$ 8 bi de Contribuição Social para Financiamento da Aposentadoria Especial, sem qualquer fiscalização. Isso, além de ter desprezado a importância também arrecadatória da formalização dos vínculos empregatícios para a Previdência Social, que conseguiu, por meio da atuação dos

Audidores-Fiscais do Trabalho na formalização anual média de 400 mil vínculos, arrecadar valores estimados em R\$14 bi a título de contribuição previdenciária do empregado, também no período de 2012 a 2015.

O presidente do Sinait foi claro ao afirmar que a Reforma Previdenciária do governo não enfrenta essas questões preliminares a quaisquer outras, porque o que está evidente é que a intenção da proposta é tornar a Previdência Pública desinteressante, para assim atender aos interesses do mercado financeiro das Previdências Privadas.

Carlos Silva avaliou a PEC 287 como perversa e maldosa com os brasileiros, especialmente com os trabalhadores, que representam aproximadamente 90% do total de segurados do RGPS. Além disso, ele lembrou que esses mesmos trabalhadores estão sofrendo outros duros ataques com o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, promovido pela Reforma Trabalhista, outra proposta criada para atender apenas os interesses de empresários, em prejuízo da maioria da população.

Diante de todo o exposto pelo presidente do Sinait, o deputado federal Júlio Lopes promoveu uma verdadeira batalha para desqualificar o representante dos Auditores-Fiscais do Trabalho, dizendo que os descontentes com a Reforma Previdenciária, tal como o Auditor-Fiscal do Trabalho Carlos Silva, são apenas aqueles que maiores remunerações recebem.

Para isso, enquanto a audiência pública seguia seu normal desenvolvimento, buscou informações da vida funcional do Auditor-Fiscal do Trabalho no Portal da Transparência, para colocar em xeque seus propósitos em se posicionar firmemente contra a Reforma da Previdência.

O deputado, intencionalmente, buscou o mês de maior remuneração do representante dos Auditores-Fiscais do Trabalho para acusar os servidores públicos de responsáveis pela situação fiscal do país. Alegou, de maneira maliciosa, que esses "benefícios" precisavam acabar e que pessoas como o Auditor-Fiscal, que se posicionou contra a Reforma da Previdência, não poderiam ser servidores públicos, mas deveriam estar na iniciativa privada. Por fim, ao discriminar a profissão de camelô, o parlamentar afirmou que o dirigente deveria "montar uma banquinha de camelô".

Fica evidente o incômodo do deputado federal Júlio Lopes, defensor ferrenho do fim da Previdência Pública, com a exposição de opiniões

contrárias. Carlos Silva respondeu ao deputado que não vê nenhum problema em ser camelô e que, inclusive, sua mãe trabalhou dignamente nesta profissão durante muitos anos, ao lado de seu pai, motorista de caminhão de bebidas, hoje afastado do trabalho por motivo de doença acidentária.

Carlos Silva reiterou que é por isso que ele e todos os Auditores-Fiscais do Trabalho são contra a PEC 287, cujo teor só interessa a uma minoria, mais abastada. Porém, fere de morte os direitos da grande maioria do nosso povo, que são os nossos trabalhadores.

Senador Paulo Paim

Deputado Federal Vicentinho

Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora

Documento 77/257

031.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/03/2017- CD	13:28
Publ.: DCD - 16/03/2017 - 36	LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Improcedência das justificativas do Governo Federal para apresentação da proposta de reforma previdenciária. Interesse do Governo Michel Temer na promoção dos planos privados de previdência. Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alterações nas regras da seguridade social.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna registrar pronunciamento que faço sobre a mentira apregoada pelo

Governo ilegítimo, golpista e usurpador de Michel Temer sobre a reforma da Previdência.

O que mais se vê na boca dos golpistas é que a Previdência está quebrada. É mentira! A Previdência integra o sistema da Seguridade Social, que engloba Previdência, Assistência Social e Saúde, estabelecido pela Constituição. Ao se somarem os recursos do sistema, sobra dinheiro para as aposentadorias justas. Em 2014, sobraram 55,7 bilhões de reais; em 2015, 11,2 bilhões de reais. A propaganda do Governo quer enganar a classe trabalhadora e a sociedade, ao mostrar só a parte do Orçamento da Previdência.

O dinheiro que sobra da Seguridade Social é usado pelo Governo com um mecanismo chamado de Desvinculação de Receitas da União - DRU, que retira parte do orçamento da Seguridade Social para outros fins que não os programas sociais e as aposentadorias.

Para agravar o cenário, o Congresso Nacional aprovou, em setembro de 2016, uma emenda constitucional que, além de prorrogar a DRU até 2023, amplia de 20% para 30% o percentual que o Governo pode tirar dos recursos sociais. Isso vai permitir, Sr. Presidente, uma retirada anual de até 120 bilhões do caixa da Seguridade! Esse dinheiro, se colocado para a Previdência, não vai faltar.

É importante deixar claro que o Governo golpista e seus aliados inimigos do povo querem beneficiar os planos privados de Previdência. O Governo está acertando as contas com quem financiou o golpe. Com essa reforma - que não é reforma, é um desmonte da Previdência -, liquida com o futuro dos trabalhadores. Sobram mais recursos para pagar juros aos bancos, mantendo-se os altos lucros de quem atua no mercado financeiro.

Mas as maldades e crueldades do Governo golpista não param por aí. Com a reforma, a aposentadoria só será concedida ao contribuinte que tiver a idade mínima de 65 anos, e essa idade subirá no futuro, quando aumentar a expectativa de vida. Em algumas regiões do Brasil, as pessoas vivem, em média, menos de 65 anos, ou seja, contribuirão uma vida inteira e morrerão antes de se aposentar. O pobre não terá direito mais nem de descansar quando chegar à idade sexagenária.

O engraçado é que essa medida não promete revigorar as forças de ninguém, não promete acabar com as doenças e fragilidades da velhice, não promete o vigor da juventude e muito menos estabilidade no emprego privado. Em todos os meus anos de vivência política, eu nunca vi uma reforma que deforma, como esta que está sendo

apresentada!

Aproveito para parabenizar os companheiros que hoje estão nas ruas para dizer que essa reforma não é reforma: é uma deformação, é o desmonte da Previdência pública.

Nós temos que derrotar a PEC 287, porque é a PEC da morte, da perversidade, da crueldade e das maldades!

Sr. Presidente, solicito que todo o meu pronunciamento seja considerado lido.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna registrar pronunciamento que faço sobre a mentira apregoada pelo Governo ilegítimo, golpista e usurpador de Michel Temer sobre a reforma da Previdência.

O que mais se vê na boca dos golpistas é que a Previdência está quebrada. É mentira! A Previdência integra o sistema da Seguridade Social, que engloba Previdência, Assistência Social e Saúde, estabelecido pela Constituição. Ao se somarem os recursos do sistema, sobra dinheiro para aposentadorias justas. Em 2014, sobraram 55,7 bilhões de reais; em 2015, 11,2 bilhões de reais. A propaganda do Governo quer enganar a classe trabalhadora e a sociedade, ao mostrar só a parte do orçamento da Previdência.

O dinheiro que sobra da Seguridade Social é usado pelo Governo com um mecanismo chamado de Desvinculação de Receitas da União - DRU, que retira parte do orçamento da Seguridade Social para outros fins que não os programas sociais e as aposentadorias. Para agravar o cenário, o Congresso Nacional aprovou, em setembro de 2016, uma emenda constitucional que, além de prorrogar a DRU até 2023, amplia de 20% para 30% o percentual que o Governo pode tirar dos recursos sociais. Isso vai permitir uma retirada anual de até 120 bilhões de reais do caixa da Seguridade.

E importante deixar claro que o Governo golpista e usurpador de Michel Temer, junto com seus aliados e inimigos do povo, querem beneficiar os planos privados de Previdência. O Governo está

acertando as contas com quem financiou o golpe. Com essa reforma, que liquida com o futuro dos trabalhadores, sobram mais recursos para pagar juros aos bancos, mantendo-se os altos lucros de quem atua no mercado financeiro.

Mas as maldades e crueldades do Governo golpista e usurpador não param por aí. Com a reforma, a aposentadoria só será concedida ao contribuinte que tiver a idade mínima de 65 anos. E essa idade sobe no futuro, quando aumentar a expectativa de vida. Em algumas regiões do Brasil, as pessoas vivem, em média, menos de 65 anos, ou seja, contribuirão uma vida inteira e morrerão antes de se aposentar. O pobre não terá direito mais nem de descansar quando chegar à idade sexagenária. E o que é engraçado é que esta medida não promete revigorar as forças de ninguém, não promete acabar com as doenças e fragilidades da velhice, não promete o vigor da juventude e muito menos estabilidade no emprego privado. Em todos os meus anos de vivência política, eu nunca vi uma reforma que deforma, como esta que está sendo apresentada!

Afirmo que um homem sem amor é uma fera faminta sem misericórdia. Esta reforma da Previdência é tão feroz, que será mais uma demonstração do propósito cruel de redução de despesas primárias pela restrição da vida dos pobres deste País, o que a PEC 287/16 pretende estabelecer, com as alterações aqui descritas.

Ao restringir o direito à proteção da família, o amparo das pessoas idosas, de crianças e adolescentes carentes e de pessoas com deficiência, que por suas condições de pobreza dependem da assistência social para a garantia de sua subsistência, a PEC 287/16 ofende cláusulas pétreas, assim reconhecidas pelo conjunto dos seus princípios, inclusive o princípio da vedação do retrocesso social e dos direitos fundamentais cuja alteração, por meio de PEC, é inadmissível (arts. 5º, 7º, 195, 201, 226 e 227 da Constituição), protegidos pelo comando inscrito no art. 60, § 4º, IV, da Carta Fundamental.

Essa perversidade do Governo ilegítimo e golpista retira acúmulos de pensão por morte. Assim, se marido de uma senhora vier a falecer, e ela estiver aposentada, não poderá receber o que seu marido contribuiu durante anos. E os recursos que foram arrecadados ficarão para um caixa do Governo. Um Governo explodindo em corrupção, como este que aí está, não terá dignidade de administrar um centavo do cidadão brasileiro!

A reforma previdenciária é tão cruel, que acabará com a aposentadoria especial dos professores da educação básica. Terão que continuar em sala até os 65 anos. Desconsidera-se a jornada desgastante que os

trabalhadores em educação cumprem.

Para finalizar, neste Dia Internacional da Mulher, enfatizo que não devemos esperar o melhor para o País em um Governo que arrancou à força e falsamente a ex-Presidenta Dilma Rousseff, destituindo uma mulher honrada, que não cometeu crime algum no poder.

Era o que tinha a dizer.

Documento 78/257

031.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/03/2017-13:52
Publ.: DCD 16/03/2017 - 51	MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Presença de Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul em Brasília, Distrito Federal, para solicitação de concessão, pelo Presidente da República, de audiência destinada ao debate sobre a regulamentação da Lei Kandir. Realização do Dia Nacional de Paralisação Contra a Reforma da Previdência. Expectativa de retirada de tramitação, pelo Presidente da República, da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alterações nas regras da seguridade social. Declaração de voto contrário à matéria. Congratulações aos Deputados apoiadores da luta pela rejeição da reforma previdenciária.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Celso Pansera, ontem uma caravana de Deputados gaúchos, coordenada pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Deputado Edegar Pretto, e representantes dos poderes constituídos daquele Estado fizeram uma peregrinação aqui em Brasília. Vieram pedir uma audiência com o Presidente da República, e, na oportunidade, conversaram com os Presidentes da Câmara e do

Senado sobre a regulamentação da Lei Kandir.

Se o Governo Federal fizer um encontro de contas da Lei Kandir com o que o Estado deve para a União, eu tenho certeza de que todos os Estados vão concordar e vão pagar as suas contas. O Rio Grande do Sul, por exemplo, tem que receber da Lei Kandir 43 bilhões e 400 milhões de reais e tem que pagar 51 bilhões de reais. É possível fazer esse encontro de contas.

Hoje, 15 de março, é o Dia Nacional de Paralisação Contra a Reforma da Previdência, dia de luta contra o desmonte do direito dos trabalhadores do campo e da cidade.

Ontem, às 8 horas, encerrou-se o prazo para apresentação de emendas a reforma da Previdência, que é um crime que o Governo Federal está cometendo. Foram apresentadas 143 emendas. Isso mostra que boa parte deste Parlamento não quer que essa proposta seja aprovada. E, para que isso venha a ocorrer, é essencial que o povo brasileiro vá para as ruas. Hoje está havendo mobilizações em todos os Estados, mas temos que seguir no mesmo tranco, no mesmo passo.

Podemos fazer mobilizações regionais e mobilizações locais. Por que nós não nos mobilizamos uma semana inteira? Começamos na segunda-feira e terminamos na sexta-feira, fechando as BRs, fechando as agências do Banco do Brasil, fechando as agências da Caixa Econômica Federal, fechando prédios públicos. Esta é a hora de se fazer pressão.

Temos que nos mobilizar e pressionar esta Câmara para que ela não cometa esse crime contra quem trabalha, aumentando a idade para a aposentadoria, tirando o direito à aposentadoria especial, aumentando o tempo de contribuição.

Espero que o Presidente da República retire essa proposta, que é um crime contra o nosso povo brasileiro. Está na hora, Presidente Michel Temer, de dizer: *"Eu me enganei. Fui enrolado pelos banqueiros; fui enrolado pelo setor financeiro"*. O povo brasileiro não pode pagar essa conta.

O meu voto é "não" à reforma da Previdência.

Parabéns a todos os Deputados Federais que apoiam essa luta! Esperamos que nós tenhamos aqui maioria. Se o Presidente da República não retirar o projeto, nós derrotaremos a PEC 287/16 aqui

no plenário.

Sr. Presidente, gostaria que fossem divulgados os meus dois discursos na mídia interna da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais servidores desta Casa, estive ontem, juntamente com os colegas Parlamentares - Deputados e Senadores do Rio Grande do Sul - acompanhando a comitiva de Deputados Estaduais, liderados pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Edegar Pretto, tratando com os Presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Eunício Oliveira.

Na oportunidade, conversamos com os Presidentes das duas Casas Parlamentares sobre a necessidade de que se faça um encontro de contas entre o que os Estados devem para a União, e também, o que a União deve aos Estados.

O STF já decidiu pela maioria de seus Ministros que deve ser feita uma lei complementar ainda este ano para que sejam feitos os cálculos relativos à compensação da Lei Kandir. Essa iniciativa tem que ter como protagonista o Congresso Nacional, sob pena de o TCU ter de realizar o presente cálculo.

No Rio Grande do Sul, os cálculos atualizados pelas perdas da Lei Kandir, remetem a um crédito de R\$ 43,4 bilhões. Já o saldo da dívida do Estado atualizado com a União está na ordem de R\$ 51,6 bilhões.

O Rio Grande do Sul não se torna credor. Porém, a dívida passa a se transformar de um dragão em uma lagartixa. Contudo, nosso Governador Sartori nunca sequer se manifesta para se utilizar desse expediente da compensação. Pelo contrário, prefere as medidas do arrocho propostas pelo Governo golpista de Temer.

Assim, esperamos que esta Casa, através de seu Presidente, o Deputado Rodrigo Maia, traga esse protagonista para cá e proponha essa regulamentação para só assim propormos uma verdadeira

salvação aos Estados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais servidores desta Casa, este dia 15 de março passa a ser um marco na luta e de resistência contra o retrocesso e as perdas de direitos dos trabalhadores. O movimento de paralisação proposto pela CNTE, CUT, CTB, MST, MTST, FETAG, CONTAG, UNE, entre tantos outros, ganhou adesão de diversas categorias de trabalhadores em todo o País.

Em Brasília, participei agora pela manhã do que antes seria o início da greve geral dos professores, e agora se tornou um amplo levante da classe trabalhadora que se contrapõe a retirada de direitos, a exemplo das reformas da previdenciária e trabalhista.

Enquanto os movimentos se organizam, na Câmara dos Deputados os Parlamentares demonstram urgência na apreciação do pacote de malvadezas do Governo ilegítimo de Michel Temer.

Nesta semana estão agendadas reuniões da Comissão Especial que discute a PEC 287, da reforma da Previdência, e também dos Parlamentares que analisam o Projeto de Lei nº 6.787, que propõe o desmanche na legislação trabalhista.

Para derrotar esse golpe só com muita luta e mobilização. Os trabalhadores estão se organizando, paralisando, começando greves contra esse absurdo proposto por este Governo que agora cumpre o rito e dando a contrapartida aos grupos econômicos e midiáticos que financiaram o *impeachment* da Presidente Dilma. Porém, nós não vamos deixar que todas as nossas conquistas e avanços sejam jogados para a vala comum, em prol dos interesses dos grandes grupos econômicos.

Nenhum direito a menos aos trabalhadores e trabalhadoras deste País!



Extraordinária - CD

Publ.: DCD
16/03/2017 - 65

ANGELIM-PT -AC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falecimento do ex-Deputado Federal Wildy Vianna, pai do Governador do Estado do Acre, Tião Viana, e do Senador Jorge Viana. Subscrição de emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social, com vistas à garantia de permanência de servidores públicos com tempo mínimo de contribuição sob as regras vigentes.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero lamentar profundamente o falecimento, na última segunda-feira, do pai do Governador Tião Viana e do Senador Jorge Viana, homem que foi, por duas legislaturas, Deputado Federal nesta Casa, Deputado Estadual, Prefeito interino da nossa cidade, um homem simples. Um pouco da história do nosso Estado foi-se com ele. Seu velório e o seu enterro foram ontem.

Quero manifestar aqui a minha solidariedade e pesar por essa perda irreparável para o nosso Acre.

Quero também dar como lido um pronunciamento sobre as manifestações de hoje no Acre. Em Rio Branco e nos demais Municípios, milhares de pessoas foram às ruas protestar contra a reforma da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha) - Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham neste momento das galerias do plenário ou pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados, volto à tribuna para informar que subscrevi emenda à Proposta de Emenda à Constituição da reforma da Previdência estabelecendo que os servidores públicos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal que se

enquadrarem na faixa de idade prevista na regra de transição e, cumulativamente, já tiverem cumprido o quesito de tempo de contribuição - 35 anos para o homem e 30 anos para a mulher - permanecem integralmente regidos pelas regras anteriores ao início da vigência desta emenda constitucional, ressalvada opção mais benéfica.

Com isso, queremos garantir os direitos dos servidores que já tenham o tempo mínimo de contribuição mencionado acima e ainda não tenham completado os sessenta anos de idade, no caso dos homens, e cinquenta e cinco anos de idade, no caso das mulheres, bem como o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Quero conclamar todos os meus colegas servidores públicos do Estado e dos Municípios do Acre para que se mobilizem e pressionem os demais Deputados do nosso Estado, a fim de evitar mais este crime que o Governo Temer e seus aliados querem impor aos trabalhadores brasileiros.

Documento 80/257

033.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/03/2017-17:54
Publ.: DCD 16/03/2017 - 159	- EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra o tratamento desrespeitoso pelo Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ao Poder Legislativo, em resposta a requerimento de informações da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só denunciar a forma desrespeitosa e antidemocrática do tratamento dado pelo Ministro Henrique Meirelles a este Poder.

Em resposta a pedidos de informação da Comissão Especial da Reforma da Previdência, ele responde que, em primeiro lugar, requer extrações de enorme volume, e que só a DATAPREV - Empresa de

Processamento de Dados da Previdência Social pode fazer isso. Depois, diz que não há recursos no Orçamento, porque a Secretaria de Previdência está hoje no MDS. Aliás, está no Ministério da Fazenda, mas os dados ainda estão no MDS. E diz: "*Procurem o Ministério do Desenvolvimento Social*".

É desrespeitoso um Ministro tratar assim uma Comissão Especial que discute uma proposta tão perversa, tão...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Documento 81/257

033.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/03/2017- CD	17:56
Publ.: DCD - 16/03/2017 - 160	- JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Relevância política das manifestações do povo brasileiro nas ruas contra medidas do Governo Michel Temer. Protesto contra a tentativa de redução dos direitos dos trabalhadores. Críticas às propostas de reforma previdenciária, trabalhista e urbana. Defesa de atuação do Congresso Nacional em consonância com a vontade popular. Confiança na não aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da Seguridade Social.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que aumente um pouco o meu som porque eu falei demais nas manifestações hoje e estou com a voz um pouco estragada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a minha primeira palavra é para saudar os trabalhadores brasileiros, não só os de Fortaleza, que hoje pela manhã ocuparam o centro da nossa querida cidade de Fortaleza, mas também para saudar a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, as Centrais Sindicais e os partidos políticos, todos numa mesma voz agora contra a reforma da Previdência. A Avenida

Paulista, já foi dito aqui, está tomada.

Participamos de um ato em Brasília. Após esse período em que o povo brasileiro esteve amordaçado, em silêncio, ocorre hoje nas 27 Capitais um verdadeiro levante no Brasil, pelo que nós acompanhamos na Avenida Paulista.

Eu nem sei como os grandes telejornais vão fazer esse anúncio à noite, porque hoje é um dia que marca a decadência deste Governo, que não foi eleito pelo povo. V.Exas. sabem que uma juíza do Rio Grande do Sul suspendeu a propaganda enganosa que estava sendo desenvolvida pelo Governo para ser transmitida na televisão.

Hoje, o País inteiro foi às ruas dizer, alto e bom som, que não aceita este caminho, o conjunto das reformas que o Governo está fazendo: a da Previdência, que suprime direitos; a trabalhista, que introduz o princípio de que o legislado não vale mais nada, arrebatando, portanto, com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; a reforma urbana, Deputada Luiza Erundina, que já foi Prefeita de São Paulo, contida na Medida Provisória nº 759, de 2016, um verdadeiro absurdo, com a legalização de tudo de ilegal que foi feito nesses anos todos, do ponto de vista do meio ambiente, da ocupação irregular dos grandes condomínios, principalmente no Estado de São Paulo; a terceirização, que vão apresentar na próxima semana.

A minha percepção, Sras. e Srs. Parlamentares, é de que o Governo está surdo, não está vendo o que acontece no País. O povo foi para as ruas dizer: "*Nós não aceitamos votar essas reformas que o Governo está propondo*". Esse caminho não é o caminho da retomada do crescimento da economia brasileira. Não se retoma crescimento suprimindo direitos, restringindo direitos. Não se retoma crescimento reduzindo o crédito, porque isso reduz o consumo.

O "País aos frangalhos", como o nobre Líder do PMDB disse, é o País que hoje a antiga oposição constrói aqui dentro. Criaram uma situação de instabilidade no País e disseram que, se tirassem a Dilma, no outro dia o Brasil retomaria a estabilidade, retomaria o crescimento.

Será que retirar direitos, sacrificar tudo aquilo que nós conquistamos do ponto de vista da democracia e da rede de proteção social construída no Brasil é retomada do crescimento? É retomada para o mercado! Se o Governo não entregar essas reformas, ele cai. Todo mundo sabe que ele cai. Ele tem que entregar essas reformas até junho, porque, senão, ele não se segura. O mercado já disse, os grandes meios de comunicação já disseram: "*Ou entrega, ou então não há mais espaço*

para continuar governando o Brasil".

O País está acordando. É o início. Começamos em 8 de março. Com muita sabedoria, o movimento de mulheres colocou na centralidade do 8 de Março a luta contra a PEC da Previdência. E hoje o País inteiro se manifesta. Nós, que participamos das várias manifestações, inclusive aqui em Brasília, vemos: o País está se reunificando, como está acontecendo agora na Avenida Paulista.

O País está se unindo para dizer a este Congresso que nós não podemos votar essa reforma de qualquer jeito. Não podemos. Há um silêncio do Governo aqui dentro. Ninguém sobe à tribuna para defender a tal da reforma. Ninguém sobe à tribuna para defender a reforma trabalhista. Todo mundo quer ficar aí e apertar o dedo no dia da votação. Mas este País está retomando uma coisa que havia perdido, que é a mobilização social, que é a reunificação das esquerdas, que é a reunificação do campo popular em torno de um objetivo central, que é impedir a desconstrução do Estado Social que foi iniciado com a Constituição de 1988.

Para ser contra essas reformas não precisa ter atestado de partido A ou de partido B da esquerda; basta ter compromisso com o que nós construímos nesses anos todos. De uma hora para outra querem riscar tudo, querem depauperar a nossa Constituição e introduzir essas reformas liberais, que têm como único objetivo atender às forças do mercado.

Não é possível, não é razoável quererem votar essa reforma da Previdência. E eu não tenho dúvida, Deputado Enio Verri, lá do Paraná, que a coisa começou a engatar. Nós sofremos muito nesse período, achando que estávamos sem chão, com a força do Governo e a maioria Parlamentar, mas finalmente eu arrisco dizer que, se fosse votada hoje essa reforma, ela seria derrotada aqui dentro, porque os Deputados não vão dar um tiro no pé, por causa do que vai acontecer em 2018.

É claro que o povo nas ruas pode fazer a diferença. O que está acontecendo na Avenida Paulista surpreendeu até a televisão, não é Deputado Glauber Braga? Diziam: "*Não! Há poucas pessoas*". Mas está lotada a Avenida Paulista!. Quero saber o que o jornal de hoje à noite vai dizer sobre o que está acontecendo na Avenida Paulista, em várias capitais. Até em Goiânia, que não tem tanta tradição de manifestação, as ruas estavam lotadas.

Acho que nós encontramos um eixo, que é o eixo da reunificação, do campo democrático, do campo popular; é o eixo da reunificação dos

movimentos sociais. *"Isso é para preservar, não é nem para incluir direitos."* Foi isso o que ouvi de uma militante do interior do Ceará. A nossa luta agora não é para incluir direitos, como ocorreu na Constituinte de 1988, a nossa luta agora é para manter aquilo que conquistamos na Constituinte de 1988.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este foi o começo de uma grande jornada, que vai até o dia 20 de abril, quando essa reforma deverá ser votada na Comissão Especial. Amanhã, os Presidentes de Centrais vão se reunir para fazer uma avaliação, para construir outra agenda de mobilização, porque, até junho, enquanto não for votada essa reforma aqui dentro, o povo vai estar nas ruas, as Frentes vão se reunificar. É o Brasil gritando! Lembro-me dos movimentos memoráveis das praças públicas na luta pela democracia.

Deputado Chico Lopes, estou animado com o que vi hoje nas redes sociais e ouvi na minha querida cidade de Fortaleza, no Cariri, em Juazeiro do Norte, na BR-116. O País parou completamente. E é preciso que este Congresso ouça o que o País está dizendo.

É claro que o Brasil precisa de reformas - reforma tributária, reforma política e até reforma da Previdência -, mas não para suprimir direitos, não para sacrificar direitos conquistados ao longo desses anos todos.

Por isso, Sr. Presidente, estou animado. Quero expressar, em nome da Liderança da Minoria, a minha convicção de que essa PEC não será aprovada, pela força e pela união do povo, que nas ruas derrotará essa perversidade da PEC da Previdência.

Muito obrigado.

Documento 82/257

033.3.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 15/03/2017-18:08

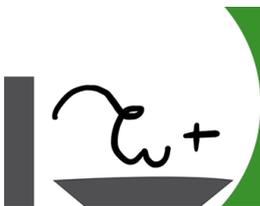
Publ.: DCD
16/03/2017 - 162

- SILVIO COSTA-PTDOB -PE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES



DISCURSO

Sumário

Confiança na não aprovação da proposta de reforma previdenciária.
Esclarecimentos sobre a votação da matéria pelo Plenário.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava conversando com um companheiro e eu fiquei muito animado agora. Eu quero dizer para o Brasil que eu acho que a reforma da Previdência, sinceramente, está derrotada.

Veja por que, Deputado Henrique. Eu estava conversando com ele e eu disse: "*Olhe, como é que vai ser o seu voto na reforma?*" Ele disse: "*Rapaz, eu estou pensando em fazer o seguinte: existem umas emendas aí. Numa ou noutra emenda, eu vou votar a favor*". Eu disse: "*Mas V.Exa. sabe como será o voto no dia?*" Ele disse: "*Rapaz, eu não sei não*".

Eu sei que aqui há 513 Deputados e que todo mundo sabe o Regimento. Mas eu vou dizer como será o voto no dia, até para o cara aprender por osmose - é um processo de pinocitose e fagocitose: no dia, vai chegar aqui o texto da Reforma da Previdência. Então, o Presidente Rodrigo Maia vai dizer: "*Vamos votar a Reforma da Previdência*". Quem votar "sim" ali estará admitindo depois... Votou "sim", aprovou o texto principal. Então, ele vai dizer: "*Ressalvados os destaques*". Depois é que ele vai colocar em votação as emendas.

Só que, quando você botar o "sim" ali, seu nome aparecerá lá como o cara que votou "sim" à reforma. Então, quem quiser derrotar a reforma preste atenção no serviço. No dia que chegar aqui o texto principal, tem que colocar "não".

É por isso que eu estou defendendo que nós não apresentemos nenhuma emenda. Isso é o que a base do Governo quer! A base do Governo quer que o povo apresente emenda, para dizer que dialogou e a reforma ficou mais palatável.

Mas essa reforma não vai passar! Hoje ocorreram mobilizações. Hoje o Michel Temer levou uma goleada nas ruas. O povo brasileiro acordou. Não vai haver reforma.

E repito o que eu disse ontem: a única reforma que eu toparia fazer neste País seria a reforma da Presidência. Eu vou repetir: a reforma da

Presidência. Essa eu toparia! Mas a reforma da Previdência é evidente que não vai passar.

Documento 83/257

033.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/03/2017- CD	18:38
Publ.: DCD - 16/03/2017 - 177	RODRIGO MARTINS-PSB -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Informe à Presidência quanto à apresentação pelo PSB de requerimento de extensão do prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social.

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB fez um requerimento, através da Liderança, solicitando de V.Exa. que fosse estendido o prazo para apresentação de emendas à PEC da Previdência. Eu queria fazer essa lembrança e essa cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já assinei a prorrogação do prazo até sexta-feira.

Deputada Laura Carneiro, é para apresentar emendas que melhorem o texto na linha do que quer o Governo, tá? (*Risos.*)

O SR. RODRIGO MARTINS - Sr. Presidente, o prazo é sexta-feira desta semana?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim, o prazo é até sexta-feira desta semana, às 18h30min.

O SR. RODRIGO MARTINS - Agradeço.

Documento 84/257

033.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/03/2017- CD	18:38
Publ.: DCD - 16/03/2017 - 177	ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de confirmação da prorrogação de prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. pode reafirmar a informação?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Reafirmo que deferi o pedido do PSB para prorrogar o período de apresentação de emendas à reforma da Previdência até sexta-feira, às 18h30min.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, as emendas que foram apresentadas com número insuficiente de assinaturas podem ter as assinaturas completadas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Podem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu quero cumprimentar V.Exa. por esta liberalidade extremamente importante, sentindo as ruas, toda a manifestação, para que possamos encontrar uma solução.

Eu não sei se V.Exa. foi informado de que, hoje, na eleição dos Vice-Presidentes da Comissão, o resultado foi empate: 12 a 12 - 12 votos pela chapa e 12 votos em branco.

Realmente, é preciso que haja essa preocupação. Eu queria saudar V.Exa. por esse posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Houve 12 votos em branco?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Foram 12 votos para a chapa e 12 votos em branco. A coisa está complicada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vai melhorar, Deputado! Vai melhorar!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. pode fazê-lo.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, até que horário é possível apresentar emendas à PEC da Previdência? É importante que isso seja esclarecido ao Plenário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Até 18 horas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Até 18h30min.

O SR. OTAVIO LEITE - Até às 18h30min.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso é para garantir o quórum da sessão de sexta-feira pela manhã.

Documento 85/257

033.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/03/2017- CD	18:38
Publ.: DCD - 16/03/2017 - 181	MAJOR OLIMPIO-SD -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Expectativa de rejeição da proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer a todos os Deputados que a "PEC do extermínio", a PEC 287, já começou a fazer água.

Hoje, na Comissão Especial, os proponentes do Governo não

conseguiram colocar nem número de Deputados suficiente para aprovar, na primeira votação, 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes. Aliás, o voto em branco ganhou, deu 12 a 12. Nós rejeitamos.

Depois tivemos que esperar 50 minutos, porque os Deputados têm vergonha de ir lá sustentar essa PEC! Eles têm vergonha de ir lá até para escolher 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes!

Vai fazer água essa "PEC do extermínio"!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 86/257

033.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/03/2017- CD	18:38
Publ.: DCD - 16/03/2017 - 181	TEREZA CRISTINA-PSB -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimentos da bancada do PSB à Presidência pela prorrogação do prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alterações nas regras da seguridade social.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, a bancada do PSB queria lhe agradecer pela prorrogação, por duas sessões, do prazo de apresentação de emendas à PEC 287, para que possamos terminar de colher as assinaturas.

Quero que fique registrado aqui que, através do pedido da bancada do PSB, o Presidente concedeu esse prazo de mais duas sessões.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Parabéns!

Documento 87/257

033.3.55.O Sessão Deliberativa 15/03/2017-18:38
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 16/03/2017
- 205 DR. SINVAL MALHEIROS-PTN -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Equívoco da proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Federal quanto ao fim de concessão de isenções fiscais a entidades filantrópicas.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. DR. SINVAL MALHEIROS (Bloco/PTN-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes ou que me ouvem, leem e veem pela *Rádio Câmara*, *TV Câmara*, Internet, redes sociais e, inclusive, pela Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em particular os ilustres cidadãos do meu Estado de São Paulo, os quais tenho o orgulho de aqui representar, ocupo hoje esta tribuna, como médico e como Deputado Federal, para externar a preocupação de todos nós que defendemos as entidades filantrópicas prestadoras de serviços no território nacional.

Além de endurecer as regras para aposentadoria, a reforma da Previdência começa a mirar as isenções de contribuições concedidas a entidades filantrópicas. Declaro que é um absurdo, para dizer o mínimo, o que temos lido e ouvido na mídia nacional, pois o corte da imunidade fiscal das filantrópicas traria enorme injustiça social e prejudicaria milhões de brasileiros.

São equivocadas as contas feitas por quem ataca as entidades filantrópicas. Essas contas ignoram que, nas áreas de saúde, educação e assistência social, a cada R\$1,00 (1 real) obtido em isenções fiscais, a instituição filantrópica retorna R\$5,92 em benefícios para a sociedade, de acordo com estudo realizado pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF.

A pesquisa, intitulada *A contrapartida do setor filantrópico para o Brasil*,

serve como resposta à proposta de cessão do benefício a instituições do terceiro setor. Falar em tirar as isenções é mutilar o atendimento realizado na ponta, em três áreas vitais para o País: assistência social, saúde e educação.

Para entender a dimensão desse trabalho, são oportunizados pelas instituições filantrópicas brasileiras 161 milhões de atendimentos todos os anos, gerando cerca de 1,3 milhão de empregos - tudo isso ofertado com qualidade.

Dessa forma, fica muito claro e evidente que a contrapartida oferecida pelas instituições filantrópicas em relação às isenções de que usufruem é extremamente maior. Hoje no Brasil, há 980 Municípios onde a única instituição de saúde é a filantrópica. Assim, nobres Parlamentares, retirar esses incentivos só reduzirá um atendimento que já é bastante difícil, precário e insuficiente.

Desde 2009, o setor é beneficiado pela isenção fiscal, dada às entidades que têm a Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social - CEBAS. Elas ficam isentas da obrigação de recolher a contribuição de 20% sobre a folha de pagamento para a Previdência, em troca de serviços à população.

Fui o primeiro Deputado Federal a anunciar o voto contrário à PEC 287/16, por acreditar que essa desalmada proposta de emenda constitucional propõe a retirada de direitos históricos dos trabalhadores, aposentados e viúvas. Agora, com o possível fim das isenções fiscais às entidades filantrópicas, venho assegurar que marcharei de braços dados com a população e também com a Confederação das Santas Casas de Misericórdia - CMB, a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC, a Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes - FEBRAEDA e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas - ABIEE, contra essa terrível medida.

A reforma da Previdência não poderá inibir, coibir ou diminuir a atuação das entidades filantrópicas. Jamais podemos correr o risco de comprometer os serviços prestados ao povo brasileiro.

Muito obrigado.



029.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 14/03/2017-14:04
CD

Publ.: DCD - 15/03/2017

LUIZ COUTO-PT -PB

-

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Entrega ao orador, por representantes dos trabalhadores rurais e agricultores do Estado da Paraíba, de documentos contrários à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Críticas ao Governo Michel Temer.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje recebi no meu gabinete uma representação de agricultores de vários Municípios do Estado da Paraíba. Entregaram documentos contrários à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, e pedem aos Senadores e aos Deputados da bancada da Paraíba que votem contra essa PEC.

Havia também vários representantes de Prefeituras, de Câmaras, de associações comunitárias, de sindicatos rurais, todos eles contrários a essa PEC.

Neste pronunciamento registro que votarei contra a PEC 287/16, a PEC da morte, da destruição da nossa previdência pública.

Ainda em relação a essa PEC, faço um discurso em que ressalto quem mais perde com ela.

Sr. Presidente, gostaria que estes dois pronunciamentos fossem divulgados pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi hoje no meu gabinete uma representação de agricultores de vários Municípios do Estado da



Paraíba. Entregaram documentos contrários à PEC 287/16, a PEC da Reforma da Previdência. Solicitam dos Senadores e dos Deputados da bancada da Paraíba que votem contra essa PEC.

Foram entregues os seguintes documentos: da Prefeita de Barra de Santana, Cacilda Farias Lopes de Andrade, com posição contrária à reforma da Previdência; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de Santana, Paraíba, presidido por Paulo Medeiros Barreto, em que solicita que votemos contra a reforma da Previdência e encaminha diversas emendas relativas à PEC 287; dos agentes de saúde e de trabalhadores do setor de saúde do Município de Barra de Santana, contrários à reforma da Previdência; do Presidente da Câmara Municipal de Barra de Santana, Sr. Josivanio da Silva Felipe, documento de audiência pública contra a PEC 287, com 204 assinaturas; da Câmara Municipal de Lagoa Seca, através do seu Presidente, Paulo Costa de Oliveira, em que encaminha resolução contra a PEC 287; do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema - POAB, composto pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e agricultores e agricultoras familiares da Borborema, dos Municípios Esperança, Remígio, Algodão de Jandaíra, Solânea, Arara, Casserengue, Areial, Montadas, Alagoa Nova, Matinhas, Lagoa Seca, Massaranduba, Queimadas, São Sebastião de Lagoa de Roça, e mais 150 associações comunitárias e associação de agricultores agroecológicos da Borborema, em que solicitam que votemos contra a PEC 287. O documento é assinado por Manuel Antônio de Oliveira, Nelson Anacleto Pereira e Nelson Ferreira dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, agricultoras e agricultores de Lagoa Seca, Paraíba, dirigido aos Senadores e Deputados Federais da bancada da Paraíba para que votem contra a PEC 287, além de um abaixo-assinado em defesa dos direitos previdenciários, dos agricultores e agricultoras do Município de Lagoa Seca, com 1.730 assinaturas.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o grande Bertolt Brecht nos revela uma grande verdade. Assim ele escreveu:

Primeiro levaram os negros, mas não me importei com isso, eu não era negro. Em seguida, levaram alguns operários, mas não me importei com isso, eu também não era operário. Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso porque eu não sou miserável. Depois agarraram uns desempregados, mas, como tenho meu emprego, também não me importei. Agora estão me levando, mas

já é tarde, como eu não me importei com ninguém, ninguém se importa comigo.

Esse texto de Bertolt Brecht chama atenção para nossas omissões, nossas faltas de compromisso, nossas posturas covardes diante do sofrimento e das dores dos nossos irmãos e irmãs e de nossas vergonhosas cumplicidades quando a maioria do nosso povo é vítima da opressão, da exploração, da escravidão, da destruição de direitos e de manipulação. Ficamos omissos porque não estamos sendo atingidos por essas maldades, crueldades e perversidades.

É o que vem ocorrendo diante do festival de maldades, crueldades, perversidades e sacanagens que o Governo ilegítimo, usurpador e golpista de Michel Temer vem espalhando a cada instante contra a maioria do povo brasileiro.

Primeiro foi o golpe que afastou nossa Presidenta Dilma do Governo. Diziam: *"Tiremos a mulher que logo teremos um paraíso no Brasil, com emprego, educação, saúde e progresso"*. Estão enterrando nosso País, empurrando-o para um precipício, com mais desemprego, mais atos de corrupção, praticados por membros do atual Governo, mais retirada de direitos e o maior desmonte da nossa previdência pública. Eles só sabem fazer propaganda enganosa e falaciosa. O próprio Governo Temer diz que estamos vivendo um momento excepcional na economia. Isso só pode ser considerado uma grande piada de mal gosto.

A segunda maldade foi a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congela os recursos primários por 20 anos. É a PEC da morte da educação pública, da saúde pública, dos investimentos que possam trazer empregos. Só quem ganha com isso são os banqueiros, que, com a dívida pública, serão contemplados não apenas com os serviços e os juros, mas também com novos financiamentos.

A bola da vez é a previdência pública. Há um verdadeiro desmonte, que retira direitos, destrói os instrumentos de proteção social e entrega a Previdência para as entidades de previdência privada. O argumento para isso tudo é este: se não for feita a reforma, ela vai quebrar e o Governo não terá como pagar as aposentadorias. Eles dizem que há um rombo, um déficit na previdência pública. É uma grande mentira e enganação. Nossa Seguridade Social tem superávit.

Quem mais perde com a PEC 287/16 são as mulheres, os agricultores e as agricultoras, os idosos, as pessoas com deficiência, os professores e todos os trabalhadores e trabalhadoras. A maioria dos Municípios vão perder recursos da Seguridade Social, da Previdência,

da saúde e das políticas de proteção social. São mais de 3.875 Municípios em que hoje circulam recursos da Seguridade Social. É mais do que eles recebem do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

As crueldades, as maldades, as perversidades e as sacanagens não param por aí. Veio também a reforma trabalhista, que é um verdadeiro golpe contra os trabalhadores e suas representações sindicais. Tudo isso está acontecendo, e as elites golpistas e conservadoras estão rindo, porque essas crueldades não vão prejudicá-las. Elas só ganham.

Era o que tinha a dizer.

Documento 89/257

029.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	14/03/2017-16:52
Publ.: DCD - 15/03/2017 -	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protesto contra declarações do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, sobre a questão territorial indígena. Nota do Conselho Indigenista Missionário - CIMI sobre as declarações do Ministro. Descaso do Governo Federal com os efeitos da estiagem na Região Nordeste, especialmente no Estado de Sergipe.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. que considere lido e determine a divulgação do nosso pronunciamento no qual lamentamos profundamente as declarações do Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre a questão das terras indígenas.

Junto com o pronunciamento, protocolo uma nota de uma das entidades mais sérias deste País, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, que, ao longo da história, tem trabalhado na defesa dos povos

indígenas, na defesa da demarcação das terras desses povos.

Nós queremos defender, nesta Casa, neste plenário e em todos os espaços, a causa mais nobre, mais justa deste País, que é a distribuição da terra, a demarcação das terras indígenas em nosso País, um direito dos nossos povos originais.

A declaração do Ministro foi infeliz. É uma declaração que não ajuda, e, sim, aumenta a violência no campo, pois trata a questão da terra como negócio, e não como um direito dos povos indígenas.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu queria dizer que nós estamos acompanhando com muita preocupação a seca. Acredito que o nosso Governador estará na Capital nesta semana, com a bancada, para debater a questão.

O Governo Federal e os Ministros estão de costas para o Nordeste, para a seca. Eles abandonaram o Nordeste! A única coisa que levam para o povo do Semiárido é a retirada de direitos, os quais estão ameaçados pela PEC 287/16, a PEC da reforma da Previdência.

As mulheres e os homens do Nordeste ainda ontem estavam em grandes debates e plenárias, os quais estamos acompanhando, e não veem nenhuma determinação por parte do Governo Federal para ampliação de fornecimento de água para os animais que estão sofrendo com a seca do Nordeste, em especial do Estado de Sergipe.

Eles não veem nenhuma liberação de crédito e, muito menos, a determinação para que a CONAB venda milho a preço mínimo, preço subsidiado, para os produtores e produtoras da região da seca.

Nós queremos lamentar e repudiar que o Governo esteja de olho fechado, abandonando toda a Região Nordeste, em especial o nosso Estado de Sergipe.

Nossa solidariedade e nossa luta em defesa do Nordeste, em defesa de Sergipe, em defesa do povo do Semiárido!

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Coordenador do Núcleo Agrário do PT, não posso deixar de manifestar o nosso

repúdio à declaração do Ministro da Justiça do Governo golpista de Michel Temer, ligado ao agronegócio.

O novo Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, diz que *"os envolvidos em conflitos no campo deveriam parar com a discussão sobre terras, que, segundo ele 'não enchem barriga de ninguém'"*.

Ele não pode desconhecer que a terra é um direito fundamental dos povos indígenas, que veem lutando há décadas pela sua demarcação.

Ora, o Ministro vem a público e faz uma declaração neste sentido num momento em que esta Casa vive uma luta de classes, com os ruralistas buscando criminalizar os movimentos sociais; com uma CPI ilegal e irresponsável buscando promover devassas em contas de entidades como o CIMI e a quebra de sigilo bancário e fiscal de pessoas físicas, como o Bispo Dom Roque Paloschi, Presidente daquela entidade.

Este tipo de atitude em nada contribui para reduzir os conflitos no campo e nas áreas indígenas e quilombolas. Antes servem de combustível para os ruralistas que historicamente grilam terras e invadem os territórios indígenas, deixando rastros de sangue em suas passagens.

A seguir, reproduzo a nota do Conselho Indigenista Missionário sobre a declaração do Ministro Osmar Serraglio:

O Cimi lamenta e repudia, com veemência, as declarações do novo ministro da Justiça, Osmar Serraglio, relativas aos povos indígenas. É vergonhoso que um ministro, ao assumir, venha a público desdenhar do direito fundamental dos povos indígenas às suas terras. Ao usar a expressão "terra não enche barriga" como argumento para justificar a não demarcação das terras indígenas no país, o ministro demonstra, no mínimo, um grau elevado de ignorância, que o descredencia para a função que assumiu.

Para os povos indígenas, a terra é de importância fundamental não só para suprirem suas necessidades alimentares, mas também para preencherem de sentido e plenitude sua existência individual e coletiva.

As declarações do ministro, dadas em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, causam forte preocupação, já que servem de combustível que abastece motosserras e tratores daqueles que historicamente invadiram e continuam se apossando ilegal e criminosamente das terras indígenas no Brasil. Por evidente, tais declarações serão traduzidas no aumento das violações de direitos e da violência contra povos, comunidades e lideranças indígenas que lutam pela

demarcação e/ou pela proteção de suas terras tradicionais.

O ataque de Serraglio contra o direito dos povos originários às suas terras tradicionais está umbilicalmente conectado com as intenções e iniciativas ruralistas e do governo Temer em promover ampla e irrestrita mercantilização e concentração privada da terra no Brasil, em benefício de interesses econômicos de capital nacional e internacional. Nesse contexto, a não demarcação das terras indígenas servirá para ampliar o alcance da pretendida venda de terras para estrangeiros (PL 4059/2012), das alienações e concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira (Lei nº 13.178/2015), da reconcentração de terras desapropriadas para a reforma agrária (MP 759/2015), dentre outras.

O Cimi se solidariza com os povos indígenas diante de tão grave ataque, reafirma o compromisso de continuar empenhado na defesa da vida dos povos e exorta as diferentes instâncias dos Três Poderes do Estado brasileiro a respeitar e cumprir os ditames constitucionais, segundo os quais "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam" (CF Art. 231).

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Brasília, DF, 10 de março de 2017

Sumário

Esclarecimentos sobre emendas apresentadas pelo orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alterações nas regras da seguridade social.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei duas emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, e o fiz com convicção.

Uma é para assegurar a aposentadoria aos 60 anos de idade para os homens e aos 55 anos de idade para as mulheres agricultores. Não há justiça maior que possamos fazer a não ser manter a idade mínima para os trabalhadores rurais, que seguram este Brasil em pé. Eles representam o maior programa social deste País e, com certeza, a sensibilidade dos Deputados fará com que se mantenha essa condição para os nossos agricultores.

Também não concordamos com a questão de que só se arrecadam 8 bilhões de reais na agricultura e são gastos 103 bilhões de reais. Alguma coisa está errada. Alguém está sonogando, porque é muito mais do que se produz neste Brasil. São 2,3% do FUNRURAL. Nós recebemos de todos os agricultores o pagamento referente a cereais, carnes e madeira.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria também de falar sobre a outra emenda que apresentei, a respeito da desoneração da folha de pagamento das agroindústrias. As pessoas perguntam: "*Vocês estão tirando impostos das agroindústrias?*" Não, estamos tirando impostos dos alimentos que vão chegar à mesa dos brasileiros e, com certeza, vão onerar os trabalhadores e ocasionar desemprego nas agroindústrias brasileiras.

Por isso, nós pedimos o apoio das bancadas para as nossas emendas.

Obrigado, Sr. Presidente.



029.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária 14/03/2017-17:02
- CD

Publ.: DCD
15/03/2017 -

RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Transcrição do artigo Mulheres, nenhum direito a menos!, de autoria do orador.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que, para efeito de registro nos Anais da Casa, seja dado como lido artigo de minha autoria, publicado no *Jornal Pequeno*.

Obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Mulheres, nenhum direito a menos!

Nesta semana que celebramos o Dia Internacional da Mulher, é importante destacar o quanto prejudicial será para as trabalhadoras brasileiras a aprovação da PEC 287, que o governo chama de reforma da Previdência. Para as mulheres, as mudanças pretendidas por Michel Temer tornam ainda mais inalcançável a aposentadoria.

Como deputado, faço essa discussão na Câmara e uno forças com os sindicatos de trabalhadores e movimentos feministas que lutam por melhorias nas condições de vida das mulheres e por mais direitos.

Na nossa sociedade, destaca-se o papel social da mulher, que muitas vezes se desdobra em três para desempenhar atividades em casa e no trabalho, além das tarefas de mãe. Ao mesmo tempo que luta para ver esse papel reconhecido, a

brasileira levanta a bandeira contra o machismo e contra as desigualdades de gênero.

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 287 ataca diretamente a diferença atual nas regras para a aposentadoria: prevê que homens e mulheres tenham a mesma exigência para aposentadoria, 65 anos de idade e 25 anos de tempo de contribuição.

Dados do Ministério da Previdência mostram que, pelo INSS, poucas mulheres se aposentam por tempo de contribuição, além de receberem benefícios 30% menores que os homens. Ou seja, se o Congresso Nacional aprovar a PEC, as brasileiras trabalharão mais e ainda continuarão ganhando aposentadorias menores, em comparação aos trabalhadores.

Ao diferenciar a idade para aposentadoria, o Brasil é um dos poucos lugares que ainda acertam ao reconhecer a disparidade na divisão do trabalho e as desigualdades entre gêneros. Hoje, as brasileiras podem se aposentar aos 55 anos, cinco anos antes dos homens.

As relações de trabalho ainda mantêm as mulheres em condições de desigualdade. Isto acontece porque existem mais mulheres do que homens na economia informal, pois essa é uma forma de conciliar o trabalho e os afazeres familiares. Nesses períodos, a mulher normalmente fica sem contribuir com o INSS.

Além disso, muitas não têm trabalho remunerado durante grande parte de sua vida em função das responsabilidades familiares e da maternidade. Por essa razão, elas não conseguem adquirir aposentadorias iguais às dos homens.

A 'reforma' pretendida pelo governo penaliza ainda mais as mulheres negras e as que trabalham no campo. As trabalhadoras rurais, que atualmente podem se aposentar dez anos antes dos homens que trabalham nas cidades, seriam duplamente prejudicadas ao perder, também, a aposentadoria especial. O benefício, atualmente, reconhece a penosidade do trabalho rural.

Se os salários das brasileiras brancas já é 30% menor que o dos homens brancos, imagine o ganho das negras trabalhadoras, vítimas de discriminação racial. Apesar de desempenharem as mesmas funções, recebem menos e isso irá se refletir no tamanho do benefício da aposentadoria pelo INSS.

Para se ter uma ideia da situação das brasileiras negras, elas têm expectativa de vida de 69,5 anos, segundo pesquisa do IPEA, contra 73,8 anos das brancas. Por isso que o título de 'aposentadoria impossível' para o que quer a PEC se encaixa tão bem à nossa realidade.

Na quarta-feira, Dia Internacional da Mulher, o Maranhão foi um dos estados



que vivenciou protestos contra a reforma da Previdência pública contida no projeto de Michel Temer. A ordem, nas ruas, é garantir os atuais direitos para a aposentadoria e avançar em melhorias para nossas mulheres e homens.

Coloco meu mandato à disposição, em Brasília e no nosso Estado. E lembro os versos da música de Chico César, lançada há quase um ano: 'Não queremos menos do que já tivemos. Nós queremos muito, muito, muito mais'. Queremos mais direitos para as mulheres e queremos acesso à aposentadoria para as trabalhadoras maranhenses e brasileiras. Parabéns, guerreiras!

Documento 92/257

024.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/03/2017- CD	10:30
Publ.: DCD - 10/03/2017 - 60	CÉSAR MESSIAS-PSB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social.

O SR. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acabei de participar de uma palestra na Fundação João Mangabeira, onde foi lançada a quinta edição do *Boletim Conjuntura Brasil*. A palestra do Prof. César Benjamin sobre Previdência Social foi excelente.

Mais do que nunca, estou convicto de que tenho que votar contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, da maneira como editada, porque, na realidade, o que o Governo Federal quer é simplesmente prejudicar aqueles que mais precisam, e que ganharam, com a Constituição de 1988, direitos a uma vida melhor.

Só para termos como dado, de 2014 a 2015, o crescimento com os benefícios na área social do Brasil foi de 6 bilhões de reais e o crescimento com o pagamento da dívida foi de 130 bilhões. Isso demonstra que não é tirando direitos daqueles que mais precisam que vamos resolver essa questão, mas sim tirando daqueles que mais sugam do povo brasileiro - com os juros que se mandam hoje para o Sistema Financeiro no Brasil.

Documento 93/257

025.3.55.O Sessão Não Deliberativa de 09/03/2017-15:03
Debates - CD
Publ.: DCD - 10/03/2017
- 104 MARCOS ROGÉRIO-DEM -RO
CÂMARA DOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE
DEPUTADOS EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Importância da implantação do Novo Regime Fiscal e da reforma da Previdência para a resolução da crise financeira e a retomada do crescimento econômico no Brasil. Discordância com os termos da reforma previdenciária proposta pelo Governo Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, aqueles que nos assistem pelo sistema de comunicação da Câmara, diante dos mares tempestuosos que agitam e ameaçam a grande fragata brasileira, eu não poderia usar o meu Grande Expediente senão para abordar o quadro econômico e a reforma da Previdência.

Neste momento, dirijo-me não apenas aos meus pares, mas a toda a Nação brasileira, perplexa, indignada, insegura com os surpreendentes e infaustos eventos que se avolumam nos noticiários econômicos.

Os trabalhadores brasileiros, o povo real, as pessoas comuns, todavia, não assistem aos efeitos da aguda e prolongada crise financeira brasileira somente pela televisão. Não, senhores! Eles os sentem no bolso, eles os sentem nas prateleiras dos mercados, eles os sentem nas filas de emprego.

Para muitos economistas, vivemos a pior recessão da história de nosso País. Os indicadores negativos se acumulam: em 2015, o Produto Interno Bruto - PIB do Brasil recuou quase 4%.

Esse é, eminentes Parlamentares, um resultado desastroso. Para que se tenha ideia do tamanho do revés, entre 191 nações, o Brasil obteve o décimo pior desempenho econômico do ano, segundo levantamento realizado pelo Fundo Monetário Internacional.

Senhores, como se não bastasse, a contração da economia em 2015, ainda no Governo petista, foi acompanhada por uma inflação

elevadíssima, que castigou, sobretudo, as pessoas mais pobres do País. O valor do índice oficial de inflação medido pelo IPCA fechou 2015 com 10,6% - a maior alta desde 2003.

Felizmente, há sinais de que as nuvens cinzentas estão ficando para trás. Apesar disso, no corrente ano, o cenário permanece muito sofrido para os trabalhadores e empreendedores brasileiros. No PIB teremos, novamente, um resultado muito desfavorável. O tombo do PIB brasileiro em 2016 foi de 3,6%, de acordo com o IBGE.

Se de novo compararmos o desempenho da economia brasileira em 2016 com o desempenho dos demais países, teremos uma decepção. Conforme os dados do FMI, encerramos o ano, mais uma vez, entre as dez nações com maior recuo do Produto Interno Bruto.

O impacto da desaceleração econômica é enorme e arrasador. A taxa de desemprego já alcançou 12,6%, o que corresponde a cerca de 13 milhões de desempregados. São quase 13 milhões de pessoas privadas do meio de sobreviver, do meio de sustentar suas famílias. A crise é grave. Não se pode negar a evidência.

Demais, outra consequência da redução da atividade econômica é a queda da arrecadação tributária, agravando a situação fiscal não só da União, mas dos Estados e dos Municípios brasileiros, e prejudicando a prestação de serviços públicos à população.

Em verdade, fenômenos complexos, como os econômicos, raramente podem ser creditados a um único fator. No caso presente, não há dúvida de que um conjunto de elementos concorreu para o desastroso fracasso da economia brasileira. Todavia, é seguro afirmar que a atuação governamental é a grande responsável pelo atual estado de coisas.

A partir de 2008, com a crise internacional originada no mercado de financiamento imobiliário norte-americano, o Governo brasileiro passou a tratar as finanças públicas com um zelo cada vez menor. Esse comportamento se ampliou consideravelmente sob a gestão da ex-Presidente Dilma Rousseff, que se afastou dos princípios de responsabilidade fiscal, permitindo que o endividamento público se tornasse insustentável e trazendo, como decorrência, o rebaixamento das notas brasileiras pelas agências internacionais de classificação de risco, a redução do investimento e a elevação dos juros.

Tal política culminou no processo de impedimento da mais elevada autoridade da República, cuja admissibilidade foi aprovada nesta Casa de Leis, na sessão histórica do dia 17 de abril de 2016. Posteriormente,

nos termos constitucionais, coube ao Senado Federal o julgamento e a condenação de S.Exa. por crime de responsabilidade.

A situação financeira chegou a um patamar que, se nenhuma providência for tomada, o País estará inafastavelmente insolvente. Este é um fato incontestável.

Ainda que alguém não concorde com as medidas adotadas pelo Governo do Presidente Michel Temer, é inegável que, se o comportamento das receitas e despesas públicas mantiver o seu rumo, não terá a União condições de adimplir com os seus compromissos e manter suas políticas públicas em dia.

Em menos de 3 anos, a dívida bruta do Governo geral saltou de 51,7%, em dezembro de 2013, para 70,3% do PIB em outubro de 2016. A despesa pública primária cresceu 51% acima da inflação no período de 2008 a 2015, enquanto a receita evoluiu apenas 14,5% no mesmo período. A conta não fecha, senhoras e senhores.

Colegas, para aplacar situações severas como esta em que nós nos encontramos, não bastam palavras nem bastam sentimentos bonitos. A procrastinação em nada ajuda e é, não raro, o instrumento predileto dos espíritos pusilânimes que, hora ou outra, se aproveitam da situação.

A gravidade de nossa atual condição exige uma resposta enérgica. Pensemos nos 13 milhões de desempregados, pensemos no povo que representamos. Não se devem protelar as medidas necessárias, deixar para depois, empurrar com a barriga, aplicando ações meramente paliativas, que não enfrentam o cerne do problema. Esta é uma atitude irresponsável, é brincar com a vida da nossa gente.

Nesse sentido, as duas principais medidas financeiras propostas ao Congresso Nacional em 2016, o Novo Regime Fiscal e, obviamente, a mais recente, a reforma da Previdência Social, são indispensáveis e inadiáveis. A primeira, já que foi aprovada e promulgada, possibilitará o equilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico do Brasil.

Já a reforma da Previdência foi recebida nesta Casa em 5 de dezembro, tornando-se a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. Agora, esta Casa, este Parlamento terá a oportunidade de estudar o texto, de realizar audiências públicas para ouvir a sociedade e de debater, com profundidade, a matéria e suas implicações.

De minha parte, afirmo que votarei no que for melhor para o País e na



solução que garanta a sobrevivência das contas públicas, que assegure o recebimento dos benefícios previdenciários pela população no futuro e que trate com justiça o trabalhador brasileiro. Obviamente que os eventuais excessos da proposição serão corrigidos pelo Congresso Nacional, não restam dúvidas disso. Esta é a nossa missão, e dela não nos divorciaremos.

Ademais, na condição de membro titular da CCJC desta Casa, proferi voto em separado, no sentido da inadmissibilidade da proposta de Emenda à Constituição nº 287, da reforma da Previdência.

O intuito da PEC é fortalecer a sustentabilidade do sistema de seguridade social mediante o aperfeiçoamento de suas regras, notadamente no que se refere aos benefícios previdenciários e assistenciais. Alega-se que a realização de tais alterações se mostra indispensável e urgente, para que possam ser implantadas de forma gradual e garantam o equilíbrio e a sustentabilidade do sistema para as presentes e futuras gerações.

Entretanto, Sras. e Srs. Parlamentares, a PEC traduz inequivocamente retrocesso social à luz das conquistas asseguradas pela Constituição Federal de 1988, o que converte tais conquistas na área da Previdência em direitos que não podem ser suprimidos ou inviabilizados por meio de emenda à Constituição. É preciso reconhecer e deixar claro que, mesmo por via de emenda, há limites para mudanças constitucionais.

Estou convencido de que a PEC afeta drasticamente expectativas de direito legítimas e mesmo direitos cuja aquisição se completa em curtíssimo prazo, impondo regras draconianas de cálculo de benefício e valores de pensões, ou mesmo inviabilizando a aquisição do direito, vulnerando assim o princípio da estabilidade das relações jurídicas, isso porque, ao estabelecer idade mínima sem distinção entre homens e mulheres, e excessivamente elevada de 65 anos, a proposição vai contra os princípios constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade e igualdade.

É certo que a trajetória da mulher nos últimos séculos é extraordinária: de uma educação baseada exclusivamente no cuidado do lar no período colonial para uma participação tímida nas escolas públicas mistas em meados do século XIX, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade. Ninguém nega esses avanços, bem como a sua expressiva participação no quadro docente da educação superior.

Contudo, um dia após o Dia Internacional da Mulher, em 2017, o Brasil



ainda é um dos países com maior desigualdade entre homens e mulheres, principalmente no aspecto profissional. De acordo com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, em 2014, as trabalhadoras brasileiras recebem aproximadamente 27% menos do que os homens que desempenham funções similares. Assim, na atual conjuntura, não é justo e razoável que a idade mínima para a mulher se aposentar seja igual à do homem, sem falar na dupla jornada.

Ilustres pares, também não houve ponderação da proposição ao estabelecer o tempo de contribuição exigido para se atingir o direito à aposentadoria integral. A PEC 287/16 praticamente extingue, por via transversa, a aposentadoria integral mediante a forma de cálculo proposta. Para a obtenção da integralidade da aposentadoria, será necessário trabalhar e recolher contribuições durante 49 anos, o que beira o irracional. Nesse ponto, também não foram observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, já que, na prática, a aposentadoria por tempo de contribuição é extinta ou inviabilizada.

No que tange à concessão do benefício de pensão por morte, o valor será equivalente a uma cota familiar de 50%, que, nesse caso, senhoras e senhores, será acrescida de cotas individuais de 10 pontos percentuais por dependente, até o limite de 100% do valor do benefício instituidor, sendo que as cotas individuais cessarão com a perda da qualidade de dependente e não serão reversíveis aos demais beneficiários. Com essa nova redação, a pensão por morte no Brasil ficará desvinculada do salário mínimo.

Sr. Presidente, a pretendida regra deixará, mais uma vez, a proteção à família em situação vulnerável, contrariando o caráter sinalagmático da contribuição previdenciária.

Sem dúvida, nobres colegas, haverá intenso prejuízo ao sustento familiar. Isso porque o benefício da pensão por morte não se destina diretamente ao segurado, mas aos seus dependentes, visando recompor ou manter o nível econômico da entidade familiar.

E não é só isso. A PEC vai além. Essa reforma da Previdência prevê a elevação da idade mínima de aposentadoria se a sobrevida do brasileiro aumentar. Atualmente, no Brasil, a expectativa de vida do homem está em torno dos 70 anos, segundo dados do IBGE. Se esse índice aumentar 1 ano, a idade mínima poderá aumentar 1 ano, sem necessidade de se aprovar uma nova emenda constitucional. Essa elevação não trouxe contornos claros da idade mínima para aposentadoria, o que, a meu ver, ofende o equilíbrio entre Poderes,

invadindo a competência legislativa inclusive desta Casa.

Além disso, ao tratar do benefício assistencial, a PEC faz diversas alterações no art. 203 da Constituição de 1988, reduzindo o alcance do benefício. Entre as alterações, posso citar a extinção da garantia do valor mínimo do benefício assistencial, que, atualmente, é de 1 salário mínimo.

Chamo a atenção dos nobres colegas para o fato de que essa desvinculação, além de reduzir efetivamente um expressivo contingente populacional à miséria, acaba, mais uma vez, por malferir diversos dispositivos constitucionais, como a dignidade da pessoa humana; a garantia de um salário mínimo, que está prevista no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal; e a necessidade de reduzir as desigualdades sociais e regionais, que está prevista no art. 3º Constituição Federal.

Nesse contexto, é oportuno citar os ensinamentos de Eugênio Rosa de Araújo, que disse:

"Num país de dimensões continentais como o Brasil, inserido num contexto socioeconômico e geográfico de país subdesenvolvido, por vezes pré-histórico, com graves distorções de distribuição de renda e diferenças climáticas e culturais significativas, importante foi a iniciativa do Constituinte originário em dotar o texto constitucional de mecanismos de equalização de desigualdades regionais, impedindo a manutenção de regiões em flagrante desnível em relação a outras do País, permitindo políticas públicas orientadas por um processo de desisonomia seletiva, isto é, conferindo tratamento diferenciado a determinadas regiões ou a determinadas atividades econômicas como meio de promover o desenvolvimento o mais equilibrado possível."

Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, o benefício assistencial nada mais é do que a busca por esse equilíbrio social, e em hipótese alguma deve-se aqui discutir a redução do alcance do benefício.

Em relação à mudança do tratamento destinado à população rural, a matéria, mais uma vez, contraria os princípios da igualdade e da razoabilidade. É uma proposta necessária, mas perigosa. A aposentadoria rural é inserida na regra geral da reforma da Previdência, passando a exigir dos agricultores contribuição de forma individual, com uma alíquota sobre o limite mínimo da base de cálculo para o recebimento do benefício.

Infelizmente, a PEC 287/16 desconsiderou por completo as condições mais difíceis e penosas de labor a que normalmente estão expostos os

trabalhadores rurais, muitas vezes, com menor expectativa de vida, de sobrevida, do que os trabalhadores urbanos.

Além disso, o tratamento isonômico também foi deixado de lado com a afetação das carreiras de segurança pública e desconsideração da atuação em condições de risco, estresse, insalubridade e periculosidade em que laboram policiais federais, policiais rodoviários e ferroviários federais, policiais civis dos Estados e do Distrito Federal, peritos oficiais de natureza criminal, policiais legislativos do Congresso Nacional e das demais Casas Legislativas e tantos outros que em sua atuação estão expostos ao perigo, ao risco, sem falar nos nossos servidores do sistema penitenciário e guardas municipais - todos estão expostos.

Eu não tenho dúvida de que ser policial é trabalhar afeto à exposição ao risco potencial e efetivo durante o tempo laboral e no momento de descanso. Dando aos policiais o mesmo tratamento dos demais segurados, não somente a injustiça prevalecerá, mas, sobretudo, os efeitos nefastos para a qualidade do serviço de segurança pública.

Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a reforma da Previdência, nos termos propostos pelo Poder Executivo, compromete o acesso à justiça e a inafastabilidade de jurisdição com a modificação sugerida ao § 3º do art. 109 da Constituição Federal. Digo isso porque a PEC condiciona a possibilidade de proposição das ações de natureza previdenciária perante a Justiça Estadual à hipótese de a comarca não ser sede de vara do juízo federal.

Com efeito, atualmente, nas cidades onde não existe vara federal, é possível a propositura de ação previdenciária perante a Justiça Estadual, o que é medida de acesso à Justiça, considerando a ainda pouco expressiva interiorização da Justiça Federal e a situação de vulnerabilidade processual que caracteriza os segurados da Previdência Social e aqueles que visam a benefícios assistenciais.

Entendo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a reforma da Previdência é necessária. O Brasil precisa da reforma da Previdência. No entanto, pela proposta que está aqui, talvez o Governo tenha tido realmente a intenção de assustar o Parlamento e a sociedade brasileira para que, ao discutir a proposta nesta Casa, com legitimidade, ela patrocinasse as mudanças necessárias para dar ao Brasil não a reforma que o Governo quer, mas a reforma de que o Brasil precisa.

Por essa reforma nós vamos trabalhar mais, contribuir mais e receber menos na hora da aposentadoria. Não é esta a reforma da Previdência

que os brasileiros esperam.

Eu estou certo e votarei a favor da reforma da Previdência, mas da reforma da Previdência que respeita a Constituição brasileira, que respeita o direito adquirido, que respeita as garantias sociais dos trabalhadores brasileiros. É óbvio que faremos sacrifícios - ninguém discute isso -, mas não um sacrifício que imponha a impossibilidade do recebimento dos benefícios previdenciários.

O nobre Parlamentar Edinho Bez pede um aparte, e eu o concedo, com muito prazer.

O Sr. Edinho Bez - Inicialmente, parabênzo nosso colega Marcos Rogério, que tem uma atuação exemplar nesta Casa. Concordo com parte do pronunciamento de V.Exa. Nós temos que fazer a reforma da Previdência. É uma questão de responsabilidade. Obviamente, a proposta que o Governo encaminhou para esta Casa não é um produto acabado, senão, não precisaria passar aqui pelo Congresso Nacional. Já está sendo discutida na Comissão Especial, virá para o plenário e, depois da decisão definitiva da Câmara dos Deputados, ao final de dois turnos, irá para o Senado Federal. Eu entendo que nós precisamos fazer a reforma. Lembro que o mundo hoje está integrado. No momento em que compra, em uma loja, um *chip* para o telefone móvel, o telefone celular, a pessoa já está integrada com o mundo. Não dá para negar isso. O que nós precisamos é atualizar o sistema. Obviamente, haverá algumas mudanças. De qualquer maneira, eu quero cumprimentá-lo pela explanação. V.Exa. demonstrou conhecimento dos detalhes. Está estudando, como a maioria dos Parlamentares - quase todos aqui. Mais Parlamentares deveriam trazer o assunto para que o discutíssemos no plenário, porque o momento é bastante propício. Parabéns!

O SR. MARCOS ROGÉRIO - Muito obrigado, Deputado Edinho Bez.

Deputado Domingos Sávio, V.Exa. solicita aparte, e eu o ouço, com muito prazer.

O Sr. Domingos Sávio - Deputado Marcos Rogério, quero cumprimentá-lo. A sua exposição nos dá uma oportunidade ímpar de nos congratularmos com V.Exa. por essa preocupação que todos temos que ter com quem nós representamos, com o povo brasileiro, com a sociedade como um todo, com o Brasil. E, quando tratamos de um assunto como Previdência, temos que pensar no dia de hoje e no futuro, nas gerações futuras, mas com a responsabilidade, como V.Exa. bem disse, de respeitar a Constituição, os direitos adquiridos, as conquistas sociais. E, no momento, nós assistimos a um debate às



vezes insano, talvez pela angústia de muitos. V.Exa. traz um debate lúcido, mostrando que é preciso, sim, enfrentar essa discussão, mas enfrentar para preservar e fortalecer a Previdência, para garantir os direitos dos trabalhadores e garantir os direitos dos aposentados, agora e no futuro. E, ao mesmo tempo, nós assistimos, como eu dizia, a alguns que de maneira um pouco atabalhoada partem para atacar todos. Basta ser Deputado da base do Governo, que já estão por aí espalhando que ele é a favor da reforma como ela está, e até de uma forma agressiva. Eu, desde o primeiro momento, quando li, disse: *"Eu não voto e não aprovo esta reforma da maneira como ela está proposta."* Ela tira direito da pessoa com deficiência, do trabalhador rural; tira direito dos idosos que têm acesso ao benefício pela LOAS; faz uma transição, no meu entendimento, abrupta. Enfim, na medida em que agride alguns direitos essenciais, nós temos que debater, melhorar o texto. E é possível, sim, achar o equilíbrio, porque nós precisamos do equilíbrio financeiro e fiscal do País. Mas além de fazer a reforma da Previdência, combatendo, aí, sim, as mordomias... E aqui dentro desta Casa, mordomias que possam alcançar todos os segmentos, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário. Aqueles que têm salários de marajá, desses, sim, tem que ser cortado. Agora, do trabalhador, do professor, do policial militar ou civil, não. Nós precisamos ter bom senso nessa hora, achar um ponto de equilíbrio. E eu deixo muito claro: da maneira que está o projeto, eu não voto a favor. Mas nós também não podemos fugir do debate só porque estão nos ameaçando na rede social. Não, nós temos responsabilidade com o País. Vamos debater, vamos aprimorar o projeto, garantindo os direitos do trabalhador e do aposentado, e garantindo que no futuro haja dinheiro para pagar o trabalhador e o aposentado, porque não interessa a ninguém ver a Previdência ir à falência. Parabéns pelo grande debate que V.Exa. nos propicia!

O SR. MARCOS ROGÉRIO - Muito obrigado a V.Exa., Deputado Domingos Sávio.

Sr. Presidente, eu peço 1 minuto, apenas para concluir o meu pronunciamento, agradecendo os apartes que recebi.

A redação do dispositivo mantém a jurisdição delegada em matéria previdenciária, mas condiciona-a aos termos de uma futura lei. Assim, a lei que vier a ser editada pode restringir ou limitar a possibilidade de ajuizamento de demandas previdenciárias perante a Justiça Estadual nas localidades que não sejam sede de Vara Federal, o que possui nítido impacto negativo em termos de acesso à Justiça.

Sr. Presidente, é certo que o Governo do Presidente Michel Temer, apesar de todas as dificuldades, com muita coragem está adotando

medidas importantes para retirar o Brasil da crise e alcançar águas serenas.

Cito, por exemplo, o novo regime fiscal que recentemente foi aprovado pelo Congresso Nacional. Neste momento, estão em curso os debates em torno da reforma da Previdência, que deverá ser aprovada ainda neste ano de 2017.

Neste contexto, cabe a nós, Deputados Federais, honrar o sufrágio recebido, cumprir a Constituição da República e as leis do País e trabalhar à exaustão pela satisfação do interesse público e pelo ressurgimento da grande nação brasileira.

Estou convencido de que a reforma previdenciária vai exigir um profundo e longo debate, porque o tema é fundamental para o País.

Sr. Presidente, o Brasil não suporta mais uma Previdência deficitária. Se o modelo atual for mantido, o déficit saltará para algo em torno de R\$189 bilhões, neste ano. Assim, chegará o momento em que não será possível honrar os compromissos com os assegurados.

Reconhecer que precisa mudar é encarar a realidade. Mas isso não nos obriga a aprovar uma proposta que venha a contrariar o interesse nacional e as garantias constitucionais, uma proposta mal feita, sem indicadores atuariais, segundo a qual o trabalhador vai trabalhar mais, contribuir mais e receber menos na aposentadoria. Isso não é um acerto, e sim um erro histórico.

Nobres colegas, Sras. e Srs. Parlamentares, na apreciação dessa matéria, devemos levar em consideração a realidade do nosso povo, considerando também os cálculos atuariais.

Aliás, onde estão os cálculos atuariais, nobre Deputado Domingos Sávio? Onde estão, Deputado Edinho Bez, os cálculos atuariais relativos a essa reforma da Previdência? Procuram-se os cálculos atuariais oferecidos pelas equipes dos Ministérios do Planejamento e da Previdência, do Tesouro Nacional.

Concluo: partir para uma reforma da profundidade da reforma da Previdência, sem os cálculos atuariais acostados a essa proposta não me parece algo honesto com os contribuintes brasileiros, não me parece algo honesto com os trabalhadores brasileiros.

Repito: sou a favor da reforma da Previdência, considero-a necessária ao Brasil, mas é preciso fazê-la respeitando a sociedade, respeitando a

Constituição do Brasil.

Portanto, não quero uma reforma para dar satisfação ao mercado ou ao Governo, mas para dar tranquilidade aos trabalhadores e aos futuros aposentados do Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, muito obrigado.

Documento 94/257

025.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 09/03/2017- CD	18:03
Publ.: DCD - 10/03/2017 - 128	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Crítica à suspensão judicial, por solicitação da Advocacia-Geral da União - AGU, da divulgação, pelo Ministério do Trabalho, de lista relacionada a trabalho escravo no País. Anúncio da possibilidade de instalação, pelo Senado Federal, de CPI destinada à investigação sobre o suposto déficit da Previdência Social e sobre as empresas devedoras do sistema previdenciário. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da Seguridade Social. Alegação da oradora de prática, por integrantes do Governo Temer, de atos favoráveis à corrupção. Solidariedade aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados a respeito da oposição à possibilidade de aumento do número de cargos comissionados na Casa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, eu queria que fossem considerados como lidos e divulgados três pronunciamentos. O primeiro diz respeito à tentativa do Governo de encobrir a lista daqueles que permitiram a ocorrência de trabalho análogo ao de escravo. Inclusive já disse aqui, apenas repito, que o Sr. Eliseu Padilha é investigado por isso também.

O segundo pronunciamento diz respeito aos devedores da Previdência

Social. Escutei aqui atentamente o representante do Governo. Digo representante mesmo do Governo porque perdeu a autonomia do Poder Legislativo, rasgou, dilacerou a autonomia do Poder Legislativo e se colocou como sabujo de um Presidente que não foi eleito - é o primeira aspecto - e que não tem qualquer coragem.

Ele tem uma profunda covardia. Se tivesse coragem, estaria impedindo a sonegação, buscando aqueles que sonegaram por volta de 500 bilhões, meio trilhão de reais, à Previdência, para que pagassem. Estaria tentando diminuir a taxa real, que cresceu de 6,91% para 7,65%, durante este Governo. Não estaria provocando desemprego - 1 milhão e 240 mil trabalhadores e trabalhadoras perderam o emprego no último período no Brasil!

Portanto, no caso, não existe coragem. Coragem é enfrentar o rentismo, coragem é enfrentar aqueles que provocam esse rombo com o pagamento dos juros e serviços da dívida, que leva quase 50% do Orçamento brasileiro. Isso seria coragem. Mas não podemos exigir coragem de alguém que traiu para efetivar um golpe.

O Deputado que aqui esteve defendendo de forma absolutamente submissa e subalterna um Governo que a população rejeita foi réu confesso, pois disse que a Presidenta Dilma foi apeada do poder, foi cassada não porque cometeu crime de responsabilidade, mas sim porque a economia estava mal. Está muito pior agora. Está muito pior agora!

Por fim, deixo aqui registrada a minha solidariedade aos servidores da Câmara dos Deputados relativamente à intenção do Presidente da Casa de aumentar os cargos comissionados. Os cargos comissionados nesta Casa têm que ser ocupados por servidores. Nós temos servidores altamente qualificados, sob todos os pontos de vista, que mantêm este Poder Legislativo em funcionamento, servidores que muitas vezes não são reconhecidos pelo seu valor.

Não faz sentido aumentar os cargos comissionados, para cumprir acordos que talvez não possam ser ditos porque ferem a lógica republicana, como os acordos que são feitos no Palácio do Planalto.

Vir aqui falar do PT na PETROBRAS? Vejam, no caso da PETROBRAS, nenhum diretor do PT está sendo acusado de qualquer coisa pela Lava-Jato. Os diretores que estão sendo acusados são do PMDB! Os peemedebistas se incomodaram porque o Governo Dilma estava apurando o malfeito. Portanto, tiraram Dilma do poder.

O "sincericídio" é absolutamente concreto neste Governo. O Sr.

Romero Jucá disse: "*É preciso estancar a Lava-Jato*". Foi dito isso de forma absolutamente clara.

Portanto, não venham aqui defender um Governo corrupto - corrupto! -, em que o Presidente, golpista, diz de forma recorrente que a pessoa vai ser denunciada, que a pessoa vai ser citada, e ele vai esperar. Como se espera que um Ministro-Chefe da Casa Civil com esse nível de envolvimento já não esteja afastado do Governo? Isso significa que este Governo golpista e este Presidente golpista têm um pacto com a corrupção. Por isto ele chegou ao poder, para se defender das investigações.

Sr. Presidente, gostaria que estes pronunciamentos pudessem receber ampla divulgação dos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em mais uma ação sorrateira, o Governo golpista de Michel Temer conseguiu suspender, na Justiça, depois de três sentenças judiciais, a divulgação da chamada "lista suja" do trabalho escravo. O Ministro Ives Gandra Martins, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, aceitou um pedido da AGU - Advocacia-Geral da União, levando o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, a não divulgar a lista que envergonha o Brasil.

O Ministério Público do Trabalho - MPT afirma que o Governo descumpre, desde maio de 2016, portaria interministerial, de número 4, que prevê a atualização e a divulgação da chamada "lista suja", o cadastro de empregadores que utilizam mão de obra análoga à de escravo. Além da expressa previsão na portaria, a ação tem como fundamentos jurídicos o direito fundamental à informação e os compromissos assumidos pela República Federativa do Brasil em âmbito internacional, que impedem retrocessos nos passos já trilhados no contexto do enfrentamento à "escravidão contemporânea".

O Ministério Público do Trabalho irá apresentar um novo recurso. Na ação, o MPT apontou que o Governo Federal vinha há 7 meses descumprindo a portaria que prevê a atualização e a divulgação da

chamada lista suja. Por que há o medo de divulgar o nome dessas empresas que, depois de anos da abolição da escravidão, continuam a escravizar?

Se o Governo que aí está realmente estivesse comprometido com os trabalhadores e trabalhadoras, não se oporia à divulgação. Pelo contrário, ele a exigiria. Vemos nessa atitude uma postura omissiva e notório desinteresse do Ministério do Trabalho e da União na publicação da lista, o que representa um retrocesso deliberado e injustificado no enfrentamento da escravidão.

A chamada lista suja começou a ser publicada em 2003, no Governo do Presidente Lula, e é considerada um dos principais instrumentos de combate ao trabalho escravo no Brasil e, segundo especialistas e instituições que combatem o problema no mundo, como a Organização Internacional do Trabalho, um modelo a ser seguido por outros países.

A partir dela, empresas e bancos públicos podem negar crédito, empréstimos e contratos a fazendeiros e empresários que usam trabalho análogo ao de escravo.

A chamada escravidão moderna atinge mais de 45,8 milhões de pessoas no mundo, segundo a edição mais recente do Índice Global de Escravidão, publicada pela Fundação Walk Free, da Austrália, divulgada em junho de 2016.

No Brasil, a Walk Free estima que sejam 161,1 mil os trabalhadores em condições análogas à de escravidão na atualidade. Divulgar este cadastro é uma política de Estado e não de governo.

A pressão da bancada ruralista e de Congressistas ligados ao empresariado sobre o Governo ilegítimo pode ser um dos fatores que explicaria a não divulgação da lista, desrespeitando a Lei de Acesso à Informação - LAI.

Segundo o Código Penal brasileiro, o trabalho análogo ao de escravo é caracterizado por quatro elementos, que podem ser comprovados junta ou isoladamente: condições degradantes de trabalho, que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador; jornada exaustiva, em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga; trabalho forçado, em que a pessoa é mantida no serviço através de fraudes, isolamento geográfico ou ameaça e violência; e servidão por dívida, em que a pessoa é forçada, ilegalmente, a contrair uma dívida e trabalhar para pagá-la.

Pelo menos três projetos de lei em tramitação na Câmara dos



Deputados e no Senado querem retirar os termos "jornada exaustiva" e "condições degradantes de trabalho" dessa definição. Um deles, o PL 3.842/12, foi aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em abril e aguarda votação no plenário da Câmara.

Com fundamento na Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 -, que regulamenta o direito previsto na Constituição de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes informações públicas por eles produzidas ou custodiadas, relaciono alguns empregadores que foram autuados em decorrência de caracterização de trabalho análogo ao de escravo e que tiveram decisão administrativa nos autos de infração transitada em julgado, entre dezembro de 2013 e dezembro de 2015, confirmando a autuação:

– Distribuidora de Carvão Bragança Ltda., 01.005.744/0001-61, Fazenda Ribeirão dos Índios, zona rural, Piracaia, São Paulo;

– Indústria e Comércio e Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda., 04.290.363/0001-60, Fazenda Promissão, rodovia BR-163, quilômetro 950, Estrada de Jamanxim, quilômetro 60, Castelo de Sonhos, Altamira, Pará;

– Leal Comércio e Transporte Ltda. (atual: Ambrósimo Comércio e Transportes Ltda.) 11.312.759/0001-26 Carvoaria do Ivaldo - Rod. A 151, km 17, vicinal da Fazenda Silvo Florestal, km 2, Moju/PA

– MRV Engenharia e Participações S/A, 08.343.492/0013-63, Obra Fontana di Italia, Rua Joaquim José, 785, Fonte Grande, Contagem, Minas Gerais;

– União Industrial Açucareira Ltda., CNPJ 03.333.102/0001-17, Parque Fabril, Usina Aliança, s/n, Rodovia Salvador-Feira, Bahia;

– Terra Viva Carvão e Reflorestamento Ltda., 02.584.988/0002-90, Fazenda Alan, rodovia MT-338, quilômetro 182, Vila Simioni, Itanhangá, Mato Grosso.

A Fazenda Jasmim Agropecuária pertence ao Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, um dos principais articuladores do golpe e homem forte de Temer. Está sendo investigado por causa de trabalho escravo. Na Fazenda Paredão, os fiscais identificaram péssimas condições nas acomodações dos funcionários, com presença de galões de gasolina e vasilhames de agrotóxicos. O MP encaminhou fotos dos alojamentos para o Ministério do Trabalho. Há suspeita de trabalho análogo ao de

escravo.

É evidente que este Governo tem um lado, e com certeza não é o do trabalhador e da trabalhadora. Demonstra nas suas ações que haverá retrocessos nos passos já trilhados em prol da erradicação da escravidão contemporânea. Este Governo, além de ilegítimo e golpista, é destruidor dos direitos sociais.

Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho comunicar aos membros desta Casa que o Senado está prestes a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para investigar a real situação da Previdência Social no País. O pedido de CPI já conta com 29 assinaturas, duas a mais que o mínimo necessário, coletadas pelo mandato do Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul. Na internet, a petição se aproxima da meta, de 20 mil assinaturas.

Se, de um lado, o Governo ilegítimo de Temer insiste em dizer que a Previdência é deficitária, de outro, é preciso rebater e dizer que é superavitária. A instalação da CPI é fundamental para passar a Previdência a limpo e assim possibilitar a cada brasileiro e brasileira saber quem são de fato os 500 maiores devedores que hoje constam na lista da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

No topo dessa lista dos maiores devedores da Previdência figura a Massa Falida da Viação Aérea Rio Grandense - VARIG, que deve exatos R\$ 3.713.041.224,05 (3 bilhões, 713 milhões, 41 mil, 224 reais e 5 centavos).

No segundo lugar da imensa lista, aparece o grupo JBS S/A, devendo R\$ 1.837.489.343,08 (1 bilhão, 837 milhões, 489 mil, 343 reais e 8 centavos).

Entre as instituições financeiras em débito com a Previdência, consta o Banco Bradesco, com uma dívida de R\$ 465.249.669,73 (465 milhões, 249 mil, 669 reais e 73 centavos).

E poderia citar aqui diversas outras empresas:

- Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas (R\$ 395.350.273,78);
- Mendes Junior Engenharia S.A. (R\$ 393.357.153,02);

- Jornal do Brasil S.A. (R\$ 274.940.999,12);
- Banco do Brasil S.A. (R\$ 208.255.682,71);
- Caixa Econômica Federal (R\$ 549.540.360,90);
- Lojas Americanas S.A. (R\$ 166.028.853,64);
- Usina Carolo S/A - Açúcar e Álcool (R\$ 152.315.159,65);
- Estado do Paraná (R\$ 136.957.998,75);
- COTRIJUI - Cooperativa Agropecuária (R\$ 136.251.825,88).

Sr. Presidente, sejamos francos. Sejamos honestos. Não estamos falando aqui de reforma da Previdência, e sim da eliminação da Previdência Social. O que se quer fazer no Brasil foi feito no Chile, sob a ditadura. Lá se acabou com a previdência social. E aqui se vai acabar realmente com a Previdência Social, porque o Brasil está entregue ao interesse dos rentistas. Vinte e sete mil investidores, entre pessoas jurídicas e pessoas físicas, detêm quase a metade do Orçamento deste País, apenas no caso dos serviços e dos juros da dívida. Então, falemos abertamente: reforma da Previdência para quem?

Com essa reforma, este Governo golpista quer impedir os trabalhadores pobres de se aposentarem. Está em curso a destruição da Previdência Social. Essa malfadada reforma abre espaço para a previdência privada, para quem pode pagar por esses serviços, porque o Estado se "esqueletiza" para a população de baixa renda.

É preciso denunciar que o Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, o Deputado Arthur Maia, do PPS da Bahia, teve como financiadores, no caso de sua campanha eleitoral para a Câmara, entidades e empresas diretamente relacionadas com a previdência privada. Em nome da ética e da coerência, o Relator teria a obrigação moral de se declarar impedido de relatar a matéria.

Não venham dizer para a população, por meio de propaganda mentirosa, que há déficit na Previdência. O déficit é uma grande falácia do Governo golpista de Temer. Primeiro, porque o déficit é questionável. Nós estamos falando da Previdência, que faz parte da Seguridade Social. A Seguridade Social é superavitária. E diversos institutos previdenciários comprovam.

Então, de que déficit estamos falando? E por que o Governo não

combate a sonegação à própria Previdência? São quase meio trilhão de reais de sonegação - sonegação atestada pelo próprio Governo, que não se dispõe a tomar medidas para combatê-la.

É isto que nós estamos vivenciando: a entrega do patrimônio, a retirada de direitos e estratégias, para se protegerem das apurações e das operações, particularmente da Lava-Jato, que combatem, enfrentam e investigam a corrupção. O próprio Temer, que nas asas de um golpe contra a Nação e a democracia chegou à Presidência da República, foi citado 43 vezes em delações, e nada falam, calam-se, calam-se aqueles que vinham aqui dizer que o Brasil precisava ser passado a limpo. Curiosamente, as vozes macabras dos paladinos da verdade e da moral se emudeceram.

Este Governo e seus aliados estão atolados num fétido lamaçal de corrupção, locupletando-se entre si e utilizando o Estado para se protegerem de qualquer apuração, enquanto entregam o País, enquanto rastejam para o capital internacional, enquanto rastejam para o rentismo, enquanto apedrejam o povo brasileiro.

Para sintetizar o que este Governo ilegítimo está a perpetrar, valho-me dos versos de uma canção de Chico Buarque, que diz:

Dormia

A nossa pátria mãe tão distraída

Sem perceber que era subtraída

Em tenebrosas transações.

Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço uso da palavra neste momento para manifestar-me sobre tema que muito preocupa os valorosos servidores e servidoras desta Casa.

Refiro-me à intenção da Presidência desta Casa de criar mais cargos em comissão na Câmara, conforme matéria veiculada pela imprensa. Entidades de servidores criticam a proposta de corte de funções de concursados para viabilizar a criação de cargos comissionados.

A notícia sobre a possibilidade de aumento do quantitativo de Cargos de Natureza Especial - CNEs na Câmara, aqueles de livre indicação

por Parlamentares, preocupa servidores concursados.

Entidades ligadas aos servidores como A Pública Central do Servidor, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal - OAB-DF e de mais de 200 entidades públicas e privadas de trabalhadores, divulgarão um manifesto, em breve, para cobrar o firme posicionamento da Mesa Diretora da Câmara Federal em relação ao inchaço de cargos comissionados.

Segundo informações, a ideia vem sendo debatida entre os Líderes desde a campanha do Deputado Rodrigo Maia à Presidência no início deste ano. Em matéria publicada em 12 de fevereiro de 2017, o jornal *Correio Braziliense* destacou a estratégia na coluna Brasília-DF. A mudança, feita por um simples ato da Mesa Diretora ou uma resolução, a princípio serviria para acomodar aliados e apadrinhados políticos em posições estratégicas.

Sr. Presidente, é muita incoerência e falta de compromisso com a verdade, num momento em que os arquitetos do golpe parlamentar e da ruptura democrática, aliados do golpista indefensável Michel Temer, que tanto alardeiam a necessidade de ajuste fiscal e econômico como caminho para tirar o Brasil da chamada crise, agora quererem transformar a Câmara num trem da alegria.

Ora, Sr. Presidente, é preciso dar um basta no nepotismo e no aparelhamento ideológico do Estado. Os três Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) e as três esferas (estadual, municipal e federal) precisam entender que a sociedade brasileira não tolerará esse tipo de prática.

Fazem parte de nosso quadro funcional um sem-número de pessoas que honram cotidianamente o nome da Casa. São servidoras e servidores que não medem esforços na consecução de suas tarefas, atendendo com presteza e qualidade as demandas administrativas e parlamentares e superando as expectativas do cidadão brasileiro.

Contamos, nesta Casa, com um quadro altamente qualificado, selecionado por concursos cada vez mais difíceis e concorridos. Entre os servidores efetivos da Câmara, quase 60% possuem especialização, e 10% têm mestrado, o que se reflete na qualidade do trabalho aqui produzido. Esse nível de excelência é também mantido e impulsionado pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR, que promove diversas ações de educação legislativa voltadas para os servidores do Legislativo e para toda a

sociedade.

Se há carência de servidores para o desempenho das funções precípuas desta Casa, e eu sei que há, o caminho constitucionalmente adequado é a realização de concurso público, ato administrativo fundamental para assegurar o acesso a qualquer cargo ou emprego público no âmbito da administração pública.

Não é tolerável que se utilizem os cargos de natureza especial da Câmara para fins eleitorais, sem nenhum critério. Quero me somar aos esforços dos servidores e servidoras desta Casa para fazer coro contra essa proposta, caso ela venha a ser efetivada.

Se o próprio Governo, apoiado abertamente pela Presidência da Câmara, afirma que pretende barrar a realização de concursos por conta do famigerado ajuste fiscal, como ele explica a ideia de, agora, querer aumentar gastos com comissionados?

Sr. Presidente, levar essa ideia adiante significa impor uma dura e injusta desvalorização a todos os servidores e servidoras da Casa, logo eles e elas que tanto contribuem para o pleno funcionamento da instituição. Esta Casa Legislativa não pode ser transformada, ao arrepio da lei, num cabide de empregos.

Não pode retroceder às nefastas práticas do passado, quando se usava o poder político para colocar apaniguados nos mais diversos postos da administração pública dos três Poderes sem o menor pudor, sem a menor desfaçatez. Muito menos poderia servir de abrigo para a realocação de comissionados para, convenientemente, atender acordos não republicanos.

Em nome dos princípios que regem a administração pública - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência -, solicitamos que a Mesa Diretora venha a público fornecer os devidos esclarecimentos sobre os fatos aqui narrados.

Muito obrigada.

Documento 95/257

022.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - 08/03/2017-14:08
CD
Publ.: DCD - 09/03/2017 VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA
-
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Homenagem às mulheres brasileiras. Participação das camponesas brasileiras na Jornada Internacional de Luta das Mulheres, com foco principal no repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Ocupações de sedes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e de latifúndios no País por camponesas.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Benedita da Silva, mulher de luta, guerreira, eu quero parabenizar as mulheres brasileiras, homenageando justamente V.Exa., símbolo para todas as mulheres que lutam, que têm determinação.

Ao mesmo tempo, quero reafirmar que desde o início do mês existe uma jornada internacional de luta das mulheres. Aqui no Brasil, as mulheres se somam a essa jornada denunciando a perda de direitos simbolizada pela reforma da Previdência, uma grande tragédia. Na Bahia, para fazer essa denúncia, as mulheres ocuparam, nesta semana, uma usina de álcool e o INCRA, mostrando sua radicalidade e a defesa dos seus direitos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sra. Presidenta, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, no início deste mês, as mulheres camponesas iniciaram a Jornada Internacional de Luta pelos Direitos das Mulheres. Somando-se à mobilização das mulheres em todo o mundo, as camponesas brasileiras denunciam o processo de perda de direitos e os retrocessos promovidos pelo Governo Temer.

Com o lema *Estamos todas despertas! Contra o Capital e o Agronegócio. Nenhum Direito a Menos!*, a Via Campesina e o MST denunciam que são as mulheres as primeiras a sofrerem com as consequências do programa golpista de corte de direitos, em especial na proposta de reforma da Previdência. Elas trazem a centralidade da defesa da Previdência Social pública, universal e solidária. Previdência é um dos alicerces do mundo do trabalho, é cidadania e respeito com o homem e a mulher do campo. Por isso, a palavra de ordem da Via Campesina é *A Previdência é nossa! Ninguém tira ela da roça!*

Através das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, as mulheres gritam: *"Se você não lutar, sua aposentadoria vai acabar!"* Também, em nível internacional, somam-se ao clamor das mulheres em todo o mundo contra a retirada de direitos e contra o capital, na Greve Internacional das Mulheres 8M.

Elas agora vocalizam o que toda a sociedade quer dizer: "não" à reforma da Previdência! O Governo golpista de Michel Temer encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que reforma a Previdência Social no Brasil. O Governo afirma que a Previdência Social é deficitária. Isso é mentira!

A Constituição de 1988 aprovou o modelo tripartite de financiamento da Previdência: trabalhadores, empresários e Governo unem esforços para sustentar o sistema previdenciário. Para garantir a participação do Governo nesse modelo, foram criadas a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, permitindo a consolidação da receita. Ocorre que essas contribuições foram apropriadas pela área econômica do Governo para pagar os juros da dívida pública, um serviço que hoje representa R\$ 500 bilhões por ano, e nem Governo, nem mercado, nem mídia ousam questionar esse desvio.

A reforma muda as regras da Previdência, exigindo ao menos 25 anos de trabalho para quem quiser ter o direito ao benefício. No entanto, para o trabalhador conseguir a integralidade de sua aposentadoria, o tempo de trabalho aumenta, chegando a absurdos. Considerando a expectativa de vida do brasileiro medida pelo IBGE, em 2015, de 75,2 anos, há a possibilidade de a pessoa morrer sem conseguir usufruir dos seus direitos previdenciários. Basta que o início da contribuição se dê aos 27 anos de idade e que essa pessoa nunca passe por períodos de desemprego, ou de trabalho informal.

No caso das camponesas, a maldade é ainda maior. A jornada de trabalho ampliada em relação à dos homens proposta por Temer



desconsidera as assimetrias que impõem terceira, ou até quarta jornada de trabalho às mulheres. No caso das camponesas, o não pagamento em dinheiro dos direitos previdenciários podem nos deixar sem benefícios fundamentais, como o auxílio maternidade. Enquadram-se pequenos produtores rurais - que já devem contribuir, aliás, com o INSS no momento da venda de seus produtos -, trabalhadores rurais, seringueiros, pequenos extrativistas vegetais - como catadoras de babaçu -, pescadores artesanais. Trata-se dos responsáveis por produzir mais de 70% dos alimentos da população brasileira.

E mais, de acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - ANFIP, se a reforma da Previdência passar, pelo menos 3 mil Municípios brasileiros vão quebrar suas economias. A entidade ressalta que as transferências de renda da seguridade social têm destacado papel na vida das famílias que impulsionam o mercado de consumo, ponto central nos ciclos de crescimento econômico. Em mais de 3 mil Municípios brasileiros, o dinheiro que circula no mercado, na mercearia, no aluguel, etc. é o que sai da Previdência, porque o orçamento desses Municípios mesmo é pequeno. Reduzindo os direitos no acesso aos benefícios, em médio prazo, esses Municípios vão empobrecer. Em 5 anos, a população estará bem mais pobre, projeta a associação.

No caso da reforma agrária, o problema é tão grave quanto. Hoje será instalada a Comissão Especial que tratará da Medida Provisória nº 759, de 2016, que nada mais, na menos quer acabar com a reforma agrária no Brasil. A MP 759, editada no apagar das luzes de 2016, definiu a compra e a venda de terras pelo INCRA em dinheiro, o que era feito em títulos da dívida agrária, no período de 5 a 20 anos, e atendeu à antiga demanda dos ruralistas pela antecipação da emancipação dos assentados, independentemente do abandono, pelo Governo, de grande parte deles. Com isso, atiçou a cobiça pelos mais de 80 milhões de hectares obtidos pela reforma agrária. A medida provisória ainda permite a municipalização da reforma agrária, o que coloca a população sem terra à mercê de clientelismos locais promovidos por políticos, além de regulamentar as terras griladas por latifundiários, principalmente na Amazônia Legal.

Com sua jornada de lutas, as mulheres exigem a titulação dos lotes das famílias e dos assentamentos na forma de concessão de direito real de uso da terra como garantia jurídica para os assentados, em nome da mulher e do homem. Somos contrários à proposta de título privado, que além de cobrar a terra dos assentados, vai incentivar a venda de lotes, ferindo um princípio da reforma agrária. Somos contra a municipalização da reforma agrária. Defendemos a prioridade das



famílias acampadas na seleção dos beneficiários para a reforma agrária, famílias estas que aguardam há mais de 10 anos para ver o seu direito efetivado.

Não menos importante é a luta pelo fim da violência contra a mulher. Segundo o *Mapa da Violência 2015*, divulgado em novembro, o Brasil apresenta uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo, conforme dados da Organização Mundial de Saúde que avaliaram um grupo de 83 países.

As mulheres negras são as maiores vítimas. Segundo o *Mapa da Violência*, houve um salto de 54% em 10 anos: 1.864 assassinatos ocorridos em 2003, contra 2.875 em 2013. Nesse mesmo período, o índice de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, passando de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Em mais da metade dos casos, 55,3%, o crime ocorre em ambiente doméstico, sendo que 33,2% dos homicidas são parceiros ou ex-parceiros de suas vítimas, de acordo com pesquisa de 2013 realizada pelo Ministério da Saúde.

Por isso, a luta através de ocupações de latifúndios, de prédios do INCRA e as denúncias realizadas contra empresas que sonegam o INSS de seus funcionários já aconteceram.

Hoje, 08 de março, mais de 500 mulheres do MST da Bahia ocuparam a sede do INSS em Barreiras. Já em Juazeiro, 1.200 mulheres do MST e de outras organizações ocuparam a sede do INSS. Na madrugada dessa segunda-feira, dia 6, mais de mil mulheres sem terra ocuparam a Usina Santa Maria Ltda., antiga MEDASA Destilaria de Álcool, localizada na BA-290, quilômetro 43, no Município de Medeiros Neto, extremo sul da Bahia. Já na Capital baiana, o alvo das militantes foi a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A MEDASA, empresa do Grupo São Luiz, fundada em 1984, que operou por cerca de 20 anos no extremo sul da Bahia, com a exploração da cultura da cana-de-açúcar, segundo o MST, possui dívidas milionárias junto ao BNDES e diversos processos trabalhistas de violação a direitos humanos e à destruição do meio ambiente. Os acionistas da MEDASA arrendaram o parque agroindustrial para "outros empresários", que constituíram a Usina Santa Maria.

A usina hoje é uma empresa dedicada à exploração da cana e à produção de etanol. Supostamente, foi constituída em 2002 e possui como acionista majoritário a Quanti Participações Ltda., que detém 98% de seu capital. Entretanto, o acionista majoritário da Usina Santa Maria é filho do acionista majoritário da MEDASA, que sonegou impostos e não pagou os funcionários, pois possui dívidas milionárias

com o BNDES, além de "destruir" o meio ambiente na região e para não pagar às dívidas, abriu falência.

Já a ocupação do INCRA denuncia o modelo de produção do agronegócio e as medidas golpistas do Governo de Michel Temer, do PMDB. Segundo Elizabeth Rocha, da direção nacional do MST, as mulheres em luta defendem a reforma agrária e a previdência social pública, compreendendo-as como "um alicerce do mundo do trabalho e que garante cidadania para o homem e a mulher do campo e da cidade".

Em São Paulo, as mulheres também estão em luta. Na manhã desta terça-feira, dia 7, cerca de 1.500 trabalhadoras rurais sem terra ocuparam a unidade de fertilizantes da empresa Vale, em Cubatão, às margens da Rodovia Cônego Domênico Rangoni, a 40 quilômetros da Capital do Estado de São Paulo. As mulheres sem terra, que estão em jornada de luta em todo o País, denunciam a Vale pelo calote no repasse das contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. A dívida da empresa é de R\$ 276 milhões. As dívidas dessas empresas somam R\$ 426 bilhões, quatro vezes o déficit afirmado pelo Governo. Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária.

Em Minas Gerais, as mulheres do MST ocuparam a Fazenda Santa Teresinha, em Itatiaiuçu. A área está abandonada há 6 anos e pertence ao empresário Eike Batista, preso por pagamento de 52 milhões em propina ao ex-Governador do Rio Janeiro, Sérgio Cabral. São 3 mil hectares de terra improdutiva que irão abrigar cem famílias acampadas e produzir alimentos livres de agrotóxicos para a cidade e para o campo.

Em Cuiabá, as mulheres camponesas marcharam em direção ao INCRA local. Em Alagoas, o INCRA local também foi ocupado esta manhã. Aqui perto, em Padre Bernardo, Goiás, mulheres da Via Campesina participaram de uma audiência pública para debater os retrocessos da reforma da Previdência. No Rio Grande do Sul, a Via Campesina e a CUT protestaram contra a reforma da previdência no Aeroporto Salgado Filho. Segundo o MST, até o fim da jornada, mais de 30 mil mulheres serão mobilizadas contra a perda de direitos e o Governo Temer. Marchas acontecem também em Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Piauí, somadas a ocupações de sedes do INSS. E a jornada está só em seu início.

Sra. Presidenta, eu gostaria que este pronunciamento fosse registrado nos meios da casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 96/257

022.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/03/2017-14:20
Publ.: DCD - 09/03/2017	SÁGUAS MORAES-PT -MT	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância de reflexão mundial com vistas ao estabelecimento de relações equitativas entre homens e mulheres.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Deputada Benedita da Silva, V.Exa. representa, com sua história de vida, a luta da mulher brasileira. V.Exa. é uma guerreira e representa não só as mulheres do Partido dos Trabalhadores, mas todas as brasileiras.

"Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados" - Simone de Beauvoir.

Hoje mais de 40 países comemoram essa data importante realizando uma mobilização internacional, uma greve internacional, para colocar em pauta a realidade de discriminação, violência e desrespeito que as mulheres enfrentam no cotidiano - 1 dia sem mulheres, 24 horas de ações que provoquem uma reflexão mundial sobre a urgência de estabelecermos relações mais equitativas entre homens e mulheres.

Deputada, nós gostaríamos que o pronunciamento em que trato deste tema fosse dado como lido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, disse Simone de Beauvoir: *"Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados"*.

No dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, as mulheres de mais de 40 países comemoram a importante data realizando uma mobilização internacional, uma greve internacional, para colocar em pauta a realidade de discriminação, violências e desrespeitos que as mulheres enfrentam cotidianamente. Teremos um dia sem mulheres, 24 horas de ações que provoquem uma reflexão mundial sobre a urgência de estabelecermos relações mais equitativas entre homens e mulheres.

Entre as questões que as mulheres denunciam com maior preocupação se destacam a não valorização do trabalho feminino e as violências que lamentavelmente têm levado ao assassinato de mulheres (feminicídios): *"Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós!"* Este é um dos gritos que ecoam, porque se para o capital o que interessa é o lucro, quem sabe um dia sem a produção feminina possa realmente impactar a sociedade, que continua mantendo valores patriarcais que atentam contra a dignidade e a vida das mulheres.

A nossa sociedade continua sendo extremamente desigual. As mulheres não estão exagerando quando levantam sua voz para expressar que seus direitos são violentados cotidianamente. Alguns dados levantados por órgãos oficiais e diversas agências de pesquisa são alarmantes: no Brasil, as mulheres recebem, no mercado formal, salário entre 25% e 30% menores que o dos homens pelos mesmos trabalhos; o Brasil é o 50º país com a maior taxa de assassinatos femininos no mundo, a maioria dos quais são cometidos pelo companheiro, esposo, namorado; a cada 11 minutos uma mulher é estuprada. Além disso, aqui na Câmara dos Deputados tramita uma série de projetos de lei e propostas de reformas da Constituição que desconstruem direitos já conquistados e impactam negativamente na vida das mulheres, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. É por isso que neste 8 de Março elas tomam as ruas de diversas cidades brasileiras para dizer "não" à reforma da Previdência!

O relatório da Anistia Internacional intitulado *O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2016/2017*, divulgado em 21 de fevereiro, afirma que *"a crise política, econômica e institucional vivida no País no ano passado paralisou os debates sobre políticas públicas de promoção de*

direitos humanos, contribuindo para o avanço de agendas conservadoras, retrocessos e aumento de violações em determinadas áreas". Estas são agendas e ações que incidem de forma dramática sobre a vida das mulheres, dos trabalhadores e principalmente da população menos favorecida.

Conclamamos as Deputadas e os Deputados à reflexão sobre o tema e ao compromisso com a transformação dessa realidade denunciada pelas mulheres.

Manifestamos nossa solidariedade e nosso profundo respeito a todas as mulheres do nosso Brasil e do mundo, de maneira especial àquelas que cotidianamente lutam por uma sociedade mais igualitária, inclusiva e solidária; reconhecemos a legitimidade das suas lutas; e nos colocamos sempre à disposição das companheiras para somar nas ações que elas demandem para a construção de uma nova sociedade.

Documento 97/257

022.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/03/2017-14:30
Publ.: DCD - 09/03/2017	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Solidariedade a manifestações de mulheres em cidades brasileiras contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social, e pelas causas feministas.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Deputada Benedita da Silva, parabéns à mulher no seu Dia Internacional, que é um dia internacional de lutas.

Parabéns às mulheres brasileiras, particularmente às queridas mulheres do Pará, que hoje fizeram uma grande manifestação em Belém. Foi muito emocionante também a manifestação das mulheres camponesas, trabalhadoras, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em Recife e em todas as cidades brasileiras.

Não se pode dizer aqui que há qualquer compromisso com o direito da mulher à dignidade, qualquer compromisso com o combate ao machismo, à misoginia, quando se aceita essa política destrutiva de direitos de homens e mulheres expressa principalmente na proposta de reforma da Previdência e de reforma trabalhista, que vão desgraçar, inviabilizar, definitivamente, a dignidade das mulheres.

(Desligamento automático do microfone.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana comemoramos mais um Dia Internacional da Mulher, data histórica que não nos serve apenas para distribuir bombons e flores em casa e nas ruas, mas sim para refletir sobre nossas atitudes cotidianas, sobre o lugar que elas ocupam e o que deveriam ocupar na nossa sociedade. Este é um dia para refletir sobre as mais diversas formas de violência que elas sofrem todos os dias e como devemos atuar para combatê-las. É um dia para as parabenizarmos por tudo o que já conquistaram até aqui, mesmo diante de tantas dificuldades.

Há mais de 1 século mulheres do mundo inteiro se mobilizam para fazer do dia 8 de Março um dia de luta por justiça, igualdade e respeito, e é papel de todos nós estar ao lado delas.

Este ano, mulheres de todo o Brasil farão um ato unificado neste 8 de Março. Além do protesto que farão em várias cidades, como Belém, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, também irão participar da paralisação mundial das atividades em casa, no trabalho, nas ruas, numa forma digna e justa de chamar a atenção não só para a importância que as mulheres têm na sociedade, mas principalmente para as desigualdades, violências e opressões a que estão sujeitas em várias partes do mundo, em especial neste momento de onda conservadora que estamos enfrentando, em que são justamente elas as principais afetadas e prejudicadas.

No Brasil, além de abordar a violência e o racismo contra mulheres, o ato dará destaque à PEC 287/16, a reforma da Previdência. Se



aprovada, são elas que mais sofrerão as consequências. Querer igualar em 65 anos a idade da aposentadoria para os dois gêneros, tomando como exemplo países desenvolvidos da Europa, é ignorar a realidade desigual e machista do Brasil. As mulheres trabalham mais e ganham menos que os homens, até quando ocupam o mesmo cargo - o que já é muito difícil de conseguir devido ao preconceito de gênero. De acordo com dados de 2015 do Fórum Econômico Mundial, em um *ranking* sobre igualdade salarial entre gêneros formado por 142 países, o Brasil ocupa a posição 124. Por conta das atividades domésticas - que, ao contrário do que muitos homens pensam, são pesadas, estressantes e exigem grande esforço físico -, as mulheres chegam a trabalhar por 16 horas semanais a mais que os homens.

A reforma da Previdência proposta por este Governo ilegítimo desconsidera todos esses dados, toda essa realidade e, portanto, é mais uma violência cruel contra as mulheres, entre as tantas que elas já sofrem diariamente. É um retrocesso às conquistas que já conseguiram até hoje.

Os dados de violência contra a mulher continuam a ser assustadores. O Brasil ocupa a quinta posição no *ranking* mundial. Se contarmos apenas com os casos que são denunciados, a cada 5 minutos uma mulher é agredida. São 5 mil mulheres mortas por ano, 13 por dia. Essa é uma violência sem limites relacionada às desigualdades sociais, regionais e raciais em um País com uma base estrutural machista, em que as mais diversas formas de abuso contra a mulher foram naturalizadas no cotidiano.

Mais de 50% das mulheres assassinadas ano a ano são vítimas de familiares, vítimas da violência doméstica e familiar. No Pará, os índices são ainda mais alarmantes: em 2016, mais de 6.700 mulheres sofreram algum tipo de violência física, que é só mais uma entre as várias formas de violência praticadas.

É nosso papel, como representantes do povo, lutar ao lado delas para mudar essa triste realidade, para combater os assédios, as agressões físicas, morais e psicológicas, para combater o feminicídio.

Para os que ainda não entenderam, o feminismo não prega o ódio aos homens; o feminismo não quer tornar a mulher superior aos homens; o feminismo é a luta por igualdade de gênero, de oportunidades, de responsabilidades. É para que esta Câmara e os demais locais de representação política possam ter mais mulheres. É pelo respeito à mulher, à sua integridade física e psicológica. É para não termos mais que nos deparar com casos como o do ex-goleiro Bruno, que matou e esquartejou Eliza Samudio, mãe do filho dele, para não ter que pagar

pensão e hoje está solto, tirando *selfies* com fãs e recebendo várias propostas de trabalho, como se nada tivesse ocorrido.

Para que tudo isso seja possível, não podemos cruzar os braços. Por isso, declaro nesta Casa do Povo todo o meu apoio à causa das mulheres, aos direitos que elas já têm e aos que ainda serão conquistados, ao ato unificado e à paralisação neste 8 de Março e à batalha para barrar a indigna reforma da Previdência.

Feliz Dia Internacional da Mulher!

Documento 98/257

022.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária -	08/03/2017-14:48
	CD	
Publ.: DCD - 09/03/2017	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
-		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Homenagem às mulheres ao ensejo do Dia Internacional da Mulher. Defesa de luta contra as reformas previdenciária e trabalhista.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero aqui me associar a todos aqueles que, neste dia 8 de março, homenageiam as mulheres. Desejo homenagear as mulheres brasileiras e as mulheres baianas - são mães, guerreiras, trabalhadoras e profissionais. Em especial, homenagem a minha mãe, a minha esposa e as minhas duas filhas.

O 8 de Março é um dia de luta. Neste ano, a data ganha um contorno especial, porque mulheres do Brasil inteiro estão nas ruas denunciando a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que pretende condená-las a trabalhar por mais 10 anos, o que vai inviabilizar a aposentadoria das trabalhadoras rurais. É uma reforma trabalhista que

vai precarizar mais ainda o trabalho, e as mulheres já exercem suas atividades de forma muito precária.

Portanto, neste 8 de Março, queremos saudar as mulheres por sua luta. Quero dizer que nós estamos aqui na batalha contra a PEC 287 e contra a reforma trabalhista.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Creuza Pereira) - Obrigada pela referência.

Documento 99/257

022.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/03/2017-15:06
Publ.: DCD - 09/03/2017	HEITOR SCHUCH-PSB -RS	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Homenagem às trabalhadoras rurais ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Contrariedade a mudanças nas regras do Benefício de Prestação Continuada - BPC e na aposentadoria rural contidas na Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Creuza Pereira, a quem saúdo, homenageio neste dia as mulheres, em especial as trabalhadoras rurais e também as mulheres Parlamentares, nossas colegas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estimado povo brasileiro, neste Grande Expediente trago a esta tribuna um exemplo de retrocesso inexplicável que é a tentativa de mudança nas regras do Benefício de Prestação Continuada - BPC e na aposentadoria rural,

contida na proposta da reforma da Previdência do Governo Temer, a PEC 287.

Trabalho recém-publicado pelo Banco Mundial dá métrica mais precisa a algo que se testemunha diariamente nas ruas das grandes cidades deste País - que a recessão econômica levou ao crescimento, pela primeira vez em mais de uma década, do número de brasileiros pobres e miseráveis, infelizmente.

Calcula-se que a taxa nacional de pobreza tenha se elevado de 7,4% para 8,7% em 2015, em razão da alta brusca do desemprego. Com nova deterioração do mercado de trabalho em 2016 e nada além de um início de convalescença neste ano, a cifra deve aproximar-se dos 10% da população.

Serão cerca de 20 milhões de adultos e crianças vivendo em domicílios nos quais a renda por morador não ultrapassará os 140 reais mensais, em valores de 2011 utilizados como referência no estudo. Hoje, 192 reais. Sob a linha da indigência, em que o teto de rendimento é reduzido à metade, estarão mais de 8 milhões de brasileiros. Critérios mais rigorosos de classificação, evidentemente, mostrariam contingentes ainda maiores. O que importa, entretanto, é a tendência e suas implicações para as políticas públicas.

Na conjuntura de severa restrição orçamentária, que tão cedo não será superada, as ações sociais devem concentrar-se na parcela mais vulnerável da população, hoje inflada por desempregados urbanos que voltaram à pobreza.

Se mal se fazem ouvir nas negociações congressuais diárias, os mais carentes agora compõem uma fatia ainda maior do eleitorado.

Antes mesmo que o combate à pobreza se tornasse um dos pilares dos sistemas de proteção social, a Constituição de 1988 passou a garantir aos pobres idosos acima dos 65 anos e aos portadores de deficiência um benefício não contributivo, livre de condicionalidades, no valor de um salário mínimo, que lhes permitisse sobreviver dignamente.

No caso das aposentadorias rurais, também se assegurou aos pequenos produtores em regime de economia familiar - logo, com baixa capacidade contributiva, porque envolvidos com seu sustento - o direito a um benefício previdenciário, independente de contribuição prévia nos termos exigidos aos demais trabalhadores.

O Brasil foi dos primeiros países em desenvolvimento a aplicar a regra vigente nas economias avançadas, que, através dos regimes de

repartição simples, contempla com uma aposentadoria básica aqueles que não tiveram condições de contribuir plenamente.

Ora, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e colegas, o desenho da PEC 287, da reforma da Previdência, é um tsunami, joga fora o que nos permitiu ser mais efetivos na luta contra a pobreza e a desigualdade nos anos recentes. Pretende eliminar o diferencial de menos 5 anos para a aposentadoria do trabalhador rural, estabelecendo idade mínima equivalente à do trabalhador urbano, 65 anos.

Ignora as condições assimétricas de trabalho e de vida entre o meio rural e o meio urbano, cujo hiato agudo perdura, como confirmam os estudos do próprio IBGE.

Faz-se isso em nome da uniformidade nas idades mínimas. Como justificar, então, a elevação da idade de 65 para 70 anos para o Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social aos idosos?

A nova regra retroage a idade mínima para 70 anos, ou seja, 3 anos a mais do que quando da criação do BPC - à época, a linha de corte era de 67 anos, caindo para 65 anos em 2000. Penaliza, portanto, os mais vulneráveis ao exigir-lhes 5 anos a mais para se aposentar do que o resto da população.

Por que dois pesos e duas medidas? Por que os mais miseráveis não de penar mais tempo para obter uma renda de substituição na velhice? Por que discriminar mais uma vez quem foi discriminado a vida toda?

Todos nós sabemos que lá no interior se começa a trabalhar cedo. Muitos jovens com 12, 15 anos, quando estudam meio turno, no outro turno estão na lavoura, na pecuária, no aprendizado da atividade rural. Isso, sem dúvida, acontece no sul, no norte, em cada canto e em cada quadrante deste País.

Há outro ponto crucial a ser salientado aqui: o fim da vinculação do BPC e das aposentadorias rurais ao salário mínimo põe em risco o valor desses benefícios.

A PEC não define como eles serão reajustados, podendo variar em função de interesses fiscais ou políticos, sem assegurar o patamar mínimo de consumo que justifica a existência de aposentadorias básicas.

Eu quero permitir uma manifestação, em forma de aparte, do Deputado

Padre Luiz Couto, que conhece tão bem esta realidade.

O Sr. Luiz Couto - Deputado Heitor Schuch, V.Exa. fala com muita clareza que a PEC 287 é a PEC da morte da Previdência pública, ou seja, prejudica as mulheres, prejudica os agricultores, a mulher agricultora, as pessoas que têm o benefício da prestação continuada. V.Exa. faz hoje uma análise mostrando que o desmonte da Previdência pública tem um objetivo: acabar com a Previdência pública e entregá-la à previdência privada. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento. Tenho certeza de que V.Exa. é um homem que defende a agricultura familiar. Na agricultura do Semiárido nordestino, chove 1 ano e ficam 5, 6 anos sem chover, mesmo assim exigem a contribuição individualizada. Isso é a morte. Nunca mais essas pessoas poderão se aposentar. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento. Tenho certeza de que V.Exa. aqui representa muito bem o povo gaúcho e os trabalhadores rurais e as mulheres que estão lutando também para que haja dignidade. Este Governo, infelizmente, parece que quer apenas favorecer aqueles que financiaram a sua ida para a Presidência, para entregar a Previdência. Aqueles que tiverem dinheiro poderão se aposentar, mas o restante vai ter como única aposentadoria ser enterrado na cova, no cemitério, porque não vai conseguir se aposentar. Parabéns a V.Exa.! Muito obrigado.

O SR. HEITOR SCHUCH - Muito obrigado.

Ouçõ agora o Deputado Afonso Motta. Depois, o Deputado Danilo Cabral.

O Sr. Afonso Motta - Primeiro, Deputado, é uma alegria cumprimentá-lo pelo brilhante mandato que vem desenvolvendo em benefício do povo do Rio Grande do Sul. Sou testemunha do seu trabalho nas Comissões, do seu trabalho no plenário, do empenho e da visão que tem patrocinado em defesa do Rio Grande, em defesa do Brasil, em defesa dos trabalhadores, em defesa da atividade vocacionada do Estado, a atividade produtiva. E agora quero fazer das suas palavras o meu conforto, quero fazer das suas palavras também a assimilação daquilo que penso na defesa dos trabalhadores rurais, na defesa da produção rural, com o seu posicionamento com relação à PEC que tenta tirar os direitos dos trabalhadores, que tenta atingir aqueles que trabalham na vocação. E eu tenho certeza de que nós todos somados vamos fazer com que essa tentativa de reforma malsucedida, essa tentativa de reforma mal colocada seja derrotada aqui na Câmara Federal e também no Congresso Nacional, para não ampliar as injustiças que sofre o trabalhador brasileiro. Muito obrigado. Parabéns a V.Exa.

O SR. HEITOR SCHUCH - Eu é que agradeço, Deputado Afonso Motta.

Concedo um aparte ao Deputado Danilo Cabral, que vem de Pernambuco.

O Sr. Danilo Cabral - Deputado Heitor Schuch, eu queria fazer um cumprimento especial à dirigente dos trabalhos neste momento, a nossa querida companheira de partido, a Deputada Creuza Pereira. É uma satisfação ver todas as cadeiras desta Mesa Diretora hoje sendo ocupadas por mulheres. Esse é um símbolo de que precisamos ainda reafirmar muitos compromissos em torno da luta pela igualdade de gênero neste País. É uma satisfação ver a Deputada Creuza Pereira presidindo a sessão. E quero fazer um cumprimento especial ao nosso querido companheiro de partido, o Deputado Heitor Schuch. Quero dar o nosso testemunho de que V.Exa., na bancada do PSB, tem honrado a confiança que o povo do Rio Grande do Sul depositou em seu mandato. Quero dar o testemunho da defesa intransigente que V.Exa. tem feito aqui na luta para garantir as conquistas da sociedade brasileira e, em especial, dos trabalhadores do campo. V.Exa. tem uma trajetória muito íntima e muito próxima da defesa da luta desses trabalhadores. Quero falar também da nossa indignação em torno deste tema que recai sobre nós hoje: a discussão da reforma da Previdência. Já tivemos oportunidade de expor nas reuniões da bancada a nossa inquietação sobre a forma como o Governo do Presidente Temer infelizmente insiste em tratar este tema, impedindo o Congresso Nacional de dar a sua contribuição e, mais do que isso, impedindo a própria sociedade brasileira de participar do debate da reforma da Previdência, que vai mudar a vida de milhões de brasileiros. Infelizmente, a forma como o Governo se relaciona com esta Casa e com a sociedade limita a participação de todos neste debate. Eu quero parabenizar V.Exa. por ser tão intransigente na defesa deste assunto em prol dos trabalhadores rurais. Por isso, eu fiz questão de subscrever uma emenda que V.Exa. apresentou para preservar a aposentadoria dos trabalhadores rurais.

O SR. HEITOR SCHUCH - Muito obrigado, Deputado Danilo Cabral, pelo aparte neste Grande Expediente.

Continuo meu pronunciamento. A quase totalidade das aposentadorias rurais e a totalidade do BPC - Benefício de Prestação Continuada têm valor igual ao do salário mínimo e beneficiam uma população de aproximadamente 13 milhões de pessoas. Desvincular tais benefícios do salário mínimo certamente vai incentivar o êxodo rural e jogar lenha na favelização das periferias das grandes cidades e áreas centrais.



As consequências são previsíveis, vão desde o desabastecimento das pequenas cidades que dependem da agricultura familiar até a elevação dos preços dos alimentos, reforçando ainda a concentração fundiária.

Por outro lado, a aposentadoria rural, ao alcançar 8,5 milhões de beneficiários, representa movimentação econômica e incremento do PIB para os pequenos Municípios.

Entre os 10% mais pobres, aposentadorias e pensões chegam a representar 17,1% do PIB dessas cidades. Para melhor aprender a magnitude desse impacto, vale apontar que o pagamento de benefícios previdenciários representa um valor superior ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM em 70% dos Municípios brasileiros.

O Governo dá as costas a um modelo social cujo objetivo é o de elevar e manter a renda dos idosos, dos desempregados, das crianças e de outros grupos expostos à insegurança econômica com transferências em montante adequado ao grau de desenvolvimento da sociedade.

Deputado Evair Vieira de Melo, V.Exa., que vem lá do Espírito Santo, é um homem identificado com a assistência técnica e extensão rural, também tão importante ao campo, por gentileza, a palavra é sua.

O Sr. Evair Vieira de Melo - Deputado Heitor Schuch, primeiro, gostaria de deixar o registro da grandeza com que V.Exa. exerce o mandato aqui nesta Casa, com fundamentação técnica, grandeza de espírito e, acima de tudo, com comprometimento com os homens e as mulheres da área rural brasileira, que produzem alimentos para que possam chegar à mesa de todos brasileiros. Segundo, gostaria de deixar registrado aqui o comprometimento do meu mandato, aliado ao mandato que V.Exa. exerce nesta Casa, na defesa incondicional da manutenção dos direitos já garantidos dos homens e mulheres rurais do Brasil. É inadmissível cobrar dessas pessoas maior sacrifício do que já estão dando. Digna é a sua profissão e, muitas vezes, esses brasileiros foram inseridos no mercado de trabalho sem nenhuma condição de estrutura básica. Muitos desses brasileiros estão onde não há estrada, não há telefonia celular, distantes dos serviços médicos de saúde e seus filhos estão distantes das suas escolas. Por isso, é inadmissível qualquer gesto na direção de trazer qualquer prejuízo. Aliás, temos que manter esses ganhos já consolidados para esses agricultores e essas agricultoras - saúdo as mulheres do meu Brasil -, e, acima de tudo, trabalhar para ampliá-los, para que outras categorias, inclusive, que têm alimento na sua mesa, possam contribuir com esses homens e essas mulheres que têm limitações físicas nas suas atividades, em função do desgaste da força do trabalho, que é no campo. O Deputado Heitor conhece a minha frase: agricultura é

negócio a céu aberto, e o agricultor e a agricultora não têm contracheque. Por isso, eles precisam do nosso reconhecimento não só moral, mas também o reconhecimento para que possam ter alongada a sua vida final de trabalho, depois dos 60, 65 anos de idade, com dignidade. Parabéns pela sua defesa. Dou meu apoio incondicional às premissas que V.Exa. sustenta nesta bela oratória.

O SR. HEITOR SCHUCH - Muito obrigado, Deputado Evair.

Concedo aparte ao Deputado Jose Stédile, do Rio Grande do Sul.

O Sr. Jose Stédile - Muito obrigado, caro Deputado Heitor Schuch, que enobrece e engrandece o nosso partido, o PSB do Rio Grande do Sul. Eu queria, primeiro, saudar a nossa Presidente da Mesa, neste momento, Deputada Creuza, que muito bem nos representa e representa todas as mulheres brasileiras, com a sua experiência e com a sua história. Deputado Heitor, o que seria do nosso País se nós não tivéssemos a agricultura familiar? A cidade da qual fui Prefeito, por exemplo, está inchada, está grande, cresceu nas favelas, nas vilas, em função do abandono da terra do agricultor familiar. Nós queremos preservar o homem no campo. Preservar o homem no campo, mantendo a aposentadoria, incentivando, cada vez mais, o homem a ficar no campo. A agricultura familiar, acima de tudo, representa o alimento na mesa do povo brasileiro. Quero parabenizá-lo pela sua atuação neste momento tão importante e delicado da vida nacional. Parabéns! O PSB do Rio Grande do Sul tem orgulho da sua atuação.

O SR. HEITOR SCHUCH - Concedo um aparte ao Deputado Lucio Mosquini.

O Sr. Lucio Mosquini - Deputado Heitor Schuch, quero parabenizar V.Exa. pelo brilhante trabalho que tem feito. Quero apenas registrar as presenças aqui do Prefeito da cidade de Ariquemes, do Estado de Rondônia, que nos acompanha neste dia; do Diretor-Geral do DER, Ezequiel Neiva e do Deputado Estadual Geraldo da Rondônia. Eles estão nos visitando e trabalhando em prol do nosso Estado. Muito obrigado, Deputado.

O SR. HEITOR SCHUCH - O.k. Obrigado.

Fico feliz que mais Parlamentares se associem à nossa preocupação e compreendam que a Previdência Social Rural é uma política pública estratégica para garantir a segurança alimentar da população brasileira. A cidade não vive sem o alimento, e o agricultor tem a função de colocar a semente na terra para produzir o pão nosso de

cada dia.

Quero acrescentar ainda que, na PEC 287, o Governo fala em exigir contribuição individual dos agricultores - tanto do homem quanto da mulher e de cada filho - e não mais a contribuição sobre a produção como é hoje. Porém, há muitos anos o agricultor contribui para a Previdência. Ele faz a sua parte, quando vende a comercialização da laranja, do café, da uva, das frutas, dos grãos e de tantos outros produtos, contribuindo para a Previdência. Além disso, ele contribui para a geração de emprego e renda e abastece os cofres públicos. Portanto ele tem que ser olhado de maneira diferente nessa reforma.

Aliás, a pergunta que se impõe é: que estímulo terá um jovem para permanecer no campo e fazer a sucessão rural com a redução drástica das possibilidades de se alcançar o direito à aposentadoria e de viver no campo com o mínimo de dignidade na velhice, inclusive com esta ameaça? Ninguém está livre de sofrer um acidente, e, amanhã ou depois, em vez de se aposentar, ser aposentado pelo BPC e estar desvinculado do salário mínimo.

A contribuição individual, conforme o Censo Agropecuário 2006, que é o último que temos, dá conta de que em 49% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros o valor médio da renda monetária é 255 reais-ano e chega a 1.500 reais em outros 11% dos estabelecimentos. Ou seja, muitos agricultores estão lá como agricultores de subsistência, como extrativista, não têm uma renda mensal, não têm carteira assinada. A sua produção é o que lhe mantém, e o excedente é o que faz com tenha essa renda para a sobrevivência da família.

Nós não podemos nos esquecer de que o Brasil é um continente, é grande, de que no Sul há uma realidade, no Centro-Oeste há outra, no Nordeste há outra totalmente diferente, devido a situações de emergência, secas prolongadas ou calamidades que de vez em quando acontecem por causa das chuvas intensas. Tudo isso precisa ser colocado na balança nesta hora.

Não se pode tratar de forma igual quem é diferente. E essa questão previdenciária, sem dúvida nenhuma, precisa levar em consideração os períodos de produção sazonal, anual. Os agricultores e agricultoras não têm esses recursos mensais para contribuir para o sistema previdenciário.

De outra parte eu quero dizer também que, quando se avalia o tema da PEC 287, é preciso olhar com muito amor e carinho as questões que estão ligadas à nossa juventude. Os jovens, muitos já foram. As famílias não têm mais 10 filhos, 12 filhos, como tiveram no passado.

Quem ficará para fazer a sucessão rural?

Diante desse cenário, eu quero concluir esta nossa fala no Grande Expediente, fazendo um registro muito carinhoso ao Deputado Beбето, que nos pediu para substituí-lo aqui, e um registro, com muita atenção e muito respeito, à Lérida Pavanelo, Elisete Hintz e Diana Hahn, Diretoras da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG no Rio Grande do Sul, que cuidam com tanto amor e carinho.

Hoje, há centenas e centenas de mobilizações e caminhadas no Rio Grande do Sul, comemorando o dia 8 de março pelas conquistas que se obteve com muito suor e sacrifício, mas também contra a reforma, a favor da Previdência pública.

Que nós possamos ter também a grandeza de homenagear as mulheres, que no dia a dia estão ao lado dos homens nas famílias, nos sindicatos, nas cooperativas, nas atividades profissionais, nas mais diversas atividades. A nossa sociedade, com certeza, não é pior do que é, não é mais desigual do que é, graças à sabedoria e à inteligência das nossas queridas mulheres.

E eu quero concluir, como trabalhador rural que sou, trabalhando na agricultura, na roça, até os 25 anos de idade, permitindo um aparte ao Deputado Rafael Motta.

O Sr. Rafael Motta - Cumprimento a Sra. Presidente Deputada Creuza Pereira, muito bem representando o nosso partido na Presidência desta Casa, e, ao seu lado esquerdo, minha conterrânea e querida amiga, a Deputada Zenaide Maia, representando a bancada feminina do Estado do Rio Grande do Norte. Deputado Heitor Schuch, V.Exa. sempre, com muita sabedoria, com muito carinho e com muita atenção, defende aquele que precisa ser defendido nesta Casa, o homem do campo, e não poderia também deixar de defender deste microfone o povo potiguar, principalmente o povo que tanto sofre com a seca no Estado do Rio Grande do Norte e no Nordeste brasileiro, os seus irmãos gaúchos. Eu tenho certeza de que o povo gaúcho tem muito orgulho de tê-lo como representante nesta Casa e como um professor na bancada do PSB. Muito obrigado por defender este Plenário, por defender o homem do campo e por representar o PSB no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. HEITOR SCHUCH - Muito obrigado, Deputado.

Para encerrar, Sra. Presidente Deputada Creuza Pereira, nossa homenagem a todas as mulheres, em especial às trabalhadoras rurais, que levantam cedo, que ordenham as vacas, que fazem a higiene do



leite, que produzem o pão nosso de cada dia, que alimentam este País, na seca, na chuva, na enchente, no frio ou na geada, expostas às mais diversas adversidades. Parabéns às mulheres, parabéns às guerreiras!

Para encerrar, eu queria deixar registrado mais uma vez que este Parlamentar, que veio para esta Casa com o voto dos homens e mulheres simples do Rio Grande do Sul que estão lá roça, votará contra esta reforma da Previdência.

Concedo um aparte ao Deputado Júlio Delgado.

O Sr. Júlio Delgado - Deputado Heitor Schuch, como a nossa Presidente, que honra a nossa bancada presidindo esta sessão, concedeu a V.Exa. mais 1 minuto, eu vim correndo do meu gabinete cumprimentá-lo, saudá-lo e dizer do nosso comprometimento. Muito se tem dito sobre a avaliação dos Parlamentares, e olhem a categoria dos que nós temos agora à Mesa, neste Grande Expediente: Deputada Conceição Sampaio, Deputada Christiane de Souza Yared, Deputada Zenaide Maia, Deputada Creuza Pereira e Deputado Jô Moraes; além da Deputada Benedita da Silva, que aqui está, e do Deputado Heitor Schuch, que fala neste momento. Esses Parlamentares enobrecem e valorizam o Congresso Nacional. Eu tenho certeza de que, sintonizados com V.Exa., que sabe muito bem da nossa postura não só em relação ao sentimento diante desta PEC da Previdência, mas a todas essas mulheres no Dia Internacional da Mulher, nós estaremos defendendo os direitos das mulheres trabalhadoras, das mulheres brasileiras e, acima de tudo, do povo brasileiro no tocante à reforma da Previdência. Essa que está aí não passará! Um abraço, Deputado Heitor Schuch.

O SR. HEITOR SCHUCH - Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta tribuna um exemplo de retrocesso inexplicável que é a tentativa de mudança nas regras do Benefício de Prestação Continuada - BPC e na aposentadoria rural, contida na proposta da reforma da Previdência do Governo Temer, a PEC 287.

Trabalho recém-publicado pelo Banco Mundial dá métrica mais precisa a algo que se testemunha diariamente nas ruas das grandes cidades do País, que a recessão econômica levou ao crescimento, pela primeira vez em mais de uma década, do número de brasileiros pobres

e miseráveis.

Calcula-se que a taxa nacional de pobreza tenha se elevado de 7,4% para 8,7% em 2015, em razão da alta brusca do desemprego. Com nova deterioração do mercado de trabalho em 2016 e nada além de um início de convalescença neste ano, a cifra deve aproximar-se dos 10% da população.

Serão cerca de 20 milhões de adultos e crianças vivendo em domicílios nos quais a renda por morador não ultrapassa os R\$ 140 mensais, em valores de 2011 utilizados como referência no estudo (R\$ 192 hoje). Sob a linha da indigência, em que o teto de rendimento é reduzido à metade, estarão mais de 8 milhões. Critérios mais rigorosos de classificação, evidentemente, mostrariam contingentes ainda maiores. O que importa, entretanto, é a tendência e suas implicações para as políticas públicas.

Na conjuntura de severa restrição orçamentária, que tão cedo não será superada, as ações sociais devem concentrar-se na parcela mais vulnerável da população, hoje inflada por desempregados urbanos que voltaram à pobreza.

Se mal se fazem ouvir nas negociações congressuais diárias, os mais carentes agora compõem uma fatia ainda maior do eleitorado.

Antes mesmo que o combate à pobreza se tornasse um dos pilares dos sistemas de proteção social, a Constituição de 1988 passou a garantir aos pobres idosos (acima dos 65 anos) e aos portadores de deficiência um benefício não contributivo, livre de condicionalidades, no valor de um salário mínimo, que lhes permitisse sobreviver dignamente.

No caso das aposentadorias rurais. Também se assegurou aos pequenos produtores rurais em regime de economia familiar, logo com baixa capacidade contributiva, porque envolvidos com seu sustento, o direito a um benefício previdenciário, independente de contribuição prévia nos termos exigidos aos demais trabalhadores.

O Brasil foi dos primeiros países em desenvolvimento a aplicar a regra vigente nas economias avançadas, que, através dos regimes de repartição simples, contempla com uma aposentadoria básica aqueles que não tiveram condições de contribuir plenamente.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o desenho da PEC 287 - Reforma da Previdência joga fora o que nos permitiu ser mais efetivos na luta contra a pobreza e a desigualdade nos anos recentes.

Pretende eliminar o diferencial de menos 5 anos para a aposentadoria do trabalhador rural, estabelecendo idade mínima equivalente à do trabalhador urbano (65 anos).

Ignora as condições assimétricas de trabalho e de vida entre o meio rural e o meio urbano, cujo hiato agudo perdura, como confirmam os estudos do IBGE.

Faz-se isso em nome da uniformidade nas idades mínimas. Como justificar, então, a elevação da idade de 65 para 70 anos para concessão do Benefício da Prestação Continuada aos idosos?

A nova regra retroage a idade mínima para 70 anos, ou seja, 3 anos a mais do que quando da criação do BPC (à época, a linha de corte era 67 anos, caindo para 65 na década de 2000). Penaliza, portanto, os mais vulneráveis ao exigir-lhes 5 anos a mais para se aposentar do que ao resto da população.

Por que dois pesos e duas medidas? Por que os mais miseráveis não de penar mais tempo para obter uma renda de substituição na velhice? Por que discriminar mais uma vez quem foi discriminado a vida toda?

Há outro ponto crucial. O fim da vinculação do BPC e das aposentadorias rurais ao salário mínimo põe em risco o valor desses benefícios.

A PEC não define como eles serão reajustados, podendo variar em função de interesses fiscais ou políticos, sem assegurar o patamar mínimo de consumo que justifica a existência de aposentadorias básicas.

A quase totalidade das aposentadorias rurais e a totalidade do BPC têm valor igual ao salário mínimo e beneficiam uma população de aproximadamente 13 milhões de pessoas. Desvincular tais benefícios do salário mínimo vai certamente incentivar o êxodo rural e jogar lenha na favelização das periferias e áreas centrais.

As consequências são previsíveis: vão desde o desabastecimento das pequenas cidades que dependem da agricultura familiar até a elevação dos preços dos alimentos, reforçando ainda a concentração fundiária.

A aposentadoria rural, ao alcançar 8,5 milhões de beneficiários, representa movimentação econômica e incremento do PIB para os pequenos Municípios.

Entre os 10% mais pobres, aposentadorias e pensões chegam a

representar 17,1% do PIB dessas cidades. Para melhor apreender a magnitude desse impacto, vale apontar que o pagamento de benefícios previdenciários representa um valor superior ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 70% dos Municípios brasileiros.

O Governo dá as costas a um modelo social cujo objetivo é o de elevar e manter a renda dos idosos, desempregados, crianças e outros grupos expostos à insegurança econômica, com transferências em montante adequado ao grau de desenvolvimento de cada sociedade.

A Previdência Social Rural é uma política pública estratégica para garantir a segurança alimentar da população brasileira, na medida em que estimula os agricultores a permanecerem no campo produzindo alimentos a baixo custo. Também é, como dissemos anteriormente, uma eficiente política de fomento ao desenvolvimento da grande maioria dos pequenos e médios Municípios brasileiros, já que os recursos das aposentadorias e pensões potencializam mensalmente a economia local.

Exigir contribuição individual para fins de proteção previdenciária excluirá a grande maioria do acesso a esse tipo de proteção, o que estimulará o êxodo rural levando muitos jovens e suas famílias a deixarem a atividade rural e migrarem para os centros urbanos. Que estímulo terá o jovem para permanecer no campo e fazer a sucessão rural com a redução drástica das possibilidades de se alcançar o direito à aposentadoria e de viver no campo com um mínimo de dignidade na velhice?

A contribuição individual, nos termos propostos, exclui, de imediato, 60% dos agricultores familiares do acesso à proteção previdenciária. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, em 49% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros o valor médio da renda monetária é de R\$ 255-ano, chegando a R\$ 1.500,00-ano para outros 11% dos estabelecimentos.

A obtenção de renda pelos agricultores e familiares, considerados segurados especiais, depende das condições climáticas e do resultado da colheita da produção. Todavia, são cada vez mais comuns situações de emergência (secas prolongadas) ou de calamidade (chuvas intensas) que dificultam a obtenção de renda monetária provinda do processo produtivo rural e que permita os agricultores e as agricultoras arcarem com despesas para além dos custos de produção. Ademais, a obtenção de renda ocorre, via de regra, em períodos sazonais ou anuais, não dispendo os agricultores e as agricultoras de recursos mensais para contribuir com o sistema previdenciário.



A aplicação da contribuição previdenciária individual para o segurado especial induzirá o grupo familiar a tentar garantir a proteção previdenciária para, ao menos, um de seus membros. No senso comum o beneficiário será o cônjuge homem (considerado o chefe da família), ficando a mulher e filhos excluídos da Previdência Social.

A proposta de contribuição individual dos segurados especiais também desconstrói o princípio basilar do trabalho em regime de economia familiar praticado pela agricultura familiar. Historicamente, a proteção previdenciária na área rural foi estruturada a partir do reconhecimento do trabalho rural exercido em regime de economia familiar como sendo indispensável à manutenção da família e ao seu desenvolvimento socioeconômico. Isso deixa de ter sentido quando se instituiu contribuição individual para acesso à Previdência.

É a aplicação de uma alíquota de contribuição incidente sobre a venda da produção rural o modo mais justo de se garantir a participação dos agricultores familiares, extrativistas e pescadores artesanais no Regime Geral de Previdência Social e de se cumprir o princípio da equidade na forma de participação do custeio que orienta o sistema de Seguridade Social.

Trata-se também de uma regra que reforça os laços de solidariedade indispensáveis à manutenção do sistema de Seguridade e de Previdência Social, que garante proteção a diversos segmentos da sociedade cuja capacidade contributiva para financiar seus benefícios é limitada. A contrapartida de solidariedade dos segurados da área rural para com a sociedade é permanecer no campo trabalhando de sol a sol produzindo alimentos de primeira necessidade, que chegam diariamente à mesa das famílias brasileiras, cujos preços dos produtos recebidos pelos agricultores, com frequência, mal cobrem o custo de produção.

Portanto, com estes argumentos, conclamo e convido os nobres Parlamentares a serem signatários de quatro emendas elaboradas pela CONTAG para a PEC 287, corrigindo essas injustiças que acabamos de mencionar.

Por fim, gostaria de homenagear todas as mulheres, em especial as trabalhadoras rurais, as nossas margaridas que já fazem parte das lutas que ocupam a esplanada dos Ministérios. Em que pese os avanços conquistados, permanecem muitos desafios para a conquista da igualdade e da autonomia econômica. Há muito a ser feito para ampliar os seus direitos, o combate à violência contra a mulher e a oferta de serviços públicos, de políticas diferenciadas que considerem

as especificidades e demandas das mulheres e da sua organização.

Muito obrigado.

Documento 100/257

023.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/03/2017- CD	18:36
Publ.: DCD - 09/03/2017 - BENJAMIN MARANHÃO-SD -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da preservação dos direitos das mulheres na reforma da Previdência.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero dar como lido discurso que faço hoje no Dia Internacional da Mulher, marcando uma posição e uma declaração de voto minhas em reconhecimento à necessidade de preservar os direitos das mulheres na reforma da Previdência; em relação a manter não um privilégio, mas um direito das mulheres que enfrentam a dupla jornada de trabalho, os cuidados com o lar e o trabalho nas atividades econômicas normais.

Então, gostaria de dar como lido esse discurso e pedir que ele fosse divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*, Sra. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sra. Presidente, "*dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades*".

A frase é do Jurista Nery Júnior e reflete muito o momento que estamos vivendo, em que é travada uma discussão sobre a reforma da

Previdência Social. Não podemos olhar todos como iguais nessa reforma, pois existem muitas desigualdades.

Adianto aqui que sou contrário a toda mudança que gere prejuízos às mulheres, pois elas trabalham mais que nós, homens, ganham menos e, fisiologicamente falando, os seus corpos são mais frágeis.

A Previdência Social foi criada para corrigir as desigualdades existentes no mercado de trabalho, mas o que notamos é que, se muitas dessas mudanças propostas na reforma forem implementadas, atingirão diretamente as mulheres, gerando grandes prejuízos.

A PEC 287 define 65 anos como idade mínima para aposentadoria e elimina as distinções hoje existentes na nossa legislação entre mulheres e homens e, também, entre trabalhadores urbanos e rurais.

Hoje a idade mínima para a aposentadoria é de 65 anos para os homens e 60 para as mulheres. Ela é diferenciada para o trabalho rural, em que a idade mínima é hoje de 60 anos para os homens e de 55 para as mulheres. Além disso, o tempo mínimo de contribuição é hoje de 15 anos, mas a proposta é de que passe a ser de 25 anos.

No caso de trabalhadoras e trabalhadores rurais, também se passa a exigir contribuição individualizada mensal, rompendo com o tratamento diferenciado garantido para a agricultura familiar, na qual o rendimento é baixo e está sujeito aos ritmos sazonais de produção e venda dos produtos.

Em geral, o argumento usado pelos defensores da proposta do Governo, que prevê idade mínima de 65 anos e 25 anos de contribuição para requerer a aposentadoria, independentemente do gênero, é de que, atualmente, não faz mais sentido fazer essa diferenciação.

Mas esse é um grande erro, Srs. Deputados! As mulheres trabalham fora e se dedicam a esse trabalho como os homens. Ao chegar em casa, elas ainda precisam passar por um terceiro turno de trabalho, cuidando da casa e dos filhos.

Nos últimos 20 anos, as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana, de acordo com o estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça com base em séries históricas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

De acordo com os dados, em 2015 a jornada total média das mulheres

era de 53,6 horas, enquanto a dos homens era de 46,1 horas.

Em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas - proporção que se manteve com pouca alteração ao longo de 20 anos, assim como a dos homens.

Já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constatou que, enquanto as mulheres gastam, em média, 26,6 horas semanais com serviços de casa, os homens gastam 10,5 horas.

Números oficiais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) comprovam ser mais difícil para as mulheres atingir o tempo de contribuição exigido atualmente, de 30 anos, mesmo com os 5 anos a menos de exigência para elas em relação aos homens, ainda em vigor.

A cada 100 aposentadorias por tempo de contribuição concedidas, apenas 33 são para as mulheres.

O argumento é reforçado por um estudo do Fórum Econômico Mundial, publicado em 2015, que concluiu que o mundo só alcançará a igualdade de gênero no mercado de trabalho em 2095.

O Brasil está na posição 124, entre 142 países, no *ranking* de igualdade de salários por gênero - em nada parecido com o grupo de países ricos que o Governo toma como referência ao sugerir a equiparação.

Temos muito o que avançar no que se refere a políticas públicas para as mulheres, que resultarão na tão buscada e sonhada igualdade de gênero.

Defendo a igualdade, mas, enquanto ela não chega, vamos tratar de maneira desigual os desiguais!

Muito obrigado.

Sumário

Início dos trabalhos da Comissão Externa destinada ao acompanhamento das investigações sobre o desaparecimento de 19 cidadãos brasileiros na rota das Bahamas até Miami, nos Estados Unidos da América. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Sugestão ao Governo Michel Temer de retirada de tramitação da matéria por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero registrar aqui o início dos trabalhos da Comissão Externa representativa que está investigando e apurando o desaparecimento de 19 cidadãos brasileiros na rota entre Bahamas e Miami. Esta Casa precisa dar uma resposta.

Começamos os trabalhos hoje e ouvimos o Itamaraty.

Quero lamentar aqui a falta de ação objetiva e concreta da Polícia Federal nas investigações, mas nós também teremos a oportunidade de ouvir representantes daquela instituição. Evidentemente, já convidamos o Delegado responsável pela operação.

Também quero registrar aqui o meu repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que trata da reforma da Previdência. Eu acho que o Governo ilegítimo de Michel Temer deveria retirar essa PEC, até porque se trata de um crime contra a maioria do povo brasileiro, em especial contra os mais pobres. Amanhã, em homenagem às mulheres, essa PEC deveria ser retirada. Ela é um absurdo!

Sumário

Expectativa de suspensão, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, da tramitação da proposta de reforma da Previdência Social apresentada pelo Governo Federal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós retomamos os trabalhos, e a Comissão Especial da Reforma da Previdência continua debatendo sem nenhum efeito prático.

Estamos aguardando a manifestação do Presidente a respeito do pedido que fizemos de suspensão da tramitação da reforma da Previdência por ela implicar gastos com a instalação de varas federais para suprir as varas estaduais no âmbito das matérias relativas a acidente de trabalho. Que essa resposta seja dada o mais rapidamente possível, porque ela envolve condição *sine qua non* da PEC do teto de gastos, para, a partir daí, tomarmos providências. Essa reforma é enganosa e mentirosa.

Além disso, o Governo tem feito toda uma propaganda para justificar essa questão absurda de uma atual Presidência que só retira direitos dos trabalhadores brasileiros.

Sou contra essa proposta!



Sumário

Contestação a crítica do Presidente da República, Michel Temer, a opositores da proposta de reforma da Previdência Social. Posicionamento do PSOL contrário à matéria. Expectativa de rejeição, pela Câmara dos Deputados, da reforma previdenciária.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que acompanham a sessão pela TV *Câmara* ou aqui, no plenário da Câmara dos Deputados, é uma brincadeira, é uma piada de mau gosto! Michel Temer veio a público dizer que quem está reclamando da reforma da Previdência - na verdade, é um desmonte da Previdência - são aqueles que têm os maiores salários. Por favor, Sr. Michel Temer, não brinque com a sociedade brasileira!

Menciono o que está sendo feito com o BPC - Benefício de Prestação Continuada de pessoas que têm dificuldades gravíssimas, sensoriais e que vivem em situação de extrema pobreza. Estão querendo elevar de 65 para 70 anos a idade para se ter acesso a esse benefício. Querem fazer com que o benefício possa ser pago sem se considerar o piso do salário mínimo, para que as pessoas que vivem nessa situação de extrema miséria recebam menos do que o mínimo.

As pessoas que têm os maiores rendimentos é que vão ser prejudicadas por essa proposta? Isso é uma brincadeira! Serão 49 anos de contribuição para se alcançar a aposentadoria integral. Hoje, só 4% dos brasileiros contribuem durante mais de 49 anos até o momento da aposentadoria. É a retirada de 96% da população brasileira do sistema.

São só os mais ricos ou os que têm os maiores rendimentos que estão reclamando da reforma da Previdência? Isso é uma brincadeira! Quem não reclama da reforma da Previdência é o Sr. Michel Temer, que se aposentou com pouco mais de 50 anos, e os seus Ministros de Governo mais próximos.

A maioria esmagadora da população brasileira rejeita essa reforma. Deputados da base do Governo já demonstram claramente que não vão topar o desgaste de votar contra a maioria dos trabalhadores, das trabalhadoras, daqueles que têm os menores rendimentos e da classe média brasileira.

Essa reforma não vai ser aprovada no plenário da Câmara dos Deputados. Essa reforma tem um único objetivo: retirar direitos e

garantias daqueles que têm menos, para garantir os privilégios de quem tem mais.

O PSOL é contra essa reforma da Previdência!

Documento 104/257

021.3.55.O	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa 07/03/2017-16:56
Publ.: DCD - 08/03/2017 - 103	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Necessidade de realização de auditoria, pelo Governo Federal, das contas do sistema de Seguridade Social.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, a reforma da Previdência Social é assunto inesgotável, até porque há muitas divergências.

De um lado, o Governo argumenta que o déficit previdenciário exige medidas austeras; de outro, os trabalhadores mostram-se inconformados com uma mudança que consideram radical, pois implicará envelhecerem trabalhando, sem que a aposentadoria lhes dê retorno financeiro à altura, e lhes subtrairá direitos adquiridos.

A verdade é que a discussão sobre a reforma da Previdência se arrasta há anos, mas outros Governos acabaram se esquivando de levar a questão adiante. O embate e o desgaste político sempre foram apontados como justificativa para

postergar a reforma. Mas será que apenas isso estaria em jogo, ou haveria algo mais?

A mídia vem apontando como manobras algumas medidas adotadas pelo Governo para aprovar a reforma da Previdência, entre elas a indicação de um Deputado para Líder do Governo no Congresso Nacional. Alguns veículos de imprensa consideram que o Governo contará com a subserviência parlamentar para aprovar a proposta no molde original da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016.

Devo registrar aqui que essa ideia está longe de ser consenso. Em que pese a intenção do Presidente Michel Temer, constitucionalista de formação e docência, de fazer reformas para as próximas gerações, considero que os técnicos, ao apresentarem a proposta original, extrapolaram limites da razoabilidade e sensatez.

Preciso deixar claro que estou na Comissão Especial da Reforma da Previdência como representante do povo e do PRB, não para seguir uma cartilha, mas para interpretá-la e, de forma imparcial, aprovar o que realmente é necessário para o País. Ética, segurança jurídica e social e responsabilidade são fundamentais neste momento, e o nosso trabalho estará permanentemente baseado nesse tripé.

Aliás, esta deveria ser a postura de todos os Parlamentares desta Casa: lutar pelas classes que representam legitimamente, não aceitando que o povo seja lançado à cova dos leões, como é o caso dos policiais civis, militares e federais. Esses e tantos outros segmentos realmente merecem atenção diferenciada por parte do Congresso Nacional, ao contrário dos que buscam mais e mais benefícios, ignorando que o País precisa conter gastos. E o Governo, refém pelos seus atos, acaba tendo que fechar os olhos para o maior problema econômico que vivemos, ou seja, a dívida pública.

Recentemente foi divulgada em rede social uma campanha do PMDB que condicionava a existência de programas sociais à aprovação da reforma da Previdência. O texto dizia: "*Se a reforma da Previdência não sair, tchau, Bolsa Família; adeus, Fies; sem novas estradas; acabam os programas sociais*". Segundo a descrição do próprio partido, a imagem veiculada mostrava uma ilustração digital de uma cidade em ruínas: pesado demais, tanto que o partido recuou para uma versão mais branda, afirmando que ampliou programas, e que mudanças garantirão o futuro do Brasil.

Não podemos, neste momento tão importante para o povo brasileiro, aprovar ou reprovamos nada sem embasamento, sem aprofundamento das questões. Por isso mesmo, temos questionado constantemente não só especialistas do Governo, mas também consultorias independentes sobre a realidade financeira

do Sistema de Seguridade Social.

Para os técnicos do Governo, há déficit. Para especialistas sem vínculo com a União, entretanto, não existe rombo se forem somadas todas as Fontes de Custeio da Seguridade Social. A própria Constituição Federal, em seu art. 195, preconiza:

"Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, (...) incidentes sobre:

a) a folha de salários (...);

b) (...) o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador (...);

III - sobre a receita de concursos de prognósticos".

Os especialistas que defendem que não há déficit previdenciário argumentam que os governos há anos retiram da Seguridade Social bilhões de reais, através da DRU - Desvinculação de Receitas da União, para pagar dívida das contas públicas.

Diante desse antagonismo, nada mais prudente que solicitarmos que o Governo faça uma auditoria, com órgãos independentes, nas contas do sistema de Seguridade Social. De posse de informações fidedignas, poderemos nos posicionar sobre todos os pontos propostos pela reforma da previdência.

Por enquanto, não podemos nos levar pela informação apenas de que o modelo está arcaico e de que a expectativa de vida dos brasileiros é determinante para o caos atual. Não podemos nos deixar envolver pelas citações de que, em países da Europa, os idosos continuam trabalhando. Como afirmamos anteriormente, nada pode ser analisado de forma superficial, porque, enquanto nos países de primeiro mundo a Terceira Idade tem seus direitos garantidos e preservados, no Brasil, os idosos ainda lutam pela sobrevivência.

O foco tem que ser gestão, fiscalização e transparência. É preciso coragem para apurar melhor o que se passa no setor. Só depois de conhecermos os porões da Previdência Social, poderemos nos posicionar pelo bem do Brasil e de todos os

brasileiros.

Documento 105/257

021.3.55.O	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa 07/03/2017-16:56
Publ.: DCD - 08/03/2017 - 104	WELITON PRADO-PMB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social. Congratulações a sindicatos de representantes dos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais pela mobilização contra a aprovação da matéria. Inexistência de déficit na Previdência Social.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a PEC da Previdência que tramita na Câmara dos Deputados é absurda e uma maldade com a população brasileira. Infelizmente, é mais uma medida que penaliza o trabalhador, o aposentado, a professora, a mulher, os servidores públicos e a população mais pobre do nosso país.

Desde 2015, propostas que retiram direitos e conquistas têm sido apresentadas pelos governos. Mas, reafirmo minha coerência e meu compromisso registrado em cartório desde que fui candidato a Deputado Federal pela primeira vez: não voto contra os direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos servidores públicos.

Foi assim durante as medidas de ajustes fiscais que vêm maldosamente sendo apresentadas desde 2015 e será agora contra essa PEC da reforma da

Previdência.

Quero parabenizar inclusive os sindicatos que representam os servidores da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em relação à PEC 287, que é essa PEC da reforma da Previdência.

O SINDIFISCO, o SINFFAZFISCO e o SINDPÚBLICOS têm mobilizado suas categorias a lutarem contra a aprovação da proposta que tramita nesta Casa, por entenderem que esta reforma coloca sob ameaça aquele que é o principal mecanismo de distribuição de renda do nosso País: a Previdência Social, pública e universal.

Qual é o entendimento dessas entidades sindicais?

O entendimento é o de que, da maneira como foi formulada pelo Governo, essa proposta fere o direito dos trabalhadores, especialmente dos mais pobres, a uma sobrevivência digna.

Por quê? Em primeiro lugar, porque o propósito é dificultar ao máximo o acesso à aposentadoria, com a idade mínima que se pretende impor, de 65 anos.

Essa PEC absurda também retira os direitos das mulheres e dos professores e professoras.

Achata o valor da aposentadoria, ao dizer que serão necessários no mínimo 49 anos de contribuição para que o trabalhador tenha acesso a 100% da média do salário de contribuição, limitado ao teto do Regime Geral.

Os sindicatos têm lembrado que a expectativa de vida no Brasil varia conforme a atividade que o trabalhador desempenha e até a região onde vive, assim, a idade mínima de 65 anos para todos é extremamente injusta.

Por exemplo: a situação do trabalhador rural, que é obrigado a começar a trabalhar mais cedo, de sol a sol, como meeiro ou na agricultura familiar de subsistência e não tem como contribuir.

Se essa PEC for aprovada da maneira como está, há muitas pessoas no Brasil que correm o risco real de trabalhar a vida toda e morrer sem conseguir se aposentar.

Essa proposta é injusta também com pensionistas, especialmente com aqueles mais pobres.

A maldade do Governo é desvincular o benefício do valor do salário mínimo. Ou seja, daqui a pouco, eles, que na maioria dos casos ajudam no orçamento

familiar, não terão recursos sequer para se alimentar dignamente.

O SINDIFISCO, o SINFFAZFISCO e o SINDPÚBLICOS têm manifestado ainda outra preocupação, que diz respeito ao futuro de milhares de cidades Brasil afora.

Hoje, em mais de 3.800 cidades (precisamente 3.875), a soma do que é pago aos segurados do INSS supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

Em 4.589 das nossas cidades, a renda dos aposentados é maior do que a arrecadação municipal. Ou seja, o que movimenta a economia nesses Municípios é a aposentadoria.

É o dinheiro que os aposentados pagam ao comércio, à padaria, ao supermercado, ao setor de serviços, quando recebem o seu benefício no começo do mês.

O que vai acontecer com essas cidades se o acesso aos benefícios for restringido? Elas vão recorrer aos Estados? E os Estados? Vão pedir socorro à União? E a União tem conseguido socorrer Estados e Municípios?

Esses importantes sindicatos de Minas já estão com campanhas na mídia que colocam o dedo na ferida. E nós também. O Deputado Elismar Prado encaminhou documento ao nosso gabinete e está nas escolas, nas empresas, em contato com os trabalhadores, para dizer "não" a essa PEC.

Não há déficit da Previdência! Isso é desculpa para o Brasil continuar a dar dinheiro a banqueiros e rentistas. Os dados são dos auditores da Receita, dos estudos que o SINDIFISCO, o SINFFAZFISCO e o SINDPÚBLICOS apresentam.

Não se pode considerar a Previdência como algo isolado, mas como parte da Seguridade Social criada com a Constituição de 1988.

Portanto, não há que se falar em déficit. No fundo, o que se quer é economizar com as pessoas que trabalham, que dão o seu suor pelo País, para não faltar dinheiro para aqueles que não produzem um prego sequer, um parafuso sequer.

E que agora estão de olho no trabalhador da ativa para vender a ele um plano privado de Previdência, na forma de capitalização, em que só tem direito ao benefício quem paga por ele.

E mais grave: ele sabe qual será a sua contribuição, mas não o quanto receberá no futuro.

O problema deste País não é a Previdência, é a dívida pública, que no ano passado consumiu 45% do Orçamento Geral da União. E, este ano, há uma previsão de se gastar 54% do Orçamento com despesas financeiras - amortizações, juros, encargos, etc.

Esse montante corresponde a 1 trilhão e 850 bilhões, ou seja, quase três vezes do que o Brasil vai investir em Previdência Social.

A Previdência, por sua vez, vai custar 650 bilhões - ou 19% do Orçamento e vai beneficiar diretamente 33 milhões de segurados e, indiretamente, 70 milhões de brasileiros.

Os sindicatos têm mostrado que, se quisesse, o Governo poderia arrecadar mais. Para isso bastaria rever as isenções fiscais e combater a sonegação. Este ano, por exemplo, o País vai abrir mão de 56 bilhões em isenções.

E a sonegação consome no mínimo 30% de tudo o que a Previdência teria a arrecadar - algo em torno de R\$ 210 bilhões. Já a dívida ativa, ou seja, débitos previdenciários, já chegam a R\$ 350,6 bilhões.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado este protesto e este alerta dos sindicatos da Secretaria da Fazenda de Minas e me somar a eles. Não aceitamos essa reforma da Previdência que o Governo pretende fazer. Vamos lutar contra!

Documento 106/257

016.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/02/2017- CD	12:08
Publ.: DCD - 23/02/2017 - 37	LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras

da Seguridade Social.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, projetos golpistas e usurpadores, plenos de crueldade e maldades, são apresentados para sangrar o povo brasileiro. Quem se lembra do discurso de ódio do Senador Aloysio Nunes Ferreira sobre sangrar a Presidenta Dilma? Os golpistas golpearam a Constituição, vendem o Brasil em partes a "preço de banana" e, além disso, sangram a população brasileira com propostas retrógradas, retirando direitos e massacrando a garantia do Estado Democrático de Direito. Estes são os projetos em curso em nosso País. Estes são os projetos do golpista, usurpador e ilegítimo Michel Temer.

Temos que nos preocupar, os golpistas estão a todo vapor aqui no Congresso Nacional. Eles estão impondo a tenebrosa reforma trabalhista, a destruidora de direitos PEC da Previdência, um congelamento de gastos dos salários da educação e da saúde, a reforma tributária, etc.

Mas hoje gostaria de falar sobre o terror do momento: a reforma da Previdência. Os que são a favor defendem que há um "rombo" nas contas da Previdência Social. Na verdade, ela quer dificultar o direito e o acesso às prestações previdenciárias. Ela acaba com a previdência pública para impor a previdência privada.

A inventada reforma da Previdência Social faz parte do custeio da Seguridade Social, o qual ocorre não só de forma direta, ou seja, por meio de contribuições sociais, mas também de forma indireta, com a utilização de recursos dos orçamentos fiscais dos entes políticos, conforme o art. 195 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que, quando Temer fala em cortar gastos do Governo, ele vai tirar direitos dos trabalhadores. Temer não economiza com amigos. Os gastos com propaganda chegaram a 386,5 milhões de reais. Quem mais lucrou foi a *Globo*, a revista *Veja*, a *Band* e a *Folha de S.Paulo*. Grandes empresas devem 374 bilhões ao Governo, não pagam e não são cobradas. Depois de 13 anos com aumento real, o reajuste do salário mínimo para 2017 perdeu para a inflação.

Nesse sentido, o povo brasileiro precisa reagir. Como disse o Deputado Bohn Gass, quem conhece profundamente a pauta da reforma da Previdência não a acolhe, é contra. Por isso nós vamos fazer um movimento de discussão, de debate em toda a Paraíba, mostrando que essa PEC vai acabar de vez com a previdência pública e impor aos

brasileiros que podem pagar uma previdência privada.

Gostaria que fosse dada a devida publicidade ao meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, projetos golpistas e usurpadores, plenos de crueldade e maldades, são apresentados para sangrar o povo brasileiro. Quem se lembra do discurso de ódio do Senador Aloisio Nunes sobre sangrar a Presidenta Dilma. Os golpistas golpearam a Constituição, vendem o Brasil em partes a "preço de banana" e, para além disso, sangram a população brasileira com propostas retrógradas, retirando direitos e massacrando a garantia do Estado de Direito. Estes são os projetos em curso em nosso País. Estes são os projetos do golpista, usurpador e ilegítimo Michel Temer.

Temos que nos preocupar, os golpistas estão a todo vapor aqui no Congresso. Eles estão impondo a tenebrosa reforma trabalhista, a destruidora de direitos PEC da Previdência, um congelamento de gastos dos salários da educação e da saúde, a reforma tributária, etc.

Mas, hoje, gostaria de falar sobre o terror do momento, a reforma da Previdência. Os que são a favor defendem que há um "rombo" nas contas da Previdência Social. Na verdade, ela quer dificultar o direito e o acesso às prestações previdenciárias. Ela acaba com a previdência pública para impor a previdência privada.

A inventada reforma da Previdência Social faz parte do custeio da Seguridade Social, o qual ocorre não só de forma direta, ou seja, por meio de contribuições sociais, mas também indireta, com a utilização de recursos dos orçamentos fiscais dos entes políticos (art. 195 da Constituição da República).

Para tanto, o jornal "Corisco" do *Coletivo Cotonetes*, do Estado da Paraíba, traz na Edição nº 4, de janeiro, um breve histórico da luta pelo direito à Previdência Social e à aposentadoria, que dura mais de 100 anos.

Segundo o jornal "Corisco":



(...) dura história de lutas dos trabalhadores pelos Direitos Previdenciários continua exigindo, hoje, mobilização e propostas que garantam os direitos conquistados. Vale lembrar que boa parte do dinheiro da Previdência vem dos trabalhadores, pelo desconto mensal no salário. Por isso, o governo não pode usar esse dinheiro sem, pelo menos, ouvir a opinião dos assalariados. A História mostra que os direitos dos trabalhadores não caem do céu, eles só vêm com organização e muita luta. Quando essa luta esmorece, os direitos são tirados e diminuídos.

Na edição, ele traz também as controvérsias do Governo golpista e usurpador, que são: quando Temer falar em cortar gastos no Governo é porque vai tirar direitos dos trabalhadores; Temer não economiza com amigos; os gastos com propaganda chegaram a R\$ 386,5 milhões; quem mais lucrou foi a *Globo, Veja, Band e Folha de S.Paulo*; grandes empresas devem 374 bilhões ao Governo, não pagam e não são cobradas; depois de 13 anos com aumento real, o reajuste do salário mínimo para 2017 perdeu para a inflação.

Para além disso, Sr. Presidente, o próprio Governo golpista tomou um tapa na cara quando tentou lançar uma pesquisa sobre a reforma da Previdência para o povo votar. Resultado: a ampla maioria dos entrevistados manifestou-se contra a exigência de 49 anos de contribuição para que o trabalhador tenha direito à aposentadoria integral.

O povo não aguenta mais viver tomando golpes. Toda essa reforma apresentada pelos golpistas só tem um objetivo, senhoras e senhores, sobrar dinheiro para pagar juros aos banqueiros, acabando com a previdência pública, fortalecendo a previdência privada e retirando direitos.

Para terminar, digo que precisamos resistir, precisamos lutar, precisamos fazer um profundo debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. Ela exige um amplo debate com a sociedade, com a apresentação de dados reais e completos sobre os recursos públicos e a sua forma de utilização, sem nos deixar levar por discursos inconsistentes e padronizados, sem nos deixar levar por acostumados golpes.

"Não" à reforma da Previdência. Reaja já! Nenhum direito a menos!

Era o que tinha a dizer.

Documento 107/257

016.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/02/2017- CD	12:18
Publ.: DCD - 23/02/2017 - 54	AUGUSTO CARVALHO-SD -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protocolização, por grupo de Parlamentares do Solidariedade, sob liderança do Deputado Paulo Pereira da Silva, de emendas à proposta de reforma previdenciária. Defesa de alterações no texto original da proposição, com vistas à aprovação da matéria. Regozijo com aprovação, pela Câmara dos Deputados, de proposição sobre regulamentação da gratificação opcional às categorias de trabalhadores de restaurantes, hotéis e similares.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Bloco/SD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar para o Plenário e para todo o País que hoje nós, um grupo de Parlamentares liderados pelo Deputado Paulo Pereira da Silva - o Paulinho da Força, Presidente do nosso partido Solidariedade -, protocolamos emendas à reforma da Previdência. São emendas não só do nosso partido e que foram apoiadas por mais de 300 Parlamentares.

Como nós falamos desde o início, o pacote do Governo, na forma como veio, é inaceitável. Reforma da previdência tem que haver. Ela tem de evitar as distorções, tem de corrigir as injustiças, mas, na forma como estão colocadas as propostas do Governo, nos termos em que vieram, para nós, do Solidariedade, é inaceitável a sua aprovação.

Por isso, depois de grande esforço, coletamos mais de 300 assinaturas. O Deputado Arnaldo Faria de Sá também esteve presente, assim como o nosso Líder, Deputado Aureo, quando nós lá protocolamos as emendas na Comissão que trata da matéria. Eu espero que elas possam servir de inspiração para os movimentos que nos País inteiro clamam por melhorias na reforma da Previdência Social.

Faço um segundo registro, Sr. Presidente. Eu gostaria de, com 10 anos de atraso, comemorar aqui com V.Exa. a aprovação ontem, pela Câmara dos Deputados, de um projeto de lei que trata da regulamentação dos 10% da gorjeta dos trabalhadores de restaurantes, hotéis e similares.

Em 2007, eu era Deputado aqui nesta Casa, quando apresentei o primeiro projeto que tratava do tema, Sr. Presidente.

O projeto depois foi apensado, foi para o Senado Federal. Foram 10 longos anos até que finalmente esta Casa desse a palavra derradeira e fizesse justiça a uma classe laboriosa, que esperava por esse momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Parabéns pelo projeto. Realmente nós tínhamos que votar com mais rapidez alguns projetos. Esperar por 10 anos para regularizar uma situação é muito complicado, ainda mais para uma categoria que merece todo o apreço.

Concedo a palavra ao Deputado Victor Mendes.

Documento 108/257

018.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 22/02/2017- CD	14:42
Publ.: DCD - 23/02/2017 - 73	WALDENOR PEREIRA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu sou um dos



Parlamentares do Partido dos Trabalhadores que consideram necessária a reforma da Previdência, a reforma política, a reforma tributária. Assim como o Presidente Lula, a Presidenta Dilma, o ex-Ministro Nelson Barbosa, citados há pouco, eu também compreendo a necessidade de se realizarem adequações no sistema tributário, no sistema previdenciário, no sistema político brasileiro.

O problema, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é que a PEC 287 não é uma reforma. Essa é a questão fundamental. A PEC 287 é o fim da Previdência Social no Brasil. Ao se estabelecer a exigência de 49 anos de contribuição, essa PEC acaba com a aposentadoria.

O Deputado Ságuas Moraes, há poucos instantes, destacou com muita competência que a expectativa de vida em muitas regiões do Brasil é inferior ao tempo necessário para que um trabalhador brasileiro possa se aposentar, considerando-se a exigência da contribuição de 49 anos para se ter a aposentadoria integral. Em várias regiões do Nordeste a expectativa de vida é inferior a 70 anos.

Portanto, essa é a questão fundamental, que deve ser destacada. Temos que convocar e conclamar a população brasileira para fazer o debate.

Nós somos favoráveis à reforma da Previdência. Achamos que se fazem necessárias algumas adequações. Só que essa PEC 287, essa Proposta de Emenda à Constituição do Governo golpista e ilegítimo de Michel Temer representa o fim da Previdência Social, representa o fim da aposentadoria para os trabalhadores brasileiros.

Ela fixa uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, desconsiderando a dupla jornada das mulheres brasileiras, das mães de família, que atualmente podem se aposentar com 55 anos - portanto, terão que trabalhar mais 10 anos para conseguir a sua aposentadoria. Ela proíbe o acúmulo de pensão e aposentadoria, punindo especialmente os pensionistas de renda mais baixa. Ela acaba com a aposentadoria especial de policiais e professores.

Especialmente no que diz respeito aos professores, há uma repercussão extremamente negativa no sistema educacional brasileiro, representando um desestímulo, inclusive, para essa categoria tão importante na formação dos brasileiros.

Trata-se de uma ameaça o benefício especial das aposentadorias rurais. No que diz respeito a esse item, por exemplo, representa uma dura ameaça, um tiro no coração dos trabalhadores rurais, que geralmente iniciam a sua jornada de trabalho aos 12, 15, 16 anos. Uma

vez aprovada essa PEC, seria exigido o recolhimento de encargos, contribuições e também a idade mínima de 65 anos.

Portanto, essa PEC, em minha opinião, tende a provocar uma elevada evasão de recolhimentos. A população conscientizando-se de que não gozará da aposentadoria, a tendência será cada vez mais deixar de contribuir, o que representará também um duro golpe para a maioria absoluta dos pequenos Municípios do Brasil que hoje depende para a dinamização da sua economia de recursos oriundos da Previdência Social.

Nós nos posicionamos contra essa PEC não porque sejamos contra a reforma da Previdência, ou das reformas que são necessárias acontecerem para a organização do Estado brasileiro, mas porque ela não se caracteriza como reforma, e, sim, como o fim da Previdência Social e da aposentadoria dos trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado.

Documento 109/257

018.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de Debates - 22/02/2017-
CD 17:09

Publ.: DCD - 23/02/2017 -
96 LUANA COSTA-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Anúncio de realização, no Estado do Maranhão, de manifestação de agricultores familiares contra a reforma da Previdência Social. Participação da oradora em debate na Federação de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão - FETAEMA, sobre as distorções e defasagens com relação à PEC da Previdência. Contrariedade a mudanças no acesso à aposentadoria rural e alteração nas regras da seguridade social.



A SRA. LUANA COSTA (PSB-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes, gostaria de falar para as trabalhadoras e os trabalhadores da agricultura familiar do nosso País e do nosso Maranhão, que, no dia 8 de março, farão uma grande mobilização em vários pontos do nosso Estado, contra a reforma da Previdência.

Recentemente, nos dias 16 e 17 de fevereiro, estivemos reunidos na Federação de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão - FETAEMA, num grande evento capitaneado por Chico Miguel, Chatéo Brian, Lúcia, Ivaí e a querida Ligia, que organiza esses trabalhos no interior do Estado. Fomos debater sobre a reforma da Previdência, tratando principalmente das distorções e defasagens apontadas na PEC 287. Entre eles, está o caso da idade mínima para obtenção da aposentadoria e do aumento de 10 anos de contribuição, em flagrante descompasso com a expectativa de vida em nosso País, em especial no meu querido Maranhão, onde a expectativa de vida é de apenas 70 anos.

Ainda discutimos sobre as penalidades que essa reforma imprime às conquistas das mulheres, dos professores, dos deficientes. Tratamos, enfim, das grandes penalidades que as pessoas excluídas do nosso País estão sofrendo.

Sr. Presidente, considero indispensável que reflitamos sobre as mudanças propostas para as condições de acesso à aposentadoria para os trabalhadores do setor rural. Peço a atenção especial de todos os Parlamentares para essas mudanças, motivadas predominantemente pela pressão dos déficits e que não parecem considerar, com realismo, a natureza e as particularidades do que de fato transcorre nos diversos segmentos da atividade agropecuária.

Hoje não podemos e não devemos equiparar as exigências de acesso à aposentadoria dos trabalhadores do campo com as dos trabalhadores da cidade.

O risco de se cometerem erros e injustiças é potencialmente enorme. Hoje as mulheres trabalhadoras do campo se aposentam com 55 anos de idade, e os homens, com 60 anos. Com a reforma, eles, homens e mulheres, passarão para as mesmas regras do trabalhador urbano: o mínimo de 65 anos de idade e 25 anos de contribuição.

De um lado, nas cidades, veem-se os galpões com ar condicionado, as roupas especiais, os capacetes de proteção, os seguros e as legislações, sob a vigilância dos fiscais do Ministério do Trabalho. No campo, no sol, na chuva e na poeira, as pessoas sofrem. E o pior é que

observamos que as crianças rurais passam a ajudar cedo no sustento da casa.

Não vi também, na PEC da Previdência, qualquer consideração ao fato facilmente constatável de que os trabalhadores rurais aposentados vivem, em média, 5 anos a menos do que os aposentados urbanos.

Nem mesmo o déficit apontado com tanta ênfase pelo Governo é uma questão consensual.

Entendo, portanto, Sr. Presidente, que precisamos fazer debates mais amplos sobre essa matéria, com muita informação, sensibilidade e irrestrita transparência.

Eram essas eram as minhas palavras. Quero me colocar aqui, diante da Previdência, como uma pessoa que se nega a aceitar tantos desmandos e tanta infringência aos direitos constituídos pelo cidadão brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputada Luana Costa, do PSB do Maranhão.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de falar para as trabalhadoras e trabalhadores da agricultura familiar de nosso País e do Maranhão, que, no dia 8 de março, farão uma grande mobilização contra a reforma da Previdência

Considero indispensável que reflitamos sobre as mudanças propostas para as condições de acesso à aposentadoria dos trabalhadores do setor rural. Peço a atenção especial de todos os Parlamentares para essas mudanças, motivadas predominantemente pela pressão dos déficits e que não me parecem considerar, com realismo, a natureza e particularidades do que de fato transcorre nos diversos segmentos da atividade agropecuária.

Hoje não podemos e não devemos equiparar as exigências de acesso à aposentadoria dos trabalhadores do campo com as dos trabalhadores das cidades.

O risco de se cometerem erros e injustiças é potencialmente enorme.

Hoje as mulheres trabalhadoras do campo se aposentam com 55 anos, e os homens, com 60 anos de idade. Com a reforma, eles, homens e mulheres passarão para as mesmas regras do trabalhador urbano: mínimo de 65 anos de idade e 25 anos de contribuição.

De um lado, nas cidades, veem-se os galpões com ar condicionado das fábricas, as roupas especiais, capacetes de proteção, os seguros e a legislação sob a vigilância dos fiscais do Ministério do Trabalho; do outro lado, no campo, veem-se o sol, a chuva, a poeira e as jornadas quase sempre estafantes, sem o controle de fiscais. E o que é pior que são as crianças rurais que trabalham cedo para ajudar no sustento da casa.

Não vi também, na PEC da Previdência, qualquer consideração ao fato, facilmente constatável, de que os trabalhadores rurais aposentados vivem, em média, 5 anos a menos do que os aposentados urbanos.

Nem mesmo o déficit apontado com tanta ênfase pelo Governo é uma questão consensual.

Entendo, portanto, Sr. Presidente, que precisamos fazer debates amplos sobre essa matéria, com muita informação, sensibilidade e irrestrita transparência.

Essa proposta de reforma previdenciária é uma operação de grande alcance, que não devemos conduzir sem considerar as lutas passadas, as nossas vitórias e a enorme capacidade de superação do nosso povo.

Muito obrigada.

23/02/2017 - 121

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Artigo A luta pela Previdência justa, de autoria do orador, publicado pelo Jornal Pequeno, contra a proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno, solicito a V.Exa. que seja considerado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este artigo de minha autoria, publicado no *Jornal Pequeno*.

Obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

A luta pela Previdência justa

Começou nesta semana a grande luta na Câmara contra o projeto de Michel Temer para mudar as regras da Previdência, contido na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016. Trata-se, na prática, de um desmonte dos direitos que existem hoje, pois o que o presidente propõe deixaria a aposentadoria quase impossível.

Um dos alvos da PEC é o trabalhador rural brasileiro, aquele que contribui diretamente para colocar os alimentos em nossa mesa, além de produzir para a exportação. Segundo o texto do governo, para ter direito à aposentadoria, essa pessoa teria que alcançar 65 anos de idade.

Hoje, essa exigência é de 60 anos para homens e de 55 para mulheres. Como, no Maranhão, a expectativa de vida de um

trabalhador rural é, em média, de 67 ou 68 anos, já podemos imaginar que muitos nunca chegarão a receber esse benefício.

Outra exigência absurda proposta por Temer é a de que o trabalhador rural passe a fazer contribuições mensais ao INSS, como ocorre com quem trabalha na cidade. Ocorre que isso dificulta muito esse pagamento, pois as realidades são diferentes. Pela regra que vale hoje, o trabalhador rural paga sobre a renda da produção, quando a venda acontece. Ou seja, não tem um salário fixo e mensal, como nas cidades.

Se aprovada essa PEC, o que pode acontecer? Uma das consequências é o jovem trabalhador rural deixar o campo, pois a aposentadoria vai se tornar impossível. Isso provoca, então, êxodo rural, que penaliza nosso campo.

A redução de direitos de quem trabalha no campo é um dos itens do ataque à Previdência Social que está presente no projeto do governo. O texto começou a ser analisado nesta semana numa comissão especial da Câmara.

Os outros pontos da proposta do governo completam um quadro de maldades para os trabalhadores maranhenses e brasileiros. Além da idade mínima de 65 anos - que iguala homens ou mulheres -, o governo quer aumentar de 15 anos para 25 anos o tempo mínimo de contribuição ao INSS.

Mesmo assim, o trabalhador não teria direito a 100% da aposentadoria. Para ter o valor integral que merece, Temer quer obrigar o cidadão a contribuir por 49 anos para o caixa do INSS.

Nas próximas semanas, serão várias batalhas que iremos travar no Legislativo para bloquear o que o governo chama de reforma, mas que não considera a realidade do nosso povo. Dentro da comissão, a luta a favor dos direitos do trabalhador será muito dura. O meu partido, o PCdoB, estará representado pela companheira deputada Jandira Feghali.

Eu também estarei nessa luta contra o desmonte da Previdência Social. Nenhum direito a menos!

013.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/02/2017-10:22
Publ.: DCD 22/02/2017 - 33	- MAJOR OLIMPIO-SD -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Participação do orador em debate promovido pela Força Sindical, na cidade de São Paulo, com o Deputado Arthur Maia, Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Satisfação com o resultado do debate acerca da excepcionalidade dos riscos dos profissionais da segurança pública e da necessidade de individualização de categorias da área na reforma previdenciária.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem houve um intenso debate na Força Sindical, em São Paulo, com representantes sindicais de todo o País ligados à Força.

Estivemos com o Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, Deputado Arthur Maia. Tive a oportunidade de, junto com o Coronel Muller, da FENEME, e o Coronel Tadeu, da Coordenadoria das Entidades Representativas de São Paulo, mostrar ao Relator que temos o apoio dos sindicatos de todo o País no que se refere à excepcionalidade do risco da atividade dos policiais e bombeiros do nosso Brasil. Não só do policial militar, mas também dos policiais federais, dos policiais civis, da polícia técnico-científica, dos guardas municipais, dos agentes penitenciários, dos agentes socioeducativos, dos agentes de escolta e vigilância, que têm que ser tratados de forma diferente em relação à previdência.

Fiquei extremamente feliz.

Quero agradecer à Força Sindical a representação de mais dois sindicatos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Major Olimpio.

Documento 112/257

015.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2017- CD	19:20
Publ.: DCD - 22/02/2017 - 405	HEITOR SCHUCH-PSB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Cumprimentos a agricultores familiares reunidos no Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, em manifestação em defesa da Previdência Social e contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria saudar, cumprimentar e felicitar os mais de 10 mil agricultores familiares que estiveram reunidos hoje em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, minha terra natal, num ato em defesa da Previdência Social deste País e contra a reforma da PEC 287. Mais de 10 mil agricultores, com máquinas agrícolas, tratores, equipamentos, pessoas portando os seus símbolos de trabalho, mostrando para a sociedade como um todo que essa reforma vai afastar as pessoas do meio rural, vai desestimular o jovem a permanecer na agricultura. E a nossa agricultura não precisa só de máquinas, precisa de pessoas, precisa de gente para colocar a semente na terra que produzir o pão nosso de cada dia.

Portanto, parabéns a tantos que lá estiverem nessa luta, firmes e fortes, pela defesa da Previdência e contra a PEC 287.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 113/257

015.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2017-
------------	--

CD 19:20
 Publ.: DCD - 22/02/2017 - AFONSO HAMM-PP -RS
 406
 CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de tratamento diferenciado ao trabalhador rural, no debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a PEC 287, que propõe a reforma da previdência.

Esse tema está preocupando todos os brasileiros, independentemente de viver no campo ou na cidade, de já ser aposentado ou ainda trabalhar e estar buscando qualidade de vida na reta final, por meio do suporte de uma aposentadoria digna.

Com relação ao meio, isso é muito claro. Eu conheço muito esse tema. Na verdade, não há condições de um trabalhador rural ampliar a sua idade de contribuição e uma idade mínima de 65 anos. Esse trabalhador inicia o trabalho muito cedo e não tem qualidade de vida suficiente sob o rigor do tempo. Essa é uma preocupação muito grande. Precisamos fazer uma correção no sentido de premiar e contemplar, em especial, o aposentado rural.

Documento 114/257

014.3.55.O Sessão Deliberativa 21/02/2017-15:54
 Extraordinária - CD
 Publ.: DCD - JORGE SOLLA-PT -BA
 22/02/2017 - 147
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Anúncio de realização de ato em dependência da Câmara dos Deputados contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social.



O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o debate da reforma da Previdência, como está sendo chamada a PEC 287, que, na verdade, é um projeto para destruir o direito previdenciário do trabalhador brasileiro, não pode passar em branco. Com certeza, ela vai gerar uma grande mobilização.

Amanhã, haverá um ato no Auditório Nereu Ramos, com a participação de diversas confederações e sindicatos, para se posicionarem contra o desastre que está sendo montado para a Previdência pública brasileira. Desastre em vários sentidos.

Primeiro, dizer que o trabalhador alcançará a aposentaria integral é uma grande mentira, porque a proposta feita pressupõe 49 anos de contribuição e pelo menos 65 anos de idade. Acabam os direitos de menor tempo de aposentadoria para as mulheres, para os professores, para os trabalhadores de diversas categorias, que tinham conquistado isso em função do risco e de exposição diferenciada no ambiente de trabalho.

As contribuições dos trabalhadores que têm melhor renda obviamente serão direcionadas para a previdência privada.

É importante esclarecer que essa proposta do Governo golpista de destruir a Previdência pública não é um fato isolado. Isso está diretamente articulado com o famoso golpe do teto dos gastos públicos, com a Emenda Constitucional nº 95. Quando eles aprovaram que em 20 anos haveria uma redução de 20% do PIB para apenas 13% do PIB nos gastos do Governo - gastos sociais em saúde, educação, previdência, segurança, em todas as áreas -, isso pressupunha, obviamente, uma grande pancada na Previdência pública, que é o maior dos gastos depois da dívida pública. Depois do pagamento dos juros da dívida, a maior despesa é com a Previdência. Não seriam os menos de 4% da saúde e os menos de 4% da educação o alvo maior de compressão para garantir o funcionamento da PEC da tragédia social, da PEC dos gastos. É óbvio que eles iriam desmontar a Previdência, para caber na conta que eles querem que seja o limite dos gastos dos impostos, para reverter, com a população que mais precisa.

Por isso, a PEC que acabou com o crescimento nos investimentos sociais, a PEC que quer destruir os investimentos em saúde e educação também tem como alvo a Previdência.

Quanto a essa proposta que está aí, a nossa satisfação, Presidente, é que nem a bancada do Governo vai votar favorável a ela. Eu já assinei vários projetos de emendas, de vários Deputados da base do Governo,

que inclusive estão dizendo o seguinte: *"Se Temer não quer se eleger, eu quero e não vou votar numa proposta dessas que vai destruir as pretensões eleitorais de qualquer Deputado"*.

Nenhum Deputado que defender uma proposta dessa vai se reeleger em 2018. Tenho certeza disso porque o povo não é bobo. Por mais que tentem fazer lavagem cerebral com a mídia televisiva, eles não vão conseguir dourar a pílula de uma proposta que vai destruir a Previdência pública.

O SR. PRESIDENTE (Lincoln Portela) - Muito obrigado.

Documento 115/257

014.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/02/2017-15:06
Publ.: DCD 22/02/2017 - 141	- ANGELIM-PT -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, não pode ser debatida de forma pontual. Temos de contextualizá-la no clima de ajuste e austeridade fiscal deste Governo ilegítimo.

Ela penaliza aqueles que geram renda, emprego e trabalho no País, que são as pequenas e médias empresas e a classe trabalhadora. Além disso, o Governo, com esta PEC, vê o idoso como um problema. Ora, a longevidade é sempre bem-vinda em qualquer parte do mundo, até porque ela é resultado de indicadores econômicos e sociais, que, quando propícios, possibilitam essa qualidade de vida ao nosso idoso.

Portanto, nós temos de respeitar e valorizar os primeiros que construíram este País.

Votaremos contra esta PEC e iremos para as ruas, a fim de explicar detalhadamente á população brasileira mais este ataque que subtrai os direitos adquiridos ao longo dos anos pelo trabalhador e pelo povo de nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 116/257

014.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2017- CD	16:22
Publ.: DCD - 22/02/2017 - 227	ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de definição do prazo para a apresentação de emendas na Comissão Especial da Reforma da Previdência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não tem nada a ver com o assunto, mas é importante decidir até quando contaremos sessões para o prazo de emendamento da proposta de reforma da previdência. Amanhã, nós completaremos a sexta sessão.

Na verdade, eu quero saber qual é a programação que V.Exa. vai estabelecer para computarmos as dez sessões, até porque muitas dessas assinaturas estão sendo colhidas. Nós precisamos ter previsibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, isso não depende da minha pessoa. Se quinta-feira e sexta-feira nós tivermos pelo menos 51 Deputados presentes na Casa, vai contar o prazo. Nós sabemos que

não é fácil!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Até amanhã vai ser contado?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Amanhã com certeza vai contar!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, amanhã vai? Amanhã já seria a sexta sessão. Eu queria que V.Exa. definisse como será a próxima semana, para termos previsibilidade sobre o que vai acontecer. Nós precisamos de 171 assinaturas. Não podemos ser surpreendidos no meio do caminho. Eu queria que V.Exa. definisse o que vai ser na semana que vem para projetarmos quando será a décima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou decidir e já informo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 117/257

014.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/02/2017-16:22
Publ.: DCD - 22/02/2017 - 323	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Histórico do sistema previdenciário no Brasil. Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração de regras da seguridade social.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a matéria mais importante em tramitação nesta Casa no primeiro semestre é, certamente, a proposta de reforma da Previdência. Trata-se de um tema polêmico, mas fundamental para o Brasil e para os brasileiros, devendo, por isso, ser

examinado com responsabilidade e espírito público, acima de disputas partidárias e eventuais divergências entre Governo e Oposição.

Fui designado, com muita honra, para integrar como membro titular a Comissão Especial que analisa essa questão, encaminhada pelo Executivo por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. Desde o início dos trabalhos, tenho procurado me dedicar intensamente ao assunto, buscando as melhores alternativas, pois o que for decidido neste momento terá impactos expressivos, por muitos e muitos anos, em toda a sociedade.

A PEC 287/16 altera oito artigos da Constituição, dispondo sobre a Seguridade Social, estabelecendo regras de transição e dando outras providências. Chegou à Câmara dos Deputados já no final do ano passado, a tempo apenas de receber parecer favorável de admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Assim, começou há pouco sua efetiva tramitação, e o objetivo é que, sem prejuízo dos debates, obtenha aprovação em prazo não muito longo.

Sempre que se fala em reforma da Previdência, surgem vozes discordantes, com argumentos variados. Alguns dos críticos simplesmente a declaram desnecessária, em geral a partir de números controversos; outros buscam comparações com um passado em que os recursos para manter as aposentadorias pareciam intermináveis, e há também os que lembram mudanças anteriores para prever novo insucesso.

Na verdade, vale dizer que confrontar a situação de hoje com a de várias décadas atrás é um forte argumento a favor e não contra a atual proposta de reforma.

As primeiras medidas legais de caráter previdenciário foram editadas no Brasil em 1919 e 1923, mas só na década de 30, sob o Governo de Getúlio Vargas, estruturou-se um sistema mais abrangente, com a criação dos institutos de aposentadoria e pensão, organizados por categorias profissionais.

Em 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social uniformizou as contribuições e os benefícios, acabando com as disparidades entre os diversos institutos. Em 1966, eles foram reunidos no Instituto Nacional de Previdência Social, e a Constituição de 1988 estabeleceu como princípio para esse setor a universalização.

Ora, no início da década de 20, quando entraram em vigor as primeiras leis previdenciárias, o Brasil tinha cerca de 30 milhões de habitantes, uma população economicamente ativa de 9 milhões de pessoas e - chamo atenção para este dado - uma expectativa de vida de menos de 35 anos. Isso, associado ao alcance limitado das regras estabelecidas, fazia com que o número de aposentados fosse baixo, não exigindo recursos tão expressivos para garantia

dos benefícios.

Nos anos 40, já com um sistema de previdência estruturado e mais amplo, a população brasileira era pouco superior a 41 milhões, a População Economicamente Ativa ultrapassara 15 milhões de pessoas, e a expectativa de vida subira para 45,5 anos.

Naquela época, o Brasil começava a ser conhecido como "país do futuro". Era formado por ampla maioria de jovens, e quase 70% da população vivia em áreas rurais, não alcançadas pelas leis previdenciárias. Nessas condições, era possível assegurar sem grandes sobressaltos os benefícios aos aposentados, que ainda não formavam um grande contingente; além disso, a industrialização acelerada, nos anos seguintes, teve efeito favorável, pois passou a abrir muitas vagas de trabalho para as novas gerações, ampliando o número de contribuintes do sistema previdenciário.

Hoje, vivemos uma situação bem diferente.

Somos 207 milhões de brasileiros, dos quais pouco menos da metade forma a População Economicamente Ativa.

A Previdência deve atender todos os trabalhadores, conforme a Constituição.

E o que constitui, mais uma vez, o fator decisivo: a perspectiva de vida no País já alcançou 75,5 anos.

Com isso, a participação das pessoas de 60 anos ou mais na população passou de 9,7% em 2004 para 13,7% em 2014. Se em 2010 havia 19,6 milhões de idosos, em 2050 eles serão 66,5 milhões.

A expectativa de sobrevida da população com 65 anos, que era de 12 anos em 1980, aumentou para 18,4 anos em 2015, e deve continuar crescendo.

O IBGE estima que, dentro de aproximadamente 13 anos, haverá uma virada no perfil da população, pois o total de brasileiros com mais de 60 anos ultrapassará o de crianças de até 14 anos. Os idosos serão, então, 18% dos brasileiros, e, se mantidas as regras de hoje, praticamente todos com direito a aposentadoria.

Projeções indicam que em 2060 a população em idade ativa - entre 15 e 64 anos - será de 131,4 milhões de pessoas, ou seja, menor do que a atual, que soma 140,9 milhões de pessoas. Logo, haverá menos contribuintes em potencial para a Previdência, enquanto o número de beneficiários continuará crescendo, devido ao progressivo envelhecimento da população.

Essa impressionante mudança demográfica, bem-vinda por indicar uma



expressiva melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, provoca, em contrapartida, reflexos cada vez mais fortes sobre o sistema previdenciário. Se nada for feito, dentro de algum tempo faltarão recursos para pagar aos já aposentados, e as futuras gerações sequer terão a expectativa de contar com previdência pública.

Atualmente, dois terços do rendimento total dos idosos no País são provenientes de aposentadoria ou pensão. Pode-se imaginar, com base nesse dado, o gravíssimo problema social que seria criado se em algum momento eles deixassem de receber o que lhes é devido, e que garante seu sustento.

Por isso considero ousada e muito positiva a decisão do Presidente Michel Temer de enviar ao Congresso Nacional a PEC 287/16. Seus objetivos fundamentais são garantir que os aposentados e pensionistas de hoje continuem recebendo seus benefícios e que as próximas gerações, seus filhos e netos, também tenham acesso ao sistema.

Em 2016, a Previdência pagou, mensalmente, cerca de R\$ 33 bilhões, referentes a 29 milhões de benefícios de todos os tipos, e concedeu quase 5 milhões de novos benefícios.

Ao contrário do que afirmam alguns críticos da reforma, isso tem produzido déficits crescentes: R\$ 40,8 bilhões em 2012; R\$ 49,9 bilhões em 2013; R\$ 56,7 bilhões em 2014; R\$ 85,8 bilhões em 2015; R\$ 149,7 bilhões em 2016 e previsão de R\$ 181 bilhões para 2017.

Mais de R\$ 180 bilhões de déficit num único ano, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

Não há sistema que resista a isso.

Pior: não há país que resista a isso.

Portanto, a mudança é indispensável, e está sendo proposta até de forma suave, pois sequer acabará com o déficit, apenas impedirá o descontrole que cada vez mais se anuncia. A meta do Governo é manter os gastos previdenciários em 8% do Produto Interno Bruto, como ocorreu em 2016, revertendo a sequência de crescimento anual que hoje se verifica.

A principal mudança prevista é a fixação de uma idade mínima obrigatória - 65 anos - e de um tempo mínimo de 25 anos de contribuição para aposentadoria voluntária de homens e mulheres, aplicáveis tanto ao Regime Geral de Previdência Social como aos Regimes Próprios de Previdência Social organizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A regra vigente no Regime Geral, que permite aposentadoria exclusivamente



por tempo de contribuição, tem provocado, ao longo do tempo, algumas distorções. Em 2015, enquanto a média das aposentadorias por idade foi de 60,8 anos, a das aposentadorias por tempo de contribuição foi de 54,7 anos.

Considerando os dois tipos de aposentadoria, a idade média para homens no Brasil é de 59,4 anos, muito abaixo da média nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, que chega a 64,6 anos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a média é de 66 anos.

Ao elaborar a PEC 287, o Governo teve o cuidado de evitar prejuízo aos benefícios já concedidos e de proteger os trabalhadores que reúnem as condições para se aposentar, mas permanecem em atividade. Não há, desse modo, nenhum motivo para uma "corrida" em busca da aposentadoria, que tanto pode ser requerida agora como a qualquer tempo depois da promulgação da emenda constitucional.

A par disso, estão previstas regras de transição para homens a partir de 50 anos de idade e mulheres a partir de 45 anos, com um acréscimo de 50% ao tempo de serviço que faltar para a aposentadoria.

Ao se examinar a proposta com atenção e sem preconceitos, pensando no País e não em interesses específicos, fica claro que não existem nela segundas intenções nem desejo do Executivo de prejudicar quem quer que seja. Existe, sim, o propósito claro de revigorar um sistema que, sem essa mudança, tende a um impasse de consequências sociais imprevisíveis e bem antes do que se imagina.

O Brasil e a maioria dos demais países já fizeram reformas previdenciárias em outras ocasiões, e certamente voltarão a fazê-las, principalmente se o crescimento da expectativa de vida de suas populações continuar em ritmo acentuado.

Aqui, as Emendas Constitucionais nº 20, de 1998, e nº 41, de 2003, promoveram aperfeiçoamentos significativos nos Regimes Próprios de Previdência Social, buscando uma aproximação de suas regras com as do Regime Geral de Previdência Social. Com a PEC 287, o objetivo agora é criar uma regra universal de idade mínima e tempo de contribuição, que independa do regime.

Alguns países que hoje estabelecem idade mínima de 65 anos já têm inclusive data prevista para aumentá-la: na Dinamarca, subirá para 67 anos até 2022; na Austrália, até 2023, e, na Alemanha, até 2029. Estamos, portanto, trilhando o mesmo caminho de nações mais ricas e desenvolvidas, que consideram essencial manter o sistema previdenciário adequado à realidade, para não o tornar inviável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além de responsabilidade e espírito público, como frisei de início, um assunto de tal relevância exige total transparência.

O Governo tem feito campanhas nos meios de comunicação para mostrar à sociedade o que pretende com a reforma da Previdência. Cabe ao Congresso Nacional realizar um debate sério, que propicie os esclarecimentos necessários para os Parlamentares poderem votar com consciência e para a população compreender que enfrentar o problema hoje é fundamental para prevenir uma situação terrível no futuro.

A falência da Previdência Social jogaria o Brasil no caos, com milhões de aposentados e pensionistas não tendo como pagar suas despesas básicas. Não vamos permitir que isso aconteça, mesmo que a defesa da reforma provoque aqui ou ali alguma incompreensão.

Mais importante é votar pelo Brasil e pelos brasileiros!

Muito obrigado.

Documento 118/257

012.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2017- CD	19:14
Publ.: DCD - 21/02/2017 - 68	ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apresentação de recurso à Mesa Diretora pela suspensão da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Críticas à proposta do Governo Federal de reforma

previdenciária.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para deixar registrado que já apresentamos à Mesa um recurso pleiteando a suspensão da tramitação da PEC 287 com base na própria Emenda Constitucional nº 95, que estabelece essa condição.

Quando há a tramitação de matéria com efeito econômico-financeiro, tem que ser feito estudo de habilidade técnica, econômica e financeira. Isso não aconteceu. Aliás, essa exigência mandatória pressupõe o apoio de um quinto da Casa.

O recurso já foi apresentado à Mesa. Estamos aguardando a decisão. A partir daí, realmente, ficará demonstrado que, quando retira a competência delegada dos Estados e a transfere para a Justiça Federal, o Governo tem que implementar várias varas da Justiça Federal para poder atender ao que determina a PEC 287.

Por isso, descumpre a Emenda Constitucional nº 95. E estamos aguardando essa decisão.

Na verdade, quero chamar a atenção de todas as pessoas, porque já está decorrendo hoje o quarto dia do prazo de emendamento. Logicamente, fiquemos atentos, porque após o décimo dia as emendas não poderão mais ser apresentadas. E as pessoas não podem deixar de prestar atenção, porque vem o carnaval no meio do caminho. E aí é que pode atravessar o bloco e acabar arrumando problemas para aqueles que querem fazer as suas emendas, até porque essa emenda da previdência é altamente discriminatória, prejudica todos os trabalhadores brasileiros.

Um mapa publicado hoje no caderno do *Folha de S.Paulo* mostra que o Brasil será o país que, dentro da OCDE, terá as situações mais duras e mais complexas para que a pessoa possa se aposentar.

Portanto, eu queria chamar a atenção para isso. Nós revogamos a Lei Áurea e, de repente, estamos tornando o trabalhador brasileiro à situação de escravidão, porque exigir que se trabalhe por 49 anos e que tenha 65 anos de idade é suprimir o direito de aposentadoria.

A idade para se receber os benefícios assistenciais, que hoje é de 65 anos, passará a ser, inicialmente, de 70 anos - pode até ultrapassar. Além disso, os trabalhadores não mais estarão vinculados ao salário mínimo. O trabalhador rural vai perder a sua aposentadoria, porque só

terá condições de recebê-lo no sistema contributivo. Eu acho que deviam criar um fundo soberano com os resultados positivos do agronegócio brasileiro, para garantir a aposentadoria do trabalhador rural.

Essa previdência que está sendo proposta pelo Governo parece um genocídio com o trabalhador. Chamo a atenção de vários Parlamentares que não se deram conta do tamanho dessa proposta, que é inexecutável.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo.

Documento 119/257

010.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/02/2017- CD	11:18
Publ.: DCD - 17/02/2017 - 65	CAPITÃO AUGUSTO-PR -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inconveniência da inclusão dos policiais e bombeiros militares na reforma da Previdência Social em razão das peculiaridades e desvantagens do serviço militar. Pedido aos Deputados de apoio a proposta de emenda à Constituição de autoria do orador sobre a retirada de artigo relativo a policiais e bombeiros militares da proposta de reforma previdenciária.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos assistem pela *TV Câmara* e que nos acompanha pelo Facebook, hoje falarei sobre uma questão que está tirando o sono dos bombeiros e policiais militares do Brasil: a reforma previdenciária.

Já há basicamente um acordo para que não se coloque nessa reforma previdenciária o segmento militar, mas não somente as Forças



Armadas, também bombeiros e policiais militares. Não existe militar tipo A ou tipo B. Militar é militar e está sujeito aos mesmos direitos e deveres, ao mesmo regime. Não há por que se fazer uma distinção.

Já foi retirado basicamente tudo do que foi acordado no final do ano passado, mas ainda há alguns itens que precisamos tirar de uma vez. Não nos furtamos à questão da reforma previdenciária dos militares, mas não é justo colocar essa reforma previdenciária junto com a dos civis, porque não temos diversos direitos que eles têm.

Vou dizer alguns deles. Os militares têm somente 6 dos 34 direitos sociais previstos na Constituição Federal para todos os demais brasileiros. Nós temos vedação ao direito de greve e à sindicalização. Nós somos proibidos de nos candidatar se tivermos menos de 10 anos de serviço. Se formos eleitos, como no meu caso, passamos compulsoriamente para inatividade - se não me reeleger, eu sequer posso retornar ao trabalho e ter meus vencimentos integrais. Não temos direito a hora extra nem a uma jornada de trabalho definida, diferentemente de todos os demais servidores, que trabalham no máximo 164 horas, segundo a Constituição Federal. Os militares chegam a trabalhar mais de 250 horas mensais num serviço extremamente insalubre e perigoso. Além disso, somos a única categoria sem direito ao adicional noturno. Temos o plano de chamada, a partir do qual podemos ser chamados a qualquer momento. Não recebemos adicional de periculosidade, ao qual todos os trabalhadores do Brasil têm direito. Não temos direito a Fundo de Garantia nem a seguro-desemprego. Um praça pode receber menos do que um salário mínimo. Vejam o descabimento! Os militares são os únicos que podem receber menos do que um salário mínimo. Não temos um piso nacional, apesar de tanto termos pedido aqui para que fosse pautado o segundo turno da nossa Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, nem garantia de irredutibilidade do salário. Não temos ainda participação no lucro, redução de riscos inerentes ao trabalho, adicional de remuneração por atividade penosa, insalubre ou perigosa, reconhecimento de convenções e de acordos coletivos de trabalho. Não temos seguro contra acidente de trabalho a cargo do empregador. Estamos sujeitos a um regulamento disciplinar extremamente severo e rigoroso. Devemos obedecer ao Código Penal comum e ao Código Penal Militar ao mesmo tempo, e este sequer prevê fiança - não temos direitos sequer a fiança no Brasil. Somos os únicos servidores que não podem acumular cargo público. Não podemos ficar mais do que 2 anos num cargo civil comissionado. Se formos condenados na Justiça criminal à pena superior a 2 anos, estaremos sujeitos a processo demissionário. Somos a única categoria que tem essa condição. Mesmo inativos, estamos sujeitos ao regulamento disciplinar e ao

Código Penal Militar.

Nós temos inúmeras desvantagens em relação aos servidores comuns. Não podemos tratar a reforma da Previdência em conjunto com os militares. Já tive reunião sobre isso com o Presidente Michel Temer, com o Ministro Henrique Meirelles, com o Líder do Governo e com o Relator da matéria, e há um consenso de que nós militares devemos ser tratados de forma diferenciada. Os militares têm que ter uma reforma previdenciária própria.

Porém ainda há uma questão que está preocupando os bombeiros e os policiais militares do Brasil na reforma previdenciária, porque ainda não se retirou da PEC o inciso que está trazendo ao bojo daquela proposição a questão dos policiais militares.

Nós estamos vendo a insatisfação dos policiais militares de todo o Brasil. Estamos vendo a criminalidade aumentar, o crime organizado crescer e a mortalidade de policiais militares a cada ano batendo recorde - no ano passado, morreram quase 500 policiais militares.

Vejam a manifestação, a paralisação no Estado do Espírito Santo. Estamos pedindo sim para que os policiais militares não sejam punidos. Essa situação pode se alastrar pelo Brasil inteiro. Por isso, fazemos esse pedido encarecidamente.

Peço também aos Deputados que me ajudem a assinar a emenda parlamentar que estou apresentando para retirarmos de uma vez por todas o artigo que trata dos policiais militares e bombeiros militares da reforma previdenciária. Trata-se de justiça e de direito, e não de privilégio ou regalia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 120/257

009.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/02/2017-20:10
Publ.: DCD - 16/02/2017 - 229	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO



Sumário

Compromisso do orador com o acompanhamento do debate de pontos polêmicos da reforma previdenciária.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, iniciamos mais um ano legislativo, com a efervescência de problemas cruciais que afetam o País inteiro. Precisamos levar adiante o combate à corrupção, reduzir os índices de desemprego, reaquecer a economia e promover as reformas que se fazem necessárias para não deixar o Brasil ainda mais fragilizado.

A reforma da Previdência é uma das principais pautas e talvez a mais polêmica a ser discutida neste retorno dos trabalhos desta Casa. O assunto varre o Brasil inteiro, porque preocupa o trabalhador brasileiro, da cidade grande ao menor recanto, do que contribui pelo teto ao que recolhe o menor percentual. Toda mudança impõe receios. É natural que a população esteja considerando a reforma da Previdência algo desnecessário, com o intuito apenas de prejudicar os cidadãos. Poucos buscam entender o déficit previdenciário, este sim um vilão que vem corroendo ano a ano a estrutura de um sistema que tem a responsabilidade social de pagar em dia aposentadorias, pensões e benefícios.

Acusam o Governo de querer dificultar a aposentadoria pelo INSS para fomentar a Previdência privada. Cabe destacar que a Previdência privada jamais se igualará à Previdência Social, que garante ao trabalhador benefícios tais como pensão, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, etc. Absolutamente nenhum cidadão deve abrir mão da Previdência Social.

Afirmam que, por conta da recessão, não é hora de promover uma reforma nesse âmbito. Cabe, então, lembrar que foi por conta de postergar essa medida que a Previdência chegou a esse nível de déficit, que coloca em risco todo o sistema.

Criticam o fato de o Governo apresentar uma proposta que prevê que brasileiros e brasileiras só possam se aposentar a partir dos 65 anos, mas é importante esclarecer que essa é uma tendência mundial. Essa regra já é aplicada em países como México, Bélgica e Suíça. E para mostrar que o Brasil não está na contramão, em alguns lugares, a idade atual para aposentadoria é 65 anos, mas já tem data marcada para subir. É o caso da Dinamarca, onde a

idade se elevará de 65 para 67 anos até 2022. Na Austrália, o mesmo ocorrerá até 2023. Na Alemanha, até 2029 a idade mínima para aposentadoria também será de 67 anos.

Temos recebido muitas mensagens pelas redes sociais de seguidores, a maioria contra a reforma, mas, como membro da Comissão responsável pela análise da proposta, precisamos deixar claro que o Governo tem todo o direito de enviar ao Congresso uma proposição em seus termos. Isso não significa, porém, que iremos aceitar mudanças que agridam os direitos do trabalhador. Estejam certos de que mesmo convivendo entre divergentes, estamos buscando convergência pelo bem da sociedade. Este é o verdadeiro sentido da política.

O meu compromisso e do meu partido, o PRB, é discutirmos e exaurirmos todos os argumentos a favor e contra a reforma. O fato de fazermos parte da base aliada do Governo não significa que apoiaremos qualquer retrocesso, qualquer medida que desestruture a sociedade. O nosso posicionamento será sério, pautado principalmente no respeito àqueles que nos elegem.

Assumimos, portanto, o compromisso público, de sermos os olhos da sociedade, neste momento que requer tanto equilíbrio, serenidade e responsabilidade.

Que Deus abençoe o trabalho nesta Casa! Que a Câmara possa realmente ser protagonista das reformas de que o País tanto necessita, mas sem macular e sem ferir os direitos do trabalhador brasileiro!

Muito obrigado.

Documento 121/257

008.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária	- 15/02/2017-
	CD	16:20
Publ.: DCD - 16/02/2017	- WELITON PRADO-PMB -MG	
160		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação da bancada do PDB contrária ao substitutivo apresentação ao Projeto de Lei nº 6.568, de 2016. Congratulações a entidades sindicais do

Estado de Minas Gerais pela mobilização contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Confiança na rejeição da matéria pela Câmara dos Deputados.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB orienta "não".

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar as entidades sindicais do Estado de Minas Gerais - SINDIFISCO, SINFFAZFISCO, SINDIPUBLICOS, que têm mobilizado suas respectivas categorias para lutarem contra a aprovação da PEC da Previdência, a PEC nº 287, por entenderem que essa reforma ameaça o principal mecanismo de distribuição de renda dos trabalhadores do nosso País, que é a previdência pública e universal.

Acho que há um grande movimento dos trabalhadores no Brasil inteiro e tenho convicção absoluta de que essa proposta, da maneira que foi encaminhada pelo Presidente da República, não passa nesta Casa. As entidades, os sindicatos podem contar com o nosso apoio para somar esforços, para fazer uma modificação radical. Não dá para penalizar o...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Agradecimento ao Partido Socialista Brasileiro pela indicação do orador para membro titular da Comissão Especial destinada à análise da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Críticas ao conteúdo da proposição. Defesa da manutenção da condição de segurado especial para o trabalhador rural.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, saúdo todos com muita alegria e com muita satisfação nesta retomada dos trabalhos aqui no Congresso Nacional.

Estou muito agradecido à Liderança do meu partido e aos componentes da bancada do Partido Socialista Brasileiro por ter sido indicado como um dos membros titulares da Comissão Especial que vai tratar da proposta de reforma da Previdência.

Esse tema envolve todos, sejam os trabalhadores rurais, os segurados especiais, sejam os trabalhadores mais jovens do meio urbano, nas mais diversas categorias.

Hoje haverá a primeira reunião da Comissão para, logicamente, definir o plano de trabalho e, depois disso, começar a avaliar os requerimentos. Na pauta de hoje há 63 requerimentos, afora os que virão extrapauta, logicamente. Vejo aqui, colegas Deputados, um grande número de audiências públicas sendo requeridas por Parlamentares dos mais diversos partidos e uma atenção especial para as questões pertinentes aos segurados especiais.

Para quem não sabe, eu sou agricultor familiar, Deputado Júlio Delgado. Trabalhei na agricultura até os 25 anos de idade, quando fui militar no movimento sindical, e hoje estou aqui.

A agricultura familiar tem algumas coisas diferentes. Se a agricultura familiar é de um jeito no sul do Brasil, ela é diferente na Paraíba, no norte de Minas e em Goiás. Isso tudo precisa ser compreendido. E ela é mais diferente ainda no Norte do Brasil, onde, muitas vezes, fala-se no extrativista e não no agricultor.

Um capítulo que está nessa proposta visa fazer mudanças na Previdência Social do homem que trabalha sem carteira, sem 13º



salário, sem salário fixo, sem Fundo de Garantia, que trabalha diuturnamente, inclusive, nas lidas da agricultura - não existe feriado, domingo, Natal nem ano-novo -, exposto à chuva e às variações do tempo: geadas no sul e calor escaldante no norte.

Nossa categoria está sendo castigada. Essa reforma é cruel, muito cruel, e, sem dúvida nenhuma, especialmente desumana com as mulheres trabalhadoras rurais. Essas moças começam a trabalhar cedo, estão na lida do dia a dia da atividade e têm dupla jornada. Assim como estão na lavoura, na pecuária, elas também estão nas lidas na propriedade da família, na casa, preocupadas com a alimentação, com o vestuário, com os filhos e assim por diante.

Hoje, essa mulher se aposenta aos 55 anos de idade, conforme a Constituição de 1988. Quero reiterar aqui que o Constituinte de 1988 foi sábio ao fazer a diferenciação de idade para aposentadoria entre homens e mulheres - 55 anos de idade para a mulher e 60 anos de idade para o homem.

Agora, a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, quer igualar mulheres e homens e aumentar a idade de aposentadoria para 65 anos. Podem ter certeza, colegas Deputados, que, especialmente no Nordeste brasileiro, as mulheres rurais não vão mais se aposentar. Essa reforma é a exclusão da aposentadoria desse segmento que coloca a semente na terra, reza para que chova, a fim de que se tenha o pão nosso de cada dia para partilhar entre a família e vender as sobras para sustentar os familiares.

Eu queria fazer aqui um apelo não só aos 37 Parlamentares que estão na Comissão e que começam o trabalho hoje, de fato e de direito, mas também a toda a Casa, aos movimentos sociais, ao movimento sindical, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ao sistema cooperativo do País, que tem na sua essência a agricultura, sobretudo a agricultura familiar, que põe 70% da comida na mesa do povo brasileiro, gera emprego e renda. Nós não queremos nada de graça. Nós queremos apenas condições para continuar na atividade, produzindo alimento e, ao mesmo tempo, tirando o sustento para as nossas famílias.

Reitero pedido no sentido de olharmos o trabalhador dessa categoria como segurado especial, conforme está escrito na Constituição Federal e na nossa legislação. Se é segurado especial, é porque pertence a uma categoria diferenciada.

Concluo reiterando esse apelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 123/257

007.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	14/02/2017-14:44
Publ.: DCD - 15/02/2017 - 25	BETINHO GOMES-PSDB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Necessidade de alteração pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. Apresentação pelo orador de emendas ao texto da proposição.

O SR. BETINHO GOMES (Bloco/PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estamos iniciando nesta tarde um debate sobre um tema de grande repercussão na vida da população brasileira.

Hoje propriamente se instala e se inicia o processo de discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, enviada a esta Casa pelo Governo Federal e que trata de alterações nas regras da Previdência Social.

Esse é um tema palpitante que vai mobilizar toda a sociedade e, naturalmente, requer da Casa tranquilidade, compreensão da complexidade do trabalho e capacidade de ouvir os diversos atores sociais que desejam e que precisam participar da discussão.

É natural que, diante da crise econômica profunda que nós estamos vivenciando, fruto da própria organização de um Estado que não consegue fazer frente aos desafios da sociedade, agora se busque a



iniciativa de se discutirem as diversas ações de alcance do Governo Federal, as diversas políticas públicas. E a Previdência sempre foi considerada tema central para se buscar o equilíbrio econômico do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, garantir justiça social.

A Previdência, naturalmente, não pode ser enxergada apenas por meio das cifras, como uma rubrica no Orçamento que compromete fatia do recurso público. Ela tem que ser vista e encarada também como é: uma política social de amparo ao trabalhador, de amparo aos pensionistas, de amparo àqueles que precisam dos programas aos quais ela dá sustentação.

Mas é claro que ao longo do tempo a população brasileira vem envelhecendo, e hoje nós estamos diante de um dilema: o que fazer para manter a Previdência equilibrada e, ao mesmo tempo, preservar a sua função social?

O Governo mandou para cá uma proposta de reforma. É o pontapé para o debate, que, como já disse, tem que ser feito com muita clareza. E, obviamente, o fato de o Governo ter mandado a sua proposta não significa que o que será discutido a partir de hoje deva ser o resultado final. O Parlamento tem a obrigação de discutir propostas de alteração do texto enviado, e é nesse sentido que nós vamos apresentar as nossas opiniões.

Neste momento, quero dizer que estou tomando essa iniciativa para buscar aperfeiçoar um texto que veio com dureza, que veio com a busca de celeridade por resultados, mas que talvez não seja adequado para se fazer uma transição no quadro de dificuldades que vive o povo brasileiro.

Apresento, portanto, Sr. Presidente, três emendas para o debate da reforma da Previdência.

A primeira modifica o tempo de contribuição. Pela proposta original, para se ter direito ao benefício integral da Previdência, é necessário contribuir por 49 anos. Apresento uma proposta em que o percentual inicial passa de 51% para 60%, de modo que a contribuição em vez de ser por 49 anos passa a ser por 40 anos para se ter acesso à aposentadoria integral.

Apresento, também, uma proposta para a manutenção da idade mínima de aposentadoria para o trabalhador rural como é hoje. Como já foi dito aqui, o trabalhador rural não pode ser tratado e encarado da mesma maneira que o trabalhador urbano. É preciso compreender as dificuldades do homem do campo, que começa mais cedo sua

atividade, que se sacrifica muito mais, que tem um esforço muito maior, muitas vezes, do que o trabalhador urbano, não sendo justo exigir sacrifício desse trabalhador. Portanto, estou defendendo que se mantenha a regra atual da idade mínima para o trabalhador rural.

E a última emenda é para que os benefícios de proteção continuada não sejam nunca menores que um salário mínimo, porque eles são uma política social, como o nome diz, de proteção às pessoas mais necessitadas.

Com essas propostas iniciais, Sr. Presidente, quero contribuir para que nós possamos fazer um debate que garanta, de um lado, o objetivo de equilibrar a Previdência Social, para garantir que no futuro os aposentados não fiquem sem o seu sagrado recurso, ao final de uma vida inteira de trabalho, e, de outro lado, a necessidade de se garantir a continuidade do papel social dessa política pública fundamental.

Dessa maneira, espero que a Comissão que se instala agora para discutir a proposta ouça a sociedade, traga especialistas para o debate e estabeleça regras de transição que sejam possíveis de se implementar sem sacrificar ainda mais o povo brasileiro, sobretudo aqueles que dependem da sua aposentadoria.

Com isso, Presidente, eu espero e desejo que a Comissão faça um bom trabalho e que nós possamos ter uma reforma que esteja de fato à altura das necessidades do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Deputado.

Documento 124/257

007.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 14/02/2017-15:02
CD

Publ.: DCD - 15/02/2017 -
28

ROBERTO DE LUCENA-PV -SP

CÂMARA

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO

Sumário

Participação do orador na Comissão Especial destinada à análise de proposta de reforma da Previdência Social como membro suplente. Necessidade de realização de reforma no sistema previdenciário. Crítica à proposta encaminhada pelo Governo Michel Temer. Posicionamento favorável à defesa dos direitos do trabalhador.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, exatamente neste momento estamos dando início aos trabalhos na Comissão Especial que discute a reforma da Previdência. Eu faço parte desta Comissão, como suplente, representando o Partido Verde.

E nós temos um trabalho intenso pela frente, uma agenda com importantes demandas, importante volume de requerimentos, que passam a ser apreciados a partir de agora, de solicitação de audiências públicas, de emendas já colocadas ao texto da proposta enviada pelo Governo para o Congresso Nacional e, de maneira especial, para esta Casa.

A reforma da Previdência, Sr. Presidente, é um tema urgente. Ela é imprescindível e necessária. Nesta minha fala quero reconhecer a coragem do Governo Temer, que coloca um tema complexo e delicado diante de um momento tão difícil, como o que nós estamos enfrentando: uma crise multifacetada, fundamentada em variáveis múltiplas.

O reconhecimento que faço desta iniciativa do Governo se deve à Matemática, que é a ciência exata de que nós precisamos pensar hoje na Previdência de amanhã.

Nós vivemos uma transição demográfica. No Brasil há 27 milhões de brasileiros com mais de 60 anos de idade. Em 9 anos haverá 35 milhões de brasileiros com mais de 60 anos. No ano de 2050 haverá mais de 60 milhões de brasileiros com mais de 60 anos. Portanto, hoje a base da pirâmide do sistema previdenciário é de contribuintes e o seu pico é de beneficiados.

No entanto, na medida em que fizermos essa transição demográfica, inclusive considerando o aumento da expectativa da vida, haverá uma inversão dessa pirâmide. Chegará o momento em que o contribuinte de

hoje se aposentará. Se não tivermos a iniciativa de nos debruçarmos de maneira responsável e coerente sobre essa agenda, se não fizermos os nossos exercícios, a nossa lição de casa, certamente viveremos um colapso em relação à Previdência logo mais adiante.

Quero registrar que para a reforma da Previdência o Governo conta com o meu apoio, meu trabalho e minha defesa. Nós estaremos na Comissão Especial fazendo a defesa da importância de o Brasil fazer essa discussão nesse momento. No entanto, a proposta de reforma da Previdência que o Governo enviou para Congresso Nacional não tem a menor condição de ser apreciada. Repito, Sr. Presidente, se nós tivermos um pingão de decência nesta Casa, esta proposta, da maneira como está, não avança.

É claro que reconheço que o Presidente Michel Temer, que é um homem do diálogo, que já presidiu esta Casa várias vezes, certamente enviou o tema para cá sabendo que, durante a discussão, ele seria acrescentado, enriquecido, valorizado. É isso que nós vamos fazer.

O nosso posicionamento é o de defesa dos direitos do trabalhador, do aposentado, do pensionista, do servidor público. Faremos um esforço para que não haja a frustração da expectativa de direitos daqueles que já estão contribuindo para o sistema previdenciário, dentro de um jogo com regras já estabelecidas.

Sr. Presidente, este é o registro que fazemos. Estamos iniciando os trabalhos. A jornada será longa e árdua. Estaremos lutando para que o Brasil assegure o direito previdenciário e os benefícios daqueles que contribuíram com a construção da riqueza nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Que Deus abençoe o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Roberto de Lucena.



Publ.: DCD - 15/02/2017 - ZÉ GERALDO-PT -PA
29

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Contrariedade ao texto da proposta de reforma da Previdência Social do Governo Michel Temer.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, o Governo do Presidente Michel Temer, com os grandes meios de comunicação, está fazendo um grande esforço para apresentar uma justificativa ao povo brasileiro, principalmente ao contribuinte da Previdência Social, sobre a necessidade de reforma da Previdência. Segundo ele, se não for feita essa reforma, daqui a 10, 15, 20 anos, não haverá dinheiro para pagar as aposentadorias porque a Previdência vai falir.

Na verdade, tudo isso é conversa fiada, tudo isso é papo-furado, tudo isso é mentira! É verdade que nós precisamos fazer uma atualização na Previdência. Entretanto, o Governo do Presidente Michel Temer, com essa proposta que foi mandada para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados, vai levar a Previdência Social à falência. Esta proposta, sim, vai fazer com que, daqui a 10, 15, 20, 30 anos, não tenhamos Previdência Social.

Por que estou aqui afirmando isso? Porque se essa reforma que está aí for aprovada, o cidadão vai ter que começar a pagar a Previdência com 17, 18 anos para se aposentar aos 69 anos!

Qual cidadão deste País que sabe fazer um pouquinho de conta vai começar a pagar a Previdência Social aos 17, 18 anos para poder se aposentar aos 69 anos, ganhando um salário mínimo? O cidadão não vai pagar. É muito melhor ele pegar o dinheirinho mensal que vai pagar todos esses anos e colocar na poupança porque, quando ele chegar aos 69 anos, esse dinheiro vai render quatro, cinco vezes mais o valor da aposentadoria que ele irá receber.

Outra coisa. E quem tem 30, 35, 40 anos, vai começar a pagar a Previdência para quê? Para se aposentar aos 90 anos? Não vai pagar também. Outros vão procurar os fundos privados. Essa proposta é o desmonte da Previdência Social!

Só um Governo ilegítimo, irresponsável, como o Governo do Michel Temer e do Sr. Henrique Meirelles, dessa equipe que só pensa em números, não pensa no povo, não tem coração, manda uma proposta dessa natureza para cá.

É mentira que a Previdência Social seja deficitária. Sabe por que está deficitária, povo brasileiro? Porque o Governo não paga a sua parte.

A reforma da Previdência é necessária? Ela é deficitária? É, porque o Governo deixa de pagar a sua parte. Quando o Governo depositar a sua parte ela deixa de ser deficitária.

Vamos dizer a verdade! Vamos fazer esse debate de forma aprofundada, vamos abrir os números para que a verdade seja dita.

Essa reforma é uma enganação. É mais uma forma de arrecadar dinheiro para cumprir com esses juros loucos que existem só no Brasil. Em nenhum lugar do mundo é aplicada uma taxa de juros tão escravizante como a que se aplica ao povo brasileiro.

Não estou falando aqui dos cheques especiais. Estou falando das taxas de juros normais. Um fogão fabricado em São Paulo sai da fábrica por 280 reais. Lá em Belém do Pará o cidadão vai à loja e paga mais de 1.000 reais, em várias prestações no cartão, porque está embutida uma enorme taxa de juros.

Portanto, de jeito nenhum podemos concordar com esse discurso de que a Previdência vai falir se não houver reforma, que ela não vai ter dinheiro para pagar as aposentadorias. Dizem isso para colocar medo no povo brasileiro.

Nós precisamos, sim, que haja atualização da Previdência, o que é normal - nessa proposta os Deputados podem votar -, e não dessa reforma que está sendo proposta. Eu não vou votar de jeito nenhum nessa reforma da Previdência.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 126/257

007.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 14/02/2017-16:48
Publ.: DCD - 15/02/2017 - 49 ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão Especial da reforma da Previdência Social, de requerimentos de realização de audiências públicas. Contrariedade do orador a tópicos da proposta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e dizer que a reunião da Comissão Especial que analisa a reforma da previdência aprovou hoje vários requerimentos para realização de audiências públicas antes de se definir a votação da reforma.

Essa proposta de reforma da previdência está, sem dúvida nenhuma, deixando muitos trabalhadores apreensivos. Eles estão se sentindo prejudicados e estão preocupados com tudo o que existe de tentativa de se consertar o desastre econômico-financeiro do País à custa deles e dos segurados. Portanto, a aprovação dos requerimentos foi um passo importante.

Continuaremos lutando para demonstrar que não existe o tal prejuízo de que falam, porque no ano passado, com a aprovação da DRU, mais de 120 bilhões foram retirados da Seguridade Social, e até 2023, que é até quando vai o período da DRU, teremos cerca de 1 trilhão de reais de prejuízo, o tal ralo a que se referem. Aliás, com a PEC sobre o teto dos gastos públicos tentaram levar a DRU até 2036.

Não podemos concordar que o trabalhador brasileiro, para ter direito à aposentadoria integral, passe a trabalhar por 49 anos, como se houvesse empregabilidade total no nosso País. Isso não é a realidade. Também não concordamos com outros pontos: que se considere a mesma idade tanto para o homem quanto para a mulher; que se suprima um direito extremamente importante, que é o da cumulatividade da pensão e aposentadoria; que se eleve para 70 anos,

lamentavelmente, a idade mínima referente ao BPC-LOAS, sem a garantia de um salário mínimo de forma permanente; e que se retire a vantagem que o trabalhador rural tem hoje, levando-o à mesma condição do trabalhador urbano.

Portanto, agradeço à Comissão por ter discutido essas matérias.

Obrigado, Presidente Rodrigo Maia.

Documento 127/257

005.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/02/2017-09:10
Publ.: DCD 10/02/2017 -	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta do Governo Michel Temer de reforma da Previdência Social. Submissão da política econômica do Governo brasileiro a imposições do capital financeiro internacional.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) -
Bom dia a todas e todos.

A reforma da Previdência, se aprovada aqui, Sras. e Srs. Deputados, significará um grande retrocesso para o nosso País.

Não adianta posar aqui de defensor de direitos dos policiais, dos servidores públicos e de trabalhadores e defender essa reforma, que representa destruição de direitos. Não adianta dizer que defende a vida e que combate a violência se esse sistema que se pretende implantar vai destruir a dignidade do povo e alimentar a violência.

As Propostas de Emenda à Constituição nºs 241 e 257 já autorizaram o

congelamento por 20 anos dos salários e a destruição de direitos previdenciários e trabalhistas. No meu Estado, o Pará, o Governador, por ter hegemonia na Assembleia, já passou um rolo compressor nos direitos dos servidores.

É claro que isso vai gerar reação! O que ocorreu ontem aqui é o início de uma grande reação nacional. Então, não venham querer cobrar do trabalhador que pague essa dívida provocada por um sistema estruturalmente corrupto. E, principalmente, não tem Michel Temer legitimidade para comandar um processo como esse.

Os Deputados e Senadores têm que ter clareza. O povo está confuso. Foi ludibriado e aceitou um golpe. Grande parte daqueles que estiveram nas ruas já começaram a perceber isso. Ainda hoje é ou não é difícil para nós?

Eu não votei no Deputado Rodrigo Maia na primeira vez nem agora. Mas como Deputado eu fico triste porque sei que, quando a Polícia Federal denuncia o Presidente de um Poder por ter recebido 1 milhão de reais de propina para a campanha de seu pai, como forma de lavagem de recursos - eu não sei se é verdade, ele vai ter oportunidade de se defender -, isso, é claro, atinge todos nós, porque o povo diz "*Todos os políticos são corruptos*".

Então, é necessário enfrentar os problemas centrais deste País. Vou dar um exemplo: nós aprovamos aqui - mas o PSOL foi contra! -, em dezembro, comprometer 1 trilhão, 722 bilhões de reais com pagamento de juros e amortização da dívida. Ao mesmo tempo, aprovamos auditoria. Michel Temer já vetou a auditoria. Sabem por quê? Porque quem manda neste País é o grande capital financeiro. Essa reforma aí está dentro do acordo de Washington, do Consenso de Washington. É tudo imposição do grande capital.

E um bando de gente aqui... O Deputado Darcísio Perondi, ontem até comprometeu o Embaixador da China, que deve estar bastante incomodado com a afirmação imputada a ele de que "*No Brasil está ocorrendo uma revolução capitalista em 8 meses*". Na verdade, querem destruir.

Por que não se enfrentam os grandes capitais?

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a partir da próxima semana,

começaremos a trabalhar aqui na Câmara dos

Deputados naquilo que será um dos maiores retrocessos sociais da história nacional e, sem dúvida, uma das maiores maldades do Governo Temer: a reforma da Previdência proposta pelo Poder Executivo.

O principal ponto da reforma é o estabelecimento da idade mínima de 65 anos para aposentadoria pelo RGPS - Regime Geral de Previdência Social, operado pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, e para aposentadoria dos servidores públicos, homens e mulheres, sem distinção, o que representa um retrocesso histórico. Além do mais, a cada ano adicional na média brasileira de expectativa de sobrevida aos 65 anos, será acrescentado um ano à idade mínima de 65 anos.

Tive a honra de ser indicado pelo PSOL para compor a Comissão Especial que analisará a matéria, em conjunto com meu companheiro Ivan Valente. Seremos, portanto, implacáveis na defesa dos direitos previdenciários de nosso povo e nos insurgiremos contra qualquer manobra que tente cercear o indispensável debate de um tema tão vital e sensível a milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Tanto para os servidores públicos, quanto no INSS o valor das aposentadorias corresponderá a apenas 51% da média das remunerações e dos salários de contribuição, mais 1% para cada ano de contribuição, até se chegar a 100%. Portanto, serão necessários 49 anos de contribuição para que o servidor possa obter um benefício equivalente a 100% da média dos seus salários de contribuição. **Há o fim do fator previdenciário e da fórmula 85/95 como regra de cálculo.**

Haverá ainda a exigência de 25 anos de contribuição, o que representa também grande dano, visto que hoje o tempo mínimo é de 15 anos para a aposentadoria por idade no INSS. Esse é um requisito muito difícil de ser obtido no mercado de trabalho brasileiro, caracterizado pela informalidade. Isso significa dizer que os brasileiros vão trabalhar até a morte, que a aposentadoria vai ser privilégio de apenas alguns.

Essa contrarreforma, que pode ser traduzida como um crime contra o povo brasileiro, é justificada por um discurso falacioso de equilibrar as contas públicas. O Governo anuncia déficit de R\$ 181,2 bilhões em 2017. Porém, fabrica-se esse déficit omitindo-se que a Previdência Social está inserida na Seguridade Social, que abrange as áreas de saúde, assistência e previdência, e conta com expressivas receitas, como a COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em 2015 houve superávit de R\$ 11,17 bilhões, segundo a ANFIP - Associação

Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

O Governo Federal anuncia déficit em 2017 de R\$ 35,12 bilhões na Previdência dos Servidores Civis e de R\$ 52,16 bilhões no total, incluindo-se os militares. Porém, fabrica-se esse déficit por meio do desmonte do Estado. De 1991 a 2015, em 24 anos, o número de servidores civis ativos do Poder Executivo cresceu apenas 8%, de 662 mil servidores para 717 mil servidores. No mesmo período, a população brasileira cresceu 39%. Dessa forma, é lógico que as contribuições dos ativos não vão cobrir as aposentadorias.

Além do mais, não é verdade que o gasto com previdência dos servidores está explodindo. O gasto com pessoal, incluindo-se aposentados e pensionistas, de todos os Poderes caiu de 54,5% da Receita Corrente Líquida em 1995 para 38% em 2015.

Para 2017, o Governo Federal planeja gastar R\$ 1,722 trilhão, que representa 50,66% do Orçamento, com juros e amortizações de uma dívida pública imoral e ilegal, que jamais foi auditada, contrariando expresso dispositivo constitucional. Mesmo desprezando-se a chamada "rolagem" ou "refinanciamento" da dívida, calculada pelo Governo em R\$ 925 bilhões, ainda restam R\$ 797 bilhões gastos com a dívida no corrente ano, valor esse superior a todos os gastos previstos com a Previdência Social, INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e RGPS - Regime Geral de Previdência Social, planejados em R\$ 650 bilhões.

Todo o diagnóstico oficial, de que no futuro a relação entre aposentados e trabalhadores ativos vai se multiplicar, torna-se irrelevante quando consideramos quem são os verdadeiros privilegiados no orçamento público: os grandes bancos e investidores. Isso sem mencionar que a arrecadação, inclusive do INSS, tem sido prejudicada pelas constantes desonerações tributárias e pela recessão econômica, desemprego, resultante das altíssimas taxas de juros, que privilegiam os beneficiários da dívida pública.

Mantendo-se a atual política econômica, que coloca em primeiro lugar o pagamento da dívida e não prioriza os investimentos sociais, como em educação e saúde, jamais o País poderá se desenvolver e aumentar e distribuir significativamente sua riqueza, o que permitiria, com folga, garantir as aposentadorias no futuro, sem necessidade alguma dessa odiosa e absurda reforma.

Portanto, essa reforma foi pensada para agradar ao setor financeiro privado, ao visar aumentar os pagamentos de juros e amortizações da dívida pública e empurrar os trabalhadores para a previdência privada,

controlada também pelos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 128/257

005.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/02/2017-10:04
Publ.: DCD 10/02/2017 -	HEITOR SCHUCH-PSB -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Votos de êxito aos Deputados na condução dos trabalhos da atual sessão legislativa. Atividades do orador durante o recesso parlamentar. Críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alterações nas regras da seguridade social.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, nesta minha primeira manifestação deste ano de 2017, reitero aqui meus votos de um bom ano de trabalho, de debates e encaminhamentos aos diversos temas.

Que tenhamos todos muita serenidade na condução deste Parlamento, em especial a Mesa Diretora possa ter também o tempo necessário para que cada tema seja debatido com as instituições, com a representação da sociedade civil e com tantos quantos tenham interesse em cada um desses temas.

Nesse período de recesso, confesso que trabalhei muito, tive a alegria de participar de plenárias regionais dos sindicatos, com mais de duzentas representações municipais, e pessoalmente visitei 35 Municípios, falando com os Prefeitos empossados, os Vereadores, os Presidentes de Câmaras, sindicatos, cooperativas e tantas outras lideranças. E o tema central sobre o qual todos perguntam são as reformas, em especial a reforma da Previdência Social, que mexe com a vida de todos os brasileiros, tanto os que estão aposentados, quanto os que estão para se aposentar, mas, em especial, as pessoas mais novas, mais jovens, que já estão no mercado de trabalho desde muito



cedo, para quem agora essa reforma, a PEC 287, é uma ameaça muito cruel e ao mesmo tempo covarde, na minha avaliação. É cruel porque joga todo um cenário de incertezas para uma imensidão de pessoas, especialmente homens com menos de 50 anos de idade e mulheres com menos de 45 anos de idade.

Portanto, isso precisa ser muito bem avaliado, para que não se cometa nenhuma injustiça. Qual é a entidade, qual é a empresa, qual é o comércio, qual é a indústria que vai contratar uma pessoa com 65 anos, 66 anos, 69 anos de idade para as atividades profissionais? O projeto, portanto, atinge tanto os trabalhadores rurais quanto os trabalhadores da cidade que trabalham na indústria e no comércio.

Pior do que isso - e por isso digo que é covarde -, porque a mulher tem dupla jornada. A mulher tem o trabalho da sua atividade laboral, da sua atividade profissional e, quando chega a casa, tem ainda as tarefas do lar, da família, dos filhos, da alimentação, do vestuário e tantas outras coisas mais. Portanto, precisa ela ter atenção especial.

Quero voltar a este tema nesta Casa em outras oportunidades, Presidente Manato, mas, desde logo, quero agradecer à minha bancada, do PSB, por fazer parte dessa Comissão Especial em defesa...

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha através dos meios de comunicação desta Casa.

Como meu primeiro pronunciamento no ano de 2017, quero desejar a todos os Parlamentares um ano de muitos debates e de construção, e à Mesa Diretora, eleita no último dia 2 por ampla maioria, serenidade na condução desta Casa do Parlamento. Permita ela que os debates sejam feitos com a participação das pessoas, especialmente no tocante às duas grandes reformas que aqui tramitam.

Nesse período de recesso, trabalhei muito, participei de dezenas de reuniões, que envolveram mais de 200 Municípios, e estive visitei pessoalmente 35 Municípios, somente em janeiro.

O tema central foi um só, as reformas enviadas a esta Casa pela Presidência da República, em especial a reforma da Previdência

Social, que mexe com a vida de todos os brasileiros.

Sras. e Srs. Parlamentares, quero expressar aqui o que recolhi de impressões em minhas andanças.

A reforma da Previdência é cruel e covarde. Digo cruel porque joga todo um cenário de incertezas para a maioria da população brasileira, que ainda não chegou aos 45 anos de idade, no caso das mulheres, e aos 50 anos de idade, no caso dos homens. Esses cidadãos, em sua maioria, ficarão impossibilitados de manter a regularidade das contribuições previdenciárias para chegarem aos 65 anos e garantirem a aposentadoria integral, primeira e especialmente, porque o mercado de trabalho brasileiro restringe o acesso de pessoas com idade mais avançada, em segundo lugar, porque a rotatividade no mercado de trabalho é elevada, e é comum trabalhadores ficarem períodos de tempo desempregados e sem contribuição.

Digo covarde porque atinge majoritariamente os trabalhadores de renda mais baixa e penaliza as mulheres, que, em sua maioria, enfrentam dupla jornada de trabalho, além de receberem remuneração inferior à dos homens. Atinge também a maioria dos pequenos Municípios brasileiros, que têm nas aposentadorias o maior ingresso de receitas, responsáveis pela movimentação da economia local, na maioria das vezes, superando inclusive o orçamento municipal.

Ela é cruel e covarde com os segurados especiais, que compreendem os agricultores, os pescadores, os meeiros e os arrendatários, que hoje se aposentam aos 55 anos, se mulher, e aos 60 anos, se homem, com pelo menos 15 anos de atividade. Eles contribuem através do desconto de 2,1% de todo o produto comercializado, contemplando o grupo familiar e garantindo um salário mínimo de pensão por morte ao cônjuge.

Pesquisa demonstra que 70% das mulheres e 78% dos homens começam a trabalhar antes de completar 14 anos e serão obrigados a ficar na atividade por mais 50 anos, até completarem 65 anos de idade, 10 anos mais para a mulher e 5 para o homem. Todos sabemos que a atividade rural é dura e pesada e depende da chuva e do sol, e que frequentemente safras são frustradas.

Uma reforma do tamanho dessa precisa de um amplo debate com toda a sociedade para fazer as correções que se fazem necessárias e não comprometer o futuro da população que mais precisa de proteção quando chega à velhice. É preciso também que se discuta o lado da receita, combatendo a sonegação fiscal, inclusive as referentes ao setor rural. E, principalmente, é necessário enfrentar as despesas com

o pagamento de juros e serviços da dívida, que em 2017 deverá consumir R\$ 1,7 trilhão de um orçamento total de R\$ 3,5 trilhões, cifra insuportável para a frágil economia brasileira.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja dado como lido e encaminhado à publicação nos órgãos de comunicação desta casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 129/257

006.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	09/02/2017-14:06
Publ.: DCD 10/02/2017 -	- ANDRÉ FUFUCA (PRESIDENTE)-PP -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Ciência ao Plenário de Atos da Presidência de constituição de Comissão Especial destinada à emissão de parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 287-A, de 2016, do Poder Executivo, que altera os arts. 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, sobre alteração das regras da seguridade social; e de constituição de Comissão Especial destinada à emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário.

O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

Ato da Presidência

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 287-A, de 2016, do Poder Executivo, que "altera os arts. 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de



transição e dá outras providências", e

Resolve

I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 09 de fevereiro, quinta-feira, às 15 horas, no Plenário 01 do Anexo II.

Brasília, 9 de fevereiro de 2017.

Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSIÇÃO: PEC 287-A/16

PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Titulares: Adail Carneiro (PP), Alexandre Baldy (PTN), Arnaldo Faria de Sá (PTB), Carlos Marun (PMDB), Darcísio Perondi (PMDB), Diego Garcia (PHS), Erivelton Santana (PEN), José Carlos Aleluia (DEM), Julio Lopes (PP), Lelo Coimbra (PMDB), Maia Filho (PP), Major Olimpio (SD), Mauro Pereira (PMDB), Pauderney Avelino (DEM), Professor Victório Galli (PSC), Vinicius Carvalho (PRB).

Suplentes: Alceu Moreira (PP), Beto Salame (PP), Cristiane Brasil (PTB), Dulce Miranda (PMDB), João Campos (PRB), Junior Marreca (PEN), Mandetta (DEM), Marcelo Matos (PHS), Marcus Vicente (PP), Nelson Meurer (PP), Onyx Lorenzoni (DEM), Paulo Pereira da Silva (SD), Pedro Chaves (PMDB), Pr. Marco Feliciano (PSC), Ronaldo Benedet (PMDB), 1 vaga.

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Titulares: Arlindo Chinaglia (PT), Assis Carvalho (PT), Capitão Augusto (PR), Eros Biondini (PROS), Jandira Feghali (PCdoB), José Mentor (PT), Laerte Bessa (PR), Marcelo Álvaro Antônio (PR), Pepe Vargas (PT), Reinhold Stephanes (PSD), Thiago Peixoto (PSD).

Suplentes: Cabo Sabino (PR), Davidson Magalhães (PCdoB), Delegado Waldir (PR), Luiz Sérgio (PT), Luizianne Lins (PT), Reginaldo Lopes (PT), Rubens Otoni (PT), Victor Mendes (PSD), 3 vagas.

PSDB/PSB/PPS/PV

Titulares: Arthur Oliveira Maia (PPS), Bebeto (PSB), Eduardo Barbosa (PSDB), Evandro Gussi (PV), Giuseppe Vecci (PSDB), Heitor Schuch (PSB), Marcus



Pestana (PSDB).

Suplentes: Adilton Sachetti (PSB), Marcos Abrão (PPS), Maria Helena (PSB), Roberto de Lucena (PV), 3 vagas.

PDT

Titular: 1 vaga.

Suplente: 1 vaga.

PSOL

Titular: Ivan Valente.

Suplente: Edmilson Rodrigues.

Rede

Titular: Alessandro Molon.

Suplente: Miro Teixeira.

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo, que "altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências", e

Resolve

I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 09 de fevereiro, quinta-feira, às 15 horas, no Plenário 02 do Anexo II.

Brasília, 09 de fevereiro de 2017.

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSIÇÃO: PL 6.787/16

PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Titulares: Antonio Bulhões (PRB), Celso Maldaner (PMDB), Daniel Vilela (PMDB), Diego Garcia (PHS), Efraim Filho (DEM), Eli Corrêa Filho (DEM), Gilberto Nascimento (PSC), Jerônimo Goergen (PP), Jones Martins (PMDB), Laercio Oliveira (SD), Lázaro Botelho (PP), Renata Abreu (PTN), Ronaldo Carletto (PP), Sergio Souza (PMDB), Walney Rocha (PEN), Zeca Cavalcanti (PTB).

Suplentes: Abel Mesquita Jr. (DEM), Alceu Moreira (PMDB), Arthur Lira (PP), Covatti Filho (PP), Darcísio Perondi (PMDB), Fernando Monteiro (PP), Junior Marreca (PEN), Laura Carneiro (PMDB), Marcelo Matos (PHS), Mauro Pereira (PMDB), Paes Landim (PTB), Paulo Pereira da Silva (SD), Pr. Marco Feliciano (PSC), Roberto Sales (PRB), 2 vagas.

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Titulares: Benedita da Silva (PT), Bilac Pinto (PR), Cabo Sabino (PR), Daniel Almeida (PCdoB), Edmar Arruda (PSD), Eros Biondini (PROS), Gorete Pereira (PR), Goulart (PSD), Helder Salomão (PT), Patrus Ananias (PT), Wadih Damous (PT).

Suplentes: Assis Melo (PCdoB), Evandro Roman (PSD), Leonardo Monteiro (PT), Paulão (PT), Robinson Almeida (PT), Waldenor Pereira (PT), 5 vagas.

PSDB/PSB/PPS/PV

Titulares: Arnaldo Jordy (PPS), Átila Lira (PSB), Evair Vieira de Melo (PV), Fabio Garcia (PSB), Geovania de Sá (PSDB), João Gualberto (PSDB), Rogério Marinho (PSDB).

Suplentes: Carmen Zanotto (PPS), Danilo Cabral (PSB), Elizeu Dionizio

(PSDB), Evandro Gussi (PV), Marinaldo Rosendo (PSB), Vitor Lippi (PSDB), 1 vaga.

PDT

Titular: 1 vaga.

Suplente: 1 vaga.

PSOL

Titular: Chico Alencar.

Suplente: Luiza Erundina.

PSL

Titular: Alfredo Kaefer.

Suplente: Dâmina Pereira.

Documento 130/257

006.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de	09/02/2017-15:51
	Debates - CD	
Publ.: DCD	- SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG	
10/02/2017 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Críticas ao Governo Federal pela falta de empenho na busca de solução para o



problema de segurança pública no Estado do Espírito Santo. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social, ante os prejuízos aos militares, aos trabalhadores rurais e aos professores.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer a gentileza do nosso Líder Deputado Paes Landim por me deixar fazer uma reflexão.

No mês de janeiro, todas as atenções da segurança pública no Brasil estavam voltadas para os presídios do Amazonas e do Rio Grande do Norte. Esta semana estão voltadas para o Espírito Santo. Mas, na minha percepção, não há o mesmo envolvimento por parte do Governo Federal, do Ministério da Justiça, do Estado brasileiro, para solucionar os problemas dos policiais e bombeiros militares do Espírito Santo que houve para solucionar os problemas dos presidiários no Rio Grande do Norte e no Amazonas.

Nós somos militares, policiais e bombeiros militares nos Estados e temos a clareza da vedação constitucional à greve, à filiação partidária, à sindicalização. Agora, nós queremos chamar a atenção das autoridades brasileiras, porque essas restrições não podem ser usadas, como têm sido feito historicamente, como instrumento de opressão pelos Governos.

Nos últimos 20 anos, os policiais e bombeiros não tiveram alternativa que lhes possibilitassem se insurgir contra os Governos, porque, via de regra, os Governos se apoiam nessa vedação constitucional, que diz que eles não podem fazer manifestações e greve. E se apoiam nessa vedação para impor a esses profissionais uma condição de trabalho muitas vezes análoga à escravidão do ponto de vista de carga horária e de salário.

Ora, todas as pesquisas e todos os especialistas dizem que a atividade policial é uma atividade geradora de estresse. Segundo dados da OMS, a atividade de mineiros em mina de carvão é a primeira atividade geradora de estresse, sendo a atividade policial a segunda.

Nós estamos vendo, neste momento, uma incapacidade do Governo Paulo Hartung, com a intransigência do Secretário André Garcia, que tem tentado resolver o problema dos policiais apenas os fazendo voltar ao trabalho, impondo punições, sem nenhuma conquista salarial.

Então, nós queremos fazer esta reflexão para dizer o seguinte: a realidade do Espírito Santo pode se espalhar, concretamente por duas

razões: a primeira são as questões de salário, de carga horária e da grande violência que estão enfrentando, e a segunda é a reforma da previdência.

Muito embora esteja sendo divulgado pela mídia e até mesmo aqui neste plenário que os militares estão de fora da reforma da previdência, isso é meia verdade. No projeto original, os militares estavam incluídos. Fizemos uma grande mobilização, cobramos o compromisso do Presidente Michel Temer, e ele realmente reenviou uma mensagem retirando parcialmente os militares estaduais, mas impondo que outro projeto viesse, em um curto prazo, para os militares federais.

Não é verdade que os militares estaduais estejam fora da reforma da previdência. Na maioria absoluta dos Estados, os militares já contribuem com até 14% para a sua aposentadoria também.

Portanto, de um lado, nós precisamos restabelecer a verdade e, por outro, quero colocar aqui a nossa posição clara de defender a previdência dos militares, mas também a previdência dos trabalhadores rurais e dos professores. Temos que trabalhar e lutar com todas as forças para derrotar a PEC 287 aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

Documento 131/257

006.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 09/02/2017- CD	16:24
Publ.: DCD - 10/02/2017	ZÉ GERALDO-PT -PA	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Instalação da Comissão Especial destinada ao exame da proposta de reforma previdenciária. Promoção pelo PT de debates sobre a matéria com a sociedade brasileira. Improcedência dos argumentos em defesa da proposta. Críticas ao

Governo Michel Temer.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, desde já, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Quero registrar que hoje está sendo instalada a Comissão Especial que vai discutir a reforma da Previdência.

Hoje pela manhã, a bancada do Partido dos Trabalhadores fez um seminário. Nós ouvimos especialistas que realmente estão estudando o tema da reforma da Previdência para que a nossa bancada possa se posicionar de forma muito firme e contundente.

Nós vamos discutir o assunto no Brasil inteiro. Nós usaremos os meios de comunicação que estiverem a nosso alcance, inclusive para fazer um contraponto aos meios de comunicação que estão manipulando o povo brasileiro, que estão sendo uma corrente de transmissão deste Governo, que diz que é preciso fazer uma reforma da Previdência, senão o Brasil vai falir. Isso é mentira! O Governo está dizendo que a Previdência é deficitária. É mentira!

Este Governo está sendo covarde. Ele quer matar os futuros idosos do País. Eu pergunto aos cidadãos que estão me ouvindo neste momento se acham que um jovem com 18, 19, 20 anos vai ter coragem de começar a pagar a Previdência para se aposentar aos 69 anos. E vocês acham que aqueles que vão começar a pagar com 35, 40, 45 anos e irão se aposentar aos 80 anos vão ter coragem de pagar a Previdência Social?

É claro que a Previdência Social vai falir! Estão dizendo que a reforma é para ela ser superavitária, para ela sobreviver, mas o que vai acontecer daqui a 10, 15, 20 anos é que ela não vai existir. Muitos já estão fora da Previdência, muitos vão deixar de contribuir com a Previdência e muitos vão para os fundos privados. Isso é uma enganação total, isso é uma covardia.

Este Governo está ficando louco. Só atende os mercados. O déficit que existe hoje é porque nós estamos pagando juros, juros, juros. Tudo o que se arrecada neste Brasil com os arrochos impostos é para pagar juros e mais juros. São bilhões e bilhões.

Este é um Governo que não tem coragem de combater a sonegação. Trilhões e trilhões de reais estão aí sendo judicializados, e o Governo

não arrecada, o Governo não impõe regras.

Este Governo está desmoralizado. Este Governo não tem legitimidade para discutir uma reforma da Previdência, principalmente essa que eles estão propondo. Essa não é qualquer reforma. É para acabar com a Previdência Social. Não é para melhorar, não. É para acabar com a Previdência Social.

Então a nossa bancada vai fazer um grande debate nacional.

Eu queria que os meios de comunicação desta Casa dessem ampla divulgação a esta minha fala e também o programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Subtenente Gonzaga) - Muito obrigado, Deputado Zé Geraldo. Comungamos com o seu posicionamento em relação à Previdência.

Documento 132/257

006.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 09/02/2017- CD	17:15
Publ.: DCD - 10/02/2017	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de realização de reforma nas regras de aposentadoria da Previdência social. Contrariedade aos termos da proposta sobre o tema de autoria do Poder Executivo. Defesa de realização de auditoria nas contas da Previdência Social.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, o Governo Temer enviou para esta Casa a proposta de reforma da Previdência, que começa a ser discutida na Comissão Especial instalada na tarde de hoje e que tem o prazo regimental de 40 sessões para votar o

relatório.

A reforma da Previdência é absolutamente necessária, e eu a defendo, não em função do eventual déficit que embasa os argumentos que procuram justificá-la, mas em função do fato de que não podemos ser irresponsáveis e inconsequentes diante da importante transição demográfica que vivemos: a população brasileira envelhece rapidamente.

Hoje há 27 milhões de pessoas no País com 60 anos ou mais; em 9 anos, serão 35 milhões; e, em 2050, haverá 60 milhões de brasileiros com mais de 60 anos. Isso significa que na metade do século o número de idosos no Brasil terá triplicado, enquanto na maioria dos países terá duplicado.

A base da pirâmide do sistema, hoje formada por maioria de trabalhadores contribuintes, contra a minoria que é beneficiária, vai se inverter, e então o direito de todos estará ameaçado.

Então é óbvio, é evidente que necessitamos rediscutir o sistema previdenciário em função dessa realidade. Mas, Sra. Presidente, o déficit é relativo. As opiniões dos técnicos e especialistas se dividem quanto ao seu fundamento.

Eu concluo que precisamos lançar luz sobre este assunto e auditar as contas da Previdência e do INSS, para compreendermos o tamanho desse rombo e a sua natureza. Entrei com requerimento de informações junto ao Ministério da Fazenda e pretendo pedir o apoio de V.Exas. para aprovar uma proposta de fiscalização e controle, no âmbito da Comissão de Trabalho, para que seja realizada em conjunto com o Tribunal de Contas da União.

Além disso, entendo que estejamos pulando outra etapa: como se resolve a questão do rombo das contas da Previdência? A dívida para com a Previdência chega a quase meio trilhão de reais. Quem são os maiores devedores? São exatamente os grandes grupos econômicos e de comunicação deste País. Por que o Governo, através da Receita Federal, não cobra essa dívida? Por que o Governo fala grosso com os pequenos devedores e fino com os grandes devedores? Se não temos instrumentos ou quadros para executar essa ação, terceirizemos essa dívida.

E os inúmeros imóveis ociosos do INSS, que apenas oneram o tesouro, por que não são vendidos? E a assustadora agenda de desonerações, que não tem sequer uma contrapartida social, por que não é revista? E por que não rever a DRU - Desvinculação de Receitas



da União, que nós aprovamos e que permite que as receitas da Seguridade Social sejam destinadas para outros fins, como o pagamento dos juros da dívida, por exemplo?

Vejam, Sras. e Srs. Deputados, que temos aí uma sequência de questões inconvenientes, mas que precisam ser enfrentadas após o que estaríamos seguramente maduros para a discussão da reforma.

Mas vamos falar sobre a proposta enviada pelo Governo a esta Casa. Ela é indefensável! Se tivermos ainda uma reserva de decência, ela não irá prosperar nos termos em que foi apresentada e que está sendo apreciada na Comissão Especial.

Como assim um trabalhador brasileiro contribuir 49 anos para ter direito à aposentadoria integral? Como assim falarmos em 65 anos de idade mínima para a aposentadoria de homens e de mulheres, desconsiderando a dupla e, às vezes, tripla jornada enfrentada pelas mulheres?

Eu defendo uma nova Previdência para quem vai entrar a partir de agora no sistema, com idade mínima de 63 anos para o homem e 58 anos para a mulher, além de 35 anos de contribuição para o homem e 30 anos para a mulher, para se conquistar a aposentadoria integral. E defendo também a manutenção da regra 85/95 para quem já está no sistema, com a devida revisão do cálculo previdenciário, sem frustração de direitos adquiridos pelos aposentados e pensionistas ou frustração da expectativa de direito para os que estão em vias de se aposentar.

Nós vivemos um momento importante da história do Brasil e precisamos discutir com seriedade e sobriedade o Brasil de hoje e a transição para o Brasil de amanhã, para a Nação que queremos.

É lógico que esse tema precisa enfrentado com coragem, com responsabilidade, com equilíbrio, sem perdermos a perspectiva de fazermos justiça social.

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que eu tinha a dizer.

Que Deus nos abençoe! Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado.

Documento 133/257

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/02/2017-15:12
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 41	BACELAR-PTN -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Defesa da retirada da categoria dos professores da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, relativa à seguridade social.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Sem revisão do orador.) - Deputado Carlos Henrique Gaguim, que preside esta sessão, Sras. e Srs. Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, a famigerada PEC da Reforma da Previdência, pretende, dentre outras providências, extinguir a aposentadoria por tempo de contribuição diferenciado dos professores do ensino infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Atualmente, no Brasil, os professores dessas modalidades de ensino filiados ao Regime Geral de Previdência Social se aposentam com 25 anos de serviço, se mulher, e 30 anos, se homem, sem exigência de idade mínima para a aposentadoria. Nos regimes próprios, eles precisam ter esse tempo de contribuição e idade mínima de 50 anos para as mulheres e de 55 anos para os homens. Não é uma aposentadoria especial, é uma aposentadoria por tempo de contribuição diferenciado.

Pois bem, com essa nova medida, alteram-se totalmente essas regras, e cabe a esta Casa discutir se é condizente, se vai ao encontro do interesse da Nação fazer com que professores do ensino infantil, do ensino fundamental e do ensino médio precisem ficar até os 70 anos de idade em sala de aula.

Nós sabemos as condições precárias a que os professores são

submetidos no Brasil.

Além do natural desgaste físico pelo uso excessivo da voz, por ficar muito tempo em pé em sala de aula, nós temos o problema sério da desestruturação das famílias brasileiras, o que faz com que os professores, na escola pública, sejam pais, mães, psicólogos, médicos, advogados, juizes de paz, enfim, assumam uma série de atribuições que não lhes são inerentes.

Há também a grave questão do desgaste físico e da violência que impera nas salas de aula. E estamos exigindo neste momento que os professores, que são fundamentais para o desenvolvimento de uma nação, fiquem em sala de aula até os 70 anos de idade.

Esta Casa tem de tirar da reforma da Previdência a categoria dos professores, que merece um estudo e um tratamento diferenciado. Sei que a nossa Previdência precisa de ajustes, mas esses ajustes não podem ser feitos levando a uma categoria fundamental para o desenvolvimento da Nação prejuízos dessa espécie.

Se aprovada a reforma como está, significa que educadores que hoje estão na ativa terão de trabalhar no mínimo 15 anos a mais, sobretudo as professoras, que, pelas normas atuais, se aposentariam com 50 anos de idade. Essas professoras terão que ficar em sala de aula até os 70 anos de idade.

Esta Casa precisa transformar em realidade o discurso que todos os 513 Deputados usam para dizer que a educação é prioridade no País. Se a educação for prioridade neste País, nós temos que dar tratamento especial à categoria mais importante do Brasil, que é a dos professores, e não condená-los a ficar até os 70 anos de idade numa sala de aula que não oferece a menor condição de trabalho, num ambiente inóspito e, volto a dizer, altamente violento.

Quero aqui, mais uma vez, conclamar quem defende a educação para retirar dessa malfadada PEC a categoria dos professores.

Obrigado, Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, entre outras providências, pretende extinguir a aposentadoria por tempo de contribuição diferenciado

atualmente existente para a categoria profissional dos professores do ensino infantil, fundamental e médio.

Atualmente, no Brasil, o professor filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS que tenha exercido funções de magistério na educação básica pode se aposentar com 25 anos de contribuição, se for mulher, ou 30 anos, se for homem. Não há idade mínima nesse regime, diferentemente do professor vinculado aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, que só pode se aposentar ao completar 55 anos, se homem, e 50 anos, se mulher. O professor do RPPS, no entanto, deve cumprir também o mesmo tempo de contribuição fixado para o professor vinculado ao RGPS.

Assim, a aposentadoria concedida aos professores, embora por vezes seja nominada de aposentadoria especial, jamais com ela poderia ser confundida. A do professor é uma aposentadoria por tempo de serviço com critério de concessão diferenciado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o envio da PEC da Reforma para o Congresso Nacional, a discussão a ser travada nesse ponto, durante a deliberação da PEC, vai, inevitavelmente, abordar se se mantém válido e condizente o fundamento para tratar distintamente a categoria profissional dos professores dos ensinos infantil, fundamental e médio, em relação aos demais profissionais. Muito se fala acerca da rotina fisicamente desgastante dos professores, que têm de intonar a voz e ficar de pé por longos períodos em sala de aula, para justificar esse critério favorecido de aposentadoria.

Aprovar o texto da reforma da Previdência do jeito que está significa que os educadores que hoje estão na ativa terão que trabalhar, no mínimo, 15 anos a mais, sobretudo as professoras que pelas normas em vigor podem ir para casa aos 50 anos de idade. No caso dos homens, as mudanças podem obrigá-los a ficar em sala de aula até mesmo depois de completarem 70 anos. É até difícil imaginar uma cena dessas na educação básica. Chega a ser absurdo! Hoje, apenas os professores acadêmicos conseguem chegar aos 60 ou 70 anos atuando. Se formos pensar no futuro, a medida ainda irá desestimular os jovens a optarem pelo magistério.

Portanto, caros colegas, é importante excluir os professores da reforma da Previdência, assim como foi feito com as Forças Armadas e as policiais. Esta PEC demonstra o descaso do com o crescimento social e econômico do País, pois sabemos que a educação é a chave que abre as portas para todas as resoluções dos problemas que enfrentamos. Basta olhar para os países desenvolvidos, em que o investimento em educação é primordial. Não vamos deixar que isso

afete ainda mais a qualidade do ensino brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 134/257

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/02/2017-15:22
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 44	LINCOLN PORTELA-PRB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apoio à manifestação de servidores da área da segurança pública, em frente ao Congresso Nacional, contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre a seguridade social.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Deputado Ronaldo Martins. Agradeço também ao orador que está na tribuna, nosso Governador Carlos Henrique Gaguim.

Quero dizer que estamos tendo uma manifestação em frente à Câmara dos Deputados, na parte de cima, com dois caminhões e duas tendas armadas de todas as polícias do nosso Brasil.

Estão lá agentes penitenciários, que querem ser transformados em Polícia Penal; temos também as Guardas Municipais; a Polícia Federal; a Polícia Rodoviária Federal; a Polícia Militar; os Bombeiros; a Polícia Civil. Todas as polícias brasileiras são contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, no modelo em que ela se encontra.

O modelo em que ela se encontra vai arrebentar as polícias brasileiras, os familiares das polícias brasileiras, as viúvas. A expectativa de vida dos policiais não é a mesma expectativa de vida de um cidadão

comum. É preciso mudar essas coisas.

Somos contra o modelo da PEC 287! É preciso mudar, para termos um Brasil melhor!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Martins) - Quero me somar ao pronunciamento de V.Exa.

Documento 135/257

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 08/02/2017- CD	16:22
Publ.: DCD - 09/02/2017 137	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apreensão com tumulto em protesto de policiais, nas dependências da Câmara dos Deputados, contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre a seguridade social e o estabelecimento de regras de transição. Necessidade de abertura de diálogo pelo Congresso Nacional com a sociedade brasileira sobre o tema.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento aconteceu um fato muito grave.

Milhares de policiais do Brasil inteiro, civis e militares, tomaram a Esplanada dos Ministérios para protestar contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, a PEC da Reforma da Previdência. Parte desses manifestantes dirigiram-se à Câmara dos Deputados e a invadiram. A Polícia Legislativa não teve como conter a manifestação dos policiais, e eles chegaram à porta do Plenário.



Este é um alerta que eu queria dar a esta Casa, porque, quando isso acontece, das duas, uma: ou há um clima de radicalidade, ou há um clima de se achar que este Congresso não está aberto para discutir a reforma da Previdência.

E aí é que eu temo, porque se o Congresso não está aberto a ouvir a voz das ruas, a voz das ruas pode se manifestar de forma violenta, como o fez neste momento. Os manifestantes só não chegaram a este Plenário porque não quiseram, porque não havia força policial para contê-los, tamanha é a capacidade de resposta deles e até o temor, inclusive.

Portanto, este é um momento de reflexão profunda desta Casa, porque a manifestação que aconteceu lá fora é uma das dezenas ou centenas que acontecerão, não só aqui, como no Brasil inteiro. Se não houver diálogo, essas manifestações serão não só cada vez maiores, mas, o que eu temo, cada vez mais violentas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Nelson Pellegrino, informo a V.Exa. que o conflito começa quando, na portaria, um agente tenta controlar a entrada e um policial saca a arma. Se V.Exa. acha que esse é o caminho para não votarmos a reforma da Previdência...

O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu não estou defendendo a ação, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então, vamos à ditadura, Deputado! Tome cuidado!

O SR. NELSON PELLEGRINO - Se V.Exa. me permite dialogar com V.Exa., não estou defendendo a ação, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Foi sacada uma arma contra um agente desta Casa.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Não estou defendendo a ação, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós deveríamos é estar aqui alertando que a Câmara vai fazer o debate da reforma da Previdência. Ela será feita com diálogo, com audiências públicas. Não será suprimido um dia desse debate.

Agora, se nós concordamos com a violência que foi hoje realizada por alguns membros - não todos, é claro - da Polícia Civil, aí é melhor o

Parlamento não tratar mais de matéria alguma nesta Casa.

Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante. *(Pausa.)*

Documento 136/257

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 08/02/2017- CD	16:22
Publ.: DCD - 09/02/2017 138	- ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de esclarecimento sobre prazos de Comissão Especial.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero uma informação sobre o que V.Exa. disse. V.Exa. disse que não vai suprimir prazo nenhum da Comissão Especial? Essa informação é importante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. A Comissão Especial vai funcionar por 11 sessões. A partir da 11ª sessão, o Regimento Interno permite a votação da matéria até a 40ª sessão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Já há uma supressão aí.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Até 40 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Até a 40ª sessão? O português de V.Exa. é melhor do que o meu. V.Exa. sabe que até 40 sessões não são necessariamente 40 sessões.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando se joga com 11, já está reduzido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Porém, o debate será garantido.

Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante. *(Pausa.)*

Documento 137/257

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 08/02/2017- CD 16:22
Publ.: DCD - 09/02/2017 139	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Relato sobre invasão de sala de Comissão da Câmara dos Deputados por manifestantes. Pedido de reforço da segurança nas dependências da Casa.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero comunicar a V.Exa. que sairei do plenário, porque não estou me sentido bem.

Eu estava no meio daquela confusão. Eu estava indo em direção à Comissão e a porta foi arrombada. O segurança não conseguiu deter o pessoal que estava querendo entrar. Eu não posso dizer de onde veio bomba, qualquer coisa, porque quase desmaiei. A minha pressão aumentou um pouco. Eu fui atendida no serviço médico.

Mas eu quero dizer que nós precisamos ter um pouco mais de segurança inclusive nas portas. O segurança não conseguiu fechar a porta. Mesmo que ele conseguisse fechá-la, eu acho que ela não seria forte o suficiente para barrar a entrada das pessoas. Havia uma multidão, que conseguiu entrar. Fizeram uma barreira do lado de cá e conseguiram passar na outra porta. Os outros ficaram do outro lado e nós no meio. Nós não tínhamos como fugir dessa situação.

Eu queria alertar para essa questão da segurança no trânsito na Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, fique tranquila! Nós vamos reforçar a segurança. Mas nós nunca imaginamos que a própria polícia invadiria outro Poder.

Documento 138/257

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária -08/02/2017- CD	16:22
Publ.: DCD - 09/02/2017 141	- MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de convocação de autoridades em segurança pública para debate do tema na Câmara dos Deputados, ante a gravidade da situação em Estados da Federação. Sugestão à Presidência de utilização do Auditório Nereu Ramos para recepção de manifestantes, com vistas à esquiva de confrontos violentos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Brasil enfrenta hoje uma das mais graves crises de segurança pública. Essa situação exige muito mais de cada um dos Poderes.

Eu pedi a palavra para sugerir que V.Exa. chame as maiores autoridades do Brasil que estudam o tema da segurança pública para pensarmos aqui na Câmara dos Deputados, em uma reunião de trabalho, em soluções que possam apoiar o Governo dos Estados e o Governo Federal na busca de salvarmos vidas, o que deve ser o nosso objetivo.

Nós somos reféns do crime. É impressionante como, ao longo dos últimos anos, paramos, no âmbito nacional, de realizar grandes operações contra o tráfico de drogas. Por trás de tudo isso no Brasil, há o tráfico de drogas, há os grandes traficantes, que não estão sendo combatidos devidamente, com inteligência.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, encerre, por favor.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Vou concluir, Sr. Presidente.

Eu quero também lhe fazer uma sugestão sobre os momentos em que grandes contingentes populacionais representativos vêm à Câmara dos Deputados. V.Exa. dispõe de um espaço, o Auditório Nereu Ramos, que pode servir para receber os integrantes desses movimentos quando se dirigem à Casa. Previamente, nós, Deputados e Deputadas, na medida em que tenhamos concordância ou diálogo com esses movimentos, poderemos recebê-los naquele espaço diferenciado, garantindo que as pessoas entrem na Casa, sejam recebidas e estejam com os Parlamentares.

Dessa forma haveria certo distensionamento.

Em nada apoiamos atos violentos contra esta Casa ou contra qualquer um. Queremos destacar que quem defende os direitos humanos está ao lado do bem, da legalidade e da dignidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 139/257

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária	-08/02/2017-
	CD	16:22
Publ.: DCD - 09/02/2017	- MAJOR OLIMPIO-SD -SP	
141		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Indignação com o tratamento dispensado aos agentes policiais no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, houve a concentração de alguns milhares de policiais civis, de policiais federais, de policiais rodoviários federais, de agentes penitenciários, de agentes de escolta e de agentes socioeducativos. Eles se concentraram hoje no gramado do Congresso Nacional. Posteriormente, algumas centenas deles quiseram acompanhar a sessão da Câmara dos Deputados; houve reação da

Polícia Legislativa, e foram jogadas bombas.

Eu quero dizer que, quando vão entrar o MST, ou índios pelados, ou outros indivíduos de tudo quanto é forma, é dada a plena abertura nesta Casa. Quando se trata de um policial, quando se trata de um profissional de segurança pública, jogam-se bombas ou gás. Eu quero dizer que vão tentar votar a PEC 287, de 2016, no afogadilho, e existe até um cronograma para que seja votada até o dia 21!

Vamos botar fogo neste País! Os profissionais da segurança pública não vão aceitar isso! O que está acontecendo no Espírito Santo vai eclodir em todos os Estados brasileiros!

Basta de vergonha! O que o Governo está fazendo com essa PEC 287? Está arrebetando os profissionais da segurança pública!

Nós não vamos aceitar isso! Aumentem o estoque de munição, aumentem o estoque de bomba, porque nós iremos pressionar no País todo!

Documento 140/257

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária	-08/02/2017-
	CD	16:22
Publ.: DCD - 09/02/2017	- EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
141		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos agentes policiais em luta pela manutenção de direitos previdenciários.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu até, às vezes, somo-me às falas do Deputado Major Olimpio, mas hoje ele foi infeliz, porque é proibida a entrada de indígenas aqui com maracá, que dizem se tratar de arma, e os movimentos sociais viram debates importantes acontecerem aqui, que culminaram na retirada de direitos, e também foram proibidos de entrar, na era Eduardo Cunha principalmente.

Então, qual será a solução? Colocar, agora, portões de aço? Isso não resolverá. As PECs 257 e 241 criaram problemas sérios. Já há Governador que aprovou lei congelando os salários de policiais civis e de policiais militares.

Eu me solidarizei com o movimento sem saber desse conflito, mas, hoje de manhã, eu fui ao ato e ouvi dos policiais que o que está acontecendo no Espírito Santo vai ocorrer em todo o País, porque eles não aceitarão a retirada de direitos previdenciários deles. E eles não estarão sós. Como ex-dirigente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação e fundador do SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará eu estarei junto dos trabalhadores, ainda que alguns portões sejam quebrados quando for negado a eles o direito de acompanhar debates que interfiram no seu futuro e nas condições de dignidade, ou de falta dela.

Portanto, não são mais repressão, mais portões e mais grades que vão resolver esse problema, mas transparência e debate democrático. Quando o tema é sério, como o das reformas trabalhista e previdenciária, não dá para fechar o Congresso, que se intitula Casa do Povo, e achar que o povo vai aceitar de forma pacífica essa violência contra os seus direitos históricos.

Documento 141/257

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/02/2017-16:22
Publ.: DCD 09/02/2017 - 142	RODRIGO MAIA (PRESIDENTE)-DEM -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Esclarecimentos sobre invasão da Câmara dos Deputados por agentes policiais armados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aguarde um pouco, Deputado Orlando Silva.

Deputados Edmilson Rodrigues e Major Olimpio, V.Exas. foram

veementes. Desculpem-me, mas a discussão das duas matérias não começou ainda. Não há nenhuma audiência sobre a reforma da Previdência marcada para hoje que justifique um policial sacar a arma para poder entrar na Câmara dos Deputados. Isso não é necessário.

Aliás, o Deputado João Campos estava fazendo a intermediação. Eu não sei o que aconteceu para gerar toda a confusão.

Eu espero que todos nós também sejamos solidários aos servidores, aposentados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro, que, infelizmente, não recebem os seus salários em dia porque o Estado quebrou e a Previdência faliu.

Então, eu quero que essas pessoas também tenham a nossa solidariedade, para que os próximos governos sejam responsáveis e garantam o salário dos servidores em dia e a aposentadoria solvente. É nisso que eu acredito.

Falo isso, Deputado, porque estou defendendo publicamente a matéria e quero defender o meu ponto de vista aqui também. Esse é um direito meu como Deputado. Quero esclarecer os motivos pelos quais defendo que a matéria seja discutida, debatida e aprovada ou não.

O debate será feito. A sociedade será convidada a participar desse debate nas duas Comissões. Os prazos constitucionais, legais e regimentais serão garantidos, mas não à base de violência, de uma arma afrontando a segurança da Câmara dos Deputados. Esse é o meu ponto de vista.

Documento 142/257

004.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - 08/02/2017-
CD 16:22

Publ.: DCD - 09/02/2017
143

- ORLANDO SILVA-PCDOB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PCdoB à proposta de emenda à Constituição sobre reforma previdenciária, ante os prejuízos aos trabalhadores. Críticas a manifestação de Deputado em defesa da expansão nacional do movimento

grevista da Polícia Militar do Espírito Santo.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos que nos preparar porque, nas próximas semanas, seguramente faremos aqui um debate franco, direto e aberto sobre a reforma da Previdência.

A posição da bancada do PCdoB é contrária à proposta de emenda à Constituição que, na prática, inviabiliza que trabalhadoras e trabalhadores brasileiros possam alcançar a aposentadoria e conquistar seu benefício, fruto do trabalho de uma vida inteira.

Teremos que nos acostumar com a presença aqui dos trabalhadores e sindicatos, que têm o direito legítimo de manifestar sua posição contrária à reforma da Previdência. Faremos um bom debate aqui.

Agora, considero que este Plenário e a Presidência deveriam repelir determinadas manifestações aqui. Um colega de São Paulo fez proselitismo político com a tragédia que vive hoje o Espírito Santo, onde quase cem pessoas foram mortas em função da crise da segurança pública naquele Estado.

Eu quero repelir qualquer insinuação de que aquela forma de luta da polícia do Espírito Santo é o caminho para se garantirem condições dignas para homens e mulheres que trabalham na segurança pública daquele ou de qualquer outro Estado.

Temos, sim, que colaborar para que os policiais civis e militares tenham condições dignas de trabalho. Mas não é insinuando que aquele movimento deva se espalhar pelo País - portanto, incitando até os policiais - que vamos conseguir construir um ambiente de segurança.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero repelir a manifestação infeliz de um colega, que fez proselitismo político com uma tragédia que atinge alguns Estados do Brasil. Este não é papel do Parlamento, este não é o papel do Congresso Nacional.



Publ.: DCD - 09/02/2017 - DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS
165

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Congratulação aos Deputados pelo início do ano legislativo. Vinculação entre o desempenho positivo do Governo Michel Temer e o interesse da China e da Inglaterra na realização de investimentos no País. Improcedência das críticas à nomeação de Moreira Franco para o cargo de Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República e da indicação do Ministro da Justiça e Segurança Pública afastado, Alexandre de Moraes, para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Necessidade de realização das reformas trabalhista e previdenciária.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero inicialmente cumprimentar todos os Deputados pelo reinício dos trabalhos neste ano. Os Deputados da Oposição - um abraço -, continuam com esse discurso gasto, mas que faz parte da democracia; já todos os companheiros e companheiras dos partidos desta extraordinária base do Brasil dos novos tempos são protagonistas extraordinários, determinados, do processo de reformas por que passa o País.

Eu, ontem, junto com o Deputado Fausto Pinato, passei 1 hora e meia com um Embaixador. V.Exas. sabem com qual Embaixador? O Embaixador da China, preparado e inteligente. Nós discutimos a integração entre Brasil e China e a questão da globalização. Eu perguntei a ele o que achava da China Comunista, porque lá há um capitalismo especial, muito especial. Ele me disse: *"Eu estou surpreso, curioso e animado. Como um Governo pode, em 8 meses, fazer essa minirrevolução de reformas?"* Olhem, disse isso o Embaixador da China. A resposta é: só um Governo que tem base, que tem rumo, que tem foco e que tem um Presidente determinado e estudioso.

E pasmem, Srs. Deputados - não é surpresa para mim porque eu leio um pouquinho sobre a relação entre China e Brasil -: a China quer investir cada vez mais no Brasil.

Eu tive o prazer de dizer para ele que o Governo Michel Temer vai respeitar marcos legais, é legalista, não vai fazer projetos de espasmos, vai recuperar o Brasil dos últimos 3 anos, quando afundou.

Eles querem investir cada vez mais.

Hoje de manhã conversei com um grupo de investidores ingleses; de novo, a minha surpresa - claro, os ingleses mais animados. Eu disse para eles: "*Nós temos uma base segura e convicta*".

Vou respeitar a Oposição, vou respeitá-la. V.Exas. ouviram o discurso do Líder do PT. É incrível, incrível o que ele diz!

Primeiro, sobre Moreira Franco, ele é uma das melhores cabeças que existem, estudioso, preparado. Ele cuida da infraestrutura. Precisava de *status* de Ministro. Precisava de *status* de Ministro.

Segundo, sobre foro - foro. Quem tem foro como nós temos, não tem mais recursos. Se um processo nosso vem direto para o Supremo, nós vamos gastar muito com advogado, porque nós não temos mais recursos.

E mais: o Presidente Michel Temer preencheu um vazio. O Presidente Michel Temer reconheceu, quando acabou com a Secretaria-Geral. Acho que foi o FHC que a criou. Eu estava aqui. A Secretaria-Geral cuida da gestão, da administração, da comunicação do Palácio - do Palácio! Pareceu que isso era preciso. V.Exas. viram? O Governo Lula não tinha nem segurança, como também o Governo Dilma, conforme descobriu a ABIN. O Governo estava solto. O que aconteceu? Colocou-se o Prefeito do Palácio - o Prefeito do Palácio.

Em relação ao futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, é claro que ele vai passar pelo Senado ainda.

Eu não gostava do Ministro Toffoli. Toffoli era advogado do Partido dos Trabalhadores. Naquela época eu era xiita, não tinha visão melhor. Eu estou aqui há 23 anos. E ele, para surpresa do mundo, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal pelo Governo do PT. Mas, no Supremo, ele leu, estudou e agora é um bom Ministro. Parabéns ao PT, que indicou Toffoli.

Moraes é constitucionalista, tem 14 obras sobre Direito Constitucional, tem experiência com gestão, tem 49 anos de idade. Ele pode não ser bom em televisão e até é contra o foro privilegiado. Uma vez manifestou que não é a favor de prisão na segunda instância.

Então, comparando-se Toffoli com ele, Toffoli cresceu, e Moraes foi nomeado com toda essa bagagem. Toffoli se transformou em um grande Ministro, e Moraes o será.

Em relação às reformas, chega de mentir! Respeitem a opinião pública! A reforma trabalhista não tira direito de ninguém. Quase todas as centrais sindicais aprovaram o grande acordo da lei que chegou da reforma da Previdência. Ela é para os aposentados continuarem recebendo, é para os nossos filhos e netos se aposentarem. Nenhum direito vai ser roubado. Por favor! Por favor, Oposição, estudem, porque a base está estudando!

Dá-se um novo Brasil, com a humildade, preparo, carisma e coragem do Presidente Michel Temer e da nossa base.

Muito obrigado.

Documento 144/257

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 08/02/2017-16:22 CD		
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 166	SILVIO COSTA-PTDOB -PE		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO ORDEM QUESTÃO ORDEM	DE DE

Sumário

Questão de ordem sobre a improcedência da concessão, no âmbito do Projeto de Resolução nº 148, de 2016, do registro de primeira mulher com direito à voto no Brasil a Mietta Santiago. Registro de voto. Críticas à exclusão dos militares das forças armadas da reforma previdenciária.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pedi a palavra por uma questão de justiça histórica.

Há aqui o Projeto de Resolução nº 148, de 2016, por meio do qual a competente Deputada Dâmina Pereira está concedendo uma medalha a Mietta Santiago, dizendo que ela foi a primeira mulher do Brasil que teve direito a voto, o que é um erro. A primeira mulher que teve direito a voto no Brasil foi Celina Guimarães Viana, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, em 1927.

O correto é colocar que foi uma das primeiras, porque, após Celina,

Miêtta entrou na Justiça e ganhou, sim, direito a voto.

Era esse o reparo histórico que queria fazer.

Sr. Presidente, votei nas sessões anteriores com o meu partido, até por conta das manifestações em relação à Previdência.

O Deputado do Governo que estava ali está sendo injusto com a Previdência, sabe por quê? O Governo Michel Temer, por exemplo, não teve coragem de colocar as Forças Armadas, que geram rombo de 40%, e está penalizando os policiais civis de todos os Estados. A reforma tem que ser para todos. Ou se faz reforma para todos ou é "não" à Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, historiador Silvio Costa.

Documento 145/257

004.3.55.O	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa	08/02/2017-16:22
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 171	SILVIO COSTA-PTDOB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	REPRESENTANTE DO PARTIDO DISCURSO	

Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária enviada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cadê o Deputado Darcísio Perondi?

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o sistema de informática da Câmara dos Deputados é muito importante para o Brasil porque ele mostra que,

nesta Casa, incoerência não é uma palavra abstrata, é uma palavra concreta. Aqui nós pegamos na incoerência. Por exemplo, quando eu apertar a mão de Perondi, estarei apertando a mão da incoerência. Estou doido para que comece o debate da reforma da Previdência Social, porque eu vou olhar no olho de cada um. Sabem por quê? Lembro que, no ano passado, para prejudicar a Presidente Dilma Rousseff, eles votaram aqui pelo fim do fator previdenciário. Quem vota pelo fim do fator previdenciário não tem a menor responsabilidade pública. Eles são irresponsáveis. Ponto. Agora bateu neles o ar de gestores, de homens responsáveis pelo futuro do País.

Vocês não têm moral, a começar por Michel Temer. Michel Temer se aposentou aos 55 anos de idade, ganha 30 mil reais por mês e tem a cara de pau de propor uma reforma da Previdência. Não vai passar aqui, Deputado Ivan Valente. Sabe por que não vai passar?

Veja que reforma covarde, Deputada Luiza Erundina. As Forças Armadas, Deputado Luiz Couto, contribuem com um déficit de 40%. No regime próprio, o déficit é de 70 bilhões. Desses 70 bilhões, só as Forças Armadas correspondem a 30 bilhões, aproximadamente.

Este Governo não teve coragem de incluir os militares, de incluir as Forças Armadas. Continua aquela "boquinha": morre o militar, a viúva pega a aposentadoria; morre a viúva, os filhos continuam.

Muito bem. Não incluíram os militares, mas incluíram os policiais civis de todos os Estados do Brasil. Isso é covardia. Não podemos aprovar isso.

A aposentadoria rural, que foi criada de forma justa em 1988, a meu ver, é uma política de inclusão social. Agora querem taxar a aposentadoria rural. Nós não vamos permitir.

Nós vamos derrotar essa reforma imprevidente, deste Governo ilegítimo, que não tem moral para cobrar da Oposição brasileira que tenha responsabilidade pública.

Vocês é que são irresponsáveis!

Sumário

Leitura de Atos da Presidência de criação de Comissão Especial destinada à emissão de parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, do Poder Executivo, que altera os artigos nºs 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre seguridade social e estabelecer regras de transição; e de criação de Comissão Especial destinada à emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

Ato da Presidência

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 287-A, de 2016, do Poder Executivo, que "altera os arts. 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências".

A Comissão será composta de 36 (trinta e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 3 de fevereiro de 2017.

Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo, que "altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências".

A Comissão será composta de 36 (trinta e seis) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 3 de fevereiro de 2017.

Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento 147/257

003.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	07/02/2017-16:44
Publ.: DCD 08/02/2017 - 75	EDINHO BEZ-PMDB -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reunião com o Secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, para debate sobre a reforma previdenciária. Importância de isenção para as exportações,

para a garantia da competitividade.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, hoje tivemos uma reunião importante, com a presença do Secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano e de toda a assessoria.

Foi muito importante o debate. Fizemos perguntas sobre a reforma da Previdência e outras reformas que serão realidade. Não temos como fugir das reformas, mas, obviamente, iremos debater sobre elas. Contamos com a aquiescência de V.Exa. para instalar o mais rápido possível a Comissão.

Falamos também sobre a isenção para as exportações. Não podemos perder a competitividade. Eu coordeno a área de portos e vias navegáveis aqui no Congresso Nacional, e é importante manter a isenção. Santa Catarina também cresceu no ramo da exportação.

No Brasil, nós tivemos um superávit de 45% na balança comercial graças à competitividade gerada pelo incentivo e pela isenção para a exportação, o que aumentará a geração de emprego e renda.

O Presidente estava lá para iniciar o debate, mas, obviamente, não pôde dar uma resposta no momento. Entendeu-se que era importante abriremos esse debate. É importante aumentar a geração de emprego e renda, e a exportação é responsável por um grande percentual de emprego e renda no País.

Por isso, é muito importante participarmos dos debates, contribuirmos. Trata-se de uma realidade. Vamos buscar equilibrar tudo isso com a participação da sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

003.3.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/02/2017-17:10
Publ.: DCD 08/02/2017 - 80	ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de cautela na condução dos trabalhos da Comissão Especial sobre a análise da proposta de reforma da previdência social.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria chamar a atenção de todos para o fato de que existe uma tentativa de celeridade além do normal para se instalar a Comissão Especial da Previdência Social.

Sem dúvida nenhuma, nós temos que ter muita cautela, muita calma, muita ponderação, porque não se pode acabar com a diferença de idade entre homem e mulher e não se pode exigir que o trabalhador e a trabalhadora se aposentem aos 65 anos com pelo menos 49 anos de contribuição.

E não adianta dizer que é exagero, não, porque a média é 51% mais 1% por cada ano trabalhado, o que resulta nos 49 anos, para se chegar aos 100%.

Não podemos admitir essa hipótese nem a proibição de cumulatividade da pensão e da aposentadoria, a falta de previsibilidade das aposentadorias especiais dos professores, aquelas das atividades de risco, tanto do policial, quanto do trabalhador normal, acabando-se com a aposentadoria que tem insalubridade, periculosidade e penosidade. Não é numa canetada que se resolve essa questão. Não podemos tratar dessa maneira.

Quem deu causa aos problemas econômicos que o País está vivendo foram os roubos na PETROBRAS, no BNDES, nos fundos de pensão, na ELETROBRAS, na NUCLEBRAS. Não se pode querer colocar a culpa toda na carcunda do trabalhador. Chega! Nós não vamos admitir essa hipótese.

Vamos levar essa discussão, de forma clara e objetiva, para a Comissão. Não pode a Câmara dos Deputados, que representa a população, entrar no jogo de atropelo que o Governo está querendo fazer para dar resposta ao mercado, dizendo que fez reforma da previdência, que fez reforma trabalhista. Aliás, FHC fez reforma da previdência, Lula fez reforma da previdência, e nada está resolvido. Não é assim, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 149/257

340.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/12/2016-09:26
Publ.: DCD 21/12/2016 - 18	LUIZ COUTO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prejuízos à população em caso de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que dispõe sobre a Previdência Social e estabelece regras de transição.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria dar como lido pronunciamento que faço sobre o prejuízo que advém com a PEC da Previdência, principalmente para as pessoas idosas, as pessoas com deficiência, as mulheres, os jovens que não vão poder se aposentar. Ter que contribuir durante 49 anos significa que essa juventude não terá aposentadoria, assim como aposentados, professores, trabalhadores e trabalhadoras em geral, pensionistas.

Então, nesse sentido, é uma maldade que é feita por esse Governo golpista e usurpador.

Sr. Presidente, eu gostaria que fosse dada a devida publicidade ao meu discurso nos meios de comunicação desta Casa e também no programa *A Voz do Brasil*.

Diferentemente das boas notícias que poderíamos esperar, são péssimas as notícias do que esse Governo da maldade, da morte, do fim do mundo vai fazer contra o povo brasileiro.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos em véspera de Natal, que é um feriado religioso cristão, em tempos de solidariedade, afetos e atitudes, em que o amor prevalece em meio aos conflitos. Em tempos litúrgicos do Advento, o Evangelho de Mateus nos fala da boa nova que Jesus comunica a João Batista: "*...os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são curados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e os pobres são evangelizados*". Em contrapartida, a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, comunica uma péssima notícia a todos esses grupos modernamente definidos como idosos, pessoas com deficiência, mulheres, jovens, aposentados, professores, trabalhadores e trabalhadoras, pensionistas, etc...

É uma péssima notícia, especialmente para os idosos e pessoas com deficiência em extrema pobreza, que representam mais de 4,2 milhões de benefícios pagos em todo o Brasil. Eles são escolhidos para perder o piso do salário mínimo como valor dos seus direitos assistenciais assegurados pela Constituição Federal, em seu art. 203, inciso V, e também a idade de concessão, sempre sob prova prévia de extrema pobreza, que fica elevada para 70 anos. E essa massa de mais de 4 milhões de vítimas ficaria a depender do novo piso assistencial, a ser fixado administrativamente pela autoridade de plantão do Ministério da Fazenda, que com toda certeza estaria abaixo do salário mínimo. Em vez de pão, enviam-lhes pedra.

Uma notícia ainda pior é com relação ao agricultor familiar inserido na Constituição e mantido como tal por todas as reformas anteriores, sob a condição de segurado especial, a quem se solicita prova de trabalho no regime de economia familiar e secundariamente contribuição financeira sobre o excedente comercializado (quando houver). Agora, a PEC 287/16 inverte a situação, passando a exigir contribuição financeira regular. E, na hipótese de isto não ocorrer, o segurado especial ficaria fora do acesso aos benefícios. Imagine-se a situação do agricultor familiar do Semiárido nordestino às voltas com 5 anos de



seca continuada e que lá permanece!

À Previdência Rural são reservadas ainda várias restrições, revertendo diferenciações que o Constituinte de 1988 criara: idade única de aposentadoria, sem distinção de homem e mulher, rural ou urbano, de 65 anos, na contramão das expectativas de vida regionais e dos direitos vigentes desde 1988; 25 anos de prova de trabalho, aí incluindo o tempo de contribuição depois da PEC 287/16, aprovada contra a regra atual, que é apenas de prova de trabalho por 15 anos. Acrescente-se que o critério atual já é tão oneroso em termos de comprovação burocrática, que a própria PEC reconhece serem os benefícios rurais, em cerca de 30%, concedidos por decisão judicial.

A misoginia se espalha dentro desta PEC 287/16. Às mulheres em geral e às mulheres rurais em particular são reservadas as cargas mais pesadas de onerações, sob a argumentação algo cínica da PEC 287/16 de que estaríamos na era e sob a cultura da igualdade de gêneros. Faz-se "tábula rasa" das diferentes jornadas reais de trabalho e remunerações e se impõe a idade única de aposentadoria. Agrava-se ainda a situação feminina de maior longevidade comprovada, de duas formas: a) pela proibição de acumulação de aposentadoria e pensão na hipótese do falecimento do cônjuge; b) pela redução a 50% do valor do benefício atual às novas pensões a serem concedidas depois da PEC aprovada. Observe-se que a esmagadora maioria dos pensionistas do INSS, que coordena o RGPS, ganha salário mínimo, e na média essas pensões estão na faixa de 1,5 a 2 salários mínimos, diferentemente do que ocorre nos regimes de serviço público.

Os idosos e pessoas com deficiência em geral são onerados com duas cargas novas de sacrifício - os primeiros, como já se disse, com a idade única de 65 anos de aposentadoria, indo até 67 quando houver determinada mudança demográfica (mudança de expectativa média de sobrevivência acima dos 60). Mas, além desse ônus, sub-repticiamente se introduziu outro, tanto para idosos, quanto para pessoas com deficiência - a redução significativa no valor das aposentadorias, visto que se introduziria na Constituição uma regra de carência, que praticamente exigiria 49 anos de contribuição para se ter direito a 100% do valor médio do salário de contribuição. E isto vale para todos, mesmo para as pessoas com 50 anos ou mais (homens) e 45 anos ou mais (mulheres), que aparentemente entrariam numa regra de transição razoável (trabalhar 50% a mais do tempo que falta para se aposentar).

Aos jovens trabalhadores de menos de 50 anos, que já estão no mercado de trabalho e aos que nele ainda vão ingressar, o cenário que se lhes oferece no longo prazo é esse que está desenhado para os

seus pais e avós atuais.

Tudo isto nos tem sido vendido sob o manto nada sagrado do sacrifício necessário, da urgência, da irreversibilidade do caos se não atendidas as exigências de um novo deus da história - os mercados financeiros; e de muita falácia para ludibriar ou nos fazer de tolos. E como em toda falácia astuta, se lhe entremeiam alguns argumentos, sonogando-nos a narrativa integral dos fatos, para nos impor interesses escusos da "pátria financeira". A esta é que na verdade se destina a montanha de rendimentos extraídos dos vários grupos sacrificados. Se considerarmos essa transferência injusta e indevida, a apropriação indébita de todos os réus confessos da Lava-Jato, em termos de valores e ardis envolvidos, faria aqueles réus parecerem delinquentes "pés-de-chinelo".

Uma reforma da Previdência séria é necessária, para garantir direitos básicos, ajustar-se equilibradamente às tendências demográficas de longo prazo, corrigir alguns privilégios corporativos, provisionar o sistema de recursos mediante taxaço e principalmente cumprir o objetivo de universalização, trazendo para dentro do sistema um pouco mais de um terço da força de trabalho que dele ainda não participa.

Mas a Reforma Temer nada disso cogita, porque pensa apenas na restrição de direitos básicos, sob o pretexto de se ajustar às tendências demográficas, avolumar os cofres previdenciários, exterminando de forma criminosa e sumária os direitos da maioria do povo brasileiro. Este é um exemplo claro de usurpaço aos direitos previdenciários na forma temerária e golpista que o desgoverno Temer quer implantar no País.

Era o que tinha a dizer.

Documento 150/257

340.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/12/2016-09:32
Publ.: DCD 21/12/2016 - 20	CHICO LOPES-PCDOB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de mudança de entendimento, por parte do Governo Federal, sobre

proposta de reforma da Previdência em face de prejuízos aos aposentados.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou tratar da questão das aposentadorias.

A maioria do povo brasileiro começa a entrar no mercado de trabalho aos 14 anos, não porque quer, mas pela necessidade das famílias, principalmente as do interior do Nordeste.

Sem mais nem menos, o Governo, a serviço dos banqueiros e das classes dominantes, mexe nas aposentadorias e mais uma vez na Previdência. Toda vez que esta Casa mexe na Previdência, pelo menos 30% dos Deputados não retornam para cá, e desta vez me parece que o número vai ser bem maior, porque a Previdência vai ser o fim do mundo: as mulheres vão ter que chegar a quase 87 anos para se aposentar, e nós, homens, estamos fora do jogo.

Portanto, Sr. Presidente, com base na minha linha de raciocínio, acho que o Governo tem tempo suficiente para mudar este pensamento.

Documento 151/257

340.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/12/2016-09:34
Publ.: DCD 21/12/2016 - 21	ZÉ GERALDO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Críticas ao caráter machista do Governo do Presidente da República, Michel Temer, por ausência de mulheres na equipe e por proposta de elevação da idade para a concessão da aposentadoria feminina.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrado que, na minha opinião, este Governo Temer e toda a sua equipe são extremamente machistas. O Governo começou não nomeando uma mulher para um dos seus Ministérios. Agora, na proposta de reforma da Previdência, não faz recorte de gênero.

Qualquer país do mundo sugere uma diferença na proposta entre homem e mulher. Em Cuba, por exemplo, a mulher se aposenta aos 58 anos e o homem aos 62 anos. Aqui o Temer e o Meireles, e toda a equipe, enviam uma proposta para cá segundo a qual o homem e a mulher se aposentarão aos 65 anos. Isso é um machismo exacerbado!

Eu solicito que *A Voz do Brasil* divulgue este meu pequeno pronunciamento.

Documento 152/257

340.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/12/2016-09:54
Publ.: DCD 21/12/2016 - 26	HEITOR SCHUCH-PSB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Críticas às medidas econômicas e sociais com teor de prejuízo aos trabalhadores do Governo do Presidente da República Michel Temer.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, talvez esta seja a minha última manifestação desta tribuna neste ano de 2016.

Nesta oportunidade, quero dizer que os trabalhadores brasileiros não mereciam - ou não merecem- chegar ao fim deste ano com tantas notícias ruins e, muito menos, com tantas ameaças contra seus direitos, a duras penas conquistados com muito suor, com muito sacrífico, com muita luta, durante décadas de mobilização por este País afora.

Não bastassem o desemprego que assola o País e a incapacidade dos Governos de implementar políticas para promover o desenvolvimento econômico e social, este Governo vem propondo ataques muito fortes aos trabalhadores e as suas entidades, dos quais destaco dois em especial.

O primeiro é a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que trata da reforma da Previdência, que atinge em cheio toda a massa

de trabalhadores, em especial as camadas mais pobres da população brasileira, e, como falei nesta tribuna em outras oportunidades, é impossível de ser cumprida, já que a maioria das pessoas não conseguirá oportunidade de trabalho até os 65 anos de idade.

No caso dos trabalhadores rurais, categoria na qual me incluo, porque eu sou também agricultor familiar de profissão, já existe uma idade mínima, 55 anos para a mulher e 60 anos para o homem, desde a Constituição de 1988. Aliás, o Constituinte de 1988 foi sábio ao escrever os arts. 195 e 201.

No caso das mulheres, a elevação da idade para quem não está na regra de transição é de 10 anos. Isso se soma ao fato de passar a ser exigida a contribuição individual, diferentemente do que ocorre hoje: a contribuição é feita por meio do desconto de 2,1% de tudo que é comercializado na agricultura.

Quero me ater também à proposta do trabalho intermitente, que já começa a aparecer nos meios de comunicação social e que deve chegar a esta Casa nos próximos dias. Ela se constituirá na mais perversa das formas de precarização do trabalho, porque o trabalhador só irá receber as horas efetivamente trabalhadas. Ou seja, se o mercado estiver aquecido, ele poderá ter trabalho com carga horária elevada; por outro lado, como acontece agora, o trabalhador poderá ficar longos períodos de tempo sem ser chamado para nenhuma atividade e, por consequência, sem remuneração e sem contribuir para a Previdência Social, o que levará à postergação da idade para se aposentar.

Lembro também que tramitam nesta Casa projetos sobre terceirização, o negociado sobre o legislado, a redução do salário mínimo, o fim da contribuição para os sindicatos, que representa as categorias dos trabalhadores.

Finalizo dizendo que os trabalhadores brasileiros não merecem, no final do ano, as maldades que estão sendo feitas e as discussões que estão em debate, e, do outro lado, ver o Governo promover REFIS em cima de REFIS, prática que só estimula a sonegação fiscal.

Que Deus ilumine cada um de nós em 2017 e que essa prática injusta em andamento nesta Casa seja extirpada definitivamente.

Muito obrigado.

Bom 2017 a todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Heitor Schuch.

Documento 153/257

340.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/12/2016- CD	10:02
Publ.: DCD - 21/12/2016 - 29	LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES		PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre a reforma da Previdência Social.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, enviada pelo Poder Executivo para dispor a respeito da chamada reforma da Previdência, é uma malvadeza. É a destruição da Previdência como um direito social.

Há inúmeras críticas a ressaltar sobre o texto em tramitação. Logo de início, antes de mais nada, questiono a motivação e a oportunidade da matéria. Logo de início, antes de mais nada, questiono a motivação e a oportunidade da matéria. Evidentemente, a preocupação desta PEC não está na preservação de direitos e garantias individuais e sociais instituídos pelo Constituinte. Não leva em consideração a situação de milhares de desempregados que não podem contribuir para o sistema, a realidade do trabalhador do campo, a queda na renda das famílias e a necessidade cada vez maior de uma cobertura previdenciária adequada. Ao invés disso, o que se vê é somente a pressa em se acrescentar mais um elemento ao conjunto de ações do ajuste fiscal.

Juntamente com a emenda constitucional do teto de gastos, conhecida como a PEC do Fim do Mundo, a PEC da Morte, a reforma da Previdência - concebida por esse Governo que ascendeu pela via do *impeachment* e pretende desmontar o Estado social, arduamente construído nas últimas décadas - é um extermínio dos direitos dos trabalhadores. O segurado representa somente uma despesa a ser cortada, tanto quanto possível, para aliviar as finanças públicas.

É por esse motivo que se pretende acabar com o piso de um salário

mínimo dos benefícios, tanto previdenciários quanto assistenciais. Como uma família que não dispõe do mínimo existencial conseguirá sobreviver com dignidade? Pensem no tipo de cobertura social que passará a ser oferecida em uma República que tem, como objetivos fundamentais declarados, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Pelas regras da PEC 287/16, o trabalhador que almejar a aposentadoria pelo valor integral da média deverá contribuir por 49 anos. Quem consegue atingir essa marca em nosso País? E, caso ainda nutra a esperança de passar para a inatividade aos 65 anos de idade, deve ter iniciado a vida laboral aos 16 anos. Durante todo esse período, deve ter tido o cuidado e a sorte de não deixar de contribuir um único mês, o que é impraticável! Evidentemente, trata-se de uma proposta que não se coaduna com a realidade histórica do mercado de trabalho brasileiro.

Como regra de transição, arbitraram-se as idades de 50 anos para homens e 45 anos para mulheres. É desnecessário alertar sobre a extrema injustiça no tocante àquele indivíduo que começou a trabalhar cedo e está às vésperas de completar tais idades na data de publicação da futura emenda constitucional.

E o que dizer dos trabalhadores rurais, que foram submetidos à regra comum? Deverão contribuir, individualmente, por 25 anos, para se aposentar aos 65 anos. Quem conhece a realidade do campo sabe muito bem que o segurado especial, que trabalha em regime de economia familiar para a própria subsistência, não tem como efetuar as contribuições nas mesmas condições do trabalhador urbano. Ignorar essa situação é virar as costas para as famílias da lavoura.

Também há que se questionar a equidade, uma vez que foram suprimidos, na regra permanente, os requisitos de tempo de contribuição reduzido dos professores, porém foram poupados os militares da União e dos Estados. Ora, não se justifica a diferenciação, pois ambas as categorias merecem tratamento de acordo com as suas próprias peculiaridades.

O Projeto de Lei nº 6.427, de 2016, que trata do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, é mais uma prova de que a Previdência é tratada como ajuste fiscal pelo Governo. Querem instituir a alta programada e o bônus de desempenho dos peritos, sob o argumento de que o estoque de benefícios por incapacidade aumentou demais, porque não houve a realização de perícias médicas em quantidade

suficiente.

Não se discutem a estrutura do alegado déficit da Previdência e suas causas. Não se analisa a suficiência das fontes de custeio do sistema. Não se incentiva a recuperação de débitos dos grandes devedores. Não se planeja o plano de benefícios para atender às reais necessidades de cobertura da população.

Portanto, caso essa reforma seja aprovada, a nossa Previdência será cada vez menos social, reduzindo-se a uma mera despesa no Orçamento da União.

Peço, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - O pedido de V.Exa. será atendido.

Documento 154/257

340.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/12/2016-12:02
Publ.: DCD 21/12/2016 - 55	NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta do Governo Federal de reforma da Previdência Social. Defesa da tese de ilegitimidade do Governo do Presidente da República, Michel Temer.

O SR. NILTO TATTO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto de reforma da Previdência que o Governo ilegítimo do Temer mandou para esta Casa para os Deputados

votarem, analisarem, não pode ser aprovado.

Imaginem que neste projeto, para se aposentar, a idade mínima será de 65 anos, tanto para homens como para mulheres; serão 49 anos de contribuição; o benefício de prestação continuada só será concedido a partir dos 70 anos; e haverá redução de 50% no direito à pensão.

Nós sabemos que a expectativa de vida da população brasileira aumentou. Mas para quem aumentou? Recentemente, em São Paulo, foi feita uma pesquisa e verificou-se que a população da periferia vive 10 a 15 anos a menos do que a população que mora no centro expandido de São Paulo. Nós sabemos que a expectativa de vida da população trabalhadora do campo, dos camponeses, dos povos indígenas, dos quilombolas é de 60 a 65 anos.

Portanto, este projeto de reforma da Previdência é um projeto que joga a conta da Previdência para a maioria da população brasileira, a fim de que esta pague a aposentadoria da classe média alta e dos mais ricos. Então esta Casa não pode de forma alguma aceitar isso.

Este projeto da Previdência engana a população brasileira quando coloca na conta da Previdência os custos da assistência social, que é um direito assegurado lá na Constituição, mas que não deveria ser colocada na conta da Previdência. Então, a população trabalhadora do meio rural tem um direito adquirido na Constituição que não deve ser considerado na conta da Previdência. Esses recursos têm que ser assegurados pelo próprio Orçamento da União.

Portanto, o que eles querem fazer, que é a própria motivação do golpe, é tirar os mais pobres do Orçamento da União e fazer com que a concentração de renda neste País cresça cada vez mais. Nós não podemos aceitar de forma nenhuma essas mudanças que o golpe vem fazendo na Constituição brasileira, colocando em risco aquele acordo, aquele pacto social, que é a Constituição de 1988. Nós não fomos eleitos para fazer uma reforma na Constituição, como vem acontecendo com uma série de medidas que o Governo golpista do Michel Temer vem fazendo e trazendo aqui para esta Casa.

Então, Presidente Temer, faça-nos um favor: peça licença e renuncie.

Fora, Temer!

Documento 155/257

341.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/12/2016- CD	14:18
Publ.: DCD - 21/12/2016 - 749	MAJOR OLIMPIO-SD -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Sucesso da mobilização dos policiais e bombeiros militares contra a aprovação do texto original do Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, acerca do Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre a reforma da Previdência Social.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que agregue o tempo de Líder, para me estender um pouco nas considerações.

Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar toda a Câmara dos Deputados por ter-se colocado de pé. A Câmara votou um projeto, o Senado tripudiou, transformou-o num monstrengo e o colocou goela abaixo para que a Câmara o referendasse. Ao contrário disso, a Câmara dos Deputados discutiu o assunto e seu Presidente, o Deputado Rodrigo Maia, que, com coragem e moral, peitou e pautou o tema.

Deputado Esperidião Amin, meu eterno agradecimento e meu reconhecimento à sua sapiência e experiência.

Devo dizer que votei contra o PLP 257 aqui na Câmara porque, policiais e bombeiros militares do Distrito Federal e aqueles que nos acompanham, havia um artigo que correspondia a despesas com pessoal e gastos terceirizados e com pensões, o que faria com que a elevação destes custos implicasse congelamentos futuros.

Assim, o PLP 257, que foi votado nesta Casa, trazia, sim, prejuízos aos servidores e aos policiais militares e bombeiros militares.

O Deputado Esperidião Amin acolheu as sugestões das bancadas, dos



Parlamentares, das mobilizações em todo o País - devo dizer do meu orgulho de ser policial militar -, de todos os policiais militares, dos dirigentes de entidades, nacionais e estaduais, que se manifestaram e se mobilizaram em todo o País, com todos os Parlamentares, e da manifestação viva que aconteceu em Minas Gerais.

Portanto, meus cumprimentos ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, que também é Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais, que se colocou altaneiro, à frente da sua tropa, dizendo que não é inimigo do Governo, que não tem partido, mas tem compromisso com a sociedade.

Nós vivemos um momento inédito, em que milhares de policiais militares de Minas Gerais foram às ruas em todas as cidades, não para ameaçar, mas para dizer concretamente que não aceitarão humilhações.

Devo dizer aos senhores que temos novas etapas, como a reforma da Previdência, quando estaremos mais unidos do que nunca. Este período será de recesso para a Câmara e para o Judiciário, mas será o tempo da mobilização de todos os servidores públicos, policiais militares, bombeiros militares e pensionistas, momento em que realizaremos uma grande mobilização, já que tentaram ceifar nossas vidas, nossas carreiras e a pensão dos nossos filhos.

Graças à mobilização, à pressão a que estamos chegando, retirando todos os fantasmas e todas as perversidades, demonstraremos que é possível, sim, fazer a renegociação das dívidas sem que os servidores civis ou militares paguem a conta duas vezes.

Este é o momento da mobilização. Mais do que nunca, não aceitaremos o que esta PEC 287 contém, no que diz respeito à reforma previdenciária.

Agora nós já descobrimos que somos muito mais fortes e muito mais unidos. *(Palmas.)*

Quero agradecer a todos os Parlamentares, tanto aos da Situação como aos da Oposição, que fizeram chegar a este momento não de glória, mas de manutenção da dignidade.

Parabéns, meus irmãos policiais militares e bombeiros! *(Manifestação nas galerias: Palmas.)*

Documento 156/257

339.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/12/2016-19:48
Publ.: DCD 20/12/2016 - 37	- VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Declaração de voto contrário ao Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, sobre estabelecimento do Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e de medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Repúdio à proposta do Governo Michel Temer de reforma da Previdência.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algumas coisas que um conjunto de Deputados tem que explicar à sociedade brasileira.

Deram um golpe na democracia, romperam com a Constituição Federal e colocaram o golpista Michel Temer como Presidente do Brasil, em detrimento de uma mulher séria e honesta, a Presidente Dilma Rousseff, que não foi citada nenhuma vez nas delações premiadas, enquanto o Presidente golpista tem mais de 45 citações.

Ele montou um governo de homens ricos investigados pela Operação Lava-Jato. Esta foi a primeira concepção do Governo, e é lógico que os Deputados aqui são responsáveis por este golpe.

Agora chega a esta Casa uma PEC para congelar o serviço público no Brasil e os salários dos servidores públicos, congelando também a oportunidade que muitas pessoas teriam de entrar no serviço público por concurso público.

A maioria dos Deputados votou e aprovou esta PEC.

Agora, há um projeto que, dizem, é a renegociação da dívida: o PLP 257/16. Um conjunto de Deputados está contra ele, até Deputados da base do Governo. Eles acham que não dá para aprovar, de forma nenhuma, esta renegociação.

O mais engraçado nisso tudo é que os Deputados que votaram a favor

do *impeachment* da Presidente Dilma estão vendo que o Governo Michel Temer acabou. Eles disseram que iriam retirá-la para dar estabilidade ao País, gerar empregos, transferir a renda para a população, desenvolver o Brasil e fazê-lo crescer. No entanto, eles não estão entregando os serviços que prometeram à sociedade.

Eles já começam a se preocupar com o PLP 257, que nada mais é do que o aprofundamento do congelamento do serviço público, já aprovado nesta Casa, com a PEC 55.

Eu vou votar contra o PLP 257 porque, mesmo que alguns Deputados digam o contrário, é lógico que há imposições. A condição para que ocorra a renegociação da dívida é que se cometam maldades contra o servidor público em cada Estado, é que os Governadores tenham a coragem de fazer a reforma nos seus Estados. Esta é uma imposição que os Estados não devem aceitar.

Eu sou a favor da renegociação das dívidas, mas não do jeito que estão propondo, deixando ao servidor público o preço maior a ser pago.

Dentro deste conjunto, está a reforma da Previdência, que os Deputados do Governo aprovaram na Comissão de Constituição e Justiça. Fizeram isso por quê? Porque não estão preocupados com o povo.

Acabar com a Previdência Social no Brasil é uma violência aos direitos da classe trabalhadora. O Governo mandou o projeto para esta Casa, e a maioria dos Deputados da Comissão de Constituição e Justiça o aprovou. Rasgaram a Constituição e agora querem matar a classe trabalhadora, o povo pobre deste Brasil.

Nós não podemos aceitar isso! O povo deve ir às ruas se manifestar contra as medidas de Michel Temer, contra o Governo golpista. É isso que nós temos que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Valmir Assunção.



Publ.: DCD - 20/12/2016 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS
63

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Denúncia de repressão violenta, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a manifestação de servidores públicos estaduais. Críticas à proposta de reforma previdenciária do Governo Federal. Ilegitimidade do Governo do Presidente da República, Michel Temer.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero registrar a violência que aconteceu hoje no Rio Grande do Sul contra servidores públicos que defendiam tão somente um serviço público de qualidade, o concurso público que prestaram e a carreira à qual dedicam sua vida.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul demite, extingue fundações e prejudica serviços públicos com uma receita tradicional que, certamente, merece o nosso repúdio. E faz isso com uma série de projetos.

É ainda mais grave o que faz contra os servidores o Governo do Estado do Rio Grande do Sul quando coloca em atuação outros servidores, os da Brigada Militar, com a cavalaria, que atiram bombas, não apenas de efeito moral, numa repressão absurda e violenta, como a que se fez no tempo da ditadura militar.

Quero dizer também a V.Exas. que, na última semana, aqui na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, houve a votação da proposta de reforma da Previdência Social. Em menos de 24 horas, um parecer foi urdido favoravelmente a ela. Na madrugada, vários Parlamentares foram substituídos, enquanto o Protocolo da Casa estava fechado. Tudo para organizar uma reforma da Previdência que fere direitos de trabalhadoras e trabalhadores do campo, da área rural, e da cidade; que fere direitos das mulheres; que atinge as pessoas com deficiência e os idosos.

Nós devemos nos posicionar com clareza contra estas reformas, a da Previdência e a trabalhista, que são levadas adiante por um governo ilegítimo e que ferem também o desenvolvimento do Brasil.

Não há desenvolvimento sem o rosto humano, não há desenvolvimento

sem o olhar para as pessoas. Elevar para 70 anos a idade mínima para o acesso do idoso ao Benefício de Prestação Continuada é jogar as pessoas à morte, ao abandono. Estabelecer a regra de 65 anos como idade mínima para a aposentadoria, com 49 anos de contribuição, é uma violência contra brasileiras e brasileiros.

Nós não podemos aceitar que as mulheres sejam tratadas como estão sendo tratadas, que mais 10 anos, Deputado Elvino Bohn Gass, sejam exigidos da mulher do campo para acessar o benefício pelo qual trabalhou e lutou muito. A Previdência foi uma conquista da mulher rural.

Como aceitar que as pessoas com deficiência tenham, agora, com o Benefício de Prestação Continuada, um salário menor do que o salário mínimo?

O Governo Michel Temer não merece continuar, seja pela sua ilegitimidade, seja pelas maldades que produz contra o Brasil.

Fora, Temer! E fora, Sartori, junto!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos à Deputada Maria do Rosário.

Documento 158/257

339.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/12/2016-22:00
Publ.: DCD 20/12/2016 - 68	- RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Artigo intitulado De olho em nossos direitos, de autoria do orador, sobre possível perda de direitos do trabalhador em caso de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que dispõe sobre seguridade social e

estabelece regras de transição, publicado no *Jornal Pequeno*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este artigo, de minha autoria, publicado do *Jornal Pequeno*.

Obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

De olho em nossos direitos

O Congresso Nacional começou esta semana a discutir mais uma proposta enviada pelo Executivo que, a meu ver, prejudica a população brasileira. De maneira geral, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 torna praticamente impossível o acesso à aposentadoria. Com a reforma da Previdência de Temer, cria-se o benefício impossível, pois os requisitos para acessá-lo são incompatíveis com a realidade do mercado de trabalho atual.

Por exemplo, para alcançar a aposentadoria integral, aos 65 anos de idade, um trabalhador deveria ter começado a contribuir, ininterruptamente, com carteira assinada, desde os 16 anos. Uma situação muito distante da realidade dos brasileiros.

Atualmente, a aposentadoria é calculada por 80% das maiores contribuições de um trabalhador ao longo da vida. A PEC de Temer propõe calcular pela média de 100% das contribuições. Naturalmente, haverá um rebaixamento na média. As mudanças equivalem a um aumento do tempo de contribuição em 66%, o que não tem paralelo em nenhum outro país.

A PEC também comete outras injustiças gravíssimas, como equiparar homem a mulher, trabalhador rural a urbano. Com isso, desconsidera a

diferenças inerentes. Tratar os diferentes como iguais é uma das mais gritantes injustiças, pois aprofunda desigualdades.

Como Deputado, irei apontar todos esses problemas do texto e, principalmente, nesse momento inicial, lutar para que haja uma discussão ampla com a sociedade, dentro e fora da Câmara. Essa, inclusive, foi minha postura desde o primeiro dia de apreciação da PEC. Na Comissão de Constituição e Justiça, da qual faço parte, pedimos a realização de audiências públicas para debate do tema.

Infelizmente, o Governo ganhou essa primeira batalha - mas por margem apertada, numa votação que adentrou madrugada e trocando membros da CCJ que não queriam votar com eles. Ou seja, haverá muito embate ainda nessa discussão dessa matéria, que interfere na vida de milhões de brasileiros.

A palavra previdência significa a possibilidade de ver o futuro, ou seja, é preciso plantar agora, pensando nos anos de descanso da aposentadoria. E é assim que milhões de brasileiros contribuem todo mês, planejando o futuro, ao mesmo tempo que financiam o descanso merecido dos já aposentados.

De tão exigente e bizarra, a proposta tem sido motivo de piadas nas redes: sugerindo que, em breve, só faltaria ao trabalhador o atestado de óbito para ele usufruir a aposentadoria. Isso não está distante da nossa realidade. Apesar da expectativa de vida ter melhorado nos últimos 20 anos, ela chegou a 75,4 anos em 2014, segundo o IBGE.

O debate só começou, mas não dá para 'dormir no ponto' quando se trata do Governo Temer. Eu estarei na Câmara para defender os trabalhadores maranhenses e uma Previdência social justa. Estarei nesse debate mesmo que seja em janeiro, numa possível convocação extraordinária.

Documento 159/257

339.2.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 19/12/2016-22:00

Publ.: DCD
20/12/2016 - 69

ROBERTO DE LUCENA-PV -SP

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Defesa de manutenção dos direitos de aposentados e pensionistas no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que dispõe sobre seguridade social e estabelece medidas de transição. Importância da aprovação da medida para reequilíbrio das contas públicas e continuidade da Previdência Social. Sugestão de vendas de ativos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como forma de redução do déficit previdenciário. Necessidade de revisão das concessões de desoneração fiscal.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Federal encaminhou para esta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que trata da inadiável e imprescindível reforma da Previdência. Trata-se de um tema absolutamente delicado, sensível, que exige dos membros desse Parlamento o exercício máximo do bom senso e da responsabilidade, pois é uma condição fundamental para o reequilíbrio das contas públicas e para que se garanta a própria existência da Previdência Social no futuro.

Atualmente existem pouco menos de 30 milhões de aposentados e pensionistas recebendo do INSS. Em 2050, esse número terá triplicado, e para suportar essa população idosa adicional apresentam-se três alternativas: a elevação de maneira significativa da carga tributária, o aumento da dívida pública ou um cenário de falência pública, similar ao da Grécia e ao que assistimos no Rio de Janeiro. Ou isso, ou se enfrenta efetivamente a reforma Previdenciária já!

Atingimos o número de 27 milhões de pessoas com 60 anos ou mais atualmente, e estima-se que em 2030 sejamos 52,4 milhões. Em 2050, o País terá 93,4 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. O Brasil está envelhecendo rápido, em função do aumento da expectativa de vida e da queda das taxas de natalidade - e está envelhecendo antes de enriquecer, diferente do que aconteceu, por exemplo, na Europa.

Claro que temos que comemorar essa conquista, que é o aumento da longevidade, mas em relação à Previdência essa é uma variável importante, cujo impacto faz com que a conta não feche.

Em 2010, tínhamos 24,1 milhões de aposentados e pensionistas. Em 2030, serão 52,4 milhões e em 2050 seremos 93,4 milhões de brasileiros aposentados. Em 2060, teremos menos trabalhadores na ativa contribuindo do que beneficiários, o que aumenta o desequilíbrio nas contas da Previdência.

De acordo com o Governo Federal, a Previdência teve, só em 2015, um déficit de mais de 86 bilhões de reais, sendo que neste ano deve passar de 150 bilhões.

Sr. Presidente, há que se cobrar a dívida bilionária com a Previdência. De acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quase 700 mil empresas devem R\$ 301,9 bilhões à Previdência Social, o suficiente para pagar mais de duas vezes o rombo da Previdência. Os maiores devedores são exatamente os grandes grupos econômicos deste País. O Governo tem falado grosso com os pequenos devedores e fino com os grandes devedores.

Podemos também vender os inúmeros imóveis ociosos do INSS. Temos aí a possibilidade de resolvermos grande parte do rombo da Previdência. Outra questão a ser enfrentada é a agenda das desonerações. Essa agenda precisa ser revista.

Quanto ao déficit da Previdência, aí sim, precisamos enfrentar a reforma Previdenciária, mas uma reforma justa e baseada na verdade. Algumas perguntas precisam ser respondidas: o que é exatamente esse rombo da Previdência? Vamos fazer uma auditoria nesse rombo? Vamos decifrá-lo? Nesse eventual déficit da Previdência, estamos considerando apenas as contribuições dos empregados e dos empregadores? Estamos considerando o repasse que o Governo deve fazer dos impostos sociais, COFINS, CSLL, PIS e PASEP, previstos na Constituição?

A idade mínima é defensável. Apenas o Brasil, o Iraque e alguns países da África não têm idade mínima para aposentadoria. Mas somente consigo defendê-la se ela passar a valer para quem vai entrar agora no sistema, completando 16 anos a partir de 2017. Para os demais, defendo que sejam pautados pela regra atual de 85/95.

Não consigo compreender a premissa que iguala a idade mínima para as mulheres e para os homens aos 65 anos. Aliás, nesse caso o homem passa de 60 para 65 anos, enquanto a mulher passa de 55

para 65 anos! Parece-me que houve um erro de digitação - só pode ser!

Também advirto que nossa Constituição não permite que qualquer benefício social tenha caráter alimentar, seja inferior ao salário mínimo. Também a contribuição por 49 anos para o benefício pleno me parece uma distorção e a desvinculação das pensões do salário mínimo um atentado à sociedade.

Por fim, reafirmo minha convicção de que a reforma Previdenciária é necessária e que o Governo pode contar com minha disposição e comprometimento com essa agenda, mas quero deixar claro que esses poucos pontos que destaquei e outros tantos, que ameaçam os direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas, contarão com a minha objeção radical e consciente.

Os direitos dos aposentados e dos pensionistas não podem ser subtraídos, nem tão pouco frustrada a expectativa de direitos daqueles que estão em vias de se aposentar.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Que Deus abençoe o Brasil!

Documento 160/257

020.2.55.N	Sessão Extraordinária - CN	15/12/2016-14:56
Publ.: DCN - 22/12/2016 - 32	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.

Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na medida em que estamos em um processo de votação, tenho a certeza de que V.Exa. vai determinar que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania paralise a votação que está acontecendo neste momento. Tenho a certeza disso porque essa paralisação é regimental. Tal situação é totalmente fora da realidade.

Eu pedi a V.Exa. a palavra para dizer a este Plenário que lamento que, ontem à noite, durante a madrugada, os trabalhos da CCJ tenham sido tensionados até o momento do início da votação da reforma da Previdência. Trata-se de uma reforma que retira direitos e garantias fundamentais, que fere o art. 60 da Constituição Federal e que, para uma aposentadoria integral, impõe uma realidade de tempo de contribuição de 49 anos e aos 65 anos de idade.

Essa é uma reforma voltada para a morte, que fere o direito da economia familiar, da agricultura familiar e das mulheres. É impossível aceitarmos algo dessa natureza! Ela modifica as relações de trabalho em todo o Brasil, mexe com a vida de milhões de brasileiros e brasileiras, mexe com a vida de mulheres que são chefes de família, que têm dupla ou tripla jornada.

É uma reforma que prevê que o jovem deve começar a trabalhar aos 16 anos e deve contribuir ininterruptamente, sem deixar um só ano, para chegar aos 65 anos com a possibilidade de ter uma aposentadoria integral.

É uma reforma que fere o direito do professor da educação básica e da educação infantil, que terá redução. É uma reforma que fere os direitos dos policiais. É uma reforma que fere direitos adquiridos e que cria, inclusive, uma nova figura jurídica. Por isso, ela é inconstitucional.

A partir de agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, não mais haverá, na legislação, uma idade mínima fixa para aposentadoria. Quando o IBGE divulgar uma nova idade em termos de perspectiva de sobrevida ou de vida no Brasil, automaticamente a idade mínima para aposentadoria mudará. Será que isso é legítimo?

Os brasileiros e as brasileiras foram dormir ontem com uma realidade e acordaram com outra, depois da madrugada na CCJ, em que o Governo obteve 31 votos contra 20. Considerou-se constitucional a reforma da Previdência. Mas ela é inconstitucional, fere direitos e garantias individuais, fere garantias fundamentais da República.

Eu acredito que, com a reforma da Previdência, nós estamos diante de

uma necessidade do Governo Temer. Vendo a sua base parlamentar esvair-se, vendo que não existe uma base pública, com o rol de denúncias gravíssimas sobre o Presidente da República e uma série de Ministros, o Governo Temer produz, neste momento, a necessidade de um ajuste que cobra a conta da população, para tentar se aliar a um setor do mercado que não tem limites.

Quem deve para a Previdência pública do Brasil é o setor empresarial, os grandes empresários brasileiros, que têm com ela uma dívida altíssima, e aqueles que se beneficiam de isenções totalmente inadequadas.

Se quisermos fazer uma reforma da Previdência, não cobremos primeiro do trabalhador rural. Vejam que, para uma mulher trabalhadora rural do interior do Rio Grande do Sul, essa reforma significará 10 anos a mais até auferir o seu direito à Previdência. Por isso, todas as mulheres do campo e da cidade, todas as entidades do campo e da cidade já se posicionam contra essa reforma da Previdência.

O que mais me causa espécie é que, em 24 horas, o Relator da admissibilidade deu o parecer. S.Exa. nem analisou a matéria, porque basta o ajuste fiscal para se rasgar a Constituição de Ulysses Guimarães e da cidadania brasileira.

Não me venham com a cantilena de que a Previdência é deficitária. Deficitário é o caráter dos que propõem uma reforma de costas para o interesse do povo brasileiro.

Era isso o tinha a dizer, Sr. Presidente, com o pedido de que V.Exa. determine o fim dos trabalhos da CCJ.

Documento 161/257

020.2.55.N	Sessão Extraordinária - CN	15/12/2016-14:56
Publ.: DCN - 22/12/2016 - 41	WEVERTON ROCHA-PDT -MA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro eu gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de sempre estar entre V.Exas. Desejo feliz Natal a todas as famílias brasileiras e a todos os nossos Parlamentares.

Agradeço à nossa bancada do PDT, que ontem me reconduziu, de forma unânime, à Liderança no ano de 2017. Agradeço a todos os Deputados do PDT que participaram da reunião e ao partido.

Sr. Presidente, quero dizer que vamos continuar nessa luta aqui dentro. O PDT anunciou ontem que vai ajuizar na próxima segunda-feira uma ADI contra a PEC 55. Nós entendemos que essa PEC é inconstitucional. Fere o princípio mais importante, uma cláusula pétrea do nosso partido, cláusula que deveria ser de todos os partidos políticos, que é a da educação e da saúde.

Nós não podemos, devido a qualquer tipo de crise, dizer que dinheiro para educação e para a saúde pode ser limitado, contingenciado, e que dinheiro para juros e para pagamento de dívida se tem à vontade e ninguém discute.

É preciso ter responsabilidade, enfrentar o problema, mas sem jogar o peso da crise sobre o pequeno, sobre o trabalhador e sobre o mais fraco.

Falando em trabalhador, ressalto que o PDT está participando diretamente, de forma atenta, da discussão da reforma da Previdência. Nós iremos fazer todos os enfrentamentos necessários. É importante esclarecer que a estratégia adotada ontem, a de fazer o acordo para se votar a admissibilidade, ocorreu para se ganhar o tempo necessário. Ficou combinado que a instalação da Comissão e a indicação dos membros aconteceriam apenas em fevereiro, depois da eleição da Mesa. Isso foi feito para dar tempo de os movimentos, os Parlamentares e as bases sociais se organizarem e poderem fazer um bom enfrentamento, um bom debate. Nós não podemos, em momento algum, imaginar que o debate sobre a Previdência seja essa discussão tão rasteira, uma discussão falsa, como a que estão tentando empurrar para cima do povo brasileiro.

A Previdência não é deficitária. Os seus 30% que são desvinculados pela DRU - Desvinculação de Receitas da União é que a fazem ser deficitária. A política da Previdência não pode ser uma política fiscal. Ela precisa ser uma política que tenha um olhar que considere o social, um olhar que garanta ao trabalhador, ao futuro aposentado, as

condições para que ele possa chegar à terceira idade, à velhice com garantias do Estado, para que possa assegurar o seu sustento e a manutenção da sua família.

Sr. Presidente, na discussão da Previdência, nós seremos contra a retirada de direitos e vamos lutar, durante todo o debate, para que os direitos adquiridos sejam garantidos aos trabalhadores, principalmente os da nossa Região Nordeste.

Senador Pinto, Governador José Reinaldo, Deputado Hildo Rocha, no Maranhão, a expectativa de vida do trabalhador é uma das menores do Brasil.

Não dá para imaginar que, mantendo-se o modelo que aí está, poderemos aprovar essa matéria, até porque, nesse caso, o povo maranhense, o povo nordestino nunca vai se aposentar na vida - esqueça! Eles vão trabalhar dos 18 anos até os 68, 69, 70 anos. Antes de se aposentarem, já estarão morrendo.

Infelizmente, nós temos que trazer essa dura realidade, porque a realidade de uma região do Brasil não é a mesma que a de outra. Precisamos entender essa diversidade do nosso País.

Sr. Presidente, a dívida dos Estados é real. Nós vamos, dentro do possível, construir um bom texto, aprovar o que for possível para fazer esse enfrentamento. Mas faço este registro: quando esta matéria estava aqui na Casa, eu ressalttei que nós não podemos fazer a reforma da Previdência baseados nela. Não podemos retirar direitos dos trabalhadores e, muito menos, interferir na autonomia dos Estados, como está sendo feito.

Temos tempo ainda para fazer um bom diálogo, um bom debate e melhorar essa proposta, para não ferirmos de morte a independência dos Estados e a independência das nossas Assembleias Legislativas. Jogar essa batata quente para elas, da forma como está, é perigoso. Corremos o risco de não encontrar a solução.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que agora há pouco vieram nos perguntar sobre a liminar de ontem do Ministro Fux, que trata das 10 Medidas, e nós dissemos que o PDT só vai comentar sobre essa liminar depois do seu julgamento pelo Pleno. Até o seu julgamento, nós não iremos nos manifestar. Esperamos que aquela Corte tome a decisão que todos nós e que todos que entendem do bom Direito esperamos, que é fazer com que esta Casa continue estabelecendo o seu trâmite legislativo, como sempre fez, ou seja, mantenha a sua

independência, e que as nossas funções sejam restabelecidas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 162/257

020.2.55.N	Sessão Extraordinária - CN	15/12/2016-14:56
Publ.: DCN - 22/12/2016 - 50	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A SR^a BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, eu quero falar da importância deste tema.

Espero, tenho fé que ao abrir essa votação nós tenhamos garantida a derrubada desses três vetos que fazem parte do acordo e que incluem os interesses dos agentes comunitários da saúde, assim como os da Vigilância Sanitária.

Estamos aqui para dizer que nós não aceitamos de forma nenhuma esse pacote que nós consideramos uma maldade do Governo Federal. Esse pacote da maldade que o Governo Federal mandou a esta Casa para que nós possamos votar é inconcebível, do ponto de vista dos direitos, principalmente no que diz respeito à Previdência.

Já nos colocamos aqui várias vezes contra essa reforma da Previdência. Por que, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas? Porque nós vamos perder direitos adquiridos, e o País não aguenta mais nenhum arrocho contra os trabalhadores. Já há muitos desempregados!

É preciso entender que, embora nos digam que a Previdência está falida, na verdade, ela é superavitária. Está aí o Governo tirando 1 trilhão da Seguridade Social! Como é que vamos buscar recursos exatamente praticando um arrocho contra os direitos dos idosos, das mulheres?



Pergunto isso especialmente àqueles que têm ocupado a tribuna para falar da família, para falar do direito da mulher, para dizer que nós temos que pegar as mulheres, as crianças e cuidar delas, porque elas são o futuro. Não haverá futuro, porque estamos tirando até a licença-maternidade, que é importante não só para a mãe, mas principalmente para as crianças, que precisam ser amparadas - e sabemos que isso é um dever do Estado.

Ora, Srs. Congressistas, como nós vamos aceitar que o benefício de prestação continuada, que atende aos idosos e às pessoas com deficiência neste País, seja desvinculado do salário mínimo, de modo que eles possam receber 50% a menos?

Imaginem as pessoas que dependem única e exclusivamente desses recursos! Isso é uma maldade! Isso é uma crueldade! E não venham tentar nos convencer de que isso não é um golpe contra o trabalhador, um golpe contra os idosos, um golpe contra as mulheres, um golpe contra aqueles que durante todo o tempo pagaram para que ter a sua aposentadoria e agora terão que pagar mais 45 anos, se quiserem, com 70 anos, ter integralmente a sua aposentadoria.

Isso não é possível, ainda mais num País com tantas desigualdades, onde muitas pessoas - e eu sou um exemplo - vão ter a carteira assinada com 30, 40 anos, apesar de trabalharem desde os 10 anos de idade. Ainda há muitas crianças trabalhando em lavoura, na agricultura familiar e em coisas dessa natureza.

Nós temos que nos manifestar aqui, junto com a população, junto com a sociedade, que não é boba, que está olhando para este Congresso e está vendo as maldades que estão sendo feitas e a repressão que está em cima dos movimentos sociais que defendem esses direitos.

Por isso é que nós estamos nesta tribuna. Não estamos aqui apenas para denunciar, mas também para dizer que não daremos nem um passo atrás. Seguiremos com os movimentos sociais, com os partidos políticos e com todos os democratas que querem ver um Brasil melhor.

Não à reforma da Previdência! Não à morte dos idosos, das crianças e dos deficientes deste País! Não, não e não! Isso é um golpe sério contra os seres humanos dos quais dizem que vão, verdadeiramente, cuidar. Isso é uma falácia. Vão encher os banqueiros deste País de dinheiro e entregar o nosso patrimônio ao capital estrangeiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 163/257

020.2.55.N	Sessão Extraordinária - CN	15/12/2016-14:56
Publ.: DCN - 22/12/2016 - 52	LUIZ COUTO-PT -PB	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Meu pronunciamento fala sobre a reforma política, contra essa reforma previdenciária, que parece mais ser uma deformação da Previdência. É isso o que está acontecendo!

Então, peço que meu discurso seja registrado nos Anais desta Casa e que seja dada a ele a devida publicidade pelos meios de comunicação desta Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - V.Exa. será atendido.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ COUTO

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há uma deformação previdenciária sendo proposta nesta Casa pelo Executivo do ditador, golpista e usurpador Michel Temer. Esta deformação da Previdência é um dos temas mais assustadores do momento, para quem pretende algum dia se aposentar.

O Governo Temer já anunciou a proposta de mudança na lei da aposentadoria. Uma das mudanças apontadas pelo governo golpista e usurpador é o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria, de 65 anos, igual para homens e mulheres.

Aqueles que defendem as mudanças afirmam que há um "rombo" nas contas da Previdência Social e que, por isso, é necessário aumentar o tempo em que as pessoas devem trabalhar durante a vida. Este discurso ignóbil desestabiliza o trabalhador, porque o trabalhador somente terá acesso à aposentadoria integral após trabalhar e contribuir durante 49 anos.

O que é mais assustador ainda é que se trata de uma reforma continuada, pois sempre que a expectativa de vida da população brasileira crescer um ano, a idade mínima da aposentadoria também vai crescer um ano, podendo ultrapassar 70 anos de idade. Isso representa um duro golpe contra idosos que dependem do benefício.

Outro retrocesso terrível contido na PEC é o fim da aposentadoria especial dos professores do magistério público da educação básica, uma vez que a idade mínima da aposentadoria dos professores também será elevada para 65 anos e que os professores também terão de trabalhar durante 49 anos para ter acesso à aposentadoria integral.

A maldade continua com a categoria dos educadores. Um exemplo é de que uma professora que começou a trabalhar aos 26 anos somente poderá se aposentar com direito ao benefício integral aos 75 anos. Em muitos Estados brasileiros, especialmente da Região Nordeste, a expectativa de vida da população é inferior a 75 anos. Isso significa que essa professora vai morrer sem ter direito à aposentadoria, o que também vai ocorrer em relação às demais categorias.

Na vida real, o que existe não é um "rombo", e sim um "roubo" nas contas da Previdência. Na verdade, trata-se de "desvio de recursos para outros fins", e não de "roubo" clássico. O fato é que os recursos que a Constituição de 1988 garante para a Seguridade Social começaram a ser desviados já em 1989 pelo Presidente José Sarney.

Em 1994, o Presidente Fernando Henrique Cardoso criou um mecanismo para legalizar este desvio de bilhões de reais que deveriam ir para a saúde, para a assistência social e a previdência. A Desvinculação das Receitas da União - DRU permitia ao Presidente utilizar até 20% dos recursos da forma como quisesse. Cabia o critério e o caráter de cada um para sua destinação.

O reinado dos peemedebistas no Executivo segue cavando o buraco nas contas da Previdência Social brasileira. Quando fazemos as contas considerando a Constituição Federal, que é a lei maior do Brasil, sobra dinheiro para a Previdência Social. Mas todos os comandos dos peemedebistas preferem desviar os recursos e jogar a conta do

"rombo" nas costas dos trabalhadores.

Desde o golpe de 2016, o Executivo retrocedeu o País em milhões de anos. A PEC que congela os investimentos públicos durante 20 anos, a entrega do pré-sal às multinacionais, a reforma autoritária do ensino médio e o congelamento das vagas de universidades federais e agora a reforma da previdência vão implodir e maltratar ainda mais a classe trabalhadora, mulheres, professores, servidores públicos em geral, trabalhadores rurais, idosos e pessoas com deficiência. São bombas que vão destruindo todos os direitos do povo brasileiro.

Estamos a testemunhar uma grave convulsão social em nosso País, pois em nenhum lugar do mundo um pacote de maldades dessa magnitude foi imposto à sociedade sem provocar revolta popular. Nosso caminho continua sendo o de mobilizar a sociedade para lutar contra a retirada de direitos e por eleições diretas. Fora da democracia não haverá saída para a crise econômica, política e institucional.

O melhor e mais justo a fazer no momento é retaliar o Governo através da sua opinião social. Vamos lutar por nossos direitos, nas ruas deste País. Temer já desgraçou o que tínhamos de garantia constitucional.

Não durma no ponto! O que sempre esteve em jogo, desde o golpe, é o seu direito, o seu dinheiro e a sua dignidade como pessoa humana que é. Fora, Temer!

Era o que tinha a dizer.

Documento 164/257

020.2.55.N	Sessão Extraordinária - CN	15/12/2016-14:56
Publ.: DCN - 22/12/2016 - 61	CARMEN ZANOTTO-PPS -SC	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero aqui agradecer a compreensão de todos na tarde de hoje e a



persistência de permanecerem no plenário, para nos ajudar a garantir a votação dos vetos e, com isso, a aprovação dos projetos de lei do Congresso Nacional, os PLNs.

O acordo feito para que derrubássemos três vetos, entre eles o que trata da qualificação dos agentes comunitários de saúde, que passará de 400 horas para 800 horas, com recursos do Fundo Nacional de Saúde, significa qualificar os trabalhadores que participam da atenção básica, que batem à porta dos nossos domicílios de segunda a sexta-feira, que fazem o acompanhamento do paciente com hipertensão, o acompanhamento da carteira de vacinação. Eu digo que eles são o elo entre a equipe da Saúde da Família e a comunidade, porque estão todos os dias na sua área de abrangência.

Também foi apreciado o veto referente à pequena e microempresa, um projeto que foi uma grande luta nesta Casa, aprovado este ano. Com certeza absoluta, nós precisamos, cada vez mais, fortalecer o pequeno e microempresário.

O terceiro veto refere-se ao projeto de anistia aos pequenos produtores.

Acho que é avançando nos acordos, como foi feito por todos nós, juntos - Deputados e Deputadas da Base e da Oposição, Senadores e Senadoras da Base e da Oposição -, que construímos um consenso, garantimos o principal, o destaque dos vetos, e, com isso, pudemos aprovar também os PLNs, que são fundamentais para que consigamos exercer as atividades até o próximo dia 31.

Quero destacar, mais uma vez, o PLN que abre para a área da saúde o crédito de 1 bilhão e 700 milhões de reais, para que o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, possa honrar os compromissos assumidos, que é pagar às unidades hospitalares de média e alta complexidade nos Estados e Municípios. Como eu dizia durante a tarde, trata-se de pagar os tratamentos de quimioterapia e radioterapia, a cirurgia do câncer, os leitos de UTI, as Unidades de Pronto Atendimento - UPAs no País afora.

Avançamos, e não poderíamos terminar este ano sem deliberar essas matérias fundamentais, importantes para o País.

Concluimos os trabalhos nesta semana. Mas nós Deputados vamos voltar na semana que vem. Precisamos voltar, porque temos que rediscutir o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, da dívida dos Estados.

E eu quero, com todo o respeito, pedir algo aos Senadores e às Senadoras que estão aqui conosco. Esse projeto saiu da Câmara em agosto e retornou à nossa Casa na noite de ontem para hoje, para que o votássemos hoje. Mas isso era impossível.

Por mais que entendamos, Deputado Waldir Maranhão, que a matéria é fundamental, que a matéria é importante, não podemos votá-la sem nos debruçarmos no texto que foi incluído. Não haveria problema se tivesse sido repetido o texto da Câmara, que já conhecíamos na sua plenitude, porque foi amplamente discutido aqui. Mas agora o projeto teve uma complementação do Senado Federal.

Não estou dizendo que a matéria que veio do Senado não deva ser aprovada, muito pelo contrário. Ela poderá até ser aprovada, o pode ser absolutamente meritório. Mas precisamos nos inteirar, com muita tranquilidade, do seu conteúdo, para votá-la na semana que vem.

Eu tenho a certeza e a convicção de que nenhum Deputado ou Deputada desta Casa quer atrasar a folha de pagamento de nenhum servidor público estadual, quer atrasar ou dificultar a vida dos Governadores e, em especial, a vida da população dos Estados brasileiros, que estão vivendo uma crise econômica, uma crise financeira com a queda das suas arrecadações. Tal situação compromete as ações de saúde, de educação e de infraestrutura e o pagamento dos vencimentos dos trabalhadores.

Mas, Sr. Presidente, eu também preciso falar de outros dois assuntos. Um deles é o registro de que recebi, na tarde de ontem, um documento da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que se refere à nossa proposta de emenda à Constituição que vai ser amplamente discutida nas audiências públicas, a partir do ano que vem: a PEC 287, que trata da reforma da Previdência.

Eu já quero me manifestar aqui sobre isso. Digo que serei uma guerreira e lutarei para que não alteremos o Benefício de Prestação Continuada ou dele retiremos o vínculo com o salário mínimo.

Precisamos ajustar, sim, as questões da Previdência. Mas temos que cuidar da dose, temos que acertar. Para isso, vamos fazer várias audiências públicas não só na Comissão Especial, mas também nas Comissões que tratam de assuntos dessa relevância, como a nossa Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Por último, vou divergir um pouco oradora anterior, que falou sobre as medidas apreciadas. Quero lembrar que repactuar dívidas das empresas significa garantir que não haja tanto desemprego como

estamos vendo agora. Quero dizer que se trata de dívidas de universidades, como a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, que poderão repactuar os seus débitos. Assim, os recursos serão destinados à melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da estrutura universitária.

Na grande maioria das vezes, quem deixou de pagar não é caloteiro. Provavelmente, quem deixou de pagar não teve condições de garantir sua folha de pagamento, sua produção e seus compromissos.

Há também a questão da maior rentabilidade do FGTS, que, se tiver crescimento, será dividido com os trabalhadores.

Eu não conheço todas as medidas que foram anunciadas pelo Presidente, mas acredito que elas são boas para que possamos efetivamente sair da crise. Se houver algo que não for bom, vamos ver e vamos discutir. Mas, com certeza absoluta, deve haver muita coisa boa.

Eu quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras e Deputados e Deputadas pela convivência neste ano. Esta é a última sessão do Congresso Nacional. Desejo a todos um santo e abençoado Natal e Ano-Novo. Que, no ano que vem, possamos retornar a esta Casa e trabalhar com mais serenidade, com mais tranquilidade e, especialmente, com mais respeito entre todos nós!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) - Eu agradeço a V.Exa.

Documento 165/257

020.2.55.N	Sessão Extraordinária - CN	15/12/2016-14:56
Publ.: DCN - 22/12/2016 - 63	ZÉ GERALDO-PT -PA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, naturalmente, esta é a última sessão do Congresso nesta Legislatura.

Durante o dia hoje, eu recebi algumas mensagens de eleitores e eleitoras do Pará que já votam em mim há cinco, seis eleições, e que acompanham a política, acompanharam o golpe e estão acompanhando esta lei desastrosa que limita gasto por 20 anos, sem fazer nenhum recorte, colocando tudo num pacote, saúde, educação, etc. Vamos fazer o corte. E agora acompanham desesperadamente a proposta da reforma da Previdência. E eles diziam para mim: *"Mas, Deputado Zé Geraldo, como é que eu vou ter um feliz Natal e um próspero ano-novo com um governo que está votando medidas? E vocês também estão votando medidas"*. E eu lhes disse: *"Eu não"*.

Eu não votei na lei que limita gastos, nem vou votar na reforma da Previdência e vou fazer de tudo que eu puder para que nós possamos fazer com que essa reforma recue e o Governo repense.

Se é preciso fazer uma reforma, com certeza não é essa que está aí, Senador Garibaldi, com todo o respeito que eu tenho a V.Exa., à sua autoridade, experiência e trajetória. Quando se pensa que o trabalhador vai ter que começar a contribuir aos 20 anos para se aposentar quase aos 70, isso basta, não precisa dizer mais nada.

Senador Garibaldi, Sr. Presidente, hoje, o cidadão que não paga previdência nenhuma recebe, a partir de 65 anos de idade, um salário mínimo. A proposta agora é de que ele só receba algo depois de 70 anos de idade, e não será um salário mínimo, será meio ou menos de meio salário mínimo. Então, onde este País vai parar? O povo brasileiro não aceita retrocesso. Esse modelo não deu certo em nenhum lugar do mundo, nem deu certo no Brasil nos 20 anos da Nova República. E foi por isso que o Lula e o PT chegaram à Presidência da República, porque a Nova República, que veio depois dos militares, nos seus 20 anos, com os Governos de Sarney, Itamar, Collor e Fernando Henrique, desgastou-se, Sr. Presidente.

Então, o que eu disse para esses meus eleitores? Eu disse que nós vamos lutar, que a mentira tem a perna curta e que, com certeza, nós vamos ter que repor a verdade, o que significa repor um governo legitimamente eleito pelos brasileiros. Depois, nós vamos ter que desconstituir essa lei da limitação de gastos, já que a reforma da Previdência, com certeza, não se constituirá, não será votada.

Quero aqui dizer ao povo brasileiro que aqueles que foram para as ruas contra a Dilma e o PT, financiados pela FIESP e levados pela

Rede Globo, agora têm que começar a ir novamente para as ruas, para fazer com que não tenhamos retrocesso.

Então, eu estou aqui para transmitir, mesmo nesta crise e diante dessas leis que massacram o povo brasileiro, uma mensagem de otimismo que teremos, com certeza, à medida que construirmos as condições para que possamos repor um governo que foi destituído de forma ilegítima, o Governo da Presidenta Dilma, eleita pelo povo brasileiro.

Documento 166/257

336.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2016- CD	11:20
Publ.: DCD - 16/12/2016 - 26	HEITOR SCHUCH-PSB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputado Osmar Serraglio, pela realização de acordo para instalação de Comissão Especial com vistas à análise da Proposta da Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre a reforma da Previdência Social.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, eu queria fazer aqui um agradecimento de maneira muito singela e oportuna ao Presidente da CCJ, Deputado Osmar Serraglio. S.Exa. conduziu os trabalhos da CCJ ontem e realizou um acordo importante com relação à PEC 287.

Essa PEC é ampla, importante. O tema da reforma da Previdência precisa realmente de um estudo maior. Precisamos ouvir os sindicatos e as confederações, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários. Precisamos avançar nesse processo.

Portanto, eu quero felicitar aqui todos os integrantes da CCJ e todos os partidos que lá têm assento pela sabedoria desse acordo. Esperamos que realmente possam instalar os trabalhos e começar a discussão a partir de fevereiro do ano que vem.

Votou-se a admissibilidade, sim.

Faço este registro para tranquilizar os futuros aposentados, os trabalhadores do Brasil, os contribuintes da Previdência Social...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 167/257

336.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2016- CD	11:20
Publ.: DCD - 16/12/2016 - 26	LUIZ SÉRGIO-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Ausência de críticas na mídia à aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da constitucionalidade do projeto de reforma da Previdência Social no horário da madrugada.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, às 3 horas da manhã, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania votou pela constitucionalidade do projeto da reforma da Previdência, que tira direitos dos trabalhadores.

Para o meu espanto, hoje de manhã nenhum comentarista de rádio ou jornal usou o mesmo discurso de quando, à noite, aqui se votou o pacote anticorrupção. Naquele momento, disseram que tinha sido na calada da noite, que a população não pôde acompanhar, que era um absurdo. No entanto, a reforma da Previdência, que tem a ver com a vida de todos os trabalhadores do serviço público e com os da iniciativa privada, foi discutida e eles não puderam acompanhar a votação, que se deu quase às 3 horas da manhã.

E qual foi o discurso de hoje? "*Os Deputados trabalharam até de madrugada*", não foi o discurso...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 168/257

336.2.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2016-
CD 11:20

Publ.: DCD - 16/12/2016 - DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS
28

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Considerações acerca da votação de matéria sobre o reequilíbrio fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Congratulação aos Deputados da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela aprovação da admissibilidade da proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o acordo dos Estados nós já discutimos bastante. Agora o Deputado Amin está ajustando e ficará bom. Vai ajudar três Estados quebrados e os próximos seis que vão quebrar, vai assegurar até para os servidores. É óbvio que o Deputado Amin está voltando o que nós votamos em dezembro. Fiquem tranquilos. Agora, não pode um ou dois setores inviabilizarem.

Para encerrar, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Líder do Governo, os Líderes da Oposição. Votamos "sim", essa noite, à admissibilidade da reforma da Previdência. Os senhores me acompanharam na PEC. A PEC 241 não sobrevive sem a Previdência. São irmãs gêmeas.

Então, parabéns à Oposição que ajudou. Parabéns aos Deputados da Comissão! Vamos avançar! Ganha o Brasil e ganham os aposentados, porque vai ser mantido o pagamento nos próximos anos. A Previdência é um grande buraco fiscal.

Parabéns aos Deputados que trabalharam ontem à noite!

Muito obrigado.

Documento 169/257

333.2.55.O Sessão Deliberativa 14/12/2016-16:12
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - WALDENOR PEREIRA-PT -BA
15/12/2016 - 109

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

Sumário

Repúdio à tramitação na Casa de proposta de emenda à Constituição sobre reforma da Previdência Social. Descontentamento com medidas do Governo Michel Temer contrárias aos interesses da população brasileira.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prezados colegas Parlamentares, a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que trata da reforma da Previdência, é, na verdade, na minha opinião, um presente de Natal do Governo golpista e ilegítimo de Michel Temer àqueles que saíram às ruas na defesa do *impeachment* da nossa Presidenta Dilma Rousseff, àqueles que apoiaram os candidatos do PMDB, do DEM, do PSDB, nas últimas eleições.

A apresentação desta proposta de emenda à Constituição é uma prova inequívoca de que a Presidenta Dilma Rousseff, mulher honrada, honesta, que não cometeu nenhum ato de improbidade administrativa, de malversação de recursos, que não atentou contra a Constituição Federal, foi vítima de um golpe parlamentar. Após quase 3 anos da Operação Lava-Jato - mais de mil processos instaurados, mais de 500 buscas e apreensões, mais de 100 delações premiadas, com centenas de horas de gravações -, nada, absolutamente nada, foi identificado contra essa Presidenta honrada, honesta, que, eleita pelo povo brasileiro com mais de 54 milhões de votos, governou o nosso País por esse período.

O uso da temática da corrupção para nos agredir mostrou-se uma cortina de fumaça, até porque a maioria absoluta dos corruptos são os golpistas que acabaram permitindo a ascensão deste Governo ilegítimo ao poder no Brasil.

Na nossa opinião, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, essa PEC que propõe a reforma da Previdência Social representa mais um capítulo de tantas iniciativas maldosas tomadas por este Governo ilegítimo, que afronta diretamente os interesses do povo brasileiro.

Primeiro, eles promoveram uma reforma administrativa e extinguiram vários Ministérios importantes na implementação de políticas públicas, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério da Previdência, Ministérios que cuidavam, de forma especial, dos interesses das mulheres, da promoção da igualdade e dos direitos humanos, e, em seguida, aprovaram a entrega

do pré-sal.

Posteriormente, aprovaram a nesta Casa e, recentemente, no Senado Federal, a chamada PEC 241/55, que estabelece o teto de gastos, o congelamento de gastos por 20 anos, com duras repercussões na vida do nosso povo, especialmente do povo mais pobre.

Agora, apresentam-nos essa reforma da Previdência que estabelece a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres e uma contribuição mínima de 49 anos para que o trabalhador possa ter direito à sua aposentadoria integral, entre outras maldades já amplamente divulgadas e debatidas pela comunidade brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, nesta oportunidade, mais uma vez, nós queremos repudiar a tramitação desta PEC que trata da reforma da Previdência Social, por se tratar de mais uma iniciativa que golpeia de morte os direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro, especialmente dos nossos trabalhadores mais pobres do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Filho) - Obrigado, Deputado Waldenor Pereira.

Documento 170/257

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2016-16:18
Publ.: DCD 15/12/2016 - 109	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Extinção de direitos dos trabalhadores em proposta do Governo Federal de reforma da Previdência.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje ocupo esta tribuna para falar de um tema que tem sido alvo de grandes debates nesta Casa, que é a reforma da Previdência.

Quero apontar que esta reforma não é benéfica à população brasileira pobre e, principalmente, às mulheres. Examinando esta matéria, vamos observar que ela tira direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Tira direitos conquistados nos casos de acidente - benefícios recebidos pelo tempo necessário para a licença ou afastamento por razões de doença, por razões de acidentes ou coisa dessa natureza.

Mas vejam só: no que está colocado aqui, é bom que as pessoas que nos ouvem prestem muita atenção, porque, por mais que se explique, não se chega a uma solução real e concreta.

A suspeição sobre a realização da perícia leva a que eles digam que é preciso, nesta reforma, acabar com as irregularidades. Eu pergunto, porque já fizemos isso na Comissão de Seguridade Social e Família: de quem estão desconfiando? Eles estão desconfiando dos peritos? São eles quem determina aqueles que devem ou não receber um benefício. São eles quem pode, perfeitamente, após 120 dias, fazer uma revisão pericial, para depois, então, constatar se será ou não dada continuidade ao recebimento dos benefícios.

Mas o que está colocado obriga o retorno do trabalhador ao local de adoecimento. O que quer dizer isso? Um trabalhador que trabalha numa fábrica de gelo, vamos assim dizer, por razões como a friagem, coisas dessa natureza, pega uma pneumonia. Já é colocado para ele que ele tem 120 dias para se cuidar. Se não melhorar nesses 120 dias, se tiver alguma outra complicação, ele terá que voltar a pedir benefício.

Olhe, Sr. Presidente, esse pacote não considera as contribuições individuais prévias dos autônomos, das pequenas empresas.

Eu fico a pensar que esta Casa acabou de votar, e foram sancionados no Senado Federal, os direitos da trabalhadora doméstica. Agora que o Brasil conseguiu fazer isso com mulheres e homens que já trabalham há 20, 30 anos, eles terão que trabalhar até 65 anos. Eles terão, Sr. Presidente, que amargar mais uma vez o fato de que vão morrer - vão morrer - sem aposentadoria.

E algo é interessante, Sr. Presidente. Eu, que trato muito da questão racial, vejo três questões aqui. A Constituição brasileira, que nos concede direito, não pode permitir a Lei dos Sexagenários de novo. O escravo acima de 60 anos era despedido. Diziam que ele tinha liberdade, mas ele já não tinha mais condições físicas, já não tinha mais como pegar uma enxada, já estava por demais desgastado, até pelos castigos que tomava, à medida que trabalhava, para que produzisse mais. Uma tremenda ignorância!

Depois houve a chamada Lei do Ventre Livre. Nós não temos mais a Lei do Ventre Livre, porque aqueles que defendem a família, que defendem as crianças, estão votando para que as mulheres não tenham licença-maternidade. Isso é inconcebível, Sr. Presidente!

Deixo aqui a íntegra do meu pronunciamento, do qual peço divulgação pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo essa tribuna para registrar ao povo brasileiro a minha total indignação com a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo ainda Presidente Temer.

Início este breve comunicado perguntando a todos e todas nesta Casa: por que esse Governo ilegítimo tem tanta pressa em ver aprovada a reforma da Previdência? É uma pressa tão grande que, em menos de 24 horas, é importante destacar, o Relator aprovou uma matéria tão complexa na CCJ!

A crítica unânime das centrais sindicais sinaliza o motivo de tanta pressa: transformar logo esse explosivo assunto em fato consumado, para tentar evitar a mobilização nacional.

De todos os projetos absurdos deste Governo, saído de um golpe, certamente o maior de todos é essa PEC 287, que muda radicalmente o regime de aposentadoria. É um projeto de uma crueldade social sem tamanho, pois em todos os seus detalhes busca excluir a grande maioria dos trabalhadores da aposentadoria integral ou mesmo da possibilidade de se aposentar.

Vejamos alguns de suas maiores aberrações.

Foi estabelecida, para homens e mulheres, a idade mínima de aposentadoria de 65 anos, quando as expectativas de vida no Norte e Nordeste são bem menores que a do Sul do País e em alguns lugares chega apenas a 65 anos! O que significa isso, que o trabalhador vai virar escravo e trabalhar até morrer?

Elevar a idade mínima da mulher para 65 anos equivale a puni-las por suas características específicas. É a mulher que tem a maior sobrecarga do trabalho reprodutivo, pela informalidade e ainda pela

exclusão do mercado de trabalho em razão da reprodução.

Ao acabar com o tempo de aposentadoria mais reduzido dos professores e dos agricultores familiares, que trabalham em condições difíceis desde os 10 anos de idade, a reforma também pune quem educa e alimenta o nosso povo.

Outra aberração desse novo regime de aposentadoria é que o trabalhador terá que contribuir 49 anos, quase meio século, para ter direito à sua aposentadoria integral. Mesmo começando a trabalhar mais cedo do que as pessoas da classe média, o trabalhador brasileiro vive situações de rotatividade no emprego, de desemprego e de informalidade que tornarão impossíveis ele atingir a soma total das contribuições. Em sua quase totalidade, eles receberão um valor parcial da aposentadoria. A expropriação de parte da aposentadoria do trabalhador é um dos objetivos desse perverso projeto social.

Mas a maldade maior está reservada para nossos idosos e idosas cujos benefícios sociais foram desvinculados do salário mínimo, e a idade mínima para recebê-los, elevada para 70 anos! Ou seja: aqueles que mais precisam receberão menos do que o mínimo para sobreviver. Parece até um plano de extermínio em massa de nossos idosos!

Sr. Presidente, esses e outros pontos igualmente cruéis mostram que essa reforma da Previdência é voltada contra a mulher, contra o agricultor familiar, contra os professores e contra o trabalhador em geral.

De tão absurda, o humor do brasileiro já a transformou em piada nas redes sociais. No fundo, a maioria da sociedade pressente que o lento extermínio dos trabalhadores mais velhos, apresentado sob a forma de novo regime de aposentadoria, não se manterá por muito tempo, pois o povo vai fazer valer a sua soberania e reconquistar a democracia plena.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2016-16:24
Publ.: DCD 15/12/2016 - 111	- JOÃO ARRUDA-PMDB -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de aperfeiçoamento na proposta de reforma da Previdência em tramitação na Casa.

O SR. JOÃO ARRUDA (Bloco/PMDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a reforma da Previdência precisa ser aperfeiçoada. Não dá para continuar do jeito que está. É preciso equilíbrio no cálculo atuarial. É preciso incluir o fator previdenciário. É preciso democratizar a previdência privada através do FGTS. É preciso diminuir o número de anos trabalhados: 49 anos, isso é impossível! Nenhum aposentado no Brasil vai receber a sua aposentadoria na integralidade. É preciso discutir também o que tange ao Exército brasileiro.

O PMDB tem que ajudar a aperfeiçoar essa matéria.

E quero parabenizar o PPS, que teve a iniciativa de trazer a Brasília, nesta semana, Renato Follador, um dos maiores especialistas em Previdência do Brasil, para que se apresentem alguns destaques e ajudem a melhorar essa matéria que será discutida e é de suma importância para o nosso País.

Para concluir, quero apenas dizer que sou favorável a uma reforma da Previdência, para garantir os direitos dos trabalhadores das próximas gerações e as suas aposentadorias, assim como para preservar o orçamento público. Quatrocentos bilhões é o dobro do que se gasta em educação, quase quatro vezes o que se gasta em saúde pública, e nós precisamos encontrar fórmulas de gestão eficiente para conduzir nosso País.

Documento 172/257

333.2.55.O Sessão Deliberativa 14/12/2016-16:46
Extraordinária - CD
Publ.: DCD
15/12/2016 - 117 - SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atuação de policiais e bombeiros militares brasileiros contra aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre seguridade social e estabelecimento de regras de transição, de acordo com decisão tomada em evento da categoria realizado em dependência da Câmara dos Deputados.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu venho registrar desta tribuna o grande evento protagonizado hoje por policiais e bombeiros militares do Brasil. No Auditório Nereu Ramos, mais de mil policiais de 25 Estados brasileiros deixaram claro o seguinte recado: *"Nós iremos trabalhar contra a reforma da Previdência. Vamos trabalhar contra a reforma da Previdência não apenas para os militares, mas também para o conjunto de medidas que compõem a PEC 287"*.

Acredito eu que tenhamos iniciado hoje um movimento dos trabalhadores, começando pelos policiais e pelos bombeiros militares.

Desculpem-me pela expressão que vou proferir neste plenário, mas é uma "sacanagem" o que estão fazendo com o conjunto dos trabalhadores por meio da PEC 287.

Foi por isso que mais de mil policiais militares estiveram nesta Casa hoje.

Documento 173/257

333.2.55.O Sessão Deliberativa 14/12/2016-16:50
Extraordinária - CD
Publ.: DCD
15/12/2016 - 118 - NELSON PELLEGRINO-PT -BA

Sumário

Manifestação de pesar pelo falecimento do Arcebispo Emérito da Arquidiocese de São Paulo, Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Contrariedade com proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, eu queria me associar aos vários Deputados e Deputadas que assomaram a esta tribuna para lamentar a morte de Dom Evaristo Arns, essa figura maravilhosa, um ser humano da maior qualidade, um espírito de luz. Ele foi um homem que lutou contra a ditadura, que ajudou a introduzir na Igreja Católica a Teoria da Libertação, a Teoria do Progressismo. Foi um dos fundadores da Pastoral da Criança. O Brasil hoje está mais triste e menor, porque perde essa figura maravilhosa que é Dom Evaristo Arns.

Quero me associar aos que me antecederam para lamentar a sua morte e, acima de tudo, para celebrar a sua vida, a sua obra, os seus feitos em vida, que o dignificaram e fizeram dele uma figura única.

Quero dizer da minha tristeza, inclusive pessoal, porque tinha estima por Dom Evaristo, a quem conheci pessoalmente. Eu era um profundo admirador da sua vida, da sua trajetória e, principalmente, da figura humana que ele era.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de, nesta tarde, comentar esta maldade que está sendo perpetrada contra o povo brasileiro, que é a reforma da Previdência. Eu estou nesta Casa há 16 anos e já vi muita maldade ser praticada contra os trabalhadores, mas nesta a turma se superou. Nunca vi um pacote de maldades tamanho contra os trabalhadores brasileiros, como este encaminhado pelo Governo ilegítimo do Presidente Michel Temer.

Primeiro, o pacote unifica os regimes - mas unifica para piorar -, estabelecendo a obrigatoriedade da idade mínima de 65 anos e, o que é mais grave, retirando a distinção histórica entre mulheres e homens, mesmo as mulheres sendo vítimas da dupla jornada de trabalho.

Segundo, a proposta estabelece um equilíbrio entre idade e contribuição, mas esse equilíbrio condena os trabalhadores que querem ter uma aposentadoria integral a trabalharem até completar 49



anos de contribuição. Vejam que maldade: um trabalhador que começa a trabalhar com 16 anos de idade só conseguirá se aposentar aos 65 anos, com 49 anos de trabalho. Aquele que começar a trabalhar aos 21 anos de idade, vai ter que trabalhar até os 70 anos. Quem começar aos 27 anos vai trabalhar até os 75 anos de idade, ou seja, vai morrer trabalhando. Essa é a grande verdade.

Há ainda algo mais grave: esta reforma retira a desvinculação dos benefícios de prestação continuada do salário mínimo, o que é outra grande injustiça contra os trabalhadores.

Esta reforma também tem a maldade de acabar com a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Os trabalhadores rurais não vão mais se aposentar neste País. Essa é outra grande verdade.

Ela também estabelece uma falsa polêmica ao dizer que o problema é a despesa. O problema da Previdência no Brasil não é a despesa; o problema da Previdência no Brasil é a arrecadação.

Mas a maldade maior é propor uma reforma da Previdência num momento de crise, em que há 12 milhões de desempregados no Brasil. Ela vai apenar inclusive aquela geração de 40 a 45 anos, que não será destinatária das transições, acabando com o conceito de seguridade social.

Nós temos que resgatar o conceito de seguridade social. A seguridade social é composta pela previdência, a assistência e a saúde. E para a seguridade social concorrem não só recursos da contribuição dos trabalhadores, da contribuição dos empresários, mas uma série de impostos que complementam a seguridade social. A seguridade social foi pensada justamente para que houvesse aposentadoria para os trabalhadores rurais, o que é uma forma de se distribuir renda, para os benefícios de prestação continuada, que é uma forma de se fazer justiça social.

O povo brasileiro tem que ir às ruas. Nós não podemos aceitar essa reforma previdenciária, que, inclusive, vai acabar com o serviço público, porque as regras e as normas que ela estabelece não só inviabilizam a manutenção dos servidores públicos como também vão tornar precário o seu regime.

E o que é mais grave: se no serviço público o trabalhador vai até os 65 anos, porque tem estabilidade, na iniciativa privada é mais cruel, porque quando o trabalhador perde o emprego, aos 50 anos de idade, não consegue mais se colocar no mercado de trabalho, e vai ter que viver mais 15 anos ou mais 20 anos ou mais 30 anos de bico para

poder se aposentar.

É a reforma da previdência, é a reforma que quer fazer com que o povo brasileiro passe a vida inteira trabalhando. Ela aponta para a perspectiva do setor privado de previdência, porque foram eles que fizeram essa reforma, para poder ganhar mais dinheiro ainda.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Filho) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 174/257

333.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016- CD	16:54
Publ.: DCD - 15/12/2016 - 119	GIVALDO CARIMBÃO-PHS -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade com proposta de reforma da Previdência Social em tramitação na Casa, em especial com a extinção de direitos dos trabalhadores rurais. Declaração de voto contrário à matéria.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira, o Brasil viu quando eu, Líder do PHS, aqui nesta tribuna, no dia da cassação da Presidente Dilma, fui votar. A minha bancada toda votou a favor do *impeachment*, e eu votei contra, e convivemos. Democracia é bom por isso. Todos os Deputados do PHS estavam aqui, e eu tive a liberdade de votar com a minha consciência e com a minha convicção, como todos votaram com a sua consciência e a sua convicção a favor do *impeachment*. Eu votei contra o *impeachment*.

Quando eu fui votar ali no meio deste plenário, já havia 17 votos a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, mas mantive a minha posição e votei contra o *impeachment*. As minhas convicções eram muito claras. Eu não encontrava nada que desabonasse a conduta da Presidenta Dilma. Para mim, as pedaladas não eram motivo para cassá-la. Pois bem, mostrei a minha posição e o meu caráter - são nesses momentos que os políticos se revelam.

Agora o Sr. Michel Temer é o Presidente da República. Votei algumas matérias pelas minhas convicções. Votei a favor da matéria sobre

abuso de autoridade. Paguei até um preço caro por causa de alguns eleitores meus, mas não traí a minha consciência nem a minha convicção, mais uma vez. Quantos companheiros são achacados por abuso de autoridade por parte de algumas autoridades! Eu não prevariquei, assumi a minha posição.

Agora, está na Casa a reforma da Previdência. Eu sou nordestino, sergipano, Deputado por Alagoas. Conheço o sofrimento do povo que está no sertão, do povo que lida com a agricultura de sequeiro, onde quase não há agricultura irrigada. Como é que enviam para esta Casa um projeto que é o extermínio - é assim que eu chamo este projeto - dos pequenos produtores deste País!

Como uma pessoa que vive de Bolsa Família, que nem comida tem, vai ter que pagar INSS para se aposentar aos 65 anos? Isso é um dos absurdos em que eu não votarei, porque minhas convicções não o permitem. Como se pode admitir isso?

O Governo não teve coragem de enfrentar as Forças Armadas, mas teve coragem de enfrentar aqueles que não têm voz, nem força, que são os pequenos produtores, aqueles coitados que estão, muitas vezes, comendo calango, porque não têm um pingão de carne para comer em sua casa.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu quero deixar claramente registrada a minha posição pessoal: eu não votarei pela retirada de direitos dos pequenos produtores deste Brasil!

Eu faço agora 60 anos, Deputada Benedita da Silva. Eu vivi os momentos dos saques aos caminhões pelo Brasil afora. Foi o Presidente Lula que fortaleceu o Bolsa Família, um programa que já existia aqui. De repente, nós começamos a ter aposentadoria daqueles coitados que nunca tiveram condições de pagar a contribuição para a Previdência. E quantos saques foram feitos neste Brasil para se poder comer! Nunca mais vimos os saques pelo Brasil, graças ao programa social implantado pelo Presidente Lula.

E, agora, querem tirar o direito desse pessoal? O povo vai ter que contribuir por 49 anos com a Previdência para poder se aposentar? Meu Deus do céu! Onde nós estamos?

Deixo registrado que, como Deputado Federal, votarei contra esse projeto e em defesa dos menos favorecidos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Filho) - Muito obrigado, Deputado

Givaldo Carimbão.

Documento 175/257

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2016-17:22
Publ.: DCD 15/12/2016 - 125	LEONARDO MONTEIRO-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Promoção, pelo orador, de ciclo de debates em Municípios do Estado de Minas Gerais sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre a reforma da seguridade social, com participação do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas. Contrariedade com o prejuízos aos trabalhadores de eventual aprovação da proposta.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dar como lido pronunciamento que faço sobre a reforma da Previdência.

Quando anunciada a reforma da Previdência, preparamos um debate para ser feito em Minas Gerais. Fizemos uma reunião em Governador Valadares, no Vale do Aço, em Ipatinga e também em João Monlevade. Na oportunidade, convidamos o ex-Ministro Carlos Eduardo Gabas, o Gabas, que é funcionário da Previdência Social, foi Secretário-Executivo do Ministério e Ministro da Previdência. Fizemos um grande debate com a população de Minas Gerais, naquela região, para tratar das consequências da reforma da Previdência.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, é uma reforma contra os trabalhadores, contra os mais pobres. Essa reforma discrimina as mulheres, porque, ao igualar o tempo de aposentadoria com o dos homens, sabemos que trará prejuízos para elas. Nós, que somos homens, sabemos disto: as mulheres, normalmente, têm duas, três tarefas diárias a mais do que os homens.

A reforma prejudica também os idosos, porque acaba com o Benefício da Prestação Continuada, o benefício da LOAS, que eles recebem. Aqueles que não conseguiram aposentar, contribuindo com o INSS, ou os que não são trabalhadores rurais recebem, portanto, o Benefício da

Prestação Continuada. Agora, com a reforma da Previdência, extingue-se esse benefício, e um valor por lei vai ser criado.

Eu quero também nesta oportunidade agradecer ao Ministro Gabas por ter participado conosco desse debate em Minas Gerais e por ter contribuído para que pudéssemos esclarecer os prejuízos que a população brasileira vai ter com a reforma da Previdência. Terão prejuízo inclusive os Municípios, as Prefeituras, sobretudo das pequenas cidades. Sabemos que o que movimenta essas pequenas cidades são as pessoas que recebem a aposentadoria, os benefícios da prestação continuada. Enfim, os benefícios da assistência social serão cortados com a reforma da Previdência, através da PEC da Previdência, que está tramitando nesta Casa. É preciso discutir esse assunto com a população.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja veiculado pelos órgãos de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa e dos gabinetes parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, estivemos na semana passada com o ex-Ministro da Previdência nos Governos Lula e Dilma, Carlos Gabas, que classificou como dura e cruel a proposta de reforma do sistema de seguridade social, encaminhada ao Congresso Nacional como Proposta de Emenda à Constituição nº 287 (PEC 287/16).

Na avaliação do ex-Ministro, há alternativas a essa proposta que, implementadas, evitariam que trabalhadores fossem penalizados. Gabas veio a Governador Valadares, Ipatinga e João Monlevade atendendo a um convite do nosso mandato, que está promovendo um ciclo de palestras chamado de *Dialoga, Minas*, com o propósito de debater por nosso Estado os pontos polêmicos propostos pelo Governo golpista e ilegítimo de Michel Temer.

A PEC 287/16, apresentada pelo Governo golpista na última quarta-feira, estipula idade mínima de 65 anos para homens e mulheres e contribuição mínima de 49 anos para aposentadoria integral. Além de penalizar trabalhadores em geral, mais especificamente as mulheres e os trabalhadores rurais, essa reforma da Previdência não leva em

conta desigualdades sociais e regionais.

Essa proposta do Governo ilegítimo, apresentada sem debate para a sociedade e para o ex-Ministro Gabas, ignora os principais desafios da Previdência, como ter fontes de financiamento que não penalizem trabalhadores, incluindo o resgate de dívidas. Carlos Gabas também ressaltou a importância de uma Previdência solidária, com equilíbrio entre previdência rural e urbana, sem penalizar os contribuintes. Segundo o ex-Ministro, a modalidade urbana conta com superávit na contribuição.

Gabas destacou que há dívidas de empresas com a Previdência que chegam a meio trilhão de reais. Uma alternativa seria executar essas dívidas. Outra possibilidade, aponta o ex-Ministro e servidor de carreira da Previdência, seria o Ministério da Fazenda cobrar impostos sobre grandes fortunas. Concordamos com a avaliação de Gabas, quando ele diz que essa reforma da PEC 287 é um pagamento pelo golpe, não visa ao equilíbrio de contas.

Estão cobrando a fatura do golpe com medidas antinacionais e antipopulares que prejudicam o povo brasileiro e ameaçam as conquistas realizadas nos últimos anos. Não há descontrole nas despesas que justifiquem a retirada de direitos. O descontrole está na arrecadação. Essa proposta é indutora de recessão, porque estimula a saída do Regime Geral de Previdência e a entrada de Previdência privada dos bancos.

Estiveram presentes aos debates Prefeitos e Vereadores de Municípios da região, além de outras autoridades: polícias, estudantes e representantes de sindicatos e de movimentos sociais, entre outros. É fundamental que haja participação popular nesses encontros, já que o Governo não debateu essa proposta com a sociedade.

Neste momento, apenas a mobilização popular da sociedade civil pode impedir a aprovação de medidas como a PEC 287. Nossa alternativa é a mobilização. Precisamos ocupar Brasília, precisamos ocupar as ruas e espaços públicos de todo o País. Nossa alternativa é exigir a volta da democracia, com Diretas Já!

Fora, Temer!

Nenhum direito a menos!

Diretas Já!

Muito obrigado.

Documento 176/257

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2016-17:40
Publ.: DCD 15/12/2016 - 131	MAJOR OLIMPIO-SD -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária. Submissão do Poder Legislativo ao Poder Executivo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população brasileira que nos acompanha, no II Império, devido às pressões internacionais contra a barbárie da escravidão no Brasil, o Governo brasileiro resolveu fazer um gesto de suposta generosidade e editou uma lei que concedia liberdade ao escravo com mais de 60 anos de idade. Foi a Lei dos Sexagenários, que ficou conhecida na época como a lei da gargalhada, porque nenhum escravo sobrevivia além dos 60 anos de idade. Literalmente, foi só para inglês ver.

Agora, com essa PEC da barbárie, a PEC da safadeza, a PEC do desvio, a PEC 287, é preciso que a população brasileira saiba que para a construção de Brasília pegaram à época 100 bilhões de dólares da previdência dos servidores. Assim também ocorreu quando da construção de estradas em São Paulo. O Governo Carvalho Pinto nos anos 60 pegou dinheiro para construir quartéis, delegacias de polícia e estradas.

A Seguridade Social é composta pelo tripé saúde, previdência e assistência social. Nós aprovamos aqui um aumento da Desvinculação das Receitas da União - DRU, de 20% para 30% até 2023, e, no

momento em que são repassados 600 bilhões de reais para a assistência social e a saúde, nós vamos dizer que o servidor não contribuiu e tem que pagar a conta de novo. Isso não dá!

Nenhum policial, civil ou militar, suporta trabalhar 49 anos. Aliás, nenhum trabalhador suporta. Quem emprega um trabalhador com idade entre 55 e 65 anos neste País? Vamos parar de hipocrisia!

E neste momento está acontecendo uma "tratorada". Não se abre a Ordem do Dia no plenário porque a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC tem a ordem - é uma ordem! - de decidir a admissibilidade da PEC 287. O Executivo manda, e o Legislativo fica prostrado, de joelhos, pegando migalha de emendinha no chão, no último dia. Isso é uma "tratorada"! O Legislativo está de joelhos.

Ser aliado não é ser alienado. Pelo amor de Deus! A história vai nos julgar como os covardes que arrebutaram a população brasileira, que arrebutaram os trabalhadores, que arrebutaram os servidores públicos.

Hoje nós tivemos, em 25 Estados, bombeiros e policiais militares de todo o Brasil, nas entidades e comandos se mobilizando. Tenho a felicidade de ter aqui oficiais da Polícia Militar que estão conversando com as lideranças do Congresso Nacional, Coronel Félix, Coronel Guillarducci, Coronel Gardenal e o Coronel Pelegrini, representantes das nossas entidades, mobilizados. Nós somos respeitadores, somos hierarquizados, mas não somos idiotas. Nós não vamos aceitar o que estão querendo nos impor: levar a nós e as nossas viúvas à desgraça e à miséria completa.

Nós vamos reagir. Amanhã, haverá manifestação no Piauí e em Goiás. Em Pernambuco, a Polícia Militar está em estado de greve. Nós garantimos a governabilidade deste País e não vamos aceitar que mexam com a nossa dignidade e com a dignidade da nossa família neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Major Olimpio.

Documento 177/257

333.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016- CD	17:52
Publ.: DCD - 15/12/2016 - 134	LUIZ SÉRGIO-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Federal.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos argumentos que Parlamentares que estão defendendo a reforma da Previdência utilizam é que a expectativa de vida do brasileiro aumentou, o que é verdade.

Nós vivemos nesta Casa algo que parece loucura. A expectativa de vida aumentou, segundo qualquer dos estudos, em razão das políticas sociais, do aumento do investimento na saúde, da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que passou a abranger maior número de pessoas, da valorização do salário mínimo. A valorização do salário mínimo alcança de forma direta praticamente 80% dos 28 milhões de aposentados do Regime Geral da Previdência Social.

Ao que nós estamos assistindo é que, com a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, que será sancionada amanhã, vai haver o congelamento dos investimentos na área de saúde e nas políticas sociais. Então seguramente, daqui a 1 década, haverá, em vez de aumento da expectativa de vida, diminuição da expectativa de vida. Portanto, esse argumento, por si só, cai por terra.

Já a reforma da Previdência, como está, contém maldades inaceitáveis. Dos 28 milhões de aposentados do Regime Geral da Previdência Social, 80% recebem salário mínimo. Essas pessoas que recebem salário mínimo sobrevivem, ajudam filhos, ajudam netos. Todos nós conhecemos situações assim. Pois agora querem fazer uma desvinculação, estão dizendo que esses 80% dos 28 milhões sequer vão receber um salário mínimo. Será diminuída a renda dessas famílias mais pobres. E diminuir a renda dessas famílias mais pobres é diminuir

a expectativa de vida do cidadão brasileiro. É uma maldade inaceitável!

A outra é esta: um brasileiro, para receber a aposentadoria integral, terá de contribuir por 49 anos. Isso é inatingível, porque uma pessoa que começar a contribuir aos 21 anos, por exemplo, depois de 49 anos de contribuição, terá 70 anos, 80 anos, pois, em alguns momentos, ela pode perder o emprego e levar anos para conseguir outro. Dessa forma, quando ela atingir os 65 anos de idade, jamais terá 49 anos de contribuição.

São maldades que esta Casa não pode aceitar. Se este Parlamento é o Parlamento que representa o povo brasileiro, ele precisa expressar, no seu discurso, nas suas ações e nos seus votos, algo que reflita concretamente essa preocupação.

A reforma da Previdência, como está, é uma maldade inaceitável, o que este Parlamento não pode tolerar, Sr. Presidente.

Documento 178/257

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2016-18:10
Publ.: DCD 15/12/2016 - 137	- ROSINHA DA ADEFAL-PTDOB -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido aos Deputados de rejeição do texto original de proposta de emenda à Constituição sobre reforma da Previdência Social, ante os prejuízos à população com deficiência física, em decorrência da desvinculação do salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada - BPC.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (Bloco/PTdoB-AL. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos assistem. Está acontecendo neste momento a discussão da

admissibilidade da proposta de emenda à Constituição da reforma previdenciária, apresentada pelo Governo Federal.

Eu quero aproveitar este momento para fazer mais uma vez um apelo ao Sr. Presidente, um apelo ao Executivo, um apelo aos Parlamentares desta Casa: não podemos aprovar aquele texto do jeito que está. Sei que a PEC vai ser admitida para tramitar nesta Casa, mas aquele texto não pode ser aprovado do jeito que está.

Já está tramitando - já estamos colhendo assinatura de todos os que fazem parte da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa das Pessoas com Deficiência - uma emenda ao texto para que não haja desvinculação do salário mínimo ao valor do Benefício de Prestação Continuada, que é concedido às pessoas com deficiência de baixa renda e aos idosos pobres.

Sr. Presidente, se o texto for aprovado daquele jeito, vamos cometer um crime contra mais de 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência neste País.

Mais uma vez, eu peço a ajuda dos demais Parlamentares: assinem a emenda que apresentaremos quando da instalação da Comissão Especial que discutirá a PEC.

Hoje, pela manhã, eu estive no Conselho Nacional de Assistência Social a convite do Presidente, Sr. Fábio Bruni, e da Vice-Presidente, Sra. Carmen Fogaça. Recebi uma resolução em que eles pedem que seja suprimido da PEC esse artigo que trata da desvinculação do salário mínimo, com a justificativa de que essa proposta não pode estar contida na PEC, uma vez que a reforma é previdenciária, e esse benefício é assistencial.

Para encerrar, Sr. Presidente, informo que também recebi muitas manifestações de ONGs e de instituições de todo o Brasil que lidam com a pessoa com deficiência e que defendem seus direitos, manifestando-se contrários. Convoco todo o povo brasileiro a se juntar a nós, para que essa mudança não ocorra.

Por fim, informo que acontece, neste momento, na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, uma ampla discussão sobre aposentadoria e sobre o Benefício da Prestação Continuada. Chegamos, mais uma vez, à conclusão de que esse texto não pode ser aprovado da forma como está.

Novamente eu peço, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que não

aproveamos a desvinculação do BPC do salário mínimo.

Era o que cabia para este momento.

Muito obrigada.

Documento 179/257

333.2.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016-
CD 18:14

Publ.: DCD - 15/12/2016 - DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG
138

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Repúdio à ingerência dos Poderes Executivo e Judiciário no Poder Legislativo.
Indignação com a proposta de reforma previdenciária, do Governo Federal.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é claro que, na atualidade, vivemos um momento crítico em nosso País. A violência assola diariamente os nossos Estados de Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina - todos os 27 Estados, incluindo o Distrito Federal.

Além disso, sofremos outro turbilhão. Esse parece que é um verdadeiro maremoto. A política brasileira está sofrendo derradeiramente um ataque fulminante de outros Poderes, que deveriam ser independentes e harmônicos entre si, mas ficam atacando o Legislativo a todo momento, ora com sentenças inconstitucionais, que intervêm diretamente no Legislativo, ora vindo ao Legislativo, numa Comissão, para ditar como o legislador tem que fazer a lei.

Outra hora vem o Executivo e intervém no Legislativo, como está

fazendo agora.

A Comissão de Constituição e Justiça está lá agora funcionando. Enquanto ela estiver funcionando, o Congresso, que deveria estar reunido aqui, não abre.

A violência ocorre a todo momento no nosso País. Querem jogar nos coitados dos trabalhadores essa reforma da Previdência. Querem acabar com a massa que mais paga imposto neste País, que são os trabalhadores. Estão querendo, realmente, que o trabalhador vire escravo. É igual à Lei dos Sexagenários. Fizeram a Lei dos Sexagenários para libertar os escravos. Qual o escravo que chegava aos 60 anos? Agora, eles querem libertar o trabalhador aos 65 anos, só que, para se aposentar aos 65 anos, tem que pagar, no mínimo, 49 anos de contribuição.

Isso é uma vergonha, Sr. Presidente! Vão acabar com os nossos trabalhadores. Não podemos deixar isso acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 180/257

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2016-18:34
Publ.: DCD 15/12/2016 - 145	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre a seguridade social e o estabelecimento de regras de transição. Manifesto dos Movimentos do Campo contra a Reforma da Previdência.



O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a transcrição nos Anais da Casa de manifesto dos Movimentos e Organizações do Campo Unitário sobre a reforma da Previdência, assinado, entre outras entidades, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - CONTRAF, pela Via Campesina e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

O projeto é parte de um grande golpe para dar aos ricos mais dinheiro, mais lucro, assim como o direito à previdência privada de usar e abusar do povo brasileiro. Nós queremos defender aqui o que há de mais justo e mais digno, que são as conquistas do povo brasileiro.

Portanto, peço a transcrição do manifesto de todas as entidades contra essa reforma, que é um golpe, especialmente contra a população do campo.

Parabéns às entidades que se levantaram e lutarão contra essa reforma.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado João Daniel, vamos divulgar seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Lei dos Sexagenários, promulgada em 1885, determinava que a todo escravo que completasse 60 anos seria concedida a liberdade. Ficou conhecida como a lei da gargalhada nacional, uma vez que raros eram os escravos que chegavam a essa idade.

Estamos hoje diante de uma nova medida legislativa, que pode ser considerada a PEC da gargalhada, só que agora em relação à aposentadoria. Pelo menos para a burguesia será assim.

O Governo golpista de Temer decidiu que o trabalhador e a trabalhadora só poderão se aposentar com 65 anos de idade. Além disso, para ter direito à aposentadoria integral, serão necessários 49 anos de trabalho. Com relação aos agricultores e agricultoras familiares, aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, as medidas são muito mais perversas, pois eles terão que ingressar no sistema do

INSS, com pagamento mensal e a comprovação de contribuição por 25 anos.

Chega-se à constatação de que o que pretende o golpismo é não conceder mais o benefício da aposentadoria a nenhum trabalhador ou trabalhadora, principalmente quando se ouve o Relator da PEC dizer, referindo-se à situação atual das aposentadorias: "*Aviso aos navegantes: o tempo da vagabundização remunerada acabou! Vagabundo remunerado não receberá*".

A Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, juntamente com a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, completa a exclusão dos grupos mais vulneráveis da população. Como a idade está sendo considerada pela média da expectativa de vida da população, a maioria contribuirá, mas não terá acesso aos benefícios, morrerão antes de alcançarem esse direito ou viverão muito pouco depois de aposentados.

Pelo que se pode ver, a PEC da reforma da Previdência tem o intuito de viabilizar a PEC 55, pois são irmãs gêmeas. A Previdência é um dos itens mais importantes das despesas primárias. Daí fica difícil impedir que suas despesas se mantenham congeladas por 20 anos, com o crescimento da população de idosos.

Ela tem também o interesse de ajudar os bancos privados a lucrarem centenas de bilhões de reais nas próximas décadas vendendo planos de previdência privada, uma vez que a previdência pública não mais existirá.

A própria articulação do Secretário de Previdência, quando da construção da proposta, deu-se através de reuniões somente com bancos, instituições financeiras e associações patronais, antes de mandar para o Senado da República o seu projeto, o que aponta para os interesses rentistas da proposta, sem a menor preocupação com trabalhadores e trabalhadoras.

Aproveito para incluir neste meu discurso o *Manifesto dos Movimentos do Campo contra a Reforma da Previdência*, em que as entidades demonstram os impactos negativos dessa medida para toda a sociedade.

Esperamos que o Congresso tome consciência e rejeite essa PEC, nefasta para a nossa população.

Obrigado,

João Daniel

MANIFESTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Manifesto dos Movimentos do Campo contra a Reforma da Previdência

O Governo Temer encaminhou ao Congresso Nacional a sua proposta de Lei para a Reforma da Previdência Social no Brasil.

As principais mudanças que atingem todos os trabalhadores/as são o aumento da idade mínima para aposentadoria aos 65 anos de idade para homens e mulheres e tempo de serviço para 49 anos de trabalho para ter direito a aposentadoria integral.

Em relação aos agricultores/as familiares, camponeses/as e trabalhadores/as rurais as mudanças propostas são radicais e profundas:

1º - Extingue a figura jurídica de segurado especial, sistema solidário/contributivo de Previdência, criado ainda no Governo Militar e consolidado com a Constituição de 1988, que garante uma aposentadoria de um salário mínimo para os homens, aos 60 anos, e para as mulheres, aos 55 anos, com a comprovação de atividade agrícola por no mínimo 15 anos. No entanto, os Militares e as Polícias Militares que também possuem um sistema diferenciado continuaram sendo Segurados Especiais.

2º - Obriga os agricultores/as familiares, camponeses/as e trabalhadores/as rurais a ingressar no sistema do INSS, com pagamento mensal em dinheiro, para ter acesso à aposentadoria aos 65 anos, com a comprovação de pagamento de INSS por 25 anos.

3º - O Benefício de Prestação Continuada, que hoje é concedido a pessoas idosas pobres com mais de 65 anos que não têm acesso aos benefícios previdenciários, e para Pessoas com Deficiência que recebem um Salário Mínimo Mensal, pelo Projeto Golpista, aumenta a idade para 70 anos e desvincula o benefício do Salário Mínimo, pagando menos que este salário para o mais de 4,5 milhões de pessoas que hoje sobrevivem com um mínimo de dignidade com esta renda.

4º - As pensões por viuvez serão reduzidas a 50% e do salário mínimo e não podem mais ser acumuladas com a aposentadoria.

5º - Se aprovada a lei os agricultores/as familiares, camponeses e assalariados rurais que não estiverem em dia com a contribuição mensal, não terão acesso ao auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e nem licença maternidade.

Os impactos dessa reforma serão tremendos sobretudo nos municípios de economia de base local, onde pensões e aposentadorias giram o comércio mensalmente, e dentre os impactos citamos:

- As consequências para o comércio local, a renda e a viabilidade econômica dos pequenos e médios municípios do interior do Brasil serão enormes, pois se a lei for aprovada, por dez anos não haverá novos aposentados diminuindo a renda em todas as atividades econômicas destes municípios.

- As consequências destas medidas só podem ser descritas como crueldade, desrespeito, perversidade e violência social.

- Os mais violentados são os idosos, as pessoas com deficiência, os doentes e as mulheres.

- Ainda mais quando os privilégios dos militares são mantidos e o presidente e grande parte dos seus ministros se aposentaram com 53 anos com salários superiores a R\$ 15.000,00 por mês.

- Quem alimenta o Brasil, os agricultores e agricultores que produzem 70% da comida que vão todos os dias para as mesas do povo brasileiro, estão sendo atacados e desrespeitados.

- Os capitalistas tomaram de assalto o Estado Brasileiro, deram um Golpe, e agora estão mostrando as garras e usando o controle do Congresso Nacional, o Poder Judiciário e a Globo para explorar ao máximo os trabalhadores.

Diante disto, os Movimentos abaixo assinados, afirmam:

- Rejeitamos, rechaçamos e vamos combater com todos os nossos meios e forças de pressão, este projeto perverso;

- Defendemos a garantia Constitucional da Legislação de Segurado Especial e do Salário Mínimo como referência para qualquer benefício;

- Defendemos os atuais limites de idades para acesso aos benefícios;

- Exigimos que o governo apresente publicamente as contas da seguridade social para justificar as mudanças, pois isso comprovaria a

fraude que essas representam;

- Exigimos que o governo explique porque não mexe nos juros e outros serviços do capital ao invés de retirar direitos dos mais pobres, mulheres, pessoas com deficiência como saída para "resolver" as questões da previdência.

Nos mobilizaremos e lutaremos em todos os cantos do Brasil, com todos os nossos meios de pressão e em todas as instâncias contra a aprovação desta lei e vamos cobrar de todos os deputados e senadores que receberam votos das famílias agricultoras para que rejeitem o projeto de lei que golpeia duramente quem alimenta o Brasil.

Belo Horizonte, 08 de dezembro de 2016.

Confederação Nacional dos Trabalhadores/as na Agricultura (CONTAG)

Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (CONTRAF)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Comissão Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ)

Comissão Indigenista Missionário (CIMI)

Movimento Camponês Popular (MCP)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Movimento pela Soberania Popular sobre a Mineração (MAM)

Pastoral da Juventude Rural (PJR)

Via Campesina Brasil

Documento 181/257

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2016-18:40
Publ.: DCD 15/12/2016 - 148	- SILAS FREIRE-PR -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Dificuldades enfrentadas no âmbito político em 2016. Contrariedade à reforma previdenciária apresentada pelo Governo Federal. Imediata realização de eleições diretas para Presidente da República.

O SR. SILAS FREIRE (PR-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos chegando ao fim do ano. Este ano legislativo, se não foi o mais difícil, foi um dos mais difíceis da história da República no Brasil.

Cassamos no Legislativo uma Presidente. Eu não quero entrar no mérito, porque a cassação foi política, isso nós não podemos negar. Não vou entrar no mérito do seu Governo, porque também já estava apodrecido. Mais tarde renasce a ideia de cassarmos o Presidente desta Casa, que hoje está preso, acusado de corrupção. O Presidente do Senado Federal é indiciado, por corrupção. E agora apodrece o Governo que assumiu após a cassação.

Este foi um ano difícil. Foi difícil para o brasileiro. Não tenham dúvida de que as denúncias e as confirmações das denúncias nas delações apodreceram de vez o Governo que aí está.

Para nossa surpresa, o Governo, que perde a moral a cada minuto, a cada instante, a cada delação, a cada palavra, ainda manda para esta Casa o cúmulo de uma reforma previdenciária, que maltrata o homem do campo, a mulher, o trabalhador comum, os militares, os civis, todos. Que moral este País tem para reformar a Previdência, apodrecido desse jeito? Eu não compreendo. Com que moral este País retirará direitos de trabalhadores?

Se isso não bastasse, a PEC que foi aprovada ontem no Senado, que traça rumos para o Brasil, traçou também as perdas de direitos dos brasileiros. Este é o pior ano da história da República, Sr. Presidente!

Este Parlamento tem que ouvir as ruas, o coração dos brasileiros! Depois de cassarmos uma Presidente - eu não quero aqui dizer que foi golpe, foi política -, depois de vermos apodrecer o Governo que assumiu após a cassação, nós vamos reformar a Previdência e assassinar os brasileiros? Convenhamos, este Parlamento não fará isso.

O que o brasileiro quer, na verdade, são eleições diretas. Os verdadeiros juízes deste País querem ir às urnas para dizer realmente quem é podre e quem não é. Não adianta empurrar com a barriga essa podridão. Não adianta colocar para debaixo do tapete essa sujeira. O País está sujo! Deixemos que o povo passe a vassoura. E ele só pode fazer isso por meio das urnas!

Eleições diretas já, isso é uma necessidade e o anseio do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 182/257

333.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016- CD	18:54
Publ.: DCD - 15/12/2016 - 150	ZÉ GERALDO-PT -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Avanços socioeconômicos do País durante os Governos dos ex-Presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Críticas ao Governo Michel Temer. Contrariedade à proposta de reforma previdenciária. Envolvimento de liderança do PSD na Operação Lava-Jato.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, se houve um Governo que melhorou a vida do povo brasileiro e a economia deste País foram o Governo Lula e o Governo Dilma Rousseff.

A Oposição pode falar o que quiser. O PSDB, o PMDB, o PPS e o Democratas deram o golpe. Esses partidos lideraram o processo do golpe e começaram a dizer ao povo brasileiro que estava sendo construída uma ponte para o futuro. Essa ponte não conseguiu ser construída nem para o presente. A ponte caiu. E por que isso aconteceu? Porque toda a madeira usada na ponte estava estragada, podre: os esteios, as longarinas, os travessões.

No Pará, quando queremos fazer uma ponte para durar muito, escolhemos uma madeira boa, como acapu, maçaranduba, itaúba, que dura 30, 40 anos. Às vezes, usa-se uma madeira ruim, e a ponte cai em 3, 4 anos.

O Governo Temer usou os esteios, as longarinas, peças com madeira estragada. Por isso a ponte caiu. E não adianta querer construir ponte nova com uma lei que reduz gastos por 20 anos. Não há Presidente que faça isso! Se Temer cair, outro será colocado no lugar. E esse vai cair também. O Brasil não aguenta!

E agora, para acabar de desgraçar, como dizem no Pará, vem a reforma da Previdência, para roubar os trabalhadores, para fazer superávit com o dinheiro dos trabalhadores.

O cidadão vai começar a trabalhar aos 20 anos e se aposentar aos 65 anos, com 1 salário mínimo. Aquele que se aposentaria aos 65 anos pela Lei da Assistência Social, com um salário mínimo, vai se aposentar aos 70 anos, com meio salário mínimo. E olhe lá!

Então, não adianta querer inventar. Podem tirar o Temer - vão ter que tirá-lo mesmo - e podem inventar um nome, que esse nome vai cair também.

Quanto ao mensalão e à Operação Lava-Jato, agora o feitiço virou contra o feiticeiro. A liderança máxima do PSD, em apenas uma contribuição, arrecadou 14 milhões de reais, o que foi 100% ilegal, 100% caixa dois. E há quem diga que só o valor do PSD vai chegar a 40 milhões de reais. E há o discurso de que é necessário fazer leis.

Meus amigos e minhas amigas, nós precisamos retomar a direção deste País com um Governo competente como foi o Governo Lula-

Dilma. Nem antes nem depois, nós não vamos ter nada igual.

A ponte estragou porque a madeira estava podre. É por isso que a ponte do futuro não aguentou nem o presente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Zé Geraldo.

Documento 183/257

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2016-18:58
Publ.: DCD 15/12/2016 - 151	FRANKLIN LIMA-PP -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Comunicado à população do Estado de Minas Gerais de atuação cautelosa do orador em relação à proposta de reforma previdenciária. Aquisição de ambulâncias para Municípios mineiros com recursos de emendas parlamentares do orador. Elogios ao desempenho do Ministro da Saúde, Ricardo Barros, no exercício do cargo.

O SR. FRANKLIN LIMA (Bloco/PP-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade, V.Exa. que conduz muito bem as sessões todos os dias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero dizer ao povo de Minas Gerais que nós aqui estamos atentos à reforma da Previdência. Essa proposta precisa ser analisada com carinho, com cuidado. Nós não podemos simplesmente votar de qualquer forma o que é colocado nesta Casa. Todos estão atentos, e o povo está preocupado com isso.

Eu também estou preocupado com essa reforma, por isso vou analisá-

la com muito carinho, para atender as necessidades do Brasil e de nossa população.

Em segundo lugar, quero parabenizar alguns Municípios de Minas Gerais, como Patos de Minas, Palma, pertinho de Juiz de Fora, Laranjal, Felixlândia, Dionísio e Pedro Leopoldo, que foram agraciados, ainda este ano, com cinco ambulâncias adquiridas por meio de recursos de emendas deste Parlamentar que vos fala.

Ao contrário de ficar brigando e discutindo situações adversas, como a que presenciei hoje nesta Casa, quando se falou de cusparada e tudo o mais, eu quero dizer que vamos atender o povo. E o que atende o povo é isto: serviços, emendas, ambulâncias. Portanto, estão de parabéns essas cidades.

Eu quero agradecer a todo o povo de Minas Gerais e dizer que trabalharemos ainda mais e que muito mais vai surgir. Quero parabenizar o Ministro da Saúde, o Ricardo Barros, que tem nos recebido com muito carinho e atendido a várias solicitações que fazemos para os nossos Municípios.

Sabemos que enfrentamos dificuldades. Mas a melhor forma de vencer as dificuldades é mostrando trabalho e levando ao povo aquilo que temos de melhor: recursos do Governo Federal para atender a necessidade da população.

Que Deus abençoe todos!

Sr. Presidente, gostaria que o meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, o pronunciamento de V.Exa. será divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

333.2.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016-
CD 19:00
Publ.: DCD - 15/12/2016 - CAETANO-PT -BA
152
CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Federal. Ausência de condições para a continuidade do Governo Michel Temer.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como eu vinha dizendo há poucos minutos, eu me posicionei contra esta reforma da Previdência. Já disse aqui os motivos, mas repito: na maioria das casas do povo trabalhador, do trabalhador rural, as famílias atravessam as secas e os grandes problemas que têm porque às vezes há uma pessoa aposentada ali. Além da aposentadoria, há a bolsa-família.

Agora Temer quer acabar com a aposentadoria. Nesta Casa, eu quero ver qual é o Deputado que vai ter coragem - coragem! - de votar a favor desta reforma da Previdência. Eu quero ver!

Eu quero estar aqui na hora da sessão para olhar para a cara de cada um, para ver se eles têm coragem de fazer esse massacre contra o povo brasileiro, contra o trabalhador brasileiro, contra o trabalhador rural, contra as pessoas mais necessitadas deste País!

Acabaram com o Bolsa-Família e agora há esse famoso teto, previsto na Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016. Quando se vê a *TV Globo* defender uma proposta, é porque ela não presta para o trabalhador e para o povo. Eles dizem que é necessária a reforma da Previdência, que é necessária a aprovação da PEC 241 - no Senado, é a PEC 55 - e que ela não vai prejudicar a educação.

Todo o mundo sabe que o que aconteceu na Europa afundou todos os países europeus - todos! -, por causa dessa austeridade, dessa política contra os trabalhadores, contra o povo.

Botar a crise do capitalismo no colo do trabalhador e da trabalhadora aumentou o desemprego no mundo inteiro e está aumentando-o no

Brasil.

Temer não resolve nada, não faz nada, não lidera nada, a não ser um bando de bandidos que está incrustado no Palácio do Planalto e é denunciado a cada instante!

Cadê a grande mídia para falar sobre isso, para mostrar ao povo brasileiro a realidade, o que está acontecendo? O Presidente interino, o Presidente golpista é citado 40, 50, 60 vezes nas delações, e nada acontece, nada dizem ao nosso povo!

Vamos votar contra a reforma da Previdência!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Caetano.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que anos acompanham e nos assistem pela *TV Câmara*, o Governo Temer acabou. O Presidente ilegítimo, Michel Temer, não tem a menor condição de continuar governando o País. E não tem condições por diversos motivos. Há uma gravíssima crise política, econômica e institucional instalada no Brasil. As primeiras informações da delação da Odebrecht colocaram sob fortíssima suspeita de corrupção não apenas o Presidente ilegítimo, mas toda a cúpula do Governo. Mas o Governo Temer acabou, Sras. e Srs. Deputados, sobretudo pelas ações que estão sendo implementadas. Depois da PEC da Morte, estamos diante agora de uma terrível reforma da Previdência.

A reforma da Previdência encaminhada ao Congresso Nacional é um verdadeiro absurdo! É um escândalo! É uma agressão a todos os trabalhadores e trabalhadoras deste País. Aprovar a reforma de Temer é tirar da classe trabalhadora o direito de se aposentar; é condenar os brasileiros e as brasileiras a trabalharem até morrer. Não podemos, sob hipótese alguma, aprovar essa barbaridade, nobres colegas. Vamos aos principais - e absurdos - pontos que a reforma de Temer estabelece.

Idade mínima de 65 anos tanto no serviço público (era de 60 anos para o homem e de 55 anos para a mulher) como no regime geral (não havia idade mínima), inclusive para o trabalhador rural (era de 60 anos para o homem e de 55 para a mulher), e 25 anos de contribuição. A idade ainda pode aumentar, se ocorrer aumento da média da sobrevivência.

da população (§ 22 do art. 40).

Igualdade para homem e mulher quanto às condições de acesso à aposentadoria. Desconsidera-se a dupla jornada das mulheres.

Fim da aposentadoria por idade.

Obrigação do regime geral para os agentes políticos. Os atuais Congressistas que têm regime específico (  optativo) terão que definir a regulamentação das regras de transição posteriormente.

Impedimento de acumulação de benefícios. Vale para quaisquer regimes, tanto no caso de aposentadorias quanto no de pensões.

Fim da reversibilidade das cotas nas pensões quando algum dependente perder essa condição.

Alteração das regras de pensão por morte.

Fim da integralidade e da paridade na pensão para a família do servidor público e do segurado do RGPS. Altera-se toda a regra de cáculo.

Dificuldade, quase impedimento, referente ao acesso à integralidade dos proventos da aposentadoria. Passa a ser 51% da m dia mais 1% por ano de contribuição, observando-se a idade mínima de 65 anos e os 25 anos de contribuição.

Fim da paridade entre ativos e inativos, exceto se a aposentadoria decorrer de incapacidade por acidente de trabalho.

Desvinculação do salário mínimo das pensões (50% da renda mais 10% por dependente) e dos benefícios assistenciais (isso será normatizado por lei).

Extinção da redução de idade e do tempo de contribuição dos professores. Era de menos 5 anos. Revoga-se o § 5  do art. 40 e o § 8  do art. 201.

Definição de aposentadoria especial no caso de efetivo dano   saúde, impedindo referência a categoria ou ocupação. Ou seja, professores e policiais terão que comprovar risco   sua saúde pelo exercício de suas atividades. Daí poderão aposentar-se com menos 10 anos de idade (55 anos) e menos 5 anos de contribuição (20 anos).

Extinção da aposentadoria especial por atividade de risco. É o caso de

policiais e bombeiros. Revoga-se o inciso II do § 4º do art. 40.

Alteração da aposentadoria por invalidez ou incapacidade para o trabalho, excluindo-se a referência a moléstia ocupacional, doença grave, contagiosa ou incurável.

Fim da distinção da cobrança de inativos e de pensionistas com doença incapacitante. Incidia apenas sobre o dobro do teto do RGPS (revoga o § 21 do art. 40).

Alíquota diferenciada para a contribuição individual e obrigatória - virá por lei - dos agricultores familiares. Extingue-se a referência à contribuição sobre sua condição específica de comercialização da produção.

Alteração dos benefícios assistenciais. Eleva-se a idade para concessão do BPC. Sai de 65 anos para 70 anos (art. 203, V), com período de transição de 10 anos, aumentando-se 1 ano de idade a cada biênio (art. 19 da PEC).

Suspensão da "renúncia" da contribuição previdenciária para o setor de exportação.

Imposição aos entes federados da instituição das mesmas regras da União, para todos os Poderes (§ 14 do art. 40 e inciso XIII do art. 167).

Redução do abono de permanência (§ 14 do art. 40).

Indução à unificação de todo o sistema previdenciário, inclusive o das Forças Armadas (§ 20 do art. 40).

Retirada da competência da Justiça Federal para julgar causas sobre acidente de trabalho (art. 109, I). Excluiu-se também a referência específica ao julgamento de causas previdenciárias.

Fim da indicação de carências diferenciadas para as pessoas destinatárias de sistema especial de inclusão previdenciária. Permanece apenas a alíquota diferenciada. É o caso do MEI e da dona de casa de baixa renda (§ 13 do art. 201).

Acréscimo na Constituição da vedação da contagem de tempo de contribuição fictício (§ 14 do art. 201).

Isso é ou não é um verdadeiro atentado ao trabalhador brasileiro, nobres colegas? Não podemos admitir que essa barbaridade seja aprovada na Câmara dos Deputados. Se aprovarmos essa absurda

reforma da Previdência, estaremos condenando os trabalhadores e as trabalhadoras a abrirem mão de suas aposentadorias. Nós, enquanto Deputados Federais, eleitos pelo povo brasileiro, temos o dever de rejeitar essa proposta absurda!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 185/257

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2016-19:08
Publ.: DCD 15/12/2016 - 154	PEPE VARGAS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Contrariedade à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Federal.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vejam que nós temos um Governo que é fruto de um golpe parlamentar. Quem está na Presidência da República não disputou no voto a condição para ser Presidente da República. As pesquisas de opinião mostram que este Governo tem altíssima rejeição. Segundo o que foi aferido por institutos de pesquisa, a população acha que o Presidente não fala a verdade, que o Presidente não é honesto e que o Presidente defende os ricos.

Este Governo, com tamanha ilegitimidade, com tamanha impopularidade e com esses predicados que as pesquisas de opinião pública mostram, ainda apresenta uma proposta de reforma da Previdência que, na prática, vai acabar com o direito de aposentadoria de milhões de brasileiros - isso já foi dito aqui por vários Deputados e Deputadas que ocuparam a tribuna ao longo dos dias. Aumenta o prazo, de forma exagerada, relativo uma parcela de trabalhadores.

Para se aposentarem, vão precisar ter 65 anos de idade e 25 anos de contribuição.

Boa parte dos trabalhadores de menor escolaridade e de menor renda sofre com a brutal rotatividade no mercado de trabalho. De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, milhões de trabalhadores perdem o emprego todos os anos no Brasil, devido a uma rotatividade que é uma estratégia empresarial para redução dos salários. São esses trabalhadores mais pobres que não conseguirão chegar aos 25 anos de contribuição e aos 65 anos de idade e não se aposentarão.

Além do mais, a proposta muda o cálculo do benefício. Em vez de ser a média de 80% das melhores contribuições de julho de 1994 até o momento da aposentadoria - é a regra atual -, será a média de todo o período contributivo. Consequentemente, vai pegar períodos de baixos salários.

Aliás, para aquele que o período contributivo é anterior a 1994, que é o período de inflação alta - meu Deus do céu! -, não vai sobrar nada nessa média. Se as pessoas se aposentarem com base nessa proposta, aposentar-se-ão ganhando muito menos do que ganham os que se aposentam pelas regras atuais.

Essa proposta vai retirar direitos das pessoas só para fazer um ajuste fiscal de curto prazo. É um absurdo! Nós não podemos permitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 186/257

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2016-19:24
Publ.: DCD 15/12/2016 - 157	- ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pesar pelo falecimento do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, Arcebispo Emérito da Arquidiocese de São Paulo. Iminência do fim do Governo do Presidente da República, Michel Temer. Repúdio à proposta de reforma da Previdência Social.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, faço aqui a minha manifestação de pesar pelo passamento de D. Paulo Evaristo Arns, o Bispo da democracia, que pregou a fé, a esperança e a solidariedade.

Nós comunistas nos encontramos com D. Paulo Evaristo Arns no humanismo. Trata-se de uma grande personalidade, que precisa ser reverenciada.

Uso ainda a tribuna para dizer que esta Câmara dos Deputados e aquele Senado da República deveriam se curvar à realidade do fim deste Governo, um governo que nasceu falido porque nasceu a partir de um golpe político, um golpe parlamentar.

Por isso mesmo, a reforma da Previdência é uma reforma que o Governo que não tem condições morais de executar, que passa por cima de direitos conquistados em uma matéria fina, que é a Previdência Social.

Meu repúdio à reforma da Previdência e minha solidariedade aos trabalhadores brasileiros!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Publ.: DCD
15/12/2016 - 159

- BACELAR-PTN -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Efeitos nocivos da proposta do Governo Michel Temer de reforma da Previdência, inclusive na educação pública.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, Sras. e Srs. Deputados, esta malfadada reforma da Previdência traz efeitos nocivos em todas as áreas e será um desastre na educação pública.

Não vou aqui analisar os aspectos jurídicos do maior tempo de serviço que será exigido dos professores para poderem se aposentar. Quero chamar a atenção de V.Exas. para o impacto que a permanência do docente em sala de aula vai ter no resultado final da educação do filho do trabalhador.

Será que o Presidente Michel Temer, o síndico do golpe, não sabe das condições de trabalho que o corpo docente no Brasil enfrenta? Um conjunto de fatores faz com que a atividade docente no Brasil seja uma atividade de alto risco e cause sérios problemas físicos e psíquicos ao professor da rede pública.

O primeiro desses problemas é a indisciplina no ensino fundamental. Eu não sei se os condôminos desse condomínio golpista conhecem o que é uma sala de aula do ensino fundamental, a indisciplina que reina durante o tempo em que o professor fica em sala de aula. Indisciplina, no ensino fundamental; no ensino médio, é violência. O professor é agredido constantemente em escola pública, e agredido fisicamente, em sala de aula e nos corredores.

E o ambiente de trabalho? É um ambiente de trabalho inóspito, quente, sem condições para se ministrar a aula.

O professor ainda é submetido à jornada dupla de trabalho. Ele precisa dar aulas em dois, três colégios, porque o Governo, infelizmente, não respeita a lei do piso salarial.

À noite, nas escolas da rede pública, o professor enfrenta também o uso de drogas. Ele, muitas vezes, é obrigado a conviver com o aluno

usando drogas em sala de aula. Com a falta de estrutura familiar desse adolescente, o professor tem de fazer o papel de pai, de mãe, de psicólogo, de psiquiatra, de médico. Enfim, exerce uma série de atribuições que vão muito além de sua obrigação profissional.

Sr. Presidente, o Governo golpista, o Governo que precisa pagar a fatura do golpe, quer manter o professor mais tempo em sala de aula. Com certeza, a qualidade da educação cairá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 188/257

333.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2016-19:54
Publ.: DCD 15/12/2016 - 164	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Posicionamento da bancada do PDT sobre proposta do Governo Federal de reforma da Previdência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho à tribuna para dizer que nós da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania estamos debatendo a admissibilidade da proposta de emenda à Constituição que trata da reforma da Previdência.

Hoje a bancada do PDT fez uma reunião prévia sobre isso, juntamente com o Presidente Nacional do partido, o Ministro Carlos Lupi. Além do mais, eu tenho a honra, juntamente com o Deputado Assis do Couto, de representar a bancada do PDT na Comissão Especial que se formará no mês de fevereiro do ano que vem, para apreciar essa

proposta.

Mas quero dizer de antemão que o PDT - e quero transpirar esta posição - vai estar lá, para olhar com zelo, com cuidado e com denodo pelos direitos do povo trabalhador, pelos direitos dos nossos aposentados.

Desde logo, quero aqui firmar uma convicção: a proposta de aposentadoria aos 65 anos, com 49 anos de contribuição para a Previdência, não tem o nosso apoio, não tem o nosso reconhecimento, recebe a nossa crítica e não ganha o nosso voto. Queremos deixar claro isso.

Também há que se fazer uma diferenciação em termos de situações. Quanto à perspectiva de vida, é preciso haver diferenciação entre as Regiões, pois uma coisa é a vida no Sul, outra é no Norte, outra é no Nordeste. Também é preciso fazer diferenciação entre homens e mulheres, pois temos que respeitar a dupla jornada das mulheres. E, mais, precisamos fazer diferenciação entre as profissões, pois há profissões que são leves, que têm desgaste mental, e outras que são muito mais pesadas. Por exemplo, o agricultor, que levanta de madrugada para tirar leite da vaca, cuidar do gado, dos porcos e das galinhas, vai trabalhar cedo na roça, volta à noite e recomeça tudo na outra madrugada.

São situações diferentes, para as quais temos que ter um olhar de responsabilidade. O PDT vai ter esse olhar. E eu quero ter esse olhar pelo conhecimento, pela experiência que tenho como funcionário do Banco do Brasil.

Temos que olhar a questão dos funcionários públicos com seriedade. Ninguém pode se aposentar na hora da morte. A vida só vale a pena se for bem vivida, se for vivida com intensidade, com felicidade, com qualidade. Senão, não é vida.

Aposentar-se para sofrer não é aposentaria. O trabalhador tem que se aposentar com dignidade. Essa é a luta do PDT.

333.2.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016-
CD 19:58
Publ.: DCD - 15/12/2016 - RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA
177
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Indagação à Presidência sobre a existência de acordo sobre o adiamento da instalação de Comissão Especial destinada à análise de proposta de emenda à Constituição sobre a reforma da Previdência.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eventualmente, sendo aprovada na CCJ a PEC da reforma da Previdência, há o acordo de que ela não será instalada, criada, nem serão indicados seus membros até a eleição da próxima Mesa? Eu pergunto isso a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu posso fazer o pedido de sua instalação para o dia 1º de fevereiro. Esse foi o acordo.

Documento 190/257

333.2.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016-
CD 19:58
Publ.: DCD - 15/12/2016 - ALESSANDRO MOLON-REDE -RJ
177
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Sugestão à Presidência de suspensão da sessão para realização de reunião com Líderes partidários para definição da pauta.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mas V.Exa. não a leria aqui, não é isso? O acordo é que ela não seria lida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O acordo que eu fiz foi não instalar a Comissão este ano. Apenas isso.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, na Comissão a expressão não foi apenas não instalar. A expressão foi não criar, não instalar, não indicar membro nem abrir prazo de emenda.

O SR. ALESSANDRO MOLON - E não ler.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O acordo que eu fiz foi não instalar.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Eu entendo. É porque o acordo foi feito sem a sua presença. Agora, nós temos que repactuar também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas foi o que eu falei com o Deputado Afonso Florence.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu posso fazer uma sugestão a V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pois não, Deputado.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Eu peço que V.Exa. reúna os Líderes na sua sala agora e suspenda a sessão por 10 minutos, e vamos combinar a pauta, porque é melhor assim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, nós vamos continuar.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Nós vamos obstruir, Sr. Presidente, porque não estamos de acordo com a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, V.Exas. estão contra a MP 744, querem derrubar a MP 744.

O SR. IVAN VALENTE - Não é esta a questão, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Ela vence em 9 de fevereiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu preciso votar a MP 744, porque foi o acordo que eu fiz. O dia 9 de fevereiro está muito próximo, Deputado.

O SR. ALESSANDRO MOLON - O prazo dela fica suspenso no

recesso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu quero dizer o seguinte: se o Deputado Afonso Florence disser que há algo de errado no que eu combinei, eu não vejo problema nenhum em recuar. Inclusive, esta era a pauta que existia quando nós suspendemos a sessão, entendeu?

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Vamos adiante, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu não estou dizendo que V.Exa. disse uma coisa para o Deputado Afonso Florence e está fazendo outra. Nós não conversamos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Nós conversamos com o Líder do Governo, e, há pouco, o Deputado José Carlos Aleluia trouxe uma informação, e isso que foi combinado não está batendo... isso que foi dito pelo Deputado José Carlos Aleluia...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu pedi ao Deputado José Carlos Aleluia que informasse que não era justo 400 Parlamentares aguardarem para duas ou três pautas, enquanto a Comissão trabalhasse; que seria mais correto que nós trabalhássemos 2 horas aqui, e a Comissão voltar depois.

Dessa forma, fica mais democrático.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Foi a única coisa que eu pedi para o Deputado José Carlos Aleluia falar. E ele está concordando ali.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não houve nenhum acordo, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Mas para que isso seja viável, é importante que seja feito um acordo conosco também, não só com o Deputado Afonso Florence.

CD 19:58
Publ.: DCD - 15/12/2016 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
178
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Esclarecimentos à Presidência sobre a realização de acordo acerca da instalação de Comissão Especial destinada à apreciação de proposta de emenda à Constituição sobre a reforma da Previdência.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - V.Exa. também interpretou de forma errada o acordo que foi feito para criar só depois de 1º de fevereiro a Comissão e nomear. O que eu estou entendendo é que V.Exa. não entendeu da mesma forma que o acordo que foi feito lá.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É verdade.

O SR. IVAN VALENTE - E isso não pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu falei uma coisa...

O SR. IVAN VALENTE - E isso porque foram retirados os requerimentos de obstrução lá na CCJ, porque o Líder do Governo falou que tem o seu aval. Se for possível, nós vamos reconstituir o que foi acordado lá.

Até o final do debate, ela não será criada, nem instalada, nem terá seus membros nomeados, senão depois de 1º de fevereiro. Isso foi acordado lá.

Documento 192/257

333.2.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016-
CD 19:58
Publ.: DCD - 15/12/2016 - CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
178
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre a instalação de Comissão Especial após a eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para o biênio 2017-2018.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Depois da eleição da nova Mesa Diretora.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Depois da eleição da Mesa - esse foi o acordo feito com o Líder do Governo.

O SR. CHICO ALENCAR - Será feita a leitura, criação e instalação da Comissão, em se aprovando, é claro, a admissibilidade, que seria numa sessão contínua.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tudo bem, não há problema. Esse assunto está superado, então. Está resolvido.

O SR. CHICO ALENCAR - Como assim? Está resolvido como?

A SRA. ERIKA KOKAY - Vai ser lido depois da eleição da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Depois da eleição da Mesa, não há problema.

Documento 193/257

334.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016- CD	21:18
Publ.: DCD - 15/12/2016 - 278	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero lamentar de público que este

Governo tenha apresentado à Câmara dos Deputados, no final do ano, no final da sessão legislativa, uma reforma da Previdência que fere direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Vejam V.Exas. que a idade para a aposentadoria prevê-se seja ampliada para 65 anos, e a aposentadoria integral se dará somente com 49 anos de contribuição. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, isso significa que os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, os idosos do Brasil, teriam, de acordo com cálculos da OMS, cerca de 6 meses de uma vida saudável posteriormente à aposentadoria.

É uma vergonha esta reforma da Previdência! Inclusive, propõe uma idade móvel: se vivermos mais, teremos que trabalhar mais.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE - Quero orientar a bancada, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Esse é um Governo que está sem condições de governar o Brasil, que está de costas para os trabalhadores e trabalhadoras e que, para agradar o mercado, faz agora mudanças perversas na vida das pessoas.

Não se brinca com a vida das pessoas, não se brinca com aposentados. Não se desvincula o salário mínimo, pequeno, do povo brasileiro, do reajuste do aposentado. Não se brinca com a vida das pessoas que recebem Benefício de Prestação Continuada, das pessoas com deficiência, dos idosos do Brasil.

O que é isso! Os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras ficarão calados, diante da pressa com que tramita uma reforma da Previdência?

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Conclua, Deputada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu protesto veementemente contra o Presidente Temer, que não merece sequer ser chamado de Presidente, porque não foi pelo voto que chegou àquela cadeira.

331.2.55.O Sessão Deliberativa 14/12/2016-11:38
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - VITOR VALIM-PMDB -CE
15/12/2016 - 27

CÂMARA DOS BREVES
DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Críticas ao Governo do Estado do Ceará pelo aumento da contribuição dos servidores estaduais para a Previdência Social. Contrariedade à proposta de reforma previdenciária, do Governo Federal.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para manter a minha coerência, da mesma forma como irei aqui criticar o Governador do meu Estado, que, em seu pacote de maldades, está aumentando a contribuição dos servidores do Estado para a Previdência, falo que não votarei, em hipótese alguma, a reforma da Previdência da maneira como está.

Mesmo sendo do PMDB, não voto contra aposentado, não voto contra trabalhador. Da maneira como está, essa reforma da Previdência não vai contar com o meu apoio.

Mas esse Governador, que diz que está fazendo um ajuste tirando dos pensionistas e dos servidores do Estado, é o mesmo Governador que compra, por 80 milhões de reais, 2 helicópteros sem licitação. Esse é o mesmo Governador que quer fazer a farra da corrupção no meu Estado, extinguindo o Tribunal de Contas do meu Município e fundindo-o ao Tribunal de Contas do Estado, numa clara retaliação ao atual Presidente do Tribunal de Contas do Município.

Então, tenho que lamentar essa manobra por parte do Governador Camilo Santana.

Documento 195/257

331.2.55.O Sessão Deliberativa 14/12/2016-11:44
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG
15/12/2016 - 28

CÂMARA DOS BREVES
DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a PEC da Previdência vai trazer malefícios a toda a população brasileira, principalmente aos trabalhadores, às pessoas de bem.

E isso já vem de algum tempo. Desde 1964, vejo mexerem na Previdência. Veio o Governo Castello Branco e depois vieram os governos militares, e todos mexeram na Previdência; depois vieram os Governos Sarney, Fernando Henrique e outros, e todos mexeram na Previdência.

É um crime o que fazem contra o trabalhador. Quer dizer, aos 49 minutos do segundo tempo, eles vêm e querem mudar as regras da Previdência, sempre atrapalhando a vida do trabalhador.

Não contem comigo para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 196/257

331.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016- CD	11:50
Publ.: DCD - 15/12/2016 - 29	VITOR VALIM-PMDB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à proposta de reforma previdenciária.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu volto a falar de um assunto que, com certeza, tira o sossego dos atuais trabalhadores e dos aposentados: a

reforma da Previdência.

Dirijo-me diretamente aos eleitores do Estado do Ceará, aos meus amigos aposentados, pensionistas e trabalhadores. Sou do PMDB. Mas digo que hoje, dia 14 de dezembro, não voto uma reforma da Previdência para penalizar trabalhador e aposentados.

Nós temos que fazer o ajuste em outras coisas, e não em cima do salário dos aposentados, dos pensionistas ou de quem está prestes a se aposentar. Não podemos aceitar, no meio dessa crise de desemprego pela qual estamos passando, que ocorra mais esse atentado contra os trabalhadores.

Então, estou dizendo de forma antecipada: hoje, 14 de dezembro, não voto a reforma da Previdência porque não voto contra trabalhador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Vitor Valim.

Documento 197/257

331.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2016-11:54
Publ.: DCD 15/12/2016 - 30	CARLOS MANATO (PRESIDENTE)-SD -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Presença na Casa de policiais e bombeiros militares para debate sobre a proposta de reforma da Previdência e temas relativos à categoria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Quero registrar que neste exato momento está acontecendo uma audiência pública, no Auditório Nereu Ramos e no Auditório Freitas Nobre, com a participação dos policiais e bombeiros militares.

O Deputado Major Olimpio está presidindo inclusive uma Comissão Geral que trata do assunto. Centenas deles vieram de todos os Estados - só do meu Estado do Espírito Santo há 60 presentes - para

discutir sobre a PEC da Previdência e temas relativos à categoria.

Documento 198/257

331.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2016-12:00
Publ.: DCD 15/12/2016 - 30	- ALBERTO FRAGA-DEM -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulação às entidades de classe das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares pela participação de debate na Casa sobre a previdência social dos militares. Confiança no Presidente da República, Michel Temer, na exclusão dos militares estaduais da atual proposta de reforma previdenciária.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar todas as entidades de classe das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros de todo o Brasil que hoje, atendendo a uma convocação dos Parlamentares militares, lotam os plenários dos Auditórios Nereu Ramos e Freitas Nobre, para tratar de importante assunto: a Previdência.

Volto a reafirmar, tenho certeza de que o Presidente Michel Temer vai honrar com a sua palavra e vai retirar os militares estaduais da reforma da Previdência. Estes devem estar inseridos na reforma da Previdência dos militares federais. Nós temos um regime tripartite de previdência: pública, privada e dos militares. Sendo assim, os policiais militares deverão estar nesse contexto.

Parabenizo todas as entidades que participaram desse evento, ao qual inclusive V.Exa., Sr. Presidente, nos deu a honra de comparecer. Os policiais do Espírito Santo ficaram engrandecidos com a sua presença, bem como com a de vários Parlamentares que lá foram levar seu

apoio.

Estamos aqui firmes e fortes para defender os policiais militares estaduais e bombeiros militares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Alberto Fraga.

Documento 199/257

331.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2016-12:02
Publ.: DCD 15/12/2016 - 31	- CARLOS MANATO-SD -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação do orador em evento de policiais e bombeiros militares na Casa para debate da situação das categorias na proposta de reforma previdenciária. Atuação parlamentar do orador em prol dos militares.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria primeiro de registrar aqui a felicidade de ter participado no auditório Nereu Ramos e no auditório Freitas Nobre de um evento, juntamente com a família policial militar e bombeiro militar. Só do Espírito Santo mais de 60 policiais vieram participar dessa plenária para discutir sobre a PEC da Previdência no âmbito dos bombeiros militares e policiais militares.

Sr. Presidente, quero dizer que sempre participamos da defesa dessas categorias, desde a PEC 300, do nosso amigo Deputado Arnaldo Faria de Sá. É uma luta que nós abraçamos junto com eles. Apesar de não ser policial militar, reconheço o grande trabalho que esta categoria faz

em defesa da vida, em defesa da família, em defesa dos nossos bens, dos nossos filhos. Por esta categoria temos que ter respeito, porque o que eles fazem nós não temos a coragem de fazer. Eles colocam em risco a sua vida e a da sua família, até quando vão para casa. Eles, muitas vezes, não chegam em casa fardados e escondem dos seus filhos que são policiais militares, porque podem sofrer represálias onde moram e ser mortos a qualquer momento. Então, não é justo que essas pessoas que vivem diuturnamente em risco de vida tenham o mesmo tratamento que nós que não temos esse risco de vida.

Já conversei com o meu partido, junto com o Deputado Major Olímpio. Nós estamos nessa luta e queremos, sim, que seja uma categoria olhada com outros olhos. Não queremos privilégios; nós queremos justiça. Que a justiça seja feita, porque eles estão nos defendendo.

É só observarmos o que está acontecendo. Ontem, em Brasília, vândalos vieram aqui armados com coquetel-molotov e atiraram contra os policiais. Também deram pedradas, cacetadas, quebraram vidros, destruíram patrimônio, destruíram carros - foram mais de 20 carros perto da Quadra 302. Isso é um absurdo! As fotos mostram policiais sangrando, policiais em risco de vida.

Então, Sr. Presidente, estou junto com a família militar, com o bombeiro e com o policial militar, na PEC da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 200/257

331.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2016- CD	12:32
Publ.: DCD - 15/12/2016 - 36	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Confirmação pelo empresário Marcelo Odebrecht de existência de reunião



entre o então Vice-Presidente da República, Michel Temer, e diretores da empreiteira Odebrecht para acerto de doação de recursos para a campanha eleitoral de 2014. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, sobre a instituição do Novo Regime Fiscal, e à proposta do Governo Federal de reforma da Previdência. Defesa da renúncia do Presidente da República, Michel Temer, e de imediata realização de eleições diretas para o cargo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manchetes dos jornais de hoje apontam que Marcelo Odebrecht confirma delação de Cláudio Melo e que Temer se reuniu com os diretores da Odebrecht, inclusive com o seu Presidente, no Palácio do Jaburu para pedir 10 milhões de reais, na campanha de 2014. Outra manchete é esta: *"Contas da campanha de Skaf não registram doação da Odebrecht"*.

V.Exas. se lembram de Paulo Skaf. Ele foi o homem da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, que ontem foi invadida inclusive pelo cinismo, porque esse mesmo cidadão que botou nas ruas aquele pato transformou todo cidadão em pato. Ele, que pratica corrupção, dizia que o povo não podia pagar o pato, e patrocinou um golpe de Estado no nosso País. Ele mesmo está envolvido em corrupção diretamente com o Presidente da República!

No mesmo dia, na votação da PEC do Teto no Senado, a quantidade de votos favoráveis caiu de 61 para 53, apenas 4 a mais do que é necessário para se aprovar uma proposta de emenda à Constituição. Congela-se o gasto por 20 anos para que o trabalhador brasileiro, o jovem brasileiro pague a conta da crise, com engessamento do Orçamento da República e o impedimento de mais gastos públicos com saúde e educação. Vai piorar muito a qualidade do atendimento nas áreas de saúde e educação no Brasil.

E os nossos jornais não falam nisso. Eles dizem que o teto de gastos é necessário. Eles simplesmente não falam da seguinte questão: existe uma dívida a ser paga pelos grandes caloteiros. A Dívida Ativa da União está em 1,8 trilhão de reais. São 4 milhões e meio de devedores, mas apenas 13 mil deles, que correspondem a 0,3% do total, devem 900 bilhões de reais.

No ano passado, nós pagamos 508 bilhões em juros para banqueiros, para rentistas, e se diz que não há dinheiro para a Previdência. Eles arrombaram o cofre da Previdência fazendo desonerações de mais de 300 bilhões, inclusive no Governo Lula e Dilma. Isso foi aprovado por

quase todos os partidos aqui, menos pelo PSOL.

O PSOL nunca concordou - isso está gravado - com que fosse tirado dinheiro do PIS, da COFINS, da CSLL, por meio de desoneração, para se dar dinheiro para grandes empresas, inclusive para a Odebrecht, para a Friboi, para a Vale, dinheiro dos trabalhadores, que sempre pagaram a conta neste País.

Agora, Sr. Presidente, eles dizem: *"Passou a PEC do Teto? Vamos então completar o massacre sobre os trabalhadores"*. Como? *"Reforma da Previdência! Vocês têm que trabalhar e contribuir durante 50 anos e ter, no mínimo, 65 anos de idade"*. Isso é de uma perversão, de uma maldade suprema! Isso é o mesmo que dizer para o povo trabalhador o seguinte: *"Morra antes de se aposentar"*. É o mesmo que dizer para o jovem: *"Você nunca vai se aposentar. Sabe o que você tem que fazer? Pagar uma previdência privada desde hoje"*. Mas essa opção é para quem pode, é para a classe média. Os bancos vão ficar contentes, porque o que se quer com essa reforma é privatizar a Previdência, é acabar com a previdência pública.

O trabalhador rural, que enfrenta seca, com as mãos rachadas, sob o sol que queima o seu rosto o dia todo na roça, que enfrenta enchente, vai ter que contribuir, pelo menos, por 25 anos e ter 65 anos. O que é isso, gente! Isso é de uma estupidez, de uma perversidade que ninguém aguenta!

Enquanto isso, a delação feita por um dos 77 delatores da Odebrecht já listou 51 Parlamentares, quatro Ministros e o Presidente da República! O Presidente da República, Temer, está protegido apenas pela grande mídia, porque já começaram a correr os ratos. Com a reforma da Previdência, vai haver deserção dos partidos da base, que estão brigando pela Presidência da Casa.

Sr. Presidente, quero dizer, desta tribuna, como cidadão brasileiro, o seguinte: o povo não aguenta mais! É por isso que ele está indo às ruas. A juventude está enfrentando essa questão. Os professores, o povo brasileiro vai fazer o mesmo.

Temer, renuncie já, para que nós tenhamos eleição direta para Presidente da República! Temer, fora! Renuncie já!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 201/257

331.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2016-13:06
Publ.: DCD 15/12/2016 - 63	DR. SINVAL MALHEIROS-PTN -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que dispõe sobre a reforma da Previdência Social e estabelece regras de transição, ante o prejuízo à população idosa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. DR. SINVAL MALHEIROS (Bloco/PTN-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, ou que me ouvem, leem e veem pela Rádio Câmara e TV Câmara, Internet, redes sociais e, inclusive, pela Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e em particular ilustres cidadãos do meu Estado, São Paulo, aos quais tenho o orgulho de aqui representar.

A maioria dos meus pacientes e eleitores é formada por trabalhadores e pessoas idosas. Sou médico há mais de 20 anos, com muita honra, da Associação dos Aposentados e Pensionistas da cidade de Catanduva, na região noroeste paulista. O mandato que exerço, portanto, é um instrumento de defesa dessa significativa parcela de cidadãos.

Pasmem que os direitos dos nossos idosos de obter uma aposentadoria digna estão diretamente ameaçados pela Proposta de Emenda à Constituição nº 287, que acaba de ser enviada pelo Governo ao Congresso Nacional. Essa proposta de reforma da Previdência Social inviabiliza, na prática, o acesso à

aposentadoria para milhões de brasileiros. É um sacrilégio!

As futuras regras, caso aprovadas, preveem para a conquista do benefício previdenciário uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, dos setores público e privado. A futura lei deixa nas entrelinhas que, de acordo com as estatísticas da expectativa de vida dos brasileiros, aumenta-se ainda mais o tempo para se aposentar. Muitos chegarão aos 70 anos sem o tão sonhado benefício.

E mesmo quem atingir essa idade não terá a garantia de que, como trabalhador responsável diretamente pelo desenvolvimento de nosso País, receberá a aposentadoria integral, pois seriam necessários incansáveis 49 anos de contribuição. Uma proposta absurda!

Para um segurado receber 100% do benefício teria de trabalhar dos 16 aos 65 anos sem nunca ter ficado desempregado. Uma missão quase impossível.

Dói muito dizer isso, mas a verdade é que a maioria de nossa população vai morrer antes de conseguir se aposentar.

O Governo tem urgência para votar a PEC 287. No entanto, assuntos tão complexos como este não podem ser pautados a toque de caixa. Diversos pontos devem ser analisados e discutidos de forma democrática e detalhada antes de o texto ir a plenário.

É preciso ouvir e respeitar as entidades legítimas que representam a categoria, principalmente a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, a respeitada COBAP, como também suas federações estaduais e associações municipais, sem esquecer, é claro, das Centrais Sindicais, que falam em nome dos trabalhadores da ativa.

Sugiro que o Presidente da República, Michel Temer, converse com as lideranças e ouça a voz das ruas. Recriar o Ministério da Previdência e pagar aposentadorias mais justas são as reais prioridades. Com o somatório de esforços, é possível encontrarmos as soluções de que nosso País precisa.

Proponho um exercício de reflexão. Imaginemos que essa reforma passe a vigorar. Questiono: Quem vai acreditar na aposentadoria? Os trabalhadores vão querer contribuir com a Previdência? É claro que não. Teremos milhares de pessoas e empresas que perderão a esperança e deixarão de contribuir. Irão debandar. Será um caos. Ou seja, essa reforma vai prejudicar não só o trabalhador, como também a própria Previdência Social.

Vou marchar de braços dados com aposentados, pensionistas e trabalhadores contra essa desalmada reforma da Previdência. Estarei nas manifestações e nos protestos de rua, empunhando as bandeiras e combatendo as injustiças e os

opressores.

E, na qualidade de Deputado Federal compromissado com a população, declaro publicamente meu voto contra a PEC 287. Digo não à reforma da Previdência da forma que foi proposta.

Para que mais Parlamentares tomem a mesma posição é preciso fazer valer o efeito multiplicador das massas, fazendo com que trabalhadores, aposentados, seus filhos e netos tomem as ruas e utilizem as redes sociais como instrumento respeitoso de alerta e forte pressão popular.

Obrigado.

Documento 202/257

332.2.55.O	Sessão Comissão Geral	14/12/2016-11:14
Publ.: DCD - 15/12/2016 - 92	CHICO LOPES-PCDOB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Comissão Geral para debate do PL 6.427/16, que altera os planos de benefícios da previdência social.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero anunciar a presença de dois grandes companheiros, os Vereadores da cidade de Horizonte, do Ceará, Quinha do Cacareco, recém-eleita, e Milton do Cacareco, Presidente da Câmara Municipal. Agradeço-lhes a visita a esta Casa.

Sras. e Srs. Parlamentares, eu acho que o Deputado Arnaldo Faria de Sá já falou por todos e disse tudo muito bem. Vamos desmistificar o assunto: Waldir Pires, quando foi Ministro da Previdência, fez, pela primeira vez, um cálculo do orçamento da Previdência, e o resultado foi um saldo positivo.

Lembro o caso de três diretores da FIESP: um deve 8 bilhões de reais em sonegação de impostos, outro deve 6,7 milhões, outro deve 6,5 milhões. No entanto, a Receita Federal passa ao largo desse tipo de fiscalização. Se ela cobrasse os impostos do andar de cima, dos megaempresários, como aquele que entregou um pato inflável para as manifestações de rua pela derrubada da Dilma... Ora, até a OAB fazia

protestos, dizendo que pagávamos muitos impostos.

Essa é a falsidade que existe nessa conversa de que a Previdência tem que mudar o regime das aposentadorias. Primeiro, aposentadoria não é dádiva, mas uma conquista. O trabalhador paga a parte dele, o empresário paga a parte dele, o Estado paga a parte dele, num sistema tripartite criado por Getúlio Vargas. No entanto, nem o Estado cumpre a sua obrigação, nem os empresários, que usam o dinheiro da Previdência para fazer capital de giro. O empregado, porém, é descontado na fonte e não tem nenhum direito a atraso no pagamento.

Eu não quero ir muito longe. Os trabalhadores da FAPESP - Federação das Associações e Departamentos de Aposentados do Estado de São Paulo são contra a reforma da Previdência. O maior Estado da América Latina é São Paulo, e seus aposentados estão preocupados, mesmo tendo esse Estado a maior renda do País.

Diz o projeto que a idade mínima para a aposentadoria de homens e mulheres é de 65 anos. Ora, as mulheres vão deixar de receber durante 5 anos, vão trabalhar mais 5 anos e vão pagar mais 5 anos.

Portanto, esse é um tipo de presente grego que Michel Temer e sua banda estão dando para o trabalhador.

Sr. Michel, sua batata está assando, já está perto de retirada do forno.

Documento 203/257

329.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/12/2016- CD	16:46
Publ.: DCD - 14/12/2016 - 48	DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Crítica à proposta de emenda à Constituição sobre a reforma da Previdência encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo Federal. Retirada

de benefícios de categorias de trabalhadores no bojo da matéria. Nota pública da Associação dos Juízes Federal do Brasil sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, acerca da seguridade social. Defesa de criação do Ministério da Segurança Pública, especialmente para o combate a organizações criminosas.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar a ocasião para dar dois discursos como lidos: um, sobre a reforma da Previdência, que vai trazer muitos problemas para nós na Câmara; outro sobre a atual situação da segurança pública no nosso País, que - nem vou falar! - está ruim demais.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho à tribuna desta Casa para dizer que a proposta de reforma previdenciária enviada pelo Governo ao Parlamento é sem dúvida um desrespeito com o trabalhador brasileiro.

Algumas categorias como segurança pública e professores, ou mesmo a mulher, que todos sabemos que tem tripla jornada, ou mesmo aqueles que começaram a trabalhar mais cedo, estão seriamente prejudicados.

Queremos sim uma reforma que seja a melhor possível, mas não podemos aceitar que sejam retirados benefícios de muitos trabalhadores.

Também aproveito o tema para divulgar Nota Pública da Associação dos Juízes Federais do Brasil que trata do tema. Acho importante que todos saibam o posicionamento da magistratura brasileira.

É o que tenho a dizer Sr. Presidente.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota Pública - Manifestação em relação à Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016, que trata da Reforma da Previdência



A Associação dos Juizes Federais do Brasil - Ajufe vem a público manifestar-se em relação à Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016, que trata da Reforma da Previdência.

1. A Previdência Social é um direito humano fundamental, garantida pela Constituição Federal de 1988. A inclusão previdenciária garante um seguro social, necessário quando o indivíduo se encontra em situação vulnerável, seja pela idade avançada, reclusão, acidente, invalidez ou maternidade, riscos sociais cobertos pelo sistema previdenciário brasileiro.

2. A Reforma da Previdência atingirá substancialmente a população brasileira, devendo se submeter a um debate sério e qualificado com os trabalhadores e servidores públicos. Assim, é inaceitável e temerário que a Reforma seja encampada pelo Governo, apenas sob o único enfoque da crise econômica, sem as discussões necessárias acerca dos aspectos jurídicos e sociais.

3. A Reforma da Previdência, conforme a PEC 287, acaba com o conceito de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição e institui, tanto para servidores públicos como para trabalhadores do RGPS unicamente a aposentadoria por idade (aos 65 anos), sem distinção para homens e mulheres, e só poderá ser integral se o trabalhador comprovar 49 anos de contribuição. O aumento da idade mínima para 65 anos e ainda com a possibilidade de elevação posterior, não condiz com a realidade de toda a população brasileira. Em Estados com baixos índices de desenvolvimento humano, a expectativa de vida da população não corresponde à média nacional apresentada pelo IBGE. Assim, resta evidente que poucos brasileiros, notadamente os que ocupam as faixas de maior pobreza, conseguirão atingir a idade necessária para se aposentar.

4. A exigência de 49 anos de contribuição, necessários para se alcançar a aposentadoria integral, da mesma forma, é totalmente desprovida de razoabilidade. Essa exigência, aliada à idade mínima, farão com que o povo brasileiro viva praticamente apenas para trabalhar, sendo a exceção a obtenção da aposentadoria integral. A exigência de 49 anos de contribuição para se obter uma aposentadoria integral, em um país com elevado grau de pobreza e desemprego, um sistema único de saúde com problemas de gestão e recursos, em crise econômica forte, aumentará as desigualdades sociais.

5. O tratamento diferenciado para homens e mulheres tem justificativas históricas que não se modificaram, para a grande maioria das cidadãs brasileiras, que continuam concentrando responsabilidades pela dupla jornada como mãe e trabalhadora, com pouca inserção no mercado de

trabalho, possuindo rendimentos, em geral, menores que os dos homens.

6. Outra inconsistência da Reforma é o parâmetro das regras de transição, que não apresenta justificativa adequada, ao se pautar unicamente pela idade do trabalhador/servidor (idade esta que seria de 50 anos para o homem e 45 anos para a mulher). Aqui, mais uma vez, a Reforma não se pauta pelo valor social do trabalho/tempo de contribuição, pois defere o direito a regras de transição por um indicador que não premia o valor do trabalhador que iniciou sua vida laborativa em datas longínquas. A Constituição Federal tem, como fundamento, o valor social do trabalho, que também é tratado como direito social.

7. Em dispositivo inédito, a PEC 287 possibilita a revogação de normas transitórias de Emendas Constitucionais anteriores (EC's 20, 41 e 47), que previam medidas de transição para servidores civis, de acordo com suas datas de ingresso no serviço público, se anteriores às respectivas datas de promulgação das Emendas. Isto fere a segurança jurídica e traz, de modo desassombrado, lesão ao Estado Democrático de Direito. As constantes mudanças das regras desencadeiam uma sensação de insegurança na população, desestimulando a contribuição previdenciária pública.

A Ajufe, preocupada com a inconstitucionalidade da Reforma da Previdência, pugna que o Governo e o Congresso Nacional ouçam democraticamente a população brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho à tribuna desta Casa para falar sobre o comprometimento da Segurança em nosso País. Quando a violência chega à porta dos agentes de segurança pública, temos a certeza de que ela está mesmo comprometida.

Ontem, dia 12 de dezembro de 2016, por volta das 22h40min, o Cabo Aldemário, policial da 3ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana, em Osasco, foi surpreendido por dois indivíduos, que anunciaram o roubo, ao chegar a sua residência.

O cabo reagiu de dentro do seu veículo e acertou um dos meliantes na cabeça. O outro conseguiu fugir. Na ocorrência ainda recuperaram uma pistola 24/7, que estava em poder do ladrão, com 13 munições. Era arma de outro policial que, muito provavelmente, fora tomada de assalto.

Vejam a que pontos nós chegamos: a faculdade do crime nos surpreende a cada dia. Hoje o agente de segurança, que já põe sua vida em risco para proteger a vida e o patrimônio dos cidadãos brasileiros, tem de estar muito bem preparado para evitar que situações como essa não se tornem cotidianas.

O Cabo Aldemário é exemplo clássico de um agente bem preparado. Mas a fragilidade do nosso sistema beneficia esse tipo de ação desses facinoras. Eles não se sentem intimidados e agem ao seu bel-prazer.

Tenho dito aqui sempre: é necessário o Governo Federal criar o Ministério da Segurança Pública, desvinculando-o do Ministério da Justiça, que já tem uma pauta extremamente delicada e extensa.

Precisamos encontrar meios de acabar com essas organizações criminosas em nosso País, precisamos colocar nossa polícia investigativa para dismantelar essas quadrilhas que têm ameaçado a população brasileira e seus agentes que combatem o crime organizado no País.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Documento 204/257

329.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/12/2016- CD	16:46
Publ.: DCD - 14/12/2016 - 53	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação, pelo Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, sobre a instituição do Novo Regime Fiscal. Repúdio à análise de proposta de reforma da Previdência Social pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em momento de instabilidade política no País.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje é um dia extremamente difícil para os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, em primeiro lugar, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, que, de fato, congela a vida e o futuro do povo brasileiro por cerca de 20

anos, mas também por matérias que tramitam em regime de urgência nesta Casa e que são extremamente danosas como, por exemplo, a reforma da Previdência.

Eu quero repudiar com veemência que a Comissão de Constituição e Justiça esteja analisando a reforma da Previdência e sua constitucionalidade, num momento como esse, extremamente instável para o Brasil. A população brasileira não quer Michel Temer na Presidência da República, porque há denúncias gravíssimas de corrupção no Governo. Estão sendo tomadas medidas extremamente contrárias ao interesse do povo, entre elas, a da reforma do ensino médio e a terceirização que hoje novamente veio à pauta na Comissão de Educação.

Documento 205/257

329.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/12/2016- CD	16:46
Publ.: DCD - 14/12/2016 - 54	ZÉ GERALDO-PT -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade da população brasileira às propostas de limitação dos gastos públicos por até 20 anos e de reforma da Previdência Social. Repercussão na mídia de denúncias contra lideranças do PMDB.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo do Presidente Michel Temer se destruiu exatamente após ter enviado a este Congresso duas medidas, algo que nenhum governo deste País teria feito.

Uma medida foi a PEC que limita os gastos públicos por até 20 anos. Na semana passada, houve uma manifestação de um dirigente da ONU que se posicionou dizendo que essa medida é um desastre para o Brasil.

Outra medida foi a reforma da Previdência, que vai tirar dinheiro dos trabalhadores brasileiros, fazendo com que o trabalhador comece a contribuir na idade de 20 anos para poder se aposentar aos 69 anos.

Essas duas medidas destruíram o Governo Michel Temer a ponto de

as pesquisas apontarem que ele tem que renunciar.

Não bastassem essas duas medidas, que são desastrosas, há a delação premiada que praticamente envolve todas as lideranças do PMDB.

No sábado, 80% praticamente das notícias do *Jornal da Globo* foi sobre milhões e milhões que as lideranças do PMDB receberam de caixa dois, inclusive o Michel Temer. Naturalmente, esse clima destrói de uma vez por todas este Governo transitório. Nós não temos outra alternativa, a não ser exigir que tenhamos, o mais rápido possível, uma eleição direta para Presidente e Vice-Presidente deste País.

Documento 206/257

329.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/12/2016- CD	16:46
Publ.: DCD - 14/12/2016 - 101	ALESSANDRO MOLON-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio ao uso de violência em manifestações contra o Governo. Expectativa de cassação do mandato do Presidente da República, Michel Temer, pelo Tribunal Superior Eleitoral e de realização de eleições diretas para a Presidência da República. Críticas à gestão do Governo Federal.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de mais nada, como eu não estive do lado de fora acompanhando as manifestações, não posso emitir opinião sobre de onde partiram os abusos e os excessos. Todos eles eu pessoalmente repudio. Não considero a violência um bom método, nem para as autoridades, que devem usar a força de forma proporcional e comedida, nem para quem eventualmente use desse método de protesto, seja por qual causa for.

O Deputado que me antecedeu cobrou uma atitude do Governo, mas ela não virá. Ela não virá porque o Governo Temer acabou. O Governo Temer acabou na semana passada, quando a delação da Odebrecht, do primeiro delator da Odebrecht, citou o atual Presidente da República 43 vezes. Mas não citou apenas o atual ocupante da Presidência da República, que a ocupa de forma ilegítima. Citou também todo o núcleo



palaciano do Presidente da República, seus principais colaboradores, aqueles com quem ele se reúne todos os dias. Estão todos delatados já na primeira delação da Odebrecht. Virão outras 76 - serão 77. E a primeira já destruiu toda a possibilidade de que este Governo se estabilizasse.

No fim de semana, a *Folha de S.Paulo* divulgou uma pesquisa que mostra que apenas 1 em cada 4 brasileiros quer que Temer permaneça. Mas a pesquisa foi feita antes das denúncias da Odebrecht. Foi feita nos dias 7 e 8 de dezembro, portanto, em data anterior. Eu fico imaginando qual não é o percentual de brasileiros e de brasileiras hoje que quer que Temer saia já.

Mas, não bastasse essa enorme impopularidade, o atual ocupante da Presidência da República tenta se manter agradando ao mercado. Para isso, tenta aprovar uma reforma da Previdência que vai obrigar as pessoas a trabalharem até morrer. São 49 anos de contribuição para se aposentar com a aposentadoria integral, e o mínimo de 25 anos de contribuição.

O atual ocupante da Presidência da República não sabe que, no Brasil, muitos trabalham por muitos anos, mas não conseguem comprovar mais de 15 anos, porque trabalham na informalidade, porque são pobres, e os seus patrões, muitas vezes, não recolhem o INSS.

Não bastasse essa impopularidade, o Governo Temer quer tirar dinheiro da saúde e da educação, com a aprovação da PEC hoje, no Senado, com 11 votos a menos do que na semana retrasada. Mas os Senadores já acordaram e perceberam que o Governo acabou. Alguns partidos da base aqui também, partidos que têm compromisso com a sua história.

Eu quero, aliás, cumprimentar o PSB - Partido Socialista Brasileiro pela dura oposição que está fazendo à PEC da reforma da Previdência na CCJ, mostrando o seu compromisso com as suas raízes históricas. E outros partidos da base virão, porque sabem que o Governo chegou ao fim.

E tentaram hoje aprovar, às pressas, a terceirização na CCJ, retirando direitos trabalhistas.

Portanto, é um Governo impopular e que, para se firmar, tenta agradar o mercado, adotando medidas ainda mais impopulares, como a PEC da maldade, ou do fim do mundo, que tira dinheiro da saúde e da educação, como a PEC da reforma da Previdência, que escraviza milhões de brasileiros, e a terceirização que tentaram aprovar hoje na

CCJ. Mas nós resistimos.

Só há uma saída para pacificar o Brasil, eleições diretas para Presidente da República já! Não há outra saída. Este Governo não se estabilizará. Ele vai produzir mais e mais instabilidade. O desemprego está aumentando, e a economia está desandando.

Que o TSE casse imediatamente o mandato de Temer, com todas as provas de recursos ilícitos que o elegeram, e chame imediatamente eleições diretas para o bem e para a paz do Brasil e para que o Brasil se reencontre consigo mesmo.

Obrigado, Presidente.

Documento 207/257

329.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/12/2016- CD	16:46
Publ.: DCD - 14/12/2016 - 102	PAULO TEIXEIRA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Ausência de condições políticas para a manutenção do Governo Michel Temer, ante as denúncias de corrupção contra o núcleo central do Governo Federal e o agravamento da crise econômica brasileira. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, sobre a instituição do Novo Regime Fiscal, e à proposta de reforma da Previdência Social. Defesa de realização de eleições diretas para a Presidência da República.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro que acompanha esta sessão da Câmara Federal, venho a esta tribuna com o mesmo sentimento dos oradores anteriores - Deputados Ivan Valente, Alice Portugal e Alessandro Molon -, que desta tribuna disseram que o Governo Michel Temer acabou, e que a única solução para o Brasil é a convocação de eleições diretas para a escolha de um novo Presidente.

A convocação de eleição direta poderá se dar com a aprovação da



PEC de autoria do Deputado Miro Teixeira que propõe que, nos últimos 2 anos de mandato presidencial, desde que até 6 meses antes de novas eleições, pode ser convocada nova eleição presidencial, no caso de vacância na Presidência da República.

Michel Temer não tem condições de governar o Brasil porque é ilegítimo o seu mandato. Ilegítimo foi o afastamento da Presidente Dilma Rousseff sem preencher as condições, os requisitos constitucionais. Ela não cometeu crime de responsabilidade e foi afastada ilegalmente, por meio de um golpe parlamentar. O afastamento de Dilma Rousseff se deu com o seguinte discurso: iria substituí-la um Governo de qualidade, um Governo constituído de pessoas honestas, um Governo que queria fazer bem para o Brasil.

Afastaram ilegalmente Dilma Rousseff e, no lugar dela, colocaram um Governo: em primeiro lugar, medíocre, de homens sem voto e sem história em suas áreas; em segundo lugar, um Governo de pessoas imiscuídas, envolvidas que respondem e responderão por crimes contra o Estado brasileiro. Portanto, tiraram uma pessoa honesta para colocar, no seu lugar, um grupo de pessoas que estão sendo investigadas ou que respondem a processos e que queriam tirar Dilma Rousseff para aplacar as investigações. Em terceiro lugar, colocaram em seu lugar um Governo que aplicou medidas econômicas erradas que só aprofundaram a recessão econômica no Brasil.

A agenda deste Governo é a agenda da elite financeira, rica, endinheirada, que quer retirar direitos do povo brasileiro.

Vejam a agenda que este Congresso, submisso, aprovou: a PEC 55, infelizmente aprovada pelo Senado Federal, que congela por 20 anos investimentos em saúde, educação, infraestrutura e combate à pobreza, como se, em 20 anos, uma geração, o Brasil não tivesse mais crescimento econômico, geração de empregos e superávits capazes de permitir investimentos públicos. Os superávits alcançados durante os próximos 20 anos serão utilizados para pagar o serviço da dívida pública.

A PEC 55 serve aos banqueiros e impedirá o cumprimento do Plano Nacional de Educação. Essa PEC favorecerá os serviços de saúde privados e impedirá maiores investimentos no SUS, que é o sistema universalizado de saúde. Essa PEC favorecerá um sistema privado de serviços públicos, não o sistema público.

Ao mesmo tempo, o Governo Temer manda para esta Casa uma proposta de reforma da Previdência. Trata-se de uma reforma que destrói o sistema público de previdência, favorecendo o sistema

privado de previdência.

É uma reforma cruel com os pobres, porque prevê um sistema em que o idoso pobre só possa conseguir o benefício de prestação continuada aos 70 anos de idade e que desvincula esse benefício do aumento do salário mínimo. Ela é cruel com os pobres, que terão que contribuir por 49 anos para conseguir a aposentadoria integral.

A PEC é cruel com as mulheres, que muitas vezes são chefes de família e cumprem três jornadas de trabalho, porque exige que elas trabalhem até os 65 anos, como se todos fossem iguais, homens e mulheres.

A PEC é cruel com os trabalhadores braçais, que começam a trabalhar aos 16 ou 17 anos e que terão que trabalhar a vida toda. Muitos não conseguirão se aposentar, caso a PEC seja aprovada no Congresso Nacional.

Por fim, agora querem ampliar a terceirização da mão de obra para as atividades fins e flexibilizar a CLT. É uma agenda que não teria votos, que não teria a aprovação das urnas brasileiras.

É por isso, pela recessão econômica, pelas delações que envolvem o núcleo central do Governo, aí incluídos Michel Temer, o Ministro da Casa Civil e outros Ministros, pela ilegitimidade do seu mandato e igualmente pelo aprofundamento da crise econômica e de uma agenda regressiva, o Governo Michel Temer não pode continuar.

As forças políticas do Brasil têm que se colocar em entendimento para a realização de uma eleição direta. Só uma eleição direta poderá recuperar a legitimidade, a estabilidade e a volta do crescimento econômico no Brasil.

Por isso, nós defendemos: fora, Temer! Renuncie, Temer! Eleições diretas já!

Documento 208/257

326.2.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária 08/12/2016-12:08
- CD
Publ.: DCD - 09/12/2016 MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ
- 23
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES QUESTÃO DE

Sumário

Questão de ordem sobre possível retirada da proposta de emenda constitucional relativa à reforma da Previdência Social pelo Poder Executivo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, considero razoavelmente grave a informação que nós estamos recebendo da retirada da proposta de reforma da Previdência pelo Governo Federal.

A proposta estava na Câmara, estava numerada, havia sido remetida à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; ontem havia sido discutida entre Parlamentares e havia até parecer no *site* da Comissão, com a possibilidade de votação hoje na Comissão.

Pedi para entrarmos no *site* da Câmara dos Deputados e, ou por uma insuficiência até minha ou porque realmente o *site* está fora do ar nessa parte, não se consegue a informação. Cadê o ofício de retirada da proposta? Com base em que se retirou uma proposta de emenda à Constituição, que já estava distribuída aqui na Câmara dos Deputados à Comissão de Constituição e Justiça?

Claro que a responsabilidade não é de V.Exa., mas V.Exa. está presidindo a sessão, com o sentido democrático de sempre e, seguramente, está interessado também em oferecer aos seus eleitores essa explicação.

Esse é um tema que interessa ao Brasil inteiro. A reforma da Previdência está mobilizando o Brasil inteiro, e ficam com essa ida e vinda de proposta? A PEC veio para a Câmara e foi retirada.

Eu não conheço, mas pode haver assunto dessa expressão que tenha sido mandado para a Câmara dos Deputados e, depois de distribuído à Comissão, ser retirado. Mesmo projeto parlamentar, distribuído a uma Comissão, com parecer do Relator, pode ser retirado, se o autor declarar, confessar uma inconstitucionalidade intransponível. Aí o Presidente pode até, de ofício, ou não distribuir ou cancelar a distribuição.

Mas, neste caso, eu gostaria de ver quais razões foram apresentadas pelo Poder Executivo para retirar a proposta de emenda constitucional relativa à Previdência Social. E os brasileiros têm que saber, porque

acontece com V.Exa. e acontece com todos os Deputados.

A discussão hoje, no Brasil trabalhador, é como fica essa proposta de reforma, porque, pelo que está visto, as pessoas vão morrer antes de se aposentarem. Existe uma revolta geral. É preciso saber o que está se passando e qual é o papel da Câmara dos Deputados nisso tudo. Nós que reclamamos a independência dos Poderes quando somos atingidos, agora vamos ficar calados?

Eu quero conhecer o ofício, e acho que V.Exa., provavelmente, não o teve nas mãos. Eu pediria que V.Exa. tomasse as providências, para que nós Deputados soubéssemos o que se passa na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Miro Teixeira. Nós já estamos fazendo contato com a Secretaria-Geral da Mesa. Temos interesse de dar uma satisfação aos 513 Deputados e aos mais de 200 milhões de brasileiros, que também têm interesse nesse tema. Já vamos dar uma resposta a V.Exa.

Documento 209/257

326.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 08/12/2016-12:12
Publ.: DCD 09/12/2016 - 23	CARLOS MANATO (PRESIDENTE)-SD -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Esclarecimento sobre o encaminhamento da proposta de emenda à Constituição relativa à reforma da Previdência Social para a Secretaria-Geral da Mesa com vistas ao desentranhamento de documentos. Retorno da proposta ao trâmite na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Miro Teixeira, já tenho uma resposta para V.Exa. A Secretaria-Geral da Mesa nos informou que a proposta de emenda à Constituição relativa à reforma da Previdência Social não foi retirada. Ela foi à Secretaria-Geral da Mesa para desentranhar alguns documentos e já voltou ao trâmite normal na CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Só precisavam acertar alguns documentos.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Então a PEC foi alterada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Alguns documentos foram acertados.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Não, documentos ou texto? É matéria relacionada à PEC ou é o texto principal? O desentranhamento pode ter várias interpretações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Houve substituições, sim, nobre Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA - No texto? O texto foi alterado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em algumas partes. Houve algumas alterações.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Então, seria bom que nós pudéssemos ter um quadro comparativo do que era e do que foi retirado - não sei, a Secretaria deve dispor disso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Já está tudo no *site*, já na nova versão.

O SR. MIRO TEIXEIRA - No *site*? Já está no ar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Já está no ar.

Eu agradeço a V.Exa., sempre atento às coisas que acontecem aqui nesta Casa. Muito obrigado, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Muito obrigado.

Documento 210/257

326.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/12/2016-12:14
Publ.: DCD 09/12/2016 - 24	ZÉ GERALDO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crítica a alterações no texto da proposta de reforma da Previdência Social pelo Governo Federal.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a prova de que essa reforma é um desastre e o Governo está totalmente perdido é que bastou os militares estaduais começarem a reagir e hoje já se anuncia que foram retirados do texto os militares e os bombeiros.

Ora, o Governo Michel Temer pode se preparar que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais deste País vão parar o Brasil, porque não vão aceitar isso. Então, está na hora logo de mudar o texto e retirar também os trabalhadores e as trabalhadoras rurais que vão entrar no pacote dos 65 anos.

Onde já se viu uma mulher que hoje se aposenta aos 50 anos se aposentar aos 65 anos! Os movimentos sociais e sindicais no campo já começam a se reunir e, se o Governo não tiver sensibilidade...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, é 1 minuto para cada orador, porque vamos dar início à Ordem do dia.

Documento 211/257

326.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -08/12/2016- CD	12:16
Publ.: DCD - 09/12/2016 - 32	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL contrário à proposta de emenda à Constituição relativa à reforma da Previdência.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já foram deliberados o Presidente e os Relatores para a Comissão Especial da Reforma da Previdência Social. É impressionante a velocidade com que se tenta aprovar essa matéria.

Ontem, Renan foi salvo para passar a PEC 55. Ou seja, a coisa mais importante no Brasil é arrochar os trabalhadores, é esmagar o gasto público. Não importa se existe crime de responsabilidade, se existe corrupção, o próprio Supremo Tribunal Federal entrou nessa barganha entre o Poder Executivo, com Michel Temer, e o Legislativo, com o Senado.

Enquanto isso, Sr. Presidente, o povo ainda não tomou ciência do que é esta reforma da Previdência. Essa talvez seja a questão mais perversa que foi produzida contra os interesses dos trabalhadores no último século. Não é possível que as pessoas não se rebelem contra isso.

Eu estava ouvindo a seguinte crítica: um cidadão com 48 anos de idade e 33 anos de contribuição não estará nem na fase de transição, ele terá que trabalhar mais 17 anos, embora lhe falem 2 anos. Faltando 2 anos, ele vai ter que trabalhar mais 17 anos e vai se aposentar com apenas 86%, não 100%, do teto que ele poderia

ganhar.

As pessoas não estão nem entendendo. Qualquer mulher vai trabalhar 10 anos a mais. Na nossa sociedade, a maioria das mulheres tem dupla ou tripla jornada de trabalho.

E se houver uma seca no Nordeste? Os trabalhadores rurais dependem da enchente e da seca. Como eles vão contribuir 35 anos seguidos e, ao mesmo tempo, vão se aposentar aos 65 anos de idade? Ele começou na roça com 15, 12, 10 anos de idade e vai contribuir durante 60 anos.

O jovem não vai mais se aposentar no nosso País. O que está em jogo aqui é privatização da Previdência. O sujeito não vai mais se aposentar. Os jovens não se aposentarão mais. Trata-se de uma perversidade. Este é o Governo dos ricos, dos banqueiros. Este é o Governo que tem uma proposta para o povo brasileiro não só autoritária, mas também criminosa.

Nós do PSOL declaramos abertamente que não haverá trégua. Haverá uma oposição dura. Haverá uma oposição selvagem a favor do povo e contra os banqueiros.

Documento 212/257

326.2.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2016-
CD 12:16

Publ.: DCD - 09/12/2016 - ZÉ GERALDO-PT -PA
41

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Conclamação aos trabalhadores brasileiros de mobilização contra proposta de emenda à Constituição relativa à reforma da Previdência. Atuação da bancada federal do PT contra proposta de reforma previdenciária do Governo Michel Temer.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que me ouvem neste momento, eu quero aqui dizer a todos aqueles que neste plenário

contribuíram, por meio de seu voto, com o golpe para tirar um Governo legitimamente eleito, de uma Presidente legitimamente eleita, e a todos aqueles que foram para as ruas contra o Partido dos Trabalhadores, contra o Lula e contra a Presidente Dilma que comecem a se mobilizar para irem para as ruas sem o financiamento da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e sem o financiamento e o incentivo dos grandes meios de comunicação, como aconteceu. Se não tivermos forças para ir para as ruas a fim de evitar a aprovação da PEC 241 na Câmara, agora PEC 55 no Senado, nós precisamos ter forças para ir às ruas a fim de evitar esse massacre, que é a proposta de reforma da Previdência Social.

Essa proposta é um massacre total a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, dos setores público e privado. E esses governantes - Michel Temer, Henrique Meirelles, os demais Ministros e os formuladores dessa proposta que chegou aqui no Congresso - não têm piedade. Eles querem agora, povo brasileiro, que o cidadão que começa a trabalhar com 20 anos de idade só tenha direito à sua aposentadoria aos 69 anos. E muito pior do que isso: eles querem acabar com a LOAS. Hoje um cidadão que não se aposenta por nenhum modelo de previdência se aposenta pela Lei Orgânica da Assistência Social aos 65 anos.

A proposta desse Governo é que agora essas pessoas irão se aposentar aos 70 anos, e não será com um salário mínimo, porque hoje se aposenta aos 65 anos com um salário mínimo. Na proposta que veio para cá o cidadão se aposentará aos 70 anos e há quem diga que a proposta pode ser de 45% de um salário mínimo. Isso é uma covardia total.

Esse Governo é mutreteiro, medroso, covarde. Retirou os militares. Os militares dos Estados e o Corpo de Bombeiros já começaram a fazer mobilização e, de ontem para hoje, já foram retirados do texto. Eles não entrarão mais nessa lei de Previdência proposta pelo Governo Michel Temer.

A desculpa é que se não houver uma reforma da Previdência agora, daqui a 10, 15 anos, não haverá dinheiro para pagar aposentadoria. Isso é mentira! É mentira!

Eu nunca vi os Governos e os grandes meios de comunicação do País terem tanta capacidade de transformar mentiras em verdades e verdades em mentiras.

Transformaram mentiras em verdades para derrubar a Presidenta Dilma, inventaram uma tal de pedalada fiscal. Isso nunca existiu, mas

inventaram. Agora, os meios de comunicação, principalmente a Globo, levam analistas para defender a reforma.

Tudo bem que todos nós concordemos que é preciso haver uma reforma na Previdência. No início do Governo Lula, em 2003, nós fizemos uma minirreforma na Previdência, mas os analistas não discutem os pontos. Eles defendem que tem que ser feita uma reforma, porque senão não vai haver dinheiro para pagar a Previdência, mas o Governo Temer quer fazer caixa dois. Se nós estamos discutindo o caixa dois nas campanhas eleitorais, isso aqui é caixa dois. Isso é apropriação do dinheiro do trabalhador.

Se fizerem as contas, hoje um cidadão que começar a colocar 160 reais na poupança em 2016, valor que descontariam dele se fosse autônomo, porque se for funcionário público ou privado a empresa ou o Estado pagaria a metade - prestem atenção! -, aos 49 anos de poupança ele vai ter 1,1 milhão e, se viver mais 15 anos depois dos 70, vai ganhar em torno de 8 mil por mês de aposentadoria. Mas com essa contribuição dos 160, com 69 anos, ele vai ganhar apenas 1 salário mínimo de aposentadoria.

Agora, imaginem as senhoras e os senhores, mexermos na LOAS e o cidadão se aposentar aos 70 anos! Com certeza, poucos chegarão a mais de 70 anos.

Aí eles vêm com uma desculpa econômica: somos a 7ª, 8ª economia do mundo. Em Cuba, um País que não tem o nosso desenvolvimento econômico, a média de vida é de 82 anos. Aqui, a média é de 74 anos, 75 anos. E lá o homem se aposenta aos 62 anos e a mulher, aos 58 anos.

Aqui, a trabalhadora rural que hoje, por exemplo, se aposenta aos 55 anos, pela proposta do Temer terá que trabalhar mais 10 anos na roça para se aposentar aos 65 anos, com um salário mínimo. Coitada, um salário mínimo não dá para pagar nem um vidro de uma variedade de remédios que um trabalhador depois dos 65 anos costuma tomar.

Eles são um bando de covardes. Essa proposta não passará aqui. A possibilidade de essa proposta passar aqui é 0,0. E assim como os militares começaram a se mobilizar, imaginem a hora em que os trabalhadores e trabalhadoras rurais deste País, de norte a sul, de leste a oeste, começarem a se mobilizar. Vão ter que retirar do texto também essa proposta Ela é inaceitável.

A bancada do Partido dos Trabalhadores vai trabalhar duramente contra esse massacre, essa roubalheira do Governo Temer. Ele aprova

medidas restritivas. Com certeza a PEC 55 será aprovada. A votação do Supremo ontem foi no pacote.

Por que o Supremo ontem fez malabarismo para manter o Presidente Renan Calheiros? Porque o Senado tem que votar a PEC 55.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. ZÉ GERALDO - Vou concluir, Presidente.

Ontem aconteceu uma grande negociação do Presidente Michel Temer com o Senador Renan e o Supremo para dar aquele resultado.

O povo que foi para a rua no domingo passado está, como se diz, com a cara de tacho, porque foi para a rua, pedindo a saída do Senador Renan, o combate à corrupção, e ontem o Supremo definiu que ele continua na Presidência do Senado.

Nós não podemos concordar, de forma nenhuma, com essa reforma da Previdência. Já chega a lei que vai restringir gastos. Isso vai gerar desemprego neste País.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço que o programa *A Voz do Brasil* dê ampla divulgação ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Zé Geraldo. Agradeço a V.Exa. a compreensão de ter aberto mão do tempo durante a Ordem do Dia para que adiantássemos os trabalhos.

Documento 213/257

326.2.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2016-
CD 12:16

Publ.: DCD - 09/12/2016 - JOÃO DANIEL-PT -SE
44

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Congratulações a participantes de seminário na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural destinado à comemoração

pelo transcurso do 25º aniversário Núcleo Agrário da bancada do PT.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria parabenizar a todos os movimentos sociais e movimentos populares que ontem participaram do Seminário da Comissão de Agricultura de comemoração de 25 anos do Núcleo Agrário da bancada do PT aqui na Câmara.

Na ocasião, também homenageamos o nosso grande companheiro e comandante, ex-Deputado Federal, Adão Pretto, com todos os movimentos.

E se levanta, Sr. Presidente, uma grande preocupação que é a reforma da Previdência.

Não é reforma. Esta vem para retirar, de fato, tudo que tem conquistado a classe trabalhadora, em especial as mulheres trabalhadoras rurais, os homens trabalhadores rurais.

Haverá uma grande mobilização e luta do campo brasileiro na defesa dessa conquista.

Nós já vimos que este Governo cedeu a algumas corporações. Vai ter que retirar os...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 214/257

328.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de	08/12/2016-14:06
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 09/12/2016	JOÃO CAMPOS-PRB -GO	
- 58		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Relato de reunião de Deputados com o Ministro da Justiça e Cidadania,

Alexandre de Moraes, para postulação de retirada da categoria de policiais e agentes penitenciários do âmbito da proposta de reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal.

O SR. JOÃO CAMPOS (PRB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero apenas dizer que estou vindo de uma audiência com o Ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, da qual também participaram o Deputado Lincoln Portela, o Deputado Silas Câmara, o Deputado Gilberto Nascimento e outros Parlamentares, em que tratamos da questão da previdência em relação aos policiais brasileiros.

O Presidente deixou as Forças Armadas de fora da reforma da Previdência, com justiça, dada a natureza dessa atividade. Num segundo momento, Deputada Benedita da Silva, o Presidente anunciou que retiraria da reforma os policiais militares e os bombeiros militares, também em razão da natureza dessa atividade.

Nós estamos postulando que o tratamento concedido aos policiais militares seja dado aos policiais legislativos, policiais civis, policiais federais, policiais rodoviários federais, enfim, a todos os que compõem o sistema de segurança pública, conforme o art. 144 da Constituição Federal, e aos agentes penitenciários. Todos têm atividade de risco. Não há como dar tratamento diverso a categorias iguais.

O Ministro da Justiça demonstrou-se sensível à questão. Na semana que vem levaremos uma proposta nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 215/257

328.2.55.O

Sessão Não Deliberativa de 08/12/2016-14:12
Debates - CD

Publ.: DCD - 09/12/2016
- 59

CHICO LOPES-PCDOB -CE

CÂMARA

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO

Sumário

Pedido de apoio aos Deputados para aprovação de projeto de lei de autoria do orador para criação do Dia do Educador Social. Críticas à proposta de reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Quero concordar com o Deputado que me antecedeu.

Sr. Presidente, nós temos um projeto de lei criando o Dia do Educador Social. Faz 7 anos que apresentamos o projeto, e ainda não conseguimos que ele chegasse ao Senado. Mas estou pedindo a ajuda do Deputado Luiz Couto, que faz parte da Comissão, nesse sentido.

Por que eu trago esse assunto? Porque hoje de manhã, na reunião da Comissão de Legislação Participativa - CLP, tivemos um debate sobre a regulamentação da profissão de educador social.

O educador social, como todos nós sabemos, é aquele que se dedica a trabalhar com pessoas de rua, com pessoas que, por um motivo ou outro, têm dificuldade de ter um bom relacionamento na sociedade.

A maioria dos educadores sociais que estava na audiência da Comissão era de universidades. Havia vários professores universitários da Bahia, do Paraná, do Rio Grande do Sul.

Nossa intenção é regulamentar a profissão. Existe um Senador que está pensando em regulamentá-la de modo que seja exercida por pessoas com nível superior. A minha proposta a regula para o nível médio. Eu não tenho nada contra a proposta do Senador. Pelo contrário, quanto mais gente apresentar projetos de lei para regulamentar a profissão de educador social, melhor. Todas terão o meu apoio.

Agora, o que não pode é continuar como está, pois há vários educadores concursados em algumas Prefeituras, mas não há regulamentação da profissão.

O representante do Ministério da Educação que estava presente na reunião disse que não tinha condições de regulamentar a profissão, e

nós achamos que ele tem razão, pois quem faz isso é o Ministério do Trabalho, que foi convidado oficialmente pela Comissão, mas não teve a delicadeza de pelo menos justificar a sua ausência - poderia ter mandado um *e-mail* dizendo que não poderia comparecer porque estava com dor de barriga, que iria em outro dia -, desrespeitando aquela importante Comissão e a Câmara dos Deputados.

Portanto, deixo aqui meu protesto contra o Ministério do Trabalho, que não compareceu à reunião da Comissão talvez por eu não ser da base do Governo - não acredito nisso; acho que foi falta de direção mesmo.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que quanto mais eu leio sobre a reforma da Previdência, mais eu fico preocupado. E acho que as centrais sindicais não conseguiram interpretar a proposição: a maioria do povo vai morrer sem conseguir se aposentar. Algumas pessoas estão fazendo as contas e chegando à conclusão de que só vão se aposentar com 72 anos, com 62 anos.

Que coisa mais complicada o Governo querer fazer modificações sem nenhum fundamento em pesquisas, sem ouvir as centrais sindicais!

As mulheres serão prejudicadas. Agora tiraram os militares. Será por medo dos fuzis dos militares? Tiraram os bombeiros. Será por medo do lava-jato dos bombeiros, do caminhão com água deles lavar os autores da proposta? Sejam honestos! Coloquem todos os servidores públicos! Não façam assim, colocando um, e o outro, não! Se é para resolver o problema da Previdência, que todos sejam incluídos na reforma, e não apenas parte dos trabalhadores, de modo que alguns sejam discriminados.

Se esta Casa votar isso, considerando que nós já estamos com dificuldades por causa de algumas coisas que foram aprovadas aqui, ninguém vai nos perdoar! Vários Deputados perderam o mandato na última reforma da Previdência por conta de terem votado contra os velhinhos!

Portanto, Sr. Presidente, o Governo não terá o meu voto nessa reforma. E, se eu puder explicar aos outros o que acontece com a reforma, eu vou fazer isso, com muito carinho e respeito. Eu resolvo e ajudo a resolver o problema da Previdência, mas por outros caminhos, e não por esse, que faz as mulheres trabalharem mais 5 anos, ou faz com que as pessoas com bengala continuem ainda trabalhando.

Portanto, este é o nosso protesto, e pediria que nosso pronunciamento fosse publicado e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Desejo um bom fim de semana para o Presidente dos trabalhos do dia de hoje!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado.

Documento 216/257

328.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de	08/12/2016-14:24
Publ.: DCD - 09/12/2016 - 61	Debates - CD	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Negação de direitos da população brasileira em proposta de reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, e ao Deputado Zé Geraldo, do PT do Estado do Pará.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, eu quero fazer um pronunciamento, nesta tarde, sobre a reforma da Previdência apresentada pelo Governo Michel Temer, até porque causa total espanto ao Brasil e também a nós Parlamentares que o relatório de admissibilidade da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania tenha sido feito em menos de 24 horas.

Em menos de 24 horas, repito, foi apresentado um relatório sobre a admissibilidade de um tema complexo que diz respeito a milhões de brasileiros e brasileiras, a todas as novas gerações, com relação ao conjunto da Seguridade Social e ao instituto da previdência pública, um elemento fundamental para a dignidade humana e os direitos dos cidadãos e cidadãs.

As dificuldades que de imediato nós já observamos na tramitação dessa matéria dizem respeito a várias insuficiências para a garantia de direitos. Em primeiro lugar, essa reforma da Previdência está sendo dirigida aos pobres, aos mais humildes, às mulheres, aos trabalhadores e às trabalhadoras do campo. Mais de dois terços dos benefícios da Previdência Social no Brasil dos mais de 34 milhões de benefícios pagos pela Previdência são de apenas 1 salário mínimo.

Portanto, as mudanças previdenciárias previstas destinam-se a atingir aqueles que menos ganham: os idosos. As pessoas com deficiência no benefício de prestação continuada também serão atingidas por essa reforma com a negação de direitos.

Destaco que a idade mínima de 65 anos e um tempo mínimo de contribuição de 49 anos para receber o salário integral obriga, de forma ininterrupta, um ser humano a trabalhar com contribuições efetivas dos 16 anos até os 65 anos de idade, como se vivêssemos em uma situação absolutamente linear de pleno emprego, e os trabalhadores e trabalhadoras não tivessem tantas vezes, em alguns momentos da vida, ficado desempregados ou sem expectativa de empregabilidade mais razoável e mais fácil.

A proposta apresentada é danosa às pessoas. Ela é difícil para o cidadão, ela é difícil para a cidadã. As mulheres, com essa idade mínima de 65 anos, terão um acréscimo de mais 10 anos de contribuição, estabelecendo-se uma falsa igualdade entre homens e mulheres.

Posiciono-me, portanto, contrariamente a essa falsa - chamo falsa - igualdade no tempo e na idade das mulheres para aposentadoria. Com essa determinação do Governo, apaga-se a compreensão de que há sim uma maior responsabilidade, culturalmente instituída, sobre os ombros das mulheres no cuidado com os filhos e na manutenção da família. Muitas delas - um terço delas -, no Brasil, são chefes de família, mãe e pai dos próprios filhos. Há também a dimensão esquecida da dupla e da tripla jornada de trabalho.

Além disso, detectamos uma situação inusitada: toda vez que o IBGE determinar a possibilidade de aumento na expectativa de vida dos brasileiros e brasileiras, haverá uma idade mínima de aposentadoria móvel, partindo dos 65 anos aos 68 anos, aos 79 anos, a que idade vier a ser de acordo com os números do IBGE.

Um trabalhador ou uma trabalhadora que comece a trabalhar com 16 anos, carregando uma ampla carga sobre sua vida, aqueles que menos benefícios e menores salários, porque trabalhadores desde cedo,

recebem a cada final de mês não saberão verdadeiramente se vão se aposentar aos 65 anos, ou aos 70 anos, ou mais que isso. Isso se deve justamente a essa visão móvel da previdência pública.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, isso é uma perversidade! Viver mais é um benefício; viver mais com qualidade é uma obrigação do Estado que não está sendo cumprida por essa nefasta reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada Maria do Rosário.

Documento 217/257

328.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de	08/12/2016-14:30
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 09/12/2016	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ	
- 62		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Elogio à Mesa Diretora da Casa e aos servidores a ela vinculados pela presteza no encaminhamento ao orador de ofícios do Presidente da República relativos à proposta de emenda à Constituição sobre a reforma da Previdência Social.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e aos funcionários da Mesa Diretora que me fizeram chegar às mãos os ofícios encaminhados pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados. Primeiro, sobre a remessa da PEC da Previdência Social para cá, e, depois, sobre as alterações.

Realmente é inacreditável o que está se passando. Faço coro com todos aqueles que censuram o procedimento. O procedimento não pode ser este. Isso revela até a insegurança dos autores da proposta de emenda à Constituição, a todo instante. Como é que mandam para cá uma proposta de emenda à Constituição sobre Previdência Social, que mexe com direitos de todos os trabalhadores, e em poucos momentos, com uma diferença pouco maior de 24 horas, já introduzem alterações à proposta?

Nós ficamos aqui, a rigor, de prontidão, esperando para saber qual

será a próxima alteração, esperando pela garantia de que isto aqui vai ajudar a formar a convicção dos Deputados, pois estamos diante de algo que produz profunda insegurança a todos os trabalhadores brasileiros.

A nossa luta ganhou um instrumento insuperável com essas alterações introduzidas pelo Poder Executivo, que não são produto da modéstia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Miro Teixeira.

Poderiam ter deixado que nós fizéssemos as alterações na Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Mas eu enfatizo a presteza com que V.Exa., Deputado Carlos Manato, e os funcionários da Mesa nos atenderam.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Regimento Interno tem que ser cumprido.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Eu peço também a esses funcionários que nos ajudem a ficar na vigilância.

V.Exa. já está, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 218/257

328.2.55.O	Sessão Não Deliberativa	de	08/12/2016-14:33
	Debates - CD		
Publ.: DCD - 09/12/2016	ZÉ GERALDO-PT -PA		
- 64			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Artigo STF salva Renan e completa-se o bananal, sobre a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF de não afastamento do Senador Renan



Calheiros da Presidência do Senado Federal, de autoria da jornalista Tereza Cruvinel, publicado pelo portal Brasil 247. Repúdio à proposta de reforma da Previdência do Governo Michel Temer.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero repercutir aqui um documento da grande jornalista Tereza Cruvinel.

Vou ler apenas um parágrafo dos comentários dela sobre o episódio do Supremo Tribunal Federal, Senado e Senador Renan Calheiros. Ela diz:

O "pacto pelo alto", ou a conciliação entre as elites - feliz categoria que nos legou o historiador José Honório Rodrigues para explicar os "acordões" entre os donos do poder - voltou a se manifestar na tarde desta quarta-feira com a decisão do STF de manter Renan Calheiros na presidência do Senado, embora afastado da linha sucessória. E com isso, completou-se a regressão do Brasil, até há pouco tempo uma jovem e promissora democracia, a um grande bananal. Nas últimas horas um ministro da suprema corte destituiu sozinho o presidente de uma casa do Legislativo, estando inconcluso um julgamento sobre o tema, interrompido quando já havia uma maioria. O intimado dobrou o erro ao ignorar a notificação e dar olé no oficial de justiça. A Mesa do Senado informou protocolarmente ao STF que desconheceria a liminar até o julgamento do plenário, que reunido (...) - ontem, no caso -, atendeu aos apelos e encontrou o jeitinho para manter Renan no cargo. E o fez, com argumentos jurídicos, em nome da aprovação de uma emenda constitucional que invade os mandatos de futuros presidentes - logo, a vontade popular futuramente expressa nas urnas - com um teto rígido para os gastos do Estado. Com o Supremo Tribunal Federal decidindo por razões políticas, ainda que com amparo constitucional, viramos mesmo uma república bananeira. Um "bananão", como dizia Paulo Francis nos primórdios da redemocratização.

Ela termina, em seu último parágrafo, dizendo:

O povo? Como em outros momentos históricos de conciliação entre as elites, estará alheio ou fazendo papel de massa de manobra. Os tolos que foram às ruas no domingo apoiar a Lava-Jato e pedir a cabeça de Renan agora irão bater panelas exibindo caras de tacho? A massa de manobra por vezes erra o tom da cantilena. Mas as elites se entendem, acima dela.

O Supremo Tribunal Federal ficou realmente numa situação bastante

complicada devido ao erro de um Ministro, uma vez que ele não precisava tomar a decisão de pedir o afastamento do Presidente do Senado.

Sr. Presidente, continuo dizendo que este Governo golpista, este Governo ilegítimo, este Governo sem voto, feito pela composição de PMDB, PSDB e outras forças políticas, não bastasse a Proposta de Emenda à Constituição nº 241 na Câmara, que é a PEC 55 no Senado, que vai limitar gastos para os próximos 20 anos, vem agora com uma reforma previdenciária que, para mim, é um caixa dois. Ela vem exatamente para fazer superávit. Ela vem explorar os trabalhadores.

Vejam bem, um cidadão vai ter que começar a pagar a Previdência com a idade de 20 anos e só vai poder se aposentar aos 69 anos. Ainda querem mexer na LOAS. Hoje o cidadão se aposenta com 65 anos, pelo benefício da LOAS, e recebe o salário integral. Segundo a proposta, ele só poderá se aposentar aos 70 anos e não vai receber o salário integral. Há quem diga que pode ser só 45%. Isso será tratado em outro projeto de lei.

Este País vai ficar de pernas para cima! Em 2017, nós vamos ter mobilização de norte a sul, de leste a oeste.

Assim como os militares dos Estados e o Corpo de Bombeiros começaram a dizer que iriam fazer ocupações, o Temer de ontem para hoje já mandou tirá-los da reforma, daqui a pouco a CONTAG, o MST a FETRAF e outros movimentos do campo vão ter que parar o Brasil! Querem aumentar a aposentadoria da trabalhadora rural, que hoje é de 55 anos, para 65 anos; e do trabalhador rural, que hoje é de 60 anos, para 65 anos.

Segundo um cálculo que recomendei, o cidadão autônomo que ganha salário mínimo que começar a pagar hoje 160 reais para a Previdência, durante 49 anos, se fosse aplicado na poupança, teria 1 milhão e 100 mil reais.

O Governo está mentindo! O Ministro da Fazenda realmente quer juntar dinheiro, quer fazer caixa dois nas costas dos trabalhadores. O que este Governo está fazendo é uma covardia, e não podemos aceitar! Vamos debater esse assunto, vamos ajudar nas mobilizações dos trabalhadores deste País. Há países mais pobres que Brasil, como é o caso de Cuba, onde a média de vida é de 82 anos, em que o homem se aposenta aos 62 anos e a mulher aos 51 anos.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja veiculado

pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Zé Geraldo.

Documento 219/257

328.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 08/12/2016- CD	14:42
Publ.: DCD - 09/12/2016 - 66	JOSÉ FOGAÇA-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Necessidade de ampliação do debate sobre a proposta do Governo Federal de reforma da Previdência.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos entrando num processo de debate a respeito da reforma da Previdência. Creio que esse debate necessário e imprescindível ainda demandará alguns alentados meses para ser finalmente resolvido.

Não acredito que antes do final de 2017 nós tenhamos concluído a votação da reforma da Previdência, mas quero deixar aqui consignados três pontos que considero cruciais e importantes e que questiono no projeto enviado pelo Governo.

Primeiro ponto: o salário mínimo. Acho que não é possível que qualquer aposentadoria ou pensão que resulte do trabalho possa ser menor que o salário mínimo vigente.

Segundo ponto: a mulher e a dupla jornada de trabalho. Essa questão não pode ser secundarizada, não pode ser colocada em segundo plano.

Terceiro ponto: o magistério. Os professores do Brasil recebem baixos salários. Somente através de um estímulo, associado à ideia de uma aposentadoria qualificada, pode-se realmente atrair quadros de qualidade para o magistério no Brasil. Portanto, são três pontos: salário mínimo, mulher e magistério.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 220/257

328.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de	08/12/2016-14:45
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 09/12/2016 - 67	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Destinação de recursos da Previdência Social para outras áreas. Críticas à reforma previdenciária apresentada pelo Governo Federal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu volto à tribuna para falar novamente sobre a PEC da reforma da Previdência. Se uma mentira dita mil vezes vira verdade, imaginem a própria verdade repetida. Nós temos que repetir a verdade aqui para que ela possa penetrar no subconsciente das mentes mais fechadas desta Casa, do Governo do lado, do outro lado, do outro lado do lado de lá, para que possam enxergar o que acontece do lado de cá, do cidadão, da cidadania, da população gaúcha, da população brasileira, do povo trabalhador. O Governo, na ânsia de corrigir os desvios da Previdência, cobra dos mais pobres, cobra e tira dos mais fracos.

A Previdência tem equilíbrio sim. Se tudo o que for arrecadado em nome da Previdência for para a Previdência, as contas fecham. Acontece que 30% do que é arrecadado em nome da Previdência não vai para a Previdência. O que estou falando não é uma mentira. Se alguém duvidar aqui, eu posso provar. Mas eu sei que ninguém duvida porque eu já adverti. Nós votamos uma lei que autoriza o Governo a tirar 30% da Previdência, da Seguridade Social, da saúde, da assistência social por meio da chamada Desregulamentação de Receitas da União - DRU para fazer o tal do superávit primário, para

pagar juros aos bancos, aos banqueiros, ao estrangeiro.

Então é claro que, assim, a Previdência é deficitária. Eu não quero que confundam o que estou dizendo, que pensem mal. O dinheiro não é desviado, ele toma outra destinação, legal, é verdade, porque esta Casa autorizou isso, mas é algo vergonhoso. É mentira que a Previdência seja deficitária. Nós temos que insistir, persistir, teimar. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Cidadão, 30% do que tu pagas por mês é desviado para outra fonte de gasto. Isso vale para trabalhadores e também para empresários. Então, claro, é como coberta curta. Ela cobre os pés? Cobre, mas não vai cobrir a cabeça. Cobre a cabeça? Cobre, mas vai cobrir os pés. E por que a coberta é curta? Porque cortaram um pedaço da coberta, cortaram um pedaço do lençol, cortaram um pedaço do cobertor. E, assim, o trabalhador vai ter que contribuir mais, para que esse dinheiro continue indo para a DRU, para pagar juro da dívida externa, da dívida interna, juro do juro, da mãe do juro, do pai do juro, do avô do juro.

Eu não vou ficar aqui calado! Eu tenho que falar. Um cidadão que começar a trabalhar aos 18 anos, por exemplo, se não parar de trabalhar nenhum dia, aos 65 anos ele vai precisar somar uma contribuição de quarenta e poucos anos. Vejam bem, para ele se aposentar integralmente, ele tem que somar o número 51 aos 65 anos de idade e computar a diferença de 49 anos de contribuição. Assim, ele só vai poder se aposentar integralmente aos 67 anos de idade.

Para se aposentar no Brasil, a partir da aprovação da lei, a pessoa vai precisar apresentar os seguintes documentos: primeiro, certidão de nascimento, para dizer que nasceu, e já começou a trabalhar; segundo, carteira de identidade; depois, carteira de trabalho, certidão de tempo de serviço, e, por último, certidão de óbito. Só depois de morta vai conseguir se aposentar! Quando estiver sendo levada para o cemitério, vão dizer: "*Segura! Segura o corpo do morto porque chegou a aposentadoria!*" "*Mas ele já morreu.*" "*O cheque está aqui. Nós vamos botar o cheque no caixão.*" Já é para não descontar mesmo.

Não podemos brincar com coisa séria! É a vida das pessoas, é a vida dos professores, das professoras. De mais a mais, dizem que a expectativa de vida é de 75, 76 anos. Em alguns Estados, isso é verdade; em outros Estados, não. Qual é a realidade do Nordeste? É outra. No caso de algumas profissões, a expectativa de vida é de 75 anos; no caso de outras, não.

Vão trabalhar na roça, de onde eu vim, vão trabalhar de sol a sol na lavoura, fazendo serviço braçal, na estiva! Vão trabalhar no serviço

pesado como o trabalhador que pega no pesado! Aí vão ver quanto dói uma saudade.

Vamos pegar na peiteira! Vamos pegar a força! Estão brincando com coisa séria. O Brasil não é bobo - se nos comprarem por bobo, devolvem-nos de madrugada. É baixinho, é pequeno, mas de bobo não tem nada. Nós não temos nada de bobo. É por isso que vou insistir, persistir, resistir, teimar e apontar o que está acontecendo. Afinal de contas, nós somos cidadãos e precisamos ser respeitados. É muita maldade! É muita maldade com o povo trabalhador.

Pedi ao meu partido para ir para a Comissão, a fim de debater isso internamente, até porque conheço, e bem, o assunto. Sou da PREVI, sou do Banco do Brasil, sou do fundo de pensão.

Muito obrigado.

Documento 221/257

328.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 08/12/2016- CD	16:33
Publ.: DCD - 09/12/2016 - 86	PEDRO UCZAI-PT -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos brasileiros, em nome do povo do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, pela solidariedade aos familiares dos atletas da Associação Chapecoense de Futebol vítimas de acidente aéreo na Colômbia. Repúdio à proposta de reforma previdenciária, do Governo Federal.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido discurso que fiz na tribuna há 2 dias em agradecimento, em nome do povo chapecoense, a todos os brasileiros que se sensibilizaram com a tragédia acontecida na

Colômbia e ao povo colombiano.

Como chapecoense e ex-Prefeito daquela terra, sempre torcemos pelo nosso time de futebol, mas acabamos vivendo esse momento de dor, de perda. Nós partilhamos esse sofrimento com todos os chapecoenses, com as famílias dos jogadores, dos profissionais da imprensa, da diretoria, por todos que perderam a vida. Eu quero me manifestar aqui para que fique registrado nos Anais desta Casa.

Sras. e Srs. Deputados, eu já havia manifestado, antes do processo de *impeachment*, que o que estava em curso não era só um golpe à democracia, à Constituição, a um Governo legitimamente eleito, era algo além: estava em curso um golpe aos direitos sociais.

O emblemático ponto central da retirada de direitos sociais é a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que tramita, no Senado, como Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, que vai congelar investimentos em saúde, educação e programas sociais por 20 anos. Portanto, é falácia, Deputado Pompeo de Mattos, dizer que vai haver educação integral com a famigerada PEC 241/16, hoje PEC 55/16; é falácia dizer que vai haver mais recurso para a educação, quando de 1 ano para outro ele só é corrigido a partir da inflação, como vai ser no próximo ano. Já estão cumprindo a Constituição: 129 bilhões neste ano e 139 bilhões no próximo. Portanto, os direitos sociais estão sendo golpeados por um Governo ilegítimo.

Nós dizíamos também que estava em curso um golpe ao patrimônio público e à soberania nacional. Eles estão entregando às petroleiras estrangeiras, numa grande roubalheira, o pré-sal, que é a extração de petróleo a 6 mil, 7 mil metros de profundidade, com a melhor tecnologia do planeta, reconhecida mundialmente. No futuro se perceberá que o maior ato de corrupção e roubalheira no Governo ilegítimo de Michel Temer foi a venda do patrimônio público, foram as privatizações, principalmente sem consultar o verdadeiro dono do pré-sal e da PETROBRAS, que é o povo brasileiro.

Eu dizia ainda que estava em curso também o desmonte e o golpe aos direitos trabalhistas. Logo, logo virá a terceirização da área fim e o negociado sobre o legalizado.

Agora está se confirmando outro golpe, o golpe da Previdência, um golpe em nossos aposentados, em nossos professores, em nossos agricultores, um golpe nos trabalhadores deste País. Vejam a violência que esse Governo está propondo aos trabalhadores brasileiros. Aí vamos compreender o que foi feito ontem com a reforma do ensino médio. Um trabalhador, para se aposentar aos 65 anos, vai ter que

trabalhar 49 anos ininterruptamente. Isso significa que vai ter que começar a trabalhar aos 16 anos. Vão tirar os trabalhadores das escolas, das universidades públicas, para deixar a elite tomar conta de novo e roubar as universidades públicas dos nossos agricultores e trabalhadores do País.

A reforma da Previdência vai fazer nossos agricultores trabalharem no mínimo 51 anos. E eles vão ter que contribuir para a Previdência, ou não terão a aposentadoria integral de um salário mínimo.

Dizem que essa é a razão da crise e de a Previdência estar quebrada. Esse é o discurso. Vão tirar dos pequenos, dos pobres, das mulheres, que têm dupla jornada de trabalho. Por isso sempre foi diferenciada a aposentadoria entre homens e mulheres no campo, na educação. A agricultora, a professora, enfim, as trabalhadoras têm dupla, tripla jornada de trabalho. Vão unificar tudo.

Em terceiro e último lugar, dizem que a Receita está quebrada. Tiram a DRU da Seguridade Social e põem 120 bilhões na Previdência. Cobram das 13 mil pessoas físicas e jurídicas... Segundo a PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, 13 mil pessoas físicas e jurídicas devem 1 trilhão e 800 bilhões de reais para a Previdência. Tem que mudar a lei para poder cobrar esse crédito. E as desonerações este ano vão chegar a 69 bilhões de reais.

Portanto, com o andar de cima, dos ricos, da elite brasileira, o Governo não vai mexer. Vai mexer com os agricultores, com os trabalhadores, com os pobres, com os professores. Essa é a violência e o crime que vão fazer com a reforma da Previdência. Os pequenos vão pagar a conta deste golpe. Um Governo ilegítimo, sem voto, vai fazer o maior pacote de maldade das últimas décadas neste País. Esse é o presente que esse Governo ilegítimo está produzindo para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Pedro Uczai, do PT de Santa Catarina.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui, como torcedor da Chapecoense, ex-Prefeito de Chapecó, mais uma vez, manifestar a minha solidariedade a todos os familiares dos atletas, dos dirigentes esportivos e dos profissionais da imprensa, que perderam seus parentes e amigos no trágico acidente da última terça-feira dia 29 de dezembro com a aeronave da LaMia, nas proximidades do Aeroporto

Internacional José Maria Córdova, em Medellín, Colômbia.

Há que se registrar e reconhecer também a enorme comoção popular e solidariedade ao povo chapecoense do Estado de Santa Catarina e do Brasil. A Chapecoense uniu uma cidade e uma região em torno do futebol, dando muitas alegrias e orgulho especialmente para a nossa população regional. O futebol é uma das nossas paixões.

A Chape, carinhosamente chamada por nós, conquistou cinco títulos catarinenses, conquistou a manutenção da Série A pelo terceiro ano consecutivo e disputava um título que seria o primeiro título internacional de um time de Santa Catarina. A Chapecoense era dos brasileiros na disputa da Copa Sul-Americana.

O luto e a tristeza não são só de Chapecó, mas de todo o Brasil. Se nos unimos para torcer pela Chapecoense, que continuemos unidos agora em solidariedade e ajuda àqueles que sofrem mais do que nós, que são os familiares que perderam seus entes queridos nessa dolorida tragédia.

Quero aqui também registrar a imensa solidariedade de todo o povo colombiano. Cada gesto, cada manifestação, cada mensagem de carinho do povo e das autoridades públicas colombianas para com os familiares e amigos das vítimas foram importantes e nos trazem um alento a mais neste momento de dificuldade e tristeza.

Mais do que a solidariedade dos colombianos devemos a eles a disposição imediata dos profissionais que se envolveram no resgate das vítimas no local do acidente. Não mediram esforços frente às condições adversas do local do acidente para buscar sobreviventes. O trabalho dos socorristas foi fundamental para que, no meio desta tragédia que deixou 71 vítimas fatais, pelo menos seis pessoas fossem resgatadas com vidas, sendo quatro brasileiros e dois bolivianos.

A linda homenagem da torcida do Clube Atlético Nacional, da Colômbia, no dia e horário marcados para a disputa da primeira partida da final da Copa Sul-Americana está na memória de todo o povo brasileiro e especialmente de nós chapecoenses. A própria direção do Atlético Nacional, que logo após o acidente solicitou a CONMEBOL para declarar a Chapecoense Campeã Sul-Americana 2016, solicitação aceita pela CONMEBOL, que já declarou oficialmente o título à Chapecoense.

Quero aqui, humildemente em nome do povo brasileiro e da minha cidade, agradecer todos os gestos de carinho e solidariedade do povo colombiano na pessoa do Embaixador da Colômbia no Brasil, Sr.

Alejandro Borda. Muito obrigado por todo o tratamento humanitário dispensado a todos nós de alguma forma atingidos por essa dolorida tragédia.

Desejamos força e fé para os familiares que perderam seus parentes e desejamos, dentro do cuidado médico necessário, a pronta recuperação dos que sobreviveram, os atletas Alan Ruschel, Jackson Folmann e Neto, o jornalista Rafael Henzel, a comissária de voo Ximena Suarez e o técnico em aviação Erwin Tumiri, ambos bolivianos.

Toda esta dor só pode ter um sentido: que a tragédia humanize o ser humano. A ganância está matando. A solidariedade humana deve ser vitoriosa. Força, Chape! Somos todos Chape!

Documento 222/257

328.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 08/12/2016- CD	16:39
Publ.: DCD - 09/12/2016 - 87	ROSINHA DA ADEFAL-PTDOB -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização no País da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Resultados positivos de audiência pública promovida por Comissões da Casa para debate da vulnerabilidade da mulher com deficiência diante de situações de abuso e violência doméstica. Críticas à proposta de reforma previdenciária do Governo Federal, em especial no que se refere à idade mínima para recebimento do Benefício de Prestação Continuada e à sua desvinculação do salário mínimo.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (Bloco/PTdoB-AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Deputado Mauro Pereira, que preside esta sessão, demais Deputados presentes, todos que nos assistem pela Internet e pela TV.



Quero lembrar que está em curso a campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*. O País e o mundo estão fazendo mobilizações para mudar a cultura de violência contra a mulher. Eu venho de um Estado em que esse tipo de violência lidera, venho de um Estado que é o terceiro mais violento do Brasil com relação à violência contra a mulher.

Hoje nós realizamos aqui na Câmara dos Deputados, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, uma audiência pública muito rica, exatamente sobre este tema: a dupla vulnerabilidade da mulher com deficiência, diante da violência doméstica. Essa violência acontece no âmbito privado. Não temos estatística sobre quantas mulheres com deficiência estão sendo abusadas pelas próprias famílias e por seus cuidadores. Muitas mulheres ficam deficientes em virtude dessa violência.

Pois bem. A audiência foi uma maravilha. Propostas foram apresentadas para que projetos de lei sobre o assunto tramitem nesta Casa e se transformem em leis com as quais consigamos diminuir a violência contra a mulher com deficiência.

Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para dizer a todos os que nos assistem e a todos os presentes que a proposta de reforma previdenciária que o Governo Federal enviou para ser discutida nesta Casa, se for aprovada da forma como foi apresentada, será um crime contra 45 milhões de brasileiros com deficiência. Um dos itens absurdos dessa proposta é o que iguala a idade mínima para aposentadoria de mulheres e homens. Respeitar as diferenças é promover a igualdade, e com essa proposta vai ser desrespeitado esse princípio. Tão absurdo quanto tudo isso é propor que a idade mínima para beneficiários do BPC - Benefício de Prestação passe para 70 anos. Esse benefício é concedido àquelas pessoas com deficiência, pobres de "*marré deci*", que têm uma renda muito baixa e que sobrevivem - porque elas não vivem - com esse subsídio do Governo. Desvinculá-lo do salário mínimo é condená-las à morte.

Sr. Presidente da República, todos nós Congressistas, sejam da Câmara, sejam do Senado, não vamos deixar que essa proposta passe desta forma. Isso é um crime.

Enquanto pessoa com deficiência e Parlamentar, eu lutarei, farei o que me for possível e rogarei a Deus que faça o impossível para que propostas absurdas como essa não passem.

Conclamarei todos os movimentos de pessoas com deficiência deste País para que se mobilizem, como as pessoas estão se mobilizando

contra a "PEC dos Investimentos", como as que estão se mobilizando contra a decisão desta Casa com relação ao pacote anticorrupção. Que as pessoas mobilizem o País e não permitam que o BPC seja desvinculado do salário mínimo.

Era o que cabia para esta hora, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputada Rosinha da Adefal, do PTdoB de Alagoas.

Documento 223/257

328.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 08/12/2016- CD	16:57
Publ.: DCD - 09/12/2016 - 90	MAURO PEREIRA-PMDB -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Participação em debate de Parlamentares com o Presidente da República, Michel Temer, sobre o problema de inadimplência das empresas brasileiras, em decorrência da crise econômica. Responsabilização do Governo da então Presidente da República Dilma Rousseff pela situação. Defesa de negociação das dívidas do setor produtivo. Importância de debate da reforma previdenciária. Cumprimentos à Rede Globo de Televisão pela exibição da campanha intitulada Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo, de divulgação da importância dos produtos agrícolas para a sociedade brasileira.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB-RS e pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Hildo Rocha, primeiramente gostaria de informar à sociedade brasileira que hoje de manhã nós tivemos uma importante audiência com o Presidente Michel Temer. Éramos 10 Deputados que levamos ao Presidente mais uma vez a situação do nosso País, das nossas empresas - micro, pequenas,

médias e grandes -, das pessoas físicas, o sério problema de inadimplência que o nosso empresário está vivendo devido à crise, essa crise que o Governo do PT e dos seus companheiros fez, que levou o nosso País ao caos.

Nós já entramos em 2014 em uma situação difícil. Quando entrou 2015, a Presidenta Dilma simplesmente mostrou a situação em que o Brasil estava: subiu os juros, reduziu prazos, subiu energia; enfim, começou uma situação horrível no sistema financeiro e o grande desemprego, de forma que chegamos ao fundo do poço.

Nós fizemos um trabalho muito importante nesta Casa ao retirar a Presidenta Dilma do Poder, mas o reflexo do desgoverno da ex-Presidenta Dilma está impactando em cheio o nosso País, a nossa economia nos dias de hoje.

Tudo isso levou a uma inadimplência enorme. De acordo com os números da ABIMAQ, 65% das empresas não estão conseguindo a Certidão Negativa de Débito, porque que estão devendo impostos, em especial os impostos federais. Com isso, os Estados estão colocando as empresas na Serasa, protestando, mas isso não é a solução.

O que nós levamos hoje para o Presidente Michel Temer, que estava acompanhado do Diretor da Receita Federal, Jorge Rachid, uma grande pessoa, que representa esse quadro de extrema importância na nossa Receita Federal, foi a demonstração de que o Governo precisa e deve imediatamente fazer um REFIS, um programa de renegociação de dívidas com a sociedade brasileira.

Essas pessoas, essas empresas precisam renegociar as dívidas para que possam ter seu nome limpo, o CNPJ de suas empresas limpo, e ter crédito em um banco estatal como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, além de poderem respirar, viver e gerar empregos, pois são mais de 12 milhões os desempregados.

Esse é um tema que eu levei para o Ministro da Fazenda, na época do Governo da Presidenta Dilma, mas ele simplesmente não pensava, não olhava, não tinha sensibilidade nenhuma.

Nós entramos este ano de 2016 mostrando a situação cada vez pior das nossas empresas. Não tenho dúvida nenhuma de que o Presidente Michel Temer, juntamente com o Ministro Henrique Meirelles, com seu grupo de Ministros, com nossos servidores da Receita Federal, vai encontrar uma solução, e nós haveremos de dar esse presente para a sociedade brasileira antes do Natal.

É muito importante que haja uma renegociação de dívidas. Espero que nosso Presidente, junto com toda essa equipe que está pensando o Brasil, faça isso. Caso contrário, o que pode acontecer é essas empresas quebrarem de vez. Se isso ocorrer, a Receita Federal não vai receber, e eles não vão poder pagar, muito menos gerar os empregos necessários.

O Presidente Michel Temer é uma pessoa comprometida com o País. Nós já votamos aqui medidas importantes, como o teto de gastos, para buscar credibilidade junto aos investidores internacionais e nacionais. Nós já estamos conseguindo fazer com que a esperança retorne ao nosso País, mas temos que acenar com medidas importantes. E essas medidas importantes nós já votamos aqui na Câmara; o Senado, a partir do dia 13, vai votar a PEC 55, que é a PEC do controle de gastos, para não gastarmos aquilo que não temos.

Além disso, os Ministros estão economizando, gastando somente o necessário, cortando o supérfluo. Com isso, já está sobrando dinheiro para pagar as contas que a ex-Presidente Dilma deixou, que não eram pagas desde 2014. Nosso Governo está pagando. É muita dívida que está sendo paga, mas está sendo paga, Deputado Hildo Rocha. Isso é muito importante.

O Governo Michel Temer é um Governo que vai até 2018. O Presidente Michel Temer já deixou bem claro que ele não é candidato a nada. Pelo contrário, o objetivo dele é salvar o nosso País; o objetivo dele é fazer com que nosso povo - nossos aposentados, aqueles que irão se aposentar, nossos servidores públicos - tenha a certeza de que amanhã, no ano que vem, daqui a 8 anos, daqui a 10 anos, vai poder receber sua aposentadoria, vai poder olhar para os filhos e netos e dizer que o Brasil tem futuro, porque o Brasil está nos eixos.

Então este é o propósito do Presidente Michel Temer: fazer com que a imagem do Brasil, a segurança jurídica e a segurança política sejam recuperadas.

Por isso nós estamos fazendo de tudo, votando, apoiando e fazendo com que as reformas necessárias para o País aconteçam. A reforma da Previdência está vindo para esta Casa.

Eu quero deixar bem claro para a sociedade brasileira isto: quando vocês ouvirem um petista, uma pessoa do PCdoB, uma pessoa do PSOL, esses que trabalharam no Governo Dilma falar mal, pensem que quem deixou o Brasil nesta situação de desemprego, de dívida, com um déficit de 179 bilhões, foram eles. Eles deixaram o País nessa

situação.

E agora nós, a sociedade brasileira toda, precisamos recuperar este nosso País, recuperar a credibilidade.

Hoje, se nós formos olhar para o nosso lado, para o nosso círculo de amizade, para os nossos amigos, vamos ver que a população está envelhecendo, graças a Deus, está vivendo mais. Mas o número de aposentados é cada vez maior.

Então nós vamos ter que achar, sim, uma solução para a reforma da Previdência, para a Previdência Social, para que quem está aposentado e quem vai se aposentar possa receber com tranquilidade, e não aconteça o mesmo que está acontecendo no meu Estado, o Rio Grande do Sul, que o PT de Tarso Genro deixou quebrado.

Lá hoje é preciso parcelar o salário em até dez vezes, porque não há dinheiro, porque a Presidente Dilma deixou o País quebrado.

Não! Uma pessoa aposentada, um servidor público, daqui a 8, 10, 12, 20 anos tem que chegar e receber diretamente no caixa. Não pode acontecer como aconteceu com a Grécia, com diversos países europeus. É para isso que nós estamos trabalhando.

Eu quero deixar bem claro, o Presidente Michel Temer já deixou bem claro para nós segunda-feira, quando apresentou a reforma da Previdência: nós vamos debater, sim, à exaustão; nós vamos conversar, vamos conversar com a imprensa, vamos debate esse projeto.

Esse projeto vai ser votado quando estiver maduro, quando a sociedade entender bem qual é a situação do nosso País. É isso que nós vamos fazer, todos os partidos, todas as bancadas.

É bom que todos saibam, o ideal seria que os partidos que trabalharam no Governo da Presidente Dilma, que deram sustentação para a Presidente Dilma, tivessem grandeza, porque no ano passado, em 2015, o Ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, esteve aqui durante 6 horas e disse tudo isso que nós estamos dizendo hoje, mas de forma mais intensa: que a Previdência estava falida, estava quebrada.

Hoje os Deputados Federais do PT, os Deputados Estaduais, os militantes do PT dizem que não, que está tudo bem. É assim mesmo que o PT faz. Eles fazem um papel muito bom de Oposição, mas

quando foram Governo deixaram nosso País na situação em que está.

Povo do nosso País, em especial povo do Rio Grande do Sul, povo da minha cidade de Caxias do Sul, da serra gaúcha, a reforma da Previdência será debatida, conversada, dialogada; vamos estar à disposição da imprensa; cada detalhe será esmiuçado, e vamos procurar juntos fazer uma reforma da Previdência para que todos saiam ganhando e ninguém saia perdendo.

Eu gostaria agora, Deputado Hildo Rocha, pelos 5 minutos do meu período de breves comunicações, de valorizar e parabenizar a Rede Globo de Televisão. Todos nós estamos assistindo a uma campanha que vai ao ar em horário nobre que se chama Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo. Essa campanha da Rede Globo, essa campanha pública institucional gratuita, começou em maio e vai até junho de 2018. Essa campanha já falou sobre os temas: frango, café, milho, arroz, laranja e flores.

Essa propaganda mostra o homem do campo à sociedade brasileira; mostra a importância dos produtos agrícolas e das coisas do campo para a sociedade brasileira. Os produtos agrícolas estão inseridos no dia a dia de todo cidadão urbano. Procuramos também sempre citar quantos empregos aquela atividade agrícola gera e o quanto ela movimentada na economia. É uma propaganda que vai ao ar no horário nobre. E todo brasileiro, olhando aquela propaganda, sente orgulho dos nossos agricultores e dos nossos empresários agrícolas.

Nos últimos 15 dias, começou a passar a matéria sobre as videiras, mostrando os parreirais, os nossos vinhos, os espumantes, o suco de uva e o quanto de empregos são gerados nesse setor e a importância do turismo nacional em volta do setor da uva. É uma propaganda muito bonita! É uma propaganda que valoriza os nossos produtos, os nossos parreirais, a qualidade dos nossos vinhos, dos nossos espumantes, do nosso suco de uva, em especial agora que nós estamos chegando ao final do ano, ao Natal, época de festas.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que essa propaganda Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo é motivo de orgulho para o nosso homem do campo e o nosso produtor.

E eu, como sou da região de Caxias do Sul, da serra gaúcha, e Presidente da Frente Parlamentar de Defesa e Valorização da Produção Nacional de Uvas, Vinhos, Espumantes e Derivados, quero parabenizar toda a equipe da Rede Globo, em especial o Sr. Luiz Marcelo Chaves, um dos Diretores, e o Sr. Paulo Tonet, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Grupo Globo, pelos 16

assuntos ressaltando a nossa agricultura. São 45 inserções, a cada 15 dias, de cada produto. Já foi falado sobre o azeite de dendê, a produção de madeira, o plantio de algodão, a produção de flores, a produção de arroz e de soja. É disso que nós precisamos.

Por intermédio dos meios de comunicação, seja o programa *Globo Repórter*, da Globo, seja o *Domingo Espetacular*, da Record, mostram o que nós produzimos no campo, valorizando gente que trabalha, gente que merece respeito, gente que tem que ser valorizada, gente que precisa estar no campo para produzir alimentos para abastecer as mesas da população urbana, para exportar, para trazer divisas.

Então, os meios de comunicação, as rádios, as tevês, *Bandeirantes*, *Record*, *SBT*, têm um papel importante. E aqui eu falo em especial à Rede Globo: parabéns por essa propaganda institucional gratuita! O povo do campo e do agronegócio agradece muito.

Sr. Presidente, Deputado Hildo Rocha, vamos olhar para a frente, vamos deixar de pessimismo, vamos trabalhar, porque todos nós queremos o melhor para o nosso País!

E eu espero que o Presidente Michel Temer faça o REFIS, para ajudar o nosso povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 224/257

328.2.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - 08/12/2016- CD	17:15
Publ.: DCD - 09/12/2016 - 92	CARMEN ZANOTTO-PPS -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Reflexão sobre os



avanços da Câmara dos Deputados na legislação sobre garantia de cumprimento dos direitos humanos. Realização, pela Casa, de sessão solene para entrega do Prêmio Brasil Mais Inclusão a instituições em defesa das pessoas com deficiência. Necessidade de definição de limite de horário para sessões deliberativas no plenário. Importância do debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que dispõe sobre seguridade social e estabelece regras de transição.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Deputado Hildo Rocha, que preside os trabalhos no dia de hoje, Sras. e Srs. Parlamentares e comunidade que nos acompanha, eu ocupo este breve espaço de tempo para deixar registrado e pedir para ser dado como lido o meu pronunciamento com relação ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, no próximo sábado.

A partir desse dia, quero fazer uma reflexão sobre aquilo em que nós conseguimos avançar na Casa, o contraponto com a legislação brasileira e a garantia efetiva do cumprimento dos direitos humanos.

Nós tivemos no plenário da Casa, nesta semana, a aprovação do projeto de lei da migração, que, acima de tudo, acima da criminalização do tráfico de pessoas, traz também a questão humanitária daqueles que precisam vir para o Brasil e dos que aqui já estão morando, mas cumprindo com essa nova legislação, que, com certeza absoluta, estará em vigor em pouco tempo.

Mas nós também tivemos neste plenário, ontem, o Prêmio Brasil Mais Inclusão. E, a partir de alguns depoimentos, nobre Deputado Hildo, mesmo com todo o avanço para incluirmos a pessoa com deficiência, nós percebemos as dificuldades que existem.

Durante a solenidade de premiação das instituições, mais uma vez, eu quero registrar, em nome do Estado de Santa Catarina, de todas as nossas entidades do meu Município de Lages, da região serrana, que a Associação Serrana dos Deficientes Físicos - ASDF foi escolhida. Esse prêmio é um símbolo, porque essa é uma das instituições mais antigas que acolhe as pessoas com deficiência e busca inseri-las no mercado de trabalho. Ela oferece a formação profissionalizante e busca garantir o acesso à educação aos jovens e adultos, readaptando seus equipamentos, em especial as cadeiras de rodas. Ela objetiva motivar as pessoas com deficiência para que cada uma individualmente busque fortalecer as suas competências, a fim de que possa, inclusive, participar de competições e inserir-se no mercado de trabalho.



Ontem nós percebemos aqui no plenário e ouvimos o depoimento do Alex, mostrando a dificuldade de algumas pessoas de realizarem o ENEM.

Hoje, na audiência pública que nós tivemos na Comissão da Pessoa com Deficiência, nós tínhamos como tema *A Pessoa com Deficiência e a Violência contra a Mulher*, ou seja, as mulheres vítimas de violência com algum tipo de deficiência.

Lá nós percebemos, nos depoimentos, o quanto ainda os direitos humanos dessas pessoas não estão garantidos. Quando uma pessoa com deficiência visual faz a prova do ENEM, consegue acessar um banco da universidade e acaba desistindo de frequentar a sala de aula, porque ela não tem o acolhimento devido, ela passa a ser apenas uma ouvinte, e não mais uma aluna no curso de graduação. São pequenos exemplos que nos mostram o quanto nós precisamos avançar.

Foi uma semana de muito trabalho, tanto no plenário quanto nas Comissões. Vale ressaltar que, desde o episódio da semana passada, nós tivemos uma nova dinâmica, que foi a de trabalharmos até às 22 horas, 22h30min, com as deliberações do plenário.

Para nós, Deputados, era rotina trabalharmos durante a noite, durante a madrugada, e eu acho que o exemplo da semana passada servirá, pelo menos, para que nós tenhamos maior rigor nas deliberações aqui no plenário, Deputado Hildo Rocha, e que nós deliberemos, no máximo, em processo de votação até às 22 horas. Eu acho que, devagar, vamos construindo esse consenso.

Também, Sr. Presidente, quero dizer que chegou à Casa a PEC que trata da reforma da Previdência. É um tema árduo, complexo, que precisa e será amplamente debatido com a sociedade através das audiências públicas que nós vamos ter aqui, através das demandas que nós vamos receber. Agora, reconhecer que nós precisamos enfrentar esse tema também é fundamental.

E eu tenho dito que, se eu tiver que dar mais 2 anos ou 3 anos de trabalho, em função da alteração da legislação, não há problema nenhum, desde que eu assegure àqueles que já estão aposentados com 70, 80 anos, que o seu benefício será depositado rigorosamente, porque eu não consigo imaginar que vamos chegar a um momento em que homens e mulheres que já contribuíram na sua história com a Previdência não tenham os seus vencimentos, porque efetivamente ela está quebrada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, no próximo sábado, dia 10 de dezembro, será comemorado o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Nesses últimos dias, tivemos na Câmara dos Deputados ações que têm relação direta com a pauta dos direitos humanos. A mais recente foi a entrega do Prêmio Brasil Mais Inclusão, que tem a ver com as pessoas com deficiência, especialmente o acesso e as boas políticas públicas voltadas a esse segmento.

O Dia Internacional dos Direitos Humanos é uma data para a coletividade global lembrar que a garantia efetiva da dignidade das pessoas - a todos os povos e nações - requer vigilância contínua e participação coletiva. É uma data para reivindicarmos ações concretas de todos os Estados para o cumprimento dos compromissos assumidos com a garantia dos direitos civis, políticos, sociais e ambientais.

Neste 10 de dezembro, busquemos uma reflexão sobre o papel a ser exercido pelo Estado, pelo Ministério Público, pela família e por cada pessoa no avanço e na efetivação das garantias consolidadas pela Declaração dos Direitos Humanos.

Esta é uma oportunidade para fazermos um balanço do que os governos já concretizaram em benefício do seu povo e os desafios ainda postos, um chamado para que os países do mundo refundem o compromisso social de, por meio do ensino e da educação, promover o respeito a todos os direitos fundamentais.

Nessa conjuntura em que o Brasil tem o desafio de enfrentar um ajuste fiscal para evitar um colapso das contas públicas, nada mais oportuno do que refletirmos sobre as garantias dos direitos fundamentais como o acesso à educação e saúde, no contexto dos direitos humanos e da cidadania.

Em outras palavras, estamos diante da demanda de, por um lado, obtermos o equilíbrio orçamentário, vital ao Estado, sem com isso ceder a retrocessos.

Desde que o Dia Internacional dos Direitos Humanos foi instituído, em



1950, 2 anos após a Organização das Nações Unidas (ONU) adotar a Declaração Universal do Direitos Humanos como marco legal regulador das relações entre governos e pessoas, o que se tem procurado é destacar o longo caminho a ser percorrido na efetivação dos preceitos da declaração.

Nos 30 artigos do documento, estão descritos os direitos básicos que garantem uma vida digna para todos os habitantes do mundo (liberdade, educação, saúde, cultura, informação, alimentação e moradia adequadas, respeito e não discriminação).

A declaração é, nesse sentido, um marco normativo que serve de guia para as condutas de governos e cidadãos. Seus princípios inspiraram e estão amplamente disseminados no arcabouço legal dos mais diversos países, assim como nos inúmeros tratados internacionais que versam sobre o tema.

Obrigada.

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, o texto da reforma da Previdência Social que foi enviado para esta Casa na última terça-feira pelo Palácio do Planalto requer ampla discussão.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 287 tramitará inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois será debatida em Comissão Especial, onde será produzido um parecer sobre a matéria.

Temos ciência de que proposta, do ponto de vista da repercussão na sociedade, é polêmica, porque vai mexer na vida das pessoas, mas precisa ser enfrentada, com transparência, e ser apreciada com serenidade e profundidade, para que os danos sejam os mínimos.

Um dos trechos do texto que tem merecido discussão diz respeito ao fato de o projeto modificar as regras atuais dos trabalhadores do setor privado e funcionários públicos com até 50 anos (homens) e 45 anos (mulheres). Eles terão que atingir 65 anos de idade e ter contribuído por pelo menos 25 anos para requerer o benefício.

Obviamente, estamos ante um contexto de agravamento da crise financeira que nos leva ao temor de não podermos no futuro próximo nem arcar com os atuais benefícios.

Temos que lutar para que esse risco não se torne real. Já imaginou um

senhor de 70 ou 80 anos sem receber seu benefício porque a Previdência quebrou?

Enfim, Sr. Presidente, anseio por que esta Casa, tanto quanto o Senado Federal, faça uma importante contribuição ao País, no sentido de propiciarmos ao sistema de Previdência a melhor solução, que preserve a segurança financeira e seja justa do ponto de vista social.

Obrigada.

Documento 225/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/12/2016-13:12
Publ.: DCD 08/12/2016 - 34	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização de confraternização do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - APLB. Transcurso do 25º aniversário de criação do Núcleo Agrário do PT. Apoio a projeto de lei de interesse dos taxistas brasileiros. Congratulações ao ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, à ex-Presidente da República Dilma Rousseff e ao líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, João Pedro Stédile, pela participação nos funerais do ex-Presidente de Cuba Fidel Castro. Repúdio à proposta de reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional pelo Governo Michel Temer.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a deferência.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, na última sexta-feira, a APLB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - Porto Seguro, coordenado por Neilton da Cruz e Luciene Araújo, que

abrange os Municípios de Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Cabrália, Itagimirim, fez sua confraternização. Quero parabenizar todos e todas que são sindicalizados. A APLB - Sindicato Porto Seguro cumpre papel fundamental na valorização dessa categoria importante para a região, o Estado e o País.

Sras. e Srs. Deputados, eu quero saudar agora o Núcleo Agrário do PT. Hoje vai haver um evento para comemorar os 25 anos em que vem construindo política e interferindo na vida de todas as pessoas que vivem no meio rural. O Núcleo Agrário cumpre papel importante na pauta agrária na Câmara Federal.

Quero saudar também os taxistas de todo o Brasil, sobretudo da Bahia, do extremo sul do Estado, que estão numa luta para que se aprove uma proposta nesta Casa. Temos que aprovar pedido de urgência para amatéria. Estão em Brasília dois sindicalistas combativos, de Porto Seguro e Eunápolis, Márcio e Josué, para os quais quero deixar um abraço e dizer que estamos juntos no fortalecimento dessa categoria importante para todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa registro sobre Fidel Castro. Foram 9 dias de luto. Estiveram em Cuba o Presidente Lula, a Presidenta Dilma, João Pedro Stédile, Guilherme Boulos e Vagner Freitas, da CUT. Nesse período de 9 dias foi prestada solidariedade à toda a população cubana, sobretudo por Fidel ter feito a revolução, que teve como marco saúde e educação.

Muita gente no Brasil diz que tudo se resolve dando a todos direito à educação. Cuba fez isso. Que sirva de exemplo para todo povo. Sem dúvida alguma, todo trabalho de esquerda da América Latina foi fruto de Cuba, de Fidel, a grande liderança. Mas esse trabalho vai continuar. Fidel Castro não está mais vivo, mas sua ideia, pensamento e convicção estão no seio, no pensamento e na ideia daqueles que lutam.

Por isso, quero saudar e parabenizar o Presidente Lula, a Presidenta Dilma e João Pedro Stédile por terem ido levar a solidariedade do povo brasileiro ao povo cubano.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo da minha preocupação com a reforma da Previdência. É um absurdo o que Michel Temer, golpista, quer fazer. Para terem ideia, em média, um jovem tem a carteira assinada aos 21 anos. Com 49 anos de contribuição, ele se aposentará aos 70 anos. Então, um jovem brasileiro hoje só terá direito à aposentadoria aos 70 anos. Sem contar o trabalhador rural. Querem acabar com a aposentadoria. Quando se discute que se aposentará aos 65 anos, não

é verdade. A aposentadoria será aos 70 anos.

Isso é um absurdo! Michel Temer se aposentou com 50 anos e sua equipe dele...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Valmir Assunção.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste fim de semana, estive na cidade de Porto Seguro, no extremo sul baiano, para participar da confraternização da APLB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia Costa do Descobrimento, que organiza sindicalmente os professores. Citando as lideranças Neilton da Cruz, Euvadélis Santos e Luciene Araújo, cumprimento o conjunto dos professores de Porto Seguro, Guaratinga, Itabela, Itagimirim e Santa Cruz de Cabrália, que compõem uma categoria fundamental para toda a população da região, sendo bastante combativo na defesa de seus direitos e do direito à educação.

Nesse sentido, é preciso lembrar que, há 7 anos, dois professores da rede municipal de ensino de Porto Seguro, Álvaro Henrique e Elisney Pereira, foram brutalmente assassinados. O Prof. Álvaro, com 28 anos, era pai de uma criança de 2 anos na época e tinha tomado posse como Presidente do Sindicato de Educação de Porto Seguro - APLB e foi uma liderança na luta por uma escola pública de qualidade. Na época, Álvaro denunciava irregularidades do uso do FUNDEB pela Prefeitura de Porto Seguro.

Não é a primeira vez que venho a esta tribuna falar sobre esse crime brutal. Quando aconteceu o assassinato, a categoria estava em greve. Os relatos dizem que o Prof. Álvaro recebeu uma ligação de sua mãe que, forçada pelos criminosos, disse ao professor que estava passando mal. Álvaro Henrique convidou o Prof. Elisney para seguirem juntos até o sítio, onde residida, quando foram recebidos a bala, sem chances de defesa.

O Ministério Público, após meses de investigação, denunciou o então Secretário Edésio Lima, apontando-o como mandante do crime, além de dois policiais militares que faziam a segurança do ex-Prefeito, e

foram apontados como os aliciadores.

Durante esse período, testemunhas do crime também foram assassinadas. O motorista do ex-Secretário Edésio foi um deles. Ele estava com os dois PMs na hora do ocorrido com os professores. Além dele, um dos executores foi assassinado e uma testemunha foi baleada com 12 tiros. Enquanto isso, os acusados estão livres, aguardando julgamento a ser realizado por júri popular.

A morosidade da Justiça em julgar esse caso já está no nível do absurdo. A luta da APLB é constante no sentido de pressionar que esse julgamento ocorra o mais rápido. Mas é preciso uma resposta urgente do Poder Judiciário da Bahia.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios da Casa.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste domingo, o grande líder Fidel Castro foi sepultado no cemitério Santa Ifigênia, na cidade de Santiago de Cuba. Foram 9 dias de luto de toda a população cubana, que demonstrou ao longo destes dias o carinho e o respeito à pessoa que revolucionou a sociedade cubana, respeito também dirigido por diversas lideranças brasileiras, tais como os Presidentes Lula e Dilma Rousseff, além de líderes de movimentos sociais importantes, tais como João Pedro Stédile, Guilherme Boulos e Vagner Freitas.

Somente os ignorantes são capazes de não respeitar Fidel Castro. Após derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista, com a ajuda de jovens e militantes sociais, Castro foi um dos responsáveis pelo nível de dignidade, educação e saúde, sustentáculo da sociedade cubana.

Dados da Organização das Nações Unidas mostram que, antes da Revolução Cubana, a maior parte das terras daquele país estava em poder dos estadunidenses, cujo pagamento era irrisório, por uma jornada de trabalho de 12 horas diárias.

Antes da revolução cubana, mais da metade da população morava de forma precária, além de ter 43% de analfabetos e 47% de crianças que não frequentavam a escola.

Segundo os dados do Banco Mundial, Cuba possui uma população de 11,3 milhões de habitantes (2015); PIB de US\$ 226 bilhões (preços

constantes 2011/2013); PIB per capita de US\$ 19.950,25 (2013). Só esses dados mostram que, apesar do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos por mais de 50 anos, Cuba ainda está à frente de muitos países vizinhos, tais como Costa Rica, Guatemala e Panamá, podendo ser equiparada a países europeus.

Cuba pode se orgulhar de feitos em que nós mesmos brasileiros não conseguimos avançar, e, com o avanço de medidas que retiram direitos, tendemos a retroceder. Em Cuba, nenhuma criança está fora da escola. Em Cuba, a taxa de analfabetismo é zero. Na América Latina e no Caribe, apenas Cuba atingiu os seis objetivos de educação no período 2000/2015 estabelecidos pela UNESCO.

Em Cuba, o sistema de saúde é referência mundial, inclusive com a cessão de médicos e médicas para o trabalho solidário em outros países e o recebimento de diversas pessoas, de tantas nacionalidades diferentes, para tratamentos no país. Uma das mais recentes conquistas foi a erradicação completa da transmissão do HIV de mãe para filho, o que demonstra o alto nível de pesquisas em saúde e produção de tratamentos que não são visibilizados pela indústria farmacêutica, e que são fundamentais.

Sim, Fidel foi um revolucionário!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que divulgue este pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil* e demais meios da Casa.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, o Governo golpista de Michel Temer envia uma proposta de emenda constitucional que visa à retirada de direitos do povo brasileiro. A reforma da Previdência, que aqui chegou como Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, é um ataque sem precedentes, que reduz o valor das aposentadorias e pensões pagas tanto no setor público quanto no setor privado, ao mesmo tempo em que aumenta o tempo em que os trabalhadores e trabalhadoras permanecem no mercado de trabalho.

Essa proposta penaliza diretamente quem possui renda mais baixa, ou seja, os mais pobres do País. A reforma muda as regras da Previdência, exigindo ao menos 25 anos de trabalho para quem quiser ter direito ao benefício.

No entanto, para o trabalhador conseguir a integralidade de sua aposentadoria, o tempo de trabalho aumenta, chegando a casos absurdos. Considerando a expectativa de vida do brasileiro medida pelo IBGE, em 2015, de 75,2 anos, há a possibilidade de a pessoa morrer sem conseguir usufruir dos seus direitos previdenciários. Basta que o início da contribuição se dê aos 27 anos de idade e que essa pessoa nunca passe por períodos de desemprego, ou de trabalho informal.

Duas categorias são especialmente afetadas. Os trabalhadores rurais, a primeira delas, teriam praticamente sua aposentadoria extinta. Temer quer que os segurados especiais sejam igualados aos mesmos critérios dos trabalhadores urbanos, com idade mínima, desconsiderando o trabalho do campo, e, na pesca, provocar o desgaste físico muito maior. Outra categoria são as mulheres, cuja jornada de trabalho ampliada em relação aos homens é completamente desconsiderada pelo núcleo duro golpista.

Obviamente, essa proposta não atinge seus formuladores. Tanto Temer quanto Padilha, da Casa Civil, são aposentados desde os 55 e 53 anos, respectivamente. E certamente não foi pelo trabalho desenvolvido, mas por privilégios adquiridos: o primeiro por ser ex-Procurador do Estado de São Paulo, e goza de "direitos", e o segundo na condição de ex-Deputado Federal.

O pacote de maldades ainda se estende aos idosos e às pessoas com deficiência. Ao desvincular o Benefício de Prestação Continuada - BPC do salário mínimo, ao elevar a idade exigida ao acesso a esse benefício para 70 anos, Temer quer impor as pessoas ao trabalho por mais tempo ainda. O BPC garante o pagamento mensal de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência com renda familiar inferior a 25% do salário mínimo.

Pelo visto, a boa tirada das redes sociais, de que será necessária a certidão de óbito para a aposentadoria, não será apenas uma piada, mas realidade. O nosso trabalho de denúncia e pressão contra o trator que Temer quer passar por cima de direitos fundamentais será permanente. O PT, as centrais sindicais e os principais movimentos sociais do País já se manifestaram contrários a essa proposta, que fere princípios básicos conquistados na Constituição brasileira. Temer, mais uma vez, joga nas costas do povo a manutenção de privilégios de setores elitistas do País.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios da Casa.

Muito obrigado.

Documento 226/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	07/12/2016-13:00
Publ.: DCD 08/12/2016 - 31	ZÉ GERALDO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Críticas ao teor da proposta de reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional pelo Governo do Presidente da República, Michel Temer. Manchete publicada pelo jornal Folha de S.Paulo, sob o título "Com Temer, tucanos e famosos, Moro recebe prêmio e defende Judiciário", como demonstração de amizade entre o Juiz Sérgio Moro e políticos tucanos acusados de corrupção.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também acho que o País precisa de uma reforma da Previdência, mas essa reforma da Previdência que o Henrique Meirelles e o Michel Temer estão mandando para cá, depois de tanto debate de caixa dois, infelizmente, essa reforma é um caixa dois. Com essa reforma, o Governo quer tomar o dinheiro dos trabalhadores para fazer superávit para o capital especulativo.

Para se ter uma ideia, o cidadão que deixar de contribuir por 50 anos e colocar o dinheiro na poupança vai ter uma aposentadoria de 10 mil reais por mês, quando ele precisar se aposentar. Imagine: se um cidadão contribuir 50 anos com um salário mínimo, ele vai receber um salário mínimo.

Façam as contas, Sras. e Srs. Deputados. Isso dá mais de 1 milhão de reais com a contribuição e o juro da contribuição. Então, é um absurdo. Assim como Collor...

(Desligamento automático do microfone.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, "*Com Temer, tucanos e famosos, Moro recebe prêmio e defende Judiciário*". Não, não sou eu quem diz isso. Trata-se de uma manchete da *Folha de S.Paulo*. A manchete, que vem ilustrada de dezenas de fotos e que nos explicita a cumplicidade e o amor de Sérgio Moro com o maior delatado do País, Aécio Neves, nos causa nojo e repugna seguidos de náuseas.

O enrosco público se deu durante cerimônia, promovida pela revista *IstoÉ*, no Citibank Hall, na riquíssima Zona Sul de São Paulo, onde Moro e Aécio permaneceram no palco durante todo o evento, um ao lado do outro, aos cochichos secretos e risos de visível cumplicidade.

Não podemos esquecer que, a menos de 48 horas deste escandaloso *love affaire*, o Juiz Sérgio Moro já havia se derretido de elogios a um Deputado desta Casa delatado pelo empresário Giovanni Guizardi de ter recebido dinheiro da fraude da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, investigada pela Operação Rêmoda.

Na época, o Juiz disse que não tratava de preferência partidária, já que o único Deputado elogiado era do PSDB. Bom! Muito bom! E quanto às denúncias contra o Deputado, Juiz? É uma lógica estranha desse Juiz que diz combater a corrupção. Sai de Curitiba para inaugurar um *site* de transparência e elogia um político delatado e acusado de roubar recursos da educação! Não podemos esquecer também que o evento foi pomposo e caro.

Aliás, como tudo que vem do PSDB, é bem tardia essa iniciativa de "Portal da Transparência" do Governo Tucano de Mato Grosso, exatos 12 anos após a iniciativa inédita do Presidente Lula que criou o premiadíssimo Portal Nacional da Transparência. Não acham?

Então é isso. Voltemos ao amor de Sérgio Moro pelos tucanos. Enquanto persegue Lula sem provas e mesmo diante de todas, absolutamente todas as testemunhas de acusação, que o inocentam, Moro escarnece todos os brasileiros com seus corruptos de estimação.

Para ele não importa que Aécio seja apontado como responsável por um mensalão em Furnas, como beneficiário de esquemas no Banco Rural, como "o mais chato" cobrador de propinas de uma empreiteira e que recebeu 3% de propina nas obras da Cidade Administrativa, em

Belo Horizonte. O que importa é que são amigos e se amam.

Para Sérgio Moro não importa também que o outro tucano delatado de Mato Grosso tenha desviado dinheiro da educação. Interessa apenas que o Deputado amigo foi o único do Estado a votar a favor dos abusos do Judiciário, contra a lei que propõe penas a juiz e membros do Ministério Público corruptos ou que praticam crimes de responsabilidade.

Como veem, Sérgio Moro tem suas preferências, preferências partidárias, de amizade e de interesses de corpo!

Vamos à luta!

Documento 227/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/12/2016-12:58
Publ.: DCD 08/12/2016 - 31	- ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Críticas ao teor da proposta de reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa proposta de reforma da Previdência é o começo do fim desse Governo. Um Governo que tem popularidade tão baixa, ao fazer uma proposta dessas, prova sua total insensibilidade e sua total irresponsabilidade. É uma coisa inacreditável!

A pessoa vai ter que trabalhar 49 anos e ter 65 anos de idade; é a fórmula 115. É um absurdo que essa seja a proposta. A pessoa vai se aposentar com 51% e depois com 1% a cada ano a mais de trabalho. É uma coisa que não dá para acreditar. O benefício assistencial, que se dá aos 65 anos, vai para os 70 anos, e o tempo de contribuição mínima de 15 anos vai para 25 anos.

Ora, não estou entendendo qual a conta que eles querem fazer. Querem acabar com a aposentadoria? Acabem, assumam a sua responsabilidade, porque, do contrário, a situação - repito - é o começo do fim desse Governo, e que vá para o inferno!

Documento 228/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	07/12/2016-12:44
Publ.: DCD 08/12/2016 - 28	- JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reiteração de pedido ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, de envio ao Congresso Nacional de proposição de interesse dos auditores do Trabalho. Estabelecimento de crise institucional no Brasil a partir do ilegítimo impeachment da então Presidente da República, Dilma Rousseff. Repúdio à proposta do Governo Federal de reforma da Previdência.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu também queria reiterar a necessidade de se atender a este projeto dos auditores-fiscais do trabalho. Faço coro ao pedido. Espero que Eliseu Padilha mande logo o projeto, antes que ele deixe de ser Ministro, porque ele não vai demorar muito como Ministro, ele vai cair, é o próximo a cair do Governo golpista.

Então, temos que pedir. Por favor, Ministro Padilha, mande logo o projeto dos auditores-fiscais do trabalho, como foi solicitado pelos colegas que me antecederam, antes que V.Exa. seja afastado, defenestrado do Ministério golpista, do Ministério corrupto.

Nós estamos vivendo, realmente, uma grave crise institucional, como o



Deputado Henrique Fontana aqui expôs, mas nós temos que entender que é como se tivessem aberto a caixa de Pandora. Aí os demônios todos estão soltos. Temos que entender que, quando se rasga a Constituição Federal, Sr. Presidente, para tirar uma presidente eleita com 54 milhões de votos, uma presidente honesta, sem nenhum crime, rasgar as outras leis passa a ser algo banal; ultrapassar a fronteira da legalidade passa ser rotina.

Então, o juiz acha que pode, a qualquer dia, chamar a polícia e dizer "*Mande buscar, condução coercitiva!*" a alguém que não foi sequer convidado ou citado a depor. O Ministro acha que pode forçar a barra, e até o Presidente golpista acha que pode forçar a barra do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para atender a interesses patrimoniais privados de um Ministro.

Qualquer um está fazendo o que quer e bem entende. Por quê? Porque acabou a confiança na lei, acabou a confiança nas instituições, estamos vivendo a estratégia de terra arrasada. Depois, Deputada Benedita, que tiraram a Presidenta Dilma, tentaram conter o golpe, e o golpe não pode mais ser contido.

Não vão conseguir, Sr. Presidente, pagar a conta. Neste plenário, assumiram o compromisso de blindar dezenas de Deputados contra as acusações de corrupção. Muitos Deputados votaram para tirar a Presidenta Dilma, acreditando que eles iam pagar a conta. Não vão conseguir pagar essa conta, porque a população brasileira não vai permitir.

Muitos Parlamentares votaram para tirar a Presidenta Dilma porque sinalizaram com interesses financeiros. Mas isso está difícil, porque esse Governo golpista não consegue conter o desastre da economia que eles praticaram para criar um clima de desequilíbrio institucional para tirar a Presidenta Dilma.

E, agora - queria até saudar os companheiros que estão em Brasília, na Marcha em Defesa do Sistema Único de Saúde -, querem destruir as políticas sociais. A PEC 241 - no Senado, PEC 55 - quer transformar o Brasil num país com uma oferta de investimentos sociais menor do que a dos países mais pobres da África, do que a dos países mais pobres do mundo. É o que eles querem fazer.

Para isso, precisam destruir a Previdência, que consome a maior parte dos recursos que hoje vão para as áreas sociais. Por isso nós vamos combatê-los! Não vamos permitir que destruam a Previdência pública.

Querem proibir o trabalhador de se aposentar. O projeto chega à

aberração de dizer que a pessoa tem que começar a trabalhar e contribuir aos 16 anos de idade, se quiser se aposentar aos 65 anos. Os brasileiros têm que começar a trabalhar aos 16 anos de idade, Sr. Presidente! Que absurdo! O projeto acaba com a diferença entre homens e mulheres quanto ao tempo mínimo de contribuição para aposentadoria. Destroí a capacidade do trabalhador de se aposentar. E os golpistas, inclusive o Presidente, estão todos aposentados, mamando na teta da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado.

Documento 229/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/12/2016-12:34
Publ.: DCD 08/12/2016 - 27	- POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de emenda à Constituição relativa à reforma da Previdência, apresentada pelo Poder Executivo Federal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Carlos Manato. Eu venho à tribuna, Presidente, para desde logo firmar minha posição aqui, ainda que de maneira preliminar, mas de forma muito incisiva, fazendo um contraponto à PEC que trata da reforma da Previdência.

Nós sabemos, sim, que há déficit na Previdência. Isso é o que o Brasil diz, o que os economistas falam, o que os Ministros afirmam, o que a Direção da Previdência Social, do INSS, alardeia aos quatro cantos. É claro que há déficit, sabe por quê? Porque de tudo o que é arrecadado em favor da Previdência Social do País, 30% - anotem! - são separados, apartados e levados para a DRU - Desvinculação das Receitas da União, uma lei que autoriza o Executivo a pegar 30% dos valores da Previdência e separar para pagar juro, juro do juro, da mãe do juro, do pai do juro, do avô do juro, do juro do juro.

É claro que não fecha a conta. É que nem coberta curta: tem para a cabeça? É claro que tem, mas vai faltar para os pés. Eu quero tapar os

pés, falta para a cabeça. Ou seja, há dinheiro para a Previdência; há, sim. É arrecadado, é pago mês a mês, ano a ano; só que uma parte o Governo tira. O Governo tira do cidadão, da cidadania, do aposentado, do aposentando. Então, essa conta nunca vai fechar. Só que não podem enganar os bobos, não podem mentir, não venham mentir para o tio, não.

Nós precisamos esclarecer isso de forma muito objetiva. Não dá para aceitar que o aposentado receba a sua aposentadoria na hora da morte. Quando estiver indo para o cemitério, vem o agente, e não é o agente funerário, mas o agente do INSS, e diz: "*Segure o morto, que a aposentadoria chegou!*". Isso é um absurdo! Isso é um absurdo, é inaceitável!

Então nós temos que combater, porque existe alternativa, há saída, pois sabemos que entram pela porta da frente milhões pagos pelo contribuinte e pela porta dos fundos o Governo tira 30% e, vamos dizer assim, com a aprovação desta Casa. Esta Casa autoriza tirar os 30% do INSS, da Previdência Social, da saúde, da educação, autoriza tirar 30%, e o Governo realmente tira esses 30%.

Eu dizia, quando foi votada aqui essa matéria: "*Vai faltar! Vai vir a reforma da Previdência! Vão dizer que não têm dinheiro!*". É claro que eles não têm dinheiro, porque tiraram na mão grande, pela porta dos fundos, os 30%. Devolvam os 30% que o cidadão paga e coloquem no caixa da Previdência, que vão ver que a Previdência estará equilibrada.

Além disso, ainda que fosse assim, se o Governo quisesse fazer alguns ajustes, algumas correções, eu diria que poderia fazê-lo de forma parcimoniosa, equilibrada. É aquela história: se o paciente está doente, dá o remédio, vai lá, receita-o. Agora, se tu deres um coquetel de remédio ao paciente, o remédio vai virar veneno, porque a diferença do remédio e do veneno é a dose. Um remédio em altas doses é veneno, e um veneno em pequenas doses pode ser remédio. O Governo está envenenando o cidadão, o aposentado, o trabalhador, e isso não dá para aceitar. Por isso manifestamos a nossa contrariedade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



08/12/2016 - 26

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Afronta aos interesses dos trabalhadores brasileiros em proposta do Governo Michel Temer de reforma da Previdência.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero-me dirigir especialmente aos trabalhadores do Brasil.

No dia de ontem, o Governo ilegítimo, golpista, de Michel Temer, apresentou ao Brasil a reforma da Previdência. Como já anunciávamos, trata-se de um duro golpe contra os direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro, de uma forma geral, especialmente dos trabalhadores.

Pasmem, senhoras e senhores que acompanham a *TV Câmara*, a *Rádio Câmara*: a proposta da previdência apresentada pelo Governo golpista de Michel Temer dá fim à aposentadoria!

Digo isso porque, para um trabalhador perceber a aposentadoria integral, será necessária a contribuição por 49 anos. Podem acreditar. Para que um trabalhador passe a perceber salários integrais com a sua aposentadoria, serão necessários 49 anos de contribuição!

Portanto, um golpe mortal, uma flecha certa no coração dos trabalhadores brasileiros.

Como já havíamos anunciado antecipadamente, houve o estabelecimento de uma idade mínima de 65 anos, para homens e para mulheres. É bom destacar, especialmente, que, ao aumentar a idade mínima de aposentadoria para as mulheres, desconhecem ou procuram desconhecer a jornada dupla realizada pelas mulheres brasileiras. A mulher vai ter que trabalhar mais 10 anos para poder se aposentar, segundo as novas regras estabelecidas pela reforma da Previdência do Governo Michel Temer.

Nós já havíamos chamado atenção para aqueles que, nas eleições recentes, apostaram nos candidatos do PMDB, do DEM e do PSDB, que são apoiadores do Governo Michel Temer e, por consequência, dessa proposta esdrúxula, dessa proposta de emenda à Constituição

que, repito, golpeia de morte os direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro.

Por exemplo, Deputado Manato, os trabalhadores rurais, que hoje se aposentam com 55 anos, se mulher, ou com 60 anos, se homem, terão também que obedecer à regra da idade mínima de 65 anos. Ressalto que os trabalhadores rurais geralmente iniciam sua jornada de trabalho muito cedo, alguns com 15 ou 16 anos, e que, para receberem seus proventos na integralidade, terão que contribuir por 49 anos ao Instituto Nacional do Seguro Social.

Além disso, há uma previsão na proposta de emenda à Constituição de que os trabalhadores também terão que fazer o recolhimento para a formação do fundo de Previdência Social.

Portanto, haveremos de debater com mais detalhe e com minúcia essa proposta de emenda à Constituição, essa reforma da Previdência, que, sem dúvida nenhuma, como já anunciávamos, representa uma afronta direta e mortal aos interesses dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado.

Documento 231/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	07/12/2016-13:22
Publ.: DCD 08/12/2016 - 37	MAJOR OLIMPIO-SD -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação com a não contemplação de reivindicações dos policiais e bombeiros militares pelo Governo Federal na Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre a seguridade social e o estabelecimento de regras de transição. Anúncio de mobilização nacional em defesa de alterações na matéria relativas aos policiais e bombeiros militares.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, população que nos acompanha pela TV e Internet, nós tivemos o encaminhamento para esta Casa da PEC 287, da Reforma da Previdência, que é a PEC do extermínio dos servidores



públicos brasileiros.

Durante décadas, safados, criminosos de toda ordem e governos se apropriaram, desviaram, tungaram o dinheiro da Previdência, e agora o Governo quer que os servidores paguem a conta novamente.

Relativamente, de forma especial, aos policiais militares e aos bombeiros militares, houve um compromisso até do Governo Federal, do Presidente Temer, de que teriam o mesmo tratamento que os militares das Forças Armadas no momento do encaminhamento do projeto. Depois se disse que foram os técnicos que fizeram isso. Mas nem o Presidente da República consegue ser atendido, porque o projeto veio arrebatando de todas as formas e colocando os militares do Estado numa vala comum.

Vejam que houve a mobilização. Nós chegamos a dizer em plenário: *"Vamos para a desmilitarização! Vamos para a paralisação, para a greve!"* Houve mobilização de todos os setores. O Deputado Subtenente Gonzaga e o Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais, Coronel Bianchini, entraram em contato permanente com o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, que levou ao Presidente o desespero da falta de compromisso.

Segundo o Ministro Raul Jungmann, o Presidente ficou indignado e mandou refazer no momento o projeto. Ora, ficou indignado, mas o que veio para a Câmara ontem, às 21h31min, só tirou os 65 anos. Acaba com a paridade, com a integralidade dos vencimentos, com a pensão das viúvas.

Obrigado por nada, Presidente! Continua a falta de palavra empenhada, a falta de compromisso. Nós vamos ficar numa mobilização permanente. No dia 14, policiais militares e bombeiros militares de todo o País, entidades representativas e o Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros estarão aqui, lotando a Câmara dos Deputados. Estou pedindo apoio ao Coronel Bianchini, Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes, e a todas as entidades, como a Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME), a Associação Nacional de Praças (ANASPRA), a Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares (ANERMB) e a Associação dos Militares Estaduais do Brasil (AMEBrasil), porque nós não vamos aceitar essa situação, de forma nenhuma.

Nós estamos arrebatados. Para se ter uma ideia, até o policial que for ferido em serviço e se tornar inválido permanentemente não vai receber a integralidade do salário, não. Vai receber a média das

contribuições. Às viúvas de policiais - até as de policiais que tiverem morrido com 21 ou 22 anos de serviço - está-se dizendo que, se elas não tiverem 44 anos de idade, estará tungado o seu salário.

Se é para fazer isso, vamos para a pancadaria! Nós vamos para a luta! Quero deixar absolutamente claro que nós vamos ter a maior mobilização da família policial dos Estados.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Major Olímpio. V.Exa. está coberto de razão.

Documento 232/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/12/2016-13:08
Publ.: DCD 08/12/2016 - 33	CAPITÃO AUGUSTO-PR -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Governo Michel Temer e ao Deputado Alceu Moreira, Relator da proposta de emenda à Constituição relativa à reforma da Previdência, de atenção a reivindicações dos policiais e bombeiros militares quanto ao tema.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde ontem nós estamos acompanhando atentamente a PEC que trata da reforma previdenciária, uma preocupação imensa dos policiais militares e bombeiros militares do Brasil.

Não podemos admitir que estabeleçam para nós os mesmos deveres

sem os mesmos direitos. Pedimos ao Relator, Deputado Alceu Moreira, às lideranças, ao Governo que entendam a situação dos policiais e bombeiros militares.

As Forças Armadas já ficaram de fora, os policiais militares e os bombeiros militares também. Até agradecemos a sensibilidade do Governo, que retirou praticamente tudo, ficaram apenas alguns itens. Mas quero deixar bem claro aqui que não se trata de nenhum tipo de privilégio.

Hoje os militares não têm direito a filiação partidária, a sindicalização, direito de greve; nós não temos inúmeros direitos. Trabalhamos com a periculosidade, com a insalubridade; nem sequer temos direito à gratificação por trabalho noturno. E não é justo querer agora o mesmo tratamento, os mesmos deveres, sem dar os mesmos direitos para os militares estaduais.

Então nós estamos aqui nesta reunião constante, nos bastidores, com as Lideranças, com o Governo. Temos hoje à tarde mais uma reunião para sensibilizarmos, para retirarmos os últimos dois itens que faltam, que prejudicam tanto a classe dos militares.

Nós pedimos aqui também aos Deputados que tenham essa sensibilidade e essa visão. Os militares têm um tratamento diferenciado, até mesmo na questão da jornada de trabalho. Enquanto todos os servidores públicos trabalham no máximo 164 horas, segundo a Constituição Federal, os militares nem sequer têm limite de jornada de trabalho, chegando a trabalhar mais de 250 horas por mês, além de tantas outras adversidades que nós temos.

Por isso nós pedimos realmente que, neste momento, também nós tenhamos um tratamento diferenciado. Não é justo nos fazerem imposições agora e nos colocarem na vala comum, sendo que as demais associações, as demais categorias têm uma série de direitos que nós, militares, bombeiros militares, policiais militares, não temos. Pedimos realmente que o Governo tenha essa sensibilidade, retire esses últimos itens que faltam.

Na realidade, nós queríamos até que fôssemos equiparados, que fosse dado o mesmo tratamento que está sendo dado para as Forças Armadas. Não existe militar tipo um, militar tipo dois. Nós somos militares, sujeitos ao mesmo Código Penal Militar, ao mesmo Código de Processo Penal Militar. Temos as mesmas restrições à filiação partidária, a direito de greve, a direito de sindicalização. Não podemos nada disso, assim como o pessoal das Forças Armadas também não tem esse direito. Então, se temos os mesmos deveres, as mesmas

restrições, não há por que não termos os mesmos direitos das Forças Armadas.

Fica aqui o pedido para o nosso Presidente Michel Temer, para Raul Jungmann, para o nosso Relator Alceu Moreira e para os demais Deputados: que também coloquem os policiais militares nessa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado. Eu agradeço a V.Exa.

Documento 233/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/12/2016-13:06
Publ.: DCD 08/12/2016 - 33	DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa de ocorrência de protestos populares em face do teor de reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional pelo Governo do Presidente da República, Michel Temer.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui mais uma vez para gritar sobre a violência neste País, vendo que a violência desta vez partiu do Palácio do Planalto, porque essa PEC que mandaram para a reforma da Previdência realmente é um dos maiores crimes contra o trabalhador brasileiro, em todos os sentidos, em todas as ramificações.

Desde que eu me conheço como gente, eles mexem na Previdência, e vão mexendo. O Governo militar mexeu na Previdência em 1964, para consertá-la; depois mexeram na Previdência em 1973, em 1977, em

1986, com o Governo Sarney, em 1998, com Fernando Henrique Cardoso; mexeram na Previdência com Lula, com Dilma e agora com Temer. Não faz nem 1 ano que mexeram na Previdência e já estão mexendo de novo.

Por que o problema só está na Previdência? É simples: eles vão lá, metem a mão no dinheiro do trabalhador que pagou a contribuição, deixam um buraco no caixa, não têm como pagar a aposentadoria, segundo eles, porque eu acho que têm, e põem a culpa no trabalhador.

Realmente, o povo brasileiro está sofrendo diariamente a violência nas ruas, com mortos em números maiores do que em situações de guerra. O povo é roubado diariamente, com a violência, e assaltado também pelo poder público com altos impostos, 6 meses de impostos, com retorno zero, educação zero, segurança zero, previdência zero, tudo zero. No entanto, a cobrança é imensa.

Com isso, o povo vai sofrendo, vai sofrendo. Quero ver quem vai segurar essa massa. Ninguém vai segurar essa massa revoltada na hora em que o povo vier para a rua brigar realmente, pois, pelo que estou vendo, essa reforma vai trazer o povo para a rua, e vai ficar difícil segurar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 234/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/12/2016-13:02
Publ.: DCD 08/12/2016 - 32	HEITOR SCHUCH-PSB -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre a reforma previdenciária.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, eu também quero aqui fazer a minha manifestação sobre a PEC 287, de 2016, que versa sobre a reforma da Previdência.

Antes, preciso dizer aqui que no ano passado, neste mesmo plenário, foram apreciadas as Medidas Provisórias nºs 664 e 665, que já começaram a ceifar os direitos dos trabalhadores. Reafirmo aqui que votei contra essas medidas, porque eu achava que eram injustas e inoportunas e faziam com que as pessoas que trabalham e contribuem fossem colocadas de lado de forma desumana.

Agora, nós estamos vendo essa guerra de números, "*porque a Previdência está quebrando*", "*porque os rurais estão quebrando a Previdência*". Mentira! Os rurais não estão quebrando a Previdência coisa nenhuma. Quem quebra a Previdência são os supersalários e os proventos de aposentadoria precoce, recebidos por pessoas que se aposentaram aos quarenta e poucos anos de idade e que recebem um salário muito bom. Estes é que, na verdade, estão causando esse desequilíbrio.

E quero ir mais longe. Agora, o Governo vem com essa proposta de que o trabalhador rural, o agricultor familiar precisa se aposentar não mais aos 60 anos ou 65 anos de idade, homem ou mulher respectivamente, como diz a Constituição de 1988, mas sim aos 65 anos de idade.

Ora, na agricultura tem gente que começa a trabalhar com 10, 12, 13, 14 anos de idade, produzindo, gerando emprego, gerando renda, contribuindo para produzir o pão nosso de cada dia e para alimentar o povo brasileiro. Inclusive, há agricultor com 60 anos de idade que já tem 50 anos de contribuição, de trabalho efetivo.

Portanto, quero manifestar aqui, desde logo, a minha contrariedade com relação a essa PEC. Vou trabalhar muito, diuturnamente, para que a maioria dos Parlamentares seja contra essas injustiças, que recaem em especial sobre os companheiros integrantes da minha categoria, da agricultura familiar.

Aumentar a idade em 10 anos para mulher e em 5 anos para homem, aumentar de 15 anos para 25 anos o período de contribuição e de comprovação da atividade é o Governo esquecer que vai haver muita

gente que, em vez de começar a contribuir aos 15 anos, vai começar a contribuir a partir dos 40 anos. Quem perderá seremos todos nós, e o Governo vai diminuir a sua receita também.

Como o trabalhador rural do Nordeste, por exemplo, que fica 3 anos sem chuvas, poderá fazer sua contribuição individual? Como terá condições de um dia comprovar sua atividade, comprovar sua contribuição e se aposentar?

Portanto, concluo, Sr. Presidente, de forma muito rápida, muito sucinta, dizendo que me envergonho de ver uma PEC dessas sendo produzida por um governo que está aí para harmonizar o País, para construir políticas públicas, porém está colocando porta afora da Previdência aquilo que é mais sagrado, que é o direito de o cidadão contribuir, a partir da sua produção, e um dia chegar com dignidade à velhice.

Eu quero dizer aqui, com total e absoluta tranquilidade, que, se houver um voto neste plenário contrário a essa PEC, esse voto será o meu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 235/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	07/12/2016-12:54
Publ.: DCD 08/12/2016 - 30	LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de requerimento de realização de convite ao Secretário de Previdência do

Ministério da Fazenda, Marcelo Abi-Ramia Caetano, de comparecimento ao órgão para esclarecimentos sobre a nova reforma previdenciária. Críticas à proposta de reforma previdenciária do Governo Michel Temer.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, nós aprovamos a vinda do Secretário de Previdência para discutir essa famigerada reforma da Previdência.

Geralmente, quando o Governo manda uma proposta polêmica dessas, o faz com muitas gorduras para queimar, aqueles chamados "bodes na sala", mas na verdade esse é um elefante, porque essa proposta é literalmente para acabar com as aposentadorias no Brasil, tanto de jovens quanto de mulheres, trabalhadores rurais, servidores públicos. É um verdadeiro absurdo essa proposta encaminhada por um governo que está com baixa popularidade, com uma economia absolutamente capenga, num momento de fraqueza institucional, tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo e do Judiciário.

Portanto, temos que debater exaustivamente essa proposta de reforma da Previdência, porque quem vai pagar a conta é o povo brasileiro se passar da forma como está.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 236/257

323.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/12/2016-12:48
Publ.: DCD 08/12/2016 - 29	ALCEU MOREIRA-PMDB -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de debate aprofundado da proposta de reforma previdenciária, do Governo Federal, para aprimoramento do texto.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós assumimos a relatoria que analisa

a admissibilidade da reforma da Previdência. Portanto, não vamos fazer um debate de mérito neste momento aqui no Parlamento. Se aprovada a admissibilidade, haverá, na Comissão Especial e, então, no plenário, a oportunidade de fazermos um debate muito rico sobre esse processo.

Há dois princípios básicos da administração pública que têm que ser levados em consideração. O primeiro é o princípio do possível. O possível, às vezes, não é justo, e o justo, às vezes, não é possível. No nosso caso, é rigorosamente isso que acontece.

Referir-se a todas as outras coisas como se nós tivéssemos que deixar um país melhor para os nossos filhos e netos e achar que a Previdência só serve para nós, que os nossos netos não precisam receber nada, não é verdade. Essa é uma conta de chegada, não é nem uma questão ideológica. Ou a Previdência arrecada mais e gasta menos, ou ela quebra.

É possível fazer um debate rico sobre isso? Claro que sim. Uma série de atenuantes podem ser feitas, e nós as faremos, com absoluta certeza, mas a população vai perceber que, ao final e ao cabo, há uma conta matemática que estabelece o que é possível. O debate, com a criatividade e a força dos Parlamentares e assessorias desta Casa, vai nos permitir fazer um texto que seja construído de forma justa e possível. É isso o que eu espero.

Portanto, aqueles afoitos, que querem fazer a crítica para se divulgar como mocinhos nesse processo, percebam o seguinte: a continuar como está, com qualquer governo, de esquerda ou de direita, brilhante ou não, não haverá dinheiro para aposentar nossos filhos e netos. Se é isso que queremos, podemos aprovar qualquer coisa. Se nós queremos um projeto que fique em pé, que equilibre a situação e dê direito ao futuro a todos nós, aí temos que aprovar o projeto que nós vamos produzir nesta Casa com equilíbrio e serenidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu é que agradeço.

Documento 237/257

323.2.55.O

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 07/12/2016-12:28

Publ.: DCD
08/12/2016 - 26

MARCOS REATEGUI-PSD -AP

Sumário

Necessidade de observação da periculosidade da atividade dos policiais federais no bojo de proposta do Governo Federal para a reforma da Previdência.

O SR. MARCOS REATEGUI (PSD-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento, quero tratar de uma questão que vamos votar em breve e que está preocupando muito a Polícia Federal. Nós precisamos dar uma resposta em relação à Previdência. Nós sabemos dos problemas que enfrentamos lá. Agora, é fundamental, no tratamento dessa matéria, que nós não desigualemos os iguais e não igualemos os desiguais. Atividades como a da Polícia Federal não podem ser consideradas atividades sem periculosidade. Não podemos, por exemplo, considerar a periculosidade apenas em ações do Exército e da Polícia Militar e entender que não há periculosidade na atuação da Polícia Federal.

Portanto, eu quero deixar registrado aqui o meu total apoio ao trabalho relevantíssimo que vem fazendo a Polícia Federal e dizer que é um fato incontestável o perigo que ela corre na execução do seu trabalho, principalmente porque muitas pessoas importantes são investigadas. Eu não estou falando aqui apenas de uma espécie de crime, mas referindo-me de forma geral às quadrilhas organizadas, ao tráfico de entorpecentes, às fronteiras, a uma série de atividades que têm que ser consideradas no momento em que formos tratar dessa matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu é que agradeço, nobre Deputado.

Documento 238/257

323.2.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2016-
CD 13:32

Publ.: DCD - 08/12/2016 -
49

DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

Orientação da bancada do Governo para votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 745, de 2016, que autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do País. Incoerências na proposta de emenda à Constituição relativa à reforma da Previdência.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota "não".

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para dar como lido desta tribuna pronunciamento sobre os acontecimentos atuais, principalmente com referência à reforma da Previdência que está chegando aqui. Vão aparecer problemas. Acho que vai haver muita discussão. O pessoal que está nas ruas pode ficar tranquilo porque vamos ter muitas discussões pela frente. Não é preciso ficar nervoso nem xingar os Deputados, que não estão se mexendo. Fiquem tranquilos que há muita discussão pela frente ainda, há muita água para passar debaixo da ponte.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, retorno a esta tribuna para ratificar o meu posicionamento em relação à reforma da Previdência. A reforma é necessária, Sr. Presidente, mas não pode ser draconiana com os trabalhadores que necessitam entrar para o mercado de trabalho muito cedo, especialmente.

Não pode a reforma quebrar a competência de decisão em matéria previdenciária do Congresso Nacional, repassando competências às Assembleias Legislativas. A competência dos Estados deve ser sempre subsidiária nessa matéria, pois se corre o risco de voltarmos à República Velha, na carcomida política dos Governadores de 1898 a 1930, de triste memória e atraso.

Esse é apenas um dos vários pontos polêmicos dessa proposta. Sabemos que o rombo no setor é grande e crescente. Segundo o jornal *O Globo*, Excelências, os gastos saltaram de 0,3% do PIB, em 1997, para projetados 2,7%, em 2017. Este ano, o déficit do INSS chega aos R\$ 181,2 bilhões.

Mas a PEC, tal como foi apresentada, desconsiderou uma série de

fatores, especialmente sobre a questão da expectativa de vida dos brasileiros. A idade mínima de contribuição, que passa de 15 para 25 anos, e a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres, fixada em 65 anos, é absurda.

Os 65 anos representam um limite duro para um país em desenvolvimento, onde a expectativa de vida não é das mais altas. Sem contar, Sr. Presidente, a expectativa de vida regionalizada. Brasileiros vivem mais em uma determinada região do País do que em outras, por exemplo.

E quem se aposentasse nesses termos, receberia 76% da média dos salários de contribuição, acrescidos de um ponto percentual para cada ano de contribuição. Para o teto estipulado, homens e mulheres teriam de trabalhar 49 anos. Ora, Sr. Presidente, isso é um contrassenso, levando em consideração, justamente, a expectativa de vida dos brasileiros! No Brasil, os homens vivem até 71 anos, em média.

Para terem ideia, Excelências, em países com expectativa de vida altas, como Alemanha e França, é possível chegar aos 100% da média de contribuições em 43 anos. E quem fica fora do mercado informal? Eu lhes pergunto. Muitos dos brasileiros que começam a trabalhar cedo ficam, em algum momento, sem contribuir em determinado período.

Outro fator que considero incoerente nessa proposta, Sr. Presidente, é a ausência dos militares. Eles correspondem a 45% do rombo da previdência dos servidores da União. Por que ficaram de fora? Só no ano passado, o déficit previdenciário total, incluindo militares aposentados e pensionistas, chegou a R\$ 72,5 bilhões. Fala-se em criar uma nova lei para a categoria posteriormente. Sabe-se lá, quando! Há muito *lobby*.

Portanto, Sr. Presidente, não contem comigo para votar uma proposta nesses moldes.

É o que eu tenho a dizer.

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional pela Presidência da República. Anúncio de apresentação de emendas à proposta.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui falar sobre a reforma da Previdência. É uma tragédia a reforma da Previdência, tanto para os trabalhadores que têm carteira assinada, principalmente os trabalhadores urbanos, como também para as trabalhadoras e os trabalhadores da zona rural.

Hoje, para se aposentar, basta ter a contribuição no modelo de produtor, e o agricultor desconta 2,5% em cima da sua produção, em cima da venda. Agora, passa para 65 anos, e o tempo mínimo de contribuição aumenta de 15 anos para 25 anos. Quem vai pagar a conta são os nossos agricultores, que ainda resistem em permanecer na agricultura familiar.

O Governo tem que retirar a reforma da Previdência. As pessoas aposentarem-se somando o tempo de trabalho com a idade dá 114. Isso é inviável! Quarenta e nove anos de contribuição, 65 anos de idade.

Vou apresentar emendas, retirando essas questões da reforma da Previdência.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a reforma da Previdência que o Presidente sem voto Michel Temer e seus aliados enviaram ao Congresso nesta semana deve ter grande impacto na vida dos trabalhadores.

Aumento na idade para 65 anos para todos (sejam homens ou mulheres) e 49 anos de tempo de contribuição para poder acessar a aposentadoria de forma integral é uma aberração! Assim como igualar

as aposentadorias dos trabalhadores do meio rural (homens e mulheres) também para 65 anos e tempo mínimo de contribuição aumentando de 15 anos para 25 anos. Sem falar que as pensões por morte serão cortadas para 50% do salário dos esposos e esposas falecidas. Enquanto isso, a pensão no caso de militares será mantida.

Entendemos que cortar benefícios dos trabalhadores não é a única forma de sanar as contas da Previdência. É possível aumentar a arrecadação simplesmente aplicando a lei em vigor. A Constituição estabelece três fontes de contribuições para a previdência: os trabalhadores, as empresas e o Governo.

É possível aumentar as entradas ao sanar os ralos por onde o dinheiro da Previdência Social escapa. Entre eles, a dívida das empresas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que aumenta ano a ano sem que o Governo consiga recuperá-la, e as isenções fiscais às empresas, mantidas com o dinheiro da previdência.

Recuperar dívidas com o INSS: 10,3 bilhões de reais.

Quase 700 mil empresas devem 301,9 bilhões de reais à Previdência Social, o suficiente para pagar mais de duas vezes o chamado déficit da Previdência. Apesar do grande número de devedores, a maior parte da dívida está concentrada em poucos deles: os 10 maiores concentram mais de um terço desse valor, segundo dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Acabar com isenções fiscais: 55 bilhões de reais.

Além das empresas que sonégam as contribuições à Previdência Social, há outras que sequer precisam pagar o Governo. Com o argumento de que isso aquece o mercado de trabalho, o Governo Federal concede descontos no pagamento do INSS pelos empregadores desde 2011. A estimativa para 2016 é de que esses benefícios retirem 25 bilhões de reais da Previdência Social.

Formalizar trabalhadores: 47 bilhões de reais.

Os 18,5 milhões de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no Brasil são 18,5 milhões de contribuintes a menos para a Previdência Social, já que recebem o seu salário informalmente.

Comunicar acidentes e doenças: 8,8 bilhões de reais.

Mais de 300 mil trabalhadores são afastados dos seus empregos todos os anos por causa de acidentes ou doenças adquiridas no local de

trabalho. Apesar de as empresas causarem esses problemas, são os cofres da Previdência Social que pagam os 8,8 bilhões de reais anuais em auxílios a esses doentes e acidentados.

As empresas deveriam pagar por esses auxílios quando elas não seguirem padrões de segurança e higiene determinados pelo Governo. Já o INSS tem o dever de pedir esse dinheiro de volta às empresas na Justiça, mas não age com o empenho necessário para recuperar esse dinheiro.

Usar outras fontes para pagar a dívida pública: 63 bilhões de reais.

Culpada constantemente pelos problemas do orçamento de todo o Governo, a dívida pública também leva sua parte do Orçamento da Previdência Social. Para pagá-la em 2015, o Governo retirou 63 bilhões de reais da conta da seguridade social, uma rubrica que inclui, além da Previdência Social, o Sistema Único de Saúde (SUS), o Bolsa Família e outras políticas.

Trata-se, portanto, de passar a conta da má gestão da Previdência aos trabalhadores. A Previdência Social foi uma luta e uma conquista dos trabalhadores, e, se for aprovada, essa reforma será mais um retrocesso proposto por esse Governo. É mais uma das facetas do golpe.

Documento 240/257

323.2.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -07/12/2016-
CD 13:32

Publ.: DCD - 08/12/2016 - 60 - SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária, do Governo Federal.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Temer conseguiu, com a proposta da reforma da Previdência, algo quase inédito: unir o conjunto dos trabalhadores deste Brasil,

servidores públicos, militares, trabalhadores rurais, que serão efetivamente os prejudicados com essa proposta.

Ontem, nós denunciávamos aqui aquilo que se fez com os militares. Agora, queremos denunciar aquilo que se fez com os trabalhadores rurais. Todos que conhecem a realidade dos trabalhadores rurais, que têm direito à aposentadoria rural, sabem que eles terão que efetivamente viver e trabalhar na roça por 60 anos. Eles têm de obrigatoriamente trabalhar 60 anos na roça, um trabalho braçal, para fazer jus ao recebimento da aposentadoria integral.

Essas pessoas, clara e objetivamente, começam a trabalhar ainda na infância ou na adolescência por razões óbvias, mas a legislação não lhes permite ter a carteira assinada. Isso quer dizer que elas estão condenadas, sim, ao trabalho braçal durante a vida toda.

Sr. Presidente, não é razoável, não é justo, nem como política pública de fixação desse homem no campo, aquele que produz 70% dos alimentos da população brasileira, na agricultura familiar, só poder se aposentar aos 65 anos.

Todos nós sabemos que a maioria absoluta desses trabalhadores vive da produção de subsistência, sem renda regular, o que não lhes permite fazer a contribuição mensal.

Documento 241/257

323.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2016- CD	13:32
Publ.: DCD - 08/12/2016 - 118	SILVIO COSTA-PTDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Indignação com aprovação da Medida Provisória nº 745, de 2016. Ausência de legitimidade do Presidente da República, Michel Temer, para apresentação de proposta de reforma previdenciária. Proposta de realização de plebiscito sobre reforma da Previdência Social.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ia falar antes do término da votação para ver se eu conseguia mudar alguns votos, modéstia à parte, mas V.Exa. encerrou a votação.

Deputado Orlando, eu estou indignado com o que acabamos de aprovar aqui. Sabe o que acabamos de aprovar? Nós impedimos o Brasil de fabricar a sua moeda. Acreditem: nós proibimos o Brasil de fabricar a sua moeda. Este Governo de Michel Temer vai mandar fabricar moeda no exterior, porque acho que, assim, o dinheiro já fica lá.

Ora, Judas traiu Jesus por trinta moedas. Este Governo está traindo o Brasil eu não sei por quantas moedas. Isso é um absurdo!

Mas eu não quero falar aqui sobre moeda, não, porque estou indignado. É o seguinte: eu vim falar sobre a reforma da Previdência.

Michel Temer, como cidadão e como Presidente, não tem legitimidade para propor a reforma da Previdência. Como cidadão, ele se aposentou aos 55 anos e ganha 30 mil reais por mês dos cofres públicos. Se Michel Temer quisesse se legitimar para propor a reforma, no mínimo, ele deveria dizer o seguinte: *"Eu vou reduzir a minha aposentadoria à metade e devolver pelo menos 10 anos do que eu recebi a mais"*, já que ele quer os 65 anos. Como cidadão ele não tem legitimidade. Como Presidente da República, menos ainda, porque o seu Governo realmente não dialoga com as ruas.

Olhem, quem está falando aqui, modéstia à parte, é um Deputado que foi o Relator do FUNPRESP. Qualquer brasileiro ou brasileira que tiver o mínimo de responsabilidade pública, o mínimo de compromisso com o País, vota a favor da reforma da Previdência. Entretanto, há que se considerar a falta de legitimidade deste Governo, que manda para cá uma reforma tímida, que não resolve o problema da Previdência, como por exemplo, as Forças Armadas.

As Forças Armadas, Deputado Alceu Moreira, geram um déficit na Previdência de 35 bilhões/ano. O Governo não teve coragem de incluir as Forças Armadas.

A Constituição de 1988 criou a aposentadoria rural, de forma justa, mas se esqueceu de dizer quem ia pagar a conta. Quando é agora, o Michel Temer está sugerindo que o trabalhador rural pague a Previdência. Na verdade, a aposentadoria rural sempre foi, a meu ver, uma política de inclusão social.

Essa reforma de Michel Temer não vai resolver o problema. E sabe por

que não vai resolver? Eles estão dizendo que vão economizar 680 bilhões em 10 anos. Acontece que o déficit é de 130 bilhões por ano. Estou propondo - e vou descer da tribuna - um plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para encerrar, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA - Vou encerrar, em que pese a pressa do Relator.

Proponho um plebiscito para que o povo do Brasil diga se quer ou não a reforma da Previdência. Preciso recolher 171 assinaturas, para nós votarmos e realizarmos esse plebiscito no dia 30 de abril de 2017.

Nós precisamos escutar o povo do Brasil sobre a reforma da Previdência. Está falando aqui um Deputado que é a favor da reforma. Entretanto, este Governo não tem legitimidade para tratar de um assunto tão relevante para o futuro do Brasil.

Documento 242/257

325.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/12/2016- CD	17:52
Publ.: DCD - 08/12/2016 - 165	SILVIO COSTA-PTDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Ilegitimidade do Governo Michel Temer para a realização da reforma da Previdência Social. Defesa da realização de plebiscito sobre o tema.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Se Michel Temer tivesse legitimidade para fazer a reforma...

Por isto eu propus a realização de um plebiscito: não pode essa jovem se aposentar. Por isso está quebrada a Previdência Social.

Michel não tem legitimidade para fazer a reforma. Por isso eu estou propondo a realização de um plebiscito. Agora vai quebrar.

Ela tem 53 anos de idade e vai se aposentar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - É a primeira baixa decorrente da ameaça da reforma da Previdência.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Muito bem, Deputado Esperidião. É Michel Temer que está colocando para fora os servidores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Toda reforma da Previdência gera esse tipo de decisão. Não há saída, até porque leva tempo aprovar uma emenda constitucional.

Documento 243/257

325.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	07/12/2016-17:58
Publ.: DCD 08/12/2016 - 166	LAERTE BESSA-PR -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crítica ao Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, pelo não recebimento de comitiva de Deputados e policiais civis, federais e rodoviários federais. Defesa da manutenção da aposentadoria especial para os policiais.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parece que o Ministro da Justiça, o Sr. Alexandre de Moraes, não está em consonância com o Governo Federal, com a Presidência da República.

Nós estivemos lá no Ministério às 14 horas. Éramos em torno de 12 Deputados da Frente Parlamentar da Segurança Pública. Fomos conversar com o Ministro a respeito da aposentadoria especial dos policiais do nosso País. Deram-nos a notícia de que ele não estava presente, mas na verdade estava presente, e não recebeu os Parlamentares. Não estávamos sozinhos. Estávamos com representantes de todas as categorias, da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, e queríamos tratar da aposentadoria especial.

Entendemos que a aposentadoria especial é sagrada. O policial tem

uma expectativa de 20 anos a 47 anos de vida, principalmente quando está na frente de trabalho. Nós não podemos aceitar que a idade mínima para que se aposentem passe para 65 anos. Um policial que usa bengala ou muleta não pode trabalhar. Nós não podemos aceitar isso.

Queremos que o Palácio do Planalto reverta essa situação. O Ministro da Justiça parece não se interessar em cuidar do assunto.

Espero que o próximo Presidente da República nos receba, Sr. Presidente.

Documento 244/257

325.2.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/12/2016-18:00
Publ.: DCD 08/12/2016 - 166	LINCOLN PORTELA-PRB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação, pelo orador e por outros Deputados da Casa, ao Líder do Governo, Deputado Andre Moura, de demandas das polícias brasileiras, para inclusão na proposta de reforma da Previdência Social encaminhada pelo Governo Federal.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estivemos há pouco com o Líder do Governo, que acabou nos recebendo. O Deputado Laerte Bessa, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Deputado João Campos, o Deputado Fernando Francischini, o Deputado Fausto Pinato e eu estivemos na Liderança do Governo. O Líder do Governo, Deputado Andre Moura, tratou-nos muito bem, com dignidade, e entendeu o recado das polícias do Brasil.

Todas as polícias do Brasil se juntaram porque querem o mesmo tratamento que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar tiveram, justamente. É óbvio que é mais do que justo. Injusto é deixar o restante das polícias brasileiras fora do acordo feito, sendo que se poderiam incluir todas as polícias.

O Líder Andre Moura levará ao Sr. Presidente da República as

demandas. Esperamos que haja uma solução, porque amanhã será apreciada a admissibilidade da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nós gostaríamos que o projeto seguisse normalmente, com as polícias - é claro - sendo atendidas da maneira com devem ser.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 245/257

325.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2016- CD	18:00
Publ.: DCD - 08/12/2016 - 174	ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade a dispositivos da proposta de emenda à Constituição relativa à reforma da Previdência Social. Necessidade de aprofundamento do debate sobre a matéria pela Câmara dos Deputados. Contestação do estado dito deficitário da Previdência Social e da Seguridade Social.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, logicamente, não é a matéria do momento, mas o momento político é da reforma da Previdência.

Há grandes insatisfações. Na verdade, todos estão preocupados. Há algumas coisas absurdas. Para ter direito à aposentaria integral, a pessoa terá que ter 49 anos de contribuição e 65 anos de idade. Isso é uma coisa inexecutável! O benefício será inicialmente de 51%, adicionado 1% a cada ano de atividade.

O trabalhador rural, que se aposentaria aos 60 anos de idade, também se aposentará aos 65 anos de idade. A idade para a concessão do benefício assistencial, que era de 65 anos ou mais, passa para 70 anos. E o benefício é menor do que o salário mínimo. Essas coisas são extremamente absurdas.

Esta Casa, na hora em que se debruçar sobre a matéria, certamente vai querer tomar uma atitude descontrolada, desacertada e desajustada. Quem entende da matéria como eu? Não acredito naquilo

que li.

Portanto, eu queria deixar claro que há necessidade...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Conclua, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria que todos tivessem a oportunidade de, neste final de semana, ler a proposta na íntegra, inclusive a versão 2 - já há uma nova versão -, que tirou os policiais militares e os bombeiros militares daquela regra geral em que tinham sido colocados anteriormente. Então, peço a todos que leiam a proposta com calma e com cautela.

A possibilidade de acumulação de aposentadoria e pensão está excluída, não existe mais. Mesmo que ambos fossem contribuintes, marido e mulher, um deles ficará com a aposentadoria ou com a pensão. Foi uma conquista histórica da Constituinte de 1988. Portanto, isso é extremamente preocupante.

Lembro inclusive que, em relação à DRU, foi aprovada recentemente pelo Congresso Nacional a permissão ao Governo de retirar da Seguridade Social, este ano, 120 bilhões de reais, e, durante todo o período da DRU, até 2023, 1 trilhão de reais. Portanto, a Previdência Social e a Seguridade Social não estão quebradas. Fazem esse jogo simplesmente para prejudicar os trabalhadores brasileiros.

Estaremos aqui para repugnar e repudiar todas as colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 246/257

325.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2016- CD	18:00
Publ.: DCD - 08/12/2016 - 175	MAJOR OLIMPIO-SD -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



Associação a protesto do Deputado Laerte Bessa contra a não concessão de audiência a Parlamentares pelo Ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre Moraes, para debate da situação de policiais e bombeiros militares em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, acerca da Seguridade Social e do estabelecimento de regras de transição. Manifestação de solidariedade aos servidores públicos brasileiros, especialmente aos profissionais da segurança pública.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, é óbvia a importância da discussão da reforma da Previdência Social.

Eu quero ser solidário à manifestação do Deputado Laerte Bessa. Não foram sequer recebidos outros Parlamentares, como o Deputado Fernando Francischini, para serem ouvidos, pelo Ministro da Justiça.

E sabe por quê, Deputado Bessa? Porque eles não têm argumentação sobre o que estão fazendo na Proposta de Emenda à Constituição nº 287, principalmente em relação às forças policiais.

Eu quero falar sobre essa tese de propaganda nazista de que uma mentira deve ser contada mil vezes para que se torne verdade. Os policiais militares e os bombeiros militares continuam a ser arrebatados no momento em que se acaba com a paridade, em que se acaba com a pensão das viúvas, inclusive de mortos em serviço. Não se mexeu em absolutamente nada, muito embora houvesse o compromisso do Presidente da República de que a reforma da Previdência para os militares estaduais ficaria junto com a reforma dos militares federais. Nada disso aconteceu!

Então, Srs. Parlamentares, mesmo que digam a V.Exas. que retiraram os policiais e os bombeiros militares, saibam que não retiraram coisa alguma. Simplesmente foi tirada a regra dos 65 anos de idade e remetida para os Governadores a regulamentação. E eles vão para a mesma pancada dos 65 anos de idade.

Manifesto a minha solidariedade a todos os servidores públicos do País, em especial às forças policiais. Nós estaremos mais do que juntos para mostrar que o servidor público não vai pagar duas vezes a mesma conta dos desvios causados por má administração e por corrupção.

325.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2016- CD	18:00
Publ.: DCD - 08/12/2016 - 180	LAERTE BESSA-PR -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Presidente da República de retirada dos profissionais da segurança pública do bojo da proposta de reforma da Previdência.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu só queria dizer a V.Exa. que muito já foi falado sobre a isonomia entre as polícias. Nós já discutimos muito sobre essa matéria aqui.

Quando se fala em polícia, aqui no plenário, nós estamos falando em Polícia Civil, em Polícia Militar, em Polícia Federal e em Polícia Rodoviária Federal.

Portanto, eu quero mandar um recado para o Presidente da República: não são apenas a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros que ele tem que retirar do pacote da Previdência. A expectativa de vida de um policial é de 54 anos. E, quando eu falo em policial, estou falando da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Como é que nós vamos trabalhar até os 65 anos, Sr. Presidente?

Portanto, este é o recado para o nosso Presidente da República, porque, quando nós falamos em polícia, temos que falar das quatro polícias.

E eu quero pedir o apoio da bancada da segurança pública, para que possamos nos fortalecer, porque a missão do policial é árdua. Nós não podemos tratar o policial como um cidadão comum. O policial não tem condições de trabalhar até os 65 anos. A expectativa de vida de um policial é de 54 anos. Como é que ele vai trabalhar até os 65 anos, Sr. Presidente?

Então, eu peço ao Presidente - e sabemos que S.Exa. já foi Secretário de Segurança Pública de São Paulo - que tenha bom senso, que retire da proposta a segurança pública e não acabe com ela, como está

sendo cogitado nesse projeto de maldades com a Previdência.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 248/257

325.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2016- CD	18:00
Publ.: DCD - 08/12/2016 - 182	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade à votação da medida provisória em apreciação. Questionamento da credibilidade e imparcialidade do Juiz Federal Sergio Moro diante da divulgação de fotografias do magistrado com o Senador Aécio Neves em evento. Repúdio à proposta de emenda à Constituição relativa à reforma da Previdência, apresentada pelo Governo Michel Temer.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, em primeiro lugar, quero apenas registrar claramente uma posição: essa medida provisória atravessou, numa afronta absoluta, o trabalho que vem sendo desenvolvido por esta Casa, através de uma Comissão Especial que analisa a reforma do ensino médio.

Obviamente nós não queremos votar essa matéria, porque ela afronta não apenas a Casa, mas também os milhares de estudantes que hoje ocupam mais de 1.200 escolas neste País.

Mas é importante trazer para este plenário uma discussão política sobre o momento que vivemos. O momento é de crise política, é de crise institucional sim. As pessoas que foram para as ruas no domingo, para as manifestações que fracassaram retumbantemente diante das expectativas, colocaram este Congresso no centro das manifestações e levantaram cartazes para o Juiz Sérgio Moro.

Vejam esta foto, meus amigos, que hoje ocupou a cena de todos os jornais e das redes sociais. (*Mostra fotografia.*) Quem tira a credibilidade do Poder Judiciário não é este Parlamento, mas, sim, o

comportamento de alguns juízes, como o Juiz Sérgio Moro, que está nesta foto - que nós ampliamos, para mostrar a seletividade - demonstrando um comportamento vergonhoso. O magistrado foi a um evento e ficou de cochicho, de piada, de abraços, cheio de graça, bebendo junto com o Sr. Senador Aécio Neves, que já faz parte de seis delações. Esse não é comportamento de um magistrado isento. Talvez isso explique a seletividade de suas ações; talvez isso explique porque ninguém do PSDB até agora foi preso; talvez isso explique que não haja isenção da magistratura brasileira.

Esta foto hoje está em todos os jornais de grande circulação no Brasil. Ela foi *top* no Twitter e em todas as redes sociais. As pessoas estão se sentindo envergonhadas diante do comportamento do Juiz Moro.

Neste momento é importante que cobremos de um magistrado, como o Juiz Moro - ele diz que comanda a principal operação de limpeza deste País -, comportamento altivo, isento, não seletivo. Primeiro, ele precisa ter postura de magistrado para poder falar com autoridade o que pensa falar.

Portanto, nós queremos cobrar desse magistrado postura de juiz, postura isenta, o que ele não demonstrou ao ter esse comportamento público com uma liderança que foi candidato a Presidente pelo PSDB.

Nesse processo é importante dizer que nós estamos de fato em um momento delicado, que a reafirmação do Parlamento brasileiro é a reafirmação da democracia, que a reafirmação de um poder eleito é a reafirmação da democracia.

Com todos os limites e defeitos que há, eu mesma considero que este Parlamento violou a Constituição quando votou o *impeachment*. Este Parlamento não respeitou a Constituição quando depôs uma Presidente sem crime de responsabilidade, violou a Carta Magna deste País.

No entanto, votações que estejam dentro do arcabouço constitucional precisam ser respeitadas sob o ponto de vista da maioria. Se a maioria decide, ela tem o direito de decidir em matérias legislativas infraconstitucionais ou constitucionais que não firmam cláusulas pétreas, como a separação dos Poderes e outras que hoje defendem a República e o Estado brasileiro.

Esta Casa recebeu essa PEC da Previdência na calada da noite - essa expressão está na moda. Sras. e Srs. Deputados, ela foi protocolada às 23h58min, quase meia-noite. E quem diz que essa PEC ajuda o Brasil é porque não a leu ou não tem nenhuma relação com a

sociedade brasileira.

Essa proposta de emenda à Constituição, em uma primeira análise, demonstra claramente o tamanho da crueldade e da maldade que se quer fazer com o povo mais pobre deste País.

Essa PEC tira a diferenciação entre mulheres e homens, desrespeitando no benefício previdenciário a história de luta das mulheres brasileiras, que têm dupla jornada, tripla jornada, que também cumprem horário no trabalho. Obviamente isso lhe dá uma especificidade e um direito à aposentadoria com idade menor. Essa foi uma batalha consagrada na Constituição Federal e hoje, em uma canetada, busca-se tirar essa diferenciação.

Pretende-se elevar a idade de aposentadoria para 65 anos a todos os trabalhadores do Brasil, não só do setor privado, mas também do setor público. E o pior: ela diz que o valor do benefício do trabalhador, que começou a trabalhar cedo - neste País, começa-se a trabalhar muito cedo -, só será integral, ou seja, ele só receberá o teto se contribuir meio século. Serão necessários 50 anos de carteira assinada para se receber o valor do benefício no teto do Regime Geral, e com 65 anos de idade.

Os benefícios assistenciais mudam de 65 anos para 70 anos e são desvinculados do salário mínimo. Vão receber menos que o valor do salário mínimo aqueles que têm renda *per capita* até um quarto do salário mínimo e as pessoas com deficiência. E, mesmo na aposentadoria por invalidez por doenças graves, o benefício será muito menor.

Isso valerá para o trabalhador rural, para o professor, que fica em pé na sala de aula e que tem hoje direito à aposentadoria com 25 anos de contribuição. Valerá também para aqueles que hoje precisam se aposentar antes de adoecerem. Agora só haverá aposentadoria especial depois que ficarem doentes, e assim mesmo com um valor de benefício abaixo do que hoje receberiam contribuindo sobre o teto.

Essa proposta reduz o valor da pensão por morte à metade - à metade! Essa proposta de emenda à Constituição é de uma crueldade, de uma perversidade inimaginável!

Nós não podemos aprovar uma proposta de emenda à Constituição nesse tom. Até a reversão urbano-rural, rural-urbano não pode mais ser somada. Não se pode somar o tempo de contribuição do trabalho urbano com o do trabalho rural. E os trabalhadores rurais também passam a mudar a sua forma de contribuição, que era sobre a

produção e agora não é mais.

Então, a proposta de emenda à Constituição é para fazer economia em um regime de Previdência que é superavitário! Eu posso afirmar isto a V.Exas.: o regime de seguridade social hoje é um sistema de proteção superavitário.

Não há déficit no Regime Geral de Previdência Social para termos uma PEC de tamanha crueldade, que é contra o povo trabalhador da cidade, do campo, contra os inválidos; é contra os que têm doença grave; é contra aqueles que estão expostos a agentes nocivos; é contra as mulheres e a construção de um sistema de proteção social que fizemos e que hoje é exemplo para o mundo. Além disso, há as repercussões sobre os servidores públicos, que não vamos ter tempo de analisar agora, mas teremos tempo de debater isso no transcórre do processo de análise e de votação.

Apenas quero denunciar o que este Governo ilegítimo quer fazer com a Previdência Social brasileira. É a inexistência da possibilidade de uma aposentadoria com probabilidade de sobrevivência e com qualidade de vida.

Portanto, é uma vergonha o que se faz aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente

Documento 249/257

325.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2016- CD	18:00
Publ.: DCD - 08/12/2016 - 206	ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas à reforma previdenciária proposta pelo Governo Federal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos discutindo a questão educacional, e eu queria chamar a

atenção para um detalhe que está passando despercebido: a reforma da Previdência acaba com a aposentadoria diferenciada dos professores. Ninguém se deu conta disto: estão acabando com o tempo de aposentadoria do professor. Que estímulo o professor vai ter a partir de agora com essa proposta da reforma da Previdência? Quero chamar a atenção de todas as pessoas para isso, porque parece que ninguém percebeu.

Estamos discutindo o principal, que é essa questão educacional, mas a reforma da Previdência desestimula, aniquila todo o sonho do magistério. E ninguém está se dando conta dessa história.

Quero que V.Exas. prestem atenção. Na reforma da Previdência, vejam o tratamento que está sendo dado aos professores, que, durante tanto tempo, tiveram tanta dificuldade. E quanta luta! Eu e a Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo sempre reclamamos dos governos que criaram adicionais para professores ativos a fim de que os aposentados não os recebam. Trata-se com pouco caso os professores. Assim, é importante chamar a atenção para isto: nós precisamos cuidar dos professores na reforma da Previdência.

É fácil vir reclamar pelos policiais, uma vez que estão em grande número e são pessoas que estão mais expostas à atividade que exercem. E os professores, de que forma os trataremos? É preciso que tenhamos cuidado com isso.

E já que toquei no assunto, a reforma da Previdência não é ruim só para os professores, não. Qualquer trabalhador, na proposta de reforma da Previdência, para ter direito ao benefício integral, vai ter que trabalhar 50 anos - são 50 anos de atividade, não são 50 anos de idade, não! A idade vai ter que ser 65 anos. Que absurdo é esse!

E acabou a diferença entre homens e mulheres. Onde está a dupla jornada - às vezes, tripla jornada - da mulher? Esta é a maneira com que o Governo quer tratar as mulheres do nosso País, jogando-as na vala comum. E o pretexto, qual é? "*Ah, a mulher vive mais*". Ainda bem que a mulher vive mais! Que todos vivamos mais! Esse é o nosso maior objetivo. Não se pode querer punir a mulher porque vive mais. Ela vive mais porque trabalha mais; vive mais porque tem dupla jornada; vive mais porque, além de aguentar o homem, aguenta seus filhos todos. Na verdade, estamos tratando a mulher de maneira rala, reles, e isso não pode continuar acontecendo.

Veio uma grande grita quando a primeira versão da reforma chegou a esta Casa e se viu que ela não contemplava os policiais e bombeiros



militares. Foi uma grita geral. O Governo já mandou a segunda versão. Quem não viu pode ver, a versão já é outra, não é mais aquela, Deputado Orlando. Na nova versão, já estão excluídos os policiais e bombeiros militares. E outros acabarão conseguindo sair também. Coitadas das professoras! Elas vão ficar ao léu, vão ficar abandonadas, se nós não acordarmos para esta realidade.

Se queremos uma reforma do ensino médio, se queremos uma melhora do ensino fundamental, se queremos uma melhora do ensino superior, nós precisamos urgentemente nos debruçar nos direitos e garantias do magistério, das professoras e dos professores, até porque a situação de cada professor é extremamente chocante, é desesperadora. Conheço várias professoras da APAMPESP - Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo que estão internadas em condição de sobrevivência praticamente mínima. É difícil falar isto, mas tenho que falar, ha casos até de abandono. É triste essa realidade.

Eu queria chamar a atenção de todos para essa questão, porque a reforma da Previdência quer, na verdade, que os segurados morram, porque fica mais barato sustentar a conta da Previdência, como se ela, Previdência, fosse culpada dos roubos da PETROBRAS, do BNDES, da ELETROBRAS, da NUCLEBRAS e dos fundos de pensão. Não é, não. É esse dinheiro que faz falta!

Lembrem-se de que esta Casa aprovou recentemente a DRU - Desvinculação de Receitas da União, que vai tirar da Seguridade Social, este ano, 120 milhões de reais! Durante todo o período de vigência da DRU, até 2023, vai retirar 1 trilhão de reais da Seguridade Social. Que Previdência quebrada é essa, que pode permitir que se retirem, este ano, 120 milhões e, ao longo da vigência da DRU, 1 trilhão de reais?

Lembrem-se de que, na PEC do teto de gastos, o Relator tinha incluído uma virgulazinha, levando a DRU até 2036. Mas nós percebemos a tempo e gritamos, e isso ficou de fora.

E o trabalhador rural, Deputado Bohn Gass, como está sendo tratado? Vai ser aposentado com 65 anos, depois de trabalhar sob sol e sob chuva. Como esperar chegar aos 65 anos para ter direito a um benefício? Vão jogá-lo numa vala comum de um canteiro qualquer.

E aquele que recebe benefício assistencial, que hoje é concedido aos 65 anos? Querem elevar a idade para 70 anos, e sem mais garantia de mínimo! Terão um aumento menor do que o do salário mínimo. Repito: terão um aumento menor do que o do salário mínimo! Estão ouvindo o



que eu estou falando? Parece que a banda de cá, sim. Mas a banda de lá está indiferente: não é nada com eles. Vão pagar o que estão fazendo.

O pior de tudo é que aquele que hoje contribui por pelo menos 15 anos - chegando o homem aos 65 anos e a mulher aos 60 anos - e tem direito a aposentadoria parcial não o terá mais. Terá que contribuir durante 25 anos, no mínimo, para ter direito a 51% do valor e a mais 1% por ano trabalhado. No máximo, receberão 76%.

A esposa daquele que faleceu, que morreu porque trabalhou demais recebe a pensão, mas, se estiver trabalhando, não vai se aposentar. Não será permitido acumular os dois benefícios. Ela vai ter que abrir mão de um ou de outro. E a pensão está sendo reduzida a 50% com essa reforma.

Essa reforma é a reforma do fim do mundo. É lamentável que tenhamos que trazer esses alertas para a Casa sobre aquilo que está acontecendo na calada da noite. Estava marcada para amanhã, na CCJC, a votação da admissibilidade, mas já há rumores por aí de que não será amanhã, será na segunda-feira.

Agora, com o Supremo Tribunal Federal salvando Renan, o Senado Federal vai fazer o resto do jogo. V.Exas. perceberam? A PEC do teto de gastos já está garantida com Renan Calheiros lá. E ele também vai garantir essa reforma quando sair desta Casa. Ele tem que pagar ao Governo pelo jogo que fez a seu favor hoje. Ele vai ter que pagar. Sabem como ele vai pagar? À custa de um desgraçado de um trabalhador, de um aposentado ou de uma pensionista, porque o Governo tem maioria folgada. Mas esses sacripantas vão aprender, vão aprender porque iremos denunciar tudo aquilo que se está fazendo com o trabalhador brasileiro.

Ora, a pessoa tem que trabalhar 50 anos. Há emprego para todo mundo? Não há! Hoje há mais de 12 milhões de desempregados, e o trabalhador desempregado não contará esse seu tempo de desempregado para a sua aposentadoria.

Salafrários! Desonestos! Pilantras! Safados! É assim que se trata um trabalhador? O cara que levanta de madrugada para pegar um "quebra-osso" da vida, chegar ao seu emprego, voltar quase no fim da noite, quando muito para dar um oi aos seus filhos, e voltar já a se preparar para o dia seguinte vai ter que trabalhar 50 anos.

Quem propôs essa reforma aposentou-se aos 55 anos, e se aposentou integralmente. Vejam se ele vai renunciar à sua aposentadoria. Vai

renunciar coisa nenhuma, mas vai impor essa situação a todos os trabalhadores.

Por isso, humildemente, peço às pessoas que têm decência e dignidade que estudem esse texto. Nós não podemos deixar essa reforma passar de jeito nenhum.

Não à reforma da Previdência! (*Palmas.*)

Documento 250/257

325.2.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2016- CD	18:00
Publ.: DCD - 08/12/2016 - 207	DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à reforma previdenciária apresentada pelo Poder Executivo.
Orientação da respectiva bancada.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR encaminha...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PR encaminha o voto "não".

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o PT? (*Pausa.*)

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, só um instante, para que eu possa fazer o encaminhamento.

Quero antes enfatizar que os policiais civis de todo o Brasil, bem como os policiais federais, trabalham à noite e às vezes 3 dias, 4 dias, 5 dias sem dormir. Não há condição de o policial correr com bengala atrás de criminoso. Não há condição de ele trabalhar até os 65 anos. Essa reforma não pode englobar a Polícia Civil. Então, tem que continuar a aposentadoria especial da Polícia Civil.

O que se está fazendo tem que ser muito bem estudado, não pode ser feito açodadamente, como se está fazendo com essa reforma da Previdência. A Polícia Civil tem que ser contemplada.

O voto do PR e da base é "não".

Documento 251/257

321.2.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	06/12/2016-14:20
Publ.: DCD - 07/12/2016 - 30	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Cumprimentos ao Presidente da República, Michel Temer, pelo encaminhamento à Câmara dos Deputados de proposta de emenda à Constituição sobre reforma previdenciária. Pesar pela decisão do Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo tribunal Federal - STF, sobre suspensão do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal, com risco de não votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente Michel Temer, que enviou a esta Casa - e teve a coragem de fazê-lo - a PEC que trata da reforma da Previdência. É fazer e fazer, mudar e mudar ou, daqui a 6 anos, não terá dinheiro para pagar aos aposentados, nem para pagar a folha de pessoal, nem para investir na saúde e na educação. Em 20 anos, todo o Orçamento será para pagar à Previdência.

Em segundo lugar, quero lamentar a atitude do Ministro Marco Aurélio, que cometeu dois pecados. O primeiro foi a intervenção em outro Poder. Não vou discutir o mérito das questões relativas ao Senador Renan Calheiros, mas esta foi uma nova intervenção no Parlamento. O Poder influenciou e foi uma decisão monocrática. Segundo pecado: o Ministro não teve a visão do contexto nacional. Nós estamos fazendo um grande esforço para ajustar a economia, e ele afasta o Presidente do Senado, o que pode colocar em perigo a votação da PEC 241. Eu

tenho confiança no poder do Senado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu também tenho confiança, Deputado. O pronunciamento de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 252/257

321.2.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 06/12/2016-16:22
Publ.: DCD - 07/12/2016 - 58 ÁTILA LINS-PSD -AM
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Necessidade de aprofundamento dos debates acerca da proposta do Poder Executivo de reforma da Previdência.

O SR. ÁTILA LINS (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a chegada, hoje, a esta Casa, da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma da Previdência, encaminhada pelo Poder Executivo.

Confesso a V.Exa. e aos colegas que, assistindo pela televisão a todas as informações e justificativas do Palácio do Planalto acerca do assunto, eu me fixei em alguns pontos que, na minha avaliação, precisam ser refeitos imediatamente.

Por exemplo: se um aposentado que ganha 1.100 reais vier a falecer, a pensão por morte para a viúva passa a ser de apenas 550 reais, menos do que o salário mínimo. À primeira vista, dá para perceber que essa reforma precisa ser bem debatida, a fim de que não cometamos nenhuma injustiça com a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 253/257

321.2.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 06/12/2016-16:24
Publ.: DCD - 07/12/2016 - 58 MARCON-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta de reforma previdenciária enviada pelo Governo Federal para o Congresso Nacional.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna discursar no dia de hoje, depois que o povo brasileiro assistiu a um novo tiroteio sobre sua cabeça: o envio a esta Casa da proposta de reforma da Previdência.

O que o Governo Federal está fazendo é o preço que o povo brasileiro terá que pagar por ter sido a favor do golpe que retirou a Presidente Dilma Rousseff da Presidência da República. Quem pagará esse custo é o povo, são os trabalhadores.

Para ter proventos integrais na aposentadoria, o trabalhador terá que contribuir para a Previdência Social por 49 anos.

Outra questão: somando-se a idade e o tempo de trabalho, é preciso alcançar 114 anos. Hoje são 95 anos. São quase 20 anos a mais.

Vão mexer com a previdência dos agricultores familiares, hoje os que mais contribuem para a Previdência Social. Eles contribuem quando fazem suas compras e quando vendem seus produtos. De tudo aquilo que é vendido, são descontados 2,5%. O agricultor, que começa a trabalhar muito cedo, mesmo fora da lei, mas por obrigação familiar, terá que se aposentar com 65 anos de idade, homem ou mulher.

Aonde é que este Governo vai querer parar? Por que o Governo não mexe nos altos salários, nos privilégios que alguns têm neste País? Não. Tem que mexer com aqueles que estão na parte de baixo da pirâmide.

Isso mostra que esse Governo do PMDB tem compromisso com os grandes, com os altos salários, com os privilegiados. E quem vai pagar a conta é quem produz, é a mão de obra, é quem trabalha, seja o operário que tem carteira assinada, seja a minha categoria, dos agricultores, que trabalham desde cedo, que produzem alimentos e que contribuem muito mais do que qualquer outro trabalhador.

Eu espero que este Governo que não tem voto, o Governo Michel Temer, do PMDB, e seus aliados tenham bom senso, que essas propostas sejam revistas e que seja afastada essa conta do trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 254/257

321.2.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 06/12/2016-17:10
Publ.: DCD - 07/12/2016 - 66 PAULÃO-PT -AL
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Crítica à proposta de reforma previdenciária do Governo Federal, com prejuízos, especialmente, à classe trabalhadora. Necessidade de debate pela Câmara dos Deputados sobre o equilíbrio, harmonia e independência entre os Poderes da República, diante do afastamento do Presidente do Senado Federal por Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF. Responsabilidade dos meios de comunicação por agressões físicas contra Parlamentares cometidas por populares.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje o assunto em voga nesta Casa, comentado por vários Parlamentares que me antecederam, é a chegada do debate sobre a reforma da Previdência.

Nós percebemos uma inquietação na própria base do Governo. O

assunto poderia ter sido aprofundado e discutido primeiro com as Lideranças desta Casa, com a base do Governo, mas parece que isso não foi realizado.

E há um processo reativo muito forte de vários Parlamentares que, no dia em que ocorreu o processo de impedimento da Presidente Dilma, estavam eufóricos. Será que não sabiam que o processo de impedimento da Presidente Dilma teria de vir com vários pacotes?

Dentre eles, cito a açodada reforma da Previdência, que prejudica sobremaneira aqueles que começam a trabalhar com uma idade menor, a partir de 14 anos, 15 anos de idade. Já a classe média e a elite muitas vezes conseguem trabalhar apenas após a sua formação técnica e intelectual.

Na realidade, essa reforma vem penalizar segmentos pauperizados de regiões como a Região Nordeste. Programas sociais de aposentadoria serão prejudicados. Como disse um colega anteriormente, mesmo no caso de quem já tinha direito a pensão por morte, essa pensão será reduzida.

Então esse debate é o pacote da maldade desse Governo ilegítimo, que deverá apresentar também a proposta de flexibilização dos direitos trabalhistas. E o pré-sal já foi desmontado.

Neste Governo, a cada semana cai um Ministro por corrupção, por irregularidade. O último agora que está sendo investigado é o Ministro-Chefe da Casa Civil. O Ministro das Relações Institucionais já foi exonerado.

Então, a crise é profunda.

Além do mais, a crise atinge o Senado. De uma forma monocrática, Ministro do Supremo afasta o Presidente daquela Casa. Esta Casa logicamente tem que discutir esse assunto. Temos que nos aprofundar na questão do equilíbrio dos Poderes. Os Poderes são harmônicos, mas independentes.

Não podemos ficar aqui à mercê somente de um processo em que a grande mídia, principalmente a *Globo*, tenta jogar a população de uma forma, eu diria, até insana, quando apresenta um conteúdo de projeto que esta Casa não aprovou. Isso fez com que alguns Parlamentares fossem agredidos fisicamente - não foi nenhum Parlamentar do meu partido, mas eu não posso conceber que, no Estado Democrático de Direito, que nós pactuamos, qualquer Parlamentar, independentemente

de ideologia, seja agredido.

Sem dúvida nenhuma, hoje os grandes meios de comunicação têm responsabilidade. Destaco principalmente a *Rede Globo*, que está jogando a população contra os Poderes constituídos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Deputado.

Documento 255/257

321.2.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 06/12/2016-17:14
Publ.: DCD - 07/12/2016 - 66 ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Preocupação com a crise institucional entre os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Constatação de parcialidade na aplicação das leis no País.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Constituição brasileira diz que é preciso haver harmonia entre os Poderes. Mas, neste momento no Brasil, está havendo uma total desarmonia, uma total guerra, uma total irresponsabilidade dos Poderes. Ora é o Judiciário, ora é o Ministério Público, ora é a Polícia Federal, todos eles querendo mandar onde não podem mandar, todos eles querendo fazer o que não podem fazer num determinado momento.

Foi isso o que aconteceu aqui com relação às 10 Medidas Contra a Corrupção. Mentiram à população dizendo que elas seriam a salvação da Pátria. Tanto é que marqueteiros do Ministério Público Federal, que são de direita, foram buscar os Dez Mandamentos para fazerem uma peça de *marketing* e atacar a esquerda no País.



Parte da Polícia Federal, parte do Ministério Público Federal e parte do Supremo Tribunal Federal contribuíram e trabalharam ativamente para houvesse o golpe que destituiu uma Presidenta eleita democraticamente. Mentiram para o povo brasileiro, transformando a mentira em verdade. Inventaram uma tal de pedalada fiscal para justificar a retirada da Presidenta da República.

Agora um Ministro do Supremo quer, antes da hora, antes de se terminar a votação das 10 Medidas, retirar o Presidente do Senado. Parece-me que a Mesa Diretora daquela Casa não acatou a decisão do Ministro e vai esperar a decisão do colegiado do STF.

Por que essa pressa toda? Por que um Ministro do Supremo tem que fazer isso? Por que um Ministro do Supremo impediu Lula de ser Ministro de Estado? Eles intervieram no Executivo, pois o Lula não era réu.

Por que intervieram no Senado, no caso do Delcídio do Amaral, e não intervieram aqui na Câmara? O Eduardo Cunha era réu. O Ministério Público Federal tinha pedido o afastamento do Eduardo Cunha, e nenhum Ministro do Supremo o afastou, porque ele tinha que ficar para conduzir o processo do golpe. Depois que foi votado o golpe, aí, sim, o Supremo afastou o Presidente Eduardo Cunha.

Então, nós estamos vivendo um momento difícil. O Presidente Temer e o Ministro Meirelles mandam a esta Casa uma proposta de reforma da Previdência em que o Exército não entra, mas os militares dos Estados, da Polícia Militar e da Polícia Civil, entram.

Preste atenção, povo brasileiro, prestem atenção, militares do Brasil: a Polícia Militar dos Estados vai entrar na reforma, mas o Exército não entra. O que está acontecendo? Que proteção é essa? De novo, nota-se que a lei não é para todos.

É lamentável que essa desarmonia entre os Poderes esteja acontecendo.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. viu que a lei aqui é para todos: são 3 minutos, com o acréscimo de mais 1 minuto, para todo o mundo. *(Riso.)*

O SR. ZÉ GERALDO - Nem sempre, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Quando eu estou aqui, sim. (*Riso.*)

Documento 256/257

321.2.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 06/12/2016-17:26
Publ.: DCD - 07/12/2016 - 75 WALDENOR PEREIRA-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Críticas às tentativas do Governo Michel Temer de redução dos direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro. Repúdio à proposta de reforma previdenciária. Saudação aos servidores da Receita Federal do Brasil presentes no plenário.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós já alertávamos, na tribuna da Câmara dos Deputados, na campanha eleitoral e em outros espaços de debate e discussão, que o golpe parlamentar que resultou no afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, na verdade, tratava-se de um golpe não destinado especialmente ao seu afastamento ou para atingir diretamente o Partido dos Trabalhadores, mas se tratava, de fato, de um duro golpe, de uma afronta aos direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro.

Inicialmente, o Governo ilegítimo e golpista de Michel Temer extinguiu vários Ministérios importantes, responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas fundamentais para o povo brasileiro, como o MDA, como o Ministério da Previdência, o Ministério da Ciência e Tecnologia, entre outros. Em seguida, encaminhou para esta Casa a famigerada PEC 241, que se transformou em PEC 55, no Senado Federal, congelando os gastos por 20 anos, a realização de concursos públicos, alterando o programa de valorização do salário mínimo, entre outras

maldades.

E, no dia de ontem, o povo brasileiro, estarecido, recebe o anúncio da proposta de emenda à Constituição que trata da reforma da Previdência. Como já anunciávamos, essa PEC propõe o estabelecimento de uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres. As mulheres, que antes podiam se aposentar com 45 anos, agora só poderão se aposentar com 65 anos de idade. O beneficiário da aposentadoria, para contar com os proventos totais de 100%, terá que contribuir por 49 anos - pasmem, 49 anos de contribuição! - para receber a totalidade dos seus proventos e, no mínimo, com 25 anos. Isso sem falar das alterações na aposentadoria rural, sem falar em outras alterações que atingem de morte os trabalhadores do Brasil.

Voltaremos a falar sobre essa PEC, sobre a reforma da Previdência, mas já queríamos revelar toda a nossa insatisfação, o nosso descontentamento e a nossa repulsa a essa reforma da Previdência, que fere de morte os direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro, especialmente da população mais pobre.

Sr. Presidente, quero cumprimentar os analistas-tributários da Receita Federal aqui presentes e saudar o companheiro Alfredo Neto, que lidera uma série de servidores dessa importante instituição brasileira que ora reivindica neste Parlamento direitos relativos ao quadro de salários dos analistas-tributários da Receita Federal do Brasil.

Obrigado.

Documento 257/257

321.2.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 06/12/2016-17:32
Publ.: DCD - 07/12/2016 - 76 PEDRO UCZAI-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Manifestação de pesar pela ocorrência de acidente aéreo com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol. Agradecimentos pelas demonstrações de

solidariedade às vítimas do desastre. Críticas à proposta de reforma previdenciária.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente não posso deixar de manifestar o meu sentimento de tristeza e de dor pela tragédia ocorrida com a Chapecoense e, ao mesmo tempo, em nome de todo o povo chapecoense, de agradecer ao povo brasileiro pela solidariedade, pela força, pelo apoio às vítimas da tragédia.

Também agradeço ao povo colombiano, que, de forma emocionante, manifestou solidariedade e apoio aos nossos queridos chapecoenses que perderam a vida.

Deputado Valdir Colatto e demais Deputados, neste momento agradecemos a solidariedade e a força que minimizaram um pouco o sofrimento diante dessa tragédia em que não há palavras que não sejam dor, sofrimento, tristeza.

Em segundo lugar, quero aproveitar esta oportunidade para falar do que eu chamo de novo pacote de maldades do Presidente Michel Temer: a reforma da Previdência. Já não bastasse a PEC 241, hoje PEC 55, que congela o investimento das políticas públicas nos próximos 20 anos, efetivamente aumentando a desigualdade social ao retirar recursos públicos das políticas sociais, agora apresentam a reforma da Previdência, que efetivamente vai atingir o conjunto dos trabalhadores brasileiros, mas, de modo particular, os agricultores e os professores.

Os professores deverão trabalhar até os 65 anos. Quem propôs essa reforma da Previdência para que os professores se aposentem aos 65 anos não conhece uma sala de aula, onde grande parte dos professores trabalha dois ou três turnos.

Setenta e oito por cento dos agricultores começam a trabalhar bem cedo: meninos, antes dos 12 anos, e meninas, antes dos 14 anos. Estabelecer em 65 anos a aposentadoria dos agricultores é uma violência contra os agricultores familiares, as agricultoras familiares e os trabalhadores deste País, que perfarão 49 anos, 50 anos de trabalho para se aposentar.

Que Previdência é essa que tira direitos dos pequenos e os mantém para privilegiados? Que Previdência é essa que não cobra dos sonegadores de Imposto de Renda mais de 200 bilhões de reais, para fomentar e garantir a Previdência? A resposta é imediata: tira dos mais



pobres, tira dos trabalhadores, tira dos agricultores, tira dos professores deste País.

Não à reforma da Previdência! É isso o que nós temos de discutir aqui. Isso mostra a natureza política deste Governo ilegítimo.

Nós dizíamos que o golpe em curso não era só na democracia, na Constituição, nos direitos sociais - com a PEC 241, hoje PEC 55 -, era também um golpe nos direitos trabalhistas, como no caso da terceirização em que prevalece o negociado sobre o legalizado, o que está em discussão aqui no Congresso, e a reforma da Previdência, que é mais uma porrada no povo brasileiro, nos trabalhadores e nas trabalhadoras, naqueles que trabalham e produzem a riqueza deste País. No caso dos agricultores familiares, que, com 65 anos vão se aposentar, as mulheres vão ter de trabalhar mais 10 anos.

Nossos queridos professores, vamos reagir, não vamos permitir a votação da reforma da Previdência, porque ela é um retrocesso nas conquistas sociais. É inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.